

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

A desdemocratização e seus contramovimentos no Brasil:
da revolta bolsonarista à política popular do MTST

PHILIPPE SCERB

Versão corrigida

São Paulo

2022

PHILIPPE SCERB

A desdemocratização e seus contramovimentos no Brasil:
da revolta bolsonarista à política popular do MTST

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Doutor em Ciência Política.

Áreas de concentração:

Teoria política, teoria
democrática e estudos
brasileiros.

Orientador:

Prof. Dr. Jean Tible

Verão corrigida

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sd Scerb, Philippe
A desdemocratização e seus contramovimentos no
Brasil: da revolta bolsonarista à política popular
do MTST / Philippe Scerb; orientador Jean Tible - São
Paulo, 2022.
541 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. democracia. 2. desdemocratização. 3. populismo.
4. bolsonarismo. 5. MTST. I. Tible, Jean, orient. II.
Título.

Agradecimentos

Sem a colaboração e o carinho de várias pessoas, esta pesquisa não teria chegado ao fim.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador e amigo Jean Tible pela parceria ao longo de toda a jornada. Sua generosidade e nossas conversas tornaram esse percurso, mais do que possível, prazeroso.

Agradeço a todos os companheiros e companheiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. A militância e a convivência ao longo desses anos deram outro sentido a esta tese e também à minha vida. É a eles, sua luta e seus sonhos que eu dedico este trabalho.

Agradeço às pessoas que tão bem me acolheram e com quem compartilhei muitos desafios e muitas alegrias. Especialmente, à Beatriz Sanchez e ao Caetano Patta. Seguimos. Mas também a todos os colegas do grupo Apoio Mútuo, cujo nome não poderia refletir melhor o seu espírito em um momento tão difícil.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Vera Telles e Luis Felipe Miguel, por sua leitura atenta, suas críticas e suas sugestões precisas. Assim como aos professores e amigos cujos conselhos atenuaram problemas e enriqueceram este trabalho. É claro que todos os seus erros e limites são de minha inteira e exclusiva responsabilidade.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Ciência Política da USP. Em especial ao Vasne dos Santos pelo apoio e pela compreensão.

Agradeço, por fim, àqueles que sempre estiveram ao meu lado. À minha família, cuja presença o tempo revelou vital. E aos meus amigos e amigas, com quem divido a sorte dessa caminhada.

Agradeço à Capes, pelo financiamento desta pesquisa mediante a concessão de bolsa de estudo.

RESUMO

Diante da compreensão corrente de que o populismo de direita é a principal ameaça à democracia contemporânea, esta tese busca deslocar o debate para enxergá-lo como consequência do processo de desdemocratização por que têm passado os regimes liberais. Em outras palavras, argumenta-se que a ascensão de lideranças reacionárias é uma resposta de setores médios e populares ao desaparecimento de mecanismos capazes de assegurar algum grau de igualdade política e soberania popular. No Brasil, o bolsonarismo deve ser entendido, a despeito de seu caráter autoritário e de sinalizar a ampliação das desigualdades sociais, como um contramovimento à consolidação de um sistema pós-democrático. Mais do que simples reação conservadora à experiência lulista, ele ganha força à medida que se apresenta como alternativa a um sistema que desclassifica as pessoas comuns e é impermeável à sua participação. Com efeito, o lulismo é entendido aqui a partir de uma natureza ambivalente e responsável tanto por ampliar a democracia brasileira quanto por esvaziar as expectativas de seu aprofundamento. Por fim, um ensaio informado pela observação participante da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto ilustra os limites e o potencial de uma saída radical e progressista para a crise da ordem liberal.

Palavras-chave:

democracia; desdemocratização; populismo; bolsonarismo; MTST.

ABSTRACT

Given the prevailing understanding that right-wing populism is the main threat to contemporary democracy, this thesis seeks to shift the debate to see it as a consequence of the dedemocratization process that liberal regimes have gone through. In other words, it argues that the rise of reactionary leaderships is a response of middle and popular sectors to the disappearance of mechanisms capable of ensuring some degree of political equality and popular sovereignty. In Brazil, the movement led by Jair Bolsonaro must be understood, despite its authoritarian character and the fact that it increases social inequalities, as a countermovement to the consolidation of a post-democratic system. More than a simple conservative reaction to left governments, it gains strength as it presents itself as an alternative to a system that disqualifies the common man and is impervious to his participation. Indeed, Lulism is understood here from an ambivalent nature and as responsible both for expanding Brazilian democracy and for emptying expectations of its deepening. Finally, an essay informed by participant observation of the struggle of the Homeless Workers Movement illustrates the limits and potential of a radical and progressive way out of the crisis of the liberal order.

Keywords:

democracy; dedemocratization; populism; Bolsonarism; MTST.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
I. A CRISE DA (PÓS)DEMOCRACIA.....	36
1. Em busca da ordem perdida: a interpretação e os remédios liberais para a crise da democracia.....	39
1.1. O consenso.....	39
1.2. As instituições.....	46
1.3. Interpretações (nem tão) alternativas.....	48
1.3.1. <i>A melancolia de David Runciman</i>	49
1.3.2. <i>A ingenuidade simpática de Yasha Mounk</i>	51
2. A pós-democracia e sua crise.....	56
2.1. A pós-democracia.....	60
2.2. A desdemocratização.....	64
2.3. A crise adiada da pós-democracia.....	66
3. O contramovimento populista.....	74
3.1. O momento populista.....	77
3.2. Populismo no Brasil.....	81
4. A política dos governados.....	84
4.1. Os limites do agonismo.....	85
4.2. O lado feio da democracia.....	87
5. Taking back control.....	95
5.1. À direita.....	95
5.2. A política subversiva da nostalgia.....	97
5.2.1. <i>Atomização</i>	100
5.2.2. <i>Cultura e clivagem simbólica</i>	103
5.2.3. <i>Desigualdade econômica</i>	106
5.2.4. <i>Desdemocratização</i>	110
5.3. Enquanto isso, à esquerda.....	113

5.4.. Com ou sem o demos?	118
II. O LULISMO E OS DILEMAS DE UMA DEMOCRACIA (IM)POSSÍVEL.....	121
1. O otimismo com a democracia possível.....	127
1.1. Os anos dourados das instituições.....	127
1.2. Os anos dourados do consenso.....	128
1.3. A crise dos consensos.....	132
1.4. Pela esquerda, a democracia possível.....	138
1.5. O fim do pacto e da democracia.....	144
2. A ambiguidade lulista: mais e menos democracia.....	148
2.1. Do petismo ao lulismo.....	148
2.2. A relação particular entre lulismo e populismo.....	153
2.2.1. <i>O lulismo e o populismo imaginado</i>	158
2.3. O lulismo e o fim da política.....	165
2.3.1. <i>Economia</i>	167
2.3.2. <i>Política partidária</i>	170
2.3.3. <i>A redução das expectativas</i>	174
2.4. O PT engolido pelo campo.....	178
2.4.1. <i>A desmobilização como política</i>	184
2.4.2. <i>A opção pela desmobilização</i>	186
2.4.3. <i>O lulismo como fim da tensão democrática</i>	190
3. Junho e a volta da política.....	193
3.1. Um evento em disputa.....	194
3.1.1. <i>Dois lados na rua</i>	203
3.2. O que junho inaugurou.....	207
3.2.1. <i>O campo conservador reagindo à altura</i>	209
3.2.2. <i>Junho na história</i>	215
4. A esquerda e a democracia.....	217
4.1. A contradição de uma esquerda que só pode ser pós-democrática.....	222
4.2. O melhor entre todos os piores.....	227

4.3. A revolução que não fizemos.....	232
III. BOLSONARO E A PÓS-DEMOCRACIA.....	236
1. Definindo o povo.....	240
1.1. Os cidadãos de bem.....	243
1.2. O ressentimento material com o lulismo.....	244
<i>1.2.1. Bolsonaro e a economia.....</i>	<i>251</i>
1.3. Ressentimento simbólico.....	258
1.4. Um povo formado por cidadãos de bem.....	264
1.5. Contra o sistema.....	269
2. Representando o povo.....	274
2.1. A representação descritiva no bolsonarismo.....	276
<i>2.1.1. Um candidato nem pior, nem melhor.....</i>	<i>278</i>
<i>2.1.2. Uma estética popular.....</i>	<i>281</i>
<i>2.1.3. Jantando com os eleitores.....</i>	<i>282</i>
<i>2.1.4. Um presidente que não sabe e nem precisa saber de tudo.....</i>	<i>284</i>
<i>2.1.5. Um chapéu na embaixada.....</i>	<i>286</i>
2.2. A face responsiva da representação em Bolsonaro.....	290
<i>2.2.1. O autoritarismo como necessidade.....</i>	<i>292</i>
<i>2.2.2. Um político diferente, pois responsivo.....</i>	<i>297</i>
<i>2.2.3. Presidente das pequenas coisas.....</i>	<i>300</i>
<i>2.2.4. Respondendo a demandas.....</i>	<i>302</i>
<i>2.2.5. Prestando contas.....</i>	<i>306</i>
3. Participação.....	309
3.1. Comunicação e participação digital.....	315
<i>3.1.1. Bolsonaro e a hiperpolítica.....</i>	<i>320</i>
3.2. Um populismo extrainstitucional.....	328
<i>3.2.1. Por outra governabilidade.....</i>	<i>330</i>
3.2.1.1. Pressão popular.....	333
<i>3.2.2. Participação direta: nas ruas.....</i>	<i>338</i>

3.2.2.1. O povo na rua.....	342
3.2.3. <i>As instituições reagindo</i>	346
3.2.4. <i>Mudando o futuro e mirando o passado</i>	351
4. O populismo de direita como a política do senso comum	354
4.1. A política do senso comum.....	363
4.2. O bonapartismo bolsonarista.....	368
4.3. Uma esquerda demofóbica e os limites do voluntarismo.....	374
IV. O MTST E A DIFÍCIL SAÍDA PELA ESQUERDA	378
1. O MTST das ocupações às eleições	382
1.1. Anticapitalismo na sombra do lulismo.....	386
1.2. Junho e a crise do Partido dos Trabalhadores: um protagonista “natural” de um novo campo?	390
1.3. Mudança incremental: princípios e identidade preservados na nova narrativa.....	403
2. Contradições e limites de uma esquerda popular e democrática	411
2.1. O conservadorismo das massas.....	415
2.1.1. <i>Vai ter bomba?</i>	415
2.1.2. <i>Esse lado é do Guilherme</i>	420
2.1.3. <i>Vi que era organizado</i>	425
2.1.4. <i>Deus abençoe</i>	429
2.1.5. <i>Vai ter lista?</i>	434
2.1.6. <i>O problema do sentido da ação</i>	437
2.2. Por que ocupamos?	438
2.2.1. <i>A luta é pra valer?</i>	444
2.2.2. <i>Clientelismo pragmático</i>	448
2.2.3. <i>Revolução?</i>	454
3. Utopia pragmática	456
3.1. A diminuição insustentável das possibilidades e das expectativas.....	457
3.2. A inevitável interação com o poder e sua estranha face democrática.....	470
3.3. O medo de não ser governado e a vontade de governar.....	478

4. Por uma esquerda popular	495
4.1. Para além do populismo.....	505
4.2. Perto de uma saída?	511
 Conclusão.....	 515
 Referências bibliográficas.....	 528

Lista de abreviaturas e siglas

15-M – Movimento dos Indignados espanhol
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fies – Fundo de Financiamento Estudantil
Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
JBS – Empresa de carne
MBL – Movimento Brasil Livre
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MDB – Movimento da Democracia Brasileira
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PED – Processo de eleições internas do PT
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
Prouni – Programa Universidade Para Todos
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TINA – There is no alternative

Introdução

O processo de elaboração desta tese nunca deixou de conciliar preocupações analíticas e normativas quanto à condição atual e ao destino próximo daquilo que costumamos entender por democracia. Tanto a definição do seu escopo quanto a defesa dos argumentos que a sustentam são atravessadas por questionamentos genuínos do autor sobre a natureza das transformações em curso dos tipos convencionais de ação e organização política, dos regimes chamados democráticos e das principais alternativas a uma ordem liberal em crise.

A articulação explícita de objetivos assentados nas esferas do “ser” e do “dever ser” é um tanto incomum para um campo da Ciência Política ultimamente marcado pela separação estanque entre o sujeito e o objeto do conhecimento. No caso deste trabalho, obedecer ao esquema positivista teria sido impossível. E é justamente por isso que a sua introdução parte de um relato pessoal sobre a conformação viva e errante dos contornos, das partes e dos propósitos desta tese.

*

Quando eu preparava o projeto de pesquisa que originou este trabalho, em meados de 2016, minha vontade era investigar o fenômeno que vinha sendo chamado de crise da representação. Abundavam sinais de um déficit de confiança dos cidadãos nas instituições políticas. Que seria decorrente, por sua vez, tanto dos resultados oferecidos pelo Estado em um período de importantes transformações econômicas, muito aquém das expectativas dos governados, quanto do desgaste de atores políticos, notadamente os partidos, aparentemente incapazes de gerar identificação coletiva e mediar os interesses da sociedade junto ao poder instituído.

O amplo ciclo de revoltas populares desprovidas de direção político-partidária ao redor do mundo e o desempenho eleitoral expressivo de forças e lideranças estranhas à divisão habitual do poder, cujo emblema fundamental foi a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2016, não deixava dúvidas acerca da magnitude do fenômeno em questão. Para além da contestação dos canais tradicionais de ação política, os acontecimentos sugeriam a ilegitimidade da própria forma como a representação era concebida e operada nas democracias liberais. Abria-se, assim, margem relevante para o aparecimento de outras práticas, outros atores e outras

instituições que assumissem, embalados pela aspiração generalizada de mudança, a tarefa de representar os interesses e as vontades dos cidadãos perante a ordem.

Com base nesse simplificado diagnóstico, pensava investigar formas a priori mais diretas de participação e atores coletivos cujos repertórios indicavam a recusa da mediação formal da ação política. Fosse para mobilizações de caráter eminentemente negativo e de contestação, fosse para iniciativas de corte mais instituinte e que não abriam mão da interação com o aparato estatal. Minha impressão era de que, a despeito dos limites desses incipientes ensaios de inovação política, eles poderiam inaugurar outros tipos de organização e até reconfigurar uma institucionalidade em crise, esgotada na sua capacidade de atender crescentes demandas materiais e simbólicas e por controle popular dos governantes. Como dizia o vago em termos de significado, mas potente em termos de sentido, slogan dos manifestantes reunidos na Porta do Sol, em Madrid, em 2011: tratava-se de um amplo movimento por “Democracia real já”. Cumpriria entender os seus desdobramentos políticos.

Esse movimento dava mostras relevantes de sua força. Novos partidos emergiam por toda parte comprometidos com formas mais abertas e horizontais de deliberação, com a recuperação de vínculos orgânicos com forças sociais e do trabalho excluídas da política parlamentar e com programas de radicalização do conteúdo igualitário da democracia e da sua forma – com o aprofundamento de dispositivos participativos. O principal símbolo e resultado desse ímpeto transformador pareceu ser a criação do partido espanhol Podemos, que espalhou esperança em amplos setores de esquerda de que a disputa pelo poder instituído poderia ser orientada, novamente, por princípios e objetivos radicalmente democráticos.

No Brasil, desde as manifestações de 2013, multiplicavam-se iniciativas políticas cuja identidade passava pelo contorno dos partidos enquanto instituições legítimas de representação. À direita, foi decisiva a ação de movimentos desprovidos de vínculos prévios com a política partidária para o processo de impeachment de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016. À esquerda, mobilizações como a dos estudantes secundaristas paulistas, em 2015, recusavam a mediação partidária embora não deixassem de interagir diretamente com diversas instâncias do poder estatal. Não se tratavam de meros arroubos destituíntes, que devessem ser explicados na chave negativa da contra-democracia, para usar a expressão de Pierre Rosanvallon (2006). Havia nesses movimentos uma clara dimensão instituinte, no sentido que dá ao termo Cornelius Castoriadis (1990), aliada a uma disposição acentuada em informar o poder, a despeito das contradições práticas e normativas que essa relação

poderia implicar. Não era tão difícil vislumbrar, no seu repertório e no seu horizonte, concessões a práticas representativas e à verticalidade de certas decisões. Essa era a minha intenção; analisar as maneiras pelas quais forças movidas por um destacado espírito de renovação das práticas e das organizações progressistas, de maneira a outorga-las uma natureza mais participativa, se relacionariam com partidos políticos, a disputa eleitoral e o Estado.

Quando eu ainda dava os primeiros passos nessa direção, acabei entrando, quase por um acaso, no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Anunciava-se, então, uma militância política que respondia às mesmas inquietações que haviam definido o tema da pesquisa. O pouco que conhecia acerca da organização sugeria que ela enfrentava justamente os limites de algumas das últimas escolhas estratégicas da esquerda no Brasil e em boa parte do mundo.

Depois de um otimismo contido com um lulismo que reconhecia os constrangimentos da ordem, o golpe parlamentar contra o governo de Dilma Rousseff e, sobretudo, a débil reação do campo liderado pelo Partido dos Trabalhadores me convenceram do esgotamento daquele tipo de organização e ação política. Com as energias concentradas na disputa institucional em detrimento de laços sólidos com as camadas populares e da capacidade de mobilização social, me parecia impossível garantir um processo contínuo e razoável de reformas redistributivas. Tornava-se evidente, mais uma vez, a natureza desigual do arcabouço político liberal e da correlação de forças desfavorável à esquerda dentro dele e, com elas, o imperativo de reconectar a disputa parlamentar, ou o mundo político, com os interesses, os desejos e a ação das classes populares, o mundo social, como têm defendido autores como Michael Hardt e Antonio Negri (2016). À imagem, aliás, dos laços de outrora entre os partidos de massa do centro do capitalismo e o movimento operário. Ou do próprio PT com as comunidades eclesiais de base, o novo sindicalismo e os movimentos sociais rurais e urbanos. Em suma, não haveria saída para as forças políticas de esquerda sem que os trabalhadores voltassem a fazer parte de sua construção e, por consequência, se sentissem, mais uma vez, devidamente representados por elas.

Guardadas todas as proporções históricas, sociais e políticas, o MTST atendia a parte desses critérios. No mínimo, sua prática e seus objetivos pareciam apontar para essa direção. Embora relativamente pequeno para os padrões brasileiros e de alcance ainda limitado, o movimento se desenvolvia a partir da mais dinâmica parcela das classes trabalhadoras urbanas. Pessoas cujo trabalho não é, via de regra, protegido pelo arcabouço legal e tampouco pelos sindicatos. Que se

concentram no setor informal e lidam com a precariedade de relações de trabalho amplamente experimentadas de forma individual, atomizada. Seria a partir das periferias urbanas, onde se concentram as camadas populares, e de uma reivindicação quase universal de acesso à moradia que se poderia organizar uma parcela da classe e fazer emergir senão um sujeito propriamente revolucionário, ao menos uma força de contenção ao processo acelerado de comodificação das esferas da vida pelo capitalismo contemporâneo.

Mesmo que minha aproximação do movimento tenha sido motivada pela vontade de conhece-lo e de contribuir com o seu crescimento, não demorou para que percebesse como ela convergia com meus interesses de pesquisa. Foi inevitável o deslocamento do foco da tese de maneira a aproveitar a posição privilegiada em que me encontraria para entender o desenvolvimento do MTST enquanto nova força política. Já era muito clara, naquele momento, a intenção do movimento de se arriscar na disputa institucional em um registro diferente daqueles que predominavam no universo de esquerda e que nos haviam levado, em parte, ao golpe de 2016 e ao retrocesso neoliberal encarnado pelo governo Michel Temer. Sua ofensiva eleitoral se daria, eminentemente, de baixo para cima da estrutura social brasileira, de fora para dentro das instituições do poder e manteria um pé firme no território, na luta social, no movimento que corre por fora e, em boa medida, contra o poder do Estado. Era como se o MTST se aprontasse para replicar a estratégia petista, em condições muito mais adversas em relação àquelas encontradas há quase quarenta anos e a partir de um substrato social hostil à organização política, mas vacinado contra os desdobramentos deletérios do lulismo e atento à sua degeneração. Com a vantagem do tempo e com os frutos indesejados da experiência histórica petista ao alcance da vista, tudo indicava um esforço redobrado pela preservação do espírito instituinte de uma força cujo formato ainda estava em gestação.

Àquele altura, o MTST reunia muitas virtudes. Cumpriria enxergar os seus limites. Que não eram exatamente particulares a ele. A lei de ferro das oligarquias, descrita por Robert Michels (1949), já se abatera sobre iniciativas semelhantes, notadamente sobre o próprio PT. Mas mesmo que não fosse possível superá-la por completo, a dimensão da crise política deveria empurrar o movimento a algum tipo de articulação das lutas parlamentar e extraparlamentar. No centro de um ensaio de significativo potencial político e com relevantes desdobramentos teóricos, eu vislumbrava uma análise rica da transformação de demandas materiais imediatas em uma identidade coletiva associada a um projeto radicalmente democrático.

Embora atravessada por um evidente engajamento militante e normativo, a pesquisa carregaria um importante traço positivo. Minha ideia era descrever e analisar a configuração de instrumentos, canais e mecanismos institucionais que operassem na tensão entre participação e representação, luta instituinte e gestão do poder instituído. A matéria-prima para a pesquisa se anunciava farta, com a construção iminente, pelo MTST, de grupos de ação territoriais à imagem dos núcleos petistas, com o lançamento de candidatos em campanhas eleitorais e a relação que se estabeleceria entre imperativos da disputa institucional e o compromisso com uma luta pela moradia apoiada no confronto direto com essas mesmas instituições.

A partir de então, todo esse material, elaborado por meio de categorias sociológicas, mas também de pesquisa etnográfica, poderia ser confrontado com o arcabouço teórico da Ciência Política, em especial com uma teoria da representação que oferece poucos elementos para a compreensão de fenômenos que contradizem a chave dual com que ela pensa práticas de representação e participação. Mais do que na fronteira entre campos e disciplinas, o objeto que eu tinha em mãos ia de encontro a pilares da elaboração teórica mais reputada. Contribuições seminais e mesmo a evolução mais recente da teoria da representação, de autores como Hanna Pitkin (1984) e Bernard Manin (1997) a Nadia Urbinati (2006) e Michael Saward (2010), constroem a possibilidade de explicar, em um único registro teórico, fenômenos, atores e estratégias que contrariam um campo fundado na dualidade e na exclusão de determinadas práticas. Alguns resquícios desse esforço acabaram, com efeito, por permanecer na tese, como na descrição do repertório de luta do MTST, no início do quarto capítulo.

Em 2018, no entanto, esta tese ganha outra cara e assume outra vocação. O problema que motivara minha pesquisa até então se mostrou, senão irrelevante, subsidiário a um fenômeno sociologicamente mais relevante e normativamente mais sensível. A eleição de Jair Bolsonaro, em outubro daquele ano, para além da catástrofe que anunciava, revelou duas coisas de importância fundamental para as preocupações originais do trabalho.

Primeiro, na esteira da vitória de Donald Trump, da votação do Brexit e da ascensão espetacular de um populismo de corte reacionário ao redor do mundo, a eleição de Bolsonaro demonstrava, em escala nacional, que a crise política que enfrentamos é mais profunda do que poderia sinalizar a noção de crise da representação. Em pouco tempo, aliás, já não se empregava mais esse substantivo para qualifica-la. Agora, fazia-se referência à crise da democracia. Os termos do debate

mudaram em velocidade acelerada e ele ganhou outra proporção. O sistema democrático, as liberdades individuais e o próprio Estado de direito pareciam ameaçados.

Em segundo lugar, e embora menos evidente, a eleição de Bolsonaro revelara que o maior problema contemporâneo da esquerda não se dava exatamente no plano institucional. A preocupação de como conciliar frentes a priori antagônicas de disputa institucional e luta social na tentativa de revigorar as forças progressistas seguia sendo crucial. Contudo, havia um problema de fundo maior, anterior a reconfigurações organizativas e de modelos de ação.

Acompanhando o processo eleitoral junto ao MTST, me chamou a atenção a mobilização um tanto tímida da base do movimento na campanha presidencial de Guilherme Boulos. Não exatamente, como se poderia imaginar, pela desconfiança de que o MTST estivesse abandonando a prioridade da luta pela moradia e enveredando pelo controverso caminho da política partidária. Sequer no segundo turno, em que Jair Bolsonaro enfrentou o candidato de Lula e do PT, observei um ambiente ativo na resistência a uma candidatura abertamente reacionária, sob o ponto de vista dos costumes e dos direitos em geral, e neoliberal no âmbito econômico. Na periferia de São Paulo, era comum encontrar quem dissesse que iria “meter o louco” e votar no ex-capitão. Embora Haddad tenha vencido nos distritos mais pobres da cidade, seus eleitores não pareciam engajados na defesa de sua candidatura. Pelo contrário, os mais motivados eram aqueles que apertariam 17 na urna.

Eu demorei algum tempo para elaborar e amadurecer ideias que apareceram inicialmente como impressões parciais e confusas. Mas as reflexões ligadas à pesquisa, necessariamente informadas pelos acontecimentos recentes, de um lado, e pela convivência cada vez mais intensa com a base do MTST, de outro, me levaram a reformular o escopo e os objetivos da tese. A urgência já não repousava mais naquilo que inspirara a maneira pela qual eu articulava curiosidades intelectuais e preocupações político-normativas. Era outra e passava agora pela noção mesma de democracia mobilizada para defender a ordem em crise da ameaça representada pelo populismo de direita.

*

Depois desse breve prelúdio pessoal, posso tratar diretamente das páginas que se seguem e dizer que esta tese tem como objetivo principal questionar a interpretação mais corrente sobre a chamada crise da democracia. Um questionamento cujo ponto de partida foi um certo incômodo com o tom

via de regra elitista com que se criticam os movimentos reacionários que têm abalado as bases da ordem liberal. É comum, especialmente nos círculos progressistas, mas também no ambiente do que resta da direita tradicional, ouvirmos que líderes como Bolsonaro, Trump e Duterte, entre outros, são, além de autoritários, despreparados e idiotas que ignoram evidências científicas, políticas e econômicas.

No caso brasileiro, mais próximo, me pareceu evidente, desde a ascensão meteórica de Jair Bolsonaro, em 2018, que boa parte dos ataques à sua eleição sugeriam, de forma mais ou menos velada, a necessidade de reinsular a política. Em outras palavras, a vitória de Bolsonaro e o desastre de seu governo seriam indicadores importantes dos riscos que implicam a abertura do regime político às escolhas pouco razoáveis das maiorias. É como se, à medida que os sem-título, para usar a forma como Rancière (2018) denomina as pessoas carentes de qualquer título que justifique sua aptidão para governar, passam a reivindicar e influir decisivamente sobre a política e o poder, instituições virtuosas se encontrariam prontamente ameaçadas. Uma observação pouco original e que remonta, no pensamento político, à crítica de Platão à democracia.

O argumento elitista, referendado por vasta tradição da Teoria e da Ciência Política, suscita discussões relevantes e não se trata aqui de rejeitá-lo completamente. Mas de alertar, e é isso que eu tento fazer ao longo deste trabalho, para a ideia de que aquilo que está em crise guarda uma relação frágil, na melhor das hipóteses, com uma concepção substantiva de democracia. Talvez mais importante e, com certeza, mais controverso, é o reconhecimento de que há, inclusive, senão dimensões, ao menos anseios democráticos na revolta que toma corpo e se identifica com lideranças como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Não pretendo, por óbvio, reivindicar um caráter redentor e democrático para esses movimentos, permeados de ataques à igualdade e à liberdade individual. Mas simplesmente chamar a atenção para o fato de que a força que move essas lideranças se apoia, em boa medida e para além de afetos discriminatórios de parte de sua base, na revolta contra o caráter oligárquico assumido pela democracia liberal e na reivindicação de uma ordem política atenta aos interesses dos sem-título, informada por suas vontades e controlada por sua ação.

Dois argumentos principais percorrem este trabalho. O primeiro deles sugere que aquilo que está em crise não é exatamente a democracia, no sentido de um regime definido fundamentalmente a partir da soberania popular e da igualdade política. Mas uma ordem que, a despeito de responder

por democracia liberal, foi esvaziada das possibilidades reais dos governados de controlar seus governantes e de participar, efetivamente, da definição dos rumos da comunidade. É a versão minimalista da democracia, cujo conceito se aproxima cada vez mais de uma típica oligarquia e que Colin Crouch (2000) chamou de “pós-democracia”, que tem sido objeto de profunda contestação popular.

A ascensão de movimentos populistas de direita deixa isso muito evidente. É claro que eles têm, no seu centro, uma face eminentemente reacionária e que dialoga com o desejo de certos setores de preservar identidades dominantes e valores tradicionais frente ao medo da desclassificação. Por outro lado, sua força política advém também da crítica que eles encarnam ao acelerado processo de desdemocratização que, como mostrou Streeck (2018), tem despojado da democracia liberal sua própria qualidade democrática.

A contribuição de Chantal Mouffe (2015) me parece fundamental para a compreensão desse fenômeno. Segundo ela, o populismo de direita trouxe de volta o conflito, inerente ao político e imprescindível para a configuração de vigorosas identidades coletivas. Ele interrompeu um longo período marcado por uma espécie de consenso neoliberal, que praticamente extinguiu as distinções entre as forças e os programas políticos concorrentes. Na medida em que as mesmas oligarquias e as mesmas ideias informavam a gestão do Estado, independentemente do partido no poder, o voto deixou de ser percebido como um instrumento relevante de participação. Por que as pessoas se dariam ao trabalho de votar, se engajariam em partidos e campanhas eleitorais se não havia alternativa real à agenda político-econômica estabelecida?

Desde o fim dos anos 90 e especialmente na Europa ocidental, forças de extrema-direita já ascendiam na cena política. Para questionar a convergência programática dos partidos históricos de direita e esquerda, elas colocavam no centro do palco questões como a imigração e seus efeitos perversos sobre a identidade, a cultura e a segurança dos nativos. Dessa maneira, questionavam um establishment fundado no acordo entre elites políticas, econômicas e culturais, se apresentavam como alternativa de poder alinhada às angústias mais honestas dos cidadãos comuns e colhiam resultados eleitorais razoáveis em diversos países.

Foi com a deterioração das condições objetivas de vida dos governados e a percepção disseminada de uma ordem alheia aos seus interesses, porém, que esses movimentos alcançaram outro patamar. A crise financeira de 2008 contribuiu para isso de duas maneiras. De um lado, expandiu as taxas

de desemprego e endividamento, ampliou as crescentes desigualdades sociais e acelerou a precarização das relações de trabalho. Por outro lado, a saída escolhida pelos governantes de então, à direita ou à esquerda do espectro ideológico, passou fundamentalmente pela proteção dos grandes atores do mercado financeiro e por uma agenda de austeridade que só fez prejudicar o acesso de camadas médias e populares a proteção social e a serviços públicos de qualidade.

Ficava evidente, nesse momento, os limites de uma ordem política cujos resultados objetivos para os cidadãos comuns eram insatisfatórios e que era destituída de mecanismos reais de autorização, controle e participação popular. À medida que os partidos políticos tradicionais haviam se convertido em meros gestores dessa mesma ordem, cumpria, aos olhos dos governados, recorrer a uma força política que, além de responder aos seus anseios mais ou menos objetivos, sinalizasse a recuperação de um regime em que as pessoas comuns, os sem-título, fossem ouvidos e respeitados. Ganham força, então, movimentos, lideranças e partidos cujo espírito passava, essencialmente, pela crítica e o ataque aos atores e instituições tradicionais. Expressivas parcelas das classes médias e trabalhadoras se tornaram receptivas a figuras, repertórios e discursos diferentes, alternativos, que não pareciam se dobrar às convenções e aos acordos dos donos do poder. Despontaram ao redor do mundo lideranças que não apenas reivindicavam a representação legítima das massas como encarnavam, descritiva e simbolicamente, sua face mais ambígua. Assumindo contornos que são, ao mesmo tempo, profundamente reacionários e substantivamente democráticos, ao menos na sua acepção popular do poder.

O segundo argumento que atravessa a tese diz respeito à dificuldade que a esquerda tem tido, ao redor do mundo, para dirigir o que vou chamar de contramovimento à desdemocratização. Em meio à contestação e à revolta mais genuína contra uma estrutura de poder dominada por certas elites e impermeável às demandas e à influência dos governados, partidos progressistas têm sido razoavelmente incapazes de encarnar uma saída democrática que recupere um tipo responsivo de representação e uma ação política apoiada na mobilização e na participação popular. No século XX, o movimento sindical informava os programas dos partidos de massa e cediam a eles seus principais quadros, nos quais sua base se reconhecia e que garantiam o caráter descritivo e responsivo da representação, nos termos de Hana Pitkin (1984). Conforme as forças de esquerda tradicionais foram aderindo à agenda neoliberal e perderam a relação privilegiada que tinham com movimentos sociais e sindicais, elas se descolaram das pessoas comuns. Disseminou-se o recurso

a especialistas e a formação de quadros, dirigentes e candidatos desprovidos de vínculos orgânicos e simbólicos com as camadas médias e populares. Em termos objetivos, elas se associaram aos resultados do neoliberalismo. A saber, ao crescimento da desigualdade social, ao desemprego estrutural e à precarização acelerada do trabalho, entre outros fenômenos que implicam na deterioração dos meios e das expectativas de vida das classes populares.

Por outro lado, o campo progressista assumiu, de forma voluntária e majoritária, a vanguarda da desclassificação simbólica dos cidadãos médios. À medida que as relações de trabalho dificultaram a organização política por meio da clivagem de classe, as forças progressistas deslocaram suas energias para uma nova base. No lugar dos trabalhadores, para quem as agendas conservadora e de esquerda perderam qualquer distinção, entraram setores médios sensíveis aos valores cunhados de pós-materiais por Ronald Inglehart (1977). A esquerda, carente de uma agenda econômica própria e consistente, encontrou, especialmente no centro do capitalismo, uma nova identidade capaz de diferenciá-la da direita no plano dos costumes (Piketty, 2019). Levantaram-se bandeiras absolutamente urgentes para qualquer projeto de emancipação, mas insuficientes para atrair e mobilizar as camadas populares e que acabaram por transformar a imagem que caracteriza o campo progressista. Pois além de não se sensibilizarem o bastante com as novas prioridades de seus antigos representantes, as camadas populares tendem a ver em certos aspectos dessa nova agenda uma afronta a valores e instituições que lhes são caros. Como é o caso da família patriarcal e das práticas religiosas, que têm recuperado o apreço de outrora em meio a um período de diluição de outros laços sociais, de atomização e anomia social.

O populismo, como movimento que recorre aos sem-título, ressentidos com uma ordem que não atende às suas expectativas e tampouco dá mostras de levar sua opinião em consideração, não é um fenômeno político inédito. Pelo contrário. O que há de significativo na atual quadra histórica é o fato de uma direita nacionalista e reacionária ter assumido esse papel de forma hegemônica em diferentes partes do mundo. É como se à direita coubesse a posição, por longo período ocupada pela esquerda, da alternativa, da ruptura com a ordem. Enquanto a esquerda, a despeito de determinadas exceções, tem se apresentado como guardião de um sistema que se esgota a cada dia, a direita populista consegue projetar um horizonte diferente do presente, mesmo que aponte, em boa medida, para o passado.

Colocar o debate em termos de direita e esquerda é desaconselhado, pois parte dos fenômenos político-sociais e dos programas das forças atualmente mais dinâmicas não vêm obedecendo a enquadramentos convencionais e bem definidos. Na realidade, a agenda do populismo reacionário carece de nítidos contornos ideológicos e de classe. Poderíamos mesmo questionar a existência de uma agenda para movimentos pautados muito mais na crítica, na destruição e na rejeição do modelo liberal. Seu discurso e seu apelo passam menos por propostas concretas e mais pela evocação de um tipo de ação política que recoloca o povo, sua identidade e seus interesses, por mais ininteligíveis que eles sejam, no centro das decisões. Embora seja controverso atribuir uma sólida relação de causalidade entre a emergência das redes sociais e a instabilidade política contemporânea, também é imperioso registrar sua importância. A passagem da comunicação entre governantes e governados para as mídias sociais têm permitido que os governantes encarnem, com mediação precária e em ritmo acelerado, o que se reclama difusamente no espaço digital. O que condiz à perfeição com o espírito do populismo, muito mais uma forma, uma lógica de ação política, nos termos de Laclau (2013), do que um tipo específico de conteúdo político-ideológico. As redes sociais se acomodam, assim, à fragmentação da sociedade em diversas identidades e demandas, que o representante pode reivindicar defender mesmo que de maneira incoerente e fluída ao longo do tempo (Empoli, 2020).

Com base nessa análise, especialmente focada nos países desenvolvidos, seria possível analisar a ascensão de Jair Bolsonaro como expressão de um movimento análogo. O constrangimento encontrado pela esquerda para assumir a posição de saída radical à ordem em crise, por sua vez, poderia ser considerada a partir da perspectiva do MTST e de sua investida político-institucional. O desafio que se colocaria para esse esforço, porém, seria trazer o debate para as particularidades do Brasil. Afinal, se o populismo de direita emerge no centro do capitalismo como um contramovimento, de certo ambíguo e contraditório, à desdemocratização, o bolsonarismo emerge aqui na esteira daquela que foi, provavelmente, nossa principal experiência democrática, a saber, o lulismo. O curto período que separa o golpe parlamentar e a eleição de Bolsonaro não bastaria para qualifica-la como uma reação ao esvaziamento dos dispositivos de igualdade política e soberania popular do regime democrático brasileiro. O bolsonarismo emerge na história do Brasil na sequência e, em boa medida, como consequência de um momento de aparente consolidação, e não de retração, democrática.

A hipótese que defendo, todavia, é a de que o lulismo foi uma manifestação de tal forma ambígua que significou, ao mesmo tempo, o aprofundamento e o retrocesso democrático no Brasil. Por um lado, ele levou bem-estar material inédito a parcelas expressivas da população, ampliou o seu acesso a bens e serviços e expandiu a garantia de direitos sociais dos setores mais vulneráveis da sociedade. Com inevitável contraparte subjetiva em termos de autoestima e reconhecimento, o incremento positivo nas condições de vida das camadas populares condiz com um modelo mais exigente e, portanto, mais substantivo de democracia. Por outro lado, o lulismo foi capaz de ampliar a democracia à medida que a restringiu. Na medida em que o custo para o progresso foi a acomodação e a assimilação a uma ordem incompatível com um projeto democrático-popular, ou de reformismo forte (Singer, 2012), ele esvaziou do petismo aquilo que o distinguia das outras forças e do sistema político como um todo e o permitia reivindicar um horizonte de autogoverno, por mais vago e abstrato que o fosse.

O PT representara algo diferente, desde a construção de um partido de baixo para cima até a promessa de governos devidamente responsivos aos interesses e às demandas dos trabalhadores. Mas as amplas alianças costuradas pelo lulismo no plano político, que implicaram a dominação dos mesmos de sempre sobre as instituições do poder, por um lado. E um programa econômico que, a despeito de ter promovido avanços importantes, não tinha a vocação de romper com a agenda neoliberal e expandir substantivamente o bem-estar e as perspectivas materiais dos governados, por outro, impediu que se vislumbrasse uma política capaz de superar a profunda desigualdade social e o modelo restrito de democracia que imperam no Brasil. As expectativas de emancipação política e econômica das maiorias permaneceram limitadas, ainda mais se comparadas com o ritmo em que cresciam suas demandas materiais e simbólicas. O salário e o reconhecimento das classes médias e trabalhadoras em geral não davam conta de suas necessidades, levando a frustrações que não encontravam acolhida em um sistema político-partidário inacessível aos interesses, à participação e ao controle dos de baixo. Em junho de 2013, esse descontentamento difuso e carente de vetor político-ideológico em condições de ampará-lo tomou as ruas de todo o país.

Se as forças tradicionais pagaram o preço da resposta que deram à crise de 2008 nos países ricos, o PT e o lulismo sofreram os efeitos do mensalão e, sobretudo, da Lava Jato por aqui. Esquemas de corrupção que, a despeito dos controversos processos judiciais que os desvelaram, retiraram do

partido e de seus governos a distinção que reivindicavam em relação à ordem. Mais do que os efeitos objetivos da crise econômica que se abateu sobre o Brasil a partir de 2014, a esquerda petista teve que lidar com a assimilação de que fora objeto com o sistema que prometera superar. O lulismo, enfim, associou a principal força da esquerda brasileira, cujo campo se confundiu com a sua hegemonia, com a democracia liberal em crise naquilo que ela tinha de bom e naquilo que ela tinha de ruim. O que tornou simplesmente improvável que a transformação de uma ordem vista como corrupta e falida viesse desse campo, sócio e promotor do seu esgotamento.

O bolsonarismo, com claros contornos autoritários e reacionários, emerge nesse vácuo de alternativa. No que concerne ao seu programa econômico, seria difícil enxergar nele qualquer sentido emancipador. Não obstante, ele estava sintonizado com expectativas, inclusive populares, cada vez mais apoiadas na concorrência, no empreendedorismo e no sucesso individual (Dardot e Laval, 2016). É verdade que em 2018 a maioria dos mais pobres seguiu fiel ao Partido dos Trabalhadores, mas parte expressiva deles acompanhou setores de renda média e média alta que optaram por Bolsonaro (Nicolau, 2020). A imagem de um Estado forte e interventor, maculada pelo histórico de corrupção e identificada com serviços públicos precários apesar de uma carga elevada de impostos, não despertava grande simpatia e pôde ser desqualificada pela campanha do ex-capitão.

No terreno político, por mais contraintuitivo que possa parecer, Bolsonaro deu sinais relevantes de aprofundamento da representação em suas diferentes faces. Primeiro, se prestou a definir com rigor os contornos de um povo formado por cidadãos de bem, cujos valores e interesses deveriam ser devidamente representados. De maneira concomitante, se apresentou como parte legítima desse mesmo corpo de cidadãos. Com referências ostensivas a símbolos patrióticos e a preferências ordinárias, Bolsonaro pôde passar a impressão de que tampouco gozava de um título específico para governar. Pelo contrário, fez questão de destacar a simplicidade do gosto e dos modos que ele compartilha com o brasileiro médio – inclusive suas grosserias e preconceitos. Por fim, deu especial atenção à face responsiva de seu governo. Durante a campanha e já no cargo, foram múltiplos os sinais de que enfrentaria um sistema mediado por interesses fisiológicos em prol dos interesses dos governados. De tal forma que a força e a autoridade de um presidente apoiado no passado e no entorno militar serviriam, sobretudo, para atender demandas legítimas de um povo

submetido ao julgo de uma ordem corrupta. Expedientes institucionais e protocolos formais, nesse sentido, agiriam contra a vontade e os desejos dos dominados.

Se a revolta contra a ordem tem se apoiado no desejo de maior participação dos governados, o bolsonarismo também atende a essa demanda. Primeiro, é notável a prioridade que ele outorga às redes sociais como espaço de comunicação. Não é um exagero afirmar que o movimento que levou Bolsonaro à presidência e lhe dá sustentação se localiza, sobretudo, na esfera digital. As redes foram cruciais para a mobilização de seus apoiadores no período que vai de 2014 até a eleição, em 2018, e seguiram recebendo uma atenção especial do presidente e do seu grupo durante o governo. Não apenas como meio de informação, mas também como um espaço de prestação de contas e de consulta, em que a base informa as lideranças acerca dos seus problemas e das suas demandas. As ruas, com manifestações populares, por sua vez, sempre desempenharam papel relevante na construção do movimento bolsonarista. As mobilizações pelo impeachment de Dilma inauguram a ocupação da rua por parte de setores conservadores e, a partir de então, Bolsonaro nunca deixou de recorrer ao contato direto com sua base no período eleitoral. O que servia para atestar a sua natureza popular, durante a campanha, e depois como instrumento de pressão sobre outros poderes e de sinalização do compromisso com uma política feita, muitas vezes, à margem e em detrimento das negociações circunscritas às instituições, no governo. Entre 2019 e 2020, uma série de atos de rua contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal foram patrocinados e chegaram a contar com a presença de Bolsonaro – a pé, a cavalo ou de helicóptero.

Grosso modo, poderíamos dizer que à medida que o bolsonarismo emerge reivindicando o poder para o povo, associado ao estereótipo conservador do sujeito médio, e a defesa de valores caros à preservação de identidades e hierarquias sociais tradicionais, ele consegue aglutinar expectativas, em boa medida reacionárias, mas não só, de mudança na ordem. Mesmo que a subversão do estado de coisas e a ruptura com os rumos tomados pela sociedade tenham como fim último o restabelecimento de uma ordem perdida e marcada pela desigualdade e o autoritarismo.

O MTST entra na tese em chave consideravelmente diferente daquilo que havia sido previsto originalmente. O papel de uma análise conduzida em conjunto com a militância passa a ser evidenciar os constrangimentos para uma saída popular e à esquerda para o que venho chamando de crise da pós-democracia. Afinal, os limites do lulismo apresentados acima não decorrem exatamente de um processo de traição de classe, de corrupção ou cooptação dos seus dirigentes e

das forças sociais que lhe davam sustentação pelas benesses do establishment. Ao contrário, a condição para que ele promovesse os avanços sociais que alcançou foi justamente seu caráter conservador. E para além dos requisitos ligados a uma frágil correlação de forças com os atores ligados ao capital e ao campo político, nos termos de Bourdieu (1981), a face moderada das mudanças propostas e o ritmo lento do reformismo posto em marcha era crucial para a adesão de camadas populares avessas a crises e rupturas.

Com efeito, Singer (2012) mostrou a dimensão eminentemente material e ligada às relações de produção que justificam o apelo do subproletariado, base fundamental do lulismo, à estabilidade política, social e econômica. Uma análise junto ao MTST, porém, permite mostrar como é dessa mesma ordem, severa com os mais pobres, que vêm suas expectativas de ampliação das possibilidades de vida. A própria natureza do movimento é ilustrativa dessa contradição. Pois remete a uma luta que se faz contra o Estado e a propriedade privada, mas que ao mesmo tempo depende diretamente do primeiro para alcançar suas conquistas e não visa romper com a segunda, preservada retoricamente e que consiste no objetivo máximo de sua base. A prática do MTST, em si, passa longe da subversão do sistema e sequer aponta para isso. A aspiração máxima da imensa maioria de seus integrantes é se acomodar, de maneira mais confortável, a ela - sempre dentro do seu aparato simbólico e normativo. E embora a organização e a mobilização popular passem pelo reconhecimento da necessidade de confrontar, pela força, o Estado, a confiança na capacidade de vitória responde ao reconhecimento que esse mesmo poder instituído, por meio de seus representantes ou de sua burocracia, atribui ao movimento.

No âmbito dos valores, a convivência com o MTST permite uma análise acerca dos afetos que permeiam as relações sociais da população mais prejudicada pelo sistema em crise e constroem uma saída radical. É improvável que uma esquerda que reivindica sua identidade e sua diferença com base na transformação dos costumes atraia a confiança de setores da sociedade profundamente apegados às tradições em questão. Setores, aliás, que incorporaram em boa medida a racionalidade neoliberal da meritocracia (Dardot e Laval, 2016) e que têm, geralmente, poucos recursos materiais e disposição subjetiva para a ativa participação política.

Por outro lado, é possível ver também potência de transformação social nas práticas políticas dos governados. As possibilidades de vida se restringem a passos largos. A frustração de expectativas materiais e simbólicas é constante para importantes contingentes populacionais. A ampliação das

desigualdades, a deterioração das relações de trabalho e das condições de obtenção de renda e a redução do escopo protetor do Estado acentuam um ambiente precário à sobrevivência dentro desta ordem. Como mostrou Streeck (2018), na rotina interminável de compra de tempo para perpetuar a legitimidade de um capitalismo contraditório com o bem-estar dos trabalhadores, o neoliberalismo contemporâneo tem esgotado o último recurso empregado, a saber, o endividamento privado que supre o recuo do Estado.

De tal maneira que, para sobreviver, as camadas populares são praticamente forçadas a, de maneira mais ou menos organizada, contornar as normas sociais e legais que sustentam a ordem. À medida que não podem pagar o aluguel, por exemplo, participam de ocupações ilegais de imóveis e passam a negociar com um Estado constrangido, pelos imperativos da governamentalidade, a atender as suas condições mínimas de vida. Para usar a formulação de Chatterjee (2004), mesmo que não almejem governar diretamente, à imagem consagrada do autogoverno democrático, os mais pobres têm, por meio da ação direta e à margem da legalidade formal, forçado os governantes a atender suas exigências. Contra a política das elites típica da democracia liberal, aparece a política dos subalternos, mediada por relações privadas e heterogêneas e envolta na face feia da vida popular. Embora ela possa chocar espíritos iluministas entusiastas de uma sociedade civil fundada em valores e instituições universais, a emergência da sociedade política, nos termos de Chatterjee (Idem) deve ser reconhecida como um significativo avanço democrático em um contexto de esvaziados mecanismos de representação e participação.

É difícil, porém, estabelecer claramente essa linha entre o que consiste em mostrar como se quer ser governado e o que consiste em governar, mesmo que de forma mediada. Afinal, a apreensão ideal de um autogoverno na sua forma mais absoluta ignora uma tensão imanente à democracia e que remete ao fato de que sempre haverá conflito acerca de quem formula e executa as normas (Miguel, 2017). Conforme encontramos meios de mostrar como queremos ser governados esbarramos, inevitavelmente e mesmo que de forma parcial e ambígua, na vontade de governar para não sermos governados, como descreveu Maquiavel (2003). A única forma de lidar, positiva ou negativamente, com o medo de ser governado, comum aos diferentes tipos de organização social do poder, é buscando meios de controlar, informar e punir os governantes. Ou seja, de governar – mesmo que indiretamente.

O que se dará, provavelmente, à revelia do modelo convencional de uma sociedade civil desprovida de contradições no conflito com o Estado. Seguindo Chatterjee (2004), parece razoável imaginar que qualquer forma de progresso democrático nos dias que correm vão obedecer à imagem do que ele chama de sociedade política. A saber, à invasão das instituições formais do poder instituído por parte de uma política popular que reproduz hábitos, costumes e valores ambíguos da própria vida social. Âmbitos e práticas legais e extralegais deverão se sobrepôr e movimentos de sentido emancipador e participativo vão ter de fazer concessões para acomodar e reconfigurar valores e afetos conservadores. O MTST é expressão, senão bem acabada, legítima de um tipo de política que opera na tensão entre o instituinte e o instituído, desloca e reconfigura práticas e instituições tradicionais da política e aponta para um horizonte que se não é expurgado de todas as formas de dominação social, ao menos é permeado pela contestação do esvaziamento da política e da democracia.

É difícil vislumbrar, no curto e no médio prazo, uma saída radical à crise da democracia liberal que passe pela esquerda. O mais provável, no campo progressista, é um tipo de reacomodação com a ordem. O esperado fracasso das contraditórias e insuficientes saídas nacional populistas, de um lado, e o relativo sucesso eleitoral de uma centro-esquerda moderada, de outro, favorecem essa escolha. Mas o caminho das supostas moderação e responsabilidade incorre em dois problemas de peso. Primeiro, ele tende a ampliar o fosso que existe hoje entre a esquerda e as camadas médias e populares que foram seduzidas pelo populismo de direita e não têm suas angústias e vontades contempladas pela reprodução liberal do sistema político. O que torna ainda mais improvável a recuperação de laços sólidos e estáveis entre forças progressistas e os governados. Em segundo lugar, as propostas mais moderadas, cuja principal virtude é bloquear o caminho autoritário e regressivo da extrema-direita, não dão conta de lidar com uma crise de caráter estrutural. Em outras palavras, ao se apresentar como alternativa e resistência à debacle populista, essa esquerda não atinge os fundamentos que levaram a última a ascender como último recurso dos sem-título à dominação. Enquanto entender a força de Bolsonaros, Trumps e Orbáns como causa da crise da democracia e não como consequência da crise da pós-democracia, ela seguirá alimentando a cadeia de acontecimentos e processos responsáveis pela sua emergência.

Não adianta defender a democracia liberal dos seus oponentes se o sistema político continua impermeável aos interesses e à influência dos cidadãos comuns. Nesse caso, o processo de

desdemocratização seguirá seu curso e será difícil encontrar qualquer traço democrático nos regimes que um dia serão celebrados pela resistência ao populismo de direita. Como notou Emmanuel Todd (2020), a ascensão das forças reacionárias, embora ameacem a hegemonia política do establishment, presta um serviço valioso às elites políticas e econômicas. Ela lhes permite reivindicar para o sistema que dominam, praticamente sem nenhuma perturbação popular, o título de democrático.

O espírito que atravessa esta tese pode parecer ingênuo ou digno de um voluntarismo normativo e abstrato. Mas é justamente enfrentando e se imiscuindo na face feia e nas contradições de uma prática política sabidamente estrangida pelos campos político e econômico, limitada em seu alcance emancipador e incerta quanto ao seu apelo social, que se pretende contribuir com os campos acadêmico e político. Para a Ciência Política, além de oferecer alguns elementos para uma melhor compreensão de um fenômeno complexo, vasto e potente, espero encorajar a sobreposição da democracia como objeto do conhecimento e da ação dos sujeitos geralmente sem-parte, na formulação de Rancière (2018), na explicação de sua evolução. Para a política, espero estimular algum debate em uma esquerda em boa medida perdida – não por falta de razões – face ao delicado dilema entre a ordem liberal e a revolução conservadora.

Com esses objetivos, este trabalho é dividido em quatro grandes partes, cujo conteúdo apresento brevemente abaixo, embora já tenha discorrido um pouco sobre elas. No primeiro capítulo, questiono o tipo de democracia que está em crise hoje. A partir de uma discussão crítica dos cânones da visão mais corrente sobre o conceito e apoiado, sobretudo, em autores como Colin Crouch, Wolfgang Streeck e Chantal Mouffe, argumento que a crise que vivemos é antes de mais nada uma crise da pós-democracia e que passa pelo retorno de um fantasma populista que costuma, com alguma frequência, visitar a democracia liberal – dessa vez sob uma forma decididamente reacionária.

No segundo capítulo, tento deslocar o debate sobre a crise da democracia liberal e a consequente ascensão do populismo de direita para o Brasil. Ao contrário do que sugere parte relevante da literatura e a despeito das profundas particularidades do caso nacional em relação ao fenômeno mais amplo, defendo que há paralelos importantes entre o processo de desdemocratização no centro do capitalismo e o esvaziamento do antagonismo e do horizonte de transformação social promovido pelo lulismo. À medida que a esquerda avançou a passos largos rumo à acomodação

com a ordem liberal pós-democrática, ela perdeu os traços que a distinguiam do sistema e lhe permitiam reivindicar algum grau de autogoverno dos de baixo diante do poder das oligarquias políticas e econômicas. Só assim é possível entender o movimento bolsonarista como um ambíguo, contraditório e regressivo contramovimento à desdemocratização.

Com efeito, no terceiro capítulo me debruço sobre a ascensão de Jair Bolsonaro como uma alternativa reacionária e sustentada também em bases médias e populares a um sistema político desgastado e em crise. Analiso a maneira como o bolsonarismo, entre 2014 e meados de 2020, já no governo federal, aprofunda faces diferentes da representação e da participação política. Embora não se possa dizer que se trate de um movimento democratizante, ele mobiliza dimensões e afetos típicos de uma prática política que parece carregar a influência dos governados sobre o poder instituído.

No quarto e último capítulo, a tese se volta para a trajetória recente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e a uma etnografia da luta junto a sua base para buscar entender os limites e o potencial de uma superação do esgotamento da democracia liberal que seja ao mesmo tempo popular e progressista. Não se trata de estabelecer um paralelo invertido com o capítulo anterior. Cumpre, simplesmente, tomar a experiência com os sem teto em meio à luta pela moradia como uma ilustração da maneira pela qual as camadas populares se relacionam com o Estado, as instituições políticas e as possibilidades coletivas de transformação social.

Convém, por fim, uma breve nota a respeito da metodologia empregada no trabalho e que obedece a diferentes registros, mesmo que todos de corte qualitativo, nas quatro partes que compõem a tese. Os dois primeiros capítulos consistem, fundamentalmente, em debates com a literatura teórica. No primeiro, como dito acima, parto de um diálogo crítico com a produção mais recente acerca do que tem sido chamado de crise da democracia. Nele, recorro a fontes secundárias para contestar a interpretação hegemônica acerca da instabilidade da democracia liberal e da ascensão de lideranças e partidos populistas de direita. Pesquisas de opinião e dados quantitativos servem, pontualmente, para sustentar a argumentação.

No segundo capítulo, com um objeto empírico mais bem definido, me apoio no debate acadêmico brasileiro para analisar a evolução petista rumo ao lulismo e os seus efeitos de ordem político-social. Recorro, então, a dimensões específicas de interpretações críticas à experiência do PT no governo federal para questionar a impressão dominante de que o lulismo correspondeu ao auge da

trajetória democrática no Brasil, seja com base em critérios institucionais ou substantivos. Assim como no primeiro capítulo, mobilizo alguns dados estatísticos para ilustrar determinados argumentos, mas o grosso da análise tem natureza qualitativa e parte de fontes secundárias sobre o objeto.

Os capítulos três e quatro contam, finalmente, com um esforço destacado de pesquisa empírica combinado com uma análise teórica mais original. O que não quer dizer que seguem perspectivas metodológicas semelhantes, pelo contrário. No terceiro, o bolsonarismo é descrito e interpretado, essencialmente, a partir da análise das redes sociais dos atores que conformam o movimento. Privilegia-se, porém, as redes do próprio Jair Bolsonaro, notadamente sua página no Twitter, com uma análise exaustiva das postagens feitas entre 2014 e abril de 2020. O mesmo esforço se dá em relação às transmissões no Youtube, as lives do já presidente Bolsonaro, entre 2019 e abril de 2020. Levantamentos quantitativos são usados pontualmente para compor o quadro dessa mesma análise, assim como a observação das redes de outros atores bolsonaristas, sejam parlamentares, membros do governo ou influenciadores do movimento conservador. Diferentemente dos capítulos anteriores, recorro principalmente a fontes primárias, como matérias de jornais e revistas. A literatura incipiente sobre o fenômeno também é usada em chave sobretudo descritiva.

No quarto capítulo, o registro metodológico muda substancialmente. Sua primeira parte tem como base uma pesquisa que combina métodos qualitativo e quantitativo para interpretar a evolução do repertório de ação do MTST a partir das aparições do movimento no jornal Folha de S.Paulo, com análise exaustiva das matérias publicadas entre 2013 e 2017. A partir de então, a pesquisa assume uma clara inspiração etnográfica e adota, nos termos de Donna Haraway (1988), uma posição parcial para uma produção de conhecimento que parte da descrição e da análise de determinados episódios e processos caros à compreensão do fenômeno mais amplo que a tese pretende investigar. Há claros pontos de convergência, aqui, com a proposta de um estudo de caso ampliado, de Michael Burawoy (2014), que sugere a análise de um caso particular e a observação participante para elaborar contribuições a uma teoria amparada em categorias mais amplas.

Evito, nesta parte, o recurso a entrevistas e questionários, pois entendo que a discussão em questão diz mais respeito a uma prática política e ao compartilhamento de valores de difícil elaboração sistemática. É na convivência cotidiana e intensa, como sugere Gabriel Feltran (2011), que se extrai o que há de mais importante para as questões em análise. Nesse caso, os motivos que

constrangem a rebelião dos mais pobres contra uma ordem que atende precariamente os seus interesses e dá sinais significativos de esgotamento. Dificilmente eu poderia elaborar uma pergunta nesses termos e esperar uma resposta válida e convincente dos sujeitos em estudo. A sobreposição entre pesquisa e luta permitiu ainda operar um choque de conhecimento e expectativas práticas e teóricas suficiente para alterar e reconfigurar o escopo e a forma do objeto em questão. As hipóteses iniciais se mostraram, como revelado acima, subsidiárias a temas mais relevantes para as mesmas preocupações originalmente definidas. Os resultados registrados só foram possíveis pela adoção de uma postura indutiva e focada, primeiramente, na observação contínua e na descrição dos fenômenos. A perspectiva etnográfica reconfigurou todo o quadro teórico-analítico desta tese ao colocar as chaves cognitivas e os imperativos pragmáticos e os valores dos sem teto na base dos problemas a serem enfrentados e das respostas a serem almejadas. É importante reconhecer que também por isso as explicações e os quadros interpretativos oferecidos não correspondem a um dado estanque da realidade. Os saberes produzidos são de médio alcance e é provável que os argumentos levantados não demorem a se tornar datados.

E aqui cumpre registrar, desde já, os limites teóricos e analíticos desta tese. Primeiro, ela não obedece ao modelo de uma investigação de contornos muito bem definidos, movida pela relação de causa e efeito entre duas ou mais variáveis. Seu escopo é, aliás, muito mais amplo do que se costuma recomendar e a contribuição almejada seria dificilmente inserida em um campo específico da produção científica. Nas fronteiras de disciplinas como a Ciência Política, a Sociologia e a Antropologia, o trabalho sequer obedece a cânones de certas tradições positivas ou normativas.

Contudo, considere que valia a pena assumir os riscos de uma tal empreitada. Não somente por consistir em uma pesquisa orientada por curiosidades, angústias e experiências do autor enquanto militante e pesquisador. Mas porque pretende, mesmo que talvez de maneira um tanto presunçosa, intervir em um debate fundamental sobre as causas da crise política contemporânea, as qualidades do regime ameaçado e os termos de uma defesa hegemônica quase acrítica nos círculos intelectuais. Uma intervenção que se desdobra também em considerações sobre as alternativas regressivas que despontam em relação ao esgotamento da ordem liberal e sobre as possibilidades de uma saída substantivamente democrática, embora permeada por contradições, que permita vislumbrar uma superação da polarização que tem se estabelecido entre a desdemocratização liberal e o populismo reacionário. Se esta tese é atravessada, do início ao fim, por um evidente

compromisso normativo, ela dificilmente poderá ser acusada de voluntarismo ou condescendência. Pelo contrário, o mais provável é que desperte desconfiança e algum desconforto no campo político no qual se insere.

O alargado escopo e a investida crítica e teórica deste trabalho superam, claramente, as capacidades do autor. Diversas lacunas se mostrarão evidentes. Mas se posso me agarrar a alguma coisa na defesa dessa imprudência, gostaria de recorrer à crítica que Wolfgang Streeck (2017) fez a uma Ciência Política que, em um momento tão sensível para a definição dos rumos da sociedade moderna, se contenta em mobilizar técnicas sofisticadas de pesquisa para explicar fenômenos muitas vezes ordinários e laterais à crise profunda por que passa a relação entre capitalismo e democracia. A principal contribuição deste trabalho é, justamente, chamar a atenção para algumas das tensões e alguns dos efeitos dessa desgastada relação nos dias de hoje. E na medida em que as categorias, as teorias e as preocupações normativas que mais circulam parecem insuficientes para dar conta da dimensão das mudanças que temos observado, assumir alguns riscos parece ser o menor deles.

I. A CRISE DA (PÓS)DEMOCRACIA

Ao falar em crise de representação, no início da década passada, analistas políticos não costumavam lamentar o fenômeno. Índices decrescentes de comparecimento eleitoral e a redução no número de filiados a partidos, por um lado, e a multiplicação de protestos de rua, por outro, demonstravam o desgaste de instituições e práticas políticas convencionais. Todavia, não era raro encontrar otimismo em interpretações que viam na insatisfação popular com a ordem estabelecida sinais de aprofundamento da democracia via a iminente abertura dos canais de participação e representação a camadas marginalizadas dos espaços de poder. Com efeito, setores progressistas viram com bons olhos o ciclo de revoltas que, começando pelo mundo árabe em 2010 e passando por Espanha e Estados Unidos, em 2011, antes de chegar a países emergentes como Brasil e Turquia, em 2013, abalou a prática e a teoria política. O caráter democrático da primavera árabe, voltada contra velhos regimes autoritários, era evidente. 15-M, Occupy Wall Street e junho de 2013, com forte protagonismo jovem, pressionavam as instituições. Mas apontavam para mais liberdade, igualdade e participação. Não seria de bom tom identificar nesses movimentos traços antidemocráticos.

No final da década, porém, a crise de representação deu lugar à crise da democracia. E o otimismo de intelectuais e acadêmicos liberais de outrora parece proporcional ao pessimismo de hoje. A votação do Brexit e as eleições de lideranças como Donald Trump e Jair Bolsonaro, passando por governos como os de Victor Orbán, na Hungria, e a coalizão entre o movimento Cinco Estrelas e a Liga de Matteo Salvini, na Itália, foram o bastante para afligir os espíritos comprometidos com o regime democrático. As combinações particulares de uma agenda cultural conservadora com um programa de governo autoritário inspiraram, inclusive, analogias com os anos 30 do século passado. Na esteira de uma crise econômica que deteriorou perspectivas e condições materiais de vida, em meio à expansão das desigualdades sociais e à contestação de privilégios ligados ao gênero, à origem, à cor e à orientação sexual, um grosso caldo de insatisfação alimentou o que autores como Larry Diamond (2015) chamaram de recessão democrática.

O que aconteceu? O que fazer? São duas das perguntas que cientistas políticos têm feito a si mesmos e tentado responder, diariamente, nos últimos anos. Tanto por razões cognitivas, afinal

poucos imaginavam um refluxo da democracia na sequência de uma significativa expansão geográfica, quanto por motivos normativos, cujos motivos prescindem de explicação. Nesse esforço, chama a atenção o fato de a maioria das respostas – ao menos aquelas de maior repercussão nos debates público e acadêmico – sugerir a restauração da ordem em crise. É compreensível o desejo de preservação de preceitos básicos de convivência coletiva e de garantias individuais frente a ameaças de intolerância e autoritarismo respaldadas social e politicamente. Por outro lado, é evidente a contradição de uma solução que consiste em recuperar as condições que não só permitiram como promoveram a ascensão do que chamarei aqui, seguindo autores como Mouffe (2018) e Fraser (2020), de populismo de direita. Donald Trump presidente dos Estados Unidos e Jair Bolsonaro presidente do Brasil resultam de algo que deu errado em respectivos regimes. Sua eleição e a forma que assumiram seus governos devem ser entendidas mais como consequências e menos como causas da crise política por que passam as democracias liberais.

A crise financeira de 2008 deve, indiscutivelmente, fazer parte de qualquer tentativa de explicação dessas eleições e do fenômeno populista em termos gerais. Não obstante, as evidências de descrédito da democracia liberal perante a cidadania já se acumulavam antes da quebra do banco Lehman Brothers. Indicadores de comparecimento às urnas, filiação partidária, confiança em instituições políticas tradicionais e de participação eleitoral de jovens teciam um quadro arrebatador de degradação da legitimidade do sistema político típico das democracias liberais já no período que antecede a instabilidade econômica e seus desdobramentos políticos (Rosanvallon, 2006; Castells, 2018). Reduzir a envergadura dos acontecimentos contemporâneos à crise econômica e seus efeitos sobre o crescimento dos países e a renda das pessoas prejudica uma compreensão mais ampla do momento que atravessamos. A questão que está na ordem do dia e em torno da qual deveria se organizar pelo menos uma parte dos debates político e acadêmico diz respeito ao quanto a crise contemporânea da democracia liberal é fruto de muito ou pouca democracia. Por trás dela, porém, se esconde o problema da própria definição de democracia, um conceito histórica e politicamente disputado, nos termos de Gallie (1956), e que nos últimos tempos foi progressivamente esvaziado de noções como igualdade e soberania popular (Mouffe, 2018). Contudo, a visão mais disseminada no debate público e nos círculos acadêmicos de maior prestígio acerca dos principais fenômenos políticos de nossos dias parece questionar muito pouco as qualidades do regime ameaçado que se pretende defender.

Neste capítulo, parto provavelmente da principal expressão da indústria literária que se formou em torno da crise das democracias liberais, a saber, o livro “Como as democracias morrem”, de Seteven Levitsky e Daniel Ziblatt, para apreender os contornos da análise mais disseminada sobre a ascensão populista e o grave momento político por que passamos. Intervenções de pesquisadores brasileiros são mobilizadas para ilustrar como as mesmas premissas do livro informaram, de maneira determinante, o debate público nacional ao longo da campanha que levou Jair Bolsonaro à presidência da república. É sabidamente injusto comparar artigos de opinião curtos e pontuais a resultados de extensas investigações teóricas. Mas além da relativa ausência, até então, de trabalhos científicos que insiram a experiência brasileira no contexto mais amplo de crise da democracia liberal, a intenção aqui é ver como a apreensão restrita de democracia presente na literatura internacional orienta a interpretação do fenômeno bolsonarista e define os contornos do debate público local. Em seguida, discuto as contribuições e os limites de dois dos mais citados autores dessa mesma agenda; David Runciman e Yasha Mounk, cujos trabalhos ajudam a entender até onde pode ir a visão hegemônica do atual momento político. Enfim, critico a capacidade explicativa e o horizonte normativo de uma interpretação da crise política contemporânea que sugere a preservação de uma ordem esvaziada de efetivas representação e participação popular.

O objetivo deste capítulo é introduzir as bases da hipótese que atravessa este trabalho. Qual seja, de que aquilo que tem sido visto como crise da democracia nada mais é do que a entrada em cena de contramovimentos, certamente contraditórios e regressivos nas saídas que defendem para a crise, ao que autores como Wolfgang Streeck (2018) têm chamado de desdemocratização e que aprofunda os elementos elitistas de um regime melhor qualificado de pós-democrático, para usar a expressão de Colin Crouch (2000). Conceitos que não se equivalem integralmente, mas descrevem o mesmo processo de extinção gradual do que já houve de substantivamente democrático em sistemas políticos liberais. Em seguida, abordo os méritos e as contradições da categoria teórica e da lógica populista para explicar e dar conta, politicamente, dos acontecimentos em curso. Por fim, analiso a dianteira assumida por forças reacionárias em relação ao campo progressista em meio ao declínio de instituições e práticas típicas de uma ordem política que dá claros sinais de decomposição.

1. Em busca da ordem perdida: a interpretação e os remédios liberais para a crise da democracia

No campo heterogêneo que aqui chamo de liberal, situo os autores que associam a estabilidade da democracia, sobretudo, à preservação do Estado de direito e das liberdades individuais, relegando a um segundo plano os valores da igualdade e da soberania popular¹. O diagnóstico que fazem e as soluções que defendem para a crise política contemporânea podem ser divididos em duas dimensões, embora estejam sobrepostos.

A primeira delas consiste em atribuir, a partir da consideração de que a democracia é indissociável de uma noção vaga de consenso, a crise democrática a uma progressiva polarização política e societal alimentada por certas forças demagógicas. Caberia, então, às elites políticas resistirem ao apelo popular dessas lideranças e reconstruir uma espécie de acordo que permita àqueles dotados de racionalidade, moderação e perícia na gestão do poder retomar o curso normal dos assuntos públicos. A segunda dimensão comum a esse conjunto heterogêneo de elaborações remete à ideia de que transformações de ordem econômica, cultural e política, além da irresponsabilidade de líderes estranhos aos padrões da disputa eleitoral, têm colocado as instituições em risco. Normas formais e informais que regulam o sistema democrático vêm sendo contestadas e desrespeitadas frequentemente, o que ameaçaria a possibilidade de coexistência pacífica de adversários políticos e o próprio Estado de direito. Ao contornar os códigos de conduta esperados para o bom funcionamento da democracia, diversos atores esvaziam as instituições de sua credibilidade e, no limite, retiram sua condição de mediar pacificamente os interesses em disputa. Restaurar o respeito às normas e ao poder instituído consistiria, assim, em tarefa primordial para aqueles preocupados com a saúde da democracia.

1.1. O consenso

O nível de conflito que uma democracia pode sustentar é deveras pequeno para grande parte de seus analistas. A imagem de uma sociedade polarizada em que algumas forças parecem apostar corrida em direção aos extremos do espectro ideológico assusta aqueles que identificam o regime democrático com categorias como o consenso e a moderação. Há divergências quanto à natureza

¹ Para uma discussão sobre a relação entre liberalismo e democracia, ver Mouffe (2018: cap. 1).

do conflito social. Alguns reconhecem que ele expressa divisões reais no seio da sociedade, enquanto outros atribuem sua existência à ação interessada de líderes demagogos, que explorariam falsas oposições coletivas em benefício próprio. De toda maneira, há acordo quanto à necessidade de superar o conflito e de afastar qualquer tipo de polarização da esfera política na medida em que seria impossível compatibilizar radicalismo e democracia. O alinhamento a essa posição está colocado nos debates que despertaram as eleições de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil. Ambas consistiriam no desdobramento mais cristalino de processos daninhos de polarização e confronto que ultrapassam, em uma relação que obedece a uma diversidade de sentidos, as linhas divisórias entre os mundos social e político.

Se o resultado das eleições presidenciais americanas de 2016 reforçava o diagnóstico de recessão democrática ao encorajar líderes autoritários ao redor do mundo, por um lado, ele não poderia ser considerado um ataque repentino e isolado a uma democracia em pleno funcionamento, por outro. É o que afirmam Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. De acordo com eles, a vitória eleitoral de Donald Trump é apenas a consequência de um processo histórico mais amplo de polarização sectária extrema “capaz de matar democracias” (Levitsky e Ziblatt, 2018: 20). A estabilidade democrática norte-americana teria se baseado, em larga medida, na exclusão racial formalmente vigente até meados dos anos 60. A partir da expansão dos direitos civis e do voto negro, inicia-se uma escalada de tensão e polarização no interior da sociedade responsável por desgastar o acordo bipartidário, que garantia o respeito a normas formais e informais indispensáveis ao regime democrático. Segundo os autores, o primeiro sintoma político de ruptura foi a ascensão do deputado republicano Newt Gingrich, que, a partir dos anos 90, teria explorado uma “onda de polarização enraizada no descontentamento público crescente” e ajudado a estabelecer a “política como guerra” como estratégia dominante do partido Republicano (Idem: 144). A própria eleição de Obama teria exposto a polarização aguda entre o eleitorado dos dois partidos, mas também em parte da mídia, que chegou a ecoar protestos de grupos que, como o Tea Party, chamavam o presidente de marxista e o ligavam a grupos terroristas internacionais. Portanto, antes mesmo da eleição de Trump, a política americana já seria marcada por uma relação de animosidade entre as suas duas principais forças. O período de convivência harmoniosa entre adversários políticos, capazes de chegar a acordos e permitir o funcionamento constante das instituições ficara para trás. Trump seria apenas o retrato mais grosseiro de uma esfera política pautada pelo medo e a aversão

em relação ao outro. Em outras palavras, o conflito, presumivelmente nocivo à harmonia democrática, já ocupava o lugar do consenso.

No caso brasileiro, o confronto tem sido a principal chave de explicação para uma quadra histórica conturbada do ponto de vista político. O ainda confuso junho de 2013 opera como uma espécie de ponto de virada entre um período de estabilidade institucional e uma sequência de acontecimentos definida essencialmente pela divisão, presente em todas as eleições desde 2014, no impeachment de Dilma Rousseff e nos desdobramentos da operação Lava Jato. A eleição de Jair Bolsonaro, entusiasta da ditadura militar, foi vista por uma ampla gama de analistas como consequência desse ambiente marcado por polarização. De tal forma que o risco por que passa a jovem democracia nacional tem como principais responsáveis aqueles que estimulam o conflito. Vários intelectuais identificados com o campo progressista, inclusive, demonstraram pesar pela crise do consenso. Em texto publicado no dia da posse de Bolsonaro, Pablo Ortellado (2019), por exemplo, afirmava:

Embora os brasileiros defendam serviços públicos universais, o fim da corrupção e um bom convívio entre os diferentes, o antagonismo das identidades promove uma divisão artificial, de rótulos, a serviço de uma agenda política que é o avesso de tudo isso. Enquanto não abandonarmos as identidades políticas cujo antagonismo é alimentado por notícias hiperpartidárias e exploradas por grupos políticos organizados, não sairemos dessa armadilha.

Entre os dois turnos, Celso Rocha de Barros (2018) elogiava a virada ao centro do candidato do PT, Fernando Haddad, ao comemorar a adoção de um “discurso moderado” e de um programa “social-democrata”. Já depois das eleições e frente a sinais de que o governo Bolsonaro não seria devidamente tutelado pelas raras figuras moderadas de seu entorno, Barros (2018b) lamentava: “E lá vamos nós, que sempre nos orgulhamos da moderação e da disposição brasileiras para a acomodação, viver sob o governo mais distante do centro dentre todos os países democráticos contemporâneos”.

É razoavelmente aceito, com efeito, o argumento de que a catástrofe representada pela eleição de Bolsonaro resulta do fim de um acordo entre elites políticas que governaram o país desde a redemocratização e, em meio a uma “luta fratricida”, nas palavras de Fernando Limongi (2019), colocaram a democracia brasileira em cheque. Sem negar de forma contundente a relevância de clivagens de ordem social e cultural que separam os eleitores, analistas afeitos à tradição liberal concentram suas baterias na irresponsabilidade das elites para explicar a crise da democracia. É como se a classe política tivesse se deixado levar por interesses imediatos menores, pelo apelo

popular de ideias inconsequentes e abandonado o compromisso com o próprio regime democrático que ajudou a construir.

Diagnóstico semelhante ao que traçam Levitsky e Ziblatt para o caso norte-americano. Frente a um cenário de polarização extrema, caberia às elites políticas, identificadas com os dois grandes partidos, resistir por meio de “um forte consenso bipartidário” (Levitsky e Ziblatt, 2018: 206). Segundo eles, líderes políticos têm duas opções diante da polarização e a vulnerabilidade da massa em atender aos chamados populistas: “considerar as divisões da sociedade como naturais, mas tentar se contrapor a elas com cooperação e compromissos no nível das elites [ou] superar a polarização” (Idem: 213).

Os autores de “Como as democracias morrem” sugerem que demagogos extremistas surgem de tempos em tempos em todas as sociedades. Caberia aos líderes políticos, notadamente os partidos, ter coragem suficiente para evitar que eles acumulem poder. Foi justamente a combinação entre primárias vinculantes, abertas a candidatos pouco inseridos no establishment político e social, e a condescendência da elite do partido republicano que teria permitido a eleição de Trump. Para Levitsky e Ziblatt, uma mistura letal de ambição, medo e cálculos equivocados levaram os caciques republicanos a se absterem de seu papel de “guardiões da democracia” contra líderes demagogos e ameaças autoritárias. A própria criação das primárias em meados do último século e como resposta à demanda por mais democracia teria exagerado na dose e aberto o campo para aventureiros. A democracia deveria, portanto, ser protegida da tentação exercida sobre o eleitorado por líderes radicais. Frente à ameaça populista, competiria às elites, representadas pelos partidos, proteger a democracia de uma massa suscetível à sua demagogia mais barata. Não é difícil supor o lado para o qual os autores acreditam que deve pender o compromisso na tensão que, segundo eles, move a democracia:

Em si mesmo, o excesso de confiança em guardiões é antidemocrático – pode criar um mundo de chefes partidários que ignoram as bases e não logram representar o povo. Porém, um excesso de confiança na ‘vontade popular’ também pode ser perigoso, pois arrisca levar à eleição de um demagogo que ameace a própria democracia (Idem: 48).

A decepção com os guardiões responsáveis pela preservação da ordem democrática também informou as primeiras análises locais sobre a eleição de Bolsonaro no pleito de 2018. Na sentença de Limongi (2019) predomina a ideia de que “a elite brasileira, e não só a política, caprichou. Todos, sem exceção, contribuíram e o resultado está aí”. A escolha de Fernando Haddad como

candidato presidencial e potencial líder de uma certa renovação do Partido dos Trabalhadores chegou a empolgar analistas de centro-esquerda, convencidos da importância do partido como esteio do sistema democrático nacional e da necessária moderação de seu discurso político-econômico. Celso Rocha de Barros (2018c) dizia, no início do segundo turno, que Haddad “é perfeitamente capaz de levantar as bandeiras que o PT precisa defender, mas o partido precisa deixá-lo vencer” – o que implicava “ganhar terreno no centro, que não está interessado em discurso imbecil contra Lava Jato ou a favor do vagabundo Nicolás Maduro”. A relação com o governo venezuelano é cara para essa espécie de liberalismo progressista. Mathias Alencastro (2019), por sua vez, criticou a viagem da presidente do PT, Gleisi Hoffman, a Caracas no início de 2019. Segundo ele, a visita seria uma prova de que o partido segue avesso a qualquer tipo de renovação. E arrematou: “a história contará como a atual cúpula petista manipulou um drama nacional - a detenção da maior liderança da era democrática - e deslegitimou a campanha do seu maior agente renovador, Fernando Haddad, para assegurar a sua sobrevivência”.

Para além de lamentar a irresponsabilidade da classe política na eleição de Bolsonaro, foi comum entre os círculos progressistas brasileiros questionar o preparo do presidente para o exercício do mandato. Proveniente do chamado baixo clero do Congresso, ele seria um tipo de intruso em meio a um espaço reservado a uma certa elite. Ao dizerem que ao invés de votarem naquele que reconhecem como detentor de qualidades superiores, que o tornariam apto a governar, brasileiros escolheram um homem parecido com seu tio, como fez Eliane Brum (2019), analistas associaram democracia e governo dos mais preparados. No mesmo texto, a autora compara Lula a Bolsonaro da seguinte maneira:

Lula era o melhor entre os seus, o melhor entre aqueles que os brancos do Sul discriminavam com a pecha de ‘cabeça chata’. Se sua origem e percurso levavam uma enorme novidade ao poder central de um dos países mais desiguais do mundo, a ideia de que aquele que é considerado o melhor deve ser o escolhido para governar atravessa a política e o conceito de democracia.

Está implícita na formulação de Brum e, em termos mais amplos, na concepção de democracia que sustenta as interpretações da crise apresentadas até aqui e escritas no calor da hora, a ideia travestida de consenso de que governar é uma prerrogativa de uma parcela restrita da sociedade. Trata-se do caráter excepcional dos governantes ao qual fez referência Bernard Manin (1997) ao distinguir as noções de democracia e governo representativo. Aquilo que costumamos chamar de democracia, com efeito, tem pouco a ver com sua apreensão original, associada à clássica

experiência ateniense e recusada por longa tradição de pensadores e atores políticos. Inclusive pelos fundadores da república norte-americana, que recorreram à instituição da representação e a vastas prerrogativas para um poder judiciário isento de controle popular justamente para evitar os riscos notados desde Platão de um sistema político movido pelas vontades e caprichos das maiorias. Dotadas de um preparo inacessível a todos e resultado de combinações particulares de técnica, talento e responsabilidade, as elites não deveriam furtar-se do compromisso com a autoridade sobre o povo e, portanto, com a democracia, cujo significado foi reconfigurado ao longo do tempo para se adequar a uma ordem esvaziada de soberania popular, como mostra John Dunn (2016). O demos, afinal, sensível a paixões e interesses particulares de curto prazo, estaria sempre vulnerável aos apelos de lideranças demagógicas. A democracia, imbuída de valores universais e ligados eminentemente aos direitos individuais, deveria ser protegida dele.

Uma oposição formulada em termos parecidos emerge com frequência no debate público em meio aos protestos, mais ou menos violentos e populares, que têm marcado a história política recente de diferentes países. Como foi o caso da França, com o movimento dos coletes amarelos, que tomou as estradas e as ruas do país entre o fim de 2018 e o começo de 2019. De um lado, apareceram os moradores do campo, com sua educação precária, seus modos caipiras, seus valores atrasados e sua intransigência na reivindicação por poder de compra oposta aos esforços públicos contra o aquecimento global. De outro, resistiam o governo, as elites e setores médios urbanos, com sua formação elevada, seus modos refinados, seus valores progressistas e sua disposição em levar a França para o futuro, a começar pela defesa do meio ambiente. A discussão suscitada pelo movimento, cujas dimensões ultrapassaram todas as previsões, retratou muito bem o medo do povo em sua face mais desordenada, inconformada e desejosa de participação nos assuntos públicos por parte daqueles convictos de que portam os bons valores, inclusive o democrático. Uma ilustração bem acabada do problema de fundo que preocupa os espíritos comprometidos com um governo representativo imune à desordem natural de regimes mais próximos da democracia no seu sentido clássico, nos termos definidos por David Held (1987).

No Brasil, a razão, ou a falta dela, foi também central no debate a respeito do apelo popular de Bolsonaro. Nos círculos progressistas, dois vetores correram lado a lado para explicar sua vitória eleitoral e informar a correta ação política diante dela. O primeiro deles consistiu em dizer que a base fundamental de Bolsonaro, responsável por sua eleição, é uma classe média “asselvajada”,

movida eminentemente pelo ódio e pela discriminação². Já o segundo acoberta o caráter elitista da concepção de democracia mais em voga ao justificar a adesão de parte das classes populares ao ex-capitão pela infeliz natureza contraditória de sua consciência. Em entrevista à Folha de S.Paulo, a socióloga Esther Solano chegou a lamentar, por exemplo, a intolerância característica do convívio com o outro na sociedade brasileira contemporânea e sugeriu que a saída para isso passa por uma espécie de “alfabetização digital”, que consistiria em “educar o brasileiro para que ele saiba encontrar formas responsáveis de se informar por meio das redes sociais e também de se comportar dentro delas”³.

A eleição do ex-capitão seria expressão, em boa medida, da noção cara a parcelas da esquerda de falta de consciência. A versão mais cristalina dessa percepção foi observada na iniciativa espontaneamente batizada de ‘vira-voto’. Num bem-vindo e aflito esforço de reverter os rumos das eleições presidenciais de 2018 às vésperas do segundo turno, progressistas de diversas matizes e cidades se dirigiram a pontos de intensa circulação de trabalhadores, como estações de metrô, praças e terminais de ônibus, com o intuito de dissuadir potenciais eleitores de Bolsonaro. Por meio de abordagens aleatórias e rápidas conversas com desconhecidos, almejava-se esclarecê-los da catástrofe que estavam prestes a cometer. Embora legítimas, campanhas como essa revelam o pressuposto de que lideranças populistas se alimentam da emoção, de valores corrompidos e, sobretudo, da ignorância das massas em reconhecer seu próprio interesse. O problema aqui não é a aceitação de que pode haver níveis desiguais de conhecimento e esclarecimento acerca de interesses individuais e coletivos. O problema consiste em negligenciar, em muitos casos, as bases legítimas da indignação e os fundamentos simbólicos e materiais de escolhas que também podem ser racionais. Caberia, sob esse ponto de vista, a setores dotados de boa formação e bons valores proteger o regime democrático. Em suma, a deterioração do consenso democrático entre as elites e seu efeito de ressonância sobre a sociedade como um todo incitaria a ativação daquele que é o maior risco à democracia e que, por incrível que pareça, está na própria raiz da palavra: o demos.

² Ver Szynkier, 2019.

³ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/01/alfabetizacao-digital-e-antidoto-contrario-odio-diz-sociologa.shtml>. Acesso em 26 de março de 2019.

1.2. As instituições

Ademais do consenso, a literatura de corte liberal tende a condicionar a saúde de um regime democrático à estabilidade de suas instituições. É por meio delas que os conflitos sociais devem ser mediados, sem que degenerem em violência. Se o primeiro teste à democracia é a chegada de um demagogo ao poder, o segundo, e definitivo, consiste em aferir se uma vez lá ele irá subverter as instituições democráticas ou será constrangido por elas (Levitsky e Ziblatt, 2018: 18). Enquanto as elites partidárias são os guardiões da democracia, as instituições são suas “grades de proteção”. Levitsky e Ziblatt vão além da abordagem institucionalista convencional e incluem em sua avaliação da solidez institucional do Estado de direito o respeito a normas informais que sejam amplamente conhecidas e respeitadas. A ideia que subjaz o argumento é de que, caso os atores políticos desrespeitem convenções tácitas, é possível que o regime democrático degenera por dentro do seu arcabouço institucional. Justamente o que viria acontecendo na esteira da eleição de líderes demagogos cujo projeto autoritário passa pela subversão das normas formais e informais de sistemas políticos até então marcados pelo equilíbrio entre os poderes, os famosos *check and balances*.

As principais normas informais a garantir a estabilidade democrática, segundo os autores de “Como as democracias morrem”, consistem na tolerância mútua e na reserva institucional. Ocorre que, em contextos de ampla polarização, tratar rivais como inimigos costuma ser rentável. Enquanto há medo e aversão em relação ao outro, uma estratégia de “jogo duro institucional”, em que atores abusam de suas prerrogativas legais para alterar as regras e as condições da disputa, parece plenamente legítima. Além disso, situações como a que vivemos tenderiam a enfraquecer o delicado equilíbrio entre os poderes e os mecanismos de freios e contrapesos a um executivo popular. Que papel caberia, então, à oposição frente ao tensionamento das instituições democráticas? No caso norte-americano, entre “lutar como os republicanos”, que cederam à irresponsabilidade fácil do conflito extrainstitucional e lutar por meio de “um forte consenso bipartidário”, Levitsky e Ziblatt são enfáticos na defesa da última opção para o Partido Democrata (Idem: 206). A radicalização da oposição, além de comprometer a estabilidade da ordem democrática, impediria a aproximação de dissidentes republicanos com os democratas quando o objetivo deveria passar pela reconciliação dos campos. Protestos de rua, por sua vez, deveriam se restringir à defesa dos direitos e das instituições em vigor. É por meio de uma disputa contida à

institucionalidade e voltada para a atração dos setores da elite corrompidos pelo espírito populista, portanto, que a esquerda deve resistir às ameaças antidemocráticas.

Algo parecido se observou tanto na interpretação convencional da eleição de Bolsonaro quanto na proposta de vozes progressistas brasileiras para resistir aos seus ataques. Fruto da degeneração do respeito às normas tácitas do jogo democrático nacional por parte de diversos atores políticos e disposto a esticar a corda do jogo duro institucional (Vilhena, 2018), o governo Bolsonaro deveria ser enfrentado a partir de uma ampla frente democrática, que abarcasse forças de todo o espectro ideológico e tivesse como bandeira fundamental a defesa de direitos civis e políticos. O esforço é compreensível face às ameaças emitidas desde a campanha, às intenções e medidas de evidente caráter autoritário tomadas durante o governo e, claro, à constatação de que sem liberdades como aquelas de expressão e organização pouco se pode fazer no sentido do aprofundamento da democracia. Contudo, a proposta ignora que traços dessa mesma ordem a ser defendida estão na origem de sua degradação e, do ponto de vista político, que o esforço de preservação da sua institucionalidade sinaliza algum tipo de satisfação com o sistema ora ameaçado. Muitos especialistas têm dito que as instituições seguem funcionando no Brasil e alhures para defender, no máximo, modificações incrementais que assegurem sua resiliência frente à ameaça populista. É cada vez mais frequente, por exemplo, a exaltação da suposta função moderadora dos parlamentos, que, não por acaso, representam muitas vezes o derradeiro bastião a promover a agenda das elites derrotadas em eleições majoritárias. O mesmo vale para o poder judiciário, visto como último recurso para filtrar a sanha intempestiva de líderes autoritários e garantir a preservação de garantias individuais.

Frente a uma concepção demasiado restrita da democracia e que a reduz ao funcionamento regular de instituições que permitem que partidos ganhem e percam eleições, caberia indagar a contento de quem as instituições estão funcionando. No caso brasileiro, o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a condução da operação Lava Jato oferecem farto material para que se questione a relação entre o respeito às normas republicanas e a garantia da soberania popular, aferida exclusiva e precariamente por meio do voto (são conhecidos os mecanismos, como o financiamento privado de campanhas eleitorais, que prejudicam o caráter a priori igualitário do sufrágio universal). De todo modo, a prisão de Lula e sua ineligibilidade, determinada pelo futuro ministro de Bolsonaro, em velocidade recorde e às vésperas de uma eleição presidencial que ele

possivelmente venceria⁴, revelou a medida em que a suposta observação da lei pode se opor à vontade das maiorias. É como se as instituições se apoiassem na sua própria legitimidade para proteger a democracia do demos.

Não surpreende que boa parte do debate público suscitado pelo bom desempenho de Lula nas pesquisas de intenção de voto para 2018 tenha girado em torno da presumível incoerência de um povo afeito a eleger políticos corruptos⁵. O povo e sua ignorância já eram reconhecidos como o problema de antemão. Diante da dificuldade de educa-lo, porém, restaria apenas a tutela sobre o sufrágio. O curioso é que, para tanto, tenha sido necessário desrespeitar o próprio Estado de direito, símbolo máximo do liberalismo político e cuja defesa obedece a parâmetros flexíveis de conveniência.

1.3. Interpretações (nem tão) alternativas

A visão mais corriqueira acerca da crise contemporânea e de sua possível solução é menos uniforme do que essas primeiras páginas podem sugerir. Predomina, de qualquer forma, uma concepção liberal, elitista ou minimalista da democracia em que o governo é tido como uma atividade de minorias submetido a um sistema de escolhas que ignora clivagens sociais e tem o voto como mecanismo máximo de autorização e controle do poder. Como registrado acima e notado por autores como David Graeber (2015: 172), a democracia passou a ser o nome utilizado para qualificar justamente aquilo que fora criado para conter os perigos da democracia em sua acepção original, associada à participação ativa dos cidadãos e a uma distribuição do poder que alcançava os sem-título para governar, para usar novamente a expressão de Jacques Rancière (2018) - em que pese a exclusão de significativos grupos sociais das decisões políticas em Atenas. Nesse sentido, não há nada de completamente novo sob o sol à medida que contribuições como a

⁴ Pesquisas de intenção de voto ao longo de 2018 mostravam, seguidamente, o favoritismo de Lula. Em 22 de agosto, ele vencia em todos os cenários de segundo turno. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em 27 de março de 2019.

⁵ Ver texto do cientista político Marcus André Melo sobre a relação entre voto e corrupção publicado neste período. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/marcus-melo/2018/09/clareza-de-responsabilidade.shtml>. Acesso em 27 de março de 2019.

de Levitsky e Ziblatt se inserem numa longa tradição alimentada por autores como Platão, Madison e Schumpeter e que define os contornos de regimes amplamente reconhecidos como democráticos.

No entanto, há autores no debate contemporâneo acerca da crise da democracia que, embora tenham como horizonte normativo o restabelecimento das bases da ordem liberal, reconhecem que problemas inerentes a ela contribuíram para a atual instabilidade. Diferente do modelo esquemático de Levitsky e Ziblatt, reproduzido de maneira mais ou menos consciente por intérpretes locais, a ameaça democrática não decorre, em parte importante da literatura mais recente, apenas do oportunismo e da irresponsabilidade de setores da elite. Transformações ocorridas nos modos e relações de produção e seus impactos distributivos e políticos, por um lado, e a ascensão das redes sociais como meio privilegiado de comunicação em detrimento dos canais tradicionais, por outro, são dois dos elementos que têm entrado na avaliação de analistas debruçados sobre as causas da falência da democracia liberal. E que acabam incluindo em seus modelos explicativos dos fenômenos em curso a retração de mecanismos já limitados de autorização, controle e participação popular sobre o poder instituído, cuja face elitista imanente ao modelo hegemônico de democracia se torna mais expressiva. Detenho-me em dois deles cujo trabalho repercutiu de maneira significativa e permitiu olhar também para as causas, e não apenas para as consequências, da crise da ordem. A análise das contribuições de David Runciman e Yasha Mounk fornece, por um lado, um panorama mais rico e amplo da interpretação liberal sobre a crise da democracia e evidencia, por outro, os seus limites.

1.3.1. A melancolia de David Runciman

“Como a democracia chega ao fim” é outro dos *best sellers* da indústria literária da crise democrática. Nele, David Runciman se contrapõe ao argumento institucionalista rasteiro de que as pessoas estão indignadas porque as instituições estão mal desenhadas ou são subdesenvolvidas. A insatisfação popular, para ele, é fruto da falta de responsividade dessas mesmas instituições, assim como da crescente desigualdade que amplia o fosso material e simbólico entre as elites e as pessoas comuns e o caráter arcaico e artificial dos partidos como canais de representação. Como bem diz o autor, “a democracia não está funcionando bem – se estivesse, não haveria reação populista” (Runciman, 2019: 72).

Na sua argumentação, é central o papel desempenhado pelas redes sociais no atual processo generalizado de deterioração do sistema político no que se refere à adesão aos seus princípios, ao comportamento dos seus principais atores e à solidez de suas instituições. Embora a era digital tenha anunciado a abertura de novos canais de comunicação e participação popular, com partidos mais permeáveis às vozes de sua base, o resultado verificado até aqui é notavelmente nocivo. Por um lado, ele estima que as grandes empresas de tecnologia, como Google e Facebook, acumulam força desproporcional em relação às instituições ainda submetidas ao escrutínio popular ao praticamente monopolizar o acesso à informação e à comunicação (Idem: 132). Por outro lado, a extensão do debate público para as mídias sociais acarreta dois problemas. Primeiro, o caráter difuso de um debate mediado por redes descentralizadas de mobilização, identidade e valores dificultaria a ação política coletiva e concreta. Segundo, a participação de todos na ágora digital não pode ser comparada à participação dos cidadãos na assembleia ateniense, inibidora de impulsos e paixões individuais como pontuou Aristóteles. Pois a sabedoria da maioria dependia de condições bem controladas e requeria algum esforço de participação, o que está longe de ser o caso nas redes sociais, onde as empresas controlam o ambiente e a participação está ao alcance de um clique. Por fim, a distância física e o filtro das telas de computadores e celulares aguçam a violência que o contato físico amainava em Atenas (Idem: 161).

Para Runciman, não haverá clímax no curto prazo. Rupturas abruptas da ordem democrática, como aquelas provocadas por golpes de Estado, são menos prováveis que longos caminhos que não sabemos onde terminam. As democracias ocidentais ainda são fortes para resistir a abalos esporádicos como Donald Trump, mas elas estão acabando porque suas virtudes estão desaparecendo e as frustrações do povo dão forma a diferentes veículos de manifestação da sua desconfiança. Embora ele não faça questão de explicitar, a melancolia pernóstica de Runciman está fundada na atrofia e na contestação do pilar central da democracia para autores liberais, a saber, a representação. Por mais que o autor reconheça os problemas da democracia que a trouxeram até aqui e as dificuldades que ela tem de se reinventar, seu livro é atravessado pelo lamento da crise de uma representação marcada pela independência do representante em detrimento do mandato outorgado pelo representado, como defendido por Madison. Simpático a inovações e saídas diferentes para a crise, como a expansão do voto para as camadas mais jovens da população, Runciman não faz esforço algum para esconder que o avanço da tecnologia digital, aliada a outras transformações de ordem social, tem levado a níveis insustentáveis a demanda

corriqueira na história das democracias liberais por tornar a representação mais honesta e responsiva. O questionamento da legitimidade e da autonomia dos representantes eleitos, feito a todo momento por uma sociedade que se forma e informa no imediatismo das redes sociais, não pode fazer outra coisa senão abalar as bases sobre as quais se sustentam nossos sistemas políticos. Nessa brecha, aparecem os populistas, bem sucedidos ao reivindicar uma representação genuína do povo, chamado a participar ativamente do poder. Mais cético que Levitsky e Ziblatt sobre as possibilidades de sobrevivência da democracia liberal, Runciman enxerga seu fim inevitável, embora lento e sem um desdobramento previsível, na incapacidade das elites em retomar o controle sobre a informação, a comunicação e o poder. A vitória de um Brexit movido pelo slogan *take back control* parece ter assombrado um autor fiel ao modelo do governo representativo que muitos ainda insistem em chamar de democrático.

1.3.2. A ingenuidade simpática de Yasha Mounk

Entre os autores que alcançaram uma posição de prestígio na agenda da crise da democracia, Yasha Mounk, autor de “O povo contra a democracia”, é um daqueles mais alarmados pela evolução recente dos regimes políticos. Não por acaso, é também um dos que mais leva a sério a desconfiança e a revolta dos cidadãos comuns em relação às instituições da democracia liberal. Mounk não concentra sua atenção em falhas institucionais nem se presta a uma crítica moral de elites covardes que facilitaram a ascensão de líderes autoritários ou dos estratos médios e populares que se deixam enganar por propostas demagógicas e discriminatórias. No entanto, longe da resignação de Runciman, é também o autor mais próximo de uma receita de como lidar com a crise e revigorar o apelo de princípios universais junto às massas desiludidas. De um ponto de vista lógico, Mounk reconhece a importância dos problemas que levaram ao colapso e alerta para a necessidade urgente de enfrenta-los.

São dois, segundo o autor, os principais motivos da queda do fascínio na democracia representativa. O primeiro deles é a destruição do que não passava de um mito democrático. Pois, na origem dos regimes ocidentais, não haveria, como demonstrou Manin (1997), propriamente um ideal democrático a inspirar os sistemas políticos. A eleição de representantes, via de regra oriundos das elites, era vislumbrada pelos pais fundadores como uma maneira de manter o povo à distância do poder. Era a comparação direta com as monarquias absolutas e a impossibilidade

objetiva de um sistema movido pela participação direta de todos os cidadãos que permitiam às democracias liberais reivindicar a soberania popular. Segundo Mounk (2019: 75), “esse aspecto foi válido durante o período de quase um século em que a democracia desfrutou de sua hegemonia ideológica sem precedentes. Mas isso deixou de ser verdade”. E a grande responsável pelo desmanche do mito democrático foi a internet.

Com efeito, a justificativa mais corrente para a representação, fundada na inviabilidade de deliberação conjunta de populações numerosas, perde sentido na medida em que todos poderiam votar em projetos de lei e de políticas públicas na ágora virtual. Muitos alegam com razão que, apesar do advento da internet, permanece inalterada – e baixa – a vontade dos cidadãos em participar de cada deliberação que diga respeito à sua comunidade política. Mounk (Idem: 80) argumenta, porém, que para “uma geração criada no imediatismo do voto digital, plebiscitário, do Twitter e do Facebook, do *Big Brother* e do *American Idol*, essas instituições [representativas] começaram a parecer canhestras”. Em outras palavras, as pessoas provavelmente nem se importem tanto com a maioria das deliberações, mas, ao contrário de gerações anteriores que consideravam normal serem governadas por instituições parlamentares escolhidas pelo voto, hoje elas têm uma “percepção bem mais instintiva de que nossas instituições democráticas são fortemente mediadas” (Idem: 79). Na medida em que temos uma referência muito clara da sensação de ter um impacto real sobre os acontecimentos, sabemos que está ao alcance dos nossos dedos conceber um governo que permita às pessoas governar diretamente. E esse sistema que temos está a anos luz de uma democracia participativa.

O segundo motivo para a queda do fascínio do mito fundador seria o distanciamento das elites políticas em relação à opinião e à vontade populares nos países desenvolvidos. Também um problema de ordem subjetiva, mas com forte dimensão material e que responde a uma série de transformações. Enquanto durou o mito fundador, a maioria das decisões políticas costumava ser tomada por legislaturas eleitas em que os legisladores tinham laços profundos com sua base. Seja do ponto de vista ideológico e do senso de propósito envolvido em relações de representação mediadas por associações, igrejas e sindicatos capazes de reunir parcelas expressivas do eleitorado. Seja do ponto de vista que Pitkin (1984) chama de descritivo, considerando que muitos dos eleitos pelos partidos de massa eram originários de famílias pobres que viam a si mesmos como

defensores de trabalhadores comuns enquanto muitos dos conservadores vinham de famílias religiosas e se viam como guardiões dessa tradição.

Hoje, por diversos motivos, o quadro é substancialmente diferente. Enquanto as legislaturas perderam boa parte de suas prerrogativas para tribunais, burocracias, bancos centrais e tratados e organizações internacionais, os eleitos se parecem cada vez menos com aqueles que deveriam representar, com quem já não compartilham laços concretos e tampouco uma visão de mundo estruturada. Mounk reconhece que o próprio mito fundador serve para alertar que jamais houve um momento de participação popular perfeita. Contudo, se o copo sempre esteve cheio pela metade, hoje ele corre o risco de ficar vazio. Burocratas de agências reguladoras assumem cada vez mais prerrogativas anteriormente assignadas por representantes eleitos e removem do debate público decisões importantes; Bancos Centrais independentes fogem de qualquer controle popular na definição da política monetária; cortes e tribunais constroem a ação dos parlamentos e governos com base em preceitos constitucionais; tratados e organizações internacionais ampliam o escopo de ingerência sobre políticas públicas removidas da contestação democrática; governos são cada vez menos capazes de mitigar ou alterar efeitos sociais de fluxos comerciais e financeiros em escala global; a eleição e o mandato de legisladores são condicionados pelos crescentes financiamento e lobby de corporações privadas (Idem: 80).

As consequências são significativas. Por um lado, congressistas passam mais da metade de seu tempo captando recursos para suas campanhas. Se Carter ia a um evento de arrecadação de fundos para campanhas a cada 20 dias e Reagan 113, Obama não passava 5 dias sem participar de um (Idem: 113). Por outro lado, a diferença entre os representantes vindos das elites cultural, educacional e financeira e os representados tem se tornado um fosso cada vez mais profundo. A título de exemplo, relata Mounk, a população americana tem menos de uma em cada 200 pessoas formada em direito. Na Câmara, a proporção é de mais de um para três (Idem). Se, como dito acima, legisladores democratas costumavam ter vínculos orgânicos com sindicatos e republicanos eram líderes empresariais ou comunitários e todos tendiam a voltar aos seus respectivos estados depois do mandato, hoje nada disso se observa. Antes, o abismo entre a massa de eleitores e seus representantes era pequeno – e grande entre os partidos. Como diz Mounk, líderes partidários costumavam ficar mais à vontade em jantar com seus eleitores do que com seus principais rivais políticos. Hoje não é mais o caso. Os efeitos dessas transformações são conhecidos do ponto de

vista substantivo e dificilmente encontraríamos alguém que conteste o fato de que elas “isolaram o sistema político da vontade popular” (Idem: 118). Não falta, no entanto, quem defenda esse movimento.

A conclusão um tanto lógica de Mounk (Idem: 123) e que parece espantá-lo é de que “a primeira grande suposição do pós-guerra parece estar errada: liberalismo e democracia não combinam tão bem quanto a maioria dos cidadãos – e muitos estudiosos – sempre presumiu”. A contradição entre liberalismo e democracia, comentada acima, não é nova e tampouco uma descoberta do autor. Mas ela lhe salta aos olhos na medida em que os movimentos contemporâneos de corte populista expressam nitidamente a insatisfação com a degeneração da fração de democracia que os regimes liberais continham – algo que não consiste em um expediente exatamente inédito na história política moderna. Pelo contrário, a lógica populista foi reiteradamente mobilizada frente ao elitismo típico das democracias liberais. De todo modo, contrariamente à maioria dos autores, inclusive os citados acima, Mounk reconhece que há “algo democrático acerca da energia que os impele ao poder” (Idem: 72) e que a autodeclaração dos populistas como democratas não é “necessariamente insincera”, pois acreditam de fato que o demos deve governar (Idem: 24). O que os desqualifica como democratas, no entanto, é seu caráter iliberal, que se manifesta na falta de respeito por instituições independentes e pelos direitos individuais.

Acontece que a outra face da política nas primeiras décadas do século XXI, alerta Mounk, não remete exatamente à conciliação instável e necessária, para o autor, entre democracia e liberalismo. Enquanto as pessoas comuns foram dando as costas às práticas e instituições liberais, as elites políticas, guardiãs dos valores liberais por motivos mais ou menos nobres, foram tentando se isolar de sua ira. De tal maneira que uma espécie de “liberalismo antidemocrático lançou raízes na América do Norte e na Europa Ocidental” numa forma de governo em que sutilezas processuais são cuidadosamente observadas e direitos individuais são respeitados mesmo que em detrimento da vontade e da influência dos eleitores sobre as políticas públicas (Idem: 28). A consequência é uma tensão crescente entre soberania popular e liberalismo, dois critérios elementares para a democracia nos termos de Mounk. De um lado, temos eleitores cada vez mais impacientes com instituições independentes e menos dispostos a tolerar direitos de minorias. De outro, elites cerrando o controle sobre o sistema político e tornando-o cada vez mais impermeável às vontades e à ação das massas. No lugar da democracia liberal, “presenciamos a ascensão da *democracia*

iliberal, ou democracia sem direitos, e do *liberalismo antidemocrático*, ou direitos sem democracia” (Idem: 30).

Mouk é coerente, portanto, ao argumentar que a única forma de preservar a ordem é lidando com as raízes de sua ameaça. E aqui a dimensão material da crise é central. A democracia liberal precisa estar entranhada em um contexto mais amplo de justiça socioeconômica no que concerne tanto ao sentimento de que a liberdade prometida não deixou de se materializar por restrições financeiras quanto à impressão de que o dinheiro não compromete a igualdade política comprando o poder com facilidade (Idem: 159). A estabilidade da democracia liberal dependeria mais dos “bolsos cheios” do que da adesão a determinados valores. Nesse sentido, cumpriria consertar a economia para que os ganhos deixem de concentrar-se em um número reduzido de famílias e as políticas de proteção social recuperem o fôlego de outrora. Quanto ao argumento de que as tendências econômicas escapam ao controle dos governos, o autor afirma que não devemos “subestimar a capacidade ainda existente do Estado” de coordenar iniciativas no campo da tributação, habitação, produtividade. Apesar do ceticismo reinante, políticas públicas ainda teriam condições de construir um renovado Estado de bem-estar social, adaptado à nova realidade das relações de produção.

Mouk (Idem: 229-30) ainda enumera lições para lidar com os populistas, que incluem: a importância da união dos oponentes, falar a língua da gente comum e se conectar com as preocupações dos eleitores, passar uma mensagem positiva em vez de ficar listando os defeitos dos populistas e evitar dar a impressão de comprometimento com o status quo. Em outras palavras, seria preciso mostrar que os problemas enfrentados pelos eleitores são levados a sério e dar-lhes esperanças verdadeiras quanto ao futuro.

Ao superar a visão dicotômica predominante na literatura contemporânea que opõe populismo a democracia, Mouk qualifica o debate ao recuperar uma indagação prévia fundamental acerca do significado do termo democracia. Afinal, a presunção de que a ordem ameaçada ao redor do mundo corresponde ao verdadeiro ideal democrático está presente em boa parte das reflexões sobre o populismo e as rupturas em curso. Ao fazê-lo, ele é levado a descrever as contradições que hoje afloram entre a ordem liberal e a soberania popular, colocando no centro do palco o conflito distributivo que está na origem da crise. Não obstante, se o diagnóstico dos problemas parte de uma análise complexa e bem acabada, as soluções aventadas por Mouk nos levam para o âmbito do mais puro desejo.

Levando os argumentos do autor às últimas consequências, caberia aos políticos, ao Estado, às elites e aos defensores da democracia liberal, em geral, adotar uma série de medidas para salvar a democracia. Elas incluem “limitar a influência do capital privado sobre as políticas públicas”, tornar a tributação mais progressiva, infundir valores democráticos nas pessoas, aproximar eleitores e representantes, disputar o sentido do sentimento nacionalista e reconhecer como legítimas as aspirações da gente comum. Cabe perguntar quem exatamente faria tudo isso e, sobretudo, por que motivos.

As esperanças de Mounk se depositam, essencialmente, no esclarecimento de elites políticas e econômicas que, sabedoras da necessidade de preservar a ordem estabelecida e seus princípios liberais, renunciariam à defesa de seus interesses de curto prazo. Ao apelar para uma espécie de elite *bien pensante*, o autor ignora que forças sociais são movidas, via de regra, por cálculos imediatos quanto à realização de seus interesses. A burguesia, antes do Estado de direito, tem compromisso inalienável com o lucro de seu capital. Dirigentes políticos orientam suas ações, por sua vez, a partir do conflito pelo poder do Estado. Frente ao elitismo de reflexões amparadas em visões minimalistas da democracia, o trabalho de Mounk tropeça na suposição de que as camadas dominantes abririam mão, de forma racional e coordenada, do poder político e do lucro que garantem sua sobrevivência enquanto classes dirigentes. Ele ignora as pressões, vindas justamente das elites econômicas e descritas por autores como Streeck (2017) e Brown (2019), desenvolvidas a seguir, para que a democracia seja esvaziada de mecanismos de controle e participação popular de maneira a acomodá-la à evolução mais recente do capitalismo. O problema que se apresenta diz respeito a como outorgar alguma legitimidade a um sistema incapaz de garantir às maiorias a realização mínima de suas expectativas materiais e simbólicas e tampouco a impressão de que seus governantes os escutam e respeitam as suas vontades.

2. A pós-democracia e sua crise inevitável

Não por acaso, a referência histórica de Mounk para o desafio de reconciliação entre democracia e liberalismo é o período dos 30 anos gloriosos, inaugurado ao fim da segunda grande guerra. Com uma espécie de pacto entre as forças do capital e as forças do trabalho, mediado por um vigoroso Estado de bem-estar social, observaram-se ganhos contínuos para a burguesia e o aumento da renda dos trabalhadores no centro do capitalismo. Tudo ao mesmo tempo, de forma que a garantia das

liberdades individuais conviveu com a melhora das condições de vida das camadas populares. Nesse momento, o poder de compra dos trabalhadores garantia a eles acesso a uma ampla gama de bens de consumo e direitos sociais como moradia, saúde, educação e lazer eram efetivamente assegurados por um Estado dotado de amplas prerrogativas e recursos. Mas a confiança no caráter democrático do sistema político não se apoiava apenas em fatores de cunho material. O sentimento de pertencimento a uma classe social específica, com seus respectivos instrumentos de organização e ação política, quais sejam, os sindicatos e os partidos comunistas e socialdemocratas, contribuía para a legitimidade da ordem. Com representantes oriundos das mesmas fileiras que a base e com a efetiva influência de suas reivindicações sobre as deliberações de parlamentos e governos, a impressão de igualdade política não se resumia à paridade eleitoral. O voto tinha sua importância reconhecida, assim como a organização e a mobilização política da classe. Não à toa os índices de filiação e participação eleitoral alcançaram níveis históricos entre os anos 50 e 70 nos países desenvolvidos.

Mas a convivência harmoniosa entre instituições liberais e democráticas, no sentido de um nível substantivo de soberania popular, medido pela influência das pessoas comuns sobre os processos de tomada de decisão política não parece ter obedecido exatamente ao compromisso de elites esclarecidas com a legitimidade do sistema que ainda controlavam.

Ao fim da Segunda Guerra, o mundo estava dividido. A participação decisiva da União Soviética no conflito teve como legado a ascensão da potência comunista a um dos polos globais de poder geopolítico e ideológico. No plano interno, países industrializados contavam com um largo contingente de trabalhadores fabris organizados em sindicatos combativos e, via de regra, informados por ideais igualitários. A expansão indiscriminada da margem de lucro do capital, por um lado, e a restrição de controle popular sobre os processos legislativos e de elaboração de políticas públicas, por outro, que observamos hoje, seriam inviáveis em meio à correlação de forças observada ao longo dos trinta gloriosos. A exitosa experiência comunista e seus efeitos simbólicos, o poder real do Estado soviético, a forte organização dos trabalhadores em sindicatos e o vigor dos partidos de esquerda atuavam quase como constrangimentos democráticos a impedir a sobreposição do liberalismo sobre a vontade popular. A própria hegemonia da teoria econômica de Keynes entre setores da classe dominante, fundada no planejamento estatal para o crescimento

e no pleno emprego, revela a posição defensiva do liberalismo na época. Ou, ao menos, a crença de que alguma redistribuição econômica interessava às classes dominantes.

Mas essa situação mudou. E diferentemente do esperado pelos profetas da revolução, não foi o trabalho que, ansiando por mais democracia e igualdade, rompeu o contrato de ganhos mútuos com o capital. As revoltas do fim dos anos 60 e a crise do petróleo de 72 haviam tornado inviável para os capitalistas cumprir os compromissos que assumiram sob pressão política no pós guerra. Como notou Streeck (2018: 75),

já não era possível confiar num crescimento permanentemente elevado enquanto fórmula da paz democrático-capitalista. Desistir de lucros para manter o pleno emprego ou conceber – com elevados custos – a produção e os produtos de forma a garantir emprego seguro, com salários elevados e pouco díspares, teria exigido das empresas, e daqueles que dependiam de seus lucros, sacrifícios que pareciam cada vez mais inaceitáveis.

A contestação do capitalismo democrático, portanto, não veio da reivindicação mais ou menos racional das massas por uma representação mais responsiva, por uma igualdade material improvável ou pela adesão à retórica despropositada de líderes demagogos, como sugere parte da literatura para o fenômeno populista contemporâneo. Com a perspectiva de lucros cada vez mais baixos, greves constantes de trabalhadores e um Estado interventor informado por ideias socialdemocratas, o capital operou a libertação da economia capitalista de uma jaula considerada pequena demais para o restabelecimento de margens de lucro adequadas. Nos termos de Mounk, iniciou-se aí a instabilidade da relação necessariamente tensa entre liberalismo e democracia – em detrimento da última. O que não se deu, porém, de forma totalmente abrupta.

A tese de Streeck (2018), desenvolvida em “O tempo comprado”, sugere justamente que a ruptura do capitalismo com as restrições que tivera que aceitar a partir de 1945 não implicou a supressão completa de princípios e condições democráticas. Menos por um compromisso com a democracia e mais pela necessidade de corresponder minimamente às promessas que sustentavam a credibilidade do sistema perante as massas. A paz social foi assegurada por uma série de medidas que serviram para comprar tempo ao capitalismo sem provocar uma crise profunda de legitimidade. Bem sucedidas por períodos limitados, dadas as suas contradições, iniciativas como uma política monetária inflacionária, seguida por crescentes endividamentos público e depois privado permitiram a garantia de níveis artificiais de consumo e bem-estar. Contudo, cada transição para um novo modo de criação de legitimidade foi acompanhada por derrotas da população dependente dos salários. Para levar adiante o processo de liberalização necessário para

manter os lucros em níveis aceitáveis, ou seja, comprar tempo, os recursos de poder econômico e político dos trabalhadores tinham de ser reduzidos. Dentre essas derrotas, destacam-se o enfraquecimento expressivo dos sindicatos com o fim de sua capacidade de greve e a inauguração de um período de desemprego estrutural e de cortes nos direitos sociais com a privatização de serviços públicos (Streeck, 2018: 92).

Subjaz a contribuição de Streeck o argumento de que, para continuar existindo, o capitalismo teve de esvaziar todo o conteúdo democrático da ordem política inaugurada no pós-guerra nos países desenvolvidos. A conciliação entre os valores liberais e democráticos foi, na verdade, fruto de circunstâncias de ordem material e política absolutamente particulares. Ignorou-se que “a compatibilidade do capitalismo com a democracia é muito limitada e que só existe quando há regulamentação rigorosa e eficaz”, escorada em uma correlação de forças desfavorável ao capital (Idem: 210). Desprovido de uma força que o constranja, o capitalismo, como mostrou Polanyi (2000), tende à comodificação completa da terra, do trabalho e do dinheiro, percurso percorrido desde os anos 70 em ritmo acelerado. A conclusão de Streeck (2018: 93), central para este trabalho, é de que os instrumentos à disposição das elites para conter as crises de legitimação, por meio de ilusões de crescimento, parecem ter se esgotado.

Assim, a dicotomia de Mounk entre um liberalismo antidemocrático e uma democracia iliberal pode ser vista como uma síntese do atual momento histórico. Nas palavras de Streeck (Idem: 208), “chegou o momento de caminhos do capitalismo e da democracia se separarem”. A contradição entre liberalismo e democracia, nas suas respectivas acepções mais fortes, torna a última um obstáculo para a sobrevivência do primeiro. A igualdade política e a soberania popular são simplesmente inconciliáveis com o desenvolvimento último do modo de produção capitalista. Mas como o rótulo democrático é imprescindível para a legitimidade de qualquer ordem política, torna-se crucial a batalha pelo esvaziamento do seu sentido, que ganha corpo com o que o autor chama de processo de desdemocratização. Poderíamos perguntar, então, que tipo de democracia é esta que está em crise para autores como Levitsky, Ziblatt, Runciman, Mounk e brasileiros que lamentam o colapso da ordem inaugurada em 1988.

2.1. A pós-democracia

A disputa política e teórica acerca da noção de democracia é conhecida. Em “Modelos de democracia”, David Held (1987) traça um amplo panorama das diferentes acepções que o termo, carregado de valor normativo e político, pode sugerir. O que passa longe de implicar uma correlação de forças equilibrada entre os diferentes significados em disputa.

É verdade, como registrado acima, que os regimes ocidentais modernos têm poucas semelhanças práticas com o modelo original ateniense, marcado pela participação direta dos cidadãos nas decisões legislativas e pelo sorteio dos magistrados responsáveis pela execução das leis votadas em assembleia. A instituição da representação, porém, não implicou, necessariamente, o abandono completo da igualdade política como correspondente da medida fundamental da democracia, a saber, o poder do povo. Ainda hoje e embora um tanto quanto vaga, essa noção informa a visão do senso comum a respeito do que deve ser entendido como um regime democrático. A gravidade do respeito a qualquer resultado eleitoral denota, muito mais do que um apreço pela estabilidade institucional, o valor atribuído à igualdade política entre os cidadãos.

No entanto, já faz algum tempo que as menções ao termo democracia no âmbito acadêmico, mas também no debate público, fazem referência a um regime que cumpre um número cada vez menor de requisitos formais. A famosa democracia mínima, cuja principal expressão é a famosa definição de Schumpeter (1984) de um sistema em que partidos ganham e perdem eleições, se tornou moeda comum e serve para qualificar como democrática uma enorme variedade de regimes. Em meio a esse longo processo, o que mais chama a atenção é a ausência de contestação a uma definição de democracia que desconsidera qualquer dimensão substantiva e, em última instância, abandona mesmo o princípio de poder do povo. É natural que atores políticos e econômicos interessados em uma concepção limitada de democracia, atravessada por instituições que garantam o controle do Estado por determinadas elites, se apoiem em elaborações teóricas como aquela de Schumpeter. O problema reside na omissão e na indiferença do campo político e intelectual que reivindica defender uma ordem substantivamente democrática e, portanto, sujeita na maior medida possível, e a despeito das tensões inerentes à distribuição social do poder, à vontade e à participação popular.

Um autor que se prestou a isso é o inglês Colin Crouch, que empreendeu o esforço analítico e normativo de diferenciar o regime em vigor nos países do centro do capitalismo daquilo que deveríamos chamar de democracia. Incomodado justamente com a hegemonia de uma definição

crescentemente minimalista da categoria, o autor defendeu a análise das práticas políticas correntes à luz de um modelo máximo de democracia, cujo critério seria a existência de “grandes oportunidades para a massa de pessoas ordinárias participarem ativamente (...) da definição da agenda da vida pública e o uso ativo dessas oportunidades por ela” (Crouch, 2000). Enquanto modelo ideal que nunca poderia ser alcançado inteiramente levando-se em conta os limites para uma participação efetivamente direta de toda a comunidade política em todas as decisões que lhe digam respeito, ele deveria servir como referência para analisar e melhorar as práticas e as instituições democráticas. Trata-se de inverter a tendência em curso de reduzir progressivamente a escala de exigências para qualificar um regime democrático de modo que ela se conforme a realidades, ao mesmo tempo, mais alcançáveis e menos desejáveis.

Para Crouch, o momento em que as sociedades da Europa ocidental e da América do Norte estiveram mais próximas da democracia máxima corresponde aos 30 anos gloriosos. Na medida em que o poder do Estado limitava o poder do capital, o sucesso econômico foi, pela primeira vez no capitalismo, visto como dependente da prosperidade dos trabalhadores, cujos interesses igualitários influenciavam decisivamente os contornos do Estado. No entanto, um conjunto de fenômenos econômicos como o choque do petróleo, a desregulamentação do mercado financeiro e a redução do peso da produção e do consumo de massas sobre a economia, com seus respectivos efeitos sociais, inverteram a tendência democrática.

Com efeito, a globalização econômica reduziu o poder de Estados nacionais perante empresas globais, que passaram a reivindicar regimes fiscais e de trabalho mais favoráveis, por um lado, e a acessar e influenciar governos e políticas de forma muito mais efetiva, por outro. Ao abrir mão de regulações mais rigorosas e participação em setores da economia, o Estado vem deixando que serviços e bens sejam oferecidos exclusivamente por empresas privadas, o que implica desigualdade e injustiça no acesso a eles. Forçado a abrir mão de receitas em um ambiente internacional competitivo e marcado pela escassez de empregos, o Estado permite a precarização dos serviços públicos e acaba sofrendo do estigma de um aparato ineficiente, corrupto e dominado por grupos exclusivamente preocupados com eleições que renovem seu domínio sobre ele. O resultado é um desinteresse crescente pela política. Nesse cenário, capitalistas e executivos têm tido acesso privilegiado a políticos e servidores públicos, por meios diversos que incluem o lobby e o financiamento de campanhas e partidos. Se nos tempos áureos da democracia representativa as

elites econômica e social tiveram de dividir espaço nas arenas decisórias com representantes de grupos subalternos, a despeito de sua arquitetura institucional preservar a essência do governo representativo enquanto campo hostil às demandas e à agência autônoma dos subalternos, atualmente elas se valem de seu conhecimento e de seus recursos para informar diretamente a ação de políticos e governos.

Aqui nos deparamos com outra transformação em curso. Com a desindustrialização das economias centrais, sua financeirização e a passagem da maior parte da força de trabalho para o setor de serviços, desfaz-se a identidade de classe que outrora vigorava entre trabalhadores. O corriqueiro questionamento quanto à própria existência de classes sociais ilustra uma sociedade marcada por grupos profissionais diversos e heterogêneos que tendem a enxergar-se como parte de uma ampla, difusa e amorfa classe média. Sai de cena o horizonte universal igualitário e abre-se espaço para aspirações particulares ligadas à ascensão individual e ao consumo. Sem uma base com contornos e interesses bem definidos, os partidos de esquerda se tornaram partidos de todos, deixando um vácuo que foi preenchido por interesses e fundos corporativos. A adesão aos dogmas propalados pelo mercado por parte dos históricos partidos socialdemocratas se fez em paralelo ao distanciamento de suas lideranças em relação à base, como descrito por Mounk e registrado acima. Elaborados a partir de cima e das considerações dos especialistas vinculados às corporações, os programas dos partidos que supostamente deveriam representar os trabalhadores deixaram de estar ao seu alcance. Concomitantemente à sublevação dos sindicatos como instrumentos diretos de luta, os trabalhadores, já precariamente articulados e identificados como tal, deixavam de ter uma organização política para a veiculação de suas vontades.

Os resultados desse processo foram: a limitação do Estado de bem-estar ao assistencialismo focado nos pobres; a fraqueza dos sindicatos; a redução do Estado ao papel de polícia e encarcerador; maior desigualdade social; uma tributação menos redistributiva; políticos respondendo prioritariamente a interesses de alguns líderes empresariais e pobres menos interessados na política, menos inclinados a participar de processos eleitorais e retornando à posição passiva que ocupavam nas sociedades ocidentais nos regimes monárquicos e feudais. Notemos que a constatação de Crouch não é tão diferente do que autores como Mounk lamentam como sinais de “desconsolidação” da democracia. E os dados estatísticos que atestam esses sinais são vastos (Castells, 2018). Desde as pífias taxas de participação eleitoral aos índices baixíssimos de

confiança nas instituições e nos políticos, não faltam pesquisas para embasar o diagnóstico. Para ficar com apenas um dado, 40% dos norte-americanos confiavam no poder legislativo em 1970. Em 2014, o índice era de 7% (Mounk, 2019: 126).

Há uma diferença importante, porém. Autores como Manin (1997) fazem um esforço desmedido para argumentar que a transformação das instituições e das práticas políticas entre um período de grande participação popular e horizonte igualitário para um momento de reduzido engajamento e ausência de expectativas quanto à política não significa uma subversão da ordem entendida como democrática. Autores como Levitsky, Ziblatt, Runciman e Mounk, em menor medida, lamentam o quadro de enfraquecimento da energia cívica, mas embora reconheçam a crise do sistema político passam longe de questionar seu caráter democrático – e mesmo que o façam, como no caso de Mounk, defendem a sua conservação. A ameaça populista aparece como a grande vilã a ser combatida em prol da preservação da ordem desejada. Não para Colin Crouch. Para ele, o processo que acabo de descrever qualifica a passagem da democracia para aquilo que o autor chama de pós-democracia, um período complexo por carregar elementos dos períodos pré-democrático e democrático, mas em que algo novo começa a existir para reduzir a importância do estágio imediatamente anterior.

Seu argumento principal é de que enquanto o arcabouço formal da democracia liberal parece intacto, a política e o governo estão passando de maneira acelerada ao controle de elites privilegiadas, como acontecia em tempos pré-democráticos. No gradiente proposto entre uma democracia mínima e uma democracia máxima, o movimento histórico das últimas décadas aponta para o polo da pós-democracia, em que o desequilíbrio entre os interesses corporativos e aqueles de praticamente todos os outros grupos sociais faz com que a política volte a ser um negócio de um restrito círculo das elites. Segundo Crouch (2016),

Sob esse modelo, enquanto eleições certamente existem e podem mudar governos, o debate público eleitoral é um espetáculo cuidadosamente controlado, administrado por equipes rivais de experts profissionais nas técnicas da persuasão e que dizem respeito a uma gama pequena de assuntos selecionados por essas equipes. A massa de cidadãos desempenha um papel passivo, quiescente, mesmo apático, apenas respondendo aos sinais dados a ela. Por trás desse espetáculo do jogo eleitoral, a política é de fato definida em privado pela interação de governos eleitos e elites que representam perfeitamente os interesses dos negócios.

“Coping with post democracy” tem dois grandes méritos. O primeiro é justamente qualificar o debate ao separar o joio do trigo. A saber, a noção de democracia, que não pode prescindir de uma

carga normativa forte no sentido da real capacidade de todos os cidadãos de influenciar as decisões de uma comunidade política, de uma ordem apoiada no acesso amplamente desigual a recursos de poder econômico e político e que o simples sufrágio universal não basta para constranger. O segundo mérito do autor, que pode ser visto como uma condição para apontar a inconsistência da literatura comentada acima, consiste em incorporar na análise da democracia a dimensão da correlação de forças e do conflito de classes, especialmente ausente do debate e que remete a uma face inerente da política que será discutida mais adiante. A inspiração marxista de Crouch, porém, convive com um certo pluralismo. Pois embora considere coisas diferentes e passíveis de se chocar em alguns pontos, princípios liberais e igualdade política são, para ele, condições relacionadas e interdependentes para uma democracia máxima. Ou seja, não há contradição fundamental entre democracia e capitalismo, mesmo que assumamos uma visão substantiva da primeira.

2.2. A desdemocratização

No ponto descrito logo acima, Crouch diverge de Wolfgang Streeck. Escrevendo duas décadas depois e, portanto, com a vantagem do tempo a seu favor, o segundo enxerga no mesmo processo, que ele chama de desdemocratização, a incompatibilidade entre capitalismo (ou liberalismo) e democracia. A passagem da luta de classes do conflito salarial na empresa para eleições periódicas de parlamentos e governos, em seguida para mercados privados de créditos e seguros e, por fim, para uma diplomacia financeira internacional não é fruto somente do desequilíbrio da correlação de forças entre as classes (Streeck, 2018: 92). Ela responde também à necessidade de bloquear uma ação política que pode perturbar o mercado, contaminar resultados, gerar falsos incentivos e é alheio ao campo amoral da produção. Numa economia amplamente financeirizada, não haveria ponto de equilíbrio possível na luta de classes. Conforme a participação dos cidadãos tende a levar a pressões redistributivas, o Estado é constantemente levado a preservar a confiança de credores obcecados com a austeridade dos gastos.

Com efeito, se na teoria democrática os cidadãos constituem o único grupo autorizado a controlar o Estado, na medida em que ele é forçado a se endividar, surge uma segunda classe de titulares de direitos; os credores. Segundo Streeck, a ascensão do capital financeiro como um segundo povo representa uma nova fase na relação entre o capitalismo e a democracia. O capital deixa de influenciar a política indiretamente e passa a fazê-lo diretamente, por meio do financiamento ou

não do próprio Estado, que se dá pela compra e venda de títulos da dívida pública (Idem: 128). A partir do momento em que a subsistência do Estado depende mais dos credores do que dos cidadãos, é normal que ele priorize os primeiros em detrimento dos segundos. A contradição opera no fato de que a confiança dos credores está diretamente ligada à diminuição das reivindicações populares em relação ao orçamento público. Em outras palavras, é a própria influência dos cidadãos sobre a política e sua capacidade de ação que devem ser limitadas. Depois de esgotados os mecanismos de compra de tempo, a democracia se torna o inimigo principal do capitalismo e a conciliação com ele impossível. Como conclui Streeck (Idem: 134), “a expropriação dos meios políticos de produção dos povos dos Estados faz com que o conflito entre capitalismo e democracia seja decidido a favor do primeiro”. Já não há mais democracia. A resposta do então presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Alan Greenspan, a um jornal suíço em 2007 quando perguntado sobre qual candidato à presidência de seu país apoiava, citada por Streeck (Idem: 129), não deveria deixar nenhuma dúvida a esse respeito:

Temos sorte de, graças à globalização, as decisões políticas nos Estados Unidos terem sido substituídas em grande parte pela economia de mercado mundial. À exceção do tema da segurança nacional, quase não importa quem será o próximo presidente. O mundo é governado pelas forças de mercado.

Em “Ruínas do neoliberalismo”, Wendy Brown também mostra como o neoliberalismo, enquanto programa desenvolvido por economistas como Hayek e Friedman, passava pela dissociação entre os mundos social e político e pelo ataque à democracia. A política e o Estado, mediados por instrumentos que garantem algum grau de soberania popular, representam ameaças a uma economia que deve ser desprovida de qualquer intervenção sobre a esfera indispensavelmente autônoma do mercado capitalista. Para a autora, “o sufocamento da democracia foi fundamental, e não incidental, para o programa neoliberal”, na medida em que “as energias democráticas, acreditavam os neoliberais, entopem inerentemente o político, o que ameaça a liberdade, a ordem espontânea e o desenvolvimento” (Brown, 2019: 76). De maneira que, para o neoliberalismo, se fazia necessário alterar os significados da democracia, “reduzindo-a a um ‘método’ de estabelecer regras em vez de uma forma de governo, restringindo seu escopo ou apartando-a do governar”. Qualquer meio que garanta algum nível de responsividade à representação popular ou abra margem para formas efetivas de participação política tenderia a pressionar por disposições redistributivas e perturbaria, desde baixo, uma ordem neoliberal incompatível com um grau razoável de ativismo democrático.

Embora em outro registro, Jacques Rancière (2018: 114) também recorre à noção de pós-democracia para definir uma prática governamental e a legitimação conceitual de uma democracia “de depois do demos”, que teria por princípio fazer desaparecer a aparência conturbada e perturbadora dos sem-título. Para o autor, ao reduzir o povo a contagens estatísticas e pesquisas de opinião, a pós-democracia o iguala à contagem de suas partes e o transforma em mero objeto do conhecimento e digno apenas de previsão. Na medida em que a política e a democracia supõem formas de manifestação populares que confrontam a lógica da igualdade com a lógica da ordem policial, atravessadas por um litígio permanente do povo quanto à sua emergência enquanto parte, o Estado pós-democrático renuncia à política ao renunciar ao aparecimento de um povo cujas vontades, demandas e participação não pode absorver. A ordem pós-democrática passa a se legitimar, nas palavras de Rancière (Idem: 122), “ao declarar impossível a política” pela demonstração de sua própria impotência frente a necessidades econômicas e regras jurídicas que definem uma cidadania nova na qual a potência e a impotência de cada um se igualam.

2.3. A crise adiada da pós-democracia

A ruptura do acordo entre o capital e o trabalho, como já foi dito, não poderia ser feita de maneira totalmente abrupta. Acostumados a ganhos crescentes de poder de compra, a serviços públicos de boa qualidade e a sistemas robustos de proteção social, os trabalhadores do centro não aceitariam tranquilamente a erosão de seu bem-estar. No entanto, o enfraquecimento de suas organizações política e econômica, notadamente dos partidos comunistas e socialdemocratas e dos sindicatos fabris, ocorreu paralelamente à aceitação progressiva de uma ordem esvaziada de igualdade e soberania popular. De um lado, reduziam-se os recursos objetivos de luta e resistência dos trabalhadores, de outro, a adesão a uma certa razão neoliberal, para usar a expressão de Dardot e Laval (2016), a partir de meados dos anos 70, desfazia os laços subjetivos entre eles e, conseqüentemente, o entendimento de que havia contra quem e pelo que lutar. O encolhimento do Estado de bem-estar, da tributação do capital e dos direitos trabalhistas e sociais contou com uma resistência um tanto tímida das forças do trabalho e com uma relativa apatia, quando não consentimento, de amplos estratos médios e populares já pouco identificados com a trajetória de luta dos governados. Não se trata, evidentemente, de menosprezar a importância de organizações, mobilizações e revoltas que, apesar das circunstâncias adversas, não deixaram de constranger o

avanço indiscriminado do capitalismo sobre as esferas social e política. É apenas importante reconhecer que o problema da legitimidade foi diminuindo ao longo do tempo para o avanço da agenda neoliberal conforme as pessoas passaram a se preocupar menos com os direitos sociais, o voto, as decisões de parlamentos e governos e mais com as perspectivas particulares de sucesso profissional e o acesso a bens de consumo e serviços privados. Ulrich Beck (2010: 199), em “Sociedade de risco”, escrito em 1986, já mostrava como mudanças nas relações de trabalho e o advento do desemprego em massa nos países ricos enfraqueciam vínculos de classe e individualizavam a experiência da pobreza. A sociedade passava a ser manejada individualmente e o indivíduo precisaria aprender a reconhecer-se a si mesmo como foco de ação, em detrimento dos vínculos e das ações coletivas.

Do ponto de vista econômico, a desregulamentação dos mercados financeiros e das legislações fiscais e trabalhistas, a aceleração da globalização e seus respectivos impactos sobre a divisão internacional do trabalho transformaram as relações de produção, os padrões de remuneração e a capacidade redistributiva dos Estados nacionais. Politicamente, o movimento na direção da pós-democracia evoluiu a passos largos, com o quase desaparecimento do debate acerca de questões sociais estruturais e de partidos organicamente conectados aos seus eleitores. Quinze anos depois da intervenção em que apresentou o conceito de pós-democracia, Colin Crouch (2016) enxergava a confirmação da tendência de um sistema político que privilegia os interesses do capital em detrimento dos cidadãos comuns.

Nem sequer a crise de 2008 parecia abalar a impressão de ausência de alternativa viável à comodificação de todos os âmbitos da vida. No embalo frenético do padrão TINA (*there is no alternative*), se fazia impossível vislumbrar qualquer resistência organizada das forças do trabalho, quanto mais um sistema econômico e político fundado na igualdade social e na soberania popular. Na ausência de um contramovimento, nos termos de Polanyi (2000), ao neoliberalismo e seu correspondente político pós-democrático, restaria apenas esperar o fim caótico da ordem. Mas sem propriamente sonhar com sua superação por um sistema mais justo, provavelmente o fim do capitalismo levaria consigo as possibilidades de sobrevivência no mundo, ao menos para parte expressiva de seus habitantes. Esse é o tom melancólico de uma série de análises críticas da evolução recente do capitalismo e do esvaziamento democrático que ela implica (Streeck, 2017).

O pessimismo da razão se justifica. Por maior que seja o otimismo da vontade, seria difícil encontrar nos acontecimentos concretos dos últimos anos sinais de reversão do quadro descrito. Ainda mais considerando que a ação política, de alcance já encurtado, era monopólio de setores vinculados estreitamente aos interesses dominantes. Toda perspectiva de mudança se limitava a propostas tímidas, pois viáveis, de adequação das instituições às mudanças em curso. Qualquer medida vista como contrária à acumulação de capital era rapidamente denunciada como prejudicial à economia e abortada. Reféns das exigências mais básicas e da cultura do consumo, não seriam os dependentes da renda do salário que se oporiam aos imperativos de crescimento ditados pela agenda neoliberal.

No entanto, as contradições da associação entre neoliberalismo e pós-democracia não poderiam ser contidas indefinidamente. Mais cedo ou mais tarde, elas teriam que emergir à luz do sol e conformar algum tipo de contramovimento social. O que aconteceu, com algum atraso, na esteira da crise financeira de 2008.

Por mais sólida que fosse, afinal, a hegemonia da razão neoliberal sempre teve seus limites. Do ponto de vista material, a degradação das condições de vida das classes trabalhadoras e médias se agravaram com a crise econômica. Dos metalúrgicos do cinturão da ferrugem norte-americano aos pequenos comerciantes do norte da França, passando pelos profissionais da construção civil espanhola e os mineiros ingleses, amplos setores sociais viram suas condições de trabalho piorarem - quando não seus empregos desaparecerem e junto com eles as expectativas de uma vida melhor para seus filhos. Ao mesmo tempo, os benefícios ligados ao desemprego, à invalidez e à aposentadoria diminuía, assim como a qualidade do atendimento médico e das escolas públicas. Tudo isso enquanto os filhos bem formados das elites urbanas aproveitavam salários cada vez maiores para sustentar um padrão de vida inimaginável para as pessoas comuns. As disparidades sociais e culturais se tornavam cada vez mais nítidas com a aceleração e a pulverização sem precedentes da comunicação promovidas pelas redes sociais, responsáveis por acentuar o fenômeno definido por autores como Roger Eatwell e Matthew Goodwin (2020: 213) como privação relativa, em que setores médios e populares percebem suas posições sociais se deteriorando em relação àquelas de outro grupos. De tal maneira que se veem alienados de condições materiais e títulos simbólicos que outrora garantiam seu respeito, seu reconhecimento e seu status social. Com efeito, uma parte importante da crise de confiança que abala as instituições

políticas liberais se deve a transformações econômicas e culturais que aumentam o medo de desclassificação, nos termos de Maurin (2009), de grupos cuja dignidade é, em boa medida, apoiada naquilo que os distingue de camadas inferiores na hierarquia social. Evoluções recentes no modo de produção capitalista, com seus efeitos deletérios sobre a segurança material desses setores, e a crise inaugurada em 2008, acentuaram a sua propensão ao pessimismo e ao conservadorismo social (Maurin, 2009: 10).

A decadência objetiva do padrão de vida de estratos médios e populares, a expansão de uma insegurança econômica alimentada por altas taxas de desemprego e acelerado processo de precarização das vagas existentes e a regressão das expectativas de progresso intergeracional (Przeworski, 2020; Todd, 2020) contrasta com a expansão sem limites da capacidade de consumo dos mais ricos. Mais significativo para a crise da pós-democracia, porém, talvez seja o crescimento da sensação de que essas disparidades não decorrem apenas do esforço, do mérito e do talento daqueles bem-sucedidos e da preguiça e da incapacidade daqueles que fracassaram, como sugere a razão neoliberal. A diferença estrutural no acesso a oportunidades profissionais e a relação mais ou menos favorecida com altas esferas do poder econômico e político passaram a ser entendidas como parte importante da explicação para fenômenos como a degradação das condições de trabalho, das expectativas quanto ao futuro, da proteção e dos serviços públicos, em suma, das possibilidades de vida. A reação conivente dos governantes, a despeito de suas diferentes orientações ideológicas, com os bancos responsáveis pela crise financeira de 2008 enquanto os governados sofriam as suas consequências teve um papel de destaque, aqui, para que o desinteresse e a apatia que dominavam a relação das massas com a política cedessem espaço para uma profunda indignação com instituições públicas nacionais e internacionais e partidos cuja prioridade parecia ser cultivar seus laços e defender os interesses das elites econômicas.

Vale registrar, rapidamente, algumas pesquisas citadas por Eatwell e Goodwin (2020). Em meados dos anos 2010, estudo do *think tank* Chatham House mostrou que enquanto 71% das elites políticas, civis e empresariais europeias sentiam ter se beneficiado da filiação de seu país à União Europeia, 34% do público em geral pensava da mesma forma. Se 50% dessas mesmas elites sentiam que os políticos não se importavam com o que as pessoas pensavam, o dado chegava perto dos 75% entre os estratos médios e populares (Idem: 124). Nos Estados Unidos, a confiança da população em relação aos governos caiu de 76%, em 1964, para 22%, em 2012. Entre as gestões

de Lyndon Johnson e Barack Obama, a proporção de norte-americanos que sentiam que o governo era conduzido para benefício de todos despencou de 64% para 19%, ao passo que aqueles que acreditavam que ele era conduzido para o benefício dos grandes interesses passaram, na mesma época, de 29% para 79% (Idem: 142). Em 1964, 70% dos eleitores rejeitavam a ideia de que as pessoas comuns não tinham voz nas decisões do governo dos Estados Unidos. Em 2012, uma em cada duas pessoas sentia não ser ouvida. Entre os que tinham diploma universitário, 41% sentiam não ter voz, mas a proporção ia para 64% entre os que não haviam concluído o ensino médio (Idem). Por fim, para ir além das fronteiras norte-americanas, em 2017 o instituto Ipsos-MORI perguntou se as pessoas sentiam que os políticos “não se importavam com pessoas como eu”. A proporção daqueles que responderam afirmativamente foram de: 45% na Suécia, 52% na Alemanha, 58% no Reino Unido, 67% nos Estados Unidos, 68% no Brasil, 71% na Polônia, 72% na Itália, 75% na Espanha e 78% na França. A média global foi de 63% (Idem). Não é por acaso que autores como David Stasavage (2020) atribuem a crise da democracia liberal ao fato de o consentimento dos governados ter praticamente desaparecido da realidade política.

Em meio a esse cenário, em que as pessoas se viram ameaçadas constantemente pelo desemprego e desprotegidas pelo Estado, a ausência de sentimentos de pertencimento outrora preenchidos por associações, sindicatos, igrejas e partidos agravou um generalizado desalento. Considerando que os rumos das empresas e das políticas não estavam sujeitos à influência das pessoas comuns, pois controlados por círculos sociais restritos, a insatisfação crescente com a deterioração da vida e do futuro só poderia se manifestar por fora dos canais formais de participação. Frente à desconfiança nos representantes eleitos e a instituições impermeáveis aos interesses dos sem-título, restavam apenas os protestos de rua como veículos efetivos de manifestação e reivindicação. Com canais formais de participação bloqueados aos interesses dos governados, a revolta mais ou menos desordenada e violenta recuperava uma legitimidade que o sufrágio universal lhe havia retirado (Trindade, 2018).

A primeira expressão mais clara de um contramovimento ao avanço do neoliberalismo e da pós-democracia assumiu contornos consideravelmente progressistas. A onda de manifestações que tomou as ruas de cidades como Madrid e Nova York, em 2011, inspiradas pela destituição de líderes autoritários em meio ao que foi chamado de Primavera Árabe, tinha entre suas principais bandeiras o combate à desigualdade e a ampliação da influência popular sobre as decisões

políticas. Enquanto os indignados espanhóis clamavam por uma “Democracia Real Yá”, os jovens reunidos no Zucotti Park, nas imediações de Wall Street, condenavam uma espécie de consórcio entre elites econômicas e políticas a favor do 1% mais rico da população. O consenso que sustentava uma política insulada das vontades e da participação dos cidadãos, condição para a evolução de uma economia destituída de compromissos com o seu bem-estar, dava, finalmente, sinais de desgaste. Com algum atraso em relação aos efeitos de longo prazo de um processo em curso há pelo menos quatro décadas, o contramovimento aparecera. Impulsionado, certamente, pelas consequências da crise econômica sobre a vida das pessoas e pela resposta dos governos – inclusive de esquerda, como aquele de José Luis Rodríguez Zapatero, na Espanha -, que consistiu em salvar as instituições financeiras responsáveis por ela.

Muito otimismo se seguiu a essa onda de protestos e sua extensão no tempo e no espaço. O Occupy Wall Street foi replicado em diversas cidades norte-americanas; os indignados inspiraram movimentos semelhantes na Inglaterra; as revoltas tomaram as ruas da Turquia e do Brasil contra um sistema político corrupto e a serviço de grandes interesses e pela expansão de direitos sociais. Herdeira dos movimentos antiglobalização de Seattle e Gênova na virada da década, a ocupação de praças e vias públicas se mostrava capaz de aglutinar parcelas mais amplas da sociedade e alargar o escopo de suas reivindicações. Era toda uma ordem, pautada na desigualdade política e na injustiça social, que parecia em cheque. Nesse momento, não se ouvia falar de crise da democracia, mas de crise da representação. O questionamento dos dirigentes partidários e do excesso de mediações das instituições representativas, vistas como subordinadas aos interesses do grande capital, sugeria mais – e não menos – democracia. A organização descentralizada e horizontal dos movimentos, aliada à multiplicação de bandeiras ligadas à igualdade e ao reconhecimento não deixava dúvidas de que a revolta empurraria a política de volta para o polo democrático. Novas forças e lideranças, dispostas a conciliar a potência disruptiva do movimento com a penosa disputa eleitoral, surgiam e, apesar da desconfiança principista de alguns, sinalizavam a renovação da política institucional. Syriza, Podemos, Bernie Sanders, Jeremy Corbyn, França Insubmissa eram alguns dos sinais de reconciliação da esquerda com lógicas instituintes de disputa do poder, com os sem-título e dos últimos com a democracia.

Os desdobramentos daqueles acontecimentos, a despeito do seu enorme potencial e da sua natureza fortemente igualitária e emancipatória, foram menos animadores do que o anunciado. E, por

motivos que explorarei adiante, o espaço da contestação à ordem pós-democrática não foi completamente ocupado por organizações e princípios progressistas. Mas, sobretudo, por um movimento reacionário que, embora já vinha acumulando forças, como mostraram, inclusive, autores como Levitsky e Ziblatt (2018), Frank (2007) e Mouffe (2015), era permanentemente negligenciado e mantido às margens das instituições políticas e culturais convencionais. Com ímpeto radical e não propriamente conservador (Lilla, 2018), embora defendesse valores tradicionais contra o progresso dos costumes, ele passou a conformar o campo político-social de maior atração na luta contra uma ordem marcada pelos efeitos nocivos do neoliberalismo e da pós-democracia. É evidente a heterogeneidade desse movimento reacionário, que chamo aqui também de populismo de direita, nos países em que ele alcançou o centro do palco político. No Brasil, por exemplo, a alternativa ao sistema viciado e elitista da Nova República reivindicada por Jair Bolsonaro não implica a reversão, mas aprofunda a tendência de comodificação das esferas da vida. Em outros lugares, sugere-se, pelo menos no plano da aparência, alguma contenção ao programa neoliberal. De toda forma, cumpre notar que a eleição e o protagonismo de forças e líderes diversos como Donald Trump, Jair Bolsonaro, a Liga italiana, a Frente Nacional francesa, o espanhol Vox, a campanha pelo Brexit, entre outros, é expressão de um mesmo fenômeno. Qual seja, a crise da pós-democracia.

A descrição de um regime democrático mais mobilizada pela literatura e no debate público sobre a sua crise não se distancia substancialmente daquilo que, com Colin Crouch, tenho chamado de pós-democracia. Já não é, afinal, objeto de questionamento e tampouco de constrangimento a ausência de preocupações com a igualdade e a soberania popular nas definições correntes do conceito e nos sistemas políticos que se procura preservar. No entanto, qualificar a crise contemporânea como aquela da democracia ou da pós-democracia tem implicações importantes. A maior delas é de dimensão normativa e indica o grau de conformidade com a ordem ameaçada. Ao chamar o momento histórico que vivemos de crise da democracia, o horizonte almejado tem os olhos no retrovisor e no passado recente. Ao incluir o prefixo “pós” à frente da categoria “democracia”, o passado tido como referência é mais distante – o que não significa promover o seu resgate - e a relação com a ordem ameaçada carrega traço crítico. Como as considerações normativas informam qualquer exercício teórico-explicativo, a diferença terminológica denota também diferenças inevitáveis de corte analítico, em especial no que concerne à identificação das

causas do fenômeno, mais ou menos profundas e ligadas às contradições da ordem ou à ação pontual de determinados atores.

É natural, assim, que muitos dos analistas e comentadores que se deixaram levar pelo entusiasmo da onda de protestos inaugurada em 2011 tenham adotado uma postura mais cética e pessimista com os seus desdobramentos. Enquanto as forças e os valores que pressionavam o sistema tinham contornos eminentemente democráticos, era salutar apontar para os limites institucionais e substantivos da ordem. À medida que o polo alternativo de ideias e ação política se move para o que existe de mais obscuro na sociedade, as qualidades do sistema passam a justificar a sua defesa. O problema analítico e político desse deslocamento é ignorar que ambos os movimentos são expressão do mesmo fenômeno. A saber, o esgotamento da evolução da democracia liberal rumo à pós-democracia, regime em que o controle popular sobre os contornos e as decisões do Estado são reduzidas ao mínimo. A hipótese que justifica o esforço empreendido nesta tese é de que a ascensão e a potência de forças reacionárias resultam diretamente da sua identificação como contramovimentos ao processo de desdemocratização, entendido como condição para a evolução e a sobrevivência do neoliberalismo. Pois a despeito de essas forças não representarem a superação da combinação funesta entre ambos, elas fazem o que os atores comprometidos com a democracia liberal são incapazes de fazer; aparentam sê-lo.

Não parece insensato afirmar, portanto, que enquanto o campo progressista aposta na defesa da ordem, com todas as suas qualidades e avanços em relação a períodos precedentes, o populismo de direita ocupa o espaço vago da alternativa, da transformação, da resistência a um progresso que não mais interessa à massa dos sem-título. O contramovimento chegou e, por mais regressivo, indesejado e contraditório que seja, justamente por incapaz de resolver os problemas que o alimentaram, deve ser entendido e explicado com a devida gravidade. Tanto mais por sensibilizar e mobilizar boa parte daqueles que mais sofrem com os limites da ordem que ele promete, em boa medida enganosamente, destruir. Estigmatizar seus simpatizantes e reduzir sua força a uma combinação desagradável e efêmera de intolerância, ignorância e falsa consciência é reforçar o coro que nos trouxe até aqui.

3. O contramovimento populista

O ambiente contaminado de pessimismo dos dias que correm contrasta com o otimismo que dominou o debate público e acadêmico entre as décadas de 80 e 2000 quanto à vitalidade dos princípios democráticos. Na esteira do fim das ditaduras latino-americanas e, sobretudo, da queda do muro de Berlim e da conversão liberal, mesmo que parcial, dos regimes da Europa oriental, a expansão da democracia não deveria encontrar obstáculos. É o que sugeriam, pelo menos, autores vinculados a diversas abordagens teóricas, como o pluralismo e o deliberacionismo. No primeiro campo, a divergência de interesses entre atores individuais e coletivos não era suficientemente grande para abalar as instituições e o acordo em torno de princípios e normas fundamentais à democracia liberal. No segundo, o disseminado consenso em torno da institucionalidade democrática permitiria a abertura de outros canais de participação e, por consequência, o aprofundamento da democracia. Na medida em que não se via contestação relevante das práticas e das instituições da democracia liberal, sua saúde estava assegurada e sua expansão era provável.

O processo que Wolfgang Streeck denominou desdemocratização foi visto pela literatura acadêmica como expressão do sucesso da democracia. Além da conformidade ao arcabouço institucional liberal, o consenso alcançava também o programa das forças políticas em disputa. Conforme os partidos de esquerda, tanto do centro como de parte da periferia do capitalismo, aproximaram sua agenda daquela defendida pela direita, num movimento que teve os governos de Tony Blair e Bill Clinton como maiores expressões, desaparecia qualquer possibilidade de ruptura. Mais do que o critério do consenso, a convergência programática entre esquerda e direita teorizada por autores como Anthony Giddens e chamada de terceira via respondia aos imperativos da razão, identificados, como dito acima, com a democracia. À superioridade normativa dos valores democrático-liberais se juntava o respeito a evidências empíricas de sucesso econômico e a perícia de especialistas capazes de melhor operar o sistema político. Medidas como a retração da intervenção estatal sobre a economia, a liberalização de transações comerciais e financeiras, a flexibilização das proteções trabalhistas, a privatização acelerada de serviços públicos e o esfacelamento das redes de proteção social pareciam, simplesmente, o resultado natural do sucesso da democracia.

Se o avanço dessa agenda, apoiada no consenso entre as forças políticas tradicionais e no envolvimento direto de especialistas preparados para sua condução, consistia na democracia em

si, seria esperado que qualquer contestação a ela fosse qualificada de antidemocrática. Foi o que aconteceu. Na medida em que determinados líderes e partidos passaram, supostamente, a se apoiar nos desejos mais imediatos da massa para se contrapor ao governo das elites, eles foram rápida e pejorativamente chamados de populistas. A crítica genérica a esses movimentos mais ou menos organizados e sustentados na revolta de parte da população com a ordem estabelecida tem duas premissas sobrepostas. A primeira é de que a clivagem que os populistas alegam separar o povo das elites é artificial e não corresponde nem à realidade, formada por indivíduos isolados ou grupos demasiadamente heterogêneos, nem ao interesse do pretendido povo, beneficiado por um governo informado por uma espécie de razão universal. A segunda é de que, além de incontornável para o funcionamento do Estado moderno, a instituição da representação política, autorizada ou não pelo voto, seleciona os mais preparados para governar.

Como diz Jacques Rancière (2014), por trás da crítica a governos cuja ação se apoia nos desejos mais imediatos da massa e numa crítica constante às elites, estaria o mesmo incômodo com o indivíduo egoísta da sociedade democrática que tudo faria a seu bel-prazer, formulado por Platão. Ao lamentar a individualidade do que deveria ser massa, agregada e comprometida com valores comuns, progressistas liberais se unem a conservadores na defesa de uma democracia esvaziada de igualdade e soberania popular – a pós-democracia. A causa, portanto, da crise contemporânea não deveria ser buscada nos problemas e contradições do próprio sistema político e seus efeitos materiais e simbólicos. As ameaças à ordem liberal se devem, na literatura e no debate público convencionais, a indivíduos demasiadamente preocupados com interesses particulares e corporativos. Incapazes de conter impulsos de consumo e prazer, essas pessoas, geralmente provenientes dos estratos médios atrasados ou das camadas populares menos educadas, ficam vulneráveis ao discurso de líderes demagogos competentes o suficiente para explorar sua ignorância.

Com efeito, a apreensão mais comum da noção de populismo, diariamente repetida nos meios de grande circulação, nas mesas de bar, nos jantares de família, mas também nas intervenções públicas de intelectuais e na literatura científica, reduz o fenômeno à relação direta entre uma massa afeita a soluções simples para problemas complexos e um líder autoritário e demagogo. A chamada abordagem ideacional, que tem dominado parte relevante do debate acadêmico⁶, tem

⁶ Ver Müller, 2016.

como definição mínima de populismo justamente a reivindicação, por parte de um líder, da representação do verdadeiro povo. A conotação negativa atribuída ao fenômeno relativiza os motivos da insatisfação popular com a ordem liberal e dá ênfase aos sentimentos reacionários e discriminatórios geralmente presentes na base dos movimentos populistas.

Nessa interpretação de contornos liberais do populismo, a autoridade conferida a líderes carismáticos como legítimos e honestos defensores do povo contra os interesses escusos das elites que controlam o sistema tem alicerces ilusórios. Pois além de estar baseado numa clivagem irreal, o movimento populista recorreria às emoções das massas e em teorias da conspiração para rejeitar a realidade objetiva alcançada por meio da razão e da ciência (Levitsky e Ziblatt, 2018; Runciman, 2019). Reflexos de opiniões que sua base carrega sem que tenha coragem de afirmar em meio a estritas e constrangedoras normas culturais – a famosa ditadura do politicamente correto –, os líderes populistas não poderiam ser outra coisa senão bárbaros preconceituosos enrolados a bandeiras nacionais. Contudo, eles são oportunistas o bastante para se aproveitar de devaneios a que as massas estão constantemente sujeitas para abalar a divisão de poderes, garantias individuais e, conseqüentemente, a própria democracia.

Daí a impressão um tanto generalizada na academia e no debate público de que o populismo de direita deve desaparecer com a mesma velocidade com que apareceu. Mais cedo do que tarde, sobretudo em países governados por lideranças esdrúxulas em seus modos e em suas decisões, as pessoas recuperariam a razão e recolocariam a vida política nos trilhos da democracia liberal, à imagem, aliás, de outras ofensivas populistas que marcaram a história. Eatwell e Goodwin (2020), assim como Guilluy (2018), criticam, com propriedade, o caráter superficial e de curto prazo de uma literatura que atribui o fenômeno a acontecimentos excepcionais e laterais da vida política, tal qual a crise financeira de 2008, os programas de austeridade que se seguiram, a suposta interferência russa na eleição de Donald Trump, o papel de estrategistas como Steve Bannon e o advento das redes sociais. O debate negligencia corriqueiramente que o contramovimento reacionário contemporâneo responde a tendências profundas e de longo prazo. Como diz Fraser (2020), a hegemonia neoliberal está em crise terminal. Ela pode até seguir dominando, mas já não convence. Faltaria somente, recorrendo à batida formulação de Antonio Gramsci, que o novo nasça para substituir o velho que já morreu. O populismo de direita, a despeito de sua face conservadora, é um ensaio desse novo, que sugere a superação do estado de coisas e tem contado, em sua

contraditória marcha rumo a um futuro que deveria recuperar tradições, hierarquias e identidades do passado, com uma significativa, embora confusa e heterogênea, base social.

De toda forma, ao contestar a competência das elites para lidar com problemas complexos e comprometer a estabilidade das instituições, o populismo assume um protagonismo exagerado nas explicações para as causas da crise da democracia. O que a maioria dos analistas não vê ou prefere esconder é que, ao invés de causa da crise da democracia, o populismo é, acima de tudo, consequência da falta de democracia daquilo que, paradoxalmente, seguimos chamando por esse nome. Em outras palavras, ele é resultado da crise da pós-democracia.

3.1. O momento populista

Acabamos de ver que a apreensão mais comum do populismo o concebe como ameaça a uma democracia apoiada em uma espécie de cultura do consenso que repudia conflitos e nas capacidades de especialistas e representantes em detrimento das paixões mundanas da massa. Há autores, no entanto, cuja contribuição vou examinar rapidamente abaixo que, ao invés de verem o populismo como problema da democracia, o veem como sinal mesmo de sua vitalidade enquanto poder daqueles que não têm título, em forma de nascimento, riqueza, ciência ou religião, para governar (Rancière, 2018). Ao reservar-se, por meios que incluem a eleição, a prerrogativa do poder aos proprietários desses títulos, a ignorância dos atrasados e o apego ao passado, presentes em eleições e revoltas recentes, são qualificados como populismo para dissimular a contradição entre legitimidade popular e científica.

Uma dissimulação que se torna cada vez mais improvável na medida em que as condições de vida de amplas camadas das sociedades se deterioram e os governos associados à ordem parecem ignorar os índices crescentes de desigualdade e insistem em respostas restritas a cortes de despesas e espoliação de direitos. À percepção de que os interesses de grandes corporações e do capital são preservados face a restrições orçamentárias, ainda se somam pressões culturais ligadas à perda de privilégios e status por parte de grupos tradicionalmente favorecidos. Em meio a um quadro de incertezas e de contração de expectativas, partidos de esquerda, dentro ou fora dos governos, se mostraram incapazes de oferecer alternativas programáticas aos ditames do mercado e perderam qualquer traço que ainda os distinguiu das forças conservadoras. Em outras palavras, a ascensão

das contradições de uma democracia esvaziada de qualquer conteúdo substantivo em função das exigências neoliberais alimentou uma insatisfação que, por sua vez, não encontrou identidade coletiva ou canal político à disposição para absorvê-la. A ausência de alternativa legada pelo consenso democrático-liberal tornou o sistema político débil, pois desprovido do conflito inerente à política.

Esse é o argumento da filósofa Chantal Mouffe, que, seguindo os passos controversos de Carl Schmitt, defende uma concepção do político que passa, inevitavelmente, pelo antagonismo. A tentativa liberal de aniquilá-lo fatalmente fracassaria, pois alguma antítese de ordem religiosa, moral, econômica, ética ou outra seria sempre suficientemente forte para reunir os seres humanos em grupos de amigos e inimigos. A dimensão antagonística, que teóricos e atores da democracia liberal buscaram descartar, seria parte elementar de nossa condição ontológica (Mouffe, 2015: 8). Porém, conforme as forças de esquerda deixaram de projetar qualquer alternativa vigorosa ao avanço do capital sobre a vida, na esteira da defensiva assumida com o fim da URSS e da adesão ao consenso de Washington, o conflito – ou a política - não poderia voltar sob seus auspícios. Com efeito, elas voltaram sob formas de identificação religiosa, nacionalista, étnica e moral. A alternativa não tardaria a aparecer. Mas não à esquerda, cujas organizações pareciam – e de fato eram - comprometidas com a ordem. E sim no último flanco à direita, que reivindicava sua superação, nem que fosse rumo ao passado.

A ameaça à democracia não se deve, para autores como Mouffe e Rancière, portanto, à erosão do consenso. É justamente a ausência de conflito, dependente de alternativas políticas claramente diferenciadas, que provocou a ascensão de líderes e forças políticas reacionárias. Caberia àqueles engajados na preservação – e, por consequência, no aprofundamento - da democracia recuperar uma efetiva oposição programática entre forças comprometidas com o regime democrático. Tarefa, porém, menos óbvia do que foi ao longo de boa parte do último século. Afinal, se a oposição capital-trabalho ordenava, sem grandes dificuldades, a disputa política no ocidente, a reorganização do modo de produção capitalista das últimas décadas, em que a indústria perde centralidade, tem prejudicado a delimitação de grupos sociais em conflito.

Ao lado de Ernesto Laclau, Mouffe é uma das autoras que, já há algum tempo, tem questionado o pertencimento de classe como um critério suficiente para o ordenamento da luta política e defendido a construção político-discursiva de uma cadeia de equivalências capaz de articular lutas

a priori desconexas já que desprovidas de vínculos materiais ou mesmo simbólicos diretos. Partindo do pressuposto de que identidades coletivas dependem do estabelecimento de uma fronteira entre o nós e o eles, esses autores têm apostado exatamente na distinção entre o povo e as elites como motor fundamental da disputa política (Laclau e Mouffe, 2009). O populismo aparece, então, como lógica política em que se estabelece uma relação entre representante e representado capaz de formar uma identidade e engendrar um tipo específico de ação transformadora (Laclau, 2013). Não por acaso, o último livro de Mouffe se chama “Por um populismo de esquerda”. A melhor forma de combater o populismo de direita não seria o consenso de centro, mas uma estratégia cujo objetivo seja a “cristalização da vontade coletiva sustentada em afetos comuns e que aspire uma ordem mais democrática” (Mouffe, 2018: 76). A paixão, o líder e a oposição de ideias não são problemas. Passam, aqui, a fazer parte da solução.

Diversas forças políticas do ocidente, mais ou menos novas, têm caminhado no sentido sugerido por Mouffe. Certos círculos progressistas alertam, inclusive, para o fato de que partidos e organizações de esquerda têm assumido feições exageradamente radicais, irresponsáveis, demagógicas e populistas. O que, nos termos dos autores citados acima, poderia ser visto como um elogio. Afinal, sinalizam a recuperação do conflito como lógica política e uma ruptura com uma percepção da democracia impermeável à ação dos sem-título para governar. Com otimismo, poderíamos dizer que princípios caros a uma concepção substantiva de democracia, como igualdade política e soberania popular, tanto tempo marginalizados da teoria e da prática democráticas, dão sinais de voltar à ordem do dia.

Exemplos desse movimento podem ser vistos em partidos como o espanhol Podemos, que surgiu na esteira das grandes mobilizações do 15-M rejeitando recursos discursivos de uma esquerda marxista tradicional fundada no léxico das classes e clamando pelo poder do povo em oposição à casta. Partido esse, aliás, que reivindica abertamente a inspiração nos trabalhos de Laclau e em experiências populistas latino-americanas. Disputas que têm atravessado forças políticas como o partido Democrata americano e o Partido Trabalhista britânico também reforçam o argumento de Mouffe. Enquanto o primeiro assiste à ascensão de figuras pouco moderadas para seus padrões, como Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, o segundo chegou a sofrer uma significativa guinada à esquerda sob Jeremy Corbyn, apoiado pela base e estranho ao establishment partidário. Na França, o tradicional Partido Socialista foi atropelado como principal força de esquerda pela

França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, logo após o radicalmente moderado governo de François Hollande. Carrega grande significado o fato de que, frente às mobilizações dos coletes amarelos na passagem de 2018 para 2019, enquanto parte da esquerda se mostrava incomodada com a ambiguidade ideológica, programática e cultural dos manifestantes, a França Insubmissa apoiou decisivamente o movimento. Ficava clara, ali, a intenção de uma esquerda que pretende restabelecer os vínculos com os sem-título de evitar uma clivagem moral entre governados mais ou menos afinados aos preceitos liberais e de disputar os rumos de uma revolta eminentemente popular. Ao ficar ao lado dos homens comuns, atravessados pelas contradições simbólicas e materiais de suas aspirações e mobilizados contra a perfeita encarnação da elite representada pelo governo de Emmanuel Macron, o partido de Mélenchon sugeria partilhar a definição de democracia de Rancière, em que o governo cabe àqueles desprovidos de qualquer título.

É desnecessário argumentar a respeito da força política dos movimentos, líderes e partidos populistas de direita, cujas bases discutirei mais adiante. Cumpre apenas registrar que a lógica populista, apoiada na força de uma liderança que, como um significante vazio, para usar a referência lacaniana de Laclau (2013), dá forma e agência a um povo cujas partes são desprovidas de laços tangíveis, responde diretamente a fenômenos que estão na raiz da crise da democracia liberal. De tal maneira que não faz sentido imaginar o apelo de organizações, lideranças e discursos populistas como fruto de uma conspiração gestada no vácuo ou, pior, em um ambiente saudável do ponto de vista político, econômico e social, contra a ordem liberal. Ao reconhecer as angústias e mazelas sofridas pelas pessoas comuns e oferecer caminhos palpáveis para lidar com a atomização dos indivíduos, com a sensação de ausência de controle sobre os partidos e o Estado, com a estigmatização de valores e comportamentos populares e, em alguma medida, mesmo que precária, com a deterioração das oportunidades de trabalho e de obtenção de renda, o populismo se apresenta como contramovimento à desdemocratização em curso, responsável por tudo isso. Uma alternativa identifica o adversário e surge no horizonte.

É verdade que boa parte das soluções oferecidas solucionam de maneira deficiente a maioria desses problemas e têm o potencial de criar outros – talvez de consequências ainda piores. Poderíamos até questionar o potencial democrático de uma lógica fundada em uma representação construída, em parte, de cima abaixo por um líder carismático. No entanto, na medida em que os sem-título reaparecem como atores dignos de atenção, respeito e alguma capacidade de ação, muitas coisas

parecem estar em maior risco do que a democracia. Via de regra, quem vê na ascensão do populismo a origem da crise democrática defende um tipo de democracia cuja maior ameaça é o próprio demos. Não haveria melhor retrato dessa contradição do que o título, aparentemente desprovido de ironia, do livro de Yasha Mounk “O povo contra a democracia”. Contra o populismo, tem-se justificado, na academia e em setores importantes do campo progressista, a luta da democracia contra o povo.

3.2. Populismo no Brasil

Não cabe aqui uma discussão extensa sobre a história do conceito de populismo no Brasil e sua apreensão acadêmica e política. Mas é importante registrar as diferenças que ele carrega em relação ao debate apresentado acima, voltado para processos recentes e, essencialmente, para países ricos. Por um lado, tanto nas versões desconfiadas, de corte liberal, quanto na elaboração apologética de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o populismo aparece como um fenômeno marcado pelo conflito e pela clivagem social. Mais ou menos simpáticos em relação aos efeitos do conflito e céticos quanto ao caráter objetivo da clivagem, a verdade é que esses dois elementos são centrais para qualquer concepção de populismo em disputa no debate dos dias que correm. Por outro lado, o populismo tem sido visto como uma estratégia política de mudança, seja ela bem-vinda ou não. Enquanto a maior parte da literatura o identifica como a principal ameaça à democracia liberal, em virtude da sua capacidade de ludibriar e insuflar as massas contra os princípios e as regras da ordem, teóricos simpáticos, à direita ou à esquerda, o enxergam como único meio possível de tornar essa ordem, de fato, democrática. No Brasil, é diferente.

Por aqui, a noção segue informada por uma literatura de inspiração marxista que pretendeu explicar o golpe militar de 1964 e a ausência de resistência popular que enfrentou justamente a partir das contradições de uma política de massas pejorativamente denominada populista. Para os principais autores dessa agenda, Francisco Weffort e Octavio Ianni, o populismo não era movido pelo conflito e pela clivagem social e tampouco tinha um caráter subversivo ou radical – muito pelo contrário. Tratava-se, mais exatamente, de uma “aliança de contrários”, proletariado e burguesia, que atendia aos interesses da última no sentido de promover um novo padrão de desenvolvimento industrial enquanto mantinha o consentimento do primeiro com o atendimento a demandas de mobilidade social. No lugar do antagonismo de classes, que caracterizava parte da política no Norte

e no imaginário marxista, a democracia populista brasileira “propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento” (Ianni, 1987: 59).

Já a composição heterogênea das camadas trabalhadoras e sua origem e socialização rurais, com formas tipicamente patrimoniais de organização do poder, obscureciam “a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos” e favoreciam a ideia do povo, ou da nação, como entidade política fundamental (Weffort, 1980: 159). Diferente do povo contraposto às elites característico das apreensões contemporâneas do populismo, ele era entendido como “uma comunidade de interesses solidários” a compreender toda a sociedade (Idem). Daí o destaque, nessa literatura, aos esforços empreendidos por lideranças como Getúlio Vargas em construir a imagem de uma pátria harmoniosa e pacífica, acima de grupos e divergências sociais. Uma imagem idílica que sustentou, enquanto foi possível, uma ação política apoiada na conciliação improvável de interesses que a história revelaria contraditórios.

O argumento serve à explicação para a ausência de mobilização popular contra o golpe e os seguidos ataques da ditadura militar às liberdades políticas e à igualdade social. No vácuo deixado pela incapacidade de autorrepresentação dos grupos dominados, à imagem do campesinato francês descrito por Marx no 18 de Brumário de Luís Bonaparte, e pela sua divisão interna, lideranças carismáticas escoradas em ideologias de corte nacionalista reivindicam representar os seus anseios mais imediatos. Com o controle dos sindicatos, dependentes do Estado, e a impossibilidade de constituição de um partido sem uma classe trabalhadora cujos interesses e identidade fossem inteligíveis para os seus membros, o populismo esvazia qualquer capacidade de ação autônoma do proletariado para viabilizar a atualização do modelo de desenvolvimento capitalista (Ianni, 1987). A política de massas, portanto, não fez apenas bloquear toda a transformação profunda e necessária da ordem como retirou o povo da política exatamente ao nomeá-lo e levá-lo, supostamente, ao centro do palco.

Contrapontos a essa crítica do populismo, identificado historicamente com uma tradição política que reúne os governos Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, mas também lideranças conservadoras como Adhemar de Barros e Jânio Quadros, já foram devidamente elaborados. Sua expressão mais acabada consiste, provavelmente, no livro organizado por Jorge Ferreira e intitulado “O populismo e sua história”. Nele, autores como o próprio Ferreira, Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis questionam o espírito etapista do marxismo que enseja as

interpretações hegemônicas do populismo no Brasil, segundo o qual a classe trabalhadora tem um caminho a seguir e um destino a cumprir. Na medida em que ela não obedece os rumos traçados pelos intelectuais e se submete a líderes ideologicamente controversos e ao Estado, sua consciência é tida como imatura e sua ação como manipulada. A dicotomia estabelecida por essas contribuições entre Estado e sociedade, porém, acaba superestimando o poder das classes dominantes e, segundo José Murilo de Carvalho (2019), bestializando um povo visto como vítima impotente. Embora reconheçam a dimensão contraditória do populismo, que concilia interesses do proletariado e da burguesia, os trabalhos de Weffort e Ianni privam o primeiro de agência política e, no limite, de qualquer vontade concreta. O resultado é uma concepção elitista da história que, apreendida a partir de cima, assume a ação e a consciência das massas como corolário da inteligência das elites, nos termos de Thompson (1981).

Como coloca Aarão Reis (2017: 374), entre 1945 e 1964, duas tradições políticas conviveram no campo das classes populares no Brasil: a comunista e a trabalhista. Ora elas competiam, ora compunham alianças. Mas, segundo o autor, elas

não se afirmaram graças a manobras maquiavélicas de cérebros iluminados, ou de hábeis prestigiadores, embora nunca faltassem, de plantão, aprendizes de Maquiavel. Não são obra do acaso, nem efeito de equívocos, ou ilusões. Afirmaram-se porque foram acolhidas e construídas pelas classes trabalhadoras, muitas vezes de forma subordinada, mas sempre de maneira consciente e entusiasmada – entranho povo este, que não se submete à clara teoria -, e geraram um processo bastante expressivo de avanços sociais e políticos, consideradas as circunstâncias históricas.

O uso corrente do termo populismo no Brasil, a despeito da literatura crítica mais recente e do debate acadêmico contemporâneo que corre mundo afora, permanece atrelado à sua definição original. Continuamos a recorrer ao conceito para descrever, pejorativamente, a ação política de um líder carismático que, apoiado em símbolos nacionais e por meio da demagogia, reivindica representar os interesses de setores populares enquanto mina sua capacidade de ação e reflexão autônomas. Do ponto de vista do programa populista e dos seus efeitos, o termo faz referência a uma espécie de aliança de classes que, embora atenda demandas materiais e/ou de reconhecimento dos estratos mais baixos, é tutelada pelo consentimento circunstancial das classes de cima (Boito, 2018). Qualquer semelhança com a interpretação corrente do lulismo, que discutiremos no capítulo seguinte, não é mera coincidência.

De toda forma, a discrepância com o debate apresentado acima, em que o populismo aparece como uma espécie de substituto, mais ou menos legítimo, para uma política fundada na luta de classes,

é notável. No Brasil, embora considerações mais recentes chamem a atenção para o conteúdo subversivo do discurso populista, sua radicalidade costuma dizer respeito, no máximo, a uma postura crítica quanto à evolução de certos costumes e comportamentos e à irresponsabilidade de lideranças demagógicas quanto à estabilidade de normas que regulam a prática política.

4. A política dos governados

A teoria do populismo de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau é convincente ao questionar a associação estreita que a teoria democrática hegemônica e sua versão contemporânea, que analisa a atual crise política, estabelecem entre democracia e consenso. Além de criticar o efeito deletério que a ausência de disputa real pode ter sobre o regime democrático quando controlado pela agenda das elites, os autores mostram a natureza inevitável de um conflito que oponha identidades coletivas antagônicas.

Uma abordagem crítica ao segundo pilar da literatura mais convencional acerca da crise da democracia, a saber, a estabilidade do poder instituído sob os paradigmas do liberalismo político, todavia, não pode se apoiar na contribuição dos dois autores. Se Mouffe contesta a possibilidade de superação dos conflitos políticos por meio da razão, ela não acredita que o aprofundamento da democracia exija uma rejeição do modelo democrático liberal. Pelo contrário, adverte quanto ao perigo de a esquerda cair novamente na tentação revolucionária, abandonada, segundo ela com razão, na segunda metade do século XX (Mouffe, 2015: 32). Seu receio é de que o antagonismo desmedido descambe para uma ação política cujo fim seja a eliminação do outro. É nesse sentido que ela restringe sua adesão a Schmitt e defende o que chama de luta agonística, em que “oponentes sabem que não há solução racional a seu conflito e nunca vão estar de acordo, mas aceitam a legitimidade do adversário” (Errejón e Mouffe, 2015: 50). O incômodo da autora com a hegemonia do liberalismo político em detrimento da igualdade e da soberania popular não a torna uma crítica de seus preceitos.

Contudo, a dinâmica política que tem colocado a ordem em crise e que justifica a qualificação do atual cenário como um momento populista não parece se ater às normas formais e informais do jogo institucional. A resistência e a possível reversão do movimento acelerado rumo à mais completa pós-democracia sequer parecem capazes de prescindir de ações que atravessem os

contornos do poder instituído. A literatura de inspiração populista, na trilha aberta por Mouffe e Laclau, esbarra em contradições importantes ao interpretar a decomposição da democracia liberal e projetar a sua superação progressista.

4.1. Os limites do agonismo

O populismo de esquerda ao qual Chantal Mouffe (2018: 46) adere não supõe a subversão de instituições liberais compatíveis, segundo ela, com uma transformação radical das relações de poder. No fundo, o que se almeja na crítica à cooptação neoliberal dos partidos de esquerda na Europa inaugurada no início dos anos 1980 é o retorno a um autêntico programa socialdemocrata. A nostalgia em relação ao estado de bem-estar dos trinta gloriosos informa, em Mouffe, uma concepção um tanto vaga de aprofundamento democrático. A própria referência da autora a Antonio Gramsci vai até o ponto em que o revolucionário italiano entende a guerra de posição como preparação para a guerra de movimento. “Isso abandonamos”, afirma Mouffe (Errejón e Mouffe, 2015: 33).

Não há ruptura, nem mesmo desvio da ordem na rota de um programa que recusaria o falso dilema entre reforma e revolução para recuperar uma velha conciliação de classes. Um projeto virtuoso, é claro, sobretudo em meio às perspectivas oferecidas pela combinação nefasta entre liberalismo econômico e autoritarismo político que anuncia o populismo de direita. Resta saber o quão compatível é esse programa, de um lado, com as atuais condições do desenvolvimento capitalista e, de outro, com os recursos de poder disponíveis aos dominados e a correlação de forças com os dominantes deles decorrentes.

Já discuti acima e não convém repetir aqui como a evolução recente do capitalismo tem prejudicado sua compatibilidade com a democracia, cuja apreensão tem de ser progressivamente reduzida em termos formais e substantivos. Uma contradição naturalmente rejeitada pela maior parte do debate acadêmico, mas cujos traços são cada vez mais dificilmente ignorados, como bem mostram Streeck (2018) e Brown (2019). Recapitulando, alguns dos motivos passam por: crescente desigualdade social; pressão por parte do capital de cujo lucro dependem os Estados para que governos transfiram poder de decisão para corporações; menor participação popular sujeita a prejudicar a renda do capital; tendência de menor crescimento e acirramento da disputa

distributiva; esforço crescente por parte das corporações para escapar da tributação; necessidade de endividamento dos cidadãos para suprir a retração de direitos sociais para outorgar alguma legitimidade ao sistema e permitir a reprodução da força de trabalho; e progressivo endividamento público a comprometer o orçamento estatal com juros da dívida (Streeck, 2017: 186).

Ao sugerir a recuperação de um pacto capital-trabalho que sustente a democracia, portanto, autores como Mouffe atribuem demasiada autonomia a decisões de ordem política. Ignoram que, apesar de sua faculdade inventiva, a política é feita sob certas condições socioeconômicas. E conforme nos aproximamos do limite possível da comodificação do dinheiro, da terra e do trabalho, o potencial de criação da política deve obedecer a uma lógica distinta daquela que operou no século passado. O cenário é ainda mais grave para os saudosos de soluções antigas na medida em que o neoliberalismo tem destruído as capacidades dos partidos e do Estado desempenharem o papel crucial de contenção social ao avanço das relações de mercado (Idem: 224). Nesse sentido, é notável a contradição das receitas progressistas, de corte liberal ou populista, que recorrem a uma ordem cujos sinais de esgotamento são evidentes. Ao contornar os dispositivos legais para assegurar seus interesses, como têm feito no Brasil e em outras partes, setores importantes das elites econômicas e políticas dão sinais de compreensão da gravidade do atual momento histórico. Enquanto isso, boa parte do campo progressista parece apostar em um arcabouço institucional e normativo em crise para tentar escapar dela.

Mesmo do ponto de vista político, essa agenda encontra limites importantes. A referência de estratégia hegemônica, que deveria inspirar a renovação socialdemocrata para Mouffe (2018), é aquela de Margareth Thatcher, que tornou o liberalismo praticamente incontestável na Inglaterra. A dama de ferro não podia estar mais correta razão ao declarar que a maior prova de seu sucesso era o programa social liberal implementado por Tony Blair. No entanto, a comparação é despropositada sem a consideração da correlação de forças concreta entre os dependentes do salário e os detentores do capital. Como já foi dito, o avanço do Estado de bem-estar social só foi possível em função da vigorosa organização política dos trabalhadores, mas também nos locais de trabalho e nas ruas. A mobilização extrainstitucional dos governados, muitas vezes violenta, de feição instituinte e, sobretudo, com capacidade de pressão objetiva sobre os ganhos do capital era crucial para a manutenção de uma ordem que insistia em equilibrar interesses contraditórios (Crouch, 2000).

Soa ingênua, ainda, a consideração das instituições como um terreno praticamente neutro, como sugerem os trabalhos de Laclau e Mouffe. As evidências e os exemplos históricos de que o campo político, para usar o termo de Bourdieu (1981), não tem nada de imparcial e favorece os interesses das classes dominantes são abundantes. Nem precisaríamos ir muito longe para buscar alguns deles. Basta pensarmos do processo de impeachment que tirou Dilma Rousseff da presidência da república para entregá-la a um vice-presidente comprometido com uma agenda neoliberal que fora rejeitada nas urnas.

Não se trata de olhar para o Estado como o comitê gestor dos negócios da burguesia e mero apêndice das forças econômicas, como sugere certo marxismo. Mas não convém, tampouco, considera-lo uma esfera neutra sobre a qual não intervêm, a não ser pelos canais democráticos, os interesses que dominam as relações de produção. Como disse Poulantzas (2000: 119), o Estado “não é em si uma essência: nem o sujeito da história nem um mero instrumento da classe dominante, ele é (...) a condensação de uma relação de forças de classe”. Depositar esperanças demasiadas na disputa de corações e mentes, no plano da cultura, e na disputa política formal pelo meio exclusivo das instituições e do voto sugere razoável idealismo. Ao fazê-lo, Mouffe e Laclau se aproximam de Yasha Mounk e de sua visão edulcorada de uma política destituída de disputa por poder e dominação. Embora a ação das massas por dentro do Estado seja uma condição necessária para a transformação da ordem política, econômica e social, ela não pode ser suficiente para alterar correlações de força estabelecidas à sua margem. Mesmo que não estejam concluídas nele, as lutas populares se inscrevem na materialidade institucional do Estado e têm primazia, inclusive, sobre as instituições e os aparatos do poder (Poulantzas, 2000: 149).

4.2. O lado feio da democracia

O problema teórico que tenho perseguido nessas páginas diz respeito à equivalência entre o conceito de democracia e as instituições liberais. Um esvaziamento normativo da noção de democracia que já se tornou moeda corrente e cuja disputa parece cada vez mais fadada ao fracasso. A prova é que a ascensão de forças críticas, entre muitas outras coisas, ao caráter pós-democrático da ordem e a mobilização de setores populares contra medidas julgadas técnicas, inevitáveis e razoáveis são automaticamente traduzidas como ameaça à democracia. São evidentes os riscos que corremos sob governos autoritários movidos por valores reacionários. O problema é

tornar esses mesmos riscos álibis do sistema contra o qual o sem-título têm se revoltado. A barbárie representada por Donald Trump ou Jair Bolsonaro não deveria tornar, e de fato não torna, os sistemas políticos norte-americano e brasileiro melhores ou mais democráticos.

Poderíamos inverter o léxico em uso e, a partir do trabalho de Partha Chatterjee (2004), pensar o momento político que vivemos como fruto de uma contradição entre democracia e modernidade, em que a crise remete mais aos princípios da última do que propriamente da primeira. É verdade que o cientista político indiano tem os olhos voltados para seu país e almeja, no máximo, expandir o escopo de sua análise a contextos pós-coloniais característicos da Ásia e da África. Contudo, os processos em curso em outras partes da periferia, mas também no centro do capitalismo, em que as normas formais e informais que regulam o jogo não parecem mais dar conta de mediar os conflitos sociais, se aproximam com vigor daquilo que Chatterjee chama de política dos governados - ou sociedade política.

Em oposição ao previsto pela teoria política democrática, o autor argumenta que, em países de larga experiência de colônia europeia, a evolução da cidadania não obedeceu ao percurso convencional traçado por T. H. Marshall (1967). As demandas de cidadania universal incitadas pelos preceitos da política moderna fizeram com que tecnologias de governamentalidade capturassem o Estado-nação, levado a proteger direitos particulares em detrimento da própria normatividade moderna. Em outras palavras, noções projetadas pelo modelo ocidental de soberania popular e direitos universais outorgaram ao Estado a responsabilidade de garantir o bem-estar de sua população. Porém, nem todos os membros de comunidades marcadas pela escassez de recursos e pela deficiente redistribuição teriam acesso à completude dos direitos por via legal. O resultado que se tem observado é uma dinâmica de reivindicações e respostas estatais de ordem privada e heterogênea. Um quadro diametralmente antagônico àquele previsto pela teoria política liberal, em que a relação entre sociedade civil e Estado é mediada pela representação política de cidadãos dotados de direitos iguais e submetidos a normas e tratamentos universais. Chatterjee (2004: 37) propõe, então, o conceito de sociedade política para qualificar uma relação entre populações, ou governados, e agências governamentais movida pela busca de segurança e bem-estar e garantida por meio de políticas variadas e parciais. Embora essa relação se dê à margem de normas legais, muitas vezes em prejuízo delas e por meio de uma interação multifacetada com as instâncias formais de representação, como o voto e os partidos, o autor defende ser imperativo

reconhece-la como um tipo relativamente recente de interação entre o que ele chama de política da elite e política dos subalternos.

A política dos subalternos, com efeito, transgrediria com frequência as linhas estritas da legalidade em meio a constrangimentos materiais inescapáveis. Muitos desses grupos populacionais, mais ou menos organizados, vivem em ocupações ilegais, fazem uso de água e eletricidade ilegal, viajam sem bilhete no transporte público e, exatamente por isso, as autoridades não podem tratá-los da mesma maneira com que trata outras associações civis que seguem objetivos sociais mais legítimos. Assim como não podem ignorá-los, pois são significativamente numerosos e sua sobrevivência depende, em ampla medida, da violação da lei. O reconhecimento da sociedade política nada mais é do que aceitar a chegada aos corredores do poder, por canais diversos de pressão e negociação, de “algumas das expressões feias e de violência da vida popular” (Chatterjee, 2004: 74).

Cumpra notar também como a proliferação dessas atividades abala as referências do debate tradicional e preocupa círculos progressistas. Afinal, práticas desordenadas, corruptas e irracionais invadem os espaços da vida cívica e comprometem a busca da modernidade, que no âmbito político é associada à disputa política circunscrita a cálculos eleitorais e acordos institucionais. É explícita aqui a contradição entre democracia e modernidade e que assume a forma, em países como a Índia, mas também no Brasil e, progressivamente, no centro do capitalismo, de lutas contínuas entre concepções elitistas e populares da democracia. De um lado, comprometidos com a modernidade lamentam o abandono da política esclarecida, da razão e de valores universais. De outro, imperativos normativos e de força constroem o respeito à lei, à constitucionalidade e à igualdade formal. Chatterjee sugere, frente a essa tensão, a superação da moralidade na compreensão da política e da relação entre as populações e o Estado. De alguma forma resignado às condições objetivas segundo as quais os governados são levados a abrir mão da soberania popular propriamente dita, o autor sublinha a propensão da sociedade política a recorrer a meios indisponíveis na sociedade civil para ampliar suas liberdades. Segundo ele,

Nossas práticas governamentais ainda estão baseadas na premissa, colocada por Aristóteles, de que nem todos podem governar. O que tentei mostrar é que ao lado da promessa abstrata de soberania popular, as pessoas na maior parte do mundo estão descobrindo novas formas pelas quais elas podem escolher como elas devem ser governadas. Muitas das formas que mostrei incomodariam Aristóteles, pois mostrariam como líderes populares podem passar por cima da lei. Mas poderíamos convencê-lo de que dessa forma as pessoas estão aprendendo e forçando

seus governantes a aprender como eles prefeririam ser governados. E isso é uma boa justificativa ética para a democracia (Chatterjee, 2004: 77-78).

A contribuição de Chatterjee ajuda a pensar o público para além das mediações institucionais modernas. Eventos contemporâneos de mobilização exigem, afinal, uma forma de olhar para a política capaz de enxergar a dimensão instituinte de lutas que se movem de baixo para cima e por fora do arcabouço formal conferido à política. Por motivos e com objetivos diferentes, analistas liberais e autores que aderem à proposta teórico-política de Mouffe e Laclau subestimam a dimensão imanente, ou participativa, da democracia e atribuem à política a competência de produzir – ou conter - o social, que assume uma forma pré-política. No caso dos últimos, sua noção de populismo carece de referente objetivo e acaba por associar o conflito político a uma lógica de linguagem. Estabelece-se, assim, uma autonomia da política como lócus privilegiado de ação social que desloca a agência popular para o Estado e para líderes capazes de permitir a totalização frustrada do povo (Gago, 2018: 343). Embora critique o liberalismo por ter medo das massas, Laclau e Mouffe confiam a elas uma posição eminentemente passiva e regulada frente à quase onipotência de uma certa prática discursiva elaborada a partir de cima, por parte de lideranças e partidos. Já o espaço de ação política por excelência fica restrito a uma estrutura formal que define a cada dia.

Além de se mover com os olhos no retrovisor, a proposta encabeçada por esses autores flerta com a desconsideração da dimensão material do jogo político (Miguel, 2017). Embora as transformações permanentes das relações de produção tornem mais incerta a inteligibilidade do pertencimento de classe e as identidades políticas dela decorrentes, as classes e seus conflitos continuam centrais para a política. Como notou o geógrafo francês Christophe Guilluy (2014), o fenômeno populista não é apenas resultado da elaboração discursiva de lideranças capazes de cativar e iludir as classes populares. Demandas muito concretas desses setores informam os programas das forças que contestam as forças mais tradicionais do sistema político num tipo de sociologia eleitoral em que partidos como o *Rassemblement National* correm para representar a desconfiança e o mal-estar com a democracia liberal e seus resultados. Para além da afirmação moral de classes que outrora constituíram o referente cultural de seus respectivos países, o populismo de direita responde, de maneira mais ou menos efetiva, a necessidades e expectativas bem tangíveis dos perdedores da globalização.

Mas a grande contribuição que se depreende de trabalhos como os de Chatterjee e de Gago é, com efeito, reconhecer que transformações no âmbito da produção e circulação de mercadorias devem levar a transformações das práticas políticas. Poderíamos dizer, com Gago (2018: 251), que “novas formas de inclusão e de construção de cidadania (...) desafiam o esquema republicanista liberal, porque já não se espera que a participação aconteça pela via institucional-formal nem pela via salarial-fordista”, considerando que tanto o voto como o salário contratual já não constituem mediações universais suficientes, pois parciais e desprovidas de efeitos tangíveis em muitos casos. O que não implica afirmar, por óbvio, que a subversão completa da institucionalidade liberal seja questão de tempo. As disputas políticas contemporâneas devem, com efeito, se apoiar e atravessar o Estado e suas instituições adjacentes, como já vem sendo feito por combinações peculiares de luta por dentro e por fora dos canais formais de representação – e aqui poderíamos pensar tanto em movimentos sociais cujos desdobramentos atingem partidos, iniciativas parlamentares e governos, a exemplo dos coletes amarelos franceses ou das revoltas chilenas de 2019 como em novas configurações da disputa eleitoral, tal como a proliferação de mandatos coletivos forjados a partir de lutas historicamente ausentes dos canais políticos formais.

O que estou tentando argumentar aqui é que parte relevante da política contemporânea aponta para um processo político original que seja ao mesmo tempo destituente e instituinte, nos termos de Castoriadis (1990), sem deixar de operar nos espaços instituídos de disputa (Gago, 2018: 262). Afinal, a crise do Estado e de suas instituições adjacentes não deve deixá-los incólumes. O sentido que ela tem assumido tem assustado e, em ampla medida, com razão. Mas a crise da democracia representativa carrega em si uma face democrática - mesmo que não nos termos esperados e desejados por seus analistas e suas teorias.

Depois de um ciclo de deterioração democrática, marcado pela crise sucessiva dos sindicatos, dos partidos e do voto, a ideia de que estamos vivendo um período incerto e turbulento que ensaia a recuperação de uma certa soberania popular não parece imbuída de um otimismo ingênuo. Um conjunto importante de evidências, com efeito, reforça a constatação de que formas irregulares de luta, hostis às réguas ideológicas tradicionais, têm cruzado a fronteira entre as esferas institucional e extrainstitucional para revigorar a dimensão participativa da política, inerente a uma concepção substantiva de democracia. A simples permeabilidade dos governantes a demandas dos governados

pode ser considerada um avanço em relação a um estado em que uma grande massa de votantes não tem quase nenhuma capacidade de intervir na gestão do Estado.

Ao descrever as instituições da República Romana em “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, Nicolau Maquiavel (2007) atribui ao tumulto provocado pelos tribunos da plebe, espécie de espaço destinado à manifestação política muitas vezes desordenada dos plebeus, a garantia de que seus interesses fossem de alguma forma considerados. Sem o conflito, que corre preferencialmente à margem de um arcabouço formal de ação política, via de regra impermeável às vontades dos de baixo, se faz difícil pensar em democracia nos termos mais substantivos defendidos por autores como Mouffe.

Seria ilógico, em contrapartida, desconsiderar a resiliência das instituições do Estado moderno – mesmo porque qualquer concepção ou prática democrática supõe alguma institucionalidade e a disputa do poder instituído. Chantal Mouffe acerta, aliás, ao enfatizar a importância da política para conformar identidades coletivas e a relevante adesão popular a formas moderadas, contidas, de transformação. Mas subestima a crise que contamina essa mesma institucionalidade, notadamente os partidos, e negligencia o potencial democrático da luta que trespassa os contornos formais da política. Muito mais grave é a resposta liberal para a crise, porém. Tanto em suas versões mais ingênuas quanto nas mais cínicas, a solução passa pela redução do pouco que resta de participação popular. Cabe perguntar que democracia é essa que o liberalismo reivindica salvar.

Wolfgang Streeck, ao apontar para o caráter impermeável das instituições estatais e das políticas públicas às vontades e interesses dos trabalhadores – necessário ao estágio mais avançado do desenvolvimento capitalista – questiona a possibilidade de uma oposição racional à ordem nos seus termos. A participação de um jogo que não pode resolver seus problemas face a imperativos de corte de gastos públicos, redução do Estado social e de precarização do emprego e da vida só agrava a sensação de que as pessoas comuns não são levadas a sério. Assim, a oposição irracional, à margem das instituições e com repertórios radicais e subversivos, se torna racional quando o tido como racional é se conformar às exigências do mercado. Segundo Streeck (2018: 198),

As ciências políticas profissionalizadas têm tendência a subestimar o potencial político da indignação moral. Elas gostam de manter uma indiferença estudada que consideram neutralidade axiológica, procurando teorias para as quais não pode existir nada de novo e olhando para aquilo a que chamam de ‘populismo’ com um desprezo elitista, partilhado com as elites de poder, das quais gostariam de estar próximas. Por isso, não sabem o que fazer com a constatação de que não há nada

que velhos e novos regentes do Estado de consolidação mais temam do que a raiva daqueles que se sentem tratados como idiotas pelos peritos em tirar lucro do capitalismo financeiro global.

Os exemplos de insurreições, revoltas, manifestações “irracionais” têm se multiplicado em ritmo acelerado nos últimos tempos. Depois da onda de protestos do início da década, inaugurada com a Primavera Árabe e que atingiu diferentes partes do globo, assistimos a inúmeras mobilizações extrainstitucionais pontuais até alcançarmos um novo pico de revoltas no fim do decênio. Por motivos particulares, mas tendo como pano de fundo comum uma profunda insatisfação com as respectivas ordens políticas, marcadas pelo insulamento da participação e influência populares, e seus efeitos distributivos, o ano de 2019 viu protestos de grande magnitude no Equador, no Chile, na Colômbia, no Líbano, na Argélia e na França. A descrença na capacidade do aparato institucional e nos canais tradicionais de representação política ficou evidente em todas as ocasiões e se manifestou através de uma disposição resiliente em ocupar as ruas e resistir à repressão das forças oficiais. O recurso recorrente à desobediência civil, legitimado por pesquisas seguidas de opinião a referendar a ação dos manifestantes, refletia o reconhecimento da violência estrutural à qual estavam sujeitos e a conviência das instituições liberais.

Sintomático, o caso dos coletes amarelos mostrou aos franceses a potência da revolta radical, à margem dos canais formais de participação, em relação ao voto. As manifestações foram responsáveis diretas pelo recuo do governo em medidas que aumentavam tributos e pela implementação de políticas de forte teor redistributivo, como o aumento do salário mínimo em conjuntura desfavorável aos trabalhadores. Ou poderíamos falar do caso chileno, em que a violenta mobilização popular levou finalmente à convocação de um plebiscito para a substituição de uma constituição que perdura desde a ditadura de Pinochet.

O caráter ao mesmo tempo destituente e instituinte dessas manifestações ficava evidente na medida em que respostas concretas eram alcançadas. Nos termos de Chatterjee, frente à impossibilidade de autogoverno, forçava-se o poder a obedecer algumas das suas vontades. Abria-se, assim, um horizonte de transformações políticas, sociais e econômicas, mesmo que menos ensolarado que o sonho igualitário dos trabalhadores do século passado.

No Brasil, entre as expressões desse movimento contínuo de revoltas à margem da institucionalidade, na esteira de junho de 2013, encontramos o movimento de ocupação das escolas por estudantes paulistas em 2015 e a greve dos caminhoneiros em 2018. Cada um a seu modo,

esses movimentos alcançaram seus objetivos sem fazer concessões aos padrões modernos de negociação e representação. Com partidos e parlamentares incapazes de fazer valer seus interesses, o confronto se provava um meio mais eficaz de ação política, mesmo que implicasse um dispêndio significativo de energia e expusessem os manifestantes a julgamentos morais da opinião pública – ambígua na sua aprovação ou rejeição de protestos violentos. É amplamente visível nos registros diversos dessas experiências, de todo modo, a potência encontrada no sentimento de força e coletividade que as move. Incapazes de influenciar os rumos de suas comunidades e as decisões de seus representantes eleitos, os coletes amarelos, os estudantes secundaristas, os aposentados chilenos, os caminhoneiros se viam tomando a história, ou ao menos parte dela, em suas próprias mãos pela primeira vez em suas vidas. Não é pouco e isso tem alguma coisa de democrático.

A visão registrada aqui desses fenômenos pode parecer um pouco edulcorada. De fato talvez o seja. Ainda não tratamos das ambiguidades e das contradições que esses movimentos apresentam tanto do ponto de vista político, no que diz respeito a sua capacidade efetiva de ação coordenada, coletiva e duradoura, quanto do ponto de vista dos valores que veiculam. Não podemos negar, afinal, que na ausência de organizações que aglutinem as pessoas sob bandeiras, reivindicações, estatutos e horizontes comuns, predominam ideias e princípios difusos. Coletes amarelos criticando a imigração desenfreada de pessoas vindas da África e do Oriente Médio e caminhoneiros clamando por intervenção militar são só a ponta mais visível de um iceberg de valores conservadores, ou reacionários, que atravessam esses movimentos. Em meio à extinção dos sindicatos e da identidade coletiva dos trabalhadores, unidos em prol de melhores salários, condições de trabalho e, portanto, contra o capital, outros afetos e valores têm aparecido para tecer laços entre pessoas que compartilham de certos interesses e vontades comuns. As contradições impostas por um capitalismo que despoja os indivíduos de vínculos de solidariedade, de expectativas de um futuro melhor e de condições materiais para uma boa vida agravam o quadro e os volta para o que existe de mais elementar na sua socialização: a família, a religião, a ideia de nação. Um prato cheio para organizações e discursos conservadores, que não deixaram de aproveitar a oportunidade de dar sentido retrógrado à energia e à revolta que alcançavam o espaço público. Sem assumir uma postura fatalista e resignada, nos cabe entender os afetos conservadores e reacionários que deixam o populismo de direita em vantagem na luta contra a pós-democracia. É a isso que me dedico a partir de agora.

5. Taking back control

5.1. À direita

A adesão das forças de esquerda às medidas previstas pelo consenso de Washington não derivou apenas da hegemonia do ideário neoliberal no campo econômico e da dissolução da União Soviética no campo geopolítico. Em boa medida, ela resultou também do descolamento dos partidos progressistas tradicionais daquela que foi sua base cativa ao longo da maior parte do século XX. À diminuição do peso relativo dos assalariados sindicalizados no universo mais amplo dos trabalhadores e de sua relevância enquanto correia de transmissão dos partidos de esquerda se somou a diferenciação crescente entre as elites políticas desses mesmos partidos e as camadas populares que historicamente defenderam. Conforme a origem, as referências culturais, os interesses e os horizontes da base e dos dirigentes se apartavam, a identificação dos últimos com a realidade e as expectativas dos primeiros se tornava mais difícil.

Os trabalhistas britânicos, os socialistas franceses, os socialdemocratas alemães e os democratas norte-americanos, para ficar no coração do capitalismo ocidental, foram se convertendo, paulatinamente, em representantes de alguns setores das classes médias e das elites culturais. E a responsividade esperada por essa nova base social, conformada essencialmente por funcionários públicos, profissionais liberais, estudantes e artistas, não costuma supor, exatamente, a ruptura com a ordem estabelecida. A diferenciação das forças progressistas em relação às organizações conservadoras se deslocou, grosso modo, para o plano dos costumes. A esquerda passou a constituir, em boa medida, um vetor dos valores associados à autoexpressão e à liberdade individual, cunhados por Inglehart (1977) de pós-materiais

No que tange às relações com a sociedade civil organizada, a esquerda se distanciou do movimento operário e se aproximou dos chamados novos movimentos sociais, menos afeitos à disputa pelo poder estatal e à transformação das relações de produção. A energia a inspirar transformação na agenda progressista, desde meados dos anos 70 e de maneira mais significativa a partir dos anos 90, nos países desenvolvidos, passou a vir sobretudo dos movimentos feminista, ambiental e, em menor medida, negro e pacifista (Alonso, 2009). E embora devamos reconhecer o caráter legítimo, urgente e subversivo de seus métodos e de suas bandeiras, eles não são exatamente incompatíveis com o sistema de produção capitalista e tampouco com o avanço do neoliberalismo, como vêm defendendo autores como Nancy Fraser (2020) e Thomas Piketty (2019).

Com raras e marginais exceções, a revolução socialista – ou mesmo um horizonte substantivamente igualitário em termos sociais - desapareceu do imaginário político dos principais atores e da base política progressista. Também na periferia e apesar de peculiaridades locais, os anos 80 e 90 foram marcados pela virada “democrática” de sindicatos e partidos outrora marcados pela crítica frontal ao modo de produção capitalista e à “democracia burguesa”. Sua maior expressão encontra forma no sindicalismo do Solidariedade, na Polônia, mas também alcança um Partido dos Trabalhadores no Brasil que nasce e evolui em meio à tensão quanto ao maior ou menor compromisso com a institucionalidade liberal.

No centro, o processo era mais antigo e o resultado mais consolidado. De tal maneira que, quando os sinais de desgaste da ordem pós-democrática e neoliberal, que já se acumulavam há algum tempo, ganharam contornos implacáveis, poucas pessoas poderiam enxergar uma alternativa ou possibilidades reais de transformação nas organizações e nos programas da esquerda. A crise de 2008, seus desdobramentos socioeconômicos e a resposta tímida, no mínimo, dos partidos progressistas e conservadores tradicionais fizeram emergir uma insatisfação que até então se manifestava de maneira marginal e difusa quanto à face elitista dos sistemas políticos.

Nesse momento de indignação com a espécie de condomínio que dominava as instituições estatais e de demanda generalizada por mudanças profundas na distribuição do poder, o campo político-ideológico em melhores condições de encarnar uma alternativa real se localizava na extrema direita. Nele, líderes carismáticos, embora longamente acusados de preconceituosos, intolerantes, autoritários e, em maior ou menor medida, simpáticos ao passado sombrio dos anos 30, chamavam a atenção dos governados. O constrangimento de seus simpatizantes mais antigos – vale lembrar que a Frente Nacional chegara ao segundo turno das eleições presidenciais francesas, em 2002 – dera lugar à esperança de significativas camadas sociais que viam no populismo de direita a excepcionalidade, o antagonismo que já não encontravam nas forças políticas tradicionais (Mouffe, 2015; Eatweel e Goodwin, 2020). Não eram mais apenas os velhos reacionários, geralmente de boa condição social, que se deixavam inflamar por seus discursos discriminatórios, xenófobos e racistas. A pequena classe média e setores importantes de uma classe trabalhadora cujas possibilidades e expectativas de vida se deterioravam, carentes de uma identidade coletiva capaz de outorgar sentido à ação política, enxergaram nessas agremiações senão a solução radical

para os problemas da ordem, ao menos alguma chance para a sua destruição e a afirmação de uma identidade ameaçada por ela.

Ao clamar pelo controle de volta sobre o poder na votação do Brexit (*taking back control* era o slogan da campanha), a maioria dos britânicos que foi às urnas considerou que os mais aptos a fazê-lo carregavam, junto com o desejo de respeito à vontade popular e a defesa de mecanismos efetivos de representação e participação, valores conservadores e uma idealização de um passado glorioso a ser recuperado. A solução para a pouca democracia e a injustiça política e social dela decorrente não passava pela superação do regime capitalista e tampouco da estrutura política do Estado para parte das populações atingidas por suas falhas, inclusive setores expressivos dos assalariados. A crise da pós-democracia abriu margem para o campo mais radical e, infelizmente, mais reacionário do espectro ideológico. Embora seja preciso reconhecer que parte importante dos trabalhadores nativos não aderiram ao populismo de direita e que muitos dos trabalhadores no centro do capitalismo são, hoje, imigrantes em situação ilegal ou desprovidos da cidadania do local onde vivem e, portanto, sem direito a voto. A imagem desenvolvida aqui é, claramente, parcial e não corresponde à totalidade e, muitas vezes, nem sequer à maioria das camadas populares.

5.2. A política subversiva da nostalgia

O termo populismo de direita se tornou corrente e evita considerações particulares de movimentos políticos com trajetórias, discursos, prioridades e objetivos muitas vezes diferentes. As agendas de Jair Bolsonaro e Marine Le Pen, por exemplo, divergem em muitos sentidos. Enquanto o primeiro defendeu, durante um bom tempo e mesmo que de maneira confusa e contraditória, abertura comercial e privatização indiscriminada, a última prega o fim de tratados de livre comércio e a nacionalização de empresas privadas.

Se tivéssemos que inserir o populismo reacionário no espectro convencional que vai da esquerda à direita teríamos alguma dificuldade e seríamos obrigados a reconhecer sua face, no mínimo, ambígua. Eatwell e Goodwin (2020: 94), ao comentar o perfil ideológico dessas forças não negam se tratar, “falando de modo mais amplo”, de políticos de direita. Mas alegam que “precisamos reconhecer que eles adotaram políticas que frequentemente não se adequam bem à clássica divisão ‘esquerda versus direita’”. E relembram ocasião em que Marine Le Pen fez campanha usando um

slogan segundo o qual sua agenda não era “nem de direita, nem de esquerda”. Ou então em que Matteo Salvini alegou ver mais valores esquerdistas na “extrema-direita” do que em muitos partidos de esquerda e que hoje são os populistas que defendem os trabalhadores (Idem: 95). Enfim, em que o líder do conservador partido Democratas Suecos declarou que determinada eleição consistia na escolha entre a imigração em massa, em referência às propostas das principais forças políticas do país, e o bem-estar social, supostamente defendido pela sua candidatura (Idem). O próprio Bolsonaro nunca correspondeu exatamente ao que o mercado financeiro e os economistas ortodoxos se esforçaram em ver no ministro-investidor Paulo Guedes. Como discutirei no terceiro capítulo, o liberalismo de conveniência de seu governo mostraria rapidamente suas contradições e abriria espaço, em diferentes episódios, à defesa mais ou menos demagógica do bem-estar do cidadão médio em detrimento da agenda neoliberal.

Ambiguidades essas que explicam também a difícil identificação da base eleitoral dessas lideranças em clivagens precisas de classe. Para citar Eatwell e Goodwin (2020: 55) mais uma vez, estaríamos diante de uma aliança incomum entre trabalhadores e conservadores sociais, de diferentes estratos de renda, que partilham de valores tradicionais e preocupações ligadas a temas como imigração e segurança. A verdade é que não se trata de tarefa simples estabelecer linhas de corte para a composição social dos apoiadores do populismo reacionário. O caso brasileiro, discutido em profundidade mais adiante, é bem descrito pela imagem de Jairo Nicolau. Segundo ele, nas eleições presidenciais de 2018, porteiros e moradores de prédios nobres da Zona Sul do Rio de Janeiro votaram no mesmo candidato pela primeira vez em muito tempo. De fato, Jair Bolsonaro ganhou a disputa com Fernando Haddad nas favelas cariocas e impôs ao PT uma derrota que não via desde 2002 entre pessoas de escolaridade fundamental e média (Nicolau, 2020: 108).

No entanto, algo aproxima essas forças no plano da prática e da retórica política e faz delas as alternativas em melhor posição para responder às angústias que estão na origem da democracia liberal. Parece fazer sentido empregar o termo angústia, pois é a forma que assume a desconfiança de parte dos sem-título de que as instituições e as práticas políticas convencionais podem e querem solucionar os problemas ligados às faces neoliberal e pós-democrática da ordem em crise.

Quatro desses problemas parecem centrais para entender, ao mesmo tempo, a própria crise da democracia liberal e a força de movimentos reacionários que têm aparentado ser a principal, senão a única, saída para ela. São eles: (i) a atomização da sociedade moderna em indivíduos desprovidos

de laços orgânicos entre si e de identidades coletivas; (ii) o aprofundamento da clivagem simbólica entre as elites e as pessoas comuns; (iii) o aumento contínuo da desigualdade econômica e seus efeitos subjetivos; e (iv) a percepção cada vez mais nítida do processo acelerado de desdemocratização.

Na medida em que a crise da democracia liberal, ou melhor, da pós-democracia, já foi abordada com alguma atenção, me debruço agora sobre o sucesso que o populismo de direita tem tido em se apresentar, aos olhos de boa parte dos governados, como a única força política capaz de interromper o itinerário do infortúnio. Embora a esquerda tenha ensaiado esforços para quebrar o paradigma da moderação e da viabilidade que tem marcado o campo há algumas décadas, à imagem das candidaturas alvissareiras embora derrotadas de Bernie Sanders às primárias norte-americanas em 2016 e em 2020, é evidente a primazia da extrema-direita como o polo alternativo à perpetuação da ordem. A nova polarização que parece se configurar em diferentes países coloca de um lado o avanço da desdemocratização e do neoliberalismo, mais ou menos progressista, e de outro o populismo reacionário, cuja associação ambígua, mas via de regra cooperativa com as forças do capital, lhe permite contar com a sua tolerância e, geralmente, até o seu apoio. Os exemplos que poderíamos elencar são diversos e passam pela oposição dominante, nos dias que correm, entre Macron e Le Pen, na França, entre a facção moderada do partido Democrata e Donald Trump, nos Estados Unidos, e entre o bolsonarismo e a oposição capitaneada pelos partidos de direita no Congresso brasileiro, a despeito da força eleitoral resiliente do lulismo e do Partido dos Trabalhadores, no Brasil.

São apenas os (mais) conservadores que aparentam estar em condições de propor uma transformação profunda do sistema político e inverter o rumo que, não só o Estado, mas as sociedades como um todo, vêm tomando. O que poderia ser explicado pela dianteira histórica e o acúmulo societal e cultural que assumiram essas forças ao anteciparem a crítica profunda ao establishment enquanto a esquerda barganhava acordos por dentro dela ou a governava com base no imperativo da moderação. Antes da crise de 2008, diversas lideranças e organizações de corte populista reacionário já despontavam e, apesar do receio que inspiravam, eram relativamente ignoradas por analistas e atores políticos. Elas apareciam no debate público e acadêmico, no máximo, como objeto de curiosidade sociológica e cultural.

Mas não é só o tempo que joga a favor do populismo de direita. A radicalidade de seu discurso, de seu método e de sua crítica sugerem uma mudança real e palpável, pois consegue apontar para algum horizonte substantivamente diferente do presente. Esse horizonte não é preenchido, porém, por traços de uma sociedade nova e emancipada da desigualdade e da dominação, como nos sonhos revolucionários.

Como mostra Lilla (2018), boa parte da potência dos partidos e organizações de extrema-direita não vem, justamente, de sua face conservadora. Mas de seu espírito reacionário, algo profundamente diferente e eminentemente subversivo. Ao defender um futuro glorioso que encontra raízes e referências no passado, esses movimentos são capazes de convencer e atrair aqueles que não enxergam nada de bom no fluxo aparentemente natural das coisas. A ruptura se faz necessária. E, em um momento marcado pela incerteza e pelo medo, o passado é um destino mais seguro e desejável que o futuro previsto. O que se aplica a cada uma das quatro dimensões elencadas da crise do presente. Vejamos.

5.2.1. Atomização

A atomização da sociedade em indivíduos cada vez mais isolados e desprovidos de sentimentos maiores de pertencimento social já foi amplamente tratada pela literatura. Transformações nas relações de produção e a fragmentação dos canais de comunicação, por um lado, e seus efeitos subjetivos para a conformação de uma razão neoliberal (Dardot e Laval, 2016) afeita aos estímulos e às exigências da sociedade contemporânea, por outro, são causas conhecidas do esgotamento de identidades capazes de orientar visões de mundo comuns. Mais do que o declínio de associações, sindicatos e partidos de massa outrora suficientes para outorgar sentido à ação política dos indivíduos, eles se veem hoje muitas vezes carentes de espaços públicos de socialização e acolhimento. Um quadro que se agrava conforme cresce a desconfiança nas instituições políticas de representação, incapazes de mediar demandas e interesses demasiadamente fragmentários.

Temos assistido nas últimas décadas, para usar a expressão de Dubet (2020), a uma transformação no sistema de desigualdades. De um sistema de desigualdades pautado em classes sociais cujo conflito era facilmente inteligível e estruturava dinâmicas e identidades sociais, passamos para um sistema de desigualdades fragmentado, múltiplo, individualizado. Já não há mais grandes

narrativas que deem sentido à ação coletiva. Conforme as desigualdades são experimentadas como individuais e atribuídas ao mérito e ao fracasso de cada um, elas provocam o que o autor chama de paixões tristes. A saber, sentimentos de vergonha, humilhação, cólera, desprezo e resignação descolados da responsabilidade e do amparo de instituições sociais. O corolário quase que inevitável dessa transformação, em termos políticos, é o recurso a uma lógica de ação política eminentemente reativa, nos termos daquilo que Pierre Rosanvallon (2006) chama de contra-democracia e que não supõe amplos programas e identidades comuns, mas simplesmente a negação do que está dado. No plano da cultura e das relações sociais, a individualização do sistema de desigualdades leva a uma espécie de retorno aos espaços e instituições privadas de identificação e socialização.

É aqui que os movimentos reacionários encontram eco para um programa político esvaziado de grandes propostas, pois apoiado acima de tudo na destruição dos códigos e poderes estabelecidos, e atravessado pela exaltação de instituições tradicionais supostamente ameaçadas e associadas a princípios morais de significativo apelo popular e que remetem a um senso de comunidade e pertencimento em extinção. Quais sejam, a família, a religião e a nação.

A história da modernidade consiste, em boa medida, na superação, ou ao menos na relativização do peso simbólico, dessas instituições. Mas conforme as instituições que passaram a organizar parte importante da vida social entram em crise, notadamente o Estado moderno, os partidos políticos e os sindicatos, mais fácil do que imaginar o estabelecimento de novas instituições é recorrer àquelas que foram ficando pelo caminho sem que nunca tivessem deixado de existir.

O caso da família é talvez o mais expressivo. Embora o tempo não a tenha consumido, seus laços foram enfraquecendo frente a processos como a urbanização e a exigências materiais de integração ao mercado incompatíveis com velhos costumes familiares. Aquelas que têm aparecido como as principais responsáveis pela relativa erosão desses vínculos, porém, são as mudanças de ordem cultural e que vão desde o questionamento crescente do papel desempenhado por cada gênero no ambiente familiar até a diminuição dos constrangimentos à diversidade sexual. O feminismo, por um lado, e a aceitação pública e formal da homossexualidade, do casamento gay, da mudança de sexo, por outro, se tornaram problemas de grandes dimensões em um momento de insegurança em relação ao lugar de cada indivíduo no mundo e de deterioração dos vínculos sociais tradicionais.

Qualquer movimento cujo sentido questionasse a configuração patriarcal da família passou a ser considerado uma real ameaça à própria integridade da sociedade.

E a defesa da família tradicional encontrou, com efeito, um importante aliado na religião. Outra instituição que jamais deixou de existir, a despeito da vocação secular da modernidade, é como se a religião tivesse, nos últimos anos, recuperado o vigor de outrora em meio à diluição das identidades coletivas ligadas ao trabalho e à política. Além de reagir simbolicamente ao desencantamento do mundo e à responsabilização completa dos indivíduos por suas conquistas e suas mazelas típicos do neoliberalismo, as igrejas, mesquitas, templos e as relações que se tecem entre fiéis constituem também uma rede significativa de amparo e acolhimento material. Sem dizer que a fé cumpre bem o papel de atribuir um sentido absoluto para uma vida em boa medida esvaziada de significado pela relação quase total do indivíduo com o mercado.

Por fim, outra instituição cuja relação tensa com a modernidade favorece a potência simbólica de seus afetos em meio à crise contemporânea é a nação – ou o nacionalismo. Conforme as identidades coletivas resultantes das relações de trabalho e de seus correspondentes políticos arrefecem, a única identidade mais ampla em condições de ocupar esse espaço é o sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional repleta de símbolos historicamente reconhecidos. Sempre exaltado em momentos de instabilidade ou conflito internacional, ele tem sido mobilizado com frequência como meio de tecer e reivindicar laços entre pessoas carentes de vínculos mais amplos e que não compartilham, necessariamente, valores e interesses entre si.

Não deveria surpreender, portanto, a posição privilegiada que ocupam forças conservadoras ao poder oferecer respostas razoavelmente simples a angústias decorrentes dos sentimentos de solidão e desamparo, tão disseminados nos dias que correm. Amplamente associados aos valores da família, da religião e da nação, partidos de extrema-direita têm facilidade em denunciar os ataques promovidos pela modernidade e sua cultura do progresso a essas instituições. É bem verdade que o fortalecimento desses laços não resolve o problema da atomização social, promovida, em grande medida, pelas evoluções do modo de produção capitalista e por tendências estruturais ligadas à vida nas grandes cidades e ao avanço tecnológico. Como dizem Michael Hardt e Antonio Negri (2016), instituições como a família e a nação corrompem formas mais igualitárias e menos restritivas da partilha coletiva – ou do comum. De fato, a concepção de nação veiculada por lideranças como Trump e Bolsonaro, por exemplo, tem pouco de universal ao excluir dela

estrangeiros, imigrantes, minorias étnicas, pobres e supostos inimigos dos “cidadãos de bem”, como comunistas e criminosos comuns. Não obstante, não podemos ignorar a vantagem desses atores para sensibilizar setores médios e populares ao mobilizar afetos que transmitem algum tipo de proteção frente à insegurança e às incertezas do mundo contemporâneo. Sobretudo se considerarmos que parte expressiva da base social do populismo de direita é composta por classes médias e grupos de trabalhadores ressentidos com a desclassificação que têm atravessado e ansiosos por recuperar títulos que costumavam distingui-los do que havia abaixo deles na hierarquia social. À medida que a atomização provoca um sentimento de desprezo, pela “impressão de ser invisível ou de não ser visto como se é” (Dubet, 2020: 69), a busca por respeito se torna quase incontornável e esbarra facilmente na discriminação e na opressão dos de baixo.

5.2.2. Cultura e clivagem simbólica

O neoliberalismo e a pós-democracia não têm provocado apenas o aprofundamento da desigualdade socioeconômica entre o topo cada vez mais rico da pirâmide social e sua base cada vez mais sujeita à insegurança do trabalho precário e à ausência de uma rede de proteção garantida por um Estado de bem-estar. É característico do desenvolvimento recente dos países capitalistas a ampliação de um foço simbólico que sempre existiu entre as elites econômicas e culturais e as pessoas comuns. Retratado na imagem de Yasha Mounk de deputados que se sentem mais à vontade atualmente na companhia de seus pares da oposição do que com sua base de eleitores, esse foço agrava o quadro de desconfiança em relação a um sistema controlado por elites alheias aos valores e à vida do povo. Não é nova a operação de mecanismos diversos de distinção social, nos termos de Pierre Bourdieu (1979). O que é original é a sensação de reversão no sentido das coisas. Se o advento da modernidade prometia a supressão de estamentos histórica e previamente determinados e a expansão da igualdade de oportunidades e condições, os últimos tempos mostraram que estamos nos distanciando desse horizonte. Barreiras de classe, origem, repertório têm se tornado cada vez maiores e condenam os desafortunados a permanecerem em suas condições de subalternos não apenas pela desigualdade material, mas sobretudo pela ausência de reconhecimento simbólico, como defende Emmanuel Todd (2020) ao sugerir que a clivagem que melhor organiza as hierarquias sociais e as perspectivas profissionais hoje em dia diz respeito à posse ou não de um diploma universitário.

Essa impressão fica clara nas mobilizações e revoltas que, desde o início da década, têm colocado o povo em sua expressão mais desordenada e heterogênea contra as elites que controlam o dinheiro e o poder. Para além de denunciar esquemas que reproduzem a injustiça social, movimentos como o dos coletes amarelos franceses são tão potentes justamente porque representam o aparecimento do povo subsumido das esferas de poder e reconhecimento. Em oposição a setores cosmopolitas, sofisticados, esclarecidos, detentores dos códigos mais refinados de comportamento e alinhados aos padrões do progresso, surge um povo ignorado em suas vontades e desejos e humilhado por sua falta de modos e incapaz de aceitar o progresso, pois preso em suas raízes atrasadas. O que mais incomoda as pessoas comuns é exatamente o fato de se verem discriminadas por preservarem uma cultura que um dia foi respeitada. Aqui, essa dimensão da crise se aproxima daquela discutida no ponto anterior, pois são os valores conhecidos que estão em jogo. A família, a religião, os costumes, as tradições em suas diversas expressões são, mais do que ameaçados pelo progresso, objeto de hostilidade. Por cultivar uma cultura que um dia foi reconhecida como traço da identidade de um povo, de uma nação, as pessoas se veem desqualificadas e condenadas a um lugar secundário numa hierarquia simbólica a cada dia mais explícita e que contradiz as promessas da modernidade. Na medida em que o país e o futuro estão nas mãos daqueles que tiveram acesso a determinada cultura, mais educação, aos corredores do poder e ao bolso dos investidores, as pessoas ordinárias são reduzidas a uma cidadania de segunda categoria, cujos interesses e vontades podem ser contornados (Rancière, 2018).

A literatura mais convencional acerca do populismo sugere que os líderes populistas recorrem à demagogia para se apresentarem como legítimos representantes do povo. O que se costuma ignorar, porém, é essa clivagem que separa o mundo das elites e, conseqüentemente, do poder político do universo simbólico e material da maioria dos cidadãos. Ao apresentarem-se como semelhantes, na forma de se vestir, de falar, de se comportar, de pensar em relação a estratos populares, lideranças de extrema-direita sugerem entender e compartilhar as angústias e as vontades das maiorias. À representação descritiva, seguindo Pitkin (1984), essas lideranças acrescentam a disposição de uma representação responsiva dos interesses populares. O que se reflete na defesa irrestrita e geralmente polêmica do que podemos entender como senso comum, no sentido dado à expressão por Antonio Gramsci (1999). Daí a crítica ao politicamente correto e outros códigos criados para proteger minorias e direitos civis. Ao mostrarem que compartilham as angústias e a forma de pensar do povo mais simples, os populistas de direita estabelecem uma

alteridade em relação à sofisticação de uma elite que só faz discriminá-lo e que parece almejar a destruição de sua cultura e de seus valores.

Enquanto a esquerda tem, em boa medida, substituído o conflito político pela expressão pública de convicções morais privadas, num tipo de *laissez-faire* pluralista despolitizado sob o qual a participação política se torna uma forma moralmente correta de consumo avançado, na formulação um tanto caricata de Streeck (2017: 193), o populismo de direita se notabilizou, como veremos adiante para o caso brasileiro, justamente se mobilizando contra o novo espírito liberal do tempo. Em meio ao consenso neoliberal que retirou das forças progressistas a qualidade de alternativa econômica que outrora representavam, conflitos de valores passaram para o centro do palco e permitiram a forças reacionárias reivindicar a transformação colocando-se do lado de afetos conservadores amplamente disseminados entre setores médios e populares amedrontados com a perda de distinção em relação a grupos mais desafortunados que eles, como comentado acima.

Em “Por que os pobres votam na direita”, Thomas Frank defende a necessidade de se levar a sério a sedução dos trabalhadores pelo que ele chama de “grande reação” contra os preconceitos e o desprezo dos liberais em relação aos pequenos. Ao atacar o liberalismo cultural em nome do sujeito ordinário, a nova versão radical de forças conservadoras, como é o caso de determinadas frações do partido republicano norte-americano, ganhou a simpatia de parte das classes médias e trabalhadoras e se tornou “a única força de contestação existente, o único movimento que oferece um lugar aos austeros, aos mal vestidos, aos crentes e a todos os pobres grosseiros de que fazem graça constantemente nossas glórias da cultura dominante” (Frank: 2007, 349).

Na medida em que a economia foi ejetada do debate político pela acomodação da esquerda à agenda neoliberal, as questões culturais e de identidade foram alçadas ao centro do palco e têm se sobreposto, inclusive, a interesses econômicos individuais nas decisões políticas dos cidadãos. Em pesquisa de opinião de 2019, a maioria dos britânicos partidários da saída do Reino Unido da União Europeia chegou a dizer que queriam o Brexit mesmo que ele levasse à separação da Escócia e da Irlanda do Norte, causasse danos significativos à economia nacional e destruíssem o Partido Conservador (Eatwell e Goodwin: 64).

No caso brasileiro, é central no bolsonarismo a imagem de um movimento social e político que defende os princípios culturais mais caros a parte expressiva da população. Entre eles, estariam os valores tradicionais ligados à família e à fé contra a corrupção de comportamentos sexuais e de

gênero, a preocupação com a segurança em detrimento da garantia dos direitos humanos e um apreço por uma ordem moral capaz de orientar indivíduos e instituições no trato da coisa pública em detrimento da disseminada corrupção política. Olavo de Carvalho, ideólogo importante do movimento reacionário brasileiro, reivindica com exaustão e orgulho que “o povo brasileiro é conservador”, diferente das elites⁷. Os modos grosseiros de Bolsonaro seriam expressão, simplesmente, de uma representação descritiva legítima dos estratos médios. Já o sentido reacionário de sua agenda não foge da intenção comum a essa classe de, como notaram Marx e Engels (2012), girar a roda da história para trás.

Não se trata de defender que a sociedade hoje é formada por uma maioria homogênea dotada de afetos e impulsos reacionários aos quais a esquerda deveria se dobrar caso quisesse contar com o seu apoio. Cumpre, simplesmente, notar como o deslocamento do debate político para o âmbito da cultura em meio ao avanço de normas de comportamento que ameaçam identidades estabelecidas em um contexto de risco real de desclassificação de setores médios e populares fez com que a direita populista se aproximasse mais de um discurso e de uma estética popular do que a esquerda. Ao olhar para o crescimento do partido republicano em regiões industriais historicamente dominadas pelo partido democrata, Frank (2007: 354) sugere que:

O problema não é que os democratas são, como um só homem, favoráveis ao aborto ou contra a pregação religiosa nas escolas. O problema é que, abandonando o discurso de classe que os distinguiu tão claramente dos republicanos anteriormente, eles se mostraram terrivelmente vulneráveis a problemas culturais (...) que seriam geralmente afastados em benefício de questões mais concretas. Hoje, os republicanos falam sem cessar de classes – de uma forma evidentemente dissimulada – e os democratas receiam fazê-lo.

5.2.3. Desigualdade econômica

A crer em diversos analistas, o populismo de direita se alimenta apenas do oportunismo de líderes demagogos que se apoiam na ignorância de eleitores emocionalmente vulneráveis. Em outras palavras, não haveria lastro objetivo para uma política que, por princípio, engana as massas ao prometer saídas impossíveis para problemas melhor enfrentados pelos profissionais do poder. Não

⁷ Ver entrevista dada à Folha de S.Paulo, em 2018, e disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/guru-de-bolsonaro-diz-que-nao-existem-intelectuais-da-esquerda-a-seu-nivel.shtml>. Acesso em 27 de julho de 2021.

entra na conta dessas avaliações, muitas vezes, o mundo real de pessoas cuja condição de vida tem se deteriorado nos últimos anos. Se a trajetória do PIB global oscila em sentido positivo, a renda de significativos estratos médios e populares de países mais ou menos avançados tem decaído ou, na melhor das hipóteses, avançado em ritmo muito mais lento do que o retorno do capital (Todd, 2020; Piketty, 2014). Em um mundo em que o bem-estar e o reconhecimento são mediados pelo consumo e em que o crescimento dos gastos com serviços básicos, antes garantidos pelo Estado, contrasta com oportunidades de trabalho cada vez mais escassas, precárias e mal remuneradas, o endividamento se torna obrigatório para fatias importantes da população (Streeck, 2018).

Talvez mais relevante que a dimensão objetiva das condições de vida das maiorias seja a reversão de expectativas quanto ao seu futuro. Pois se os ricos tendem a acumular cada vez mais patrimônio e capital, as perspectivas de famílias trabalhadoras é de que a vida de seus filhos seja menos confortável do que aquela de seus pais (Eatwell e Goodwin, 2020; Przeworski, 2020). É difícil ignorar que as contradições do ideário neoliberal, que supostamente garante sucesso material aos mais esforçados, estão no coração das revoltas contemporâneas contra o sistema político. Os efeitos deletérios desencadeados pelo processo de globalização, como a perda de empregos, a precarização do trabalho, o corte de direitos trabalhistas e sociais, tanto no centro como na periferia, não poderiam deixar de ser associados àqueles que conduzem a política em nível nacional e internacional.

Para Eatwell e Goodwin (2020: 189), mais relevante do que as oscilações controversas e desiguais sobre o bem-estar material absoluto das maiorias é a percepção crescente entre os indivíduos de que sua própria posição e do grupo social do qual fazem parte está decaindo em comparação a outros grupos. Uma percepção especialmente forte entre eleitores populistas e que atinge com vigor trabalhadores em tempo integral, partes das classe médias e os jovens. Daí a crítica comum e reverberada por algumas das forças reacionárias ao livre comércio, à globalização, ao resgate de bancos depois da crise de 2008 e aos programas de austeridade que o seguiram em meio à crescente insegurança econômica das pessoas comuns afetadas por cortes nas despesas públicas e crescentes taxas de desemprego. Os autores se referem a essa face da crise da democracia liberal como consequência de um fenômeno que chamam de privação relativa. Pois ele combina elementos eminentemente materiais e econômicos à sensação, por parte expressiva das classes trabalhadoras, de que o status e o respeito social de que gozavam vêm decaindo (Idem: 217).

A dimensão material da crise política que vivemos é inequívoca. E o sucesso político-eleitoral do populismo de direita é resultado, em parte, das respostas que ele oferece à deterioração do bem-estar imediato e das expectativas de mais longo prazo que as pessoas têm para as suas vidas e para aquelas de seus filhos. O que não significa dizer que as alternativas apresentadas pela diversa constelação da extrema-direita vá resolver o problema. Pelo contrário, as soluções sugeridas para essa causa da crise política são, provavelmente, as mais controversas. Seus limites são evidentes e, em alguns casos, tendem a agravar o problema. Mas um exercício rigoroso de análise e um esforço político de compreensão do momento não pode deixar de reconhecer que as forças reacionárias reconhecem algumas das angústias econômicas das massas e demonstram disposição, frequentemente autoritária, de resolvê-las. Indo, em muitas ocasiões, na direção contrária do que é recomendado pelas forças do mercado e pelo debate econômico hegemônico, como no caso da guerra comercial empreendida por Donald Trump contra a China em prol da indústria e da agricultura norte-americanas. Já comentei acima, aliás, a dificuldade de situar ideologicamente o contramovimento reacionário, pois para cultivar a aparência de força de contestação à ordem pós-democrática ele não pode deixar de atacar determinadas facetas do neoliberalismo. O que não implica, porém, sugerir qualquer traço anticapitalista ao populismo de direita. Pelo contrário, a aparência de contramovimento se faz necessária, justamente, para preservar a essência capitalista de um regime político em decomposição. Daí, inclusive, o apoio mais ou menos velado das elites econômicas a lideranças como Trump e Bolsonaro.

É bem verdade que, no Brasil, o populismo conservador tem sido associado ao que há de mais avançado na agenda neoliberal. Paulo Guedes, afinal, é o lastro que uniu, pelo menos durante um certo período, o governo Bolsonaro à Faria Lima e maiores ou menores investidores preocupados com a valorização de suas ações. Contudo, a maioria dos partidos e lideranças populistas dos países desenvolvidos defendem algumas propostas avessas aos ditames do mercado. Protecionismo, intervenção estatal, restrições à imigração e políticas de nacionalização e industrialização fazem parte do rol de propostas da extrema-direita mundo afora. Os chamados perdedores da globalização constituem parte importante da base social dos populistas e algumas de suas demandas objetivas são atendidas por alguns deles. A proteção de Trump à indústria do aço no cinturão da ferrugem americano, por meio de políticas fiscais e ambientais, é apenas um exemplo. Que se junta a medidas como o aumento do salário mínimo e de benefícios sociais implementado por Viktor Orbán, na Hungria, a implementação de uma renda mínima pela coalizão entre o Movimento Cinco

Estrelas e a Liga, na Itália, e a seguida valorização do salário mínimo na Polônia - só em 2020, ela foi de quase 50% -, governada pelos populistas do Lei e Justiça.

Embora a esquerda insista, com razão, em apontar para o caráter pró-capital das forças reacionárias, sua relação com o neoliberalismo é mais ambígua do que as críticas sugerem. A oposição feroz que fazem ao espírito, à cultura, às organizações e à agenda de esquerda, socialista e comunista deixa claro que a superação da ordem capitalista não orienta suas ações. Porém, em graus variados e às vezes meramente no plano do discurso, essas forças se colocam como as únicas capazes de frear o processo acelerado de comodificação da vida – como verdadeiros contramovimentos polanyianos. A própria ideia de que o Brexit permitiria aos britânicos tomar o controle de volta tinha também seu componente econômico à medida que implicava a saída do Reino Unido do mercado comum europeu e interrompia o livre fluxo de trabalhadores e mercadorias através de suas fronteiras.

Pode parecer despropositado inserir Jair Bolsonaro num quadro mais amplo de contramovimento à pós-democracia e, sobretudo, ao neoliberalismo. De fato, talvez o seja. No entanto, não devemos perder de vista que suas propostas e seu governo atendem a demandas materiais de uma base cujo status socioeconômico só fez deteriorar ao longo dos governos petistas de Lula e Dilma. São numerosas as pesquisas que mostram a perda relativa de poder de compra de amplos estratos de classe média ao passo que as classes mais abastadas se tornavam mais ricas e as camadas populares tinham ganhos expressivos de renda e acesso a consumo (Gethin e Morgan, 2018). O que implicava, por um lado, um ressentimento simbólico de setores acostumados a gozar de privilégios fora do alcance da maior parte da população. E, por outro lado, perdas relativas na medida em que sua renda não cresceu no mesmo ritmo de outras camadas populacionais e, de tal forma, sua capacidade de contratar serviços e comprar produtos outrora menos valorizados, justamente pelo alto índice de pobreza, diminuiu.

A agenda de Bolsonaro contempla essas duas dimensões do ressentimento acumulado de parte das classes médias ao avançar no sentido da redução dos serviços do Estado e de seus programas de assistência social. Pois sinaliza a redução da carga tributária que onera a renda dos estratos médios e a capacidade redistributiva do Estado, atendendo à sanha pelo fim da “mamata” identificada em programas como o Bolsa Família. Claro que promessas como essas têm impacto reduzido no bem-estar material de sua base. Mas elas têm a qualidade de sinalizar um aumento na renda das classes

médias ao mesmo tempo em que sugerem a recuperação de baixos preços para serviços pouco qualificados. O maior símbolo do caráter também material da força reacionária representada por Jair Bolsonaro foi seu voto contrário à Proposta de Emenda Constitucional que ampliava os direitos das empregadas domésticas, o único dentre todos os deputados federais. Na ocasião, ele demonstrou ausência completa de constrangimento em mostrar quem representava: as classes médias que perderam vantagem na corrida contra os mais pobres. No capítulo três, desenvolverei melhor essas questões. Aqui, cumpria apenas registrar a relevância da deterioração das condições objetivas de vida de cidadãos comuns, ou no mínimo a percepção que se faz delas, para a ascensão dos contramovimentos reacionários. Embora eles não rompam com o ideário neoliberal e possam inclusive permitir um aprofundamento que depende da instabilidade, sua relação com o neoliberalismo é, no mínimo, ambígua. Mesmo o governo Bolsonaro, como será discutido adiante, não corresponde às expectativas ultraliberais que se desenharam com a indicação de Paulo Guedes a um reforçado ministério da economia.

5.2.4. Desdemocratização

A apreensão mais difundida do populismo o toma como a reivindicação, geralmente bem sucedida, de representação legítima do povo em meio a um amplo mal-estar com o sistema político. É o que faz a abordagem ideacional de Müller (2017), mas também, embora com outro enfoque e de forma mais elaborada, a interpretação de Laclau (2013) e Mouffe (2018). Ambas versões enxergam no populismo uma ação política que se move, sobretudo, por meio dos canais institucionais formais. A diferença é que, enquanto os liberais veem nisso a destruição da democracia por dentro da ordem, os defensores do populismo consideram essa a melhor estratégia para construir uma hegemonia progressista e recuperar o conflito intrínseco à política e necessário a uma verdadeira democracia.

O foco na representação e na disputa institucional por via eleitoral descreve, com efeito, parte importante do fenômeno que tem atravessado diversos países e abalado as bases do regime democrático-liberal. Já discuti, inclusive, a maneira pela qual as forças políticas reacionárias respondem ao sentimento de que as elites tomaram controle do Estado em detrimento das vontades e dos interesses das pessoas comuns recorrendo a símbolos e agendas que correspondem à autoimagem que amplos setores populares têm de si e aos seus valores mais genuínos em tempos

de incerteza. No entanto, o populismo não faz só isso. Em suas diversas expressões e de maneiras mais ou menos peculiares, as forças reacionárias que têm assumido a vanguarda da luta contra o sistema respondem diretamente ao fenômeno que, com Streeck (2018) e Crouch (2000), venho definindo como o aprofundamento da desdemocratização ou da pós-democracia. O que não é feito simplesmente com o lançamento de outsiders improváveis a cargos de poder ou com a defesa de plataformas controversas pautadas em princípios conservadores que vão de encontro ao “politicamente correto”. Partindo do pressuposto de que o mal-estar com as instituições políticas decorre não só da desconfiança nos partidos e representantes eleitos, mas do sentimento de ausência de qualquer controle popular sobre eles, a estratégia populista inclui uma forte dimensão participativa e instituinte. Conforme o processo de desdemocratização acentua o domínio das elites sobre os contornos e os rumos do Estado e suas políticas, caberia ao povo agir no sentido de desviar a direção indesejada que a sociedade, a política e a economia vêm tomando e transformar a ordem.

O espírito populista contemporâneo não outorga toda a responsabilidade ao líder do partido e ao representante eleito como sugere a maioria das análises. O povo é convocado e instado a agir e participar, para além das eleições, à margem da ordem institucional com o intuito de subvertê-la, como tentarei mostrar no caso de Bolsonaro, no Brasil. Segundo Eatwell e Goodwin (2020: 31), com efeito, muitos eleitores têm sentido pela primeira vez em muito tempo que, finalmente, por meio do populismo têm podido “expressar suas opiniões e gerar mudanças”. São esses mesmos eleitores que, de acordo com diversas pesquisas de opinião, mais sentiam que suas ideias eram desconsideradas pelos atores políticos convencionais e que acabaram recorrendo às lideranças populistas como uma maneira de se fazerem ouvir. Menos como um simples gesto de reprovação ou protesto e mais como uma forma efetiva e legítima de informar, com seus desejos e interesses, o poder instituído. Longe de ser totalmente antidemocrático, nas palavras dos autores, o populismo “é uma resposta às contradições no interior da democracia liberal” que sugere, inclusive, formas mais diretas de participação, para além da concepção corrente restrita ao voto, e identifica as pessoas como única fonte de autoridade política legítima (Idem: 74).

Com a corrupção disseminada de um sistema impermeável à participação e à representação popular, é quase uma revolução o que clamam as forças reacionárias. Quase. Frente à degeneração completa do mundo, se impõe a necessidade de algum tipo vigoroso de resistência. A moderação não é uma opção para quem tem consciência do abismo do qual nos aproximamos. Enquanto a

radicalidade dos revolucionários, cada vez mais raros, não têm se mostrado capaz de inspirar confiança, “os reacionários da nossa época descobriram que a nostalgia pode ser uma forte motivação política, talvez mais poderosa até que a esperança”, pois é irrefutável (Lilla, 2018: 13). O passado tem se tornado, então, um porto mais seguro que a incerteza do presente e a ausência de futuro. A sua recuperação, porém, exige ação e coragem. Como coloca Lilla (Idem: 11),

Os reacionários não são conservadores. É a primeira coisa que se deve entender a seu respeito. À sua maneira, são tão radicais quanto os revolucionários e não menos firmemente presos nas garras da imaginação histórica. As expectativas milenaristas de uma nova ordem social redentora e de seres humanos rejuvenescidos inspiram os revolucionários; os reacionários são obcecados pelo medo apocalíptico de entrar numa nova era de escuridão.

A política da nostalgia que informa as organizações reacionárias de hoje, portanto, se inspira no passado para recuperar um ideal que permanece possível, apesar das transformações trazidas pelo tempo. E se não há empecilhos objetivos, pois os valores de outrora podem voltar a vigorar a qualquer momento, sua concretização depende apenas de fé e vontade. “O adversário não é o tempo propriamente, mas aqueles que em todas as épocas históricas se interpuseram no caminho de Deus” (Idem: 124). Porém, como os adversários se apoderaram dos principais aparatos de poder, e aqui encontramos os partidos políticos, as instituições estatais, a mídia tradicional, o mundo das artes, é toda uma ordem que deve ser combatida. Um líder no poder não basta. A participação, por meios há algum tempo estranhos à política-partidária e que incluem mobilizações virtuais e de rua, é imperativa e sua reivindicação dá corpo a uma vigorosa proposta de ação, em que o povo não é apenas devidamente representado, mas autoriza, controla e exerce, em alguma medida, o poder.

A forma que assume o princípio radical da política da nostalgia varia. Mas podemos dizer que uma de suas principais expressões se dá no uso recorrente e ostensivo das redes sociais como canais de informação, comunicação e participação. A atenção da mídia e das pesquisas acadêmicas tem se voltado para o fenômeno das fake news e o papel das redes na eleição de líderes populistas. Embora relevante, o efeito das notícias falsas já têm sido relativizado por estudos mais recentes⁸ e sua exaltação acaba por negligenciar o que há de mais relevante no uso das redes sociais do ponto de

⁸ Ver entrevista da pesquisadora Nara Pavão à Folha de S.Paulo, em 2020, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/efeito-das-fake-news-sobre-o-voto-nao-e-tao-dramatico-quanto-se-pensa-diz-cientista-politica.shtml>. Acesso em 15 de abril de 2021.

vista democrático. A saber, a expansão da participação dos eleitores na política, seja como mecanismo de controle de seus representantes ou de consulta e deliberação.

Vale destacar aqui como as mídias sociais permitem aos populistas reivindicar, ao mesmo tempo, a participação acessível e imediata de sua base e uma agenda que é eminentemente flexível às aspirações muitas vezes cambiantes de cidadãos que, para além do desejo de destruição de uma ordem com a qual estão insatisfeitos, também apresentam demandas substantivas. Nesse sentido, Giuliano Da Empoli (2020) nos ajuda a perceber como os pilares reacionários, apoiados na desconfiança em relação ao poder e às normas culturais estabelecidas, convivem com um programa fluido, capaz de se adequar rapidamente aos temas e opiniões efêmeros da sociedade contemporânea. É como se os partidos populistas fossem uma plataforma vazia de agenda e capazes de absorver tranquilamente as demandas populares do momento presente. As redes permitem, assim, que as forças reacionárias, à imagem do fascismo de Mussolini, nas palavras de Empoli, se posicionem atrás, e não na frente das massas. Ele a segue, não como vanguarda, mas como retaguarda e dá espaço para que ela manifeste seus interesses, suas paixões tristes e seus desejos muitas vezes autoritários e reacionários.

O conflito, enfim, ganha envergadura quando lideranças, eleitas ou não, convocam as massas à ação direta, como Bolsonaro fez em mais de uma ocasião ao longo de seus primeiros anos de mandato. Frente à desdemocratização, as forças reacionárias colocam, para o bem ou para o mal, o povo no centro do palco. Geralmente, para expressar sua raiva em relação aos que estão acima e abaixo dele e seu ressentimento pela deterioração de suas expectativas materiais e seu reconhecimento simbólico. Mas também para demonstrar seu ímpeto em abandonar o registro da democracia representativa restrita e a vontade de transformar a realidade. Por mais regressivo que seja o sentido para o qual essa vontade tem apontado, ela deve ser levada em consideração para avaliarmos a crítica que lhe deve ser feita e sua força social junto a parte significativa dos sem-título para governar.

5.3. Enquanto isso, à esquerda

A atração de camadas populares e médias ao campo reacionário se deve à virtude de algumas de suas lideranças e organizações, mas muito mais a condições que promovem princípios e projetos

historicamente associados ao conservadorismo. No entanto, uma parte desse sucesso deve ser atribuída também às escolhas e à forma que assumiu o diverso campo progressista nas últimas décadas. Não apenas pelo fato de ele ter aderido, em maior ou menor medida, à espécie de consenso neoliberal que marcou a política a partir de meados dos anos 70 e retirou da esquerda seus traços materialmente distintivos. Dois problemas de primeira grandeza têm marcado a política progressista nos últimos tempos e contribuído para a sua debilidade em sensibilizar aquela que, supostamente, deveria ser sua base social fundamental.

O primeiro deles é o distanciamento do povo, ou dos sem-título, em si, tanto no plano prático como teórico. Em termos objetivos, os militantes e quadros dos partidos de esquerda, anteriormente provenientes do chão da fábrica e de associações populares, passaram a ser recrutados nos bancos das universidades. O que reflete, pelo menos nos países desenvolvidos, uma transformação do modo capitalista de produção rumo a uma economia pós-industrial. De qualquer maneira, o efeito foi uma mudança expressiva na composição dos partidos de esquerda. Saíram sindicalistas e pequenos agricultores, enraizados nos bairros de trabalhadores e no campo mais pobre, e entraram profissionais liberais vindos de faculdades muitas vezes de elite. Mudança cujos reflexos se exacerbaram no plano do discurso, dos valores e ideias difundidas nos meios e também nas organizações políticas progressistas.

Com poucas diferenças a reivindicar em relação ao programa econômico da direita e uma nova configuração de classe na sociedade e em sua própria estrutura, os partidos de esquerda viram na cultura, a partir dos anos 80, uma trincheira de distinção. O que se deu em maior ou menor grau conforme o estágio de desenvolvimento dos países, mas que acabaria atingindo grande parte do ethos progressista mais cedo ou mais tarde. Na esteira dos avanços importantes da luta pela igualdade racial e de gênero travada no centro do capitalismo, a política chamada de identitária ganhou centralidade na agenda da esquerda. Porém, ao invés de persistir no trilho de reparar erros históricos e concentrar esforços na luta por direitos iguais de corte emancipatório e universal, muitas vezes, nas palavras de Lilla (2018b),

essa política cederá lugar a uma pseudopolítica de autoestima e autodefinição cada vez mais estreita e excludente, hoje cultivada nas faculdades e universidades. Seu principal resultado foi fazer os jovens se voltarem para a própria interioridade em vez de se abrirem para o mundo exterior. Isso os deixou despreparados para pensar no bem comum e no que deve ser feito, na prática, para assegurá-lo.

O debate acerca das pautas identitárias é controverso e merece cuidado. Questionar a legitimidade de seus objetivos é problemático e soa, inevitavelmente, regressivo. O que analistas como Mark Lilla, mas também Zizek (2015), Fraser (2020), Guilluy (2014) e outros têm feito, no entanto, é apontar para os efeitos da prioridade que essas reivindicações assumiram no campo progressista. Com efeito, é difícil deixar de reconhecer que ao se voltar prioritariamente para questões que dizem respeito, sobretudo, ao reconhecimento de identidades cada vez mais fragmentadas e, no limite, pessoais, a esquerda deixou de se comunicar com parte importante das classes trabalhadoras e estratos populares, movidos por outras preocupações em relação à ação estatal e formados a partir de outros códigos culturais. Frente ao individualismo econômico que dominava a agenda da direita, parte da esquerda embarcou em um liberalismo identitário voltado para o indivíduo, que faz apenas reforçar a tendência de atomização hoje em crise. Mais grave, a alteridade inerente a essa política se estabelece justamente junto a massas incultas cujos valores, em boa medida, não compartilhamos. O resultado é a secessão, por parte dos progressistas, em relação a parte das classes médias e trabalhadoras e a percepção em amplos setores de que a ideologia de esquerda se resume a uma “doutrina professada basicamente pelas elites urbanas instruídas, sem contato com o resto do país, que veem os problemas atuais sobretudo através das lentes da identidade” (Idem: 15).

É bem verdade que em diversos países as forças progressistas não perderam completamente o vínculo com as camadas populares – como ocorre no Brasil, em que o Partido dos Trabalhadores ainda conta com um apoio e uma capilaridade significativa entre as classes trabalhadoras. Não obstante, a política de esquerda hoje tende a apontar para o descolamento dessa realidade e encontra sua base mais orgânica e engajada em setores médios para quem a política é, acima de tudo, uma questão estética, para usar a distinção que faz o escritor Édouard Louis (2018) entre aqueles para quem ela é uma forma de ver o mundo e aqueles para quem ela é uma questão de vida ou morte.

Ao restringir boa parte de sua ação política ao estabelecimento de clivagens de ordem moral e ao universo exclusivo do qual fazem parte setores ilustrados das classes superiores, frações da esquerda, depois de terem abandonado a luta de classes, esvaziam a política e retiram dela sua dimensão própria de disputa pelo poder. Assumem, por fim, o papel de representante de setores um tanto privilegiados, cujos códigos de conduta e princípios se tornam sua principal identidade.

É evidente que não devemos abandonar a preocupação com questões culturais e a profunda discriminação que marca as sociedades contemporâneas e contém contornos muito objetivos de dominação. Essas questões sempre afetaram camadas populares e hoje ganham outra escala de consciência entre parcelas dos trabalhadores, especialmente os mais jovens. No Brasil, cumpre ainda registrar, é impossível distinguir clivagens de classe e de raça. Não obstante, Wendy Brown (2019: 61) não está equivocada quando alerta para o fato de que

é contraproducente abordá-los por meio da condescendência moralizadora, ao estilo do neoliberalismo progressista. Essa abordagem pressupõe uma visão superficial e inadequada dessas injustiças, exagerando grosseiramente até que ponto o problema está dentro da cabeça das pessoas e deixando de perceber a profundidade das forças institucionais-estruturais que as sustentam.

Ao fazê-lo, a avenida fica escancarada para que uma determinada direita seja reconhecida como a verdadeira representante das vontades e dos valores de parcelas dos sem-título em meio a um período em que vêm se diluindo os laços entre os partidos de esquerda e as classes trabalhadoras. Entre 1980 e 2010, mostrou Heath (2018), a diferença de comparecimento às urnas entre as classes trabalhadora e média britânicas passou de menos de 5% para quase 20%. Quase 40% dos trabalhadores que pararam de votar sentiam que o Partido Trabalhista já não os representava. Já quando parecia que era possível expressar sua voz, as camadas populares correram às urnas. Na votação do Brexit, o índice de participação eleitoral nos distritos da classe trabalhadora superaram em muito as expectativas (Eatwell e Goodwin, 254), assim como ocorreu nas eleições norte-americanas de 2020, cujo comparecimento foi o maior para o país desde 1964⁹. No Brasil, o desinteresse das camadas mais pobres pela política institucional é notório e encontra fartas bases estatísticas. À medida que as classes urbanas qualificadas votam mais à esquerda elas passam a influenciar, mecanicamente, o programa e o discurso dos partidos progressistas. Nesse contexto, parafraseando Guilluy (2014: 79), como falar aos “peões” sem desesperar os “meio intelectuais meio de esquerda”? Como veicular as aspirações da classe trabalhadora se buscamos os “diplomados”, os “jovens”, as “minorias”, as “mulheres”?

O outro problema que atinge frontalmente o campo progressista hoje e explica a dificuldade que ele encontra em mobilizar as massas numa possível alternativa ao modelo em crise é, justamente, a ausência de alternativa a oferecer. Na medida em que as ambições de transformação foram

⁹ Ver <https://exame.com/mundo/votacao-recorde-nos-eua-eleitores-comparecem-em-massa-as-urnas/>. Acesso em 26 de julho de 2021.

rebaixadas e que a esquerda se conformou à ordem neoliberal e ao processo de desdemocratização, ela abriu mão de elaborar e promover uma visão de futuro. Qualquer modelo que fosse capaz de inspirar a esperança e motivar a ação política coletiva, como fizeram a seu tempo o socialismo e a socialdemocracia, desapareceu. Aos primeiros sinais de instabilidade do sistema e à demanda por saídas, não havia vanguarda à esquerda a apontar um caminho. O que restou foi uma postura reativa às medidas reacionárias propostas à direita. Algo que carrega o potencial de aglutinar um campo sensível aos retrocessos, mas é insuficiente para insuflar um movimento propositivo e atrair as massas desiludidas. Não é à toa que, apesar da equivalente ausência de uma visão vigorosa de futuro, capaz de oferecer algum bem-estar à maioria da sociedade, o reacionarismo leva vantagem. O passado emerge como alternativa pela qual vale a pena lutar. Enquanto a esquerda lamenta o avanço das ideias e de comportamentos reprováveis, abandona o cultivo de um horizonte de autogoverno e se distancia do demos, ele cai no colo daqueles que pregam a salvação evocando um passado glorioso. Sem nada a que se agarrar e sem um paraíso com o qual sonhar, mover a história para trás é a melhor alternativa que lhes resta.

O que não quer dizer que o populismo reacionário caminha a passos largos para ocupar o espaço vago pela hegemonia neoliberal progressista, nos termos de Fraser (2020). Apesar de sinalizações ambíguas, esses movimentos não rompem com o neoliberalismo e, portanto, são incapazes de atender as demandas mais básicas de trabalhadores e mesmo de parte das classes médias que o sustentam de forma mais ou menos ativa. Ao inaugurar um modelo alternativo de identidade política, que a autora norte-americana chama de neoliberalismo hiper-reacionário, a diferença se limita a uma dieta do “des-reconhecimento” insuficiente para garantir a sua resiliência no tempo e no espaço. Mesmo que a cultura tenha sido alçada ao centro do palco político, ela, por si só, não sustenta sólidas hegemonias políticas.

A noção de contramovimento que venho utilizando deve ser, portanto, matizada. Seria enganoso sugerir que governos como aqueles de Trump e Bolsonaro contêm, nos termos de Polanyi, o processo acelerado de comodificação da terra, do dinheiro e do trabalho que observamos no capitalismo contemporâneo. Embora alimentados por seus efeitos deletérios nos planos material e simbólico, o populismo de direita se conforma ao imperativo de manutenção e ampliação das taxas de lucro do capital e por isso conta, no mínimo, com a tolerância de elites econômicas conscientes da instabilidade da ordem pós-democrática e do neoliberalismo progressista.

Contudo, parece fazer sentido insistir na denominação de contramovimento na medida em que a ascensão dessas forças políticas não se dá por iniciativa das classes dirigentes, que conduzem o avanço do neoliberalismo e esvaziam a democracia do que lhe resta de igualdade política e soberania popular. Ela se move, essencialmente e a despeito de vínculos difusos e esporádicos com o capital e o poder instituído, de baixo para cima. Mesmo que se constitua mais na aparência e menos na essência como alternativa à ordem estabelecida, ela rompe com um consenso responsável por anular a política e que exclui a parte dos sem-parte. Queiramos ou não, o populismo de direita tem recuperado a visibilidade dos sem-título, o litígio que questiona a definição das partes e permite a aparência do povo (Rancière, 2018: 130). Para isso, ele se apoia em demandas de vocação pouco igualitárias ou emancipatórias, mas também em aspirações amplamente disseminadas entre camadas médias e populares de mudança social. É evidente que a ordem que pretende instaurar – ou resgatar – passa longe de um horizonte desejável de autogoverno, mas ela passa por algum nível de ruptura com o processo de desdemocratização e tem se apresentado como a sua única alternativa popular.

5.4. Com ou sem o demos?

Grosso modo, duas possibilidades estão colocadas para a política progressista frente à crise da pós-democracia. De um lado, defender a democracia liberal da ameaça populista. Como argumenta Mounk (2018), mesmo que essa ameaça tenha algo de democrático em seu espírito e sua prática, o populismo carregaria a tendência inexorável de se voltar contra seu próprio povo. Mais tangíveis, os retrocessos promovidos pela política da nostalgia envolvem riscos aos direitos e à integridade de minorias e atinge princípios básicos do liberalismo que preservam ainda algum nível de igualdade. O autoritarismo típico dessas lideranças e restrições a liberdades políticas comprometem, inclusive, a possibilidade de uma oposição mais contundente. Enfim, essa opção tem seus méritos e, não por acaso, tem o endosso de setores importantes da esquerda e da população. É a tônica que marca a oposição entre Macron e Le Pen na França, entre Bolsonaro e a maior parte da oposição no Brasil, entre Trump e o establishment democrata nos Estados Unidos. Trata-se do cenário mais provável para a política nos próximos anos. Um populismo reacionário agressivo contra uma oposição liberal moderada e responsável na preservação de conquistas históricas da modernidade ocidental. Ou, como alguns analistas vêm sugerindo, a oposição entre

um neoliberalismo liberal e um neoliberalismo hiper-reacionário (Secco, 2020), do qual tende a se aproximar, inclusive, uma direita outrora republicana incapaz de renovar sua força social (Eatwell e Goodwin, 2020).

De outro lado, a opção que se apresenta para o campo progressista é questionar o quão democrática é a ordem que queremos preservar e o quão efetiva é a postura assumida pelos seus defensores para ganhar a confiança de uma massa que se rebela, de maneira contraditória, contra ela. Embora concordemos com a importância de resguardar princípios identificados com a democracia liberal face a uma alternativa sombria, fazer a sua defesa é reproduzir a lógica do processo que nos trouxe até aqui. Colocar-se do lado da ordem, além de jogar água no moinho da desdemocratização, cujos efeitos são normativamente questionáveis, é assumir o lado dos que se beneficiam dela e se afastar daqueles que se insurgem. É claro que essa insurgência não tem os contornos desejáveis de um ponto de vista progressista e não aponta para a superação das mazelas provocadas pelo neoliberalismo. Não se trata aqui de tomar o povo como uma massa homogênea dotada das verdadeiras virtudes, cabendo à esquerda identifica-las e defendê-las. Trata-se de reconhecer que o sentido reacionário apontado pela revolta popular contra o sistema não é imanente e estanque, como muitos têm feito, mas o resultado de determinadas condições materiais e culturais que a própria esquerda tem ajudado a conformar. A diferença fundamental com a primeira opção é que essa coloca o demos no centro das preocupações e da ação política, um imperativo que parece ter sido abandonado pelo menos por parte do campo progressista.

Essa não é, definitivamente, uma tarefa simples ou meramente uma questão de escolha ou vontade política. Considerá-lo seria reproduzir a clivagem moral que tem debilitado a política contemporânea. Em primeiro lugar, a articulação ambígua entre um tipo de individualismo socioeconômico e a consolidação de afetos reacionários está amparada em forças estruturais de ordem objetiva e subjetiva a alimentar o populismo de direita. Alterar esse quadro exige mais do que boa vontade. Em segundo lugar, uma visão esperançosa de futuro não se compra no supermercado e não se constrói a partir de algumas cabeças iluminadas da noite para o dia. Mas os dilemas históricos não têm esse nome à toa e o momento que vivemos nos coloca um de dimensões consideráveis. A saber, aceitar que parte do povo, hoje, pode ter inclinações reacionárias e tende a sustentar movimentos regressivos que devem ser combatidos, nem que isso implique uma política de alteridade em relação a ele. Ou então, lidar com suas contradições e

enfrentar os limites de uma política que se faça a partir e ao lado dele, com toda a dificuldade e as ambiguidades morais que pode implicar o envolvimento com a face feia da política de que fala Chatterjee (2004). É essa a opção que esta tese defende e cujos contornos, contradições e implicações pretende discutir. Os problemas políticos e acadêmicos compreendidos nesse esforço não são pequenos. Mas parecem merecer o risco assumido nestas páginas.

II. O LULISMO E OS DILEMAS DE UMA DEMOCRACIA (IM)POSSÍVEL

Este capítulo consiste em um esforço de situar o Brasil no debate feito até aqui sobre a crise da democracia liberal, cujos termos dizem respeito, notadamente, ao centro do capitalismo. Ao falar em pós-democracia, Colin Crouch (2000) tinha em mente um retrocesso em relação ao momento em que países desenvolvidos chegaram mais perto de um ideal democrático amparado em princípios como a igualdade e a soberania popular. Durante os anos dourados do pós-guerra, os trabalhadores experimentaram uma ascensão inédita em termos de bem-estar. Por um lado, seus salários subiam com vigor e aumentavam seu poder de compra. Por outro, ampliavam-se direitos sociais e a qualidade de serviços públicos universais. Considerável desenvolvimento econômico e políticas redistributivas permitiam que carências materiais historicamente comuns às camadas populares praticamente desaparecessem. Mais importante ainda, era a situação da correlação de forças entre o capital e o trabalho. Face à consolidação da União Soviética como potência rival dos Estados Unidos, à ampla organização das classes trabalhadoras em sindicatos e à relevância crescente de partidos comunistas e socialdemocratas, a melhoria das condições de vida das camadas populares não era simplesmente uma questão de boa vontade das classes dominantes.

Mas para além de avanços no sentido da igualdade social, esse período também ficou marcado por melhor representação e maior participação política dos cidadãos comuns sobre os rumos das suas comunidades. Significativos sentimentos de pertencimento de classe favoreciam a inteligibilidade de identidades coletivas e programas políticos antagônicos. Parlamentares e governantes se assemelhavam, em termos descritivos, de suas respectivas bases e se mostravam comprometidos com o mandato assignado por elas. Ademais, a vida política não era circunscrita a grupos e espaços exclusivos. A participação popular era expressiva e se manifestava em altos índices de filiação partidária e comparecimento eleitoral, assim como em numerosas manifestações sociais e greves de trabalhadores. O otimismo era tão grande que, nas palavras de Bernard Manin (1997), se fazia possível vislumbrar, naquele momento, um verdadeiro horizonte de autogoverno.

É difícil traçar paralelos com a realidade na periferia. A industrialização tardia de países como o Brasil, a partir dos anos 30 e 40, levou a processos relevantes de urbanização e à conformação mais ou menos bem acabada de grupos identificados com certos interesses de classe. Muito embora

permeada de limites, sendo os mais claros a pobreza e a resiliência de instituições pré-modernas, vimos um certo sopro de avanço democrático a partir do pós-guerra. No entanto, com o acirramento da Guerra Fria e a eclosão de movimentos e revoluções socialistas em antigas colônias, a resposta que se deu por aqui à intensificação da organização política dos trabalhadores não teve exatamente a forma de um pacto. Às demandas mais exigentes das camadas populares sucederam-se repressão e fechamento de regime. Os anos dourados do centro do sistema tiveram, no Brasil, cor de chumbo.

Não por acaso, só pudemos superar esse capítulo triste de nossa história quando, no plano global, se desenrolavam tendências regressivas quanto ao caráter substantivo da democracia. O avanço a passos largos do neoliberalismo já tratava de debilitar os mecanismos de representação e participação populares enquanto invertia os sentidos redistributivos do Estado construído até então. É como se nossa Constituição de 1988, cujo espírito progressista fora forjado pela dor da repressão e pela euforia da abertura, nascesse fora de seu tempo. Já não cabia no mundo, que dirá na sua periferia, um projeto de Estado de bem-estar. Não demorou, portanto, para que governos sucessivos rebaixassem as expectativas sociais de igualdade e soberania popular. Embora não tenham propriamente esvaziado a carta de seu teor democrático, avançaram na direção dos ventos que sopravam do norte e impuseram uma realidade de escassez para a maioria.

Não obstante, no que diz respeito à vida política, o fim da ditadura militar coincidiu com um dos momentos de maior dinamismo e participação, no Brasil. Na medida em que o regime não podia dar conta de contradições que emergiam com força no mundo social, a luta contra ele e sua superação ajudaram a tecer vínculos e configurar sólidas identidades e organizações políticas. Mesmo que a margem de manobra fosse restrita, não faltavam disposição e vontade de transformação. A maior expressão delas é, sem dúvida, a ascensão do Partido dos Trabalhadores e o conjunto de grupos, demandas e valores reunidos em torno dele e que contribuíram para definir os contornos progressistas de uma recém-nascida Nova República.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 2003, consistiria em uma divisa definitiva em uma história marcada pelo mando de tipo oligárquico. Por tudo que representavam a sua trajetória e o PT, não poderia haver maior símbolo de consolidação da democracia, de uma perspectiva mínima, de um lado, e de projeção de um horizonte democrático, em perspectiva máxima, por outro.

Com efeito, são poucos os que contestam a ideia de que os governos petistas, notadamente os de Lula, são aqueles que mais aproximaram o Brasil de uma democracia substantiva. A despeito do nível ainda frágil alcançado em termos de igualdade, participação e representação, o lulismo estaria para o Brasil como os 30 gloriosos estiveram para a Europa. Com a melhoria das condições de vida do povo mais pobre, com a ampliação de direitos e programas sociais, com o crescimento real dos salários e do poder de compra dos trabalhadores, com avanços em relação a demandas históricas de minorias por direito e reconhecimento, os governos de Lula e Dilma seriam o mais perto que pudemos chegar de um ideal exigente, do ponto de vista normativo e nos termos de Crouch (2000), de democracia. Ademais de seus efeitos materiais e simbólicos, responsáveis por contestar hierarquias sociais estabelecidas, eles ainda teriam aprofundado dois pilares de uma ordem substantivamente democrática, a saber, a representação e a participação política. A primeira delas foi claramente favorecida pelas dimensões descritiva e responsiva dos governos liderados por Luiz Inácio Lula da Silva. A segunda foi contemplada pela multiplicação das chamadas instituições participativas, como os conselhos e as conferências, e pela notável influência, muitas vezes direta, de movimentos sociais sobre as políticas públicas.

Se quisermos utilizar o prefixo “pós” para nos referirmos à situação da democracia no Brasil, o reflexo mais óbvio seria ter como referência positiva o lulismo e como ponto de ruptura o ano de 2013 e seus desdobramentos. Até então, supostamente, as instituições funcionavam à perfeição, as pessoas confiavam nos políticos, as expectativas de longo prazo eram de crescimento econômico e de maior igualdade de oportunidades. Direitos civis e políticos estavam assegurados e as principais forças políticas respeitavam as regras do jogo. As manifestações de junho daquele ano teriam inaugurado, então, um processo de degeneração democrática, agravado por uma crise econômica iniciada em 2014, por um golpe parlamentar consumado em 2016 e que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república em 2018.

Este capítulo, contudo, se pretende um contraponto à tendência difusa de tomar o ano de 2013, ou mesmo 2015 e 2016, como pontos de inflexão em relação a uma democracia estável que continha os germes de seu aprofundamento. Os retrocessos desde então são múltiplos e evidentes. Entre eles, estão um processo de impeachment legalmente controverso e que deu origem a uma inversão completa na agenda autorizada pelas urnas. Uma operação jurídico-policial de claro caráter político e, no mínimo, pouco republicana. A eleição e o governo de um proclamado nostálgico da

ditadura militar como produto, em boa medida, de ressentimentos de estratos médios com a ascensão de camadas populares e a pressão sobre privilégios apoiados em profunda desigualdade material e simbólica. Por fim, toda a desconfiança popular nas instituições e na própria política como meio legítimo de canalizar antagonismos sociais e definir os rumos coletivos da sociedade. Bolsonaro e a moralização quase completa da política seriam apenas sintomas do buraco em que nos enfiamos.

No entanto, o reflexo mais imediato de assumir 2013 como o ovo da serpente que envenena, se é que já não matou, a democracia brasileira é positivar o quadro anterior e olhar para as manifestações de junho como um raio em céu azul. É como se tudo corresse bem, no sentido do melhor regime que poderíamos almejar, e os atos, provocados inicialmente por manifestantes contrários ao aumento da tarifa do transporte público em São Paulo, interrompessem um processo virtuoso e nos empurrassem em direção ao abismo. O problema mais óbvio desse expediente é a dificuldade que ele encontra para explicar a revolta – já que tudo corria bem. Restaria como resposta, praticamente, apenas o caráter reacionário de setores de classe média incomodados com as tímidas mudanças trazidas pelo lulismo. O que, de fato, contribuiu para engrossar o caldo disruptivo dos atos, mas não é suficiente para entender o mal-estar que eles veicularam e a dimensão democrática que continham.

Não podemos esquecer que aquelas manifestações se inserem em um contexto mais amplo de revoltas que, desde 2011, reivindicavam mais igualdade e participação ao redor do mundo. Mesmo que seus efeitos mais nítidos sejam nocivos às próprias bandeiras que empunhavam, não se justifica questionar a legitimidade de parte da revolta e seu potencial emancipatório. Afinal, e aqui entramos no ponto central deste capítulo, a realidade em que junho de 2013 emergiu não era o mar de rosas que parte da literatura acadêmica e dos círculos progressistas querem fazer crer. Os manifestantes não foram às ruas do país unicamente movidos pelo que havia de bom na democracia e nos rumos que ela tomara nos anos anteriores. Muitos deles se mobilizaram – e grande parte da população os apoiou – como sinal de revolta contra o que havia de conservador naquela ordem que hoje desejamos de volta.

Junho de 2013 não aconteceu no vácuo. Há relações de causa e efeito, linhas que conectam a realidade política anterior a junho aos atos e aos seus desdobramentos. No limite, há uma continuidade entre o lulismo e o bolsonarismo. O que não implica dizer que o último é resultado

direto do primeiro, ou então que as escolhas do PT levariam, necessariamente, ao retrocesso mais grosseiro que poderíamos imaginar. O lulismo, de alguma maneira, era a democracia possível para um país historicamente dominado por elites pouco suscetíveis a ceder qualquer fragmento de seu poder político e econômico. Uma democracia, porém, que se mostrou impossível na medida em que depositou suas esperanças numa conciliação insustentável, no longo prazo, entre os interesses dos governantes e aqueles dos governados. Ao abrir mão da política, entendida nos termos de Mouffe (2015) e Maquiavel (2007) a partir do conflito e indissociável da participação, Lula e o PT ficaram vulneráveis no momento em que o antagonismo se impôs.

Abraçada a uma concepção da política que a confunde com a gestão, a esquerda viu, então, uma certa direita, ambígua no seu repertório e nas suas aspirações, recuperar o político. Desde o impeachment de Dilma, passando pela eleição e o governo Bolsonaro, o heterogêneo universo conservador brasileiro tem se colocado como única alternativa a um establishment em crise. Do qual, inclusive, o lulismo se tornou sócio e ao qual a esquerda recorre como boia de salvação. Apesar de os acontecimentos recentes terem escancarado os limites de uma estratégia apoiada no respeito às regras do jogo e na redução da vocação democrática de seu programa, o campo progressista segue tendo a ordem liberal, ou pós-democrática, como seu único horizonte normativo. O que implica em dois problemas. Primeiro, trata-se de um programa incapaz de fazer as pessoas comuns sonharem com uma nova ordem. Pois embora o lulismo consista numa memória afetiva importante de uma alternativa melhor ao que lhe sucedeu, ele não parece capaz de mobilizar as paixões necessárias para a organização e a ação política. O processo de impeachment, a prisão de Lula, a impugnação de sua candidatura, sua prisão e a derrota do petismo para Bolsonaro deixam isso bem claro. Segundo, e mais grave, essa escolha ignora sua contradição inerente. O pacto capital-trabalho, relativamente duradouro e com resultados virtuosos, não resistiu ao tempo na Europa. Sua versão brasileira representada pelo lulismo, carente de significativa sustentação social e muito mais tímida, foi ceifada no primeiro estremecimento. E mais do que resultado das tradições antidemocráticas das classes dominantes ou da cultura reacionária de parte dos estratos médios, o fim da experiência lulista decorre da particularidade da fase do capitalismo em que vivemos. Na qual, como mostrou Streeck (2018), é difícil vislumbrar alguma margem para a conciliação de interesses antagônicos. Não parece haver alternativa entre uma ordem liberal cada vez menos democrática e a sua superação – resta saber que cara ela terá.

O lulismo, tentarei mostrar, é, ao mesmo tempo, o ápice da história democrática brasileira e o motor mais potente de seu esvaziamento. Pode parecer contraditório – porque, de fato, o é. De um lado, ele incorporou, mesmo que precariamente, parcela significativa da população à cidadania e desestabilizou tradições hierárquicas. De outro, ele negou o espírito original do petismo e aprofundou tendências já em curso de desdemocratização ao abandonar o conflito, a participação popular e a ideia de alternativa substancial à ordem como pilares de sua prática política. Ao invés de falar em pós-democracia no Brasil seria mais apropriado falar da crise daquilo que nunca tivemos, de um sonho interrompido. Pois a crise da democracia liberal se confunde com a crise de uma esquerda que, em sua melhor face, foi tomada pelo compromisso com a realidade dos trabalhadores e abandonou a necessidade de mantê-los no centro do palco e fazê-los acreditar que outro mundo é possível.

Este capítulo é dividido em quatro grandes partes. Na primeira, apresento a interpretação dominante de que os governos Lula, na esteira das gestões de Fernando Henrique Cardoso, consistiram num momento de glória da democracia brasileira. Tanto do ponto de vista institucional, caro aos cientistas políticos, quanto do ponto de vista substantivo, sensível aos progressistas, o otimismo de então é proporcional à nostalgia de agora. Teríamos, com algum custo e por meio de importantes concessões, superado o problema colocado por Florestan Fernandes (2020): fora possível compatibilizar democracia e capitalismo no Brasil. Em seguida, discuto as ambiguidades do lulismo. É aqui que contraponho aos avanços promovidos por ele o esvaziamento de um horizonte substantivamente democrático que o PT representava para setores médios e subalternos e o desaparecimento da classe – ou de qualquer identidade coletiva – necessária para sustentar um programa reformista. O assentimento do lulismo a uma institucionalidade impermeável aos governados retira sua capacidade de fazer política, o que cobraria seu preço no momento em que ela volta ao jogo. Na sequência, analiso o retorno da política promovido pela direita a partir de junho de 2013. As manifestações servem como demonstração das ambivalências do lulismo e inauguram um período em que a contestação à ordem e a promessa de transformação são capturadas por um campo reacionário em parte ressentido e em parte decepcionado com o PT. Enfim, discuto os limites de uma esquerda que, desde 2013, tem insistido em se agarrar a uma ordem cujos sinais de esgotamento se multiplicam a cada dia. Sem que isso signifique ignorar que nossa experiência política mais virtuosa só foi possível porque reconheceu e se apoiou no conservadorismo das camadas mais pobres.

1. O otimismo com a democracia possível

1.1. Os anos dourados das instituições

Não é trivial encontrar algum cientista político brasileiro que discorde da ideia de que nossa experiência democrática viveu seu auge durante os governos Lula. E se o conteúdo deles, em termos de políticas públicas e econômica, é levado em consideração, o que importa mesmo é o funcionamento regular e previsível das instituições nesse período. Informada por uma concepção minimalista de democracia, a maioria dos analistas enaltece o respeito às regras do jogo de então por parte dos principais atores políticos e a alternância pacífica de governos. Embora entre Lula e Dilma o PT poderia ter ficado 16 anos seguidos no poder, são marginais as vozes que contestam a lisura dos respectivos processos eleitorais. Não haveria símbolo maior da consolidação da democracia no país do que a transmissão da faixa presidencial de um presidente eleito pelo povo cujo antecessor o havia sido para uma sucessora também sufragada pela maioria dos eleitores.

O comedimento de Lula na observação de suas prerrogativas como presidente surpreendeu aqueles que esperavam do PT a contestação da ordem legal e serve até hoje para atestar o compromisso do partido com a institucionalidade democrática. Não são poucos os autores que, como Melo (2019: 213), veem no período que vai de FHC a Lula uma fase atípica. Ou, segundo o autor, “dezesseis anos de ouro” em que vivemos a “mais longa experiência de estabilidade e liberdade políticas de nossa história”.

É difícil, portanto, contestar as credenciais democráticas do lulismo a partir da régua mais convencional de uma Ciência Política afeita aos axiomas liberais. Mesmo uma perspectiva mais exigente quanto ao respeito às normas que regulam a relação entre os poderes atestaria o aprofundamento da democracia brasileira sob Lula. O trabalho de Levitsky e Ziblatt (2018), discutido no capítulo anterior, por exemplo, destaca a importância de regras informais que evitam que atores políticos incorram num processo de esgarçamento das instituições. Convenções tácitas, amplamente conhecidas, serviriam para constranger eventuais tensões entre representantes de diferentes poderes instituídos. A esse respeito, é notável a retidão do governo Lula.

A identidade marcadamente à esquerda do Partido dos Trabalhadores sempre evocou uma certa preocupação acerca do compromisso do partido com a democracia liberal. Em diversas ocasiões e a despeito da moderação progressiva de sua imagem e de seu programa, a possível eleição de Lula

foi seguidamente acompanhada do fantasma do socialismo autoritário. Imaginava-se que, uma vez no poder, o PT abusaria de suas prerrogativas, concentraria poder no Executivo e preencheria todos os espaços sobre o qual teria ingerência a serviço de um projeto de pobre vocação pluralista.

No entanto, para surpresa de muitos, os governos de Lula se destacaram por uma relação consideravelmente harmoniosa com os demais poderes. No que concerne ao poder legislativo, uma série de medidas serviram para evitar o conflito e foram insignificantes os episódios de tensão. Depois de 2005 e do escândalo do Mensalão, o governo federal se dedicou a formar bases amplas no Congresso, cujo poder de veto amortecia qualquer possibilidade de confronto e praticamente impedia a existência de uma oposição vigorosa. A acomodação de interesses era tão acentuada que antigos rivais do PT se tornaram sócios eventuais de seus governos.

Em relação ao poder judiciário, é ainda mais evidente o cuidado tomado por Lula para não ferir os ânimos alheios. Nesse caso, inclusive, o respeito dos governos petistas a regras informais contrastou com a gestão precedente, de Fernando Henrique Cardoso. Foi solene a submissão, tanto de Lula, quanto de Dilma, à independência de diferentes instâncias do judiciário. A cada nomeação do Procurador Geral da República, ambos escolheram aquele que havia ficado em primeiro lugar na lista tríplice de indicados pelos membros da categoria. A Polícia Federal, por sua vez, sempre gozou de autonomia irreparável - inclusive, para conduzir investigações prejudiciais aos respectivos governos. Por fim, as indicações de ministros para o STJ e o STF obedeceram muito mais à sua reputação no universo jurídico do que a possível alinhamento programático com o petismo ou a esquerda. As posições dos indicados durante os julgamentos do Mensalão e da Lava Jato são apenas as evidências mais cabais de tal descolamento.

Até hoje, é motivo de orgulho para boa parte dos quadros e da base do Partido dos Trabalhadores a postura republicana que o partido e seus representantes assumiram no tempo em que governaram o país. Embora seja comum ouvir que o PT teria orientado suas escolhas e seus governos em função de um projeto de poder, numa clara alusão a um propósito antidemocrático, são absolutamente escassas – para não dizer inexistentes – os indícios de desrespeito às normas explícitas e implícitas que separam os poderes e evitam qualquer tipo de avanço autoritário. Se formos seguir o cânone da visão minimalista da democracia, a experiência petista no governo federal é, simplesmente, irreparável.

1.2. Os anos dourados do consenso

O outro pilar da democracia para a literatura liberal analisada no primeiro capítulo diz respeito ao consenso compartilhado pelas forças políticas. Que deve se manifestar em relação ao respeito às regras do jogo e implica que partidos e governos reconheçam derrotas eleitorais e seus limites institucionais. Mas também, e sobretudo, em relação à agenda que os principais contendores defendem para o país. Tomando como referência nociva ao regime democrático a polarização que, supostamente, inaugurou a crise política contemporânea, autores como Levitsky e Ziblatt (2018) têm aludido à importância de certa convergência programática entre os partidos que se alternam no poder. Nesse sentido e a despeito da tendência corrente de tratar o PT como motor do conflito e da polarização, o lulismo emerge quase como paradigma máximo do modelo do consenso.

É conhecida a ruptura que o lulismo representa em relação ao que o cunhador do termo, André Singer (2012), chama de espírito do Sion, forjado em meio à construção do Partido dos Trabalhadores. No lugar de um programa altamente redistributivo, ou de reformismo forte, o governo Lula foi fiel na adesão ao ideário do chamado consenso de Washington. A saber, no respeito ao tripé econômico ortodoxo formado por metas de inflação, taxa de câmbio flutuante e superávit primário. Se ele rompia com a expectativa de um projeto radical de redução das desigualdades que priorizasse abertamente os interesses do trabalho em detrimento do capital, ele preservava o que de mais fundamental havia na agenda neoliberal implementada até então por Fernando Henrique.

Não se tratava de uma surpresa. A famosa Carta ao Povo Brasileiro já anunciava, para além do respeito aos contratos e ao pagamento da dívida, o compromisso de Lula com os anseios das forças do mercado. As nomeações de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central e de Antonio Palocci para o ministério da Fazenda retiravam qualquer ambiguidade do engajamento do presidente com uma política protegida de críticas. Além dos avanços institucionais, o caráter democrático do lulismo seria também fruto de seus “acertos econômicos”, nas palavras de Carlos Melo (2019: 213).

É verdade que a política econômica dos governos Lula, notadamente do segundo, foram mais do que mera continuidade em relação ao programa de Fernando Henrique Cardoso. A criação do Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, diversos programas sociais e a ampliação do acesso ao crédito são alguns dos avanços materiais promovidos pelo lulismo. Em uma sociedade

marcada por rígidas hierarquias sociais, foi o suficiente para despertar o ressentimento de setores cuja identidade e bem-estar dependem de relações pouco modernas e, no limite, de uma pobreza que dava sinais de caminhar para o ocaso. Apesar dos efeitos sociais significativos dessas medidas e do incômodo que provocavam, não é correto dizer que elas se opunham à agenda liberal. Pelo contrário, com impacto relativamente pequeno sobre o orçamento público, elas se acomodavam com facilidade à cartilha hegemônica. O próprio Bolsa Família, vítima de preconceito das classes médias, guardava semelhanças com propostas do ícone máximo da escola de Chicago Milton Friedman. Não à toa, ele foi objeto de seguidos elogios da comunidade neoliberal, assim como os eixos centrais da política econômica de Lula.

Se houve consenso em torno da política econômica dos governos Lula ele se deu pelo esforço do ex-presidente em adequar os indicativos historicamente defendidos pelo PT ao padrão neoliberal esposado pelo PSDB. A feliz imagem de uma hegemonia às avessas, de Francisco de Oliveira (2010), em que as elites aceitaram serem governadas pelo outrora adversário político, capta com precisão um consenso produzido pelo movimento à direita do principal partido de esquerda do país. O consenso bipartidário exaltado por Levitsky e Ziblatt correu em mão única.

De toda forma, a convergência programática se desdobrou em outro consenso, importante para autores preocupados em medir a estabilidade da democracia liberal a partir da adesão dos governados. A saber, a confiança popular nas instituições políticas e, mesmo que de forma mais vaga, no regime democrático em si. O bom funcionamento dos governos e da economia favoreciam a consolidação do pacto do qual depende o vigor da institucionalidade liberal. O cientista político Leonardo Avritzer enxerga a história da democracia brasileira a partir de um movimento pendular, com momentos de pujança e avanços que se intercalam com momentos de crise e retrocessos. Os primeiros seriam, para ele, possíveis graças à partilha, por parte das elites e das massas, de um “forte entusiasmo democrático” (Avritzer, 2019: 16). O que teria marcado o período lulista e pode ser verificado em qualquer pesquisa de opinião da época.

Cabe questionar, no entanto, os motivos desse entusiasmo e o quanto, de fato, ele tem como objeto a democracia em si. A satisfação das pessoas com a ordem política, afinal, parece menos calcada em uma adesão normativa ao regime e mais no otimismo provocado pelas perspectivas animadoras de uma economia em constante crescimento. Por méritos do governo, mas também em função de circunstâncias externas excepcionais, os governos Lula foram marcados pelo aumento da renda de

amplas camadas de trabalhadores e, ao mesmo tempo, dos setores mais ricos. O consenso entre as massas e as elites de que fala Avritzer e que sustentou uma visão predominantemente positiva acerca do sistema político nos anos de ouro do lulismo teve uma dimensão eminentemente material e é resultado direto de um projeto que se sustentou exatamente na conciliação desses interesses, como tão bem descreveu André Singer (2012). Com mais emprego e melhores salários para os trabalhadores e maiores taxas de lucro para os patrões, seria difícil encontrar motivos de insatisfação social. Na medida em que a qualidade de vida das pessoas melhorava e tudo indicava que o futuro seria de prosperidade, seria natural que o otimismo desaguasse sobre a percepção pública acerca das instituições políticas.

No entanto, o pêndulo de Avritzer voltaria a se mover na direção contrária. Em determinado momento, depois de alcançar o ponto mais alto no sentido da democratização, ele passou a cair em queda livre na direção oposta. Nas análises acerca dos motivos para a interrupção de um caminho virtuoso encontramos considerações das mais diversas. De autores mais atentos a variáveis institucionais àqueles mais preocupados com questões de ordem cultural, passando por analistas que se debruçam sobre conflitos materiais e de classe, no entanto, a maioria parece concentrar a explicação para a degeneração da democracia brasileira na erosão dos diferentes tipos de consenso que marcaram o lulismo. Sob diversos pontos de vista, foi determinante para a destruição de uma estrutura aparentemente sólida e que contava com aprovação popular uma espécie de marcha da insensatez das elites responsáveis por manter a ordem coesa. Os guardiões da democracia, para usar os termos de Levitsky e Ziblatt (2018), se deixaram levar por interesses mesquinhos e pela ambição pelo poder e deixaram de lado o compromisso com a estabilidade da ordem. Boa parte da nossa intelectualidade pensa como Celso Rocha de Barros (2019: 81), para quem se trata de uma

Tragédia. O Brasil foi uma história de sucesso na primeira década dos anos 2000, mas passou dez anos topando absolutamente qualquer coisa – Nova Matriz Econômica, manifestações pedindo ônibus de graça, impeachment, Bolsonaro.

Com alguns de seus membros cegos à ausência de alternativa a um modelo econômico cientificamente amparado e outros levianos acerca da integridade de normas formais e informais caras à estabilidade democrática, as elites teriam se mostrado incapazes de conter aqueles cuja falta de razão é um atributo incorrigível: o povo. Não é por acaso que o momento que marca a derrocada da democracia, na grande maioria das interpretações, são as manifestações de 2013. Quando as massas assumiram o centro do palco e desestabilizaram o jogo, todos os avanços

institucionais, econômicos e culturais foram postos à prova. Poucos se perguntam o que elas faziam lá, já que vivíamos nossos anos dourados.

1.3. A crise dos consensos

É curioso pensar que a relação entre lulismo e democracia não foi, até aqui, muito explorada pela literatura. Por um lado, a Ciência Política mais convencional passou os anos do governo Lula debruçada sobre questões, digamos, menos ambiciosas do ponto de vista teórico. O sentimento geral de estabilidade e progresso favorecia a preocupação de especialistas com os efeitos de desenhos institucionais, com a dinâmica e os resultados legislativos da relação entre o poder Executivo e o Congresso, com trajetórias políticas, com políticas públicas específicas, entre outros temas laterais às questões mais sensíveis ao estudo do poder. Por outro lado, pesquisadores mais ou menos alinhados à tradição marxista se debruçavam sobre o espírito de classe próprio ao lulismo e seus efeitos sobre a estrutura social brasileira e a correlação entre suas diversas forças. Na medida em que os governos petistas davam mostras de se adequar ao enquadramento institucional vigente, não estava na ordem do dia sua relação com uma concepção menos liberal e mais substantiva de democracia. Ele não projetava transformações políticas capazes de ameaçar a ordem. Pelo contrário, respeitava os ritos, aproximava seu programa daquele defendido pela direita e, portanto, sedimentava as bases do sistema democrático brasileiro. Com o vigor de instituições que mantinham os poderes contidos em suas atribuições e um consenso tanto programático, que esvaziava o potencial de conflito, quanto popular quanto à legitimidade da ordem, não se podia imaginar o retrocesso que viria.

A posteriori, portanto, analistas tiveram que correr para encontrar os motivos que teriam levado à inesperada degeneração de uma democracia que há pouco alcançara seu momento de glória. Ao olharmos o que tem sido produzido, um elemento comum se destaca. Mesmo que sob perspectivas diversas, a chave que mais tem sido utilizada para explicar a nossa crise da democracia tem sido a destruição do consenso. Que aparece, grosso modo, em três registros distintos, embora sobrepostos, e que encontram na polarização a origem do processo que tem assolado nosso sistema político. O primeiro consenso a sofrer abalos tem caráter programático, mas é permeado de fortes contornos identitários. Destruído por uma raivosa polarização societal, ele teria sido estimulado e respondido, de maneira reflexiva, pelas elites políticas. O segundo consistiria no respeito às

normas formais e informais de ação política. Fundamental para o equilíbrio de poderes e a solidez institucional, o compromisso dos atores em não abusar de suas prerrogativas legais teria se esvaído numa conjuntura conturbada e em meio a uma ambição desmedida de certos grupos. Por último, o terceiro consenso cujo desmoronamento está intimamente ligado à crise da democracia diz respeito à política econômica aplicada pelo governo e o conflito distributivo atrelado a ela. Alguns atribuem mais peso ao desastre econômico e seus efeitos, enquanto outros se atentam ao acirramento da disputa distributiva em torno das opções econômicas em jogo. Vejamos, rapidamente, como cada uma dessas correntes, com a heterogeneidade inerente a uma categorização ampla, explica a nossa crise e a relaciona com o lulismo.

Em praticamente qualquer análise de uma crise política que já se arrasta há alguns anos, encontramos o termo polarização. Na maioria das vezes, ele faz referência a uma divisão que se estabeleceu no interior da sociedade civil brasileira e que abalaria as bases da democracia liberal por dois principais motivos. Primeiro, a polarização societal teria reflexos diretos e daninhos sobre o sistema partidário. Na ânsia de se qualificarem como representantes legítimos de um desses polos, partidos importantes não só reforçariam a identificação antagônica de dois campos como teriam de responder a ela com propostas e medidas tão radicais quanto a oposição entre ambos. O resultado seriam programas cada vez mais distantes do centro ideológico e um menor compromisso com as normas que regulam o jogo democrático e a coexistência pacífica de seus atores. Em segundo lugar, a constituição de duas identidades coletivas rivais, com visões de mundo, valores e propostas políticas incompatíveis entre si, prejudicaria a ampla aceitação a um regime cuja definição passa justamente pela alternância de poderes. Conforme desaparecem parâmetros mínimos de concordância acerca das regras que determinam o exercício do poder, dissipa-se o apelo popular da própria democracia.

É nessa linha que diversos autores têm interpretado o quadro político brasileiro ao longo dos últimos anos. Tem sido comum encontrar análises da crise que partem exatamente de um processo nocivo de polarização provocado e estimulado pelas principais forças políticas do país, notadamente o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula. Sérgio Abranches (2019: 23), por exemplo, ao ver no antagonismo entre identidades coletivas um ingrediente tóxico a envenenar relações e estruturas políticas, aponta com clareza seu principal responsável:

No Brasil, quem primeiro tentou criar uma forte identidade grupal nas competições eleitorais foi Lula. Nos comícios de ampla mobilização dizia ‘agora é ‘nós’ cá e ‘eles lá’. Em geral, o ‘eles’ era genérico, exceto quando se referia à imprensa, particularmente à Rede Globo, que por ter noticiários de maior repercussão, incomoda mais.

Com efeito, parece dominar o debate acadêmico a ideia de que os governos Lula teriam como um de seus traços definidores a exploração calculada da polarização. Já se tornou lugar comum dizer que o ex-presidente recorria com frequência a uma distinção entre “nós” e “eles”. Ignora-se, contudo, o caráter eminentemente conciliador do lulismo como um projeto que, como dizia o slogan do governo federal, era voltado para todos – trabalhadores e industriais, camponeses e latifundiários, informais e banqueiros. Como o próprio Abranches reconhece, seria difícil situar socialmente “eles” na oposição mobilizada por Lula. Já do ponto de vista programático, não era tarefa fácil opor o PT a uma oposição com a qual compartilhava boa parte da agenda. Resta aos analistas apegados ao consenso fazer menção à exaltação de uma diferença falsa por parte de petistas e tucanos que atendia aos seus respectivos interesses de tecer laços com bases definidas pelo contraste. A sociedade, para Melo (2019: 226), teria se dividido com a ajuda e o interesse dos dois partidos responsáveis por atizar ódios, mobilizar as massas e instigar a intolerância que fechou as portas ao diálogo: “O que se deu foi uma polarização menos por distinções ideológicas de fundo programático do que pela disputa de poder. O conflito era eleitoral e ganhou ares de guerra ideológica, política e moral”.

Embora não seja representativa do espírito lulista, as eleições de 2014, de fato, se deram em um ambiente conflagrado socialmente que desembocaria no processo de impeachment. Em boa medida, é dessa última memória da experiência petista no poder que decorre sua associação com uma lógica política fundada no conflito entre campos sociais e ideologias distintas. Os germes da polarização já estariam presentes na época da conciliação, mas seus efeitos daninhos só viriam à tona mais tarde. De acordo com Avritzer (2019: 57), apoiado na leitura de Levitsky e Ziblatt (2018) sobre comportamentos antidemocráticos das elites, as eleições de 2014 se deram em um contexto fortemente polarizado na lógica amigo-inimigo. Naquele momento, a política já não era entendida como um campo de conciliação e negociação e os debates que animaram a campanha eram extremamente agressivos.

O desdobramento quase que natural da contaminação do ambiente político seria a relativização do apoio à democracia. Com uma sociedade dividida e com representantes que faziam apenas reforçar as divergências entre determinados grupos, chegaríamos em 2018 com um apoio deveras limitado

dos brasileiros à democracia liberal. Mais da metade dos consultados aceitaria sua relativização ou mesmo a ruptura com ela (Idem: 62).

Em boa medida, nossa crise política e a própria eleição de Bolsonaro seriam efeitos mais ou menos diretos, portanto, do desmantelamento de certos pactos. A passagem de um lulismo fundado no consenso para um lulismo afeito ao conflito teria sido determinante para a degeneração de uma frágil democracia. Para além de divergências de fundo quanto ao caráter mais ou menos progressista da agenda implementada pelo governo, diversos autores veem na dimensão identitária de uma relação amigo-inimigo a origem de nossas mazelas. Quanto mais as elites políticas e os partidos se distanciaram e acirraram suas diferenças ideológicas e suas críticas mútuas, menos aptos eles teriam ficado para conter um povo que cede facilmente a uma moral edificante baseada na alteridade e a ensaios antidemocráticos. Um dos expoentes dessa visão é Abranches (2019: 26), para quem nossa crise está diretamente ligada às confusas emoções das massas; “o discurso agressivo do PT, especialmente nas redes, gerou revolta e um desejo de revanche que foram, em parte, ingredientes do crescimento das redes de ataque da direita, que terminaram por aderir à candidatura de Bolsonaro”.

Para a teoria da democracia que domina a literatura especializada discutida no primeiro capítulo e cuja expressão mais citada tem sido o livro de Levitsky e Ziblatt, o consenso é um dos pilares que sustenta os regimes democrático-liberais. O outro consiste na força do arcabouço institucional e na adesão dos principais atores políticos aos códigos informais que o complementam. Não é aleatória, então, a proximidade entre ambas as variáveis. A ideia de um consenso partidário, entendido como convergência programática entre as elites políticas, supõe também a adesão dessas mesmas elites às regras do jogo.

São nesses termos que parte da análise institucional da crise da democracia brasileira tem se dado. Na medida em que uma fração importante dos cientistas políticos segue dizendo que as instituições estão funcionando, os críticos têm de ir além das aparências de legalidade da ação política. É o que faz, por exemplo, Oscar Vilhena (2018). Ele não sugere que ritos tenham sido ostensivamente descumpridos. Pelo contrário, reconhece que as previsões legais têm sido observadas no plano político. No entanto, os atores estariam abusando de suas prerrogativas formais e tensionando um arcabouço institucional frágil e sustentado na sua autocontenção. Em outras palavras, governantes, partidos, procuradores, juízes e parlamentares brasileiros abandonaram convenções tácitas que

sugerem o comedimento de suas atribuições e têm esgotado, pelo menos desde 2014, a margem legal de sua atuação. A consequência inevitável dessa tendência é o acirramento de conflitos entre poderes instituídos e forças políticas entre si.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff teria inaugurado essa tendência e marca um ponto de inflexão na política brasileira recente. Antecedido por ação movida pelo partido rival contestando o resultado eleitoral, influenciado por operação judicial pouco republicana nos seus métodos, acionado no parlamento por motivos abertamente escusos e com um poder judiciário condescendente com sua legalidade no mínimo controversa, o impeachment pode ser entendido como a pá de cal num período marcado pela harmonia.

São vários os intérpretes que, como Avritzer (2019: 168), veem na destituição de Dilma o início de um processo intenso de degradação institucional da democracia brasileira da qual a eleição de Bolsonaro é apenas a consequência mais lamentável. À medida que os conflitos sociais afloravam, em grande parte em função da irresponsabilidade de elites políticas que os alimentaram, sua resolução não poderia ser feita por uma estrutura institucional apoiada em um decrescente apreço das classes médias e dos setores populares pela democracia e pelo Estado de direito (Idem: 20). É como se as instituições fossem necessárias, mas insuficientes para preservar a ordem liberal e solucionar conflitos que ganhavam corpo na sociedade e encontravam respaldo na ação inconsequente de partidos políticos e autoridades constituídas.

Embora parte importante da literatura institucional resista em reconhecer a degeneração do sistema político nacional, suas considerações formais têm cada vez menos aderência nos debates público e acadêmico de um país que flerta abertamente com a ruptura e o retrocesso autoritário. Ganha importância a interpretação de que conforme o lulismo abriu mão da conciliação e do consenso, ele expôs um regime democrático cuja estabilidade depende de sólidas estruturas de entendimento e parcimônia. A degeneração do nosso quadro institucional tem, então, reforçado a tese de que o vigor de nossa democracia seria incompatível com o conflito, e não importa sua natureza. Quando os principais atores abandonaram o compromisso com as normas formais e informais que regulam o funcionamento de nossas jovens instituições e embarcaram no antagonismo mais acirrado, essas mesmas instituições teriam se mostrado frágeis demais para resistir à “desinstitucionalização do processo de resolução de conflitos políticos no país” (Avritzer, 2018).

Ao falar da dissolução de um consenso programático acima, me ative à sua dimensão identitária e à sua degeneração em uma lógica política submetida à oposição amigo-inimigo. Na sua base, porém, está uma intensa disputa acerca da política econômica implementada pelos governos de turno. Se foi notável a filiação do primeiro governo Lula à mais pura ortodoxia, de sua segunda gestão em diante, e principalmente com Dilma, a situação mudou de figura. Embora ainda distante de um programa decididamente progressista, alguns ajustes foram feitos à cartilha liberal. Mais em função de constrangimentos internos e externos, como notou Singer (2018), do que propriamente da intenção de aprofundar e acelerar o ritmo das reformas. De qualquer maneira, esses desvios de rota foram suficientes para despertar críticas de atores e analistas mais ou menos ligados ao mercado.

Poucos discordam de que a economia é uma variável crucial para entender a crise política que vivemos. Mas há duas principais formas de relacionar uma coisa à outra. A primeira se atém propriamente aos efeitos deletérios de anos de recessão e baixo crescimento sobre o bem-estar das pessoas e sua expectativa de futuro. Enquanto a bonança típica dos anos Lula favorecia a confiança nas instituições democráticas e no status quo, a piora nas condições materiais individuais e coletivas traz consigo insatisfação e alimenta ressentimentos em relação à ordem. Por esse caminho, a tendência entre analistas é atribuir aos supostos erros da política econômica de Dilma, à famosa Nova Matriz Econômica, a responsabilidade pelas crises econômica e, conseqüentemente, política. Ao relaxar o compromisso com a austeridade fiscal do receituário neoliberal, Dilma, o PT e o lulismo teriam plantado as sementes do desastre. Mais uma vez, portanto, uma questão de dissenso.

A outra forma de olhar para a relação de causa e efeito entre a política econômica tardia do PT no governo federal e a instabilidade democrática tem como chave analítica a luta de classes. Nesse sentido, parte importante da literatura considera que o lulismo foi até onde foi possível preservar a conciliação de interesses geralmente antagônicos. No momento em que o crescimento e as margens de lucro já não eram suficientemente grandes para manter um programa que evitava o conflito a todo custo, o equilíbrio de classes que ele estabelecera ruiu (Singer, 2018). Aqui também, de alguma maneira, é como se a democracia e o respeito às regras do jogo republicano dependessem de uma espécie de consenso. Nesse caso, de uma política econômica que, embora promovesse avanços importantes, não prejudicasse hierarquias sociais estabelecidas. Todos

aceitavam ceder um pouco e isso garantia a estabilidade. Quando as concessões se tornaram indigestas, não houve democracia que resistisse.

1.4. Pela esquerda, a democracia possível

No primeiro capítulo, estabeleci, com Crouch (2000), uma espécie de disjunção entre os modelos máximo e mínimo de democracia. Tentei mostrar que os últimos não são apenas versões menos exigentes dos primeiros e que o problema não é meramente epistemológico. O que temos chamado corriqueiramente de democracia é mais do que uma face degradada em relação ao que a palavra já significou e à parte do sentido que ela ainda carrega. Pois algumas das condições elencadas hoje em dia para qualificar um regime como democrático estão em contradição com critérios centrais de um modelo substantivo de democracia. A obsessão com um consenso que acoberta antagonismos sociais incontornáveis e com o caráter impermeável e estanque dos poderes instituídos têm, afinal, domesticado praticamente qualquer aspiração de igualdade e soberania popular. Mais do que mínima, a pós-democracia é, em boa medida, antidemocrática. E o curso que vêm tomando as democracias liberais em meio aos novos imperativos do modo de produção capitalista e à ascensão de alternativas políticas radicais aponta para cada vez menos participação e cada vez mais desigualdade entre os cidadãos. O movimento não escapa nem aos olhos liberais de teóricos como Yasha Mounk (2019) e David Runciman (2019).

O lulismo, porém, é de difícil compreensão nesses termos. Ao mesmo tempo em que consolidaram parâmetros típicos da democracia liberal, os governos de Lula e Dilma promoveram avanços significativos no sentido de menos injustiças e mais igualdade social. Não é aleatória, portanto, a anomalia que a experiência petista no poder representa quando inserida no debate corrente da teoria democrática. O lulismo, pelo menos em sua fase de ouro, seria um tipo de conciliação improvável entre o aprofundamento dos dois modelos de democracia; mínimo e máximo. Pois além de se ater a amplo consenso programático e respeitar o equilíbrio entre os poderes e suas prerrogativas institucionais, ele ainda foi capaz de atacar antigas mazelas sociais a afligir os trabalhadores brasileiros.

As frentes em que isso se deu são numerosas. A título de exemplo, poderíamos falar dos sucessivos aumentos reais do salário e da multiplicação de programas sociais, responsáveis por expandir o

acesso restrito a direitos e serviços supostamente universais como eletricidade, educação e saúde. O Bolsa Família, comentado acima como expressão de medida alinhada ao ideário liberal, significou um patamar mínimo de dignidade a pessoas até então carentes das mais básicas necessidades humanas. É comum ouvir ponderações à esquerda acerca de um processo de inclusão social feito através do consumo em detrimento da garantia efetiva de direitos e, sobretudo, da consciência crítica desses trabalhadores a uma ordem que segue injusta e desigual. Escapa muitas vezes a esses críticos, no entanto, que a supressão da pobreza passaria inexoravelmente pelo consumo. Como também a dimensão politicamente transformadora do acesso inédito por parte de camadas despossuídas de qualquer ambição material a bens de uso historicamente exclusivo a certos setores.

Os efeitos do chamado reformismo lento promovido pelo lulismo são, de fato, consideráveis. Para começar, qualquer concepção máxima de democracia passa por um patamar mínimo de bem-estar material à cidadania e pela redução das desigualdades socioeconômicas típicas do capitalismo. Foi o que ocorreu durante os 30 gloriosos na Europa ocidental, em que as condições objetivas de vida dos trabalhadores melhoravam de maneira expressiva enquanto a diferença entre sua renda e aquela dos patrões diminuía e alcançava padrões impensáveis nos dias de hoje (Piketty, 2014). Guardadas as devidas proporções e a despeito do intenso e controverso debate acadêmico acerca da evolução da desigualdade social ao longo dos governos petistas, observamos aqui um processo relevante de redução da pobreza e de crescimento do poder de compra dos trabalhadores nesse período. Cujos desdobramentos se deram tanto no plano objetivo, com a melhora de suas condições materiais de vida, quanto no plano subjetivo, com manifestações diversas.

Pois na mesma medida em que estratos médios e altos se incomodavam com a ascensão social de camadas populares, o acesso das últimas a espaços, serviços e bens antes impensáveis tiveram impacto significativo sobre sua imagem a respeito da sociedade e de si mesmos. Proporcional ao mal-estar provocado pela presença de pobres em aeroportos foi a percepção por parte deles de que estruturas e tradições fundadas na distinção de classe poderiam ser transformadas. Por mais singelo que possa parecer, a elevação da autoestima e o auto reconhecimento de trabalhadores enquanto cidadãos dotados de direitos e merecedores de respeito foram em si significativos e tiveram consequências políticas relevantes. Dentre as diversas formas que assumiu esse fenômeno, poderíamos elencar os chamados rolezinhos, em que jovens das periferias urbanas se organizavam

em grupos para frequentar shoppings centers, espaços hostis à sua presença. Numa articulação a priori confusa entre uma subjetividade neoliberal movida pelo desejo de consumo e o enfrentamento escancarado a normas de segregação e diferenciação social, os efeitos do lulismo ganham contornos progressistas ao mobilizar, mesmo que de forma ambígua, o princípio da igualdade (Machado, 2019).

Em uma sociedade cuja estrutura se apoia em rígidas hierarquias e status sociais com contornos bem definidos, um processo de redistribuição de renda e ascensão das classes trabalhadoras que hoje podemos considerar tímido foi o bastante para mover placas tectônicas sob a estrutura social brasileira. Seja de uma perspectiva objetiva das relações de trabalho, como mostra a multiplicação do número de greves (Braga, 2012: 216), seja de uma perspectiva subjetiva e que diz respeito às aspirações, aos desejos e à consciência das pessoas. O filme de 2015 “Que horas ela volta?”, de Anna Muylaert, a despeito de suas caricaturas e de seu tom um tanto romantizado de uma transformação que parecia incontornável, é um bom retrato dos resultados materiais e culturais do lulismo. Uma empregada doméstica que revê criticamente a forma subalterna com que sempre se comportou em relação aos patrões e cuja filha é aprovada em uma universidade pública é provavelmente a imagem mais acabada de um Brasil que dava sinais de abandonar um passado escravocrata para entrar numa espécie de modernidade tardia. Foi com essa imagem que a esquerda sonhou.

Para isso, no entanto, havia um preço a se pagar. Construir uma sociedade menos desigual, com direitos sociais minimamente assegurados e oportunidades mais amplas a todos implicava abandonar um projeto de emancipação mais substantivo, radical e que rompesse com uma ordem que reunia o que havia de pior no capitalismo e nas tradições pré-modernas. Em outras palavras, a condição para o aprofundamento da dimensão substantiva da democracia brasileira era, contraditoriamente, um pacto com os patrocinadores de seu atraso e o assentimento à política econômica que, em toda parte, constringia as possibilidades de maior igualdade social. Esse foi o sentido mesmo do lulismo (Singer, 2012).

Desde os anos 1990, a direção do Partido dos Trabalhadores já reconhecera a necessidade de moderar seu programa e a ambição de transformação que informara sua história e animava sua militância. É às vésperas da primeira eleição de Lula, contudo, que a Carta ao Povo Brasileiro formaliza o que Singer descreve como a suplantação do espírito do Sion pelo espírito do Anhembi.

Deixava-se de lado qualquer expectativa de mudança expressiva e rápida da ordem, ou de reformismo forte, em benefício de uma agenda marcada pelo reformismo fraco. Saíam de cena propostas radicais no sentido redistributivo e entrava um programa de melhor distribuição dos recursos, que atendesse demandas dos trabalhadores sem que isso implicasse a redução dos lucros dos proprietários dos meios de produção. Para tanto, afirmava-se o compromisso com as bases da política econômica neoliberal e com os interesses da burguesia. Isso era o lulismo, um pacto de classes que envolvia tanto o capital financeiro quanto o capital produtivo, de um lado, e trabalhadores ávidos por empregos e melhores salários, de outro.

No plano político, o resultado mais evidente foi o desaparecimento do conflito que orientara a política brasileira nas décadas anteriores. A saber, uma disputa que opunha os representantes dos trabalhadores formais e razoavelmente organizados aos representantes da burguesia e de setores da pequena burguesia urbana. Em seu lugar, teria emergido, segundo Singer, um antagonismo entre pobres e ricos. Que, no entanto, demoraria a dar as caras a ponto de influenciar a evolução dos acontecimentos. A despeito de manifestações isoladas de preconceito e de sinais importantes de ressentimento com as transformações da estrutura social, o conflito entre pobres e ricos não ocupou o centro do palco de um país em que Lula, que exaltava os ganhos dos patrões, tinha mais de 80% de aprovação ao final de seu segundo mandato. Prevaleceu durante a maior parte de seus governos o imperativo da conciliação e do consenso. Na base de seus movimentos estava a convicção de que um programa a serviço dos pobres não poderia se contrapor às exigências mais caras às elites.

Esse era o avanço possível dada uma correlação de forças desfavorável à esquerda tanto dentro das instituições do Estado quanto fora delas. Sem contar com maioria no Congresso, com um espírito progressista no judiciário e com a simpatia a valores de esquerda nos veículos de comunicação, e com uma classe trabalhadora cada vez menos organizada, a radicalização da política econômica e da própria democracia não era uma opção. Na medida em que a realidade mostrava ser possível garantir conquistas aos trabalhadores por meio dessa ordem, não seria prudente atacar os interesses da burguesia. Impunha-se, assim, a adesão a uma agenda liberal que lhe assegurasse alguma margem para promover ganhos tímidos, mas relevantes aos governados.

Governados esses que eram, em sua maioria, conservadores. E essa é outra dimensão fundamental do lulismo. Qual seja, o reconhecimento do caráter fundamentalmente conservador de uma parcela

da população com a qual o PT tinha dificuldades de estabelecer ligação. Primeiro, de um ponto de vista meramente eleitoral, Lula e o partido já haviam reconhecido que pobres não costumavam votar, necessariamente, em pobres. A demonstração mais clara dos limites do Partido dos Trabalhadores em alcançar a confiança das parcelas mais carentes da sociedade brasileira se deu no segundo turno de 1989. Com um desempenho extraordinário entre os trabalhadores organizados do sudeste e setores de classe média, Lula foi amplamente derrotado por Collor entre os estratos mais pobres, geralmente na informalidade e que receberam de Paul Singer (1981) o nome de subproletariado. Apesar do esforço petista em se aproximar desse eleitorado, isso só se concretiza a partir do momento em que o partido chega ao governo federal. Entre 2002 e 2006, numa tendência que se acentuaria até 2018, é notável a transformação da base eleitoral de Lula. Dos centros urbanos e da classe média do sul e do sudeste, os votos petistas se espalham e depois migram com força para os mais pobres e para o nordeste (Singer, 2012).

O que não acontece simplesmente pela simpatia dessa classe ao presidente da hora. O pacto de classe estabelecido pelo lulismo tem, segundo Singer, como principal beneficiário o subproletariado. À imagem de Luís Bonaparte, que, na análise de Marx (2011), acomoda os interesses da burguesia, da aristocracia e dos trabalhadores para atender às demandas de camponeses incapazes de se articular de maneira autônoma, Lula promove a conciliação entre o capital e o trabalho em sua face organizada e formal para encaminhar um programa da classe formada pelo subproletariado. Um programa que, diferentemente daquele do verdadeiro proletariado, não é radical, anticapitalista, altamente reformista. Mas que, pelo contrário, tem como princípio uma mudança lenta e por dentro da ordem. Um reformismo fraco que, ao deixar de contrapor grandes interesses, evita uma instabilidade prejudicial a trabalhadores que, por não estarem protegidos pela legislação e por serem incapazes de se organizar autonomamente pelo tipo de trabalho que realizam, têm sua renda prejudicada por greves e crises econômicas (Singer, 2012).

Uma agenda econômica heterodoxa e um reformismo forte levariam, inevitavelmente, ao conflito. Que se desdobraria tanto no interior das instituições como fora delas. É provável, assim, que o crescimento estável da economia fosse prejudicado e programas redistributivos fossem alvo de maior resistência por parte das elites. Em suma, um governo alinhado ao espírito do Sion ameaçaria as conquistas que o lulismo pôde oferecer ao subproletariado. O aprofundamento da democracia brasileira, tanto em sua face política, com a ampliação de mecanismos de autorização e controle

popular do poder, quanto em sua face econômica, com uma redução mais expressiva das desigualdades sociais, era problemático. Por um lado, colocaria em risco uma estabilidade sustentada em uma correlação de forças desfavorável. Por outro, impediria a associação entre Lula, o PT e um projeto que se pretendia democrático-popular com os setores mais pobres da sociedade brasileira. Reconhecer os limites de seu mandato foi fundamental para que o partido ocupasse o lugar que o próprio Singer (2018) qualificaria de popular no sistema partidário brasileiro.

Com efeito, no governo federal, o Partido dos Trabalhadores abandonou, não sem alguma ambiguidade e constrangimento perante parte de seus quadros e de sua base, a ambição de ser um partido de classe forjado a partir da crítica a uma tradição de conciliação que remetia ao varguismo. Cumpria, pelo espírito do Sion, representar os trabalhadores no plano institucional e também participar ativamente de sua organização autônoma fora dele (Singer, 2012: 147). No entanto, frente às dificuldades de uma alternativa popular chegar ao poder e ali permanecer sem aliança com o atraso e a camadas populares razoavelmente conservadoras na sua relação com a ordem, o partido acabou assumindo o papel que outrora desempenharam o PTB e parte do MDB. A saber, de ampliar, desde o alto, “a integração das massas aos benefícios do capitalismo sem confrontar o capital” (Singer, 2018: 152). Na medida em que opera esse deslocamento, a base eleitoral do partido passa a crescer conforme cai a faixa de renda e ele se torna propriamente um partido popular. Para isso, porém, ele teve de assumir um acordo explícito com a ordem estabelecida e com aqueles que a dominam.

Foi apenas assim, respeitando a margem de manobra que a viabilidade de um programa popular impunha, que o lulismo foi possível. Pois respeitou, como um requisito à estabilidade – ou à governabilidade -, os pilares de um equilíbrio rígido dos poderes na forma de normas formais e informais que regulam o jogo democrático-liberal. Qualquer ensaio disruptivo seria interpretado como uma quebra do pacto e colocaria o projeto popular em risco. No que se refere a ele, seu caráter lento e tímido era condição incontornável que se impunha tanto de cima como de baixo. Com limites estreitos, pôde promover avanços significativos enquanto durou. Quando os limites diminuíram e a margem de manobra desapareceu, o consenso ruiu. E com ele o aprofundamento possível da democracia pela esquerda.

1.5. O fim do pacto e da democracia

O lulismo não representa, do ponto de vista político, uma ruptura em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso e tampouco ao quadro mais amplo da Nova República. O contraste com os programas, o espírito e a forma dos governos que o sucederam, aliado às lembranças ainda frescas de um momento de algum bem-estar e otimismo, lhe outorgam uma propriedade democrática única em nossa história. Em parte importante do senso comum de esquerda e do debate acadêmico, os governos petistas, notadamente os de Lula, marcam o ápice de nossas breves e intermitentes experiências democráticas. Em síntese, é como se ele simbolizasse a compatibilidade estreita, frágil e improvável que pudemos alcançar entre democracia e capitalismo. Possível apenas na medida em que a primeira não é vista como ameaça ao último e às particularidades ligadas ao atraso que ele carrega no Brasil. Os avanços tímidos, embora notáveis, do lulismo só foram viáveis, afinal, pois a democracia que ele projetava era contida em seu alcance político, econômico e social. Sua forma e seu conteúdo não poderiam avançar sobre reservas de poder e hierarquias sociais estabelecidas. Nesse sentido, aprimorar uma institucionalidade liberal destituída de instrumentos efetivos de participação e controle popular não implicava em riscos para um programa apoiado no comedimento da mudança. Pelo contrário, coadunava com ele.

Já a ideia de um consenso programático estava também presente e o golpe sofrido por Dilma Rousseff, em 2016, é a demonstração mais cabal de quão restrita era a margem para estressá-lo. Bastou um ensaio desenvolvimentista, nem sequer um avanço decidido no sentido do reformismo forte, para que a burguesia radicalizasse e rompesse o pacto vigente (Singer, 2018). Com perspectivas de crescimento econômico débil em meio à oscilante demanda externa por commodities, entre outros fatores, o ganha-ganha próprio ao lulismo se via ameaçado. A saída encontrada por Dilma foi flexibilizar parte do acordo, em que pesasse os lucros do mercado financeiro, para acentuar o ritmo de investimento e incrementar a produção. A consequência provável dessas escolhas seria acelerar um processo até então lento de redução da pobreza e o limbo ainda grande entre os setores modernos e aqueles ainda presos ao atraso.

O problema fundamental para o lulismo, e esse é o paradoxo do capitalismo brasileiro descrito por Francisco de Oliveira (2003), é que o setor moderno, dependente do atraso, é suficientemente grande para impedir a sua superação (Singer, 2018: 22). Na medida em que o lulismo reduzia, mesmo que lentamente, o foço entre o atraso e a modernidade, ele ativava resistências vindas de

uma burguesia que, a princípio, se beneficiaria de seus sentidos. Daí a relação de causa e efeito que André Singer vê no ensaio desenvolvimentista do primeiro governo Dilma e o abandono do capital de um pacto com o trabalho que sustentava o projeto popular que ele empunhava.

O argumento é de que a nova matriz econômica, na medida em que reduzia os juros e atacava os ganhos do capital financeiro para promover a industrialização e o crescimento, abria mão do apoio do rentismo ao governo. O que não se imaginava é que o empresariado industrial, ou o capital produtivo, se aliaria ao mercado financeiro e se mostraria, paradoxalmente, “refratário ao programa governamental” (Idem: 57). Que os industriais, o agronegócio, o comércio e o serviço concentrariam sua carga na redução dos direitos e encargos trabalhistas e chegariam, inclusive, a defender o aumento da taxa de juros (Idem: 61). Embora o governo Dilma atendesse a reivindicações históricas e recentes do empresariado, ele falhou na tentativa de uni-los em torno de um projeto nacional.

André Singer (2018) evoca uma série de hipóteses para explicar o movimento inesperado do capital produtivo. Elas passam pela imbricação entre a produção e o rentismo, em que a primeira se associa aos ganhos do segundo, por uma disseminada ideologia anti-intervenção estatal entre os setores dominantes e, por fim, pela face mais crua da luta de classes. Quanto à última, sugere-se que a angústia provocada pelo baixo desemprego, pela multiplicação das greves de trabalhadores e pela eventual postura agressiva do trabalho em relação ao capital poderiam reduzir os ganhos da burguesia e, no limite, ameaçar sua própria sobrevivência (Idem: 66). Evocando o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o autor argumenta que a crise do lulismo coincide com o momento em que a burguesia se opôs aos seus interesses de modernização depois de se aliar às forças urbanas e populares. Mas diferente do temor socialista de outrora, impunha-se agora o medo de um Estado demasiado forte e de um projeto que fortalecia seus inimigos de classe; os trabalhadores e as camadas populares. Em outras palavras, a burguesia rejeitou o programa de industrialização e se retirou do acordo que produziu o lulismo. A hegemonia às avessas de Chico de Oliveira encontrou seu limite quando a realização dos interesses de uma elite que havia renunciado ao poder político para manter o poder econômico resultou na ascensão indesejada das camadas populares.

O que nos importa aqui é que bastou uma inflexão do pacto lulista para que as elites se levantassem e engolissem o governo Dilma. O mais sintomático é que não se tratava de um programa radical de esquerda, voltado contra os interesses da burguesia. Pelo contrário, insistia na conciliação

capital-trabalho que marcara toda a experiência petista no governo federal. Como diz Laura Carvalho (2018), a Nova Matriz Econômica poderia ser chamada de agenda Fiesp, na medida em que atendia a demandas expressas do empresariado industrial. A começar pela desoneração da folha salarial e passando pela redução da taxa básica de juros.

Dilma até sinalizou alguma radicalização à esquerda em meio aos sinais robustos de debandada das elites econômicas de sua base de sustentação entre 2014 e 2015. Mas logo recuou em benefício da austeridade reivindicada pelo capital e derrotada nas urnas. Hesitante, a presidente ganhou o título de estelionatária eleitoral e se viu destituída de praticamente qualquer apoio por parte do campo progressista, desiludido com promessas vazias de preservação de direitos frente à nomeação de Joaquim Levy para o ministério da Fazenda em 2015 e à pronta intenção de restringir o seguro desemprego. Mas também à direita, que já não via a necessidade de fazer qualquer concessão programática ou relativa ao controle do poder político, por menor que ela fosse. É como se Dilma tivesse recusado o espírito mesmo do lulismo ao tentar preservá-lo. Seu problema teria sido não saber cultivar um acordo fundado em um consenso demasiado estreito. Qualquer desvio colocaria em risco o projeto lulista e, conseqüentemente, o tímido aprofundamento democrático que ele promovia.

Singer (2018: 296) reconhece a dimensão estrutural dos limites do lulismo. Segundo ele, como registrado acima,

O desenvolvimento ‘irregular’ do capitalismo no Brasil faz com que as camadas ‘modernas’ procurem perpetuar a exclusão da parte ‘atrasada’ para que o sistema continue a funcionar como sempre o fez. A especificidade brasileira está em que o setor minoritário da sociedade é amplo o suficiente para, em determinados momentos, impor vetos.

Não obstante, ele evoca uma impressão disseminada em círculos políticos e acadêmicos de que o pacto que animou os governos Lula e, em parte, os de Dilma poderia ter sido conservado. Além das contradições econômicas de um programa popular amplamente dependente do crescimento, o autor aponta para outras duas hipóteses para a crise política que culminaria no impeachment. Primeiro, um ensaio republicano que, ao contrariar partidos e lideranças da ampla base aliada do governo, estremeceu sua sustentação no Congresso. Segundo, um comportamento errático de Dilma tanto no âmbito político como econômico que fragilizou a acomodação fina de interesses que o lulismo representa. Teria faltado à presidente a habilidade que sobrava a Lula na costura de acordos atravessados por importantes contradições. Quem buscou o conflito foi a elite. “A reação

fez questão de radicalizar”, diz Singer (2018: 297). Teria faltado, se seguirmos sua argumentação, à revolução, o cuidado de apaziguar.

A ideia está presente também em autores mais atentos à dimensão cultural de nossa crise. Avritzer (2019: 192), por exemplo, lamenta a ausência de um compromisso democrático por parte das elites brasileiras. Para ele,

As forças do mercado, o Exército e o Poder Judiciário precisam voltar a assimilar os elementos do pacto constitucional de 1988, que implicam aceitar derrotas e entender que a democracia supõe acordos de governabilidade e não a pressão ilegítima sobre as instituições. Quando esse entendimento for restaurado, o pêndulo da democracia voltará a oscilar no caminho da normalidade democrática.

A saída que nos restaria, seguindo essa triste constatação, seria inclinar-nos perante uma correlação de forças desfavorável à ampliação da igualdade, em seus sentidos político e econômico, e abandonar o compromisso com o aprofundamento de mecanismos substantivos de participação e representação. A democracia com a qual podemos sonhar seria, necessariamente, desprovida de conflito e alternativa. Sua recuperação, por fim, estaria condicionada à “capacidade de viabilizar uma composição com o mercado, como a que ocorreu entre 1994 e 2014”. Por sua vez fundamental para estabelecer “uma agenda comum de reformas e para que a disputa econômica se dê na interseção entre a vontade popular e a capacidade de pressão exercida pelo poder econômico” (idem: 179).

Embora diferentes em seus pressupostos e na tradição teórica à qual se filiam, essas duas interpretações acerca do declínio do lulismo expressam uma ideia que subjaz a análise dominante, em círculos mais ou menos progressistas, sobre a crise política em curso. A saber, de que os governos do PT, na esteira de um processo recente e ambíguo, mas virtuoso, de aprimoramento de nossas instituições democráticas, fizeram avançar a democracia brasileira. Tanto em sua dimensão formal, quanto em sua dimensão substantiva, com progressos consideráveis para a vida da população mais pobre. O capitalismo se mostrara, finalmente, compatível com a democracia. Uma compatibilidade, no entanto, restrita.

O lulismo fora viável justamente porque da mesma forma que promoveu o progresso, significou o recuo em relação a ambições democráticas maiores. Suas conquistas só foram possíveis porque ele abriu mão de um horizonte radicalmente democrático, de um projeto fortemente igualitário e da participação popular como instrumento prioritário de ação política. O abandono do espírito do Sion

permitiu que o PT e a esquerda transformassem o Brasil, mas também é crucial para entender sua crise, concomitante e sobreposta àquela que assola nossa democracia liberal. Questionar o quão democrática foi a experiência lulista e a tradição que ela inaugurou – ou recuperou – parece fundamental para entender o colapso da institucionalidade liberal que ganha corpo com a ascensão do último flanco à direita do espectro ideológico. É isso que tentarei mostrar daqui em diante.

2. A ambiguidade lulista: mais e menos democracia

2.1. Do petismo ao lulismo

A história do lulismo no governo é uma história de ambiguidades. Ao mesmo tempo em que promoveu a estabilidade das instituições liberal-democráticas e avanços sociais relevantes, ele retirou a política de cena e reduziu a quase nada a participação popular acerca dos assuntos públicos. Duas faces de uma mesma moeda que se retroalimentaram. Foi o esvaziamento do conteúdo conflitivo e mobilizador da política que tornou possíveis os progressos formais e substantivos da democracia brasileira. A contradição reside no fato de que ao fazê-lo, esse mesmo esvaziamento alimentou a insatisfação com uma ordem desprovida de antagonismo, de identidades coletivas fortes, de política propriamente dita. Uma esquerda que operou o movimento de esvaziamento da política não daria conta, fatalmente, da sua recuperação. Que seria empreendida, como veremos adiante, por uma direita reacionária em melhores condições para reivindicar a participação popular e projetar alguma mudança, algum horizonte desejável, mesmo que inspirado no passado.

Para entender esse fenômeno, é preciso partir da transformação ocorrida no interior do Partido dos Trabalhadores, em seu programa, em sua prática e na forma como é percebido pela sociedade. Uma transformação que, em linhas gerais, obedece à passagem do petismo ao lulismo. Em que pese a constatação de que elementos do segundo já poderiam ser observados no primeiro e, sobretudo, de que traços do primeiro ainda resistem ao advento do segundo, é difícil negar a subsunção do que foi original ao PT pela lógica política do lulismo. O que se deu tanto na forma como no conteúdo das ações políticas do partido e de seus quadros e que já se anunciava com a sucessão do espírito do Sion pelo espírito do Anhembi, nas palavras de Singer (2012).

Em termos de conteúdo, o reformismo forte foi substituído por um reformismo fraco. Em termos de forma, a promessa de uma política feita a partir das bases do partido, de baixo para cima, e de fora do aparato estatal, portanto da sociedade civil, para dentro dele, deu espaço a uma ação mais pragmática centrada na ocupação das instituições estatais e mediada pela composição com forças políticas e sociais tidas outrora como adversárias. A tensão entre os poderes instituinte e instituído foi abandonada em benefício de uma forma mais convencional de disputa institucional. A partir do trabalho de Margareth Keck (1991) sobre o Partido dos Trabalhadores, temos uma amostra precisa do que ele significou e, portanto, da importância da transformação que sofreu. Vale registrar alguns pontos centrais da identidade petista original para entender a dimensão de uma mudança progressiva que se consuma com a realização do lulismo e a hegemonia que ele assume sobre o partido e o campo progressista brasileiro de forma geral.

Não é por acaso que o livro de Margareth Keck se chama “PT: A lógica da diferença”. É exatamente a partir da distinção em relação aos outros partidos que a pesquisadora norte-americana descreveu a origem e os primeiros anos de vida do Partido dos Trabalhadores. Menos em relação ao seu programa, que, como organização de esquerda em meio a um processo de redemocratização, era ambicioso em suas aspirações de inflexão das políticas econômicas e sociais. E mais em relação ao tipo de organização interna e ao procedimento mais amplo de ação política. O contraponto era claro em relação a atores tradicionais, cuja representação carecia de mecanismos mais rígidos de controle por parte dos representados. Mas também e sobretudo a forças históricas do campo popular, cuja direção não se submetia à influência direta de bases com condições e trajetórias absolutamente distintas dos quadros. O PT, diz Keck (1991: 14),

Como partido democrático e participativo, sugeria uma nova concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos. Desde o início, tanto os que apoiavam quanto os que atacavam o PT reconheceram que o partido representava uma nova experiência na história política brasileira (...). Até então não havia surgido nenhum partido a partir das bases, contando com um forte apoio da classe operária e tendo uma parte considerável de sua liderança originária do movimento operário.

A formação do Partido dos Trabalhadores foi, em ampla medida, resultado de uma análise corrente nos meios de esquerda de que uma boa representação das camadas populares deveria ser também descritiva, nos termos de Pitkin (1984), em que os representantes têm origens e condições parecidas às dos representados. Uma política verdadeiramente democrática, atenta à realidade e às demandas dos trabalhadores, se faria com o protagonismo político dessa classe. Pouco antes da

fundação do PT e frente aos limites encontrados em um movimento sindical desprovido de alcance político-institucional direto, em 1979, Lula dizia que “a classe trabalhadora já está saturada desses partidos e o que é preciso é que aqueles que defendem os interesses dos trabalhadores sejam os maiores interessados, ou seja, os próprios trabalhadores que deverão compor a cúpula do partido”. (Keck, 1991: 102).

O imperativo democrático que marcou a criação e boa parte da história do partido apontava para o risco de se repetir a trajetória convencional de agremiações que se associam aos ganhos objetivos da ocupação do aparato estatal em detrimento dos interesses de seus representados, à imagem do que Peter Mair (1987) chamou de partidos carteis. Cumpriria criar condições que permitissem a participação ativa dos membros, em sua maioria trabalhadores vinculados aos movimentos sociais e operário, sobre o partido e seus respectivos governos. O esforço nesse sentido qualificava a diferença destacada por autores como Keck, mas também Wendy Hunter (2012) e Lincoln Secco (2018), entre outros.

O partido deveria ser um canal através do qual esses grupos poderiam organizar-se e participar politicamente, transformando a visão dominante da política como esfera de atividade de elite em uma nova concepção de construção de uma democracia de base (...) [e criar condições] para tornar possível uma democratização real das instituições políticas e da sociedade a médio e longo prazos (Keck, 1992: 109).

Com o intuito de deslocar o poder das elites para os trabalhadores, que o exerceriam por intermédio de representantes legítimos, mas sobre os quais preservariam um razoável nível de controle, o PT se prestou a “construir uma organização internamente democrática, cujas decisões e programas deveriam vir das bases” (Idem: 110). Dentre os mecanismos instituídos nesse sentido, Keck destaca a ampla participação nos processos de convenção, realizados em dois turnos e com encontros preliminares em todos os níveis da federação, de onde se originavam as decisões partidárias. Assim como a definição dos candidatos a cargos eletivos, sujeita ao imperativo da participação, como revela a escolha emblemática pela candidatura de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo, em 1988, pela base em detrimento da preferência da direção do partido por Plínio de Arruda Sampaio. Por fim, os núcleos territoriais, inspirados no formato das comunidades eclesiais de base, de viés anticentralista e com profundo enraizamento local, deveriam constituir os espaços mais dinâmicos da vida partidária.

Embora nunca tenham se consolidado como estrutura organizativa fundamental do partido, os núcleos, inspirados na longa tradição socialista dos conselhos, simbolizavam seu caráter

profundamente democrático. Ao invés de pensar os movimentos sociais, sindicais e religiosos como correias de transmissão do partido, a lógica projetada era a inversa. O partido deveria servir como correia de transmissão para os interesses e as expectativas concretas das classes trabalhadoras. Mas para que eles se impusessem perante o poder do Estado, esses mesmos trabalhadores deveriam contar com instrumentos de incidência direta sobre eles. Da mesma maneira que as greves não eram suficientes para a emancipação dos metalúrgicos do ABC, a eleição de representantes legítimos não o seria. Daí a necessária tensão que o PT deveria operar entre os poderes instituinte e instituído, entre o Estado e a sociedade, entre representação e participação. A transformação social efetiva se daria por meio da ação interna e externa às instituições estatais e concomitantemente de baixo para cima e de cima para baixo.

Com efeito, as primeiras experiências do partido no poder executivo sinalizaram a preocupação com o caráter insuficiente da democracia parlamentar e suas instituições correlatas. A demonstração mais clara foi a política de conselhos populares nos municípios governados pelo PT como mecanismo de democracia direta capaz de ampliar a participação popular em nível local (Idem: 227). A iniciativa porto alegreense foi tão relevante que se tornou uma espécie de ícone do que viria a ser chamado de instituições participativas. Por mais limitado que pareça hoje e a despeito de um saldo pouco aproveitado, a natureza inovadora desses conselhos em meio a um cenário de otimismo com os regimes liberais é relevante para registrar a tentativa de aprofundamento da democracia.

Keck reconhece que a transformação do PMDB em um partido associado ao establishment favoreceu a ascensão do Partido dos Trabalhadores como herdeiro máximo do campo opositor e crítico à ordem. Escrevendo no início da década de 90 e, portanto, em meio à rápida evolução do partido, a autora já notava que, “na segunda metade dos anos 80, começou a ser superada a dicotomia entre o partido como construtor de um movimento e como ator institucional” (Idem: 254). O que não parecia suficiente, porém, para retirar dele a vontade e a capacidade de explorar as ambiguidades e o potencial localizado na articulação entre Estado e sociedade, representação e participação. Para Keck (Idem: 279), o PT dava sinais de se manter comprometido com uma “transformação vinda de baixo, e não legalista esperando reformas vindas de cima como os social-democratas”, com o elemento antiestatista que marcava sua autodefinição como de massas, socialista e democrático e o diferenciava dos modelos disponíveis de socialismo. Na tensão entre

movimento e instituição, o partido lhe parecia em condições de realizar a consolidação da democracia brasileira, dependente da ruptura das “barreiras que ainda existem entre o conceito de ‘mudança vinda de cima’ e o de ‘mudança vinda de baixo’” (Idem: 286).

Pouco depois, no entanto, o partido daria mostras robustas de que caminharia no sentido de se tornar um ator institucional *à part entière*. Em um processo descrito por autores como Hunter (2012) e que ganhou contornos nítidos já na década de 90, o PT, por estímulos de ordem eleitoral, mas também em função dos constrangimentos impostos pela lógica parlamentar e de governo, foi progressivamente perdendo aquilo que o distinguia. Conforme mecanismos de participação cediam espaço à burocratização da organização, os vínculos com movimentos sociais se tornavam menos determinantes, as gestões executivas e os mandatos parlamentares se adequavam aos padrões de ação política vigentes, desaparecia a “lógica da diferença”. Movimentos destituíntes e instituíntes se tornavam largamente secundários em relação a manobras feitas no âmbito dos poderes instituídos. Como o próprio Lula reconhece em passagem do documentário “Entreatos”, de João Moreira Salles e que acompanha a campanha presidencial de 2002, o PT abandonou a estratégia, demasiado lenta, de disputar a sociedade antes de alcançar o poder estatal. Agora, a prioridade era ganhar as eleições e chegar ao governo, notadamente o federal, para, aí sim, mudar a sociedade.

Nos anos 90, o partido ainda conciliava uma ambição eleitoral conformada aos imperativos elitistas do campo político, nos termos de Bourdieu (1981), com correntes e ensaios mais afeitos à luta extrainstitucional. Governos como o de Erundina em São Paulo e o patrocínio de mobilizações populares, como aquela em oposição à Alca, são exemplos do espírito radicalmente democrático que ainda seguia vivo no partido. O governo Lula e a moderação da lógica instituíntes de ação política, para além do conteúdo da agenda implementada, porém, retiraram do horizonte petista o autogoverno dos trabalhadores.

Ao chegar, finalmente, ao governo federal e adotar programa de reformismo fraco e de acomodação à ordem estabelecida do subproletariado, o PT, convertido em lulismo, fez escoar qualquer expectativa de transformação substantiva do capitalismo e do Estado que a criação do partido e seus primeiros anos de história fizeram acadêmicos como Margareth Keck e tantos trabalhadores sonharem. Uma vez no governo federal, o partido tratou de desmobilizar as suas bases, de reduzir a importância da participação popular - a despeito da expansão de conselhos e

conferências cidadãs de efeito e alcance restritos -, e de diluir a esperança de um controle efetivo dos eleitores sobre os representantes eleitos. Em termos programáticos, a expectativa de reversão das políticas econômica e social neoliberais deu lugar a avanços tímidos e seguros. Como disse Singer (2018), o PT almejava ser um partido de classe, sem as ambiguidades conciliatórias das experiências progressistas na história brasileira, e ativo na organização autônoma dos trabalhadores para além de sua mera representação institucional. Para tanto, se apresentava como um partido que vinha de fora do sistema. No governo, contudo, o PT exerceu o papel que fora, meio século antes, do PTB e, em 1974, passara ao MDB, transformando-se no “novo partido popular [que], desde o alto, amplia a integração das massas aos benefícios do capitalismo sem confrontar o capital” (Singer, 2018: 152). Ele se tornou tudo aquilo que queria evitar e se igualou, em parte, ao que supostamente havia de pior na tradição progressista nacional.

2.2. A relação particular entre lulismo e populismo

É disseminada a impressão de que o lulismo aproximou o PT de uma tradição populista cuja alteridade justificava sua existência. Os paralelos entre Lula e Vargas, entre o petismo e o populismo outorgaram ao presidente e ao partido tudo o que o termo carrega de pejorativo perante certa intelectualidade progressista e parte do senso comum. As mesmas apatia e manipulação das massas que teriam permitido um golpe militar sem resistência popular em 1964 estariam presentes no modo de governar lulista. Daí as críticas correntes à ausência de trabalho de base, de organização autônoma dos trabalhadores, de esforços de conscientização para além dos ganhos materiais nos governos petistas. Ao concentrar as energias políticas e militantes no Estado e abrir mão da disputa de valores e forças sociais, o lulismo teria seguido a mesma trilha de governos que conciliaram o progresso e o atraso em detrimento de uma via moderna para a esquerda. Uma aproximação genérica, porém, que incorre em importantes erros de precisão acerca, primeiro, do que foram as experiências populistas do pós-guerra no Brasil e que minimiza as diferenças expressivas entre os dois momentos históricos e suas respectivas estruturas sociais.

Detenho-me um pouco aqui à interpretação dominante sobre o que se convencionou chamar de populismo no Brasil. Afinal, ao se debruçarem sobre a ausência de resistência popular ao golpe de 64, Octavio Ianni (1987) e Francisco Weffort (1980) fizeram mais do que analisar, por um viés de classe, a política brasileira que o precedeu. Os autores inauguraram uma tradição importante em

círculos de esquerda ao associar a categoria populismo a um certo tipo de ação política associada à conciliação de classe, à prevalência do Estado como ator central da história e a uma profunda passividade dos governados. A partir de uma prática política ideal em que a classe trabalhadora, dotada de instrumentos autônomos de organização e ação, assume a dianteira das transformações sociais em detrimento do aparato do Estado burguês, Ianni e Weffort condenaram uma lógica ambígua em relação a sua base social, aos interesses de classe defendidos e com protagonismo para a disputa institucional. Uma crítica que resistiu ao tempo e que parece ressurgir para questionar os governos petistas.

Quanto à centralidade do Estado na experiência que chamarei também de trabalhista e que envolveu, em medidas diferentes, os governos Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, Weffort (1980: 28) é muito claro em relação aos seus limites. O populismo, para ele, é “a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos em massa”. Uma massa que, desprovida de um corte preciso de classe, não poderia ter clareza acerca de seus interesses próprios em oposição à burguesia. Não à toa, ela “se volta para o Estado e espera dele ‘o sol ou a chuva’, ou seja, entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes” (Idem: 36). De tal forma, não há, no populismo, ação autônoma, agência aos trabalhadores e camponeses que compõem essa massa disforme. Mesmo organizações de classe, que deveriam representar seus interesses em confronto com a burguesia e um Estado que lhe serve, são cooptadas pelas instituições estatais e se tornam delas dependentes. Sindicatos e partidos de esquerda se mostram frágeis e subordinados a gestos ambíguos do Estado. Avanços como a legislação trabalhista, então, não são frutos de conquistas de uma classe ativa politicamente, mas uma espécie de “doação de cima para baixo” de um Estado benfeitor e representantes paternalistas que se conectam diretamente a uma massa manipulada (Idem: 73).

O principal traço do populismo para esses autores é, porém, a conciliação de interesses em última instância antagônicos. Os discursos de Getúlio Vargas seriam expressão bem acabada do espírito populista na exaltação reiterada de símbolos nacionais, da paz e dos brasileiros acima de qualquer tipo de fração ou conflito. Por trás deles, a política de massas funcionaria como uma “técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado” por classes dominantes ávidas pelo desenvolvimento do capitalismo nacional (Ianni, 1987: 59). E na medida em que algumas demandas dos estratos populares eram atendidas,

notadamente por emprego e consumo, eles serviam como fonte de legitimidade enquanto tinham seu potencial subversivo contido por um “esquema de aliança policlassista” que os privava de autonomia (Weffort, 1980: 159).

A consequência mais trágica do populismo para esses autores foi o fato de ele suprimir do jogo político a clivagem entre capital e trabalho. Conforme o Estado promovia uma agenda a princípio universal e incluía reivindicações caras aos trabalhadores em sua agenda de reformas e desenvolvimento, não haveria motivos para conceber a realidade política e social como produto de um antagonismo necessário entre trabalhadores e patrões. Como diz Weffort (1980: 159):

Em uma palavra, na adesão das massas ao populismo tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer-se a ideia do povo (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários.

Ocorre que, como aliança de contrários, nas palavras de Ianni, a política de massas só poderia funcionar em épocas de “normalidade”. Em ocasiões críticas, “surgiam necessariamente os antagonismos” (Ianni, 1987: 178). Como foi o caso no início da década de 60. Em meio ao esgotamento da margem para a conciliação e o temor de que a ascensão das massas rompesse os limites institucionais e substantivos estabelecidos pelo populismo, ele encontrou o seu colapso. Mesmo o ensaio atabalhado de Goulart de avançar no sentido das reformas estruturais estava fadado ao fracasso dada a ausência de controle que a lógica populista oferecia às lideranças e aos partidos populares sobre o processo político (Weffort, 1980: 78). Na medida em que o conflito – ou a luta de classes – se impunha sobre uma conciliação frágil, pois impossível, a classe que preservara a hegemonia sobre o sentido histórico da aliança tenderia a sair por cima. Frente à instabilidade da crise, a massa disforme, passiva, manipulada e desorganizada dificilmente definiria os contornos da nova ordem. Mais ou menos o que ocorreu com a crise do lulismo.

O problema da comparação está, porém, no fenômeno original. Ou pelo menos na forma como ele foi apreendido por essa literatura que acabo de comentar. Nesse sentido, vale registrar a crítica que autores como Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis, entre outros, têm dirigido aos trabalhos de Ianni e Weffort. E, por consequência, à percepção mais ampla acerca do populismo, fundada, por um lado, em uma visão dualista e quase moral entre a sociedade, como o reino de todas as virtudes, e o Estado, como o reino de todos os vícios. Por outro lado, em um marxismo ainda relevante apegado a um rumo previsto para a história e a um modelo de classe trabalhadora dotado de determinada consciência (Ferreira, 2017b). A obsessão com uma

autonomia idealizada da classe e de seus instrumentos de luta leva essa literatura, segundo José Murilo de Carvalho (2019) e já registrado no primeiro capítulo, a adotar uma atitude paternalista em relação ao povo, ao considera-lo vítima impotente diante das maquinações do poder do Estado ou de grupos dominantes. O que faz apenas bestializar o povo. No populismo de Ianni e Weffort, o Estado se mostra capaz de subjugar amplamente a sociedade. Que se torna passiva, manipulada, esvaziada de qualquer agência conforme serve à realização dos interesses das classes dominantes.

Apoiado no trabalho de E. P. Thompson, Jorge Ferreira questiona a possibilidade de um certo arranjo político desviar completamente a consciência dos trabalhadores e retirar deles qualquer possibilidade ou vontade genuína de ação. Segundo ele,

No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe legítima porque histórica (Ferreira, 2017b: 103).

Os trabalhadores, mesmo sob os governos de Vargas e frente aos constrangimentos típicos de uma ordem pouco permeável à sua participação direta, teciam relações entre si, confrontavam interesses antagônicos aos seus e eram protagonistas, portanto, de sua própria história. Ao querer dotá-los da autonomia concebida em livros e experiências alheias, Weffort e Ianni retiravam sua capacidade de pensar e agir. Um movimento que Thompson (1981) já identificara em intelectuais que se atribuíam a prerrogativa de iluminar o povo sem levar em conta suas relações, sua realidade, enfim, sua condição concreta. Um traço que o historiador inglês julgou, aliás, revelador de premissas profundamente antidemocráticas.

Parte da historiografia tem tratado de relativizar a suposta passividade de trabalhadores agraciados com benefícios paternalistas vindos do alto. Pessanha e More (2017), por exemplo, mostraram como seguidas conquistas alimentavam a expectativa de ampliação de direitos e serviam como base para reivindicações futuras. O que se manifestou entre categorias distintas. De operários navais que, por meio de trabalho junto às bases e nos locais de trabalho, se mostravam críticos e pouco subordinados ao Estado, a metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, para quem

o discurso nacionalista não era passivamente assimilado no sentido de uma ‘politização’ do movimento, imposta de cima para baixo. Ao contrário, era apropriado por eles, constituindo parte integrante de sua ‘linguagem política’, que, de uma certa maneira, os unificava enquanto um grupo com uma identidade comum e por meio da qual se reconheciam e se valorizavam (Idem: 313).

A evidência mais forte de que o populismo foi mais do que a manipulação de massas carentes de tradição de luta e de uma verdadeira consciência de classe seria exatamente o seu retorno. A aderência que ele encontra nas camadas populares é tão expressiva que, ao invés do colapso, o populismo tem se mostrado uma eficiente estratégia política de transformação social para as esquerdas. Essa é a tese de autores como Aarão Reis, que enxergam na recuperação de programas nacional-populares, na resiliência de estruturas corporativas e empresas estatais e na recorrência com que figuras carismáticas despontam no cenário político brasileiro provas de que o populismo não foi produto de uma circunstância histórica pontual. Segundo Reis (2017: 363),

Haviam declarado morto, o bicho. E o dissecaram. Mas, atentando contra a teoria, ele parecia ter ainda reservas de vida. Um caso típico de rebelião do processo histórico contra os conceitos que o procuraram compreender. Entretanto, por costume, por inércia intelectual, ou por atender a múltiplos interesses, o populismo manteve seu magnetismo, confortável em sua hegemonia política e acadêmica.

Com a reabertura do sistema político, afirma o autor, ele rapidamente se estabeleceu no centro do palco como principal tradição e estratégia do campo popular. O que não seria obra do acaso, da genialidade de demagogos a serviço da burguesia e tampouco de equívocos ou ilusões dos governados. Assim como o comunismo o foi durante um momento, o populismo tem mostrado seu apelo enquanto lógica política ao longo da história brasileira porque foi acolhida e construída pelas classes trabalhadoras, “muitas vezes de forma subordinada, mas sempre de maneira consciente e entusiasmada (...) e geraram um processo bastante expressivo de avanços sociais e políticos, consideradas as circunstâncias históricas” (Idem: 374).

Não deve restar dúvidas de que o lulismo recuperou linhas de força do populismo. Se o PT, para Reis (Idem: 375), combinava heranças das tradições trabalhista e comunista, sua experiência no governo federal empurrou o partido e suas lideranças para o colo da primeira – a despeito de ambiguidades no discurso e na prática que ainda alimenta parte de sua base. No entanto, parece que o populismo esposado pelos governos de Lula e Dilma e pelo Partido dos Trabalhadores corresponde mais à imagem de sua interpretação dominante do que à natureza generosa que autores como Jorge Ferreira lhe atribuem.

2.2.1. O lulismo e o populismo imaginado

Qualquer consideração da política que a descola do contexto mais amplo em que está inserida incorre em problemas sérios de análise. E embora os alertas sejam numerosos, a persistente tendência à especialização de pesquisadores e comentaristas favorece uma compreensão da política que lhe atribui uma autonomia indevida em relação aos mundos social e econômico que a envolvem (Hardt e Negri, 2016). No caso das comparações entre os governos federais petistas e a experiência trabalhista do século XX, é comum que lhes escape uma dimensão central para entender a relação entre os fenômenos. A saber, as diferenças na estrutura da sociedade brasileira naqueles dois momentos e nas bases sociais de ambos os projetos.

O PT, como vimos, nasce com a vocação de constituir um braço político-institucional de uma sociedade profundamente organizada. Seja em sindicatos, em movimentos sociais, em organizações de natureza religiosa e com vínculos com a própria Igreja Católica ou em associações dos mais diversos tipos, os trabalhadores que fundam e dão corpo ao Partido dos Trabalhadores em seus primeiros anos de existência o viam menos como um ator e mais como um intermediário. Um canal que veiculasse e realizasse demandas e reivindicações elaboradas no âmbito das relações sociais e de trabalho. Guardadas as devidas proporções com as classes trabalhadoras de sociedades capitalistas desenvolvidas, o partido serviria como um instrumento de uma classe que já conhecia seu programa e seus interesses. Não é aleatória a euforia do mesmo Weffort que tanto lamentara a falta de autonomia dos trabalhadores com a criação do novo partido, do qual seria secretário geral entre 1984 e 1988. Finalmente, trabalhadores livres de amarras corporativistas e com clara consciência de classe tinham um partido para chamar de seu.

Contudo, a definição de lulismo, como também já vimos, passa primordialmente pelo que André Singer (2012) chamou de realinhamento eleitoral. O que não é outra coisa senão a transformação da base eleitoral de Lula e do PT a partir do seu primeiro mandato como presidente. O que restara de trabalhadores organizados e sindicalizados e de setores médios alinhados a um programa ideológico de esquerda no Brasil perdeu relevância no eleitorado do partido. Com políticas que evitavam o confronto com as classes dominantes, aquela que teve seu programa realizado e passou a constituir a base fundamental do lulismo e, por consequência, do PT foi o subproletariado. Uma fração de classe cuja denominação inspira um rico debate e que, na essência, é constituída por trabalhadores pouco ou nada organizados, geralmente informais, com renda inferior àquela dos

registrados e que se concentram, sobretudo, nas periferias das grandes cidades e nos rincões mais pobres do país (Singer, 2012: 77). Portanto, a antiga ideia de um partido construído de baixo para cima e que seria conduzido, sem grandes mediações, pelas exigentes bandeiras dos trabalhadores sindicalizados, dos movimentos sociais e do que havia de mais progressista na sociedade não se concretizou. Uma vez no governo, a base do PT passou a ser constituída, majoritariamente, por trabalhadores desprovidos de vínculos coletivos e de organização e cujas principais demandas passavam menos pelo combate à exploração capitalista e a expansão de direitos sociais e trabalhistas e mais pelo acesso a renda, crédito e consumo.

Já o trabalhismo, como o próprio nome sugere, tinha como principal base social trabalhadores que se reconheciam enquanto tal, em oposição ao patronato. É evidente que a alcunha de pai dos pobres de Getúlio denota uma base mais ampla e que compreendia setores médios e trabalhadores precários à margem do movimento sindical. No entanto, o processo acelerado de urbanização e industrialização, com o crescimento contínuo da proporção de operários fabris tornava essa fração de trabalhadores a mais representativa da época e da classe. Como notaram Antonio Negri e Michael Hardt (2005) a respeito da obra de Marx, dificilmente encontraremos um proletariado homogêneo quanto às relações de trabalho em que está inserido. O que importa para a compreensão da luta de classes e de sua dinâmica é o sentido para o qual apontam as tendências do trabalho. No momento em que o populismo hegemonizou o campo progressista brasileiro, é difícil questionar que o movimento dos trabalhadores se desenrolava à imagem do antagonismo entre capital e trabalho, se reconhecia no conflito entre seus interesses e aqueles dos patrões. O que só podia ser reforçado com o ambiente de polarização ideológica inaugurado com a guerra fria. Não quero aqui reivindicar o caráter revolucionário de uma classe movida por uma realidade menos estanque do que isso e vinculada a instituições políticas e estatais caracterizadas por uma relação ambígua com a clivagem capital-trabalho. Cumpre apenas notar que o trabalhismo contou com uma base que enxergava na ação coletiva e no confronto, mais ou menos aberto, com a burguesia, o caminho para a sua realização. Que passava, notadamente, pela expansão de direitos, dos salários, das condições de trabalho e por reformas estruturais, como ficou claro no processo de aprofundamento das tensões políticas que levou ao golpe de 64. Embora não tenha encontrado resistência nelas, o golpe foi uma reação a uma clara e inteligível reivindicação crescente das massas por melhores condições de vida. Diferente do golpe de 2016, em que a inquietação popular, apesar de seu potencial progressista, era eminentemente difusa.

Afinal, o subproletariado que ainda sustenta o lulismo está muito mais distante daquilo que poderíamos chamar de uma consciência de classe para si. São diversas as análises críticas que atribuem aos governos petistas a responsabilidade por não terem esclarecido as camadas populares de que sua ascensão não decorria apenas do esforço individual, mas também de um processo mais amplo de transformações políticas, econômicas e sociais. De fato, determinadas escolhas promoveram o fenômeno da atomização social incompatível com uma percepção crítica e antagônica do capitalismo. Como a insistência de Dilma Rousseff em reivindicar a construção de um país formado por uma gigantesca classe média ou a forma reiterada com que Lula defendia orgulhosamente as benesses de seu governo para industriais e banqueiros. No entanto, deriva de voluntarismo excessivo desconsiderar a contribuição da evolução do capitalismo nas últimas décadas e das particularidades das relações de trabalho vividas pela classe priorizada pelo lulismo para o seu sentido despolitizador.

De um lado, é profícua a agenda de pesquisa que tem mostrado os efeitos do neoliberalismo sobre a subjetividade dos trabalhadores. Dardot e Laval (2016) e Wendy Brown (2015) são alguns dos autores que têm discutido com propriedade a tendência das transformações do modo de produção capitalista a injetar na visão de mundo dos indivíduos os mesmos princípios que sustentam a ordem neoliberal. No Brasil não é diferente e valores como o individualismo, a competição, a concorrência, o empreendedorismo vêm sobrepondo-se de maneira fugaz a outras maneiras, mais coletivas e solidárias, de conceber o mundo do trabalho, a realização pessoal e a ação política. Se, como já anunciava Ulrich Beck (2010), as conquistas do movimento operário europeu expandiram as possibilidades materiais, tornaram os trabalhadores mais autônomos em relação à classe e reforçaram um processo mais amplo de individualização da sociedade, poderíamos pensar que o lulismo, ao ofertar melhores condições de vida que não passam pela organização e a luta coletiva, contribui igualmente para a diluição de laços sociais e comunitários.

O fenômeno, porém, antecede e supera os efeitos político-sociais do lulismo. No último capítulo, citei o trabalho de François Dubet (2020) para descrever a individualização do sistema de desigualdades, que apesar de assumir feições particulares em diferentes tempos e lugares, se alastra pelo mundo. No caso específico do Brasil, a etnografia de Gabriel Feltran (2011) na zona leste de São Paulo mostra a transformação observada na periferia urbana entre o período da ascensão do Partido dos Trabalhadores como força política e o momento em que Luiz Inácio da Silva é eleito

presidente da República. No início dos anos 80, as noções de um trabalho e uma família estáveis organizavam as dinâmicas sociais e as aspirações naquele ambiente. A organização dos trabalhadores em sindicatos e a ação coletiva de movimentos sociais e associações de bairro atravessavam o imaginário e a identidade dos moradores de lugares como Sapopemba. Ao longo dos anos 80 e, sobretudo, a partir dos anos 90, tudo muda. A sucessão de crises econômicas, o advento de um desemprego de tipo estrutural, a pressão pelo consumo, a ascensão do crime organizado como instituição e força social de primeira grandeza e a desestruturação das famílias marcam a vida periférica. Os trabalhadores, por sua vez, deixam de compartilhar uma identidade e interesses comuns. Agora, desponta a competição típica do empreendedorismo e de um universo do trabalho mediado pelo indivíduo no lugar do sindicato, da classe. Por último, desaparece o horizonte, na base da fundação e do crescimento do PT, de universalização dos direitos. Conforme eles não se materializam e as comunidades eclesiais de base da igreja católica perdem força em benefício da teologia da prosperidade, a ação política coletiva perde boa parte da sua relevância e, com ela, a centralidade do Partido dos Trabalhadores nos bairros periféricos das grandes cidades.

Por outro lado, mas associada ao escopo identificado por essa literatura, a ampliação de formas precárias de trabalho, geralmente ligadas ao setor de serviços, favoreceu no Brasil a atomização dos trabalhadores e a sua desorganização. Márcio Pochmann (2012) foi um dos que se debruçou sobre os efeitos deletérios, para uma consciência de classe crítica, da crescente participação dos serviços na matriz econômica brasileira – acelerada durante os governos petistas. Com efeito, os trabalhadores diretamente beneficiados pelas políticas do lulismo viram dois caminhos possíveis. Ou preservaram sua condição precária e informal de trabalho, desprovida de qualquer organização, ou ocuparam postos abertos justamente nos serviços, em que encontraram, além de condições precárias e baixa remuneração, um isolamento em relação aos outros trabalhadores. Algo que dificultou a organização e promoveu a atração dessa nova classe média, como chegou a ser chamada, justamente pelos valores originais dessa classe (Singer, 2018: 89). Como mostrou pesquisa da Fundação Perseu Abramo¹⁰ e diversos outros estudos correlatos, se disseminou entre camadas populares, notadamente provenientes da base eleitoral renovada do PT, a apreciação de princípios associados ao sucesso individual e ao próprio capitalismo.

¹⁰ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/>. Acesso em 26 de julho de 2021.

O que se deve, em larga medida, à ausência de uma contradição objetiva e inteligível entre os interesses do subproletariado e as classes dirigentes. Como vimos, os avanços das demandas mais imediatas dessa camada mais pobre da sociedade dependia de uma estratégia política de acomodação com a burguesia. A desordem e o conflito não lhes eram úteis. Mas mais do que isso, do ponto de vista subjetivo, o trabalhador ambulante, o prestador de serviços individual, a faxineira terceirizada e diversas outras categorias do subproletariado não se veem em conflito direto com um patrão da mesma maneira que o faziam os trabalhadores fabris do varguismo. A organização entre os iguais e o antagonismo com o proprietário dos meios de produção não é uma realidade manifesta para o trabalhador identificado com Lula. Se, como mostraram Ferreira, Gomes e Reis, as camadas populares não tiveram posição passiva no processo de conquistas e avanços promovido no período em que vigorou o trabalhismo, não podemos dizer exatamente o mesmo do subproletariado lulista.

A centralidade que o consumo teve como expressão do progresso das camadas populares ao longo dos governos petistas é sintomática. O que não implica rejeitar, como tem sido feito de maneira um tanto elitista, os ganhos promovidos pelo acesso inédito de ampla parcela dos trabalhadores a diversos bens e serviços. Primeiro, por um motivo óbvio e concreto que diz respeito ao bem-estar ligado à possibilidade de significativo número de pessoas poderem usufruir de mercadorias anteriormente de acesso exclusivo a classes médias e altas. Segundo, porque, como já mencionei brevemente, o consumo também é responsável por um tipo de inclusão capaz de gerar um “despertar político e transformação na autoestima e no orgulho de indivíduos de baixa renda”, que passam a se considerar “merecedores de coisas boas” e funciona como um “ato poderoso de enfrentamento de preconceitos” (Machado, 2019: 100).

Por outro lado, não podemos ignorar que à medida que as expectativas de vida se voltam para a vida privada e um consumo cada vez mais individualizado e customizado, reduz-se a capacidade de construção de vínculos e identidades coletivas em prol da atomização. Pior, escapamos da lógica política fundada em direitos coletivos e entramos numa ordem em que a cidadania se vincula à capacidade de consumo e baseada na diferença. O resultado é a diminuição do apelo de bens públicos, do interesse por projetos coletivos e um menor envolvimento em formas de ação coletivas (Streeck, 2017: 107). Na medida em que os trabalhadores e os setores mais pobres passam a optar por formas de organização social menos afeitas à política, eles tendem a aderir a valores

de classe média e abrir mão da participação sobre os rumos do Estado. Um processo que, no Brasil, não foi obra dos governos de Lula e Dilma, mas que eles tampouco se moveram para reverter.

Não convém cair no mesmo erro de Weffort e Ianni em reduzir os trabalhadores identificados ao lulismo a uma massa manipulada e inconsciente acerca de seus interesses. O reconhecimento de Lula e do PT como representantes legítimos decorre, entre outros fatores, de progressos notáveis em sua condição de vida. No entanto, não podemos negligenciar diferenças significativas em relação aos momentos históricos, à posição das respectivas bases no sistema produtivo e à própria transformação do capitalismo no intervalo que separa a experiência de governo petista e o trabalhismo. Talvez mais do que uma opção política, tirada da cabeça de grandes gênios, como ironiza Reis (2017), a distinção entre o populismo do século XX e o lulismo se deve à realidade em que ambos incidiram. Em um neoliberalismo menos afeito à organização coletiva, é quase natural que as saídas vislumbradas pelos trabalhadores de hoje a seus problemas tenham caráter individual. Amplas identidades políticas e de classe são um objeto em extinção – e frente ao desafio, Lula e o PT não fizeram muito esforço para contornar o problema. Talvez porque não fosse visto como tal.

Afinal, o lulismo foi a manifestação de um projeto que considerava possível a ausência do conflito. Daí a associação entre sua estratégia e a visão mais disseminada sobre o conceito de populismo no Brasil. De fato, assim como Vargas, Lula recorreu à ambiguidade do conteúdo de classe de suas políticas e a símbolos de união e harmonia entre todos os brasileiros. A lógica da conciliação orientou as principais decisões do PT no poder executivo, com exceção de alguns momentos do primeiro governo Dilma. O antagonismo social não constituía um recurso político. A ideia de que o PT opôs ricos e pobres, razoavelmente hegemônica, ignora que isso se deu à revelia das intenções petistas. Em uma sociedade acostumada com diferenças materiais e simbólicas absurdas entre suas classes, qualquer progresso dos mais pobres despertaria antipatia dos setores médios. A ação e o discurso das lideranças petistas sugeria exatamente o contrário e procurava evitar qualquer tensão entre grupos e forças sociais antagônicas. Exatamente à imagem do que fizera Vargas durante a maior parte de seus mandatos.

Não obstante, o conflito objetivo entre as classes constrangia o trabalhismo no seu esforço de conciliação. O objetivo político se via incapaz de contornar o conflito frente à realidade social e econômica. Mesmo Ianni e Weffort reconhecem ambiguidades no modelo de populismo que

concebem. Diversas manifestações de luta de classes e avanços em reivindicações dos trabalhadores aparecem em sua descrição do fenômeno. Nesse sentido, a estrutura social e o momento histórico de consenso quanto às qualidades da democracia liberal e à inevitabilidade do neoliberalismo permitiram a Lula recuperar uma tradição populista construída à revelia da história. Em outras palavras, o lulismo foi o que o populismo de Ianni e Weffort não tinha sido. Sem interesses evidentemente contraditórios entre sua base social e o capital, foi possível conduzir um processo amplo de inclusão social por cima, sem que os maiores beneficiados por essa política tivessem papel ativo no processo. É verdade que manifestações populares, eventos de greve, diferentes tipos de protestos e reivindicações não desapareceram completamente (Braga, 2012). Mas elas não representaram nada que a conciliação lulista não pudesse contornar – pelo menos, até 2013.

Nas palavras de Francisco de Oliveira (2010), enquanto o populismo (original, trabalhista) contribuiu para a expansão da cidadania salarial, o lulismo teria destruído os músculos da sociedade civil brasileira e permitido que o atraso seguisse dominando e governando. Pela reprodução de uma economia sustentada no rentismo e na exploração rasteira de recursos naturais e com a apatia dos movimentos sociais, os governos petistas retiraram das camadas populares e da política qualquer possibilidade de aumentar a participação democrática. Ao apontar para um progresso fundado no aumento constante do consumo popular, com base muitas vezes no endividamento privado que complementava uma renda ainda baixa, o lulismo fez apenas despolitizar a classe trabalhadora.

Quando associamos o lulismo ao populismo, portanto, é bom ter clareza de que populismo estamos falando. Caso a referência seja a tradição fundada por autores como Weffort e Ianni e que ainda pauta a maior parte do debate sobre o conceito e manifestações do fenômeno em si, no Brasil, a associação parece adequada. Em que pese, como tentei mostrar, a diferença entre essas duas experiências históricas.

Agora, se a menção ao lulismo como expressão do populismo faz referência àquele defendido por Laclau e Mouffe (2009) e descrito no capítulo anterior, nos deparamos com problemas de ordem conceitual e/ou de interpretação do fenômeno lulista. Apoiado no antagonismo e em forte identidade política popular, o populismo de Laclau (2013) tem pouco em comum, para além da figura carismática, com os governos petistas. A falsa impressão de polarização promovida por Lula

e o PT obscurecem uma realidade diferente das experiências de Chávez, na Venezuela, e dos Kirchner, na Argentina, pois marcada pelo consenso e pela apatia das massas em relação à política. No momento em que a oportunidade de radicalização do programa no sentido de um reformismo mais forte e de transformações mais amplas nos âmbitos político e econômico apareceu, Lula e o PT recuaram. Aqui, quem avançou e se mostrou capaz de forjar uma identidade política capaz de sensibilizar setores expressivos da população foi um legítimo populismo reacionário. Como governava para todos, a esquerda brasileira ficou sem uma parte a quem recorrer – nem sequer a parte dos sem-parte, para recorrer mais uma vez à expressão de Rancière (2018).

2.3. O lulismo e o fim da política

Argumentei, no último capítulo, que a política é indissociável de um nível razoável de conflito. O fiz apoiado, sobretudo, no trabalho de Chantal Mouffe (2015). Mas essa ideia se insere numa tradição mais antiga e que remete a Nicolau Maquiavel (2003), para quem a tensão inerente ao poder diz respeito ao fato de que as elites buscam sempre a dominação do povo, que, por sua vez, tende à recusa da dominação. Interesses necessariamente contraditórios que, sob diversas formas, se manifestam em um confronto mais ou menos inteligível e direto, em função das características de cada época e sociedade.

Ao longo de boa parte do século passado, ao menos nos países de capitalismo avançado, a clara divisão da população em classes sociais favorecia a formação de identidades coletivas antagônicas e sua organização política. Hoje, com a multiplicação de clivagens sociais e culturais a estruturar identidades pessoais e coletivas, de um lado, e em meio a mudanças no modo capitalista de produção a obscurecer a oposição capital-trabalho, de outro, o conflito se pulveriza e parece desaparecer. Ganha força a impressão de que o Estado e a política podem se submeter à imagem idealizada de um consenso que pacifica os ânimos e serve a todos. O que é falso. Uma democracia vigorosa carrega em si a contradição imanente entre os interesses dos de baixo e dos de cima e supõe a existência de mecanismos pelos quais os primeiros possam contestar os contornos da ordem. A possibilidade de reivindicar, sonhar e executar a transformação é um critério necessário para um regime democrático.

O populismo que ascende hoje em diferentes países, governa vários deles e se estabelece como uma força política de primeira importância, faz isso. Na medida em que se apoia na exclusão e em uma certa desigualdade natural, pré-iluminista, são evidentes os retrocessos que ele traz consigo. No entanto, há de se reconhecer que ele recupera, mesmo que de maneira contraditória e sobretudo na aparência, práticas e valores de um modelo mais substantivo de democracia ao projetar a ação política de identidades coletivas, defender a soberania popular e reivindicar o conflito e a transformação. Daí vem sua força e sua capacidade de arrastar multidões desiludidas com sistemas políticos alheios às demandas mais caras aos de baixo e impermeáveis à sua participação. Ao converter o povo, os sem-título para governar, em atores políticos de novo, eles reconectam as massas à disputa pelo poder e apontam para uma resposta à insatisfação com o sentimento de ser dominado por uma ordem opaca e a serviço dos de cima. São evidentes suas dimensões reacionárias e os retrocessos materiais e simbólicos que carregam. Mas é inegável que, neles, parte da população encontra o potencial, o dinamismo e a possibilidade de transformação e de reverter a dominação que desapareceram de partidos, sobretudo de esquerda, que outrora ocupavam o espaço da política instituinte e acabaram assimilados à ordem.

Foi exatamente isso que representou a passagem do petismo para o lulismo; o fim de uma alternativa substantiva a um sistema e uma história marcados por desigualdade, patrimonialismo, injustiças e dominação. O PT simbolizava e encarnava uma alternativa radical, mas com capilaridade e enraizada no mundo social, forjado em meio às necessidades e às aspirações de amplas camadas médias e trabalhadoras. Ele era ao mesmo tempo expressão e fundamento de uma identidade diversa, mas coesa em torno da oposição à ordem política e aos seus representantes. O sucesso do partido, rapidamente alçado ao centro do palco da política brasileira, se deve em boa medida à alternativa que ele projetava para a organização social e do poder político.

O lulismo, contudo, encerrou qualquer vínculo entre o PT e a ideia de diferença. Se ele foi um sucesso no plano eleitoral, foi um fracasso no plano político. Ao menos se o pensarmos na esteira de autores como Maquiavel (2003) e Mouffe (2015). Ao reduzir a política a uma técnica de acomodação de interesses divergentes, de contenção dos possíveis conflitos e de gestão dos problemas sociais, o lulismo enterrou o que o PT significava em termos de alternativa e de transformação da ordem. Ao chegar ao governo federal, o partido não desestabilizou o poder instituído como sempre sugeriu que faria. Ao contrário, se mostrou afeito a uma lógica política

insulada da participação popular e de acomodação às dinâmicas próprias do poder estabelecido. Desapareceu a diferença e emergiu a semelhança com atores e repertórios políticos cuja oposição conformara a sua identidade. Com o desaparecimento da diferença, desfez-se também a confiança de que outro tipo de política e até de mundo fosse possível. Conforme o possível agradou às majorias, a ausência de política não foi exatamente um problema. Mas quando o possível mostrou ter prazo de validade, a subsunção do conflito cobrou seu preço.

2.3.1. Economia

O contraste mais claro entre o etos petista original e o lulismo se dá no âmbito da política econômica. Já discorri acima sobre a adoção de uma agenda cujas linhas de força devem muito ao dogma neoliberal. Com alguns incrementos sociais e desenvolvimentistas a partir do segundo mandato de Lula, mas que, no essencial, se ativeram à camisa de força da ortodoxia econômica e ao pacto com os representantes do capital. O que contribuiu para a impressão de que o PT já não se distinguia substancialmente das outras forças políticas, notadamente do PSDB de Fernando Henrique Cardoso. Para além dos seus efeitos objetivos, a nomeação de quadros como Henrique Meirelles e Antonio Palocci bastava como símbolo de convergência programática. Poderíamos pensar em outros, como a euforia que marcou a ascensão do Brasil à condição de credor do Fundo Monetário Internacional. Mais do que sinal de soberania financeira, ela revelava outra coisa: a entrada definitiva do país, enquanto membro pleno e digno de respeito, no jogo do capitalismo internacional.

O entusiasmo com o sucesso econômico e eleitoral da conciliação fez com que Lula e parte do PT abrissem mão de uma visão antagônica da sociedade. Mesmo que interesses conflitantes seguissem existindo, a receita neoliberal, aliada a um profundo esforço político de acomodação, parecia permitir um progresso desigual, mas universal. Como notou um Francisco de Oliveira (2007) pessimista quanto à possibilidade de guinada à esquerda no momento da reeleição do ex-presidente, em 2006, “o desnorteio [político do novo governo] mostra uma das consequências de sua vitória, nas proporções em que ocorreu: Lula não tem objetivos porque não tem inimigos de classe”. O que acometeu outros setores do universo progressista e ficou muito claro no que concerne à participação dos movimentos sociais, notadamente o sindical, nos governos petistas. Um dos pilares da identidade do PT no momento de sua criação foi a crítica ao modelo varguista

de cooptação de entidades dos trabalhadores, que se tornavam dependentes do Estado. A preocupação se manifestou, inclusive, com o cuidado em separar formalmente as instâncias e os quadros da Central Única dos Trabalhadores daqueles do partido. A autonomia dos trabalhadores e de suas organizações era, de certo modo, o símbolo máximo do petismo.

Alcançado o governo federal, porém, a prática se mostrou incoerente com a história. Ruy Braga (2017: 101), por exemplo, mostrou com uma riqueza de detalhes a maneira pela qual o lulismo preservou a tradição de um sindicalismo dependente do Estado e “moderador das demandas dos trabalhadores”. O que foi feito, sobretudo, com a absorção de lideranças do movimento sindical pelo aparelho do Estado e pela sua gestão de fundos de pensão, “transformando a elite sindical do país em verdadeira administradora do investimento capitalista” (Idem: 105).

Dessa maneira, sindicalistas que preservaram sua autoridade perante os trabalhadores passaram a pautar sua ação na rentabilidade das ações dos fundos que gerenciavam. As greves, a mobilização popular no local de trabalho e nas ruas, o confronto com o capital e com o Estado perderam importância no repertório de ação do amplo universo sindical ligado ao petismo e foram marginalizados enquanto tática e estratégia do movimento. Perante a base, a diminuição do desemprego, os seguidos aumentos salariais, o acesso maior ao consumo e a multiplicação de programas sociais garantia um certo conforto e uma satisfação em relação ao governo. Aquilo que Braga qualificou como um consentimento passivo da base trabalhadora. Por outro lado, o acesso a altos cargos e salários nas instituições públicas e os ganhos crescentes dos fundos de pensão que administravam garantiram o “consentimento ativo” das elites trabalhadoras formadas pela burocracia sindical, por lideranças de movimentos sociais e por membros de setores médios intelectualizados (Idem: 177).

Talvez a melhor definição do que foi o lulismo e seu sentido político tenha sido oferecida por Francisco de Oliveira. Com a chegada do PT ao governo federal, os dominados alcançaram parte importante do poder político, do controle sobre instituições estatais e promoveram avanços redistributivos relevantes. No entanto, ao fazê-lo, não ameaçavam o capitalismo e os interesses de seus principais atores. Segundo Oliveria (2007), estávamos diante de

uma nova dominação: os dominados realizam a ‘revolução moral’ – derrota do apartheid na África do Sul; eleição de Lula e Bolsa-Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada. Nos termos de Marx e Engels, da equação ‘força + consentimento’ que forma a hegemonia, desaparece o elemento ‘força’. E o consentimento se transforma no seu

avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicitamente – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista.

Com efeito, ficaria evidente o compromisso dos governos petistas com as bases da ordem e com os ganhos das elites. Do ponto de vista objetivo, são diversos os exemplos de desdemocratização – ou de deseconomização da política, para usar as categorias de Wolfgang Streeck (2018). A tendência observada no último capítulo quanto à redução dos mecanismos de controle da cidadania sobre a política econômica se manifestou expressamente no lulismo. A título de ilustração, poderíamos falar, com Avritzer (2019: 90), da preservação da porta giratória que separa as instituições financeiras privadas e o Banco Central do Brasil. Cujas únicas missões, a saber, o controle da inflação, foi perseguida durante a maior parte dos governos petistas ao custo de altas taxas de juros e menor engajamento com o crescimento econômico e a geração de empregos. Ainda no terreno da relação entre Estado e capital financeiro, foram mantidos dispositivos como as liquidações extrajudiciais e a institucionalização das previsões do mercado pela pesquisa Focus, que garantem às instituições financeiras ganhos subsidiados e a capacidade de participar de uma decisão da qual se beneficiam diretamente – geralmente pela preservação de elevada taxa Selic (Idem: 91).

Do ponto de vista subjetivo, a boa relação entre os governos federais do PT e o grande capital também teve contornos bastante nítidos – inclusive por meio de determinadas políticas. Para além dos eventuais efeitos redistributivos positivos, caberia falar dos incentivos dados pelo BNDES aos chamados campeões nacionais. Grandes companhias, normalmente geridas por empresários conhecidos do grande público, que se beneficiaram de uma atenção especial do banco de desenvolvimento. Como foi o caso da JBS, cujo faturamento aumentou 3.400% entre 2007 e 2017¹¹, e que contou com generoso crédito subsidiado em diversas operações de aquisição e internacionalização.

Aconteceu com o PT, guardadas as devidas proporções, algo parecido com o que Thomas Frank observou com o partido Democrata norte-americano. Sobretudo a partir do governo Clinton, a assimilação da sua agenda econômica com aquela defendida pelo mercado e pelos republicanos tirou o dinamismo do suposto partido contestador. Enquanto conservadores polarizavam o

¹¹ Ver <https://super.abril.com.br/sociedade/faturamento-da-jbs-aumentou-3-400-nos-ultimos-dez-anos/>. Acesso em 26 de julho de 2021.

eleitorado, especialmente com bandeiras ligadas aos costumes, à segurança e à imigração, os democratas tentavam ganhar o centro. No estado do Kansas, histórico bastião operário, os republicanos se tornaram dinâmicos e confiantes, já os democratas pareciam fracos, sem inspiração (Frank, 2007: 257).

Mas, nesse sentido, é difícil ofuscar o peso que a operação Lava Jato e as revelações de importantes desvios de verbas e superfaturamento de obras contratadas pela Petrobras tiveram sobre a imagem dos governos petistas. Outrora crítico contumaz do patrimonialismo que marca a história brasileira, o PT se viu associado a um esquema cuja relevância se dava menos pelos montantes divulgados do que pelo fato de envolver as principais empreiteiras do país. Ficava explícita a existência de um certo clube capaz de determinar a distribuição dos contratos públicos em troca de somas generosas aos cofres de partidos, lideranças e campanhas. Embora a operação tenha desrespeitado de maneira contumaz os requisitos legais, como ficaria provado mais tarde, e a conexão entre os principais quadros petistas e o esquema não tenha sido devidamente constatado, seu impacto sobre a opinião pública foi devastador. A intervenção direta de Lula não foi provada. Mas isso já não importava para um presidente que antes se orgulhava de seus hábitos simples e sua retidão moral. Ele cedera e, pior, se aliara aos interesses e aos métodos mais escusos da elite nacional. Foi a cereja do bolo para um partido cuja retórica deixou de reivindicar um governo dos trabalhadores e que enfrentasse o poder do capital e passou a exaltar os lucros inéditos de bancos e grandes empresas. Já não havia conflito - e sequer diferença.

2.3.2. Política partidária

A singularidade do Partido dos Trabalhadores também tinha dimensão política, como vimos com Margareth Keck. Para além de um programa de corte igualitário, o partido se distinguia do restante do sistema partidário por sua organização e sua prática política, eminentemente participativa. Crítico a um certo campo popular que opera de cima para baixo e essencialmente a partir do aparato estatal, o PT defendia a abertura de canais que permitissem à sociedade civil – movimentos sociais, de trabalhadores, associações das mais diversas – informar diretamente a política pública e as principais decisões do Estado. Recusava-se uma tradição centralizadora importante na esquerda em favor de uma opção mais basista, movida de baixo para cima. O partido deveria ser um instrumento de camadas populares para a realização de interesses inerentes à sua condição e

autonomamente elaborados. Só pela via da disputa eleitoral e pela ação institucional não seria possível promover a mudança estrutural que se almejava. Manter o povo organizado e mobilizado era incontornável na estratégia do projeto do Partido dos Trabalhadores.

O PT se distinguia das outras forças políticas, por outro lado, por meio de uma crítica contundente ao modo convencional de governo e se apresentava como uma alternativa ideologicamente mais coerente e menos afeita à composição com interesses privados das elites. O partido se furtava a uma governabilidade alcançada por meio de amplas alianças, que incluíam velhas oligarquias políticas e econômicas, e defendia governos que fossem fieis ao programa sufragado nas urnas. A ética foi rapidamente assumida como uma das principais bandeiras dos mandatos parlamentares e de governos petistas, em uma alusão explícita à corrupção corriqueira das instituições e que carregava com ela a crítica a gestões sustentadas em heterogêneas coalizões partidárias.

Com efeito, em um primeiro momento, o partido honrou o compromisso com plataformas eleitorais e governos ideologicamente coesos. Não se viam chapas petistas com espaço para agremiações conservadoras. As experiências em governos municipais e estaduais entre as décadas de 80 e 90 tampouco foram reconhecidas por significativas concessões programáticas ou exacerbado espaço para partidos rivais. O arco de aliança habitual se limitava a forças progressistas.

No entanto, os governos federais de Lula e Dilma representaram uma ruptura profunda com o ideal de pureza que se via no espírito original do partido. A compreensão de que ampliar o escopo de alianças políticas, econômicas e sociais era necessário para a vitória eleitoral e para a viabilidade enquanto governo se consolidou nas instâncias dirigentes petistas ao longo da década de 90 e culminou com a indicação de José Alencar ao posto de candidato a vice-presidente nas eleições de 2002. Além da carga simbólica inerente a um dos grandes empresários do país, Alencar trazia consigo o apoio de seu partido, cujo nome, Liberal, deixava poucas dúvidas acerca da pluralidade ideológica de uma coalizão que ainda contava com o fisiológico PMN. Uma diferença significativa em relação às disputas anteriores. Em 1998, por exemplo, o companheiro de chapa de Lula era Leonel Brizola e sua coalizão era formada apenas por PCdoB, PDT, PSB e PCB.

Relativamente pequena, a aliança partidária que levou Lula à presidência ainda lhe permitiu uma considerável autonomia para a formação inicial do governo. Em 2003, a maioria dos ministérios foi assumida por lideranças petistas, quadros importantes de outras forças de esquerda ou figuras

progressistas notáveis. O episódio conhecido como mensalão, em que métodos pouco republicanos de preservação de uma base mínima no Congresso vieram à tona, porém, marcou uma virada significativa na prática petista no que concerne à governabilidade. A partir de então, o partido se voltou ao método mais usual para a garantia de uma maioria parlamentar capaz de aprovar suas medidas na Câmara e no Senado federais. Qual seja, a distribuição de ministérios, cargos em diversos escalões da administração e verbas, por meio de emendas parlamentares, a partidos prontos a colaborar nas matérias legislativas. Abandonou-se o sonho de um governo coeso programaticamente e abriu-se caminho para a repetição da trilha percorrida pelos governos anteriores, que absorveram agremiações de incerta posição ideológica em busca de acesso a recursos caros à sua existência.

Talvez a principal evidência da conversão pragmática do primeiro governo Lula tenha sido a adesão do PMDB à sua base aliada, ocorrida antes mesmo do mensalão, em meados de 2003. Um símbolo daquilo que Marcos Nobre (2013) chama de peemedebismo, uma espécie de modo de governo que, fundado na capacidade de veto de seus principais atores, evita conflitos. Uma lógica que tem dominado a política brasileira a nível nacional e que impede transformações substantivas no sentido das políticas públicas e da atuação do Estado. Segundo Nobre (2013: 133), os governos Lula e Dilma abriram mão do projeto de reformar radicalmente o sistema político, tornando-o mais aberto à participação e mais responsivo às exigentes demandas de ampliação de direitos e maior igualdade, e preferiram “dirigir o peemedebismo” e ocupa-lo pela esquerda. Tática essa improvável para o partido que se destacara por reivindicar a bandeira da ética na política e o conflito inevitável entre interesses sociais antagônicos e suas respectivas forças políticas. Ao contrário, a sólida aliança com o PMDB firmada pelo governo Lula, associada à filiação de deputados e senadores opositores a partidos de pequeno e médio porte aliados do governo, preparou o terreno “para que a aliança lulista viesse a desligar o sistema bipolar estabelecido durante o período FHC” (Idem: 116).

Desapareceu a postura combativa do Partido dos Trabalhadores também no que se referia aos outros atores e às práticas mais convencionais do sistema político-partidário brasileiro. Figuras que melhor expressavam aquilo contra o que o PT havia surgido e prometia defrontar se tornaram aliados de primeira hora do lulismo. Foi o caso de Renan Calheiros, apoiado em meio a escândalos de corrupção revelados em 2007. E de José Sarney, símbolo máximo de uma política feita com

base na composição de forças supostamente antagônicas e empenhada, acima de tudo, na preservação de privilégios particulares e no favorecimento de diferentes partidos e corporações. Conforme se aproximava de lideranças e forças políticas abertamente ligadas ao atraso e à corrupção, o PT passou a se assemelhar ao que de pior havia na política. Ele foi perdendo, assim, os contornos que o distinguiam de uma ordem impermeável às expectativas, à participação e ao controle popular, pois dominada por atores insulados e dependentes do Estado.

O lulismo consistiu, para todos os efeitos, na ruptura com um petismo que reivindicava uma política apoiada na base e avessa a alianças com as elites. Poderíamos dizer que o lulismo esteve para o petismo assim como a formação dos partidos-cartel esteve para os partidos de massa europeus. Na relação privilegiada com o Estado e as oligarquias políticas, os governos Lula e Dilma tiraram do Partido dos Trabalhadores a legitimidade para se autodemónimar diferente, dos trabalhadores, democrático. Ao se ver obrigado a contornar os constrangimentos institucionais, políticos e sociais colocados ao exercício do governo, ele se tornou um partido como qualquer outro – pelo menos no que se refere à sua forma de organizar e distribuir o poder.

Mais uma vez com Francisco de Oliveira (2010), cabe afirmar que os efeitos políticos do lulismo foram significativamente regressivos para a cultura política democrática brasileira. Ao absorver forças sociais antagônicas no aparelho de Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais, os governos Lula esvaziaram todo o conteúdo crítico presente na longa “era da invasão” dos anos 1970 e 1980 e tornaram a política partidária praticamente irrelevante para a transformação social.

Como disse Carlos Melo (2019: 218) ao lamentar o fato de a política brasileira ter se apequenado e se tornado, aos olhos da maioria, um sinônimo de relações clientelísticas, distribuição de cargos e recursos e liberalidade diante do uso patrimonial do Estado, o pragmatismo eleitoral e pela governabilidade do lulismo se sobrepôs a qualquer projeto político e

às perspectivas de transformação social e às utopias que norteiam a ação – embora não se realizem. O tribuno, que, vocalizando a sociedade, tomava o microfone e paralisava a atenção de todos, desapareceu no jogo de cartas marcadas das liberações de recursos no governo conforme os interesses dos congressistas.

Ao sentimento de que não há alternativa frente a uma política econômica implementada independentemente do partido no poder, se aliou a impressão de que não há alternativa exterior e ruptura possível com um sistema político controlado por poucos atores. O combate de ideias e de

projetos, assim como as críticas aos métodos escusos de acomodação de determinados interesses privados que o PT soube encarnar, se mostraram incapazes de ir até as últimas consequências. Foram interrompidos muito antes disso, assim que o partido chegou ao ponto máximo que poderia almejar. Para além da aliança com rivais históricos, portadores de agendas cuja alteridade forjou a identidade petista, sucederam-se episódios em que a assimilação do partido ficou evidente. Antes mesmo da eclosão da operação Lava Jato, os gastos expressivos para a organização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos serviram para questionar a prioridade dos governos petistas. O que se agravou na medida em que a crise econômica chegou ao país. Estavam dadas as condições para que a corrupção emergisse como a principal responsável pelas mazelas da população. A responsabilidade do PT, visto no mínimo como conivente com ela, foi pouco questionada. Ademais de lembranças positivas dos tempos áureos do lulismo, pouco sobrou para diferenciar o partido da ordem e de seus concorrentes.

2.3.3. A redução das expectativas

A contradição própria ao lulismo não é de difícil compreensão. Sua realização dependia da prevenção à necessária tensão decorrente de um programa de reformismo forte, afeito aos anseios da base tradicional do PT. Sua implementação e o seguido sucesso eleitoral se deram, então, às custas de um contraste com a identidade petista, marcada por demandas exigentes do ponto de vista econômico e político. Mas sobretudo por um discurso e uma prática atrelados ao antagonismo com elites que determinam os contornos do poder e à esperança quanto à possibilidade de transformação dessa ordem. De tal maneira que o êxito do programa lulista tinha como corolário inevitável o desaparecimento do conflito e de expectativas de mudanças sociais substantivas. Instituições imprescindíveis para o político e a democracia. Como dirá Dunker (2019: 117),

O conceito de democracia, dos gregos até a modernidade, não envolve apenas o uso livre da palavra, a justiça na distribuição de cargos públicos e a igualdade diante da lei. Não é apenas eleição de representantes e instituições que realizam as leis coletiva e consensualmente firmadas, mas também uma perspectiva sobre o futuro. Há democracia quando reconhecemos que nem toda lei já está escrita e decidimos, portanto, o caminho que devemos tomar. *Nesse devir do conceito de democracia há uma regularidade histórica importante. Com recuos e progressos, reconhecemos que a história da democracia é a história da inclusão de mais sujeitos, daí que o ideal seja a realização da universalidade concreta dos projetos de emancipação.*

Em tempos pós-democráticos, porém, a margem de escolha de que rumo tomar tem sido continuamente contraída. Em meio à difusão generalizada de uma maneira supostamente superior de organizar a produção e a distribuição das riquezas, desvanecem alternativas possíveis e os meios de empreendê-las. Mesmo partidos, organizações e intelectuais de esquerda têm cedido, desde meados dos anos 70, ao jargão já batido do TINA. Com efeito, a agenda neoliberal não encontra contendedores à altura capazes de questionar seu conteúdo e enfrentar seus interesses.

Como notou Paulo Arantes (2014: 55), temos seguido, já há algum tempo, um caminho pouco sinuoso na direção a uma sociedade do risco em que todos os horizontes modernos de expectativa são revertidos. Os horizontes temporais são progressivamente reduzidos a um ponto em que só existe o presente, o que faz com que o “horizonte do desejo” tenda a zero, pelo menos entre as camadas populares, que já não podem sonhar com algo diferente daquilo que vivem (Idem: 75).

A guerra fria ainda era capaz de atribuir um sentido às coisas. Seu desfecho, porém, marcou o fim da política na medida em que o tempo longo, a expectativa deram lugar à urgência como sua categoria central. A existência da União Soviética e de um mundo ideológico e geopoliticamente dividido consistiram, segundo Arantes (Idem. 91), no

último horizonte de expectativa dos tempos modernos. E se desdobra em novo tempo do mundo inteiramente dominado pela lógica planetária da instantaneidade. Não se procura mais percorrer a distância que separa a experiência da expectativa, outra maneira de anunciar a substituição da política pela gestão dos ‘destroços do presente’.

O lulismo é, de certa forma, manifestação desse novo tempo do mundo. Ao assolar a esperança de algo novo, diferente em relação à história e ao presente, da transformação possível da ordem e da vida, ele esvaziou o espírito democrático e a própria política que havia não só no PT, mas no país. O partido fora, por motivações mais concretas do que abstratas, alçado à posição de porta-voz do horizonte de expectativa dos governados de que fala Arantes. Uma expectativa profundamente amparada na ideia de que o Partido dos Trabalhadores era a maior esperança de uma transformação tanto material quanto política. Democrática no sentido mais pleno conforme representava a insubmissão dos trabalhadores à dominação das elites. Esse horizonte desaparece, porém, por razões apresentadas acima e outras ainda por mostrar, paradoxalmente, junto com os avanços do lulismo.

O mesmo diagnóstico é feito por Nobre (2013: 56), para quem o PT foi, durante mais de uma década, o “representante por excelência do antipeemedebismo”. Ao opor-se a uma lógica que

busca a acomodação e o gerenciamento das desigualdades, o partido encarnava a necessidade da sua superação e a responsabilidade pela construção de um regime de fato democrático, em termos exigentes de que fala Crouch (2000). A chegada de Lula ao segundo turno em 1989 e a comoção provocada pelo acirramento e a polarização ideológica por trás da disputa consolidam o papel central do partido em qualquer perspectiva democratizante para o país. Segundo Nobre, nesse momento, o “PT se tornou o líder incontestado e exclusivo da esquerda. Tornou-se o fiel depositário das energias de transformação em larga medida barradas pela pemedebização” (Idem: 57). O que se reforça com a recusa do partido em participar do governo de união nacional na esteira do impeachment de Collor.

A experiência lulista, contudo, não fez apenas retirar do PT a referência como alternativa à ordem e horizonte de expectativa. Embora tenha promovido importante melhora da vida das camadas populares em diversas dimensões, a inclusão que ela viabilizou não fez com que aqueles que estavam à margem passassem a exercer cidadania plena, em termos de direitos sociais e reconhecimento. Mais do que isso, o lulismo dissolveu a esperança alimentada pelo espírito original do petismo de que os governados poderiam dispor de instrumentos instituintes de poder. As possibilidades de informar o poder instituído e controlá-lo diretamente deram lugar a uma lógica insulada de negociação e gestão dos conflitos. Num movimento que foi acompanhado pelo partido, tragado pelo sucesso eleitoral do lulismo e pelas benesses decorrentes da ocupação do aparato estatal. Como registra Nobre, o PT contribuiu para a perda de vitalidade da democracia interna em diversas ocasiões. Seja quando reduziu o peso de práticas inovadoras e participativas como a do Processo de Eleições Internas (PED), por exemplo, ou quando Lula declarou que a escolha de Haddad como candidato à prefeitura de São Paulo fora “científica” (Idem: 151-52).

O lulismo, definitivamente, não era capaz de contagiar politicamente as massas – e nem poderia. Primeiro, porque a conciliação, baseada na acomodação de interesses divergentes, era, nos termos de Laclau e Mouffe (2009), incompatível com o conflito e a mobilização de grupos antagônicos. Segundo, porque as pessoas comuns, seja a base tradicional do PT ou o subproletariado atendido diretamente pelo programa implementado, não poderiam se sentir parte do poder. Elas não o influenciavam e tampouco o controlavam a ponto de perceberem sua ação ou inação como determinantes. Cabia às habilidades de articulação dos dirigentes partidários definir as prioridades e os rumos de uma política feita na cúpula das instituições do poder.

Tratava-se de um expediente político que ofuscava a tensão inerente à democracia e que opõe os que governam aos que são governados. As decisões eram tomadas por dentro e pelos procedimentos previstos explícita ou implicitamente pela ordem. Os de baixo não tinham papel e deveriam se contentar em ter algumas de suas demandas atendidas. Aqui, a perspectiva de crescimento constante da capacidade de consumo supria a ausência de um horizonte de expectativa necessário à política. Ela desapareceu e os trabalhadores não precisavam sequer mostrar às elites como queriam ser governados, nos termos de Chatterjee (2004), pois os governantes, supostamente, já conheciam o caminho.

O que pode ser verificado na evolução do comparecimento às urnas ao longo dos mandatos petistas. Até a polarização inesperada do pleito de 2014, a tendência foi de redução da participação eleitoral dos brasileiros. Em 2006, por exemplo, 4% dos eleitores votaram branco, 4% votaram nulo e 23% dos cadastrados não foram votar, a despeito da obrigatoriedade do voto. Uma indiferença que encontra paralelos na história recente dos países desenvolvidos entregues a processos de dissolução das identidades políticas e das diferenças programáticas entre os principais partidos. O lulismo cumpriu esse mesmo papel no Brasil, ao sublimar a polarização que, organizada em torno do PT, marcara a nossa política desde o fim da década de 80. Analisando esses dados, Francisco de Oliveira argumentou que a baixa participação eleitoral derivava do fato de a política, nos governos petistas, não passar mais pelo conflito de classes. Ao contrário, “o evita, e trapaceia com ele”. Em 2006, segundo Oliveira (2007), “nas ruas, o fracasso da ‘mudança’ não poderia ser mais evidente: nenhuma vibração, nenhuma bandeira do PT ou de qualquer outro partido, nenhuma mobilização. A grande maioria dos eleitores se desincumbia da obrigação com ar de enfado. Muitos deles logo tomaram o caminho das praias”.

Uma consequência simplesmente inevitável do lulismo e que fazia parte da sua natureza. Ele não podia radicalizar, mobilizar. Nem haveria motivos para tanto. Ele não era uma alternativa radical ao estado de coisas e nem poderia parecer. Tratava-se da redução da temperatura do debate, para não dizer, sua extinção. O lulismo era a adequação da esquerda brasileira às regras do jogo tido como democrático. Um jogo avesso a polarização e ao conflito que extrapole as fronteiras do poder instituído. Tudo o que escapasse às instituições e à negociação possível entre seus principais atores deveria ser descartado. As expectativas deveriam ser moderadas, pois a mudança, para que fosse possível, seria mais lenta que o esperado e esbarraria em limites intransponíveis.

2.4. O PT engolido pelo campo

É interessante notar como o PT, tendo chegado ao governo federal, se adequou ao tipo de ação cuja crítica justificou sua fundação. Um tipo de política típico da pós-democracia descrita no capítulo anterior e contida no âmbito institucional, sujeita à prevalência de técnicos e especialistas em detrimento da participação popular e comprometida com o princípio do consenso em oposição ao conflito. Uma política entendida como virtuosa pelo cânone da Ciência Política contemporânea e que preza pela moderação, pela negociação entre forças concorrentes e cuja alternância eleitoral em pouco modificam os rumos do Estado e da sociedade. Ao recorrer ao presidencialismo de coalizão como estratégia de governabilidade e sinalizar que abria mão da disputa social capaz de deslocar a ordem, o Partido dos Trabalhadores mostrou sua disposição em adaptar sua prática e seu discurso ao que Pierre Bourdieu (1981) chamou de campo político.

Na base do argumento do sociólogo francês, está a noção de que o campo político, assim como outros campos, é um jogo específico, com regras e um universo particular de técnicas de ação e expressão que se oferecem em um dado momento do tempo. Como integrantes legítimos e reconhecidos do jogo, espera-se que os jogadores sejam responsáveis e previsíveis, bem como preparados tecnicamente para lidar com questões que não estão acessíveis a todos. É central a ideia de que os objetos da política remetem ao saber de especialistas, cuja decisão deve ser baseada em uma determinada técnica e não, por exemplo, em um eventual interesse de classe. O campo só se constitui enquanto tal na medida em que quem faz parte dele se comporta como previsível e responsável. Os atores individuais e coletivos são necessariamente competentes, sérios, confiáveis – prontos para jogar conforme o esperado e sem surpresa o papel que lhes é atribuído pela estrutura do jogo.

Não há nada que seja mais absolutamente exigido pelo jogo político do que a adesão fundamental ao jogo em si (...) Sob pena de ser excluído do jogo, todos que têm o privilégio de jogar aceitam o contrato tático que implica o fato de participar dele e que o une a todos os outros participantes. Os iniciados no jogo, que têm monopólio sobre ele, desenvolvem um tipo de solidariedade entre si, que, por sua vez, nunca se manifesta tão claramente como quando o jogo vem a ser ameaçado enquanto tal (Bourdieu, 1981).

Há uma longa tradição intelectual que subestima a relevância do político como um campo dotado de qualquer autonomia. Bourdieu nos ajuda a perceber, porém, que a história política é mais do que o desdobramento mecânico de forças econômicas e sociais. O que se manifesta tanto na administração de coisas e pessoas por parte de atores políticos e governos, quanto na dimensão

simbólica da representação, que embora seja informada por interesses econômicos e sociais, pode ter efeitos significativos sobre eles.

E aqui o campo político revela uma contradição do lulismo que será objeto de discussão mais adiante, sobretudo, no capítulo 4. A saber, a ideia de que determinados grupos – como o campesinato francês do século XIX e o subproletariado brasileiro do início do século XXI – encontram no campo político um espaço mais propício à realização de seus interesses do que fora dele. A representação, independentemente de sua capacidade de conferir unidade a indivíduos atomizados, se mostra muitas vezes o único meio de fazer avançar demandas que, na esfera das relações sociais, não seriam atendidas. Camadas marginalizadas de qualquer possibilidade de participação ou controle direto sobre o poder, cuja cidadania é, portanto, limitada, só encontram a realização de seus interesses por meio de uma ação que não desestabiliza essa mesma ordem. Pelo contrário, são atendidos em algumas de suas demandas à medida que reificam o jogo do qual são excluídos. Como diz Boudieu (1984),

Quanto mais as pessoas são despossuídas, sobretudo culturalmente, mais elas são constrangidas e inclinadas a se submeter a representantes para ter uma voz política. Na realidade, os indivíduos em estado isolado, silencioso, sem voz, sem a capacidade e o poder de se fazer escutar, de se fazer ouvir, se encontram diante da alternativa de se manterem calados ou de serem falados [por um representante].

Por fim, a noção bourdieusiana de campo carrega a discriminação, para além de atores e códigos de conduta, de espaços específicos e legítimos de ação. No caso do campo político, trata-se das instituições e, primordialmente, do parlamento. Se Marx (2011) via nele um tipo de teatro de sombras que ocultaria as verdadeiras lutas que se desenrolam fora dele, o parlamento adquire na democracia moderna o status de arena juridicamente constituída e controlada onde dissensos são regulados e onde a chamada política oficial pode ser discutida (Bourdieu, 2012: 593).

Em todos os sentidos expostos acima, podemos ver que o lulismo constitui uma expressão bem acabada de um ator a princípio insurgente – o PT - que se acomodou ao campo e seu devido enquadramento normativo. O que se manifesta na prioridade outorgada à institucionalidade liberal como espaço de ação política e ao rebaixamento da expectativa de tornar o poder permeável à participação e ao controle dos governados. Aliás, o esforço correu na direção contrária. Qualquer perspectiva de instabilidade institucional e de pressão sobre as autoridades constituídas foi afastada do modo de governar escolhido pelo partido. A técnica, o preparo, a negociação e a busca do

consenso por dentro dos canais formais de ação passaram a fazer parte do repertório petista. O conflito com raízes externas ao campo foi progressivamente descartado.

Os avanços promovidos pelo lulismo, argumenta Nobre (2013), não implicaram a representação plena dos mais pobres no sistema político; “Lula passa a ser o *representante* do ‘povão’ em um sistema político que continua a marginalizá-lo”. Ao normalizar o pemedebismo, que agora já não enfrenta oposição substantiva e organizada, portanto, o lulismo

colaborou decisivamente para o fechamento do sistema político em si mesmo, para a continuidade da exclusão da representação da enorme maioria da população; ao obter com isso expressivos avanços sociais, significou de fato representação para esses contingentes historicamente marginalizados, à maneira de uma representação (‘Lula’) dentro do sistema político que os marginaliza (Idem: 115).

A dimensão estrutural, porém, não deve ser completamente ignorada em prol de uma concepção voluntarista da política e da história. Se o lulismo representou a inclinação do PT ao ambiente avesso à transformação e ao conflito do campo político, ela não foi apenas resultado de uma deliberação consciente – ou covarde – das lideranças petistas. O programa e a prática originalmente defendidos pelo PT supunham uma sociedade consideravelmente organizada, sobretudo em função do trabalho. No momento em que o partido chegou ao governo e à medida que implementava uma agenda tímida em seu teor progressista, mas capaz de promover mudanças expressivas na estrutura social brasileira, essa mesma estrutura se mostrava menos propícia à disputa extrainstitucional como meio de garantir governabilidade e transformação. Em outras palavras, sindicatos, movimentos sociais, grupos religiosos progressistas não dispunham da mesma força de outrora e não pareciam estar em condições de substituir as forças fisiológicas do Congresso como instrumento de governabilidade. Mesmo que quisesse fazer diferente, os governos Lula e Dilma, como ficaria provado, encontrariam dificuldades em ignorar os constrangimentos socioeconômicos e também políticos que se apresentariam a um programa e uma prática política radicalmente democráticos. Para Arantes, os quadros petistas passaram, menos por vontade política e mais por instinto político de sobrevivência, a administrar uma sociedade que perdera seus nexos essenciais, especialmente aqueles advindos do trabalho. O que fizeram segundo os métodos gerenciais da governança corporativa e “sem o saber, já eram os agentes passivos do desmanche em curso”. Enquanto a direita Tucana operara do mesmo modo em nome do grande capital privatizante, os petistas “acabaram se juntando no mesmo condomínio”, numa espécie de “desgraça de baixa intensidade” (Arantes, 2014: 338).

Uma desgraça de baixa intensidade que não poderia, porém, perdurar eternamente. Mesmo Bourdieu reconhece que, apesar dos recursos materiais e simbólicos do campo, ele funciona bem até que irrompa uma crise. Seu bom funcionamento não é suficiente para poupá-lo do colapso. Poderíamos dizer até que, em determinadas ocasiões, a depender do sentido assumido pelo campo, sua operação à perfeição acelera a chegada de sua crise. De certa maneira, é o que aconteceu com o lulismo, cuja estabilidade parecia garantida até que eclodissem as manifestações de junho de 2013 e se iniciasse sua derrocada.

Luis Felipe Miguel (2017b) foi feliz ao criticar uma Ciência Política que encontra dificuldades em explicar a inauguração da crise do sistema político brasileiro em 2013. Afinal, as instituições funcionavam exatamente como recomendam os manuais da disciplina. Ou seja, absorviam os principais conflitos sociais e impediam que eles se manifestassem à margem do arcabouço formal de ação política. A adesão de Lula e Dilma aos imperativos políticos do presidencialismo de coalizão reconhecia sua capacidade teórica e empiricamente demonstrada de preservar um equilíbrio desejado e sustentado, exclusivamente, em acertos entre partidos, legislativo e executivo.

A mesma linha de interpretação que valoriza a harmonia alcançada por uma governabilidade apoiada em acordos de gabinete e pela composição de interesses divergentes valoriza o fato de o PT ter se tornado, aos poucos, um partido exclusivamente eleitoral e se distanciado dos movimentos populares que lhe deram origem. Nas palavras de Miguel (Idem: 48), atores e analistas comemoram o fato de que o partido

deixou de se ver como porta-voz desses movimentos e instrumentalizou-os a partir da lógica eleitoral que passou a ser dominante. Em vez de um tipo de empobrecimento do projeto original do partido, essa démarche é lida como um processo natural de ‘amadurecimento’ [e que] as opções colocadas à disposição dos eleitores se torna[ra]m menos extremas, mais parecidas entre si.

Esses mesmos observadores ainda exaltaram a convergência programática entre o PT e as demais agremiações como prova de amadurecimento da democracia brasileira. Compatível com uma espécie de “pacto social-democrata adaptado para uma sociedade com expectativas igualitárias sumamente baixas” (Idem). Mais importante aqui, porém, é constatar como os avanços promovidos pelo lulismo foram feitos sem alterar o funcionamento do sistema político. Sobretudo, sem que fosse necessário sobrepujar uma disputa política restrita à institucionalidade liberal.

No entanto, as manifestações de 2013 e o processo de acirramento de tensões sociais e políticas que se desdobrariam a partir de então mostrariam a impossibilidade de um determinado enquadramento formal de resolver conflitos que extrapolam os seus contornos e que não podem ser solucionados por mecanismos como o voto. A crise inaugurada em 2013 serviu para evidenciar o caráter fictício de modelos da Ciência Política que se apegam a uma ilusória institucionalidade-jurídico-política liberada de conflitos como o de classe (Idem: 53).

Que autores filiados à diversa tradição liberal acreditem nisso não é exatamente uma novidade. O que chama a atenção é o fato de o principal partido de esquerda que a história brasileira já produziu, tenha caído nessa “armadilha da democracia limitada” da qual fala Miguel (Idem: 62) e para a qual já alertava Florestan Fernandes em meio aos primeiros passos do partido. Com efeito, em “Reflexões sobre a construção de um instrumento político”, o sociólogo discutia os dilemas que se impõem a um partido que se propõe a conduzir uma reforma estrutural ou uma revolução dentro da ordem “difícil ou impraticável” em uma democracia restrita como a brasileira. Segundo ele, o PT herdava um fardo complicado e precisaria

despertar a consciência social para a reforma que abra um espaço democrático nas relações de classes e de raças e, ao mesmo tempo, não se confundir com um partido da ordem (...) Ou seja, deve ter a coragem e os méritos de descobrir métodos que exijam ‘soluções burguesas’ provisórias, mas que abram caminho para atingir uma democracia da maioria (socialista) e igualdade com liberdade (autogestão coletiva numa sociedade sem classes e sem Estado). Desempenhar esses papéis históricos sem despertar medo em aliados potenciais e sem perder credibilidade eleitoral representa uma façanha (Fernandes, 2019: 63).

Ao concentrar seus esforços na disputa eleitoral e considerar possível a realização de um programa minimamente reformista pela via institucional, a partir de negociações com representantes de interesses antagônicos a uma base essencialmente trabalhadora, o PT apostou numa falsa neutralidade do Estado e de seus aparatos e na possibilidade de uma conciliação duradoura com elites acostumadas a controlar e dependentes do poder. Ao abandonar qualquer compromisso com a luta social extrainstitucional, o lulismo ficou refém de uma popularidade passiva e formal, que se manifestava quase exclusivamente nas urnas. Autores como Poulantzas (2000) já teorizaram a respeito e a história mostra como transformações expressivas dependem de uma luta que não se restrinja ao campo político como ele é entendido hoje. Como diz Miguel a respeito de uma disputa concentrada unicamente no Estado, “a pressão pela mudança pode até ingressar nele, introduzindo

contradições, mas só tem condições de triunfar se estiver fortemente ancorada do lado de fora” (2017b: 62).

Ocorre que Lula e o PT acreditaram que os problemas sociais que o partido se propunha a resolver poderiam ser resolvidos por meio da técnica, da gestão dos conflitos e por uma administração política e econômica competente. Seria possível não apenas a acomodação de interesses antagônicos como o avanço rumo a uma sociedade mais igualitária sem que as classes trabalhadores desempenhassem qualquer papel político para além do voto. Greves, mobilizações, atos mais ou menos violentos já não entravam na equação de gestão do poder petista. A questão da pobreza e da desigualdade deixou de ser entendida como um objeto propriamente político. Ela se tornou, com o lulismo, uma questão quase técnica e administrativa. Para usar as palavras de Oliveira (2010), com a expansão e a racionalização de programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, os governos petistas transformaram a luta social contra a miséria e a desigualdade em um problema de gestão de políticas públicas.

Assim como ocorre com a democracia, o lulismo tem uma relação ambígua com o Estado. De um lado, a agenda econômica implementada pelos governos petistas, mesmo que tenha ensaiado iniciativas de recuperação vigorosa do investimento e da provisão de serviços públicos, não tinha no Estado um ator chave a ponto de ameaçar o predomínio da economia de mercado. Mesmo programas voltados à garantia de direitos sociais não tinham no Estado um agente primordial, a não ser como fonte de recursos – bastaria pensar no Minha Casa Minha Vida, no Prouni e no Fies. De outro lado, no âmbito político, o Estado teve ao longo dos governos Lula e Dilma uma relevância muito superior ao que se poderia depreender da vocação política do PT. Os pilares da fundação do partido, voltados para uma prática política feita de baixo para cima e de fora para dentro do aparato estatal, com importância central à participação popular, não se fizeram presentes no lulismo. Pelo contrário, atores tipicamente vinculados ao Estado, no pior sentido do termo, foram prioritariamente atendidos pelos governos petistas. Em suma, o Estado não teve recuperada sua capacidade efetiva de conduzir um programa redistributivo em condições de ampliar a igualdade. Mas permaneceu impermeável a mecanismos e forças sociais capazes de garantir algum grau de soberania popular.

2.4.1. A desmobilização como política

A compreensão do lulismo como sintoma do amadurecimento da democracia liberal no Brasil não decorreu apenas do deslocamento ideológico do programa petista. Talvez mais importante para o reconhecimento do caráter democrático dos governos Lula e Dilma tenha sido o fato de eles terem feito a opção explícita de restringir sua ação às instituições. O espaço, segundo Bourdieu (2012: 243), da política legítima, onde se institui uma maneira admissível de formular e resolver os conflitos entre grupos e interesses. Ao fazê-lo, o lulismo aderiu a uma concepção e a uma prática da política que a aproxima, como vimos, de uma espécie de gestão reservada àqueles, como diria Rancière (2018), dotados de um título que lhes permite realizá-la. Ao povo, aos sem-título, cabe votar e esperar que os governantes atendam a pelo menos algumas de suas expectativas junto ao poder.

O reconhecimento da institucionalidade como espaço legítimo por excelência da política, acessível apenas a uma pequena parcela da sociedade pelos seus principais atores políticos reforça a ideia de que a política feita à margem desse espaço não goza da mesma legitimidade. Hirschman (1983) já havia notado que a formalização do sufrágio universal representou, nas repúblicas ocidentais, a exclusão de modos alternativos de protesto e participação para além do voto. A ausência de um mecanismo que igualasse os cidadãos e lhes permitisse participar ativamente da política justificava ações rebeldes, destituíntes, revolucionárias. Na medida em que o voto institui a possibilidade de definir os rumos do Estado, passamos a partilhar a impressão de que podemos manter o controle do poder, sancioná-lo e alterar o seu sentido. Em suma, a mudança fica ao alcance dos governados sem que tenham que recorrer a repertórios violentos. O voto reforça aquilo que Weber associa à essência mesmo do Estado, a saber, a obediência (Bourdieu, 2012: 247).

A história, no entanto, é mais matizada do que isso. Em diversos momentos, em especial na periferia do capitalismo, o voto não pareceu, aos olhos das maiorias, um mecanismo suficiente para garantir o controle e a responsividade de seus representantes. O vigor de determinados grupos políticos se deu, aliás, em função de um repertório que prometia combinar a disputa institucional à luta social. Foi o caso, como vimos acima, do Partido dos Trabalhadores, situado originalmente na imbricação tensa entre formas de poder instituído e instituinte. A preservação de um pé fora do campo político, no conflito que se desenrola nos campos econômico e social, funcionava como um critério para uma política verdadeiramente democrática.

O lulismo, porém, abandonou o compromisso petista com os espaços supostamente ilegítimos da ação política. Mesmo o que teve de participativo nos governos Lula e Dilma foi absorvido para a lógica formal da institucionalidade. Não convém negar os avanços substantivos e simbólicos promovidos pelo incremento e pela multiplicação das chamadas instituições participativas, com graus variados de resultados tangíveis e capacidade deliberativa. Cumpre apenas registrar o contraste entre a política voltada para a formação e institucionalização de conselhos e conferências e o espírito original petista caracterizado pela necessidade de organização e ação à margem do aparato estatal. Ao trazer para dentro do Estado o que poderia conceber em termos de participação popular, o lulismo aprofundou a disjunção que o programa petista previa superar entre participação e representação, poder instituinte e poder instituído.

Com efeito, na medida em que o PT não radicalizou a democracia, ele a contraiu. O partido que historicamente reivindicara um poder que borrasse as fronteiras entre governantes e governados acabou por desqualificar as possibilidades e a própria aspiração a uma política a partir de baixo e por fora do sistema. A maior evidência dos limites de uma esquerda que se conformou à democracia mínima, ou à pós-democracia, historicamente defendida por uma direita que teme o tumulto provocado pela ação desordenada das maiorias, foi a débil reação popular ao ataque conservador que se desdobraria no golpe de 2016. Ao abrir mão de uma concepção substantiva e participativa de democracia e confinar a política aos contornos do poder instituído, o PT não só deixou de politizar, mas despolitizou classes trabalhadoras carentes de identidade coletiva e de um horizonte de igualdade e autogoverno com o qual sonhar. Enquanto a economia crescia sem sustos, a ausência de política e mobilização não era um problema. Quando a escassez trouxe de volta o conflito distributivo, chegou a conta do respeito à margem legítima para a ação.

Rosana Pinheiro-Machado (2019: 98), a partir de etnografias com grupos do subproletariado, notou que o dogma da conciliação tornava a relação entre o Estado e os trabalhadores precários mais individualizada e despolitizada. Os governos de Lula, exímio conhecedor da cultura popular, atendiam aos desejos do povo mais pobre por botijão de gás, eletricidade, tratamento dentário, escola segura, emprego e respeito. No entanto, o lulismo não aliou a melhoria esperada a qualquer tipo de engajamento político. Talvez ele nem pudesse. O que importa é que ocupado com o emaranhado de grandes acordos para garantir a governabilidade, o PT se fez ausente das periferias e abandonou, ao mesmo tempo, a construção de horizontes e projetos e a política “local e

microscópica” (Idem: 128). Ou, poderíamos acrescentar, a política em si - que não corresponde à totalidade da vida social, mas não se restringe ao campo ao qual é geralmente restrita.

2.4.2. A opção pela desmobilização

Embora as condições estruturais não favorecessem uma estratégia política apoiada na luta social, o lulismo se confunde com uma lógica política que supõe, justamente, a ausência de organização e mobilização populares à margem da institucionalidade. Ele consoma a entrada para valer do PT no jogo do qual fala Bourdieu e o amadurecimento, tanto do partido como um jogador confiável, quanto da democracia brasileira, até então pressionada por uma força política que dava algumas mostras de rejeitar o arcabouço institucional liberal. Aquilo que Nobre (2013) chama de ocupação do pemedebismo pela esquerda não passa do esvaziamento da mera perspectiva de que um ator político de peso preserve, uma vez no poder, uma vocação instituinte capaz de desestabilizar a ordem, nos termos que Castoriadis (1990) defende para uma política democrática. A extinção de qualquer diferença substantiva na prática política petista em relação aos outros membros do condomínio do poder fez apenas alimentar o ceticismo dos governados com a esquerda e a política. Afinal, tudo se resolvia em reuniões de gabinetes que determinavam as definições futuramente tomadas por um parlamento ocupado por representantes de certas oligarquias e corporações. Nem sequer o teatro da democracia burguesa descrito por Marx (2011) se fazia mais necessário.

Em relação aos movimentos e organizações sociais historicamente vinculados ao PT, o trabalho de Ruy Braga (2017) mostrou como o lulismo se manifestou como um modo de regulação contida dos conflitos distributivos. Atores como a CUT e o MST tiveram vários de seus militantes alçados a cargos direta ou indiretamente ligados ao governo. O segundo, por exemplo, rebaixou o vigor da reivindicação por reforma agrária e se contentou, em larga medida, ao incremento substantivo dos recursos públicos destinados ao financiamento da agricultura familiar. Não se trata de fazer uma crítica moral ou ideológica às opções tomadas pela direção de um movimento que preserva seu compromisso com a transformação social e o bem-estar de sua base, mas de reconhecer que o vínculo com um governo refratário a rupturas com a ordem diminuiu os ímpetus por um repertório de luta mais radical. No caso dos movimentos sindicais, já fiz referência ao diagnóstico de Braga (Idem) no sentido de uma adesão ativa das cúpulas dessas organizações ao programa lulista, dependente, por sua vez, de uma adesão passiva de uma base pouco mobilizada.

Com efeito, o lulismo fez uma opção clara pela ordem. Por um caminho de transformação lenta e conservadora, oportuna às relações econômicas e às expectativas da classe que ele colocou no centro de seu programa. O corolário dessa escolha foi o esvaziamento do político e da democracia que o PT era responsável por cultivar e que supunha um antagonismo importante em relação ao programa e ao repertório dos atores tradicionais da política brasileira. Como diz Fabio Luis Barbosa dos Santos (2017: 112), a máquina petista foi absorvida, durante os governos Lula, “pela política convencional, da qual se tornou parte integrante” e abriu mão da construção de uma correlação de forças capaz de modificar o Estado. Seu sucesso eleitoral se deveu a escolhas políticas felizes e ao fato de amplas camadas da sociedade se beneficiarem de seguidos anos de crescimento econômico e da ampliação de políticas sociais de corte redistributivo. No entanto, o caráter inorgânico dessa base e o rebaixamento do trato da coisa pública, manifesto na forma em que a governabilidade foi alcançada e na convivência com esquemas duradouros de corrupção, cobraria seu preço.

Ainda com Dos Santos (Idem: 118), podemos dizer que o lulismo aprofundou, ao esgotar as esperanças que se acumulavam na alternativa petista, a redução da política ao tráfico de interesses na esfera legislativa. Uma modalidade aguda de despolitização que transmite a mensagem de que “fazer política no Brasil é isso”. A apologia da ordem, atravessada por imagens promovidas pelos agentes e pelo discurso lulista como aquele que exaltou a nova classe média, foi interpretada e defendida como se fosse uma política de esquerda. De tal maneira que o pragmatismo, responsável por avanços materiais notáveis, fez também reduzir o horizonte de mudança e tornou o imobilismo a principal herança política do PT. Segundo Dos Santos (Idem: 119), “refém do modo petista de regular o conflito social, o horizonte político de sua base se estreitou cada vez mais, até se confundir com uma apologia da ordem”. O maior símbolo da fragilidade de um PT que abre mão da transformação, para o autor, é uma resistência a um processo antidemocrático de impeachment que se desenrola, essencialmente, no parlamento.

Não podemos ignorar, porém, o contexto em meio ao qual o Partido dos Trabalhadores chega ao governo federal. No fim dos anos 90 e início dos anos 2000, a tese do fim da história, de Francis Fukuyama, parecia ainda fazer algum sentido. O fim da guerra fria e a conversão desavergonhada de forças tradicionais de esquerda à agenda neoliberal, sob o rótulo simpático de terceira via, não deixavam muito espaço a um programa orientado pela igualdade e a soberania popular.

Mesmo que a base, a militância e parte dos quadros petistas se fiassem a valores radicalmente democráticos, o partido chegou ao poder executivo nacional em um momento em que a política, ao redor do mundo ocidental, era esvaziada da possibilidade de promover transformações efetivas nas relações econômicas e, conseqüentemente, ampliar os mecanismos efetivos de participação e controle dos seus representantes. No último capítulo, discuti o processo de desdemocratização, resultado da incompatibilidade crescente entre o neoliberalismo e a democracia liberal e que, como notou Brown (2019), já era apontada pelos maiores ideólogos do primeiro, tal qual Friedrich Hayek, em detrimento da segunda.

Grosso modo, duas opções se apresentavam ao governo Lula. Primeiro, aceitar as limitações que uma correlação de forças desfavorável nas instituições políticas e na sociedade impunha e viabilizar mudanças incrementais, em muitos casos urgentes e expressivas para seus beneficiários, a um sistema político e econômico escorado na desigualdade. Nas palavras de Safatle (2017: 30), assumir o papel de gestor de um neoliberalismo com rosto mais humano. Ou, segundo o mesmo autor, modificar a estrutura política brasileira, combatendo a relação promíscua entre o capital, o empresariado e a casta política, e fortalecer mecanismos de democracia direta, reformando a função do Congresso como caixa de ressonância dos interesses oligárquicos. Um programa, portanto, que fosse mais afeito à vocação original petista e que, por meio da mobilização social, retirasse as travas do sistema e refundasse a institucionalidade no sentido da ampliação da participação popular nos processos decisórios e administrativos do Estado. (Idem: 72).

O caminho adotado foi o primeiro, sem prejuízo a conquistas da maior relevância. Mais seguro, ele permitiu uma revolução, para os padrões nacionais, em termos materiais e simbólicos cujos efeitos involuntários se manifestam até hoje na reação de estratos médios inconformados com qualquer movimento no sentido de mais igualdade. No entanto, a realização da socialdemocracia, ou simplesmente, da democratização possível, tirou da esquerda o horizonte de expectativas que a distinguia. Além disso, privou sua base potencial de qualquer engajamento orgânico em um corpo político. A adesão petista a um tipo de gestão da coisa pública desprovida de antagonismo, alternativa e, portanto, política impediu, como diria Rancière (2018), a emergência do povo, daqueles que não têm título para governar. Como afirmou um premonitório Vladimir Safatle (Idem: 117),

só há política onde é possível ouvir forças anti-institucionais, que colocam em questão os modos de regulação institucionalizados de conflitos. Essas forças podem romper o pacto frágil que sustenta a democracia liberal de duas formas: empurrando a experiência social para uma reconfiguração, tendo em vista o fortalecimento da soberania popular, a incorporação de um poder popular continuamente reprimido, ou produzindo o contrário, ou seja, levando a experiência social a regredir em direção ao esvaziamento da soberania popular e ao fortalecimento de um poder autárquico de comando.

Com efeito, em todos os momentos em que o conflito e a política pressionaram a gestão insulada dos antagonismos, o lulismo fez questão de permanecer do lado da ordem e conter as possibilidades de seu rearranjo. O episódio mais notável, como veremos adiante, se deu com as manifestações de junho de 2013. Apesar da prosperidade relativa da maioria dos governados, as revoltas carregavam, em parte, sua insatisfação com um sistema pouco responsivo e vedado à participação e a uma transformação significativa das estruturas política e social. A postura assumida, então, pelo governo Dilma e pelo Partido dos Trabalhadores de forma geral não deixaria dúvidas acerca de sua oposição à mudança. Mais adiante, o contraste entre as promessas feitas ao longo da campanha eleitoral de 2014 e as medidas adotadas pelo governo, assim como a eclosão de escândalos de corrupção que vinculavam o partido aos interesses e métodos escusos das elites econômicas consolidariam a imagem do PT como mais um membro do condomínio do poder.

A ausência de mobilização popular frente ao golpe parlamentar de 2016 e a ascensão do bolsonarismo confirmariam o lugar que o lulismo reservou ao PT. A saber, o lado da pós-democracia e das elites que a controlam. São evidentes os laços do candidato e depois presidente Bolsonaro com as classes dirigentes. No entanto, o apelo de seu discurso disruptivo e de sua crítica contundente a uma ordem que se resguarda ao abrigo das reivindicações e da influência das pessoas comuns, dos sem-título, é um sintoma claro do abandono desse espaço pela esquerda brasileira. Ficou muito claro, aos olhos dos governados, que a esquerda já não tinha compromisso com a transformação substantiva do sistema e com um horizonte de maior igualdade e soberania popular. Como notou Empoli (2020) ao analisar, em especial, a ascensão populista na Itália, a cólera inevitável daqueles que se sentem lesados, excluídos, marginalizados já não encontrava mais eco na esquerda. À medida que o lulismo conciliou o PT e o campo progressista com o mercado e o poder instituído, a revolta com a ordem seria canalizada por outros atores, em outro sentido.

Em entrevistas com eleitores de Bolsonaro da cidade de São Paulo às vésperas da eleição de 2018, Esther Solano (2018) percebeu como o ex-capitão ocupou o lugar que outrora cabia ao PT. Vários dos entrevistados reconheceram ter votado, em repetidas ocasiões, no partido. O que poderia

parecer contraditório, considerando que o bolsonarismo se construiu, enquanto movimento, a partir do antagonismo com valores de esquerda e os governos Lula e Dilma. Quando Solano questionava sobre o histórico petista dos entrevistados, a maioria alegava ter pensado, e se enganado, que Lula seria um líder que mudaria o país, que estava perto do povo, alguém diferente dos políticos de sempre e que não era corrupto. Argumentos, como nota a autora, muito parecidos para justificar o voto em Bolsonaro.

Segundo Solano, todos os entrevistados que nasceram ou moram em regiões periféricas de São Paulo afirmaram terem se sentido traídos pelo PT, um partido que se dizia intransigente com a corrupção e próximo da população mais pobre. Vale aqui reproduzir algumas das respostas registradas pela socióloga de três entrevistados diferentes, todos eles moradores de regiões afastadas do centro da cidade:

Pensava que o Lula era honesto e próximo das pessoas. Hoje sei que ele é o maior ladrão do Brasil e agora penso que Bolsonaro é quem de verdade é honesto e próximo das pessoas.

Eu votei nele mais porque parecia um cara diferente, era um cara do povo, não sei, parecia boa gente, mas no final ele mostrou que é como todos, um ladrão. Por isso agora voto no Bolsonaro porque ele sim, ele é diferente.

Eu não entendo disso, de ser de direita ou de esquerda. Para mim não existe isso. São todos iguais. PT, PSDB, não tem esquerda nem direita. No fundo, são todos amigos. Votei no Lula porque gostava dele, mas agora não dá. Agora o único que vale e que é diferente desses ladrões é o Bolsonaro.

2.4.3. O lulismo como fim da tensão democrática

Em “Consenso e conflito na democracia”, Luís Felipe Miguel (2017: 33) nos lembra que, desde Maquiavel, o conflito consiste em um indício de liberdade. De que os interesses de uma parte não subjugaram completamente aqueles de outra parte. Na medida em que toda sociedade opera a partir de certos padrões de dominação, o antagonismo político é uma das manifestações da resistência a eles. A domesticação ou a sublimação do conflito, sob a forma do consenso e da conciliação, significa nada mais que a acomodação a esses padrões de dominação.

Isso não quer dizer que a disputa política interna às instituições liberais seja incompatível com uma visão mais exigente acerca da política e da democracia. Mecanismos como o voto universal e espaços como o parlamento são, geralmente, resultados de conquistas dos governados, que através deles conseguem expressar suas vontades e determinar parte do rumo tomado pela comunidade.

No entanto, além de brechas para informar certas decisões e contornos do Estado, a institucionalidade vigente nas democracias liberais constitui um terreno desfavorável aos grupos dominados, pois “orientado à reprodução das hierarquias existentes” (Idem: 34). A ordem, afinal, já mostraram diversos autores, não é neutra, mas expressão e causa das próprias relações de dominação que operam na sociedade. Daí a dificuldade de uma estratégia voltada para a disputa eleitoral e que concentre suas energias de transformação dentro dos espaços legítimos e formais de ação política. Eles mesmos são avessos a um conflito capaz de reconfigurar a distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos de poder. Fazê-lo, porém, no sentido de uma democracia substantiva, em que se supere a distinção entre governantes e governados não depende de mera vontade e esbarra em um paradoxo inerente a uma concepção radical de democracia, que, como diz Miguel (Idem: 39),

é o regime político que atribui as funções de governo a uma categoria que se define exatamente por não governar. Povo não é uma categoria econômica, como ‘operariado’ ou ‘classe trabalhadora’, por exemplo. Povo é uma categoria política, que reúne as pessoas que estão submetidas a um governo. Dessa forma, povo se opõe exatamente a governo: povo e governo são antípodas na relação de dominação política que é própria das mais diversas sociedades humanas. Um ‘governo do povo’ é, assim, uma contradição em termos.

Se seguimos Miguel, nos deparamos com uma compreensão da democracia que não a associa a uma forma acabada de governo, mas como “um projeto de enfrentamento das estruturas de dominação vigentes numa determinada sociedade” (Idem). Formas democráticas de governo seriam, assim, respostas parciais, desafiadas permanentemente, por um lado, por novas reivindicações democráticas e ameaçadas, por outro, por pressões por acomodação e oligarquização. Trata-se de um processo sempre inacabado e que não pode prescindir de um conflito entre governantes e governados, engajados constantemente na superação de uma dominação inevitável. Do que decorre a necessidade do conflito, que pode ser escamoteado, mas nunca transcendido.

Nesse sentido, Maquiavel, em “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, como já foi dito, exalta a existência dos chamados Tribunos da Plebe, na República Romana. Instituições que, embora desprovidas de poder deliberativo, manifestavam, por meio do distúrbio e do conflito, a tensão entre o povo e as elites governantes. Não se tratava apenas da manifestação de seus desejos e da reivindicação de mudanças políticas. Os Tribunos da Plebe garantiam a participação direta dos governados. Não exatamente nos termos colocados pelo modelo ateniense de democracia, eles

consistiam em canais por meio dos quais aqueles desprovidos de título para governar expressavam, via de regra violentamente, como queriam ser governados. Algo não muito diferente do que autores como Chatterjee (2004) e Gago (2018), cujos trabalhos foram descritos no último capítulo, enxergam em práticas democráticas contemporâneas.

O PT nasce afinado a essa concepção paradoxal de democracia. Como vimos, o partido se enxergava como uma correia de transmissão dos interesses mais ou menos organizados no plano da sociedade. Com ênfase na abertura de mecanismos de participação dos governados e de controle dos governantes, ele oferecia menos um projeto consumado de organização social do que um modelo de democracia atento à necessária manifestação do conflito de maneira permanente. A mobilização dos trabalhadores e das camadas mais pobres da população consistiam num imperativo para o partido e seus eventuais governos. O lulismo, porém, abriu mão da superação das desigualdades políticas em prol das vantagens de uma representação autoinstituída, “estabelecida como a simples substituição dos representados nas esferas de tomada de decisão” (Miguel, 2017: 62). O compromisso histórico com a participação e a mobilização das bases populares foi descartado, com a ressalva de experiências limitadas de conselhos e conferências - distantes da radicalidade da agenda original e compatíveis com as práticas políticas correntes.

Depois do golpe de 2016 e do péssimo desempenho nas disputas eleitorais do mesmo ano, setores do PT chegaram a sugerir diagnósticos críticos ao caráter conciliatório e conservador do lulismo, em diversas de suas dimensões. Movimentos de autocrítica e renovação foram mesmo ensaiados e alguns quadros foram enfáticos ao defender a recuperação do espírito combativo e antagônico do petismo original¹². No entanto, os anos subsequentes não tardariam a reverter qualquer tendência nesse sentido. O lulismo e a opção conservadora pela política parlamentar, pela composição com interesses antagônicos àqueles dos trabalhadores haviam criado raízes no Partido dos Trabalhadores e na maior parte do que restou da esquerda brasileira. Por motivos diversos e que vão da relação privilegiada com o aparato estatal e os recursos dela decorrentes à opção consciente por um programa limitado de redistribuição, a esquerda preferiu fazer parte do jogo. Não cabe aqui um julgamento de valor acerca dessa opção, cujos efeitos sociais objetivos são

¹² No documentário “Democracia em Vertigem”, por exemplo, Gilberto Carvalho, quadro histórico do PT e secretário-geral da presidência no governo Dilma, lamentou a falta de organização e mobilização popular durante a experiência de governo petista. Nesse período, ainda ventilou-se a possibilidade de dissidência de setores do partido insatisfeitos com a moderação exagerada do lulismo.

inquestionáveis e aprofundaram, em parte, a democracia. Cumpre apenas atentar para o fato de que esse jogo carrega poucos traços substantivamente democráticos, pelo menos nos termos apresentados nesta tese e apoiados, especialmente, em três autores. Com Mouffe (2018), poderíamos dizer que o lulismo, diferente do que se costuma dizer, não se apoiou na polarização e no antagonismo, mas abusou do consenso como lógica de ação política. Seguindo Chatterjee (2004), cabe afirmar que os governados, distantes do exercício mais ou menos direto do poder sob as gestões petistas, sequer foram estimulados a mostrar como gostariam de ser governados. Com Rancière (2018), não é absurdo dizer que o lulismo reservou, com superficiais exceções, a prerrogativa do governo aos de sempre. Não poderia, enfim, ter havido melhor sintoma da relação ambígua do lulismo com a democracia do que as manifestações de junho de 2013. Vejamos.

3. Junho e a volta da política

Falar de junho de 2013 é sempre um problema. Nem mesmo a crescente distância temporal tem arrefecido a disputa em torno da interpretação de manifestações cuja própria denominação é objeto de controvérsias. Aqui, emprego o termo jornadas de junho – vale dizer, sem qualquer conotação analítica ou teórica. As divergências dizem respeito às causas, à natureza e às consequências do fenômeno e atravessam análises mais ou menos normativas e diferentes campos ideológicos. Provavelmente, o único consenso em relação às jornadas é de que elas representaram uma ruptura na história recente do país. Predomina na literatura e na compreensão corrente da política brasileira dos últimos anos a ideia de que junho de 2013 foi uma espécie de raio em céu azul. É como se, até então, tudo corresse bem e de acordo com o previsto para um país reconciliado com a democracia liberal e com o desenvolvimento material e civilizatório. As manifestações, direta ou indiretamente, teriam interrompido a estabilidade da vida política nacional e o aumento do bem-estar coletivo. A partir daí, e aqui os motivos e os responsáveis variam nas diferentes interpretações, o país tem feito apenas descer ladeira abaixo na trilha do progresso. Junho opera quase invariavelmente em diversas leituras sobre o Brasil como um marco a separar a bonança da tempestade.

Os sentidos de junho, de fato, não são de simples compreensão. Atributo, porém, que não lhe é singular e que podemos encontrar em grande parte das revoltas populares que têm tomado as ruas de diversos países no último período. Assim como movimentos que o precederam (Primavera

Árabe, o Occupy Wall Street, o 15-M), concomitantes a ele (ocupação da praça Taksim, em Istanbul) e que o sucederam (Nuit Debout, Black Lives Matter e, mais recentemente, no Chile, no Equador, no Líbano etc.), junho se notabilizou por contornos sociais e ideológicos pouco claros. Velhas identidades, bandeiras e reivindicações e velhas clivagens sociais, que informaram por um bom tempo teorias pelas quais organizamos os conflitos sociais e a política, não davam conta de explicar a mobilização. Por outro lado, pautas ditas pós-materiais tampouco ajudavam a apreender a totalidade de seu espírito. As classes representadas nas ruas eram diversas, assim como os interesses e as demandas. Rapidamente, ficou claro o caráter difuso da revolta, que abrigava muitos valores, muita gente e muita insatisfação, mas também esperança e potência de transformação.

Qualquer esforço de compreensão da política brasileira nos dias que correm tem que passar por junho. E é por isso que me arrisco ao debruçar-me aqui sobre esse episódio ainda confuso para a intelectualidade e para os atores políticos nacionais. Em um primeiro momento, tentarei entender o que foi, o que significou aquela onda de revolta. Em seguida, vou procurar mostrar o que ela inaugurou. Mas mais do que tomar junho como uma variável independente, prefiro pensar junho como variável dependente. Ou, melhor dizendo, como manifestação das contradições do lulismo e evidência dos limites de uma estratégia que tinha como uma de suas principais faces o esvaziamento do conflito. Menos causa da crise da democracia e mais consequência do processo ambíguo de democratização e desdemocratização em curso, junho acelerou a inevitável volta do político. O que foi feito, para azar do aprofundamento democrático, pela direita.

3.1. Um evento em disputa

Para além do debate em torno da explicação de junho de 2013 como um fenômeno social, há uma forte disputa acerca do sentido político daquelas manifestações. No amplo campo da esquerda, a querela de fundo normativo nem é tão sofisticada. Grosso modo, seus contendores se dividem entre aqueles que veem junho como eminentemente prejudicial às ideias e às organizações progressistas e aqueles que o veem como uma genuína revolta de jovens e trabalhadores contra uma ordem ainda marcada pela injustiça, pela desigualdade e pelo insulamento do poder nas mãos de certas elites. Os primeiros podem até reconhecer a presença de sujeitos, valores e organizações de esquerda nos protestos, sobretudo no início. Mas consideram que seu controle foi rapidamente tomado por setores de classe média, com participação ativa dos grandes veículos de comunicação, de corte

reacionário e cuja insatisfação tinha como objeto o virtuoso processo de redução das desigualdades promovido pelo lulismo. Mesmo que parte importante dos manifestantes reivindicassem a ampliação dos direitos sociais e a aceleração do reformismo, o sentido de junho teria sido capturado pela direita. O curso posterior da história, com a queda vertiginosa da aprovação dos governos petistas, com a vitória apertada de Dilma, em 2014, seguida do impeachment e do desempenho lastimável do PT nas eleições de 2016 só reforçaram a impressão de que as boas intenções que dispararam as jornadas de 2013 contribuíram, a despeito de sua vontade, com a derrocada da esquerda e da própria democracia brasileiras. É a famosa tese do ovo da serpente, defendida por alguns autores e amplamente presente em setores da esquerda petista. Paralelos importantes foram traçados, inclusive, com o maio de 68 europeu, cujos jovens idealistas, ao acreditarem lutar por mais liberdade e democracia, acabaram por fazer o jogo dos adversários da esquerda, inaugurando uma época em que o progresso dos costumes conviveu perfeitamente com o advento do neoliberalismo. Os segundos se recusam a atribuir aos protestos e aos manifestantes de junho a responsabilidade pelo ciclo desastroso que o seguiu. Entre eles, predomina a ideia de que o espírito daquelas revoltas era essencialmente progressista. Enfatiza-se a presença de jovens trabalhadores precários e sua reivindicação por mais igualdade em meio a um programa lulista demasiado conivente com a dominação e os interesses das elites políticas e econômicas. Além de legítima, a revolta que ganhava corpo nas ruas representava um momento único de mobilização de camadas populares cujas relações de trabalho as tornavam pouco afeitas às formas tradicionais de organização e ação política. Junho, tal como foram a primavera árabe, o 15-M e o Occupy Wall Street, era um sopro de esperança que reinaugurava uma história protegida de grandes processos de transformação.

Acontece que, por mais contraditório que possa parecer, junho foi, em boa medida, essas duas coisas. E nem poderia ser muito diferente. Afinal, foi nas ruas de cidades como São Paulo, naqueles poucos dias, que se expressaram da maneira mais cristalina possível as ambiguidades do lulismo descritas nas últimas páginas. Ao mesmo tempo em que viabilizou um processo inédito de redução das desigualdades no país e algum tipo de ampliação da dimensão substantiva da sua democracia liberal, por meio de programas sociais, de transferência de renda, abertura de oportunidades de ensino, acesso aos mercados de trabalho e de crédito, redução do desemprego e valorização real do salário mínimo, o lulismo, como repetido já algumas vezes, reduziu o escopo propriamente político da democracia. Ele representou, concomitantemente, mais e menos democracia. As

consequências disso se manifestaram socialmente em junho, com setores historicamente privilegiados e apegados à desigualdade demonstrando uma insatisfação travestida de pautas mais legítimas, e setores que, ao acessarem padrões materiais e de reconhecimento mínimos, viam entraves importantes ao acesso completo ao bem-estar e a determinados direitos sociais – o que passaria, necessariamente, pela democratização do Estado. Junho foi, portanto, resultado tanto dos avanços quanto dos retrocessos democráticos promovidos pelo lulismo, daí sua natureza confusa e seu sentido ambíguo.

Não demorou, com efeito, para que, conforme ganhavam proporção improvável àquela altura, as manifestações despertassem desconfiança e antipatia de setores importantes da esquerda brasileira, notadamente aqueles ligados ao governo petista. A impressão geral nesse meio era de que um processo disruptivo daquela dimensão colocava em risco um processo razoavelmente estável de transformação social. Reconhecidamente cauteloso, o lulismo não deixava de atenuar diversas das adversidades encontradas pelas classes trabalhadoras e, especialmente, pelos mais pobres. Qualquer abalo à ordem significava uma ameaça ao equilíbrio frágil que dava sustentação ao pacto de classes lulista. Os efeitos deletérios dos protestos sobre a popularidade de gestões petistas como a de Fernando Haddad, na capital paulista, e de Dilma, no plano nacional, sinalizavam o tamanho do estrago que as jornadas anunciavam.

Mais do que simplesmente a insatisfação com os governantes do momento, porém, as manifestações já evocavam, com alguma clareza à época, o espírito que marcaria a política brasileira nos anos seguintes. A saber, um antipetismo com fortes raízes em um ressentimento, de ordem tanto material quanto simbólica, de camadas médias da população com as transformações realizadas pelo lulismo. No próximo capítulo, me deterei com atenção nas origens e nos contornos desse duplo ressentimento. Convém aqui apenas registrar como junho foi o momento em que o mal-estar reacionário de setores da sociedade brasileira com o processo deveras lento e tímido de redução das desigualdades ganhou, pela primeira vez, expressão e caldo político. Manifestações mais ou menos contidas do incômodo com o acesso de pobres a espaços até então de uso exclusivo das classes médias e altas, como aeroportos e universidades, já tinham vindo à luz. Mas é em junho de 2013 que o ódio dos supostos responsáveis pelo rebaixamento do status de significativas camadas sociais pôde alcançar as ruas num movimento de forte caráter destituente. A revolta contra

a ordem e a classe política tinha, pelo menos para parte dos que estavam nas ruas, evidente conotação antipetista e, embora encoberta, vocação anti-igualitária.

A ilustração mais clara disso é o episódio em que um grupo considerável de manifestantes queimou bandeiras do Partido dos Trabalhadores em plena Avenida Paulista no ato do dia 20 de junho. Àquela altura, em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Fernando Haddad já haviam recuado e derrubado o aumento das tarifas do transporte público. A manifestação do dia 20 tinha um sentido quase de comemoração para os grupos mais ou menos organizados que ocupavam as ruas em razão do acréscimo de vinte centavos nas passagens de ônibus e metrô, puxados notadamente pelo Movimento Passe Livre. No entanto, esses já eram, desde pelo menos o dia 17, minoritários em meio à multidão que aderiu aos protestos clamando que não descera às ruas pelos 20 centavos. Num traço típico dos grandes movimentos de protesto de nossos dias, desprovidos de organização, lideranças e bandeiras claras, as reivindicações se multiplicaram quase na mesma medida em que seus manifestantes. Com pautas diversas, expressas em cartolinas de diferentes cores e tamanhos, críticas mais ou menos vagas à corrupção e à violência policial conviviam com demandas por saúde e educação públicas de melhor qualidade. Entre as reivindicações que ganharam destaque em meio ao caos dos protestos, estava a rejeição à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37, que retirava prerrogativas de investigação do Ministério Público em benefício das polícias civil e militar. Nela, já se viam sinais do espírito conservador presente nas manifestações e um sentimento anti-política que pouco tinha de progressivo ou democrático. Com efeito, a comoção popular de junho permitiu que transbordasse um profundo mal-estar que parcelas da classe média alimentavam em relação a um Estado e a uma política que intervinham não só na distribuição de recursos materiais, mas também na moral e nos costumes, nos termos exatos em que Wendy Brown (2019) define a articulação neoliberal entre economia e sociedade na rejeição ao aparato estatal.

O aparecimento nas ruas do que Angela Alonso (2017) chamou de repertório patriótico, com seus símbolos nacionais e sua inclinação conservadora, indicava a qualquer observador atento os traços heterogêneos e ambíguos daquela revolta. Rapidamente se fizeram ouvir nos atos que seguiram ao 13 de junho, em que a repressão violenta da Polícia Militar paulista aos manifestantes comoveu a opinião pública e desencadeou a saída em massa da população às ruas, gritos repetidos de “sem partido!” contra pessoas que portavam bandeiras e camisetas de partidos políticos. É verdade que

parte deles vinha do que a mesma Alonso chamou de repertório autonomista com sua defesa virulenta da ação direta em contraste com uma esquerda – de repertório socialista – que optara de maneira decisiva por uma estratégia de acomodação de interesses e uma tática reformista e institucional. No entanto, a rejeição aos partidos se confundia claramente com a antipatia pelo Estado, na época governado pelo PT e que rebaixava, ao mesmo tempo, as condições objetivas de vida de uma classe média cujos privilégios eram ameaçados conforme os direitos sociais e os salários dos trabalhadores menos qualificados aumentavam e seu status social, apoiado na distinção com os mais pobres. Nesse sentido, junho só teve aquela dimensão porque consistiu numa reação espontânea e catártica à face democrática do lulismo. Aqueles que queimaram as bandeiras do PT, roubadas de militantes do partido agredidos verbal e fisicamente no fim da tarde de 20 de junho na Avenida Paulista, não estavam nas ruas para reivindicar mais direitos. Eles queriam um Estado que não ameaçasse sua moral tradicional e a profunda desigualdade social constitutiva do país, dos privilégios e da identidade de certos estratos médios. Em parte, são os mesmos que, cinco anos depois, contribuíram para conduzir Bolsonaro à presidência da República vestindo camisetas estampadas com a frase: meu partido é o Brasil. A relação entre junho e o bolsonarismo, cuja essência converge em variados pontos com o movimento fascista europeu, não é, portanto, desprezível. O que justifica interpretações que tomem as jornadas como o ovo da serpente. O problema delas não está no vínculo entre um fenômeno e o outro, mas na sua qualidade. Junho não produziu o renovado fascismo brasileiro. Ele foi simplesmente o palco em que ele se apresentou pela primeira vez aos olhos do público. Se ele acelerou seu crescimento, suas causas passam ao largo das manifestações.

Mas as jornadas de junho não foram somente um palco para que a direita mais raivosa e ressentida saísse do armário e inaugurasse um amplo ciclo de movimentos reacionários que passariam pelo impeachment de Dilma e culminariam na eleição e no governo de Jair Bolsonaro. Resultado dos avanços democráticos do lulismo, junho foi também consequência de seus retrocessos. Diversas portas se abriram à realização de expectativas reprimidas das classes trabalhadoras. Mas a lentidão com que isso se fazia e os limites rapidamente alcançados pelos mais pobres em uma estrutura ainda marcada pela discriminação e a desigualdade de oportunidades não encontravam em um lulismo apoiado no pacto com a ordem uma saída. Do ponto de vista meramente objetivo, os avanços realizados contrastavam com uma realidade ainda atravessada por variadas privações.

Nem tudo eram flores para os trabalhadores que, segundo as estatísticas e a retórica oficial, deixavam a pobreza e adentravam a gloriosa nova classe média brasileira.

Com efeito, é consenso na literatura o fato de que os empregos criados ao longo dos governos Lula e Dilma no Brasil tinham qualidade no mínimo questionáveis. Ruy Braga é um dos que demonstrou convincentemente o caráter precário dos postos abertos e a deterioração da qualidade do trabalho nesse período. Em texto com Bianchi (2017), o autor mostra que, em 2014, 97,5% do emprego ofertado no mercado formal pagava até 1,5 salário mínimo. O número de acidentes e mortes no trabalho crescia significativamente, assim como a rotatividade no emprego. Governos e analistas passaram anos exaltando a formalização do mercado de trabalho brasileiro, mas não se ativeram ao fato de a maioria dessas vagas se concentrarem no setor de serviços, que exigia baixa qualificação e oferecia má remuneração e péssimas condições. Como notou Singer (2018), diferentemente de seus pais, muitos jovens tiveram acesso aos ensinos médio e superior graças a políticas lulistas como o Prouni e o Fies. O que ampliava consideravelmente seu horizonte de expectativas. Por outro lado, esses mesmos jovens se depararam com um mercado de trabalho que não absorvia sua melhor qualificação. Eles simplesmente não tinham o que fazer com diplomas que se tornavam fonte de frustração na medida em que os postos que encontravam eram incompatíveis com sua formação e sua expectativa salarial (Bianchi e Braga, 2017).

Se havia, de um lado, uma certa satisfação operária durante os governos petistas, observada a partir dos ganhos materiais de setores diferentes da classe trabalhadora, a etnografia de Ruy Braga com teleoperadores paulistas mostra o outro lado da moeda lulista, a saber, de uma certa inquietação operária. Afinal, os direitos sociais e a qualificação profissional ao alcance do que Braga (2012: 217) chama de precariado pós-fordista é insuficiente para um progresso ocupacional que supere as pressões advindas dos baixos salários. E para além da baixa remuneração, a transição de empregos servis e informais para postos na indústria dos serviços, como o call center, percebida inicialmente como um progresso, não tardou a revelar a sua face despótica. A regulação lulista dos conflitos de classe já davam, em meio a ondas de paralisações, greves e rebeliões operárias desde 2011, seus primeiros sinais de fadiga. Um instinto plebeu que, embora envergonhado, pouco organizado e carente de recursos programáticos, germinava a passos rápidos e desafiava o sindicalismo tradicional com demandas mais ofensivas, impossíveis de serem absorvidas pelo lulismo (Idem: 230).

Outro ponto importante para entender a insatisfação de trabalhadores em geral e, especialmente, de jovens cujas perspectivas de progresso haviam sido continuamente alimentadas foi a melhora estreita, ou inexistente, dos serviços públicos. A própria campanha de Haddad à prefeitura de São Paulo, em 2012, reconhecia que a vida das pessoas tinha melhorado “da porta de casa para dentro”, em referência à diminuição do desemprego e ao aumento do poder de compra da maioria dos trabalhadores. Restava, porém, melhorar a qualidade de vida das pessoas “da porta de casa para fora”, que passava, de maneira central, por incrementos na qualidade de serviços como saúde, educação, transporte, saneamento, cultura, lazer, entre outros.

A maioria das pessoas que foram às ruas em junho de 2013 não o fez em função da pauta original daqueles protestos. Como disse há pouco, a proporção gigantesca dos atos representou uma oportunidade para que amplo espectro das classes médias manifestasse sua revolta com o PT e as consequências do lulismo. Não obstante, em São Paulo, não é trivial a reivindicação principal daqueles atos pela revogação do aumento das tarifas do ônibus e do metrô. Se ela servia para denunciar um Estado demasiado forte e uma política redistributiva eivada de corrupção, por um lado, ela também servia para denunciar a precariedade de serviços públicos usados, em geral, pelas classes trabalhadoras, de outro. O que parecia desproporcional aos olhos de uma população que assistia aos preparativos para a Copa do Mundo de futebol de 2014. E esse não é um elemento lateral. O Brasil dava sinais de entrar no grupo dos grandes países do mundo e o reivindicava. A altivez de Lula e de sua política externa eram reiteradamente reforçadas – além da Copa, o país já se preparava para abrigar as Olimpíadas de 2016. A euforia era geral. No entanto, a vida das pessoas continuava distante daquilo que elas imaginavam ser digno para moradores de grandes nações. Para vários dos trabalhadores cujos sonhos de progresso e realização já tropeçavam em constrangimentos de um mercado de trabalho carente de boas oportunidades, a permanente precariedade de serviços e programas do Estado despertava dúvidas compreensíveis acerca dos interesses que ele priorizava.

Nesse sentido, é problemático considerar junho um raio em céu azul. Menos carregado, o céu nunca estivera exatamente limpo para trabalhadores, especialmente os jovens das periferias urbanas, que se deparavam, reiteradamente, com violência policial, discriminação social e racial, trabalhos precários, salários baixos e serviços públicos ruins em meio a um ambiente público permeado de otimismo. Do ponto de vista político, era difícil vislumbrar qualquer horizonte

possível de transformação. Afinal de contas, o poder já estava nas mãos do partido que supostamente carregava os interesses dos trabalhadores. Mas seu *modus operandi* não parecia distinguir-se consideravelmente daquele das outras forças políticas com quem negociava a distribuição e a gestão do poder. A insatisfação de estudantes e trabalhadores jovens, precários, desiludidos com a possibilidade de progresso por meio da ordem, aliás, já vinha se manifestando, pontualmente, antes de junho. Braga e Bianchi (2017) listam, por exemplo, movimentos que anunciavam uma disposição de luta que desaguaria com força em 2013. São eles: os comitês de luta contra a Copa em Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília; diversas ocupações de instituições; o Ocupa Estelita, no Recife; movimentos nas favelas no Rio de Janeiro; e a greve de professores. Da mesma maneira que as jornadas de junho não interrompem movimentos de corte progressista, em que pese a tendência a pensarmos que, desde então, somente a direita recorreu às ruas como espaço de disputa política. Talvez o exemplo mais significativo de uma esquerda que preservou o espírito radicalmente democrático presente em uma face das manifestações de 2013 tenha sido o processo de ocupação de escolas por estudantes secundaristas em São Paulo, em 2015, e em outros estados do país, no ano seguinte. Reivindicando mais direitos sociais, formas mais participativas de deliberação, valores de igualdade e liberdade, as ocupações se inserem num processo de lutas no qual podemos incluir também a chamada primavera feminista, de 2015, entre outros movimentos que, à margem da institucionalidade, mostraram o vigor de setores sociais inconformados com o horizonte limitado que o lulismo oferecia.

O que reflete uma contradição do lulismo que a etnografia de Caetano Patta (2017) com estudantes secundaristas que ocuparam uma escola pública no extremo leste da cidade de São Paulo nos ajuda a enxergar. Segundo ele, o lulismo teria provocado a sua crise, pelo menos entre a juventude periférica, ao promover oportunidades e uma segurança material que desloca o sentido ideológico de sujeitos oriundos das camadas populares no respeito à ordem. O pacto conservador lulista, descrito por Singer (2012), encontraria um obstáculo em jovens nascidos a partir dos anos 90 que não compartilham da mesma visão acerca da ordem e da crise que as gerações mais velhas do subproletariado. Eles não enfrentam o mesmo nível de insegurança material que seus pais e, frente às frustrações produzidas por um sistema que lhes é hostil em diferentes sentidos - e aqui poderíamos falar da violência que sofrem das forças policiais, dos desejos de consumo frustrado, da ausência de reconhecimento – abrem mão do compromisso com a ordem e a estabilidade. Recorrem, então, a “formas radicalizadas de protestos e discursos” em oposição a partidos, a

práticas e atores convencionais da política, que não são vistos como canais legítimos e eficazes de mediação (Patta, 2017: 187). É como se, involuntariamente, o progresso tímido que o lulismo operava sobre a democracia preparasse as bases de um movimento que reivindicaria o seu aprofundamento. Nesse sentido, os governos petistas acabaram alimentando, mesmo que indiretamente, uma disposição de luta que poderia levar a uma democratização que o lulismo, em si, era incapaz de promover.

Como diz Rosana Pinheiro-Machado, o lulismo foi uma era de muita esperança e, ao mesmo tempo, de muita frustração. Uma frustração movida por “contradições sociais e lacunas democráticas deixadas pelo caminho” e presentes na ausência de melhora significativa dos bens e serviços públicos e na relação promíscua entre Estado e grandes corporações, cujos traços mais visíveis emergiriam em 2014 com a operação Lava Jato. A erosão da base social de sustentação do lulismo, para a autora, seguiu a seguinte lógica:

Após os escândalos do mensalão e a guinada lulista pela governabilidade, uma grande parte dos apoiadores petistas ficou à deriva. Alguns agiram como traídos: sentiram raiva, abandonaram o interesse político e mudaram de partido ou mesmo de lado ideológico. Mas, principalmente, o que houve no Brasil foi a ascensão de uma geração jovem que não conheceu o passado petista e que cresceu em uma era em que o PT simbolizava ordem, establishment, governo de coalizão. (Machado, 2019: 31).

Em outras palavras, o Partido dos Trabalhadores, aos olhos dessa geração, não carregava predicados capazes de diferenciá-lo de uma ordem corrupta cuja estrutura serve aos interesses das elites políticas e econômicas. Pesquisa de Ortellado, Solano e Ribeiro (2019: 94), por exemplo, mostrou que os atos a favor e contra o impeachment em 2015 e 2016 tinham médias relativamente elevadas de idade e pouca participação de jovens. Nos primeiros, a média era de 44 anos, com menos de 6% de jovens de 16 a 20 anos. Nos segundos, a média era de 40 anos, com menos de 8% de jovens da mesma faixa etária. Segundo os pesquisadores, a pouca presença de jovens sugere que a mobilização em torno da figura do PT seria uma questão que define melhor gerações mais velhas, enquanto, para os mais jovens, o partido está longe do centro de sua identidade política e é amplamente reconhecido como um “partido corrupto”.

Não é um acaso, tampouco, o fato de a participação de jovens em partidos políticos ter diminuído drasticamente no período. Entre 2008 e 2019, a proporção de filiados de 16 a 29 anos passou de 5,2% a 1,5% (Nicolau, 2019). No PT, nesse ano, o percentual de jovens filiados era de apenas 0,8%, sendo que, entre o eleitorado, o segmento correspondia a 14% de sua totalidade. Para o

cientista político Jairo Nicolau, o fenômeno se deve, fundamentalmente, à aproximação dos partidos àquilo que Peter Mair e Richard Katz denominaram partido-cartel. Na medida em que as agremiações se tornaram mais dependentes de recursos estatais, diminuíram os incentivos para manter um vínculo próximo da sociedade. Elas se tornaram organizações pesadas, pouco afeitas à renovação e sem estímulos para atrair jovens às suas instâncias e adotar mecanismos participativos. Em resumo, os partidos colaram-se ao Estado, afastaram-se da sociedade e se associaram ao mais estancado status quo. O lulismo, ao descartar a renovação dos métodos de governo e objetivos democraticamente mais ambiciosos, fez apenas consumir uma realidade que já se anunciava para o PT. O partido se tornou simplesmente mais um em meio a um sistema fechado em si mesmo. A política, cujo significado foi restrito à disputa eleitoral e às negociações parlamentares, já não dizia muito para camadas populares e, sobretudo, jovens para quem o lulismo era insuficiente. Junho realizou o desejo e a esperança, mesmo que sob a forma do desespero para a maioria que lá estava, de que outra lógica de ação coletiva, diferente daquela típica de associações, sindicatos e partidos, permitisse transformações mais efetivas (Miguel, 2017b). Para Machado (2019: 33), os protestos, em última instância, “eram por mais democracia e contra o neoliberalismo”. De fato. Pelo menos parte deles.

3.1.1. Dois lados na rua

As ruas de cidades como São Paulo, em junho de 2013, foram tomadas por diferentes parcelas da sociedade brasileira. Nelas, estavam jovens trabalhadores há pouco no mercado, com escolaridade mais alta que a renda e motivos de sobra para manifestar seu mal-estar (Braga e Bianchi, 2017: 68; Singer, 2018: 114). Em boa parte, elas reagiram à brutal repressão policial ao protesto paulistano do dia 13 e foram atraídas pela alternativa participativa e radical que o repertório e o discurso do MPL expressavam em relação a uma política marcada pela lógica desgastada da representação institucional. Estava lá também, a partir da comoção provocada no mesmo dia 13 e do caráter ecumênico assumido pelos protestos, uma classe média tradicional que via no julgamento recente do mensalão e nos sinais de aceleração da inflação fundamentos legítimos para manifestar, na realidade, um ressentimento de corte reacionário com os efeitos dos governos petistas. Os dados relativos à composição dos atos demonstram a partilha das ruas por esses dois

estratos sociais e prejudicam narrativas que só enxergam nos atos um dos lados (Singer, 2018: 108).

Do corte sociológico das manifestações, ainda é possível desdobrar uma clivagem ideológica que o acompanha. Na medida em que a nova classe trabalhadora veiculava demandas tipicamente de esquerda, como melhores serviços públicos e a abertura do Estado à participação popular, e as classes médias concentravam suas preocupações na corrupção como pretexto para o enxugamento do papel redistributivo da política e do Estado, não é absurdo pensar em campos opostos dividindo o mesmo espaço. André Singer (Idem: 121) ainda identifica um terceiro campo, que ele chama de centro pós-material, nas ruas contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. No entanto, todos esses esforços de compreensão de junho esbarram em dificuldades analíticas vinculadas à heterogeneidade social dos atos e à pluralidade difusa das demandas ecoadas. Pessoas de origem, valores, expectativas, insatisfações essencialmente distintas estavam nas ruas e algo as unia. Recortes de classe e de sistemas de crença são possíveis, mas alguma coisa era, naquele momento, capaz de articular um mal-estar profundo e levar pessoas que em nada se assemelhavam às mesmas manifestações. Embora muitos tentem enxergar em indícios frágeis de crise econômica àquela altura o ímã a unir os diferentes, os dados prejudicam essa explicação.

O que uniu os manifestantes de junho de 2013 não foi, na essência, muito diferente daquilo que mobilizou as massas que ocuparam praças, ruas e prédios públicos ao longo da Primavera Árabe, do Occupy, do 15-M e da ocupação da praça Taksim, em Istambul. É evidente que as pessoas tinham motivos muito concretos, materiais via de regra, para manifestar seu mal-estar. Desemprego, deterioração dos serviços públicos, descompasso entre formação e ocupação profissional de jovens cuja vida se anunciava, pelo menos nos países desenvolvidos, menos confortável do que a de seus pais são alguns deles. Mas mais do que as necessidades em si, foi determinante para a revolta a sensação de que as instituições, a despeito do voto como mecanismo de participação e controle, eram pouco ou nada responsivas aos interesses dos trabalhadores, das classes médias, em suma, dos governados. No hemisfério norte, o socorro aos bancos, responsáveis pela crise, em detrimento da renda e dos direitos sociais das pessoas comuns, foi o sintoma mais claro da parcela restrita privilegiada pelas decisões dos governantes (Castells, 2018). Essas mobilizações, e junho se insere nesse quadro, expressaram a crise estrutural da representação. Da qual já se falou no capítulo 1 e que envolve a dissolução de identidades políticas coletivas e os laços orgânicos entre representados

e representantes, tornando os últimos menos compelidos a assegurar os interesses dos primeiros. Não à toa, esse ciclo de protesto contou com ampla aprovação popular nos diferentes países em que ganhou vida. Apesar, inclusive, das táticas disruptivas e, muitas vezes, violentas dos grupos mais radicais à frente das manifestações. No caso brasileiro, um ícone das jornadas de junho é o episódio em que o apresentador de televisão José Luiz Datena, conhecido pelo tom conservador de seus programas policiais, passou vergonha ao vivo. Certo de que seus telespectadores reprovavam os manifestantes que queimavam objetos e faziam barricadas nas ruas de São Paulo, ele ficou atônito frente ao apoio eloquente recebido pelo ato. Ele chegou mesmo a reformular a pergunta feita aos espectadores, incluindo a palavra “violento” para qualificar o protesto. Com o sentido inalterado da opinião de seu público, Datena teve de ceder à revolta.

É verdade que, no Brasil, 2013 não correspondia a um momento de regressão inequívoca das perspectivas materiais das camadas médias e populares. Mesmo que certos autores recorram a supostos sinais de crise econômica que já se anunciavam, é frágil a relação de causa e efeito entre a diminuição do ritmo de crescimento e de aumento dos salários, por um lado, e de indícios pontuais de inflação, por outro, e as massivas manifestações. Não se trata de desconsiderar a importância de pressões e de ruptura de expectativas materiais para os protestos. Elas certamente cumpriram um papel. Mas daí a explicar junho com base em variáveis de ordem econômica há um salto que essas abordagens são incapazes de sustentar.

Parece fazer mais sentido tomar junho como uma grande rebelião contra a ordem, contra a forma como somos governados, como diz Arantes (2014). Afinal, o lulismo, como vimos há pouco, ao mesmo tempo em que tirava pessoas da pobreza, ampliava a inclusão social e, assim, a dimensão substantiva da democracia, ele contribuiu com a deseconomização e a desdemocratização, para usar mais uma vez os termos de Streeck (2018), do sistema político brasileiro. O que não era necessariamente um problema político, na medida em que promovia crescimento e, por meio igualmente de programas sociais diversos, atendia às demandas mais imediatas de ampla parcela da população. No entanto, seria simplesmente impossível atender a todas as vontades e expectativas que, junto com o desenvolvimento econômico e as transformações da estrutura social, evoluíam. Inevitavelmente, necessidades mais ou menos objetivas e frustrações das mais diversas ordens ficariam pelo caminho. O verdadeiro limite do lulismo se manifestou em 2013, quando aqueles muitos insatisfeitos – de diversas classes e campos ideológicos – foram às ruas de maneira

desordenada e violenta. Pois já não reconheciam nenhum canal legítimo para se expressar politicamente. O PT cumprira parte importante desse papel e, de alguma forma, mantinha o sistema minimamente aberto à criação, à transformação. A adesão irrestrita dos governos petistas à ordem, na sua face menos democrática e mais apartada da sociedade, sinalizava a impossibilidade de uma mediação realmente democrática entre governados e governantes. Como notou Nobre (2013: 145), “todos os confrontos que o sistema neutralizou (...) irromperam nas ruas”. Assim como os indignados, os manifestantes turcos e norte-americanos recorreram à ação direta pois não enxergavam na prática convencional da filiação, do voto, da representação parlamentar um meio eficaz de realização da suas vontades, os brasileiros não encontraram canal aberto para a ação política.

A palavra de ordem comum em junho “não me representa” criticava, ao mesmo tempo, os atores políticos tradicionais, o funcionamento do sistema político e a própria forma como a representação é entendida (Idem: 143). Boa parte das pessoas nas ruas demonstrava não querer apenas votar periodicamente e guardar a esperança de ser devidamente representada pelas instituições formais. A cooptação lulista apontava para a necessidade de encontrar novos caminhos de participação política, para além das instituições convencionais. Outras formas de participação direta e de controle sobre os representantes se tornavam imperativos para pessoas que não viam no sistema o compromisso com os eleitores a possibilidade de mudanças efetivas da organização do poder e da sociedade. Junho, como diz Nobre (Idem: 142), abriu “um enorme rombo na blindagem pemedebista tão cuidadosamente construída ao longo de todo processo de redemocratização” e confrontou um sistema político e sua lógica insulada desde baixo, exigindo sua reforma radical. E colocou em novo passo “o ‘imobilismo em movimento’ que caracterizou o processo de redemocratização”. As fronteiras do possível, segundo o autor, voltaram a se mover.

Junho, portanto, é expressão do esgotamento do modelo de democracia de baixa intensidade que caracteriza o sistema político brasileiro e que o lulismo, ao associar-se a ele, aprofundou. Inevitavelmente, algum tipo de conflito voltaria a organizar a política e, nesse sentido, junho não é exatamente causa, mas antes um marco da abertura de uma nova conjuntura marcada pelo fim da pacificação social, como afirmam Braga e Bianchi (2017: 69). As jornadas trouxeram de volta o antagonismo ao centro do palco e inauguraram um outro período de luta de classes – como se ambos saíssem das amarras em que o modo de regulação lulista apostou.

Como disse Tocqueville, recuperado por Singer (2018: 289) para pensar o fenômeno ainda incerto de junho, não é sempre de mal a pior que se cai em revolução. O povo tende a suportar, sem se queixar, leis mais opressivas, mas passa a rejeitá-las violentamente assim que seu peso diminui. Com efeito, o cenário econômico não afligia exatamente os trabalhadores que desciam às ruas no centro e nas periferias das cidades brasileiras. Suas condições objetivas de vida, ao contrário, haviam melhorado significativamente no período imediatamente anterior. Mas frente às expectativas que o progresso alimentara, eles se deparavam com uma ordem política apoiada num “pacto condominial”, para usar o termo de Dunker (2019), que fechava o caminho rumo a melhores salários, serviços públicos, qualidade de vida. Para realiza-los, parecia necessária uma nova ordem, mais permeável ao controle e mais sensível aos interesses dos governados. Aquela já não servia - nem aos que ela beneficiava, mesmo que de maneira lenta, nem aos que prejudicava por reduzir desigualdades que marcam a história e as instituições do país.

3.2. O que junho inaugurou

Junho, ao ir contra o espírito mesmo do lulismo, representou a melhor oportunidade que os governos petistas tiveram para acelerar o ritmo de seu reformismo. Uma face importante daquela revolta, de fato difusa, sugeria o incremento de políticas públicas e direitos sociais de cunho igualitário. Ela estremecia, a olho nu, o pacto de classes que até então pudera acomodar interesses divergentes em torno de um programa capaz de promover taxas de lucro e salários crescentes. Junho, de uma forma ou de outra, antecipava o dilema com o qual o Partido dos Trabalhadores se defrontaria dali em diante entre acelerar o passo de transformações sociais progressivas e se ater piamente ao imperativo da conciliação, por mais improvável que ela se tornasse.

Embora tímida, o governo Dilma chegou a ensaiar alguma radicalização. À obrigação moral e política de responder de alguma maneira à comoção que tomara praticamente toda a população brasileira, apresentou-se, por um lado, um projeto de reforma política a ser elaborada por uma assembleia constituinte eleita com esse único propósito. Rapidamente contestado juridicamente, o projeto não contou com empenho do governo e do campo petista suficiente para que sobrevivesse às resistências da classe política. Por outro lado, o governo avançou no sentido de garantir a reserva de recursos expressivos a serem obtidos pela exploração do petróleo encontrado no pré-sal às áreas da saúde e da educação. Medida louvável e que convergia com o espírito dos protestos, mas de

pouco, ou nenhum, efeito prático imediato. Parou por aí a reação petista às jornadas de junho, a principal mobilização da sociedade brasileira desde o movimento das Diretas Já, em 1984.

A verdade é que a saída escolhida pela esquerda no poder à tensão que junho inaugurava foi pela ordem. O que fez simplesmente agravar a fissura entre Estado e sociedade aprofundada pelo lulismo e da qual o movimento era expressão. É sintomático para pensar a reação atônita do petismo à revolta julgada despropositada – e para muitos irresponsável – a postura do então prefeito paulistano Fernando Haddad frente aos atos. Intransigente quanto à possibilidade de recuar no aumento da tarifa de ônibus, ele recorria a constrangimentos financeiros para recusar qualquer diálogo com os militantes do MPL. Na medida em que o acréscimo no valor da tarifa era justificável economicamente, não cabia nenhum outro cálculo político para além da preocupação com a saúde do orçamento municipal. Tão simpático às reflexões dos autores da Escola de Frankfurt, a aposta de Lula para recuperar a cidade de São Paulo das mãos tucanas se agarrava à técnica para conter e recusar a legitimidade da revolta popular. Assim como parte da oposição, o governo e o PT reagiram, como notou Miguel (2017b: 51), dentro da

lógica da política convencional, numa demonstração cabal de sua incapacidade de dialogar com aquilo que as ruas estavam (de uma maneira caótica, contraditória, desordenada, incerta) dizendo. Tratava-se de minimizar danos, com promessas vagas e sempre de uma maneira que recolocava os cidadãos comuns numa posição de passividade e reatividade.

Tudo o que o PT e a esquerda que o partido hegemonizava haviam conquistado, em sua perspectiva, era decorrência direta de uma postura moderada e avessa ao conflito. A valorização compreensível das transformações concretas sobre a realidade e a autoestima de milhões de brasileiros pobres afastava, então, qualquer possibilidade de radicalização do programa ou de aprofundamento da participação. A junho de 2013, a reação só poderia ser de atenção e receio. Em parte, em função do apego ao controle do aparelho estatal peculiar a qualquer força política que acede ao poder, em parte, em função da percepção de que, como disse no início deste capítulo, a radicalização – ou o reformismo forte – é incompatível com os limites de uma democracia brasileira tutelada por elites econômicas e políticas. Seria natural que a esquerda brasileira não estivesse, como disse Safatle (2017: 56-57), pronta para a revolta de 2013.

Não, a esquerda não estava à altura das exigências do tempo presente porque ela tinha medo de dizer seu nome, de operar no interior de conflitos de classes (...), de construir o campo genérico de identificação proletária, de romper com o modelo de acumulação baseado na predominância dos interesses financeiros, de sair das dinâmicas de representação e avançar em direção à implementação de mecanismos de democracia direta, de fazer a crítica da cultura de anestesia e

frivolidade que invade a vida de todos via consumo maciço de produtos da indústria cultural, de abandonar suas estruturas de organização dirigistas, centralistas, hegemônicas. Essa esquerda, o último ator a confiar no sistema moribundo de gestão de conflitos próprio à democracia liberal, precisava morrer. Ela acabou.

Junho de 2013 representou no Brasil a eclosão mais inequívoca possível de um mal-estar com um tipo de ação política e de representação associadas a um imobilismo incompatível com as dinâmicas e as expectativas próprias desse tempo. Ele só teve a violência que teve pois, naquele momento, já não havia atores dignos de vocalizar sua revolta com uma ordem insuficiente, para as demandas de alguns, e responsável pelo ressentimento de outros. O PT desempenhara esse papel durante muito tempo – até chegar ao governo federal, em boa medida. Mas então ele já não se mostrava capaz nem de mobilizar nem de desmobilizar as massas. Como notou Plínio de Arruda Sampaio Jr., o PT ingressou na política colocando o povo nas ruas e chegou ao poder tirando-o delas (Apud Dos Santos, 2017: 21). Em junho, ficou claro que já não fazia nem um nem outro.

Não é por acaso o esforço do governo e do campo de esquerda em trazer a política de volta para as instituições. Nas palavras de Miguel (2017b: 51), todos se sentiram aliviados ao pensar que aquilo havia passado, que a política voltaria ao normal com as eleições de 2014. No entanto, não seria tão simples reconduzir a política de volta para o âmbito restrito das negociações de gabinete. A política, simplesmente, não voltou ao normal. À esquerda, isso ficou claro com iniciativas de forte conotação extrainstitucional e participativa, estranhas aos canais, repertórios e atores tradicionais. Exemplo disso são as ocupações das escolas entre 2015 e 2016. Mas também a dificuldade, por parte do PT, de mobilizar sua militância e sua renovada base social em meio ao golpe parlamentar de 2016 e o desempenho melancólico de seus candidatos nas eleições municipais do mesmo ano. Figura de proa de uma ordem que se esgotava, o partido sofreu as consequências de vincular sua imagem e seus objetivos a ela.

À direita, por outro lado, muitos entenderam o recado de junho e souberam se aproveitar de uma conjuntura favorável à recuperação do conflito e da política.

3.2.1. O campo conservador reagindo à altura

Quem melhor reagiu a junho de 2013 foi uma certa direita. Não exatamente a direita tradicional, representada por partidos como PSDB e Democratas. Mas atores que apostaram no confronto radical com a ordem da qual a oposição institucional fazia parte. Em meio ao rescaldo de junho como um momento catártico de mobilização e revolta popular, grupos mais ou menos organizados

combinaram, nem sempre de forma coerente, princípios liberais e conservadores e dialogaram diretamente com o ressentimento de estratos médios com o lulismo. Ao fazê-lo, acabaram sensibilizando outros setores da sociedade igualmente indignados com o modus operandi tradicional da política e inclinados a uma ação mais contundente, vista como último recurso para recuperar alguma influência dos sem-título sobre o poder.

Foi determinante para o considerável sucesso de movimentos de direita que ganharam fôlego na esteira de junho a eclosão da operação Lava Jato. Não convém aqui descrever as origens, os meandros e as consequências da operação. Tampouco a controvérsia de seus métodos e o caráter pouco republicano das investigações. Cumpre apenas registrar o impacto da operação sobre a percepção mais generalizada sobre o sistema partidário e, especialmente, o Partido dos Trabalhadores. Afinal, ao revelar o envolvimento do partido, de algumas de suas principais lideranças e dos governos Lula e Dilma em amplos esquemas de corrupção, a Lava Jato retirou do PT qualquer lastro que lhe restara do partido que, na origem, tinha como uma de suas principais bandeiras a ética e o combate à corrupção. O que lhe assegurava, inclusive, uma profunda distinção em relação a um sistema político-partidário marcado por práticas de compadrio e patrimonialismo. Por mais que possamos questionar o sentido progressista de uma organização assentada nos valores da ética e na aversão à corrupção, a verdade é que isso havia garantido ao PT a impressão de constituir uma alternativa a um sistema organizado por trocas de favores a serviço das elites políticas e econômicas. As relações promíscuas que se revelaram entre diretores da Petrobras indicados pelo governo, o partido e grandes empresários da construção civil jogaram por terra qualquer reivindicação que lideranças petistas pudessem fazer em relação ao compromisso com a ética e a transformação de uma ordem movida por grandes interesses privados. A própria ideia de igualdade, que inspirava a expansão de programas sociais e a redução do abismo econômico entre pobres e ricos não se sustentava frente ao privilégio outorgado a alguns dos homens mais ricos do país na definição de contratos públicos. O PT virou mais do mesmo e conforme ele passava para a defensiva, uma “nova direita” soube aproveitar o momento para reivindicar alternativa, de fato, àquela ordem corrompida.

Ela começou ocupando as ruas, conduzindo um processo significativo de mobilização que, se não era exatamente popular, pois formado essencialmente por camadas médias e médias altas, contava com expressivo apoio dos brasileiros em geral. Com a campanha de Aécio Neves, mas

especialmente com a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, iniciada quase que concomitantemente ao seu segundo mandato, determinados movimentos renovaram a forma de ação política da direita enquanto vocalizavam um conteúdo já bem conhecido de preservação de tradições e costumes e redução do papel redistributivo do Estado na economia. Entre eles, estavam o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua. Junto a eles, nas ruas pelo impeachment de Dilma, estavam também grupos menos liberais e mais radicais no caráter reacionário de sua pauta de defesa da ditadura e, em alguns casos, de uma intervenção militar contra o governo petista. Partidos como o PSDB também deram sinais de jogo duro institucional ao romperem práticas correntes de convivência pacífica entre rivais políticos e recorreram, por exemplo, ao pedido de cassação da chapa Dilma-Temer. Mas antes que parlamentares e lideranças partidárias de oposição passassem a defender abertamente o impeachment de Dilma, as ruas responderam a uma insatisfação que já se manifestava com vigor nas redes. É evidente que nas manifestações verde-amarelas de 2015 e 2016, que tinham na Fiesp e no seu pato símbolos maiores, a composição social, as demandas e o repertório diferiam muito das jornadas de 2013. No entanto, parte de seus participantes e de seu espírito estava ali. A ideia de que a transformação e a política se davam também nas ruas passara a fazer parte do reflexo dos brasileiros médios inconformados com mudanças sociais que lhes eram sensíveis acrescidas de uma crise econômica que agora não se restringia a pequenos sinais e de escândalos de corrupção que serviam para justificar a revolta e explicar o estado calamitoso de coisas. O campo conservador, que, apesar dos precários contornos ideológicos com que articulava liberalismo econômico e conservadorismo moral, tenho chamado aqui de direita, passou a ocupar tanto as ruas quanto o espaço instituinte de contestação da ordem e de vetor do conflito. Papel que, na história recente, pertencera especialmente ao campo progressista. À imagem do populismo reacionário que trouxe, pelas mãos dos governados, a política de volta no centro do capitalismo (Mouffe, 2015), a “nova direita” brasileira, a despeito dos velhos preconceitos e da defesa de privilégios por parte de uma base fundamentalmente composta por setores médios, só recebeu esse nome por ter recuperado o dinamismo e a contestação que um dia foram típicas da esquerda.

Conforme a Lava Jato qualificava o fato de o lulismo ter tornado a esquerda o partido da ordem e face à paralisia completa do governo e à incapacidade do que restara à esquerda de se apresentar como um intérprete à altura das demandas que eclodiram em junho, “foi a direita que soube captar o momento, absorvendo de vez um discurso anti-institucional” (Safatle, 2017: 115). Em ampla medida, essa direita que saía às ruas em 2015 e que assumiria o protagonismo da conjuntura

eleitoral durante alguns anos recuperou a política que a esquerda, por confundir sistematicamente política e gestão, havia enterrado. Como diz Safatle (Idem: 116), escorado em outros autores já citados, “a política é indissociável da capacidade de incorporar forças anti-institucionais”. Foi exatamente o que aconteceu. Ao se deixarem invadir pelo espírito radical, embora reacionário e autoritário, forças conservadoras trouxeram de volta a política para o centro do palco. A polarização foram elas quem produziram – e não um lulismo que tentava se equilibrar em um pacto já esgotado. Mesmo que esses movimentos extraparlamentares e forçados no conflito tenham estabelecido rapidamente vínculos com partidos e outras instituições políticas, eles assumiram o polo da transformação, que naquele momento passava, sobretudo, pela destruição do que o lulismo construía e representava.

Assim como aconteceu no que concerne ao fim do pacto socialdemocrata no centro do capitalismo, em que governos como os de Reagan e Thatcher serviram para solapar direitos e organizações ligadas ao trabalho, por aqui foi a direita que radicalizou para pôr fim ao pacto lulista. Como diz Singer (2018: 296), “as contradições furaram o sonho ideológico da integração rooseveltiana sem confronto, pois a reação fez questão de radicalizar”. A demonstração mais clara disso se deu no golpe parlamentar de 2016. Nesse momento, o compromisso com a estabilidade institucional foi abandonado por praticamente todas as forças conservadoras da sociedade brasileira. Bastou um pretexto menor, contábil, para que se interrompesse um ciclo celebrado de alternância do poder entre partidos e programas eleitos. Pois embora o segundo mandato de Dilma não estivesse seguindo propriamente a agenda lulista referendada nas urnas, era notório o engajamento do vice Michel Temer com o impeachment e a adoção inequívoca do programa derrotado no pleito de 2018.

Não convém, como já disse, estabelecer uma relação de causa e efeito entre junho e o golpe parlamentar. Não foram as jornadas as responsáveis por despertar o espírito reacionário que deporá Dilma Rousseff. Elas apenas manifestaram o ressentimento difuso que o lulismo alimentara em setores médios da sociedade brasileira, de um lado, e as expectativas que começavam a se frustrar de camadas populares que já se deparavam com os limites de uma estratégia baseada na conciliação, de outro. Nas palavras de Braga e Bianchi (2017), elas foram um aviso de incêndio. Acontece que a esquerda não o levou a sério e preferiu tentar apagar o fogo. Enquanto a direita tratou de atiçá-lo. E o fez, de maneira exitosa, ao longo do processo que

culminou com o golpe de 2016. Um processo que se apoiou no mal-estar das classes médias com a pressão que o lulismo colocara sobre desigualdades materiais e simbólicas entre elas e as classes trabalhadoras. Mas que acabou contando com um apoio, essencialmente passivo, de camadas populares sensibilizadas pelos escândalos de corrupção e com o estelionato eleitoral de 2014¹³.

Com efeito, as eleições presidenciais daquele ano, ao menos no segundo turno, opuseram duas alternativas muito claras de resposta do Estado à crise econômica. De um lado, a candidatura tucana defendia abertamente a necessidade de arrocho fiscal e redução de direitos trabalhistas. De outro, a campanha pela reeleição de Dilma rejeitou o fim de direitos sociais e a agenda de austeridade demandada pelo mercado financeiro e seus especialistas. O abandono imediato dos compromissos de campanha por parte do governo reeleito não só aceleraram a degradação da economia como retiraram dele qualquer credibilidade perante uma população que testemunhava dia e noite a tendenciosa cobertura midiática da operação Lava Jato. A mistura nociva de desemprego e inflação crescentes com escândalos de corrupção fez com que o esforço golpista da direita contasse, senão com a simpatia, pelo menos com a indiferença de trabalhadores decepcionados com o PT e desiludidos com uma política confundida com um jogo sujo e restrito a poucos jogadores.

Embora certa narrativa de esquerda sugira que os mais pobres rejeitaram o impeachment e que ele tenha sido conduzido, tanto em suas manifestações de rua quanto em suas articulações institucionais, por representantes de classes médias altas e das elites, pesquisas de opinião mostram um significativo apoio de trabalhadores ao golpe parlamentar – no fim de 2015, apenas 9% dos brasileiros aprovavam o governo Dilma. Mesmo no que concerne aos atores econômicos mais ativos na mobilização pelo impeachment, uma literatura recente tem demonstrado que os primeiros a se organizarem nesse sentido não foram exatamente os grandes patrões. Mas pequenos e médios empresários, insatisfeitos com a política de favorecimento dos campeões nacionais privilegiados pelos programas de crédito subsidiado do governo petista (Perrin, 2020). Portanto, ao lado da burguesia financeira interessada na austeridade e na proteção de uma política monetária marcada por elevadas taxas de juros, cerraram fileiras pelo golpe setores médios do empresariado, com suas demandas materiais e seu desconforto ideológico e cultural com a ascensão material e em termos

¹³ Em 6 de agosto de 2015, pesquisa Datafolha mostrava que o governo Dilma tinha 8% de aprovação e 71% de reprovação. Em março de 2016, 68% dos eleitores apoiavam o impeachment e apenas 27% eram contra.

de reconhecimento dos mais pobres. Armando Boito (2020) dirá, de maneira provocativa, que a crítica econômica ao governo petista que embalou setores econômicos na campanha pela deposição de Dilma foi feita pela esquerda. Contra um governo associado ao grande capital nacional.

Não é o caso aqui de adentrar esse debate, tampouco de reivindicar um caráter democrático à campanha golpista – marcada por sentimentos e objetivos mais reacionários. Trata-se apenas de registrar que, a despeito da composição social e de sua estética antipobre, os atos ganharam uma capa senão popular, ao menos anti-sistema. Parte da direita que estava nas ruas e que, no âmbito institucional, rompeu o pacto lulista, soube representar a ideia de uma alternativa que sugerisse estar do lado dos governados na clivagem que os separa do poder. Quem foi à rua pelo impeachment e o apoiou do sofá de sua casa, ou atrás da tela do computador e do celular, considerava fazer parte de um movimento que colocava a soberania popular acima dos gestores do Estado e dos interesses que informavam suas ações. E o fato de os protestos não terem sido conduzidos por forças políticas tradicionais, mas por movimentos cívicos e figuras estranhas ao poder estabelecido, como Jair Bolsonaro, reforçava essa impressão.

Vimos também na esquerda lampejos que indicavam a recuperação do conflito e da alternativa inerentes ao político. Alguns movimentos, na esteira de junho, ensaiaram formas de organização política mais horizontais e participativos, repertórios de ação mais radicais e voltados para a ação direta e estratégias mais afeitas ao confronto do que à conciliação. Entre eles, destacam-se os secundaristas de 2015 e 2016, mas também a primavera feminista e a multiplicação de coletivos que, apesar da diversidade das pautas, tinham em comum o impulso de resgatar o aprofundamento da democracia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, como objetivo central da esquerda. Por mais louváveis que sejam esses esforços, grande parte deles esbarrou na dificuldade de superar o caráter destituente de suas práticas e proposições. Como notou Pierre Rosanvallon (2006) em relação ao incremento de um tipo de participação política que ele chamou de contrademocrático, esses movimentos se inserem em uma lógica de engajamento mais negativa que propriamente positiva. Eles se mostraram vigorosos para rejeitar medidas do Estado, padrões de comportamento, atores políticos específicos, mas sua crítica comum à representação, à interação com o aparato político-institucional e às formas convencionais de organização limitam o alcance de suas ações e do próprio movimento. A reação da esquerda à falta de política do lulismo acabou caindo, em

muitas ocasiões, em um tipo de ação política que prejudica a atração de camadas sociais desconfiadas de modelos horizontais de organização e que ainda esperam muito do Estado, por um lado. Por outro, incorreu no erro de negar a própria política ao recusar a organização, a participação em espaços instituídos de poder e, em última instância, uma incidência efetiva sobre a realidade.

Mas se sobraram princípios à parte da esquerda crítica ao caráter apolítico do lulismo, sobrou pragmatismo na direita que viu na crise lulista a oportunidade para encarnar a alternativa, a transformação. O contexto de crise econômica e de obsessão midiática com a operação Lava Jato contribuiu para que a articulação do ressentimento antipetista, de valores conservadores e de anseios neoliberais de empresários, de fato ou de si mesmos, catapultasse movimentos e lideranças de uma direita mais ou menos nova ao centro do palco político. No primeiro momento, muitos pensaram que assistiríamos a uma renovação jovem e moderna de uma direita institucional carcomida pelo amplo mal-estar com a classe política. Junto com o expurgo da corrupção pela Lava Jato, veríamos a substituição da velha classe política e seus vícios. O MBL e seus jovens líderes seriam o principal símbolo do fenômeno. Acontece que, não muito tempo depois, um velho deputado roubaria a cena e emergiria como o principal beneficiário da volta da política pela direita.

3.2.2. Junho na história

Junho, enfim, foi um momento em que se expressaram as paixões políticas dos marginalizados, dos humilhados, dos que não estão na conta. Nas palavras de Arantes (2014: 424), um momento perturbador de desgoverno, de abalo sísmico do regime normativo dominante em que aqueles que são objeto de preocupação e alimentam necessidade de administração, gestão e pacificação afirmaram algo como: “simplesmente não queremos mais ser governados, não mais assim”. Chocaram-se dois regimes de cidadania: um insurgente, sempre presente e que em função das circunstâncias esquenta ou esfria, e um entrincheirado (Idem: 387).

O lulismo, naquele momento, era representante dessa cidadania entrincheirada de que fala Paulo Arantes (2014). Não à toa os manifestantes, inclusive aqueles que dele se beneficiavam, se dirigiram contra o PT e seus governos. Frente à eclosão dos protestos e de seu potencial disruptivo, a esquerda poderia ter trabalhado para alterar a configuração de poderes que, a priori, constrangia um projeto mais ambicioso de reformas. Mas a opção pela ordem e o rebaixamento das exigências

democráticas já não eram uma opção contingente. Já faziam parte da nova identidade petista e do projeto comedido inaugurado pelos governos Lula.

Em 2014, a polarização societal e política que marcou a disputa eleitoral empurrou o Partido dos Trabalhadores para a esquerda e lhe permitiu até recuperar a simpatia de setores desconfiados, que haviam inclusive sinalizado para Marina Silva como uma alternativa real de poder. Mas mesmo que se multiplicassem os sinais de que a pacificação social típica do lulismo encontrava seu fim e deixava lugar a uma nova era de luta de classes, na qual o centro da vida social brasileira seria levada inevitavelmente para os extremos do espectro político, como notaram Braga e Bianchi (2017: 70), o campo democrático-popular preferiu insistir no centro e evitar o conflito. A resposta que se viu foi mais do mesmo, aquilo que ele poderia oferecer: a gestão dos conflitos e das necessidades mediada por eleições que descolam o mundo político, restrito às barganhas intraelites, do mundo social. A política perdeu

sua dimensão artística, ela se resumiu à técnica de escolha de palavras de ordem e seleção de candidatos. A dimensão estratégica da política, aquela que, partido do pessimismo do intelecto, aposta na potencialidade do otimismo da vontade de criar o novo - essa dimensão foi sufocada (Idem: 84).

Em suma, junho mostrou a necessidade de uma esquerda que seja capaz de se reconciliar com a política nos termos colocados por autores como Chantal Mouffe (2015) e Jacques Rancière (2018). O que passa, inevitavelmente, pela ação dos sem-parte, cuja emergência coincide com o aparecimento da política. Como diz Arantes (2014: 456), “se não soubermos ou não pudermos contar com eles para a tarefa política da geração que vem, nada feito”. Tarefa essa que, definitivamente, não é fácil. Hoje, não contamos com a inteligibilidade da oposição capital-trabalho que o capitalismo industrial oferecia. Relações de trabalho atomizadas dificultam a organização de camadas populares que não enxergam interesses comuns e sonham com o sucesso por meio da ordem. Sonhos, no entanto, que mais cedo ou mais tarde se defrontam com uma realidade hostil não só à ascensão como à própria sobrevivência de indivíduos cujo trabalho material não é suficientemente absorvido pelo sistema e, portanto, remunerado. A multiplicação de necessidades irrealizadas e expectativas frustradas acaba por revelar os limites de um sistema político e econômico que não retribui aqueles que realizam o que foi solicitado. A consequência inevitável são episódios como o de junho de 2013.

Com efeito, àquele ciclo de revoltas do início da década se seguiu um outro, mais recente e disruptivo. Nele, podemos incluir os protestos dos coletes amarelos na França e as manifestações multitudinárias que ocorreram nos últimos anos na Argélia, Líbano, Chile, Equador e Colômbia. Com diferenças notáveis entre si, elas têm em comum o fato de se distinguir do ciclo anterior pela insistência – no tempo e na radicalidade das reivindicações – com que contestaram os poderes instituídos. Diferentemente de junho, da praça Taksim e mesmo dos indignados e do Occupy Wall Street, esses protestos não cessaram frente às primeiras respostas das autoridades. O respeito efetivo às principais demandas dos manifestantes foi exigido com manifestações seguidas, que chegaram a durar meses e que apresentaram um nível de violência significativamente mais importante do que os anteriores.

Nesse ciclo, ainda poderíamos incluir a revolta desencadeada nos Estados Unidos após o assassinato de George Floyd, em 2020, pela polícia de Minneapolis. Assim como as outras, ela não cessou assim que as instituições cederam e avançou para além das suas pautas originais. No caso dos EUA, houve redução expressiva dos orçamentos policiais. Na França, aumento do salário mínimo. No Chile, referendo por nova constituição. Tudo isso só revela o tamanho da crise das democracias liberais e a disposição, mesmo que pontual, dos governados em, como disse Chatterjee (2004), mostrarem como querem ser governados e forçarem os governantes a atendê-los. Já não há muita esperança e expectativa quanto à possibilidade de exercer o poder nos termos em que instituições o organizam e o distribuem, mas a revolta se tornou um mecanismo eficaz e legítimo de se fazer política.

4. A esquerda e a democracia

As abundantes críticas vindas da esquerda aos governos federais petistas e seu caráter conciliador, desmobilizador e conservador se assemelham às reparações que, após 64, se multiplicaram em relação ao populismo. É quase consensual a propriedade das comparações entre o lulismo e o varguismo. Paralelos em geral pejorativos e que, via de regra, sugerem que o PT traiu os princípios que justificaram sua criação e sucumbiu à tradição que pretendia superar. Por mais necessárias que sejam as reservas à face idealista de uma crítica que muitas vezes ignora estrangimentos estruturais à transformação, se faz crucial reconhecer as contradições de uma tentativa de reformismo fraco e contínuo. Não somente para o melhor conhecimento das características, dos

avanços e dos limites de um episódio central da história política brasileira, mas também para a compreensão dos acontecimentos que lhe sucederam.

A política, como venho tentando argumentar na esteira de uma longa tradição inaugurada por Maquiavel, supõe distúrbios e a ação de forças à margem do poder instituído. O pacto lulista, ao reforçar o imobilismo de que fala Nobre (2013), simplesmente ignorou a natureza necessariamente conflitiva da política. Em termos eminentemente materiais, o ciclo de valorização das commodities do qual se beneficiaram países emergentes exportadores de matéria-prima, como qualquer fase do capitalismo, se esgotaria em algum momento. A conciliação de interesses divergentes, mais cedo ou mais tarde, se desmancharia com o acirramento de velhas e novas disputas distributivas. Mesmo sem uma grande crise econômica, os efeitos positivos dos governos petistas pressionariam privilégios e status de camadas sociais cuja insatisfação já se manifestava, esporadicamente, antes de junho de 2013. Naquele mês, foi apenas a essência ambígua do lulismo que se expôs da maneira confusa que lhe era própria. O pacto de classes que perdurava até então se desmoronaria logo em seguida, a olho nu, em um contexto de colapso de uma economia que, como mostrou Streeck (2017), encolhe progressivamente qualquer margem para conciliação.

O lulismo foi muita coisa. Do ponto de vista político, podemos dizer que ele foi, acima de tudo, a redução da exigência da esquerda brasileira em relação à democracia. Guardadas as devidas proporções, que incluem diferenças históricas colossais, os governos petistas representaram, no Brasil, algo similar ao que as gestões de Blair, Schröder e Clinton significaram em seus respectivos países. A saber, o rebaixamento, por parte das forças progressistas postulantes da mudança, das expectativas que camadas populares poderiam alimentar acerca da política institucional. Ao invés de fazer apenas aprofundar a democracia, dependente da inclusão social que ele ensaiou, o lulismo se curvou à democracia de baixa intensidade contra a qual o PT reivindicava lutar. Ele foi o símbolo máximo do consentimento da esquerda ao que Colin Crouch (2000) chamou de pós-democracia, um regime em que o esvaziamento de mecanismos capazes de assegurar igualdade e soberania popular não é contestado por atores ou teóricos da política.

A redução do sentido substantivamente democrático da política pelos governos federais petistas se deu de duas maneiras principais. De um lado, a política econômica adotada indicou a ausência de alternativa da qual sempre falaram os ideólogos do neoliberalismo. Para além de conter o ritmo desejado de redução das desigualdades materiais, a agenda escolhida solapou a perspectiva de uma

diferença real entre as forças políticas em disputa. Por outro lado, o princípio da participação esteve fundamentalmente ausente da forma pela qual o PT escolheu governar. Em contraste com a velha identidade de um partido de massas marcado pelo engajamento de sua base, o lulismo se caracterizou pela contenção da participação popular. O círculo concêntrico do qual fala Crouch (2000) em relação aos velhos partidos de massa europeus, que faz com que a base informe a atuação e a posição dos representantes parlamentares, e que um dia existiu no PT, desapareceu. O partido se tornou mais um ator responsável pela gestão do Estado e parte do condomínio do poder sobre o qual pouca ou nenhuma influência exercem os governados.

Ao desvirtuar seus objetivos e sua identidade histórica, o PT, como vimos com Solano (2018), é tido como um traidor. Como um partido que abandonou seu compromisso e, mais do que isso, seu vínculo com as camadas populares que o levaram até o poder – como disse o rapper Mano Brown em comício da campanha de Haddad, em 2018. O envolvimento em escândalos de corrupção certamente contribuiu para o descrédito do partido como um veículo legítimo de organização e representação dos desejos e interesses dos trabalhadores. Mas foi a percepção de que ele adentrara o mundo exclusivo das elites, conhecido pela forma de governar desvinculada do povo e de suas demandas, que assegurou ao PT a pecha de traidor e de corrupto. Mais do que recursos públicos, a corrupção do partido faz referência ao que ele fora e prometera ser.

Como disse Miguel (2017b: 62), a esquerda, cujo campo continua sendo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, caiu na armadilha da democracia limitada que temos em que “parece que a luta política deve ser sempre canalizada para as eleições”. Ela esqueceu, porém, que não há “transformação possível sem investimento na luta extrainstitucional” e que

O Estado capitalista não é neutro, nem sua lei, nem seus aparelhos. A pressão pela mudança pode até ingressar nele, introduzindo contradições, mas só tem condições de triunfar se estiver fortemente ancorada do lado de fora (Idem).

E se o lulismo foi muito coisa, ele não foi ancorado do lado de fora. O que ficou evidente em ocasiões em que o PT se viu atacado do lado de dentro e não contou com uma mobilização considerável tanto por parte de camadas sociais beneficiados pelos seus governos quanto por parte de setores organizados da esquerda. Nem ao longo do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em que a direita tomara as ruas de assalto, nem durante o processo que levaria Lula à prisão, se viu uma mobilização popular de fôlego. Ciente do enfraquecimento de sua capilaridade por baixo e cioso dos frágeis acordos que buscava preservar por cima, o PT nem sequer convocou

ativamente o que restara de suas bases para o confronto¹⁴. A resistência petista ao impeachment se concentrou em negociações no varejo e no atacado com parlamentares interessados em emendas, cargos, empresas públicas e ministérios. À prisão de Lula, todas as esperanças de resistência foram depositadas na defesa formal de um processo de evidente viés político-ideológico. O que chama a atenção é que mesmo depois do anúncio do esgotamento do programa lulista, em 2013, do golpe parlamentar de 2016 e da prisão de Lula, em 2018, o PT e a esquerda seguiram apostando na democracia limitada – ou na pós-democracia. O que se seguiu veiculando como horizonte desejável para o país passava, e ainda passa, em larga medida, pela possibilidade de reproduzir uma experiência interrompida por contingências políticas e erros evitáveis. Daí explicações para a derrocada lulista que passam pela crise econômica e a desvalorização das commodities, por erros pontuais da política econômica dos governos Dilma e pela sua falta de habilidade política em manter a base de sustentação articulada durante os governos Lula. A falta de apoio por fora, de mobilização popular, de organização de trabalhadores em sindicatos, movimentos sociais e, em última instância, no próprio partido, não é vista como um problema. Na medida em que haja força eleitoral, a transformação segue parecendo possível.

Desse entendimento decorre o paradoxo aparente de um campo político cuja significativa força eleitoral - muito em função da lembrança ainda viva de um período de bem-estar atualmente impensável e do contraste com o desenvolvimento da vida política brasileira desde então – destoa de qualquer capacidade de engajamento e participação. É verdade que já não faz parte do repertório e da estratégia petistas apelos à mobilização popular. Mas isso não é resultado apenas de uma escolha, mas da consciência de que se o partido ainda conta com uma quantidade expressiva de votos, ele é hoje incapaz de arregimentar pessoas dispostas a manifestações dignas dos grandes processos de mobilização que marcaram sua história. O que se deve, para além de transformações nas relações capitalistas de produção e na estrutura social brasileira, ao fato de o PT ter se tornado, aos olhos de amplas parcelas das classes trabalhadoras, o melhor partido de um sistema movido pela corrupção e por interesses privados. Uma diferença importante, mas que não justifica o esforço de organização popular e a exposição aos custos e aos riscos da mobilização. O Partido dos Trabalhadores foi engolido, passivamente, pela ordem política contra a qual ele se propunha lutar. Como notou André Singer (2018: 251), o lulismo pagou o preço de participar do modus

¹⁴ Não se viu, durante o processo de impeachment e tampouco em meio à prisão de Lula, esforços significativos de mobilização popular por parte do PT.

vivendi tradicional da política brasileira. E a fatura é ainda mais cara, pois o PT “foi criado justamente para combater esse velho sistema”, ele nasceu para “não ser igual aos outros” - e foi exatamente isso que ele se tornou (Idem: 254).

Diversas medidas tomadas pelos governos de Lula e Dilma favoreceram a dissolução da distinção que o PT carregava em relação ao sistema político-partidário. Mas se já não restava muita margem para a reivindicação de uma alternativa substantiva, a operação Lava Jato levou a harmonização do partido e da esquerda que ele encarnava à ordem oligárquica ao paroxismo. De um lado, as investigações revelaram a participação ativa de lideranças do partido e do governo em um esquema de desvio de recursos públicos em benefício próprio e de grandes companhias da construção civil e seus proprietários. Ao cartel empresarial que acordava os valores dos contratos com empresas estatais se associava uma espécie de cartel partidário que garantia o funcionamento do esquema e repartia parte de seus dividendos. Algo como o desdobramento ilícito e natural de uma forma de governo sustentada na conciliação de forças partidárias supostamente rivais – o presidencialismo de coalizão. De outro lado, ao levar empresários milionários, parlamentares, lobistas, líderes partidários à prisão em uma proporção nunca vista em um país acostumado à impunidade das elites, a operação Lava Jato, com forte apoio midiático, realizou da maneira mais explícita, embora pouco republicana, o valor da igualdade perante a lei.

Autores como Safatle (2017: 35) já argumentaram que a experiência lulista aproximou o Brasil de uma tendência que abarca praticamente toda a esquerda ocidental e a transforma numa força política supérflua, incapaz de organizar um discurso e uma ação de alternativa política e econômica real. “Depois de abandonar a noção de revolução, a esquerda abandonou até mesmo o horizonte das reformas” e se resignou a recorrer a políticas de reconhecimento de direitos de setores vulneráveis da população. Para Safatle, a história recente do Brasil é a história do colapso do último grande modelo de conciliação da democracia liberal.

Nesse mesmo sentido, Dos Santos (2017: 29) sugere que o lulismo e a insistência do campo apegado a ele na estratégia que permitiu o seu sucesso identifica a esquerda a um imobilismo político que é preciso superar. Para ele, seria preciso, psicanaliticamente, “matar o PT”. Não se trata aqui de refutar ou aderir a essa ideia. Aliás, o partido em si não parece a fonte de uma concepção limitada da democracia, esvaziada de igualdade e soberania popular e, portanto,

dissociada do conflito e da participação. No entanto, Dos Santos (Idem: 232) tem razão quando afirma que

A compreensão dos anos sombrios que virão deverá ser feita não por contraste, mas como um desdobramento dos governos que o precederam. Não houve inflexão histórica: o sentido da atuação é o mesmo, ainda que o ritmo, o tempo e os meios difiram. Ao contrário de ser uma novidade, é quase uma lei da história que a frustração de governos identificados com a esquerda prepara o terreno para a ascensão da direita radical (...) É preciso assumir a responsabilidade pelo que se plantou. Reconhecer que, entre nós, a reforma se converte em gestão da ordem.

Com efeito, o lulismo e o próprio Partido dos Trabalhadores recuperaram certo vigor na medida em que o impeachment, a prisão de Lula e a polarização raivosa promovida por Jair Bolsonaro empurraram o campo petista para a margem da ordem e do espectro político-ideológico. Mesmo que as manifestações ambíguas do petismo prejudiquem a recuperação de alguma radicalidade democrática e de esquerda, ganhou força a ideia de que o partido é, em boa medida, vítima e inimiga da ordem. Sem que fizesse qualquer esforço para isso, o PT voltou a ocupar a posição de anti-sistema. Contudo, a perseguição jurídica a Lula, o impeachment que já fica distante em meio a uma sucessão acelerada de acontecimentos políticos e a retórica agressiva de Bolsonaro parecem insuficientes para que a esquerda reemerja como expressão de uma alternativa ao estado de coisas. De um lado, a credibilidade segue contaminada pelas concessões do lulismo e suas expressões a nível estadual e municipal. De outro, a insistência em encarnar uma voz respeitável, parte de um sistema que deve ser preservado, não contribui para que o PT e a esquerda sejam percebidos como capazes de superar aquilo que já não se sustenta. Momentos de euforia despontam quando a memória aprazível dos anos Lula se contrapõe ao caos do bolsonarismo – como quando o ex-presidente deixou a prisão ou recuperou seus direitos políticos. Mas abraçado à ordem pós-democrática e neoliberal, a esquerda e o lulismo não demoram, geralmente, a parecer ineptos para a volta do político promovida pela profunda crise que vivemos.

4.1. A contradição de uma esquerda que só pode ser pós-democrática

Quando a reação fez questão de radicalizar, portanto, a esquerda não estava pronta para resistir à altura. Afinal, segundo Singer (2018: 279), “o lulismo não preparara a sua base para a contrarrevolução, pois isso implicaria abrir um confronto que estava fora de sua receita conciliatória”. Não fazia parte nem do horizonte e tampouco da estratégia lulista a organização e a mobilização extrainstitucional das bases históricas e politizadas do PT ou de suas novas bases

eleitorais. Quando a posse de Lula como ministro de Dilma é frustrada em um contexto de acirramento em torno de um impeachment que já estava em marcha, movimentos sindicais e sociais organizaram um ato na Avenida Paulista para denunciar a conivência das instituições com o golpe parlamentar. Em cima do caminhão de som, dirigindo-se a setores que, revoltados com os sinais de retrocesso democrático, se preparavam para o confronto, Lula foi fiel ao mandamento conciliador e disse ser preciso “restabelecer a paz” (Idem). Ou seja, no momento de maior acirramento da disputa político-ideológica de todo o lulismo, pois embora ele nunca tenha promovido qualquer enfrentamento, as forças que conduziam a reação evocavam uma agenda de claros contornos de classe, Lula permaneceu agarrado a um tipo de ação política que findou a esperança e a vitalidade democrática que outrora alimentaram o sonho de aprofundamento da democracia conduzido pelo PT.

Não tem nada de descabida a insistência de Lula e do Partido dos Trabalhadores na via da conciliação. Foi ela que lhes permitiu alcançar o governo federal e implementar mudanças que, a despeito da timidez em relação à agenda original, transformaram consideravelmente a vida de milhões de brasileiros e reconfiguraram uma estrutura social forjada na desigualdade. No entanto, perseverar nesse percurso supõe a possibilidade de repactuar interesses divergentes. O que foi e é possível em determinadas circunstâncias, mas improvável naquela em que vivemos, descrita no capítulo anterior em linha com a famosa imagem gramsciana do interregno.

Com efeito, são múltiplos os sinais de uma crise social, política e econômica que acometem o neoliberalismo e o arcabouço institucional democrático-liberal que o acomoda. A deterioração das condições objetivas de vida e das perspectivas de largas parcelas da população sobre o futuro faz com que não se vislumbre saída, para boa parte dos governados, dentro da ordem neoliberal. À combinação penosa entre pós-democracia e neoliberalismo, busca-se, muitas vezes onde não há, uma alternativa a ela.

O que tem ocorrido, e tentarei demonstrar a partir do caso brasileiro no próximo capítulo, é que forças populistas reacionárias têm desempenhado o papel de se apresentar como representantes do novo – ou do velho -, enfim, de algo diferente e distinto dos atores e práticas que nos governam. Em meio a esse interregno, em que emerge o conflito mais elementar da política entre, de um lado, aqueles que querem seguir dominando e, de outro, aqueles que não querem ser dominados, a esquerda não tem sabido encarnar a alternativa. É bem verdade que alguns ensaios têm

demonstrado algum potencial de renovação de setores progressistas comprometidos com a luta contra o neoliberalismo e a pós-democracia. Mas, ao fim e ao cabo, essas iniciativas têm sido preteridas por uma esquerda que, ao invés de superar, quer reconciliar o povo com a ordem.

Esse é o caso do campo majoritário na esquerda brasileira. O lulismo fez muito, cumpre dizer. Mas, em última instância, promoveu uma inclusão socioeconômica precária e de bases frágeis, que rapidamente desmoronaram; não alterou substancialmente a estrutura social e sua correspondente correlação de forças; e deixou de politizar, organizar e mobilizar as camadas beneficiadas por suas políticas. O lulismo, enfim, não promoveu, como muitos insistem em dizer, o chamado “nós contra eles”. O que seria impossível fazer com pessoas que não se identificam entre si e o fazem apenas vagamente com uma liderança que, mesmo que seja responsável pelo incremento de seu bem-estar, parece estar tão próximo das elites quanto do povo, nos termos de Ernesto Laclau (2013). A conciliação lulista só poderia durar enquanto as elites se sentissem beneficiadas por ela. Quando ele deixou de lhes ser prestativa, qualquer concessão deixou de ser necessária e a hegemonia deixou de ser do avesso.

Por tudo isso, a crítica ao lulismo, pela esquerda, é fundamental para pensar os seus desdobramentos e a recuperação de uma estratégia radicalmente democrática. Não obstante, boa parte das críticas correntes ao lulismo tende a negligenciar oportunidades e estrangimentos estruturais e a se concentrar no âmbito exclusivo da agência. O que, muitas vezes, implica um idealismo infértil para informar e analisar a ação política. Por mais importantes que sejam, não bastam imaginação e voluntarismo para radicalizar o programa e o discurso do campo progressista. As mudanças devem partir e estar atreladas ao mundo real e aos interesses e valores dos que nele vivem e trabalham.

A verdade é que as condições objetivas e subjetivas dos dias que correm são um tanto hostis para o aprofundamento da democracia pela esquerda. Autores como Antonio Gramsci (2000) e, mais recentemente, Chantal Mouffe (2018), já alertaram sobre a necessidade de um discurso e uma prática política que reconheçam e partam, mesmo que com o intuito de modifica-los, dos valores e do sistema de crenças estabelecidos na sociedade. No caso brasileiro, Rosana Pinheiro-Machado (2019) é uma das que melhor tem reforçado a importância de ter em conta a visão de mundo mais corrente entre as classes populares e que, desiludida com a política, pode se deixar levar por alternativas reacionárias a uma crise que não encontra saída em atores e repertórios convencionais.

A clivagem direita-esquerda, cujo esvaziamento de sentido próprio às transformações estruturais foi acelerado pelo lulismo, já não organiza a maioria das identidades, dos afetos e das escolhas políticas. Ela não ajuda a explicar revoltas populares como a dos caminhoneiros e tampouco a eleição de Jair Bolsonaro, mais próxima do sentimento difuso e generalizado de insatisfação com a política. Em 2016, uma pesquisa sobre a posição ideológica dos paulistanos mostrou que 54,3% deles, quando perguntados se consideravam-se de direita ou esquerda, disseram não ser “nada disso”. 14,3% disseram não saber; 12,5% se disseram de esquerda e 8,3% de direita (Solano et al., 2019: 108).

Aqui nos deparamos com um problema razoavelmente comum na literatura crítica do lulismo. São muitos os autores que, como Fabio Luis Barbosa dos Santos, esbarram em um certo elitismo ao sugerir que um dos limites do lulismo diz respeito ao fato de o povo ter se deixado manipular por um líder carismático e conservador. Uma crítica que guarda semelhanças, aliás, com aquela que Francisco Weffort (1980) e Octavio Ianni (1987) dirigiram ao populismo varguista e que acaba por retirar a agência e a racionalidade de uma massa disforme e pronta a aceitar qualquer benefício em troca de seu apoio passivo. Como notaram autores como Jorge Ferreira (2017) acerca dos trabalhos de Ianni e Weffort sobre o trabalhismo, na base dessas críticas que se dirigem ao lulismo está também a ideia de uma falsa consciência de um povo que se deixa enganar por um projeto que não lhe beneficia. Já disse acima que, diferentemente do trabalhismo, os governos petistas não contaram e tampouco foram significativamente pressionados e movidos pela organização e participação ativa dos trabalhadores - a despeito do número significativo de greves do período e da inquietação do precariado descrita por Ruy Braga (2012). Por outro lado, isso não implica dizer que as classes trabalhadoras não foram atendidas, em diversas de suas demandas, pelos governos de Dilma e Lula. Do aumento real do salário mínimo à ampliação dos programas sociais, setores populares tiveram ganhos muito concretos durante o lulismo. É problemático dizer que o apoio eleitoral não guarda relação com a ascensão de trabalhadores que passaram a experimentar e sonhar com uma vida significativamente mais confortável.

Da mesma maneira que é controverso sugerir, como fazem diversos autores, entre eles Dos Santos (2017) e Braga (2017), que os movimentos sindicais e populares foram absolutamente cooptados por cargos e programas governamentais de efeitos incrementais. Não se trata de negar a colaboração estreita entre governo federal e movimentos sociais, inclusive com o engajamento

direto de determinados atores na estrutura do Estado e o conseqüente arrefecimento da disposição de luta e contestação dos últimos em relação ao primeiro. Convém, simplesmente, levar em conta os avanços reais promovidos pelos governos petistas em benefício dos movimentos e, particularmente, de suas bases. A ideia de que movimentos foram cooptados indica inação e esvaziamento de sua natureza combativa. Mas se o lulismo se caracterizou pela conciliação é porque nem só as frações da burguesia se beneficiaram de seu programa. Não apenas as elites se viram representadas e ocuparam cargos importantes de poder. Sindicalistas no ministério do Trabalho conviveram com políticas regulares de valorização real do salário mínimo, quadros ligados ao movimento sem-terra no Ministério da Agricultura acompanharam o fortalecimento de programas de auxílio à agricultura familiar e o apoio a agricultores assentados. Com todos os problemas que envolvem programas como o Minha Casa Minha Vida, ele permitiu a milhões de brasileiros cuja renda era significativamente comprometida com o aluguel conquistar a casa própria. Sob a modalidade Entidades, movimentos sociais que organizam trabalhadores periféricos encontraram um horizonte que lhes permitiu fortalecer sua organização e seu dinamismo. Deveriam eles denunciar os abusos e os problemas e abrir mão da participação nos respectivos programas? Esses não são sinais de progressos democráticos relevantes para a história brasileira?

Negar ou desvalorizar esses avanços sociais garantidos pelo lulismo desvela, em última instância, uma posição um tanto idealista. Por um lado, pode submeter o compromisso com a realidade dos governados a um horizonte desprovido de contradições. Por outro lado, ignora os constrangimentos estruturais que o neoliberalismo e todos os seus efeitos políticos e sociais colocam a uma política de transformação radical da realidade. Safatle (2017: 56), por exemplo, diz que a esquerda não estava pronta para outros sujeitos e que seu horizonte final é o varguismo. Não convém ignorar os limites do lulismo. No entanto, o radicalismo proposto por Safatle é um tanto voluntarista, pois desconectado do senso comum, das aspirações e das expectativas mais imediatas dos sujeitos que ele supõe prontos para a revolução. Não há relação mecânica entre um programa radical de esquerda e a adesão dos menos favorecidos. Mais participação não leva, necessariamente, a políticas mais progressistas.

Autores como Safatle, Dos Santos, Braga e outros, cujas críticas ao lulismo são absolutamente oportunas, desconsideram, em boa medida, a força da adesão à ordem, à ideia de um Estado forte, autoritário e, muitas vezes, pouco afeito a medidas substantivamente democráticas e

redistributivas. A razão neoliberal, da qual falam Dardot e Laval (2016), ou o neoliberalismo dos de baixo de que fala Verónica Gago (2018), são conceitos que descrevem com significativa propriedade muito do que se pode encontrar na base social do lulismo. Se é verdade que os governos petistas não contribuíram para reverter e até reforçaram predisposições conservadoras, não foram eles que as instituíram, como tentarei mostrar no último capítulo.

4.2. O melhor entre todos os piores

A relação entre as camadas mais pobres da sociedade brasileira e o lulismo, representado nas figuras de Lula e do PT, é mediada por um categórico paradoxo. Ao mesmo tempo em que ele encarna a lembrança de tempos melhores, ele desperta o desalento quanto a um sistema político necessariamente controlado por determinadas elites e submetido a uma dinâmica perversa de corrupção. O golpe e a prisão de Lula são sinais importantes de alguma incompatibilidade entre o lulismo e a lógica e os atores tradicionais da política brasileira. Mas uma esquerda que restringe sua resistência ao plano institucional e que rapidamente recupera repertórios, alianças e programas típicos da conciliação abre mão da possibilidade de reivindicar diferença e ruptura. Lula e o PT preservam um apoio importante das classes trabalhadoras, mas um apoio limitado. Afinal, eles são os melhores em meio a uma estrutura podre. Embora sejam os melhores, eles fazem parte dela.

Com efeito, boa parte da força eleitoral do lulismo decorre justamente do fato de reconhecer e explorar o conservadorismo de um povo pouco afeito a grandes mudanças. Um conservadorismo que deita suas raízes na dimensão material de que fala Singer (2012) ao descrever as opções políticas de um subproletariado avesso a distúrbios e conflitos sociais que prejudicam seu trabalho e, conseqüentemente, sua renda. Mas que tem também uma importante face subjetiva, ligada a tradições sociais de cunho mais ou menos religioso e às aspirações mais imediatas de camadas historicamente privadas de recursos mínimos de bem-estar e crescentemente assediadas por uma cultura organizada a partir do acesso ou não a determinados bens. A ampliação do poder de compra consiste no principal desejo de classes trabalhadoras e, como disse Rosana Pinheiro-Machado (2019), Lula sabia bem disso. Mais do que aprofundar mecanismos de participação popular, aperfeiçoar canais de autorização e controle dos representantes e mesmo garantir o acesso a direitos e garantias supostamente universais, as classes populares esperam do governo a melhora objetiva

de suas condições de vida. Que passam, diretamente e apesar do lamento de parte da esquerda, pelo consumo.

Na medida em que o lulismo coincidiu e favoreceu um processo de ampliação da renda dos mais pobres, ele se tornou, necessariamente, um fenômeno eleitoral descolado do espírito originalmente democrático e progressista do PT. Uma coisa não estava diretamente atrelada à outra. Pelo contrário, são diversas as tensões entre um esquema ancorado em valores históricos de esquerda a informar a visão de setores petistas acerca da experiência do partido no governo federal e a natureza do lulismo. O último dialogou e se alimentou fundamentalmente desse conservadorismo popular de que fala Singer, das aspirações de pessoas mais preocupadas com a possibilidade de comprar uma geladeira ou um carro novo do que propriamente com o aumento ou não dos investimentos públicos em saúde e educação. As classes trabalhadoras forjadas num mundo em que as relações de trabalho são menos estáveis que outrora, em que o padrão capitalista já não é o antípoda de seu bem-estar, têm uma relação um tanto harmoniosa com a ordem liberal. Seu pragmatismo vitalista, para usar o termo de Gago (2018), é construído na realidade em que ela vive, seu horizonte passa menos pela expansão dos direitos trabalhistas e mais pela redução dos impostos sobre o pequeno empreendedor e o consumo.

A transformação pela ordem promovida pelo lulismo, ou o reformismo lento, evitava ataques e constrangimentos vindos de cima e garantia o apoio dos de baixo. Romper com o pacto de classes não fazia sentido, pois a priori nenhuma delas o demandava. A radicalização à esquerda dos governos petistas, tão desejada pelo voluntarismo idealista de alguns, o deixaria, provavelmente, sem nada. Provocaria a reação inevitável da burguesia e não despertaria o apoio da maioria dos trabalhadores satisfeitos com os rumos que o país tomava – pelo menos até 2013.

Daí a opção do lulismo pelo âmbito eleitoral da política, um terreno conhecido e previsível. Opção que se manifestou ao longo de governos que preferiram recuar ou se abster de medidas que afrontassem diretamente interesses caros às elites política e econômica. Mesmo quando o pacto de classes sobre o qual se apoiava começou a dar sinais relevantes de instabilidade, as saídas vislumbradas pelo lulismo não passavam pelo confronto, apesar dos ensaios ambíguos que caracterizaram o primeiro governo Dilma. Com efeito, ao longo do processo de impeachment, entre 2015 e 2016, em meio à prisão de Lula e frente à eleição e ao governo Bolsonaro, a orientação do campo petista foi sempre concentrar suas ações na esfera institucional e esperar as eleições

como momento máximo e restaurador da política. Tudo com base na certeza de que a memória agradável dos anos de governo petista bastaria para levar o partido e a esquerda de volta ao poder.

A prioridade sempre foi bem clara: ficar no âmbito institucional da política e evitar qualquer exacerbção do conflito para além dos canais formais de participação. Mesmo movimentos que se anunciaram alternativos ao PT na esquerda, como a ascensão de Ciro Gomes às vésperas das eleições de 2018, consistiam em uma reedição, na essência, da conciliação lulista. Predomina, nessas iniciativas, uma concepção de esquerda e da política fechada ao conflito e à disputa extrainstitucional. Não haveria saída ou alternativa a uma lógica de ação apoiada na acomodação com o poder econômico e político. Daí o debate em torno dos melhores programas de desenvolvimento capazes de atender às expectativas de crescimento de uma suposta burguesia nacional ao mesmo tempo em que garanta emprego e renda às classes trabalhadoras. Via de regra, cabe muito, nesses planos, a um Estado em condição de acomodar grupos e interesses divergentes, amainar os conflitos e conduzir o processo de desenvolvimento. Pouco caberia a uma sociedade e a camadas populares desprovidas de qualquer agência. Basta um olhar rápido sobre os esforços de articulação da oposição ao governo Bolsonaro por parte da esquerda para entender o que ela almeja: a preservação da ordem que Bolsonaro ameaça.

Aqui recuperamos o problema apresentado no capítulo anterior sobre a defesa da democracia liberal feita por intelectuais e atores de esquerda. Embora ela seja completamente legítima frente a ataques reacionários e riscos autoritários, a disputa que se anuncia não é exatamente entre um regime democrático e a barbárie neofascista. Esse regime democrático, que tantos têm defendido, parece simplesmente incompatível com direitos sociais e trabalhistas e com um nível razoável de bem-estar para aqueles que têm percebido, de forma mais ou menos clara e progressiva, que o futuro não lhes reserva muita esperança. Mesmo as aspirações mais compatíveis com o neoliberalismo de amplas camadas sociais se mostram inviáveis num sistema em que a democracia liberal deve ser continuamente destituída de seus mecanismos de participação e representação. A crise dessa ordem simplesmente não permite, objetiva e subjetivamente, a estabilidade da democracia limitada que temos tentado preservar. Muitos já perceberam o tamanho do problema, de forma mais ou menos consciente, e têm recorrido a lideranças políticas que, ao menos, prometem superar esse sistema em crise. No Brasil, a figura de Lula recuperou algum vigor ao ser perseguido pela justiça e preso. Naquele momento, ele foi visto como alguém estranho à ordem

que o perseguia pelo que havia feito de bom. Mas sua assimilação ao sistema, como aquela do PT, parecem consolidadas, não sem o seu esforço. O que fez com que Bolsonaro emergisse como alguém que, de fato, respondia ao difuso mal-estar que há algum tempo se alimenta de corrupção e desigualdade.

Em outras palavras, é compreensível que o PT e Lula tenham tido, em boa medida, medo do povo. É provável que mais participação popular durante seus governos não nos tivessem levado a transformações progressistas das esferas econômica e política. No entanto, passamos por um momento da história em que a mera gestão da ordem não tem funcionado. O campo político, nos termos de Bourdieu (1981), com suas regras bem estabelecidas e a divisão nítida de poder entre os que governam e os que são governados, não tem dado conta das necessidades que se impõem e dos conflitos que decorrem da sua insatisfação. O modo convencional de organização e ação política já não regula de forma aceitável as demandas e as tensões sociais estabelecidas em formatos distintos daqueles que vigoraram ao longo do século XX. Não precisamos ir muito longe para caracterizar um período que é bem descrito, apesar da força de um conceito que é facilmente banalizado, pela ideia de crise de hegemonia (Fraser, 2020).

Há um bom tempo, na história ocidental, não se via um momento em que se faz necessária uma lógica política de superação da ordem vigente. Líderes de extrema-direita têm ocupado o espaço do radicalismo e da alternativa, pois ao menos prometem uma superação, carregada de problemas normativos dos sistemas político e econômico. No Brasil, o projeto de ruptura que nos apareceu foi dirigido por Jair Bolsonaro. Enquanto o parlamentar cômico, ridículo, desprezível pelo aspecto caricato de seu reacionarismo apostava corrida rumo ao extremo ideológico de direita, a esquerda fazia o contrário, e corria rapidamente rumo ao centro. Não só do ponto de vista ideológico, de seu programa, mas em relação à necessidade de conservar a ordem. Paulo Arantes (2014: 260) é um dos que melhor vem alertando sobre os problemas de uma esquerda que, numa sociedade pautada no risco neoliberal, entende que “*mudar* a sociedade simplesmente tornou-se o risco supremo”. Que, ao fim e ao cabo, convergiu para a defesa de um estado oligárquico de direito, nas palavras de Rancière (2014), e que teme o povo e sua face incontrolável e ameaçadora.

O que tenho tentado argumentar aqui é que o lulismo e, por representa-la em sua face mais significativa, a esquerda brasileira abriram mão de uma democracia substantiva. Ou ao menos de uma concepção mais exigente desse conceito tão elástico que hoje serve para qualificar um regime

desprovido de categorias como igualdade e soberania popular. E isso foi feito ao mesmo tempo como amparo, causa e consequência de um movimento semelhante na literatura acadêmica sobre a noção de democracia. Num movimento descrito no capítulo anterior, o caráter indeterminado da política e a possibilidade constante que ela carrega de mudança, como notou Maquiavel (2007), desapareceram da ação da esquerda e de elaborações teóricas sobre a democracia obcecadas com o valor ético do consenso, por um lado, ou atravessadas por um conservadorismo que vê no conflito apenas relações de força estanques e esvaziadas da possibilidade de transformação, por outro (Miguel, 2017a: 7).

É nesse sentido que a imaginação, o radicalismo e a preocupação com categorias como igualdade, soberania popular, participação e conflito, tão presentes em críticas apresentadas ao lulismo, se fazem importantes. Por mais limitado, custoso e arriscado que seja um esforço de radicalização da democracia nas circunstâncias de nossos tempos, reduzi-la à institucionalidade de que dispomos é ao mesmo tempo questionável do ponto de vista normativo quanto incoerente do ponto de vista político. Ou a democracia liberal será mais democracia ou ela não será. Safatle (2017: 126) tem razão ao defender a abertura de canais efetivos de participação popular como assembleias em condição de ratificar leis sobre temas de primeira importância. E ao dizer que “a ‘democracia’ atual é ingovernável, a não ser através da violência policial e da anestesia cultural”. A política, poderíamos dizer com ele, “é a crença improvável e aparentemente louca de podermos ser outros, viver de outra forma” (Idem: 133).

É bem verdade, já notei, que não basta imaginação para uma reconciliação efetiva entre a esquerda e a democracia. Muito otimismo chegou a ser veiculado a partir de revoltas mais ou menos populares que, além de dirigir uma crítica ecumênica ao caráter pouco democrático de regimes governados por relações escusas entre elites econômicas e políticas, promovem valores de igualdade e diversidade e prefiguram modos horizontais de organização. Mas para além do que esses movimentos manifestam em relação à insatisfação radical contra o estado de coisas, pouco tem restado desses episódios eminentemente destituíntes. Os subalternos não podem contar com momentos esparsos de veto, bloqueio e revolta. Mesmo que eles sejam cruciais para, como diz Chatterjee (2004), mostrar como querem ser governados e orientar uma ou outra política, lhes falta uma dimensão instituinte mais ampla. Que seja menos contrademocrática e mais substantivamente democrática no sentido de instituir outras formas de representação e participação. O que, no

entanto, não é simples em meio a um mundo de identidades fragmentadas e interesses sobretudo individuais. A força de um líder capaz de representar as demandas, como defendem Laclau e Mouffe (2009), não deve ser negligenciada, como atesta, aliás, o sucesso de movimentos reacionários. Que também contam, é verdade, com a disseminação de valores conservadores que remetem ao passado e às poucas instituições coletivas que têm resistido à razão neoliberal como a família, a religião e a nação.

Mas se não basta imaginação para a esquerda e se sua ação deve estar enraizada e informada pelo mundo real, pois as pessoas não vão colocar o pouco que têm a perder por algo ainda abstrato, há brechas importantes na ordem que se busca combater. A própria ascensão da extrema-direita é resultado disso. As necessidades, as carências e a revolta estão aí. Resta saber como lidar com elas.

4.3. A revolução que não fizemos

Para existir, o lulismo interrompeu, ironicamente, a esperança de uma política em que os subalternos tenham sua voz escutada e seus interesses garantidos. A vitalidade democrática, que supõe conflito e programas alternativos em disputa, desapareceu junto com o sonho de um mundo menos desigual e de vidas substantivamente melhores. É bem verdade que a tensão entre governantes e governados é inerente a qualquer sistema democrático. A própria natureza exclusiva do governo torna inalcançável o princípio básico do modelo clássico de democracia que indistingue os cidadãos em relação ao poder. Uma importante tradição da teoria democrática, da qual falei no último capítulo, parte justamente do pressuposto de que a atividade política implica necessariamente em algum elitismo para desconsiderar exigências normativas mais ambiciosas de igualdade. No entanto, diversas instituições e mecanismos já se provaram capazes de, senão eliminar, ao menos mitigar a dominação de uma minoria sobre a maioria de maneira a tornar compatíveis graus importantes de igualdade e liberdade entre indivíduos e o regime democrático (Miguel, 2017). Na base deles, está o conflito entre aqueles que governam e aqueles que são governados.

O que o lulismo fez, no Brasil, foi retirar do horizonte e do imaginário político comum essa tensão. Em contraste com uma reivindicação histórica de abertura do sistema político à participação e ao poder instituinte, os governos do Partido dos Trabalhadores trataram – ou tiveram - de fechá-lo a

qualquer possibilidade de estremeamento. O que fizeram também respaldados na avaliação legítima de que os interesses e as expectativas mais urgentes dos governados seriam melhor atendidos dessa maneira. E, de fato, em boa medida, o foram. Mas frente às primeiras frustrações de expectativas e aos abalos na estabilidade do pacto lulista, os trabalhadores mais ou menos beneficiados por ele não se sentiram parte de um projeto sobre o qual não tinham nenhum poder de influência. Até certo ponto, sentir-se dominado não foi exatamente um problema para quem expandia seu horizonte de expectativas materiais e simbólicas. Quando o horizonte se desfez, a sensação de que certas elites mantinham o controle completo do jogo levou a níveis variados de apatia e indignação. O incômodo com a dominação de que fala Maquiavel (2003) como a principal paixão política dos subalternos voltou a imperar.

Nesse momento, o vetor possível de transformação da ordem no sentido das aspirações de mudança vindas de baixo, outrora encarnado pelo PT, simplesmente desapareceu. Mesmo que o lulismo permaneça como lembrança e referência popular, o campo da esquerda perdeu a legitimidade democrática com que havia contado. A suspensão do pacto de classes por elites que se viram desobrigadas de concessões políticas e, em menor medida, econômicas, por um lado, e os ressentimentos acumulados de classes médias por perdas relativas, por outro, foram determinantes para o colapso da experiência lulista e da força do campo progressista. Mas é fundamental ter em conta o apoio, eminentemente passivo, de classes trabalhadoras materialmente frustradas e/ou politicamente traídas. Se elas não apoiaram francamente a reação conservadora, tampouco defenderam Lula e o Partido dos Trabalhadores. Desiludidas com a política, deixaram um vácuo para a emergência de alternativas radicais, que acabariam por alcançar o seu próprio meio. Com efeito, a crise da pós-democracia chegou em nosso país antes que alcançássemos um regime propriamente democrático. E o lulismo teve, ao mesmo tempo, dimensões democráticas e pós-democráticas. Se reduziu iniquidades materiais e simbólicas, não apontou para a transformação de uma estrutura social profundamente desigual e de uma ordem política insulada da soberania popular.

Aquele que se mostraria em melhores condições de capturar a energia destituente que transbordava da crise política inaugurada em 2013 foi Jair Bolsonaro, mesmo que para isso não tenha sensibilizado a base fundamental do lulismo. Apoiado em ideias que o aproximam do que poderíamos chamar de extrema-direta, mas, sobretudo, num mal-estar que não obedece a contornos

claramente ideológicos, ele ocupou o espaço, deixado vago pela esquerda, da crítica a uma institucionalidade política resguardada dos interesses e da participação popular. O ex-capitão se apresentou como resposta reacionária e radical à debacle das instituições e das práticas sobre as quais se assenta a democracia liberal. De forma, aliás, muito parecida ao que têm feito outras lideranças populistas ao redor do mundo.

Frente a isso, a opção feita pelo PT e pela esquerda brasileira tem sido ficar do lado justamente da ordem pós-democrática em crise. Uma escolha compreensível quando considerados os riscos e os retrocessos da saída representada pelo bolsonarismo. Menos compreensível, porém, quando levamos em conta a sustentabilidade discutível de uma democracia liberal cujo esgotamento é a cada dia mais evidente.

O melhor aliado para um esquerda disposta a radicalizar sua exigência democrática é o próprio capitalismo em sua atual versão neoliberal. Um neoliberalismo em crise, incompatível com qualquer conciliação e que depende do esvaziamento de todos os canais de autorização e controle dos governantes por parte dos governados. São o próprio crescimento da exploração e da espoliação dos trabalhadores e a subordinação dos cidadãos a políticas impermeáveis à sua influência que estão na base da atual indignação. Uma indignação, contudo, que só pôde encontrar guarida em forças populistas de corte reacionário. O PT tirou do capitalismo e da burguesia brasileira o que ele podia oferecer para o avanço da nossa democracia. Seu caráter restrito, contudo, nos trouxe até aqui. Cumpre agora recuperar o radicalismo que Florestan Fernandes (2020) sugeria a partir de um agudo pessimismo da razão.

Segundo ele, uma burguesia que tem como principal trunfo a superexploração do trabalho e dos recursos naturais assegura a sua posição social pela dominação política. Qualquer tipo de protagonismo das classes populares lhe representa uma ameaça. De tal forma que, por aqui, é difícil vislumbrar uma transformação significativa no sentido da igualdade social que seja promovida por uma estratégia reformista sustentada, essencialmente, numa suposta ânsia modernizadora das elites. Sem um horizonte revolucionário, cujos pormenores não precisam ser definidos de antemão, mas que estabeleça circuitos de ida e volta entre a sociedade e o Estado, nosso futuro vai sempre insistir em apontar para o passado (Idem). Os limites do lulismo, inerentes a um capitalismo de tipo periférico, em que o avanço político-econômico dos trabalhadores desperta o temor das elites, só poderiam ser superados por uma concepção e uma prática

democráticas mais ambiciosas. Não obstante, por mais urgente que pareça a revolução para a esquerda, ela também está eclipsada, para usar o termo de Arantes (2014: 262), e parece pouco atraente para as camadas populares. A decomposição da sociedade capitalista não tem anunciado mais nada a um campo incapaz de elaborar projetos de ruptura e submetidos à tirania da urgência. Se a política, hoje, nos significa gestão, há quem esteja fazendo dela o caminho para a revolução.

III. BOLSONARO E A PÓS-DEMOCRACIA¹⁵

A eleição e o governo de Jair Bolsonaro são expressões máximas dos retrocessos e da crise daquilo que convencionamos chamar de democracia. A constatação é óbvia e os motivos são abundantes. Jair Bolsonaro é um defensor aguerrido do regime militar que vigorou no país entre 1964 e 1985. No seu voto pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, homenageou o ex-coronel e sabido torturador Carlos Brilhante Ustra. Ele começou a ganhar notoriedade política por meio de demonstrações públicas de discriminação a mulheres, negros e homossexuais. Militares da ativa e da reserva foram rapidamente chamados a ocupar cargos chave em sua administração. O respeito às instituições não é uma marca de seu discurso político e tampouco da sua lógica de governo. Ataques ao Judiciário, ao Congresso e a partidos são frequentemente mobilizados e não se restringiram ao período eleitoral. Movimentos sociais, sindicatos e associações das mais diversas também foram objetos de investidas frequentes do presidente. A liberdade de expressão e a imprensa tradicional, por sua vez, não gozam de muito prestígio junto a Bolsonaro, que repetidas vezes questionou a honestidade dos grandes meios de comunicação e chegou a processar personalidades críticas a seu governo.

A campanha vitoriosa de 2018, sua gestão presidencial e o próprio Bolsonaro, como figura pública e liderança popular, são vistos geralmente como causas da crise. É como se bastasse retirá-lo de cena para recuperar o vigor e a estabilidade de nosso sistema político, devidamente alinhado aos cânones da democracia e carente, no máximo, de alguns ajustes institucionais e/ou boas lideranças. Impedir um bom resultado eleitoral, evitar sua eleição, tutelar seu governo por meio de certa razão político-econômica, reduzir a autonomia da gestão do executivo pela ação dos poderes legislativo e judiciário, controlar os arroubos retóricos e os abusos autoritários pela imprensa e pela vigilância intelectual e o esforço pelo impeachment foram seguidas táticas aventadas como antídotos à degeneração de nossas instituições. A ideia de uma frente ampla, que atravessasse os diferentes campos ideológicos na defesa da democracia, tem marcado a maioria dos espíritos progressistas nos últimos anos.

¹⁵ Parte dos resultados dessa pesquisa foram apresentados em Scerb, 2021.

Frente à barbárie representada pelas ideias e pelo sentido do projeto de Bolsonaro – reacionário, autoritário e ultraliberal – nada parecia mais óbvio do que a construção de uma vasta resistência, capaz de mobilizar os mais variados recursos para impedir o avanço dessa agenda. O perigo de um fechamento de regime, com a extinção de direitos civis, políticos e sociais conquistados a duras penas, merece todo cuidado e não justificaria qualquer tipo de purismo moral ou ideológico. A democracia liberal, com todos os limites apontados no primeiro capítulo e melhor definida como pós-democracia é, sem sombra de dúvidas e sob qualquer critério, uma opção melhor do que o horizonte projetado pelo populismo reacionário.

No entanto, entender a eleição, a forma e o conteúdo do governo Bolsonaro como causas do quadro em que nos encontramos é, além de um equívoco explicativo, problemático do ponto de vista político-normativo. Assim como a eleição de Trump, a votação do Brexit e as sucessivas revoltas de natureza destituente dos últimos anos, a ascensão de Bolsonaro não é causa, mas efeito de um profundo mal-estar com um sistema esvaziado de razoável influência popular sobre o poder e bem descrito por Colin Crouch (2000) como pós-democrático. Ao ver a ascensão de Bolsonaro como fundamento e não como efeito de uma crise, erramos a origem de um problema que se localiza não no bolsonarismo, mas nos limites de uma ordem que o fabricou. Investigar as razões da potência de movimentos como esse nos levará mais longe na análise de sua natureza e de suas contradições do que críticas que neles concentram todos os males que afligem uma democracia liberal assumidamente virtuosa e que deveríamos defender de ameaças autoritárias. Um esforço que também deve permitir reavaliar estratégias voltadas à preservação de práticas e instituições cujos sinais de esgotamento se acumulam a cada dia e que o populismo de direita promete superar.

Primeiro, é preciso reconhecer que figuras como Bolsonaro, Trump, Salvini, Orbán, Le Pen, entre outros, têm recuperado o vigor do debate e da disputa política. O que soa estranho na medida em que associamos a noção de política à realização periódica de eleições, seguidas de articulações parlamentares e da implementação de programas de governo. Mas é exatamente o que fazem essas lideranças ao retirar, de forma mais ou menos retórica, os conflitos sociais do insulamento institucional em que a democracia liberal os colocou e suspender uma compreensão estreita da política como a gestão da coisa pública por parte de elites informadas por paradigmas a priori científicos (Mouffe, 2015). Diferentemente da mais corrente, não se trata de meras figuras estranhas à disputa formal pelo poder. O anúncio de sua disposição a romper com um amplo

arcabouço de normas, práticas e instituições é central na sua projeção e amplamente reconhecido. Apesar da ausência de saídas concretas para profundos problemas sociais em seus programas, populistas de direita como Bolsonaro atendem a ressentimentos materiais e simbólicos de camadas médias, mobilizam afetos há algum tempo ausentes da vida pública e, sobretudo, reagem à desdemocratização. O principal atributo desses movimentos é fazer o contrário do que forças políticas convencionais vêm fazendo nas últimas décadas, a saber, colocar o demos, sob a forma do cidadão comum, no centro do palco. E, como pretendo mostrar a partir da experiência bolsonarista, não apenas como um povo homogêneo imaginado e devidamente representado, mas como cidadãos ativos acerca dos rumos de suas comunidades.

A definição mais corrente de populismo dá ênfase à dimensão representativa dessa lógica. Ao exaltar a história, atributos e valores que igualam os membros da comunidade nacional ao distingui-los, concomitantemente, das elites e de grupos subalternos, lideranças populistas definem os contornos do que seria o verdadeiro povo. Mas mais do que isso, eles aprofundam as diferentes faces da representação definidas por Pitkin (1984). Quer seja sob os pontos de vista simbólico, descritivo ou mesmo substantivo, a representação ativada por esses atores é percebida como mais autêntica do que a representação meramente formal em vigor. A chegada de uma expressão genuína dos estratos médios ao poder se combina com uma defesa decidida dos valores e interesses das pessoas comuns - ou dos sem-título para governar. Em que pesem as controvérsias culturais, a tensão institucional e as doses importantes de autoritarismo que isso implica.

Por outro lado, a maior parte da literatura sobre o populismo e a crise democrática negligencia uma dimensão central desses movimentos para a compreensão de sua potência política e social. Qual seja, o papel atribuído por ele, dentro ou fora do governo, à participação, não restrita ao voto e mais ou menos direta, dos cidadãos. Tratando o populismo exclusivamente como estratégia discursiva capaz de sensibilizar as massas apesar da irracionalidade de suas propostas e do apelo demagógico de soluções fáceis para problemas complexos, as análises, de corte teórico ou empírico, tendem a ocultar o caráter participativo do fenômeno populista. O governo Bolsonaro expressa de maneira exemplar a importância do engajamento das pessoas comuns para o sucesso de um projeto visto como efetivamente alternativo. Considerando que a mudança não poderia ser conduzida exclusivamente por dentro de uma ordem insulada das vontades do povo, instituições de mediação como a imprensa e os partidos são menosprezados em benefício da comunicação imediata entre representantes e representados e de mobilizações de rua. Menos conservador e mais

reacionário (Lilla, 2018), o populismo de direita contemporâneo é radical na sua crítica ao sistema e tem no aprofundamento da representação e na participação dos governados, paradoxalmente critérios caros a uma definição substantiva de democracia (Mouffe, 2018), fundamentos de sua estratégia. Frente a um sistema que opera no sentido de excluir o demos e atender aos interesses de determinadas elites, populistas como Bolsonaro chamam frações dele a participar e determinar o resultado do jogo, nem que para isso suas regras tenham que ser flexibilizadas ou mesmo ignoradas.

Não se trata aqui de dizer que o movimento liderado por Jair Bolsonaro, assim como seu governo, representam o retorno ou a recuperação da democracia no seu sentido mais substantivo. Seu caráter explicitamente conservador em relação aos costumes e autoritário no que concerne à relação com os outros poderes, partidos de oposição, movimentos sociais e organizações da sociedade civil são algumas das demonstrações de seu espírito regressivo. No país que Bolsonaro defende, a igualdade se restringe a certos grupos sociais. No polo alternativo ao cidadão de bem, sobra um contingente importante da população, sobre a qual deve seguir pesando a dominação política e a discriminação social. Do ponto de vista material, central para a adesão de estratos médios ao projeto reacionário, a aceleração da agenda neoliberal aprofunda a desigualdade socioeconômica e tende a agravar os efeitos nocivos da forma contemporânea do capitalismo sobre a democracia. Nesse ponto, aliás, Bolsonaro se distingue do populismo mais em voga no centro, em que os perdedores da globalização encontram em líderes autoritários um dique mais ou menos simbólico de proteção à liberalização completa das relações de trabalho. De qualquer forma, a contradição é significativa e deve ser chamada ao debate público. Ao definir Bolsonaro como o antípoda máximo do regime que defendemos, acabamos por positivar um modelo exageradamente limitado de democracia. Passamos, por vezes, a contestar o recurso à participação popular, nas redes e nas ruas, a criticar a natureza popular dos representantes eleitos e exigir deles afinidades às elites – como se a elas fossem necessariamente reservados os espaços democráticos de poder. Mais grave, deixamos de entender que a força política desses atores vêm, também, das suas dimensões representativa e participativa. Por mais abjeto que seja o fim almejado, parte dos sem-título são chamados a participar, se sentem novamente pertencentes a algo maior e capazes de informar o Estado. Isso depois de boas décadas em que, a despeito de viver em regimes supostamente democráticos, viram a política ser controlada por elites alheias aos seus interesses e com as quais não poderiam se identificar. Por mais pueris que sejam os termos do antagonismo em curso, uma fração das pessoas

comuns tam voltado a se identificar com algum dos polos em disputa. Contraditório em diferentes aspectos, o populismo de direita, ao sugerir superar o atual interregno (Fraser, 2020), aparece como única alternativa a uma ordem que, embora dê sinais claros de esgotamento, conta com o apreço de vasto campo teórico e político.

Não por acaso, movimentos como o bolsonarista gozam de uma energia política e de uma capacidade de engajamento que não se encontram em forças que trataram de rebaixar suas exigências democráticas. É com o intuito de compreendê-las que este capítulo analisa, na sua primeira parte, a forma pela qual Bolsonaro define os contornos do “verdadeiro povo brasileiro”, reivindica e realiza a sua representação. Em seguida, trata a dimensão participativa de sua campanha e do início de um governo que recorre a expedientes típicos de democracias radicais a serviço de um projeto essencialmente antidemocrático. Por fim, um esforço de síntese busca discutir o que chamarei de política do senso comum.

A análise que se segue é apoiada em observação qualitativa das redes sociais bolsonaristas entre o início de 2014, na esteira da reeleição de Dilma Rousseff e em meio ao início do projeto presidencial do ex-capitão, e maio de 2020. Para além das intervenções de quadros políticos e apoiadores em geral, deu-se especial atenção à página de Jair Bolsonaro no Twitter e às suas transmissões no Youtube – as chamadas lives - desde a campanha de 2018 até meados de 2020. Matérias de imprensa e a incipiente literatura sobre o bolsonarismo ajudam a construir a interpretação, assim como o debate acadêmico de vocação teórica sobre o fenômeno mais amplo do qual ele é expressão.

1. Definindo o povo

Antes de falarmos de crise da democracia, o fenômeno que mais chamava a atenção dos estudiosos da política respondia pelo nome de crise da representação. Por um longo período, os índices de filiação partidária e participação eleitoral, assim como aqueles que medem a confiança nos parlamentos, nos governos, nos partidos e nos políticos só faziam diminuir. O que suscitava a preocupação de alguns com os possíveis efeitos de um déficit de legitimidade das instituições e, eventualmente, com o baixo engajamento da cidadania nos assuntos públicos. Não faltavam, porém, os que relativizavam a gravidade desse processo. A maioria dos analistas não via problema

em uma democracia de baixa intensidade e pouca participação à medida que os sistemas se mostravam estáveis e mais funcionais quando desprovidos de interferência e controle popular.

Até que o ciclo de revoltas inaugurado em 2010 com a Primavera Árabe mudou o quadro. Manifestações políticas pontuais inauguraram processos amplos de convulsão social e de contestação da ordem. Os efeitos sociais e políticos da insatisfação com as instituições convencionais e a rejeição dos partidos como principais veículos de mediação entre a sociedade civil e o Estado ganharam força e se multiplicaram. Não se poderia mais ignorar a potência desestabilizadora de um ambiente de profundo mal-estar. Foi então que o debate sobre os problemas da representação na política contemporânea, que já vinha recebendo a atenção de alguns pesquisadores (Saward, 2010; Urbinati, 2006), alcançou o centro das atenções. Para os propósitos desta tese, não convém descrever o estado desta arte. É suficiente apresentar duas das causas mais presentes nas reflexões teóricas acerca da crise da representação para, em seguida, discutir como o populismo de direita e, especificamente, Bolsonaro dão conta delas.

Na extensa literatura sobre os limites da representação política nas democracias contemporâneas, um fator explicativo praticamente incontornável remete aos efeitos das transformações do modo e das relações de produção capitalistas. A passagem da economia industrial para uma economia pós-industrial abalou sensivelmente a estrutura prévia de identidades políticas. Antes, os grupos a serem representados – as chamadas *constituencies* - tinham seus contornos sociais e seus interesses políticos bem definidos. Os partidos socialdemocratas, comunistas e socialistas correspondiam, no plano da disputa institucional, aos trabalhadores que, no plano social, lutavam por melhores salários e condições de trabalho por meio dos sindicatos. Conforme a proporção de funcionários fabris diminuiu em benefício de postos nos serviços e, progressivamente, no amplo campo do trabalho por conta própria, a sensação de compartilhar uma identidade e interesses com outros trabalhadores se esvai. A clivagem de classe perde inteligibilidade e com ela, inevitavelmente, a percepção de que uma organização seja capaz de representar um grande contingente de pessoas cujas identidades e interesses são vistos como plurais, heterogêneos e, no limite, particulares. Os partidos, antes dotados de relações orgânicas com sua base, se vinculam ao Estado (Mair, 1997) e passam a serem vistos como entidades movidas essencialmente pelo auto interesse, incapazes de representar os cidadãos e indignos de sua confiança.

Sobreposta a essa, outra causa aparece com frequência e de forma central nas análises acerca da crise da representação. Qual seja, a distância objetiva e subjetiva entre representantes e representados. Para além da ausência de laços sociais que conformem identidades coletivas aptas a serem representadas de cima abaixo de maneira legítima e responsiva, os políticos eleitos passaram a ser absolutamente estranhos às pessoas comuns. Como foi dito no primeiro capítulo, a atrofia dos vínculos orgânicos entre eleitores e representantes – outrora garantido por sindicatos, associações, igrejas – promoveu a diferenciação entre ambos. E com ela a sensação, razoavelmente amparada na realidade, de que os processos decisórios saíram da esfera de influência e controle dos cidadãos. A ação dos partidos e de seus membros obedecia a projetos particulares de disputa de poder e recursos do Estado, por um lado, e à necessidade de manter uma relação privilegiada com grandes corporações, por outro. A expressão mais cristalina da associação entre elites políticas e econômicas em detrimento dos interesses das pessoas comuns se deu, nos países do centro, pela reação condescendente dos governos aos bancos na sequência da crise de 2008. No Brasil, esse papel coube, como dito antes e guardadas as devidas proporções, às revelações da operação Lava Jato.

O distanciamento entre os políticos eleitos de seus eleitores no que tange à condição social, ao nível de escolaridade e ao padrão de comportamento se articulou, aos olhos dos últimos com a baixa responsividade da relação de representação. Para além de já não se parecerem com os seus representados, os interesses deles deixaram de ser determinantes para as decisões de seus representantes. O voto já não seria suficiente como mecanismo de autorização e controle. Restou a revolta até que aparecesse uma opção, de fato, alternativa.

Na Europa, ela apareceu sob a forma de um discurso nacionalista e xenófobo encampado por lideranças de extrema-direita. O caráter radical transgressor das forças reacionárias recuperou a política na medida em que trouxe de volta o conflito para a sociedade, capaz de conformar identidades coletivas organizadas justamente por um antagonismo inerente ao político (Mouffe, 2015). Em boa medida, é o que tem feito Bolsonaro no Brasil. Como notou Paulo Arantes (Pina; Dulce, 2018), a emergência avassaladora do então candidato à presidência retirou a política do âmbito contido da gestão e a recolocou no plano da luta, da conquista, da transformação. O movimento liderado por Bolsonaro fez isso exatamente porque pôde oferecer respostas a essas duas causas da crise de representação. Em primeiro lugar, soube aproveitar um caldo significativo

de ressentimento simbólico e material de estratos sociais médios para definir, a partir da exploração de determinados símbolos e de forte antagonismo, os contornos do que denominaria povo brasileiro. De maneira concomitante, se apresentou como um expoente desse mesmo povo, inclusive com os traços mais controversos do sujeito ordinário. Bem intencionado e disposto a lutar contra tudo e contra todos, assumiria riscos e contornaria normas instituídas, se necessário, para defender valores e interesses dos “cidadãos de bem”. A dimensão descritiva da representação encontrou no discurso e na prática de Bolsonaro sua dimensão responsiva, alçando-o à condição de um líder político realmente diferente dos demais.

1.1. Os cidadãos de bem

A seguir a interpretação mais comum sobre o populismo, somos levados a pensar que em momentos de profunda crise social a massa é facilmente ludibriada. Afetos como o medo, a insegurança e a intolerância em relação ao outro seriam ativados de forma quase mecânica por líderes e discursos apoiados em valores suficientemente vagos como o autoritarismo e o nacionalismo. O resultado disso é a desconsideração do substrato simbólico, mas também material, que alimenta o recurso ao líder carismático capaz de alterar o quadro e o sentido das coisas. Fenômenos longevos como a progressiva atomização do tecido social, o controle do Estado por parte de um círculo restrito das elites e a estigmatização crescente de certos costumes e valores tradicionais, com seus respectivos efeitos distributivos e culturais, estão na raiz do momento populista que vivemos. Preocupações, angústias, carências não só reais como legítimas de estratos médios e populares de numerosas sociedades deveriam ser levadas a sério em qualquer consideração dos processos políticos em curso. Em boa medida, a construção e ascensão do povo, mesmo que em sua face mais disforme, contraditória e parcial possível, não obedece simplesmente à capacidade discursiva de alguns demagogos ou à vulnerabilidade emocional das massas. Condições objetivas e subjetivas são necessárias para que a mensagem de “tomar o controle de volta” ou “fazer um país grande de novo” façam sentido e ganhem a confiança das pessoas a ponto de uni-las em torno desse objetivo.

No Brasil, Bolsonaro não é fruto apenas de sua capacidade de se comunicar com as pessoas ou da estratégia de mídia digital elaborada por seu filho 02 e financiada por alguns empresários. Não foram as fake news distribuídas durante a campanha que o elegeram presidente, tampouco o

atentado sofrido por ele em Juiz de Fora – embora a comoção gerada pela facada possa ter chamado a atenção de pessoas que até então mal conheciam o candidato¹⁶. Bolsonaro foi simplesmente a melhor personificação do ressentimento material e simbólico de significativos setores médios e que ganhou as ruas pela primeira vez nas franjas e no embalo das jornadas de 2013. Os eventos subsequentes a junho, como a polarização das eleições de 2014 e a mobilização pelo impeachment de Dilma, deixavam claros os contornos antipetistas de um antagonismo político que ganhava forma entre camadas da classe média. No entanto, o agravamento da crise econômica e dos escândalos de corrupção ao longo do governo Temer – apoiado pelas principais forças políticas do Congresso - contribuíram para que Lula, o PT e o lulismo se tornassem parte de um significativo vazio mais amplo e mais potente; o sistema. Claro que com suas ramificações na sociedade civil, na academia e no mundo da cultura.

A proliferação de vagabundos e parasitas de uma ordem corrompida, e suas consequências no plano do bem-estar material e dos costumes exigiam um contendor à altura. Elites que em algum momento contemporizaram com os mal feitos e com pelo menos parte da agenda em curso não mereceriam nenhuma confiança para a tarefa de alterar o rumo dos acontecimentos e frear a degeneração da sociedade, da economia e da política. Bolsonaro soube se apresentar à altura da incumbência subversiva. Mas, para isso, teve que se mostrar um representante legítimo, pois análogo àqueles que se indignavam e lamentavam os resultados materiais e simbólicos dos anos do PT no governo federal. Fazendo isso, ele ajudou a conformar um povo de bem que já dava suas caras, vestia a camisa da seleção e batia panelas em suas janelas.

1.2. O ressentimento material com o lulismo

Jair Bolsonaro nunca foi propriamente um representante das elites econômicas no parlamento. Antes de despontar como porta-voz do que havia de mais obscuro na sociedade brasileira, seus mandatos se prestavam a defender o legado e a memória da ditadura militar e os valores que ela pretensamente carregava. Como bem mostra o filme “Intervenção: amor não quer dizer grande coisa”, de Tales Ab’Saber, não era completamente desprezível, ainda nos anos 2000, o universo

¹⁶ Como notou Nicolau (2020: 32), o crescimento mais acelerado das intenções de voto em Bolsonaro se deu no período mais próximo da eleição e não imediatamente após a facada.

de nostálgicos desse período – mais ou menos ligados às Forças Armadas. Grosso modo, eram esses os eleitores preferenciais de Bolsonaro e a eles o ex-capitão do exército prestava contas.

O terremoto social e, posteriormente, econômico que atingiu o Brasil a partir de 2013 desestabilizou os termos da disputa eleitoral e rearranjou o espectro dos seus principais atores. Nesse contexto e com esforço notável, principalmente por meio de episódios polêmicos no Congresso e na mídia, Bolsonaro extrapolou o alcance de sua mensagem e se cacifou como a principal expressão do movimento reacionário que ganhava força e perdia vergonha no país. Tendo no Partido dos Trabalhadores, em Lula e no governo Dilma seus principais inimigos, parcelas importantes da sociedade encontraram em Bolsonaro um líder fiel a seus valores conservadores, destemido e capaz, ao menos, de vocalizar sua revolta. Diferente da divisão que havia organizado a política brasileira desde meados dos anos 90, a direita abandonava uma estética liberal e elegante para ganhar uma cara popular ou, simplesmente, medíocre.

É bem verdade que Bolsonaro acabou atraindo o apoio das camadas mais ricas da população e reproduziu, em 2018, parte da distribuição eleitoral que marcara as disputas entre PT e PSDB nos pleitos anteriores. Sabe-se também que alguns grandes empresários apoiaram sua candidatura desde cedo, quando quase ninguém apostava na sua vitória. Não se pode dizer, porém, que o ex-capitão era o candidato preferido das elites ou que elas tenham sido as principais responsáveis pela sua chegada à presidência. A adesão dos mais ricos e do capital à campanha de Bolsonaro decorreu, sobretudo, do apelo crescente de sua campanha perante frações das classes médias.

Ainda na fase inicial da campanha presidencial de 2018 e segundo o instituto Datafolha, Bolsonaro contava, em 22 de agosto, com 19% das intenções de voto dos brasileiros. Divididos socioeconomicamente, 11% daqueles com renda familiar de até 2 salários mínimos indicavam preferência por ele, 25% daqueles com renda de 2 a 5 salários; 32% na faixa de 5 a 10; e 30% dentre os brasileiros com renda familiar acima de 10 salários mínimos¹⁷.

Em 20 de setembro, com a campanha já em estágio avançado e sem a presença de Lula entre os possíveis candidatos, Bolsonaro alcançava 28% das intenções totais de voto. Por renda, as intenções se dividiam da seguinte forma: 19% até 2 salários mínimos; 34% de 2 a 5 salários; 40%

¹⁷ Ver <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-de-22-de-agosto-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-e-religiao.ghtml>. Acesso em 7 de abril de 2021.

de 5 a 10; e 40% entre aqueles com mais de 10 salários. Na véspera do primeiro turno, em 6 de outubro, os índices eram, respectivamente, de 25%, 41%, 51% e 55%¹⁸. Nota-se que conforme os candidatos alternativos à direita demonstravam não ter força suficiente para chegar ao segundo turno, seus eleitores migravam para Bolsonaro. O que aconteceu de forma mais flagrante com aqueles de maior renda.

No segundo turno, Bolsonaro obteve uma vitória expressiva, apesar de perder entre os mais pobres, principal parcela do eleitorado. Entre as pessoas que recebem até dois salários mínimos mensais como renda familiar, 47% diziam que votariam em Haddad e 37% em Bolsonaro em pesquisa divulgada antes da eleição¹⁹. Sua larga vitória nos outros estratos de renda, porém, assegurou-lhe margem folgada. 55% dos que tinham renda de 2 a 5 salários mínimos votariam no ex-capitão, enquanto 32% preferiam o outro candidato. Vitória que se repetiu na faixa de 5 a 10 salários - 61% contra 29%, e entre os que recebem mais de 10 salários – 61% contra 32%.

Os motivos que explicam a eleição de Bolsonaro e a adesão de considerável parcela das classes médias, em seus diferentes estratos, são múltiplos e tornam ingrato qualquer exercício de análise que se preste a eleger uma variável determinante. A crise econômica que se intensificava sem sinal de alívio desde 2014, apesar das repetidas promessas de melhora com a derrubada de Dilma e as medidas ortodoxas do governo Temer, e os vultosos escândalos de corrupção revelados pela operação Lava Jato a alimentar um poderoso sentimento antipetista, que se confundia com um etos antiestablishment mais amplo, tiveram papel importante. No entanto, uma dimensão crucial que não pode escapar à equação e que contribui de forma decisiva para o sucesso de Bolsonaro remete aos efeitos materiais da experiência petista no governo federal. Sobretudo para os setores médios mais identificados com o ex-capitão e sua agenda reacionária.

Os governos Lula ficaram marcados pela bonança econômica. A imagem estampada na capa da edição de novembro de 2009 da revista “The Economist”, com o Cristo Redentor decolando como um foguete, é o signo máximo do otimismo que tomava conta das interpretações de um Brasil

¹⁸ Ver <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/20/pesquisa-datafolha-de-20-de-setembro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-cor-religiao-e-regiao.ghtml>. Acesso em 7 de abril de 2021.

¹⁹ Ver <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/20/pesquisa-datafolha-de-20-de-setembro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-cor-religiao-e-regiao.ghtml>. Acesso em 7 de abril de 2021.

finalmente reconciliado com um desenvolvimento que não parecia encontrar limites. A história desse Brasil, porém, não era feliz para todo o mundo. Ocorre que, por um lado, os descontentes não viam margem para manifestar sua insatisfação em meio a um debate público informado pelo bem-estar crescente dos mais pobres e pelas perspectivas animadoras de rendimento dos mais ricos. Por outro lado, haveria um certo constrangimento moral para um incômodo pautado no que autores como Maurin (2009) chamam de medo da desclassificação e que subsidia uma propensão ao pessimismo e ao conservadorismo social. Conforme ascendiam camadas historicamente subalternas, setores médios assistiam à decomposição simultânea de seus signos de distinção, nos termos de Bourdieu (1979), e da enorme disparidade econômica que outrora garantia relações de trabalho e prestações de serviços quase pré-capitalistas. Foi a partir de 2013, com a eclosão de revoltas e a abertura do debate público ao imponderável que o caldo acumulado de ressentimento material veio à tona sem que nada parecesse capaz de deter sua falta de modos e escrúpulos em defender abertamente privilégios de classe e a preservação de uma profunda desigualdade social.

A pesquisa de Marc Morgan e Amory Gethin (2018) oferece sólidas bases empíricas para a preferência das classes médias por um programa crítico do lento processo de redistribuição de renda que ocorria no Brasil e que assumisse um claro caráter regressivo nesse aspecto;

Enquanto a renda média nacional por adulto cresceu 18% no período [2002 a 2014], a maioria dos ganhos foi dividida entre dois grupos distantes – os percentis mais pobres e os percentis muito mais ricos. A maioria dos indivíduos entre os 50% mais pobres viu sua renda crescer quase o dobro da média nacional. O crescimento foi menor para os percentis intermediários, com média inferior à média nacional para indivíduos entre o 70º percentil e o 99º percentil. Essa ‘classe média achatada’, compreendendo tanto seus estratos mais baixos e mais altos, foram os brasileiros ‘deixados para trás’.

Uma série de fenômenos e de políticas públicas contribuíram, de acordo com Gethin e Morgan, para esse quadro. A diminuição dos índices de desemprego e de trabalho informal, o aumento real dos salários mínimos e das menores rendas em geral, programas de transferência de renda, políticas de inclusão social ligadas à moradia, à saúde e à educação e o aumento do investimento público reduziram drasticamente a população abaixo da linha da pobreza, que passou de 30% para 15% no período. Ao mesmo tempo, as altas taxas de investimento do Estado e os créditos subsidiados garantiram lucros abundantes para os donos do capital, principalmente aquele ligado às commodities e ao setor exportador. Enquanto isso, trabalhadores mais qualificados e empregos com remuneração mais alta, situados entre os 60% mais pobres e o 1% mais rico, não viram sua condição material melhorar com a mesma velocidade. Longe disso, algumas parcelas desse grupo

viram sua renda crescer pouco ou quase nada entre 2002 e 2014. As classes médias ficaram achatadas entre os ganhos expressivos das camadas populares e da elite.

Com base em dados do *World Inequality Database* sobre a distribuição da renda no Brasil nos primeiros 15 anos do milênio, Nelson Barbosa (2020) chega a conclusão semelhante para explicar a insatisfação dos estratos médios com os anos petistas e sua disposição em referendar um programa ao mesmo tempo conservador e subversivo. Enquanto a parcela da renda nacional absorvida pelos 50% mais pobres passou de 12,6% para 14,3% entre 2001 e 2015 e aquela do 1% mais rico cresceu de 26,2% para 27,5%, a evolução foi diferente entre as classes médias. A alta classe média – o grupo entre o 1% mais rico e os 90% mais pobres – perdeu participação na renda brasileira: de 28,1% para 27,1%. O grupo entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos - setores médios da perspectiva da renda -, viu sua participação oscilar no período e permanecer equivalente em 31,1%. Embora a renda desses estratos tenha aumentado em termos absolutos, do ponto de vista relativo eles perderam para as camadas imediatamente abaixo e acima na estrutura social.

Com efeito, por mais sutil que seja a transformação sugerida pelos números, a ascensão econômica dos estratos populares associada à sensação de imobilismo das classes médias seria dificilmente aceita sem traumas pelas últimas. Na medida em que espaços, bens e serviços de acesso outrora exclusivo passaram a ser compartilhados com trabalhadores pouco qualificados, os setores médios perdiam privilégios que os distinguiam das massas e lhes permitiam contratar seus serviços sem grandes custos. Ficaram famosas as reclamações em relação à presença de pobres em aeroportos e universidades de elite, assim como de patrões que se indignavam com empregadas domésticas que passavam a reivindicar melhores salários, condições de trabalho e o respeito à incipiente legislação trabalhista. Como mostra Costa (2018), em 2004, a participação dos 20% mais ricos correspondia a 54,5% das matrículas em instituições públicas de ensino superior e 68,4% nas instituições privadas. Em 2014, elas passaram a 36,4% e 40,9%, respectivamente. O autor ainda registra que, entre 2003 e 2013, aumenta de forma expressiva a proporção de empregados domésticos com mais de um emprego e torna-se ínfima a proporção daqueles que residem no local de trabalho. Sua renda média praticamente duplica e há um ligeiro crescimento desses trabalhadores com contrato formal de trabalho. Fatores que inibem uma relação de trabalho doméstico marcada tipicamente por permanente disposição dos trabalhadores e ínfima remuneração, o que é agravado pela PEC que,

desde 2015, igualou os direitos desses trabalhadores aos demais, com custos adicionais de 7% sobre o salário para o empregador, referente ao INSS.

Seguindo Rancière (2014; 2018), poderíamos dizer que parte das classes médias eram paulatinamente desprovidas de seus títulos e, assim, viam-se sem-parte num país que estavam acostumadas a ver reservado a elas. Seu devir povo a afligia e, mais cedo ou mais tarde, ela passaria à reação. A primeira oportunidade significativa para manifestar essa insatisfação ocorreu em meio aos atos de 2013, mais precisamente no momento em que eles perderam seu teor progressista e ganharam caráter ecumênico na crítica ao establishment político. Ensaçou-se, então, por parte significativa dos manifestantes que acorreram às ruas a partir do dia 20 de junho os primeiros contornos de um movimento reacionário que, além da corrupção e de seus eventuais efeitos sobre a qualidade dos serviços públicos, se voltava contra um processo lento e tímido de redução das desigualdades.

Foi com as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2015, na esteira de uma eleição fortemente polarizada em que a campanha de Aécio Neves incorporava abertamente os anseios anti-igualitários, porém, que a reação ganhou corpo e forma mais nítidos. Quem foi à rua naquela ocasião sabia muito bem que, assim como os 20 centavos não esgotavam os motivos de 2013, a queda de Dilma e o combate à corrupção não correspondiam à totalidade do espírito daquela mobilização. Tratava-se, para parte importante dos manifestantes, de um ato contra “tudo” o que representava o PT. Parte importante desse todo remetia aos avanços materiais daqueles governos. Pesquisa feita por Solano, Ortellado e Ribeiro (2019: 311) revelou que, entre as pessoas presentes na avenida Paulista em 12 de abril de 2015, 60,4% consideravam o Bolsa Família “coisa de preguiçoso” e 70,9% concordavam que cotas raciais geram mais racismo. Bolsonaro aparecia sempre em primeiro lugar quando os manifestantes eram perguntados acerca do líder político que aspirava mais confiança. Embora 70% das pessoas ali não confiassem em políticos, 19,4% diziam admirar o então deputado federal (Idem).

Por mais que algumas análises tendam a ver na campanha e na vitória eleitoral de Bolsonaro uma espécie de revanche das elites contra as massas ascendentes, não é bem disso que se trata o fenômeno bolsonarista. Ele consiste muito mais na reação, que embute em sua noção uma dimensão de revolta, de pessoas comuns, membros de variados estratos da classe média, contra um processo social e econômico de redução das desigualdades, conduzido politicamente pelo PT

mas com a convivência de outros setores das elites, que lhes desproveu de seus títulos. Guardadas as devidas proporções de ordem histórica e sociológica, poderíamos estabelecer aqui um paralelo com a análise de Emmanuel Todd sobre a França. Segundo ele, a luta de classes recuperou a sua marcha, desde os anos 80, mas em sentido inverso ao descrito por Marx (2012) em meados do século XIX. Se naquele tempo a revolução industrial e a superação do Antigo Regime abriam perspectivas auspiciosas e o inconformismo das respectivas classes mirava os andares de cima da estrutura social, a reversão de expectativas de hoje faz com que elas se movam olhando para baixo. Em outras palavras, a luta de classes se organiza por uma espécie de “escada do desprezo”, em que cada categoria social luta com aquela situada imediatamente abaixo e mirando para o passado (Todd, 2020: 255). Com a degradação das condições e das perspectivas de vida e o medo da desclassificação comentado acima, emergem algumas compensações ideológicas. À imagem de Emmanuel Macron, cuja eleição marcaria o desprezo da pequena burguesia pelo proletariado, que por sua vez recorre a Marine Le Pen para manifestar seu desprezo pela população de origem imigrante.

Voltando ao Brasil, o papel ativo do Estado enquanto agente redistributivo, nítido em programas de transferência de renda e de inclusão social, por um lado, e a revelação de esquemas de corrupção envolvendo grandes empresas, por outro, foi fundamental para a força do bolsonarismo. Afinal, a ação discricionária do poder público, mais ou menos legítima ou legal, revelava a diferença de tratamento dada a distintas parcelas da população. Espremida pela ascensão dos mais pobres e cada vez mais distante das elites, as classes médias se viam injustiçadas e puderam reivindicar igualdade para proteger seus privilégios. Aqui aparece Bolsonaro, não exatamente como um representante das elites incomodadas com um governo popular liderado por um antigo metalúrgico. Mas como um representante do brasileiro médio desassistido e injustiçado por opções parciais do Estado, de tal maneira que é à categoria de povo, igualmente submetido à autoridade estatal, que Bolsonaro vai recorrer. Para isso, no que diz respeito à dimensão material do ressentimento dos estratos médios, a polarização com o petismo e a adoção tardia de um programa liberal foram centrais.

1.2.1. Bolsonaro e a economia

O cenário de instabilidade inaugurado em junho de 2013 é agravado com a diferença estreita entre os dois concorrentes à presidência em 2014 e alcança o auge da efervescência social com o início das manifestações pelo impeachment de Dilma, em 2015. A análise da sua página no Twitter mostra como Bolsonaro encontra nesse contexto a possibilidade de se alimentar do ressentimento material que impelia os ânimos contrários ao PT e se colocar como defensor do brasileiro médio, que não se beneficiava de auxílios estatais e tampouco de esquemas escusos com as elites. A projeção crescente de sua figura - em meados de 2015 ele já anunciara a intenção de disputar a presidência em 2018 - faz, inclusive, com que Bolsonaro contribua para forjar uma identidade ainda difusa, mas cujos substratos objetivos e subjetivos já se faziam presentes a partir da crítica ao Estado. Cumpria falar com aqueles brasileiros indignados com a ideia de pagar altos impostos e não usufruir de serviços públicos, enquanto as camadas situadas abaixo e acima na estrutura social pareciam “mamar nas [suas] tetas”.

Três pontos explorados no discurso, mas também na prática política de Bolsonaro, ajudam a entender como a frustração de ordem material é importante para configurar uma base de apoio que ele virá a chamar de povo. O primeiro deles é a atenção exacerbada do então deputado a uma polarização aguda e agressiva em relação ao PT, tido como responsável pela crise e pelas injustiças cometidas contra o cidadão comum, desprovido de relações privilegiadas com as elites e inabilitado a receber auxílios públicos. O segundo foi a adoção de um liberalismo de conveniência que sugerisse a redução do escopo e das prerrogativas do Estado. Responsável por permitir a adesão do capital à sua candidatura de 2018, mas antes fundamental para ativar o incômodo com a corrupção e a redistribuição de recursos provenientes do trabalho das classes médias. O terceiro é a opção política explícita, desprovida de qualquer constrangimento, de representar os setores que se sentiam abandonados e cujo status social se apoia na distinção em relação aos mais pobres. Bolsonaro seria expressão legítima da defesa de uma ordem social especialmente desigual.

Ele guarda, nesse sentido, semelhanças com a adesão de camadas médias e trabalhadoras a populismos reacionários ao redor do mundo. Para voltar à França, o sociólogo François Dubet (2020: 97) vê no voto no *Rassemblement National*, de Marine Le Pen,

Um voto social, um voto de protesto contra as desigualdades, a insegurança social e o sentimento de abandono. Mas igualmente um voto contra os mais pobres, contra os estrangeiros, contra o

Estado de bem-estar social tal como ele existe. A transformação de um voto ‘social’ num voto ‘identitário’ não é compreensível se não levarmos em conta o ressentimento.

O voto na extrema direita seria resultado da desigualdade e do sentimento de ser deixado de lado mas que tem como corolário o fortalecimento da desigualdade. Afinal, o respeito, a dignidade e a identidade que camadas médias e até populares encontram nessa manifestação política se dá pela opressão e pela distinção em relação aos de baixo. A ascensão de Bolsonaro representa o reconhecimento de que a suposta maioria, em nome da qual ele alega falar, preserva seus valores e não só pode, como deve, agir para assegurar seus interesses e uma dada justiça que, ao fim e ao cabo, preserva uma ordem tradicionalmente hierárquica.

Com efeito, é decisiva para a emergência de Jair Bolsonaro como um quadro político nacional sua participação ostensiva, desde o início, dos atos pelo impeachment de Dilma Rousseff. A página do deputado no Twitter ao longo de 2015 e até meados de 2016 é tomada de críticas ao Partido dos Trabalhadores e seus governos e de convites às manifestações. Em 13 de março de 2015, quando poucos políticos haviam aderido à pauta, Bolsonaro já conclamava a participação popular em ato marcado para o dia 15. Um ano depois, em 17 de março de 2016 e com o processo já em curso, ele publicava registros de sua presença em frente do Palácio do Planalto seguido da mensagem “EM BRASÍLIA: Nossa missão é ficar até o fim ao lado do povo brasileiro. Vamos resgatar nosso país! Vamos às ruas!”.

A polarização com o Partido dos Trabalhadores é cultivada sem pudor e com o propósito evidente de se apresentar como um opositor radical, cujo objetivo máximo naquele momento era retirar o partido do poder. Em 2 de julho de 2015, Bolsonaro articulava, de forma supostamente bem humorada, a bandeira da segurança pública e da redução da maioria penal à aversão mais violenta ao PT. Podia-se ler em seu Twitter que “A ‘criança’ de 16 anos já estupra, mata... aí dizem que se for presa vai ficar pior! Pior como? Vai se filiar ao PT?”.

Não obstante, ele recusava uma polarização inserida no registro “coxinhas versus mortadelas”, que marcara os embates entre PT e PSDB e associava o campo da oposição à defesa das camadas mais privilegiadas. A posição crítica ao Partido dos Trabalhadores encarnada por Bolsonaro deveria veicular as angústias e os interesses do povo, dos sem-título, e não exclusivamente das elites culturais e da classe média alta. Uma postagem de 16 de julho de 2015, no Twitter, ilustra bem essa intenção. Trata-se de um meme em que Bolsonaro aparece em foto sentado diante de uma

mesa de plástico típica de um bar popular e acompanhado de um homem negro vestido de maneira simples, sob a legenda: “a elite burguesa branca capitalista”. Abaixo, uma foto mostra Dilma confraternizando, com champagne, em evento elegante sobre a legenda “comunistas”.

O PT é repetidamente descrito nas manifestações do ex-capitão como um partido que recorre ao apoio de determinadas minorias e ao conchavo com setores corrompidos das elites para sustentar um programa que se volta contra os interesses das maiorias. Como sugere tweet de 5 de junho de 2017, segundo o qual o partido “usa minorias pelo seu projeto de poder”. Caberia justamente a essas maiorias livrar o país do rumo desastroso que assumira. O processo de impeachment, catalisado por manifestações populares e a despeito de acordos parlamentares prévios, seria sua manifestação mais clara. Em vídeo editado da chegada de Bolsonaro ao aeroporto de Manaus em 11 de dezembro de 2015, ele é carregado por um número significativo de apoiadores. Ao fundo, se ouve o coro de “Mito! Mito! Mito!” enquanto ele agita uma bandeira nacional em câmera lenta. Em seguida, o então deputado se dirige às pessoas²⁰:

O processo de impeachment está caminhando. Vocês, o povo, são mais do que importantes, em movimento de rua, para exatamente mudar o voto do deputado indeciso, o voto do deputado que quer defender o PT (...) A nossa bandeira jamais será vermelha.

Na medida em que a polarização com o Partido dos Trabalhadores forja a identidade de Bolsonaro, assim como aquela de seus apoiadores de primeira hora, a obsessão com as críticas ao partido não cessam com a queda de Dilma Rousseff. Suas manifestações em público e nas redes sociais continuam, mesmo depois de eleito, recorrendo aos efeitos nocivos dos governos petistas sobre os costumes, a economia e o bem-estar dos brasileiros. Os processos enfrentados por Lula e sua subsequente prisão, seu protagonismo durante o período eleitoral e a disputa com Haddad no segundo turno permitem a Bolsonaro explorar de forma contínua o repúdio de amplos setores em relação ao partido e às políticas implementadas por ele. A prisão de Lula, por exemplo, foi reiteradamente comemorada por Bolsonaro. Em foto publicada no Twitter em 24 de janeiro de 2018, ele aparece fazendo um sinal de positivo em frente a uma televisão ligada cuja legenda indicava “Relator aumenta pena de Lula para 12 anos e 1 mês”. Em 20 de julho de 2019, presidente há sete meses, Bolsonaro escrevia em sua página na rede social:

²⁰ Ver https://www.youtube.com/watch?v=Apf_yQeggUI. Acesso em 7 de abril de 2021.

Vou falar do PT sempre. Não adianta chorar. Não é porque perderam a eleição que seus crimes devem ser ignorados. Os efeitos devastadores do desgoverno da quadrilha ainda podem ser sentidos e é papel de todo aquele que ama o Brasil lembrar quem foram os culpados.

Conhecido crítico da esquerda e do comunismo, Bolsonaro nunca foi um expoente do liberalismo econômico no Brasil. Pelo contrário, ele era conhecido por esposar um ideário intervencionista, que marcou boa parte do regime militar. A priori contrário às privatizações e a políticas de ajuste fiscal, despertava desconfiança do mercado e dos grandes veículos de comunicação. A apresentação de Paulo Guedes, notório adepto da mais rígida ortodoxia neoliberal, como futuro ministro da economia com poderes ampliados e plena autonomia em relação a um presidente que reconhecia não dominar o assunto serviu para acalmar os ânimos.

Tal movimento não obedecia, porém, simplesmente à necessidade de atrair o apoio das classes dirigentes. O apelo de uma agenda de esvaziamento das atribuições do Estado refletia um incômodo de longa data de estratos médios com o pagamento de impostos e a percepção de que o aumento recente da intervenção estatal sobre a economia lhe fora prejudicial. Era disseminado entre partes das classes médias e trabalhadoras o sentimento de que tributos cada vez mais importantes comprometiam seu poder de compra em benefício de pessoas acomodadas com os poucos ganhos de programas como o Bolsa Família. Enquanto privilégios decorrentes da desigualdade social se diluíam, aqueles cuja função fora sempre servir furavam a fila do progresso independentemente de seu esforço. Ao Bolsa Família, incluía-se nessa chave iniciativas como as cotas em universidades públicas. Um Estado inchado e com amplas prerrogativas seria terreno fértil para acordos inescrupulosos entre políticos sedentos por cargos, recursos e poder e grandes empresários ávidos por contratos superfaturados. Espremidas ao meio e sem se beneficiar de parte alguma da festa, teriam ficado as classes médias desorganizadas e deixadas para trás. Ao reivindicar a sua representação, Bolsonaro assumiu como uma de suas prioridades acabar com a farra da corrupção e dos abusos envolvendo a redistribuição injusta de recursos públicos, algo que passava pela diminuição do Estado.

Não é à toa, portanto, que Jair Bolsonaro não se privava de criticar programas como as cotas raciais e o Bolsa Família - iniciativa que a direita tradicional deixara há muito tempo de criticar. Sua coragem em insinuar que o programa era vulnerável a fraudes e respondia a interesses meramente políticos do PT era música para os ouvidos de setores que se sentiam por ele injustiçados. É significativo o fato de, uma vez eleito e consciente de que não poderia suportar os efeitos políticos

do fim do programa, Bolsonaro ter alardeado o combate às supostas fraudes no programa. Os recursos para o 13º distribuído para os seus beneficiários em 2019 seriam provenientes do “combate à fraude, pois existe muita fraude”, disse o presidente em live de 4 de abril de 2019. No dia seguinte, post no seu Twitter dizia que “No passado, o PT negou no Senado o 13º para o Bolsa Família. Hoje, com árduo trabalho no combate às fraudes, como vereadores e o caso de um animal doméstico chamado gato ‘Billy’, recebendo indevidamente, temos meios para implementar esta medida para os verdadeiros necessitados”.

Nesse mesmo sentido, chama a atenção a presença constante do secretário da Pesca, Jorge Seif, nas lives semanais de Bolsonaro. Em 2019, o tema que mais interessava ao presidente ao longo das intervenções de Seif era o combate às fraudes no seguro-defeso. Na emissão de 19 de abril, por exemplo, longos minutos foram dedicados à suposta descoberta de que 65% dos benefícios do programa seriam fraudulentos. Em 25 de abril, a página de Bolsonaro no Twitter anunciava:

Seguimos cumprindo nosso objetivo de combater fraudes, algo que se proliferou de forma catastrófica em nosso país. Dessa vez, lançaremos o novo Cadastro Nacional de Pescadores para filtrar e identificar possíveis fraudes no recebimento do seguro-defeso.

Os programas de transferência de renda não são suprimidos no governo Bolsonaro. Mas passam, supostamente, por um pente fino capaz de filtrá-lo de oportunistas. Embora iniciativas como o 13º salário pudessem sinalizar o fortalecimento de políticas como o Bolsa Família, perdura uma importante ambiguidade em relação à natureza redistributiva do Estado. Em live de 20 de março de 2019, por exemplo, Bolsonaro comentou pesquisa segundo a qual o desenvolvimento de crianças que recebiam o benefício equivaleria a um terço da média mundial. Seria difícil, de acordo com o presidente, “que essa garotada que começa errado lá atrás seja um bom profissional lá na frente”. Na sequência, ele sugere uma associação entre o programa, o aparelhamento das instituições e o socialismo: “não sei o que passa na cabeça das pessoas que acham que socialismo dá certo (...) O socialismo foi muito bem implementado por Chávez e por Maduro – pessoal tá passando fome”.

É interessante notar que a atenção que Bolsonaro dá à agenda liberal passa ao largo de temas macroeconômicos, como as políticas fiscal e monetária. Suas atenções se concentram em dimensões mais tangíveis quanto ao peso e ao tamanho do Estado. Além de questionar e limitar seu potencial redistributivo, é fundamental para o candidato e depois presidente sinalizar a redução da máquina como indicador de menos impostos e menor margem para corrupção e troca de favores.

Uma das iniciativas mais divulgadas durante a campanha foi a redução do número de ministérios – medida de pequeno efeito orçamentário, mas de fácil assimilação. Empossado presidente, ele não tardou a anunciar a extinção de 21.000 cargos comissionados da esfera federal. Em *tweet* de 14 de março, comemorava uma “Economia de quase R\$195 MILHÕES de dinheiro público” e dizia: “ESTAMOS CUMPRINDO NOSSA MISSÃO!”. Por outro lado, o programa de privatizações defendido por Guedes, que, a depender da vontade do ministro alcançaria a Petrobras e os bancos públicos, servia a Bolsonaro para sugerir o fim de espaços vulneráveis à corrupção. Ao anunciar a aprovação de estudos para a privatização dos correios em 26 de abril de 2019, ele afirmava que ela fora “o início do foco de corrupção com o mensalão, deflagrando o governo mais corrupto da história. Com o Foro de SP destruíram tudo em nome da Pátria Bolivariana”.

A afinidade entre o bolsonarismo e o ressentimento material com o lulilismo opera justamente na distinção entre os esquecidos e os privilegiados pelos governos petistas. No léxico de Bolsonaro, a clivagem obedece às noções de maioria, empregada para denominar os primeiros, e de minorias, para os segundos. O termo minorias faz geralmente alusão a grupos discriminados, mas o sentido outorgado a ele pelo bolsonarismo é mais amplo. Já ao reivindicar a defesa da maioria, o ex-capitão faz uma opção implícita pelos estratos médios da população, cujo maior atributo não diz respeito exclusivamente aos seus valores cristãos ou à sua moral conservadora, como chega a sugerir. O que define a identidade dos expressivos setores médios indignados com os governos petistas e que Bolsonaro foi capaz de mobilizar, seguindo a natureza antagonista do político definido por Mouffe (2015), foi a insistente distinção em relação aos mais pobres.

Os beneficiários mais nítidos do lulismo constituem exatamente o grupo social cuja ascensão desperta medo e ressentimento entre partes das classes médias. Desprovidas de laços orgânicos, assim como os camponeses franceses que aderiram a Luís Bonaparte na clássica leitura de Marx (2011), sobrava angústia e raiva a essa parcela da sociedade brasileira, mas faltava um representante que lhe desse corpo e identidade. Foi o que fez Bolsonaro ao traçar explicitamente a linha que os dividia dos vagabundos, do lumpem e de uma certa esquerda cujos contornos se confundem com aqueles da elite cultural. À imagem de outros movimentos de extrema direita, ele foi a representação possível dos esquecidos, dos desprezados. Sua eleição operou como uma maneira de afirmação imperfeita de uma identidade que parecia ameaçada. Mesmo que com resultados incertos, o essencial para esses eleitores, como notou Didier Eribon (2018) para o caso

da Frente Nacional na França, é se sentir representado individual ou coletivamente, num registro de importante dimensão emocional.

Talvez a manifestação mais clara de Bolsonaro a respeito dessa estratégia tenha sido sua oposição à PEC das Domésticas, que lhes assegurava direitos mínimos no tardio ano de 2015. Ele foi o único dos deputados da Câmara a votar contra um projeto que, ao dar dignidade às domésticas, aumentava os custos dessa mão de obra e constrangia práticas que aproximam muitas vezes suas condições de trabalho à escravidão. Perguntado em entrevista ao Jornal Nacional às vésperas da eleição de 2018 por quê havia votado dessa forma, ele respondeu:

Não é 'o sr. votou contra'. Eu fui o único a votar contra. E em dois turnos. Então não houve erro da minha parte. Foi proteger. O que eu defendia era os mesmos direitos, mas de forma gradativa. Levou milhares de mães, senhoras e alguns homens a serem diaristas. E como diaristas não tão recolhendo pra suas aposentadorias. Muita gente teve que demitir porque não tinha como pagar. Muitas mulheres perderam o emprego pelo excesso desses direitos.

Os interesses de uma classe média ressentida, que já não podia contar com todos os serviços contratados por preços módicos junto à classe trabalhadora mais vulnerável, que com Paul Singer (1981) poderíamos chamar de subproletariado, eram bem representados por Bolsonaro. Acabaria a farra de sindicalistas que viviam às custas do imposto sindical obrigatório²¹, de movimentos sociais que se aproveitavam da vulnerabilidade e da falta de virtude de pessoas sem teto e sem terra para invadir terras rurais e urbanas privadas²² e de indivíduos que, apesar da falta de qualquer esforço, acessavam programas sociais e de transferência de renda. A volta ao mercado, onde a tendência inexorável no Brasil aponta para a preservação de certos privilégios dos setores médios, foi a saída encontrada para remediar os males do lulismo. Bolsonaro não só estava à altura dessa tarefa como pôde dar forma a um grupo social que, de forma difusa e um tanto envergonhada, vinha manifestando seu incômodo. O ex-capitão lhes permitiu entrar no jogo, mesmo que fosse simplesmente para destruí-lo e recolocar o brasileiro médio, um certo senso comum conservador, no centro do tabuleiro.

Nem todos os eleitores de Bolsonaro foram movidos pelas mesmas angústias, desejos, demandas e expectativas. Questões como o combate virulento contra a corrupção e a violência, por exemplo,

²¹ Como deixou claro em live de 27 de junho de 2019 ao lamentar que Medida Provisória que constrangia a cobrança do imposto havia caducado.

²² Em live de 4 de abril de 2019, Bolsonaro comemorou a redução de invasões de terra pelo MST em seu governo.

sensibilizaram as classes médias tradicionais, mas também setores populares que sofrem com a precarização dos serviços públicos e com a insegurança nas periferias das grandes cidades. A votação expressiva de Bolsonaro entre a população evangélica, por sua vez, responde a uma dinâmica estranha à insatisfação das classes médias com os efeitos socioeconômicos dos governos do PT. Já a adesão tardia das elites econômicas à candidatura do ex-capitão obedeceu aos efeitos de uma crise que lhe retirava a capacidade de controlar diretamente o poder político. De toda forma, a deterioração das expectativas materiais dos estratos médios foi decisiva para alçar Jair Bolsonaro à condição de um candidato competitivo às eleições presidenciais de 2018. Ao dirigir-se a esse público e falar abertamente de angústias que dificilmente eram compartilhadas, ele atraiu para a sua base um segmento importante da população que se enxergava como vítima de um sistema corrupto a serviço dos mais pobres e dos mais ricos. Esses brasileiros, sentindo que haviam sido deixados para trás, encontraram em Bolsonaro alguém que compartilhava sua indignação e era capaz de defender seus mais justos – ou escusos - interesses.

1.3. Ressentimento simbólico

O populismo de direita, em suas diversas expressões, não se alimenta apenas da degeneração das expectativas materiais de setores médios e populares. Para além da percepção geralmente acurada de que o futuro e a vida dos seus filhos se anunciam incertos, há um forte substrato simbólico a impulsionar lideranças reacionárias que prometem a recuperação de um passado glorioso. Com efeito, a transformação de costumes e valores que se arrasta desde o fim dos anos 60 se acelerou de tal maneira nos últimos anos e ganhou contornos que legaram ao sujeito médio e a parte da cultura tradicional rótulos não muito lisonjeiros. Ignorantes e atrasados são algumas das formas pelas quais uma parcela da sociedade vem se referindo e discriminando aqueles que não assimilam tranquilamente pautas liberais como a igualdade de gênero e a legalização do aborto.

Embora tenha obedecido a uma dinâmica particular, o fenômeno bolsonarista corresponde, em boa medida, a esse padrão. Por um lado, eleitores médios se sentiram enganados pelo partido que empunhara a bandeira da ética e acabou por encharcar-se na lama da corrupção enquanto dava benesses à base da pirâmide social. Por outro lado, esses mesmos homens médios se sentiram vítimas do que passou a ser identificado por eles como a “ditadura do politicamente correto”. Um eufemismo para o combate a privilégios assentados em relações de dominação simbólica com

efeitos eminentemente concretos e que se organizam a partir de clivagens de gênero, raça, orientação sexual e classe. Conforme mulheres foram reivindicando igualdade dentro e fora de casa, homossexuais foram exigindo direitos que lhes eram negados, negros foram reivindicando a reparação de injustiças históricas, trabalhadores foram exigindo o respeito à legislação trabalhista e organizações da sociedade civil e do Estado passaram a reconhecer essas demandas como legítimas, toda uma cultura conservadora foi posta em cheque. Naturalmente, os que se situavam no polo privilegiado dessas clivagens resistiriam às mudanças.

É como se uma ampla coalizão que envolvesse o governo, a mídia, as escolas, as organizações de esquerda e os artistas avançasse a passos largos para esvaziar o reconhecimento da dignidade daquele que, por falta de melhor nome, tenho chamado de brasileiro médio. Na medida em que tradições conservadoras têm sua validade questionada, a essência da cultura nacional parece corrompida e seus membros discriminados como símbolos de uma história ultrapassada. Daí o caráter radical e reacionário que assumiriam as bases dos movimentos populistas de direita.

Nos Estados Unidos, Hillary Clinton chamou-os de deploráveis e deu de bandeja a Trump tudo o que ele queria: o desprezo explícito de uma certa elite pelos americanos leais às tradições e aos valores do país ameaçados pela transformação cultural em curso. No Brasil, o movimento “Ele Não”, que aglutinou setores de centro e esquerda contra Bolsonaro às vésperas da eleição de 2018 ofereceu-lhe o argumento de que tudo o que havia de mais avançado, esclarecido e alinhado aos ditames morais do tempo presente estava contra ele. Um elogio a quem se prestava justamente a impedir que a roda da história seguisse girando, pelo menos na direção que os gestores do sistema desejavam. Em 14 de agosto de 2018, o então deputado, em plena pré-campanha à presidência, compartilhava em sua página no Twitter editorial do jornal Estado de S. Paulo acompanhado da seguinte mensagem: “Estadão chama eleitor de Bolsonaro de irracional! É impressionante a que ponto podem chegar”.

A candidatura do ex-capitão pretendia dialogar justamente com todo o ressentimento de parcelas da população brasileira que se opunham a pautas como a legalização do aborto, o avanço de uma cultura feminista capaz de questionar a autoridade patriarcal e a defesa dos direitos humanos para autores de crimes comuns - temas caros para uma esquerda que, como vimos, abandonou uma identidade centralmente definida pela clivagem de classe e precisava de outros elementos de distinção. Bolsonaro, mais do que uma expressão de costumes e princípios conservadores que

demonstravam resiliência na sociedade, reivindicava a legitimidade desses valores e o fato de eles serem majoritários entre os brasileiros. Tratava-se de um representante combativo dos brasileiros dignos do nome contra minorias cujo projeto reinava hegemônico nas instituições, na mídia, e na sociedade organizada. Como notou Angela Alonso (2019: 68),

Bolsonaro emergiu desse mundo paralelo, abissal, longamente desconsiderado por intelectuais e mídia, movimentos e partidos de esquerda. Todos cegos para as raízes nas quais se planta. São milhões de brasileiros.

Foi justamente explorando esse ressentimento simbólico que Bolsonaro se tornou conhecido em âmbito nacional. Foi defendendo o que parecia indefensável e atacando a “ditadura do politicamente correto” que o então deputado, outrora conhecido apenas nos círculos reacionários da internet e das casernas, ganhou notoriedade e se projetou como porta-voz de grupos mais amplos. Em um momento em que as redes sociais não tinham o alcance de hoje e a comunicação popular era ainda essencialmente mediada pelos canais de televisão aberta, foi decisiva a participação polêmica de Bolsonaro em programas como o CQC, da TV Bandeirantes, e de Luciana Gimenez, na RedeTV. Em suas primeiras aparições, ele fez questão de chocar os entrevistadores e a audiência com frases de efeito que denotavam discriminação explícita contra mulheres, negros e homossexuais. O que lhe permitiu ganhar a animosidade de grupos progressistas e a simpatia de pessoas que concordavam com ele, mas muitas vezes não ousavam manifestar seu preconceito publicamente. A fama de Bolsonaro cresceu também em função do episódio, em 2014, em que reafirmou que não estupraria a deputada petista do Rio Grande do Sul Maria do Rosário, pois ela seria “muito feia” - evocando episódio anterior, de 2005. Além do ataque a uma figura combativa do Partido dos Trabalhadores, o escândalo promovido pela frase deu a Bolsonaro a imagem de alguém pouco atento às normas cada vez mais rigorosas de comportamento e a simpatia de homens incomodados com a onda feminista que lhes questionava a autoridade quase incontestada sobre esposas e colegas. No Brasil, afinal, a onda feminista que tem alterado as relações de gênero há algumas décadas em diversos lugares chegou mais tarde e ganhou repercussão realmente popular apenas nos últimos anos, provocando incômodo notável em uma sociedade marcada por tradições e costumes patriarcais.

Em “Amanhã vai ser maior”, Rosana Pinheiro-Machado afirma que as bobagens e aberrações ditas em cadeia nacional, que ninguém teria coragem de pronunciar, constituíram uma estratégia de Bolsonaro segundo a qual seria melhor ser infame do que não ser famoso. A polêmica provocada

por suas intervenções chamava a atenção da imprensa e ganhava a memória das pessoas na medida em que encontrava eco no seu ressentimento (Machado, 2019: 137). Conforme o deputado ia se sentindo à vontade, ele se mostrava capaz de combinar brincadeiras carregadas de machismo, homofobia e racismo com uma identidade marcada pela radicalidade, o inconformismo, o autoritarismo e a violência. O sistema e o rumo perverso que a cultura brasileira tomava colocariam em risco valores caros à família e a uma ordem de costumes de longa data. Nada mais justo e necessário aos olhos dos estratos médios já frustrados com os efeitos socioeconômicos do lulismo do que a indignação e a revolta, mesmo que grosseira, do deputado.

Em entrevistas com eleitores de Bolsonaro antes das eleições de 2018, a pesquisadora Esther Solano (2018) pôde aferir a importância das pautas ligadas aos costumes para conformar a preferência pelo candidato. Segundo ela, predominava em diversos relatos a sensação de que as esquerdas representariam uma ameaça para a ordem social e para o modelo tradicional de relações na medida em que teriam como objetivo acabar com a família e ensinar a criança a ser gay na escola. Questões que já vinham sendo levantadas por outros atores, como as igrejas pentecostais, mas que tiveram em Bolsonaro um veículo importante de difusão, como ficou claro na longa batalha travada por ele contra o famigerado “kit gay”. Solano (2019: 318) notou a centralidade, para esses eleitores, de uma espécie de “revolta do homem branco heterossexual que enxerga privilégios nas lutas identitárias” e que sensibiliza também mulheres “antifeministas”. A indignação aparentemente genuína do ex-capitão com a evolução dos costumes encontrava pessoas angustiadas com a perspectiva de perder os poucos símbolos de distinção que lhes restava.

Consciente do caldo de insatisfação que se acumulava com o novo padrão de comportamento tido como legítimo, Bolsonaro explorou a face eminentemente conservadora da cultura brasileira. A melhor forma que encontrou para fazer isso foi moldar suas intervenções públicas à imagem e semelhança do homem médio incomodado com a perda de privilégios históricos e com a censura de suas demonstrações cotidianas de preconceito. Alguns episódios e manifestações de Bolsonaro ilustram a postura reacionária que lhe permitiu alargar um público e uma base eleitoral antes restrita aos saudosistas da ditadura militar. Agora se juntavam a eles os nostálgicos de uma sociedade livre de uma suposta hegemonia cultural progressista, feminista, antirracista e tolerante à diversidade. Vejamos alguns exemplos da estratégia do ex-capitão para se projetar enquanto representante máximo dos perdedores do lulismo em sua dimensão cultural.

Em 30 de abril de 2014, Jair Bolsonaro anunciou no plenário da Câmara dos Deputados sua intenção de se candidatar naquele ano à presidência da república. Em uma espécie de manifesto de campanha, não se via qualquer esforço propositivo. Em sua fala, pelo contrário, predominava a negação. A maioria dos brasileiros e sua candidatura seriam contra: “o malfadado kit gay”, “qualquer tipo de cota”, “a ideologia nas escolas”, “as atuais políticas de direitos humanos” e “o auxílio reclusão”. Dentre os poucos planos anunciados, Bolsonaro disse ser a favor de uma “política de planejamento familiar” e do “trabalho forçado em presídio”²³.

Entre os temas explorados por Bolsonaro para marcar a diferença que ele encarnava em relação a um establishment informado pela corrupção dos costumes tradicionais foi o já citado “kit gay”. Uma iniciativa que visava combater a intolerância sexual nas escolas se tornou, com as críticas reiteradas de Bolsonaro a partir de 2010, um programa de apologia à homossexualidade. Em vídeo de janeiro de 2016 intitulado “homofobia”, o então deputado afirma que se o preço de defender a integridade da família era ser chamado de homofóbico, ele estava disposto a paga-lo²⁴:

Eu não tenho nada a ver com o comportamento de quem quer que seja. Mas não podemos admitir que por omissão nossa, do parlamento, crianças se tornem homossexuais ou tenham esse comportamento por influência na escola (...) E eu tenho falado abertamente que se ser homofóbico é defender as criancinhas na escola, podem me chamar de homofóbico com muito orgulho. Mas a maioria dos homossexuais apoia a nossa tese.

O assunto tinha tal magnitude no repertório de Bolsonaro que mereceu destaque na entrevista concedida ao Jornal Nacional em meio à campanha de 2018. Na ocasião, ele fez questão de retomar a sua luta contra o programa de combate à homofobia na escola. Que teria sido descoberto por acaso, segundo ele, em meio ao 9º seminário LGBT no Congresso, chamado por Bolsonaro de “9º Seminário LGBT Infantil”. “Repito; 9º seminário da LGBT infantil”, ressaltou antes de mostrar às câmeras a capa do livro *Aparelho sexual e cia*. “Entre esse material [discutido no encontro] estava esse livro lá, Bonner”. E seguiu: “Qual pai que tem o filho na sala agora? Retire o filho da sala. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem.” Instado a guardar o livro, ele se revoltou: “mas é um livro para criança. É um livro para criança!”. Por fim, se resignou: “tá bom, eu vou deixar o livro aqui. Mas eu vou mostrar numa live depois do programa”.

²³ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=a7cxQsHMM3s>. Acesso em 7 de abril de 2021.

²⁴ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=mbiNDU3ztyw>. Acesso em 7 de abril de 2021.

Na mesma ocasião, o candidato não se esquivou de questionamento sobre declaração de 2014 em que alegara o caráter natural da desigualdade de remuneração entre homens e mulheres para funções e cargos equivalentes. Ao invés de recuar, Bolsonaro reforçou o argumento de que as mulheres ganham menos do que os homens porque engravidam, o que implica um custo extra ao empregador. “E é assim. Não é verdade?”.

O confronto e a ironia, aliás, são pilares essenciais da construção da figura de Bolsonaro como o vilão do politicamente correto – ou o herói dos seus inimigos. Face às críticas a demonstrações populares de preconceito, como chacotas com minorias e agressões misóginas e homofóbicas, a revolta dos opressores não raro ganha a forma da grosseria e da piada. E as redes sociais de Bolsonaro são repletas de intolerância supostamente bem humorada. Em 24 de novembro de 2016, em resposta a um comentário de opositor que lhe mandava “tomar no cu”, por exemplo, o então deputado respondeu “sinto muito, não joga no seu time! Seja feliz e vamos adiante”.

Entre 2014 e 2018, o então deputado dedicou parte significativa de seus comentários nas redes sociais a políticas de incentivo à cultura. Assumindo que a classe artística é dominada pela esquerda e pela defesa da liberdade de comportamento, o campo reacionário elegeu o financiamento público de iniciativas culturais como um dos principais males dos governos petistas. Numa expressão importante do pensamento conservador contemporâneo, a corrupção dos valores da família tradicional é atribuída a uma produção artística subsidiada pelo Estado e descolada dos princípios e gostos estéticos das maiorias. Caberia a um governo de direita acabar com a farra que autorizava exposições em que “uma criança toca homem nu ‘em nome da Cultura’”, como dizia tweet de Bolsonaro de 28 de setembro de 2017 em referência a episódio de grande repercussão à época. Já em campanha, em publicação de 29 de março de 2018, ele anunciava que em seu governo nem sequer existiria um Ministério da Cultura. Em 6 de setembro, a poucos dias do segundo turno, dizia que se deveria interromper o financiamento público de “absurdos como oficinas de masturbação ou ‘peças’ com pessoas cutucando seus orifícios”. Assim como a intervenção do Estado sobre a economia desestabilizava uma hierarquia supostamente natural - no mínimo percebida como justa -, sua intervenção sobre o universo dos costumes alteraria uma ordem genuína de relações sociais. Uma articulação que, como mostrou Brown (2019), permite a determinadas forças políticas conciliar neoliberalismo econômico e conservadorismo social.

Por fim, cumpre registrar, entre os temas que receberam atenção prioritária de Bolsonaro no esforço de representar o ressentimento simbólico de estratos médios, a crítica recorrente à defesa dos direitos humanos. Conforme o país viu aumentar o nível de violência e o sentimento de insegurança da população, cresceu também a preocupação com a integridade, a vida e os direitos dos autores dos crimes. De um lado, portanto, o medo e o desejo de vingança e justiça, na sua face mais primária, apontavam para mais repressão. De outro, organizações da sociedade civil e vozes progressistas criticavam abusos das forças do Estado e advogavam por punições mais brandas para os responsáveis. A tensão resultante desse contraste teria, inevitavelmente, um desdobramento político, que atores como Bolsonaro souberam relacionar à clivagem mais ampla entre direita e esquerda e àquela referente às bandeiras culturais de cada um desses campos. Da mesma maneira que a esquerda se apoiaria em sindicalistas, líderes de movimentos sociais e pessoas avessas ao trabalho, ela se tornaria, aos olhos conservadores, o bastião de defesa de criminosos. Já a direita que mais tarde se identificaria com o bolsonarismo qualificava “bandidos” como indignos de qualquer compaixão. Em 13 de junho, o deputado Jair Bolsonaro batia seu recorde, até então, de curtidas no Twitter; 33 mil. Na postagem, dizia simplesmente: “Quem assalta, estupra, sequestra e mata não é vítima da sociedade, é VAGABUNDO!”. Noção essa que serviria como uma espécie de correspondente a um significante vazio capaz de articular variados perfis e demandas em torno de uma identidade coletiva carente de representação.

1.4. Um povo formado por cidadãos de bem

Ao assimilar preocupações ligadas à preservação de tradições, senão ameaçadas, ao menos contestadas, Bolsonaro “falou aos estratos sociais afligidos com a mudança de costumes e desejosos de restaurar a hierarquia de gênero, a dominância do casamento heterossexual, a orientação religiosa da conduta, a educação baseada na autoridade”, como notou Angela Alonso (2019: 62). Ao invés de recusar o ritmo acelerado das mudanças em chave conservadora, o bolsonarismo é reacionário. Ele não pleiteia simplesmente a preservação do estado de coisas, mas o “retorno a um passado conhecido, com valores, costumes e hierarquias antimodernos” em que o brasileiro médio, pai de família e trabalhador é devidamente respeitado (Idem).

É justamente por meio do antagonismo, do qual falei no primeiro capítulo apoiado em Laclau (2013) e Mouffe (2015), que ganham corpo e identidade coletiva os estratos que Bolsonaro

pretendia representar. Com raízes na figura histórica do vadio, do marginal e com corte importante de raça, Pinheiro-Machado (2019: 142) defende que a noção de vagabundo opera, para o bolsonarismo, como uma espécie de significante vazio a abranger desempregados, moradores de rua, pobres, nordestinos, putas, pessoas LGBTQI+, ativistas e bandidos. Atributos atravessados por relações de poder baseadas nos eixos de raça, classe e ideologia e que Bolsonaro teria explorado para despertar um tipo de pânico moral capaz de aglutinar indivíduos cuja inquietação atomizada não encontrava um vetor de ação comum. As palavras “vagabundos” e “marginais”, notou Machado (Idem: 145), são as que mais aparecem nas páginas virtuais da extrema-direita para designar tanto petistas como assaltantes e servem para articulá-los em torno de um mesmo “eles” que se opõe ao “nós”.

No campo do qual Bolsonaro procura se distinguir e contra o qual dirige seus ataques, estariam todos os que se beneficiaram, direta ou indiretamente, da dupla corrupção política e dos costumes que teria marcado os governos petistas. Poderíamos acrescentar à lista de Machado expoentes das elites política e econômica envolvidos nos esquemas de desvio de dinheiro público ou simplesmente coniventes com a degeneração econômica e moral provocada pelo lulismo. Com efeito, o polo dos vagabundos inclui também partidos fisiológicos do chamado Centrão, a direita por assaz moderada do PSDB, a grande imprensa inclinada à liberalização dos costumes, notadamente a TV Globo, e empresários parceiros do esquema petista. As críticas reiteradas de Bolsonaro a FHC e seus governos deixam bem claro que o inimigo não se restringe à esquerda ou ao PT e suas adjacências político-sociais, mas compreende todo um sistema mais amplo que se move contra os interesses materiais e os valores da pessoa comum. Por meio da definição das mazelas produzidas pelo pacto entre certas elites e os “vagabundos” e da reiteração dos motivos de ressentimento que corroem a confiança de parte dos cidadãos nessa ordem, o ex-capitão pôde articular indivíduos que se consideravam vítimas dispersas em torno da noção de cidadão de bem – o brasileiro médio, pai de família, trabalhador, sem tempo, dinheiro ou paciência para os maneirismos dos cultos de que fala Alonso (2019).

Bolsonaro não se tornou, de uma hora para a outra, o representante legítimo e ideal dos estratos ressentidos com o sistema do qual o lulismo fora a expressão mais acabada. Seu ímpeto político teve, durante um bom tempo, natureza essencialmente negativa – ou destituente -, como parte das manifestações de 2013 e pelo impeachment haviam demonstrado. Embora símbolos patrióticos

tenham dado uma estética e um repertório minimamente coesos a manifestações de composição social e ideológica heterogêneas, como sugeriu a mesma Alonso (2016), o sentimento antipetista foi determinante para articular esses setores das classes médias (Secco, 2018). O bolsonarismo se apoia e é fruto deste afeto reativo e conservador, mas tratou, ao mesmo tempo, de dar conteúdo positivo ao campo que reivindicava conduzir como alternativa ao PT e a um sistema suficientemente corrupto para acomodar os sentidos do lulismo.

Entre os primeiros a se deixarem sensibilizar pelo espírito reacionário evocado pelo então deputado estavam homens frustrados com a crescente relativização da masculinidade como princípio ordenador da sociedade brasileira e que outorgava a eles uma autoridade quase inquestionada nas esferas pública e privada. É o que revela a pesquisa da antropóloga Isabela Kalil (2018) com apoiadores de Jair Bolsonaro entre 2016 e 2018. Segundo ela, homens, sobretudo jovens, que encontram na masculinidade violenta uma maneira de afirmação perante a comunidade constituem o grosso da base com que o ex-capitão contou nos primórdios de sua campanha presidencial.

Aos poucos, outras pessoas foram vendo em Bolsonaro alguém que veiculava angústias que compartilhavam, tanto em relação aos rumos da economia, quanto à suposta corrupção de valores em curso. Por meio de entrevistas com mais de 1000 pessoas, a equipe coordenada por Kalil agrupou os eleitores bolsonaristas em 16 grupos, divididos segundo marcadores sociais, desejos, aspirações e aversões comuns. Considerando que os pesquisadores concentraram seus esforços em espaços de socialização ligados ao que chamaram de ultradireita, sua amostra remete ao núcleo mais radical e engajado de apoio ao presidente. Ao longo da campanha e da pesquisa, porém, esse eleitorado foi se diversificando de maneira a relativizar o domínio de homens e jovens na sua base mais ativa. Entre os grupos identificados, encontramos, por exemplo: nerds, gamers, hackers e haters; militares e ex-militares; mulheres de classe média baixa que repudiam a “ideologia de gênero”; homossexuais conservadores; grupos periféricos de direita sensíveis ao tema da segurança pública e com valores ligados à religião cristã; fiéis religiosos preocupados com o fato de a esquerda subverter a família tradicional, entre outros.

Trata-se de uma miríade de perfis que não compartilham, necessariamente, atributos sociais e traços culturais, tampouco interesses materiais e uma visão de mundo coesa acerca do papel do Estado. No entanto, sentimentos difusos, eminentemente ligados à frustração de camadas médias, unem esses grupos em torno da vaga ideia de “cidadão de bem”. Empregada por setores

conservadores para denominar o campo que se manifestava a favor da operação Lava Jato e do impeachment de Dilma, essa noção permitiu a atores como Bolsonaro reivindicar desde o direito à posse de arma por indivíduos que queiram se proteger das ameaças impostas por uma sociedade violenta até a interrupção de políticas voltadas ao combate à homofobia.

Assim como o termo vagabundo aparecia como um significante vazio capaz de articular todos aqueles vinculados ao petismo e ao sistema, a noção de cidadão de bem servia para aglutinar sob um mesmo guarda-chuva todas as vítimas de uma dupla corrupção: dos recursos públicos e dos costumes tradicionais. Como nota Kalil, o cidadão de bem condensa a oposição à esquerda no que tange à confusão entre direitos e privilégios, atribuída a programas de transferência de renda e ações afirmativas, e sugere a ação radical como imperativo da luta contra um sistema corrompido. A noção constrói uma cadeia de equivalências, para usar a expressão de Laclau (2013), entre pessoas desprovidas de qualquer vínculo de classe, raça e ideologia. E ainda aponta para o conflito com um campo adversário, formado por vagabundos, por meio de um programa que assume como objetivo máximo a reação aos avanços materiais e simbólicos promovidos pelo lulismo.

O antagonismo e, com ele, a política voltam ao jogo na medida em que uma alternativa se apresenta na fala e nos gestos pouco polidos de um líder cuja principal qualidade é manifestar, sem qualquer constrangimento ético, um incômodo com transformações democratizantes. Paradoxalmente, o espírito antidemocrático do bolsonarismo recupera a aspiração de mudança, a existência de uma alternativa, a esperança de um futuro diferente – condições imprescindíveis para o político de que fala Mouffe (2015). Elas são mobilizadas por atores reacionários afeitos aos medos e à degeneração das expectativas materiais e simbólicas de corpos naufragados, para usar a expressão de Mark Lilla (2018) para definir os apoiadores de movimentos reacionários.

É evidente que não se pode atribuir o fenômeno reacionário que toma a política brasileira de assalto inteiramente à prática e o discurso de Jair Bolsonaro. Não foi ele quem produziu o caldo de insatisfação responsável por turbulências que se iniciaram em 2013 e desaguaram na atípica eleição de 2018. Fatores estruturais e conjunturais favoreceram a ascensão de sentimentos e valores que apontavam para a direção exatamente oposta do que vinha sendo feito pelos últimos governos e, via de regra, aplaudido por vozes respeitadas no debate público. A eleição de líderes de extrema-direita ao redor do mundo no último período basta para relativizar o papel determinante de Bolsonaro. Cumpre reconhecer, contudo, que mais do que despontar como expressão máxima

e líder de um movimento mais amplo de contestação e revolta reacionária contra o establishment, ele e seu grupo contribuíram para fortalecer essa reação. Assim como defende a abordagem ideacional do populismo e aquela de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2009), uma relação heterônoma entre uma referência e a massa disforme é fundamental para definir os contornos dos representados. Com efeito, ao explorar de maneira insistente e grosseira o ressentimento dos estratos médios com o lulismo, Bolsonaro reconfigurou a linha que separava petistas e antipetistas e organizava a política nacional desde a década de 1990. Enquanto o PSDB de Aécio Neves comandava a oposição institucional e encarnava a alternativa mais viável e natural ao petismo, não cabia nele um antagonismo que opusesse o povo, mesmo que essencialmente formado por partes das classes médias, ao sistema. Pois além de seu aspecto de claro representante das classes dominantes, o PSDB era pilar desse mesmo sistema.

Ao se contrapor às elites políticas, parte das elites econômicas emaranhada em esquemas escusos com o Estado e a uma elite cultural que patrocinava e comemorava o progresso liberal dos costumes, Bolsonaro pôde reivindicar a representação do povo. É verdade que não exatamente a visão mais corriqueira do povo pobre, negro, habitante das periferias urbanas e da zona rural mais distante da cidade moderna. Afinal, o sentido adquirido pela palavra perdeu seu caráter político universal e tem servido para qualificar as parcelas mais excluídas da cidadania. É justamente daquele ponto de vista, que reconhece a importância do povo como fundamento do Estado e da política democrática, que o movimento reacionário e suas lideranças reivindicam falar e agir em nome de brasileiros médios, sem-título para governar – um povo formado de gente que trabalha para garantir o sustento da família, que não se beneficia de ajudas moralmente questionáveis do governo e, com base em tradições populares, vê com preocupação a transformação cultural em curso. É esse povo que Bolsonaro se propõe a representar e do qual recebe a prerrogativa de recuperar a moral pública e privada, os bons costumes dos “cidadãos de bem”.

Não quero aqui cair na tendência de recorrer a uma suposta cultura nacional afeita a lideranças carismáticas e marcada pela passividade do povo para explicar a ascensão de Bolsonaro. Mas na medida em que a liderança e o discurso contribuem para a articulação de interesses heterogêneos, a ação daquele que reivindica a sua representação é fundamental para definir os contornos de uma identidade coletiva e do próprio grupo social representado. É justamente isso o que promoveu a ascensão da figura de Bolsonaro e garantiu o seu sucesso político-eleitoral. Ele fez com que

milhões de brasileiros voltassem a se sentir reconhecidos e respeitados – mesmo que para isso fosse necessário reafirmar a subordinação do outro, do vagabundo, do menos brasileiro. Como notou Dubet (2020: 88), o conflito, por um lado, “cria sentimentos de solidariedade” e o desprezo pelos pobres e pelos mais fracos, por outro, reforça o respeito e a posição de que se pode gozar em uma ordem estruturada pela desigualdade e pelo medo constante da desclassificação. Com a ascensão do bolsonarismo como movimento político de primeira grandeza, esses cidadãos de bem voltaram a se sentir parte de algo maior, de um processo político vocacionado a uma profunda transformação. Com base no ressentimento, porém, esse processo só poderia apontar para o passado.

O discurso de posse de Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, dá uma boa dimensão do que moveu sua candidatura e do que esperavam os eleitores do novo presidente. Em uma passagem de uma fala especialmente curta, disse o seguinte:

Me coloco diante de toda nação neste dia como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo. Se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e mais uma vez me comprometer com esse desejo de mudança.

O assessor presidencial e discípulo de Olavo de Carvalho, Filipe Martins, conhecido pela proximidade com os filhos de Bolsonaro, comemorou assim o resultado eleitoral: “Esta eleição é um grande dedo do meio do povo brasileiro para os donos do poder e de seus serviçais na classe jornalística, na classe artística e na academia. Um grito de libertação”.

Não se poupariam esforços para ressaltar a diferença, a alternativa em relação a práticas do passado assumidas como normais e bem-vindas. O governo Bolsonaro seria a revanche dos esquecidos, dos ignorados, dos humilhados. Um povo que só pôde aparecer como tal por meio de um antagonismo que, a despeito de ter sido insuflado pelos efeitos objetivos e subjetivos do lulismo, não se restringe à esquerda e alcança os princípios mesmos da ordem liberal.

1.5. Contra o sistema

Não devemos perder de vista em nenhum momento que, assim como Donald Trump, Viktor Orbán, ou Marine Le Pen, a força de Bolsonaro é fruto de um mal-estar profundo com o estado de coisas da democracia liberal. A literatura mais convencional sobre o populismo contemporâneo tem como

preceito elementar a distinção promovida por essas lideranças entre um povo homogêneo que elas reivindicam representar e as elites, a casta, o establishment. A natureza anti-sistema dessas figuras aparece como seu principal atributo perante uma massa disforme de pessoas angustiadas com a insegurança socioeconômica que o futuro reserva a elas e a seus filhos e o reconhecimento cada vez mais frágil que elas encontram em relação a seu status social. Sejam elas membros das classes trabalhadoras estabelecidas, mais ou menos qualificadas, que sofrem com transformações produtivas e com o encolhimento do Estado de bem-estar, notadamente nos países ricos, sejam elas membros de estratos médios aflitos com o desaparecimento das condições materiais e imateriais que as distinguem dos de baixo. A eleição e o governo de Jair Bolsonaro respondem, em boa medida, a uma revolta contra uma ordem cujo sentido desagrade parcelas expressivas da população e sobre o qual elas não percebem nenhum poder de influência.

Não parece necessário reproduzir aqui os resultados de pesquisas que aferiram, seguidamente, o derretimento da confiança dos brasileiros nas instituições e nos atores políticos, assim como no sistema democrático como um todo – qualquer instituto de pesquisa atesta a evolução negativa desses dados no último período²⁵. É sabido que, desde 2013, o apreço pelo sistema político desabou e agravou um desgaste que já se acumulava a despeito do ambiente otimista que imperava no país. Na sequência de eventos que minaram ainda mais o respeito pela institucionalidade – e aqui poderíamos falar do impeachment no mínimo controverso, da calamidade do governo Temer e do desbaratamento de importantes esquemas de corrupção – seria de se esperar que o eleitorado brasileiro premiasse um outsider nas eleições de 2018.

Jair Bolsonaro foi quem melhor se apresentou para a missão. Muitos atores e analistas questionam a excentricidade de um deputado com mais de vinte anos de mandato parlamentar. Ignoram, porém, que ele sempre desprezou e foi desprezado pela maioria dos seus pares, que se notabilizou por falas descabidas para a posição que ocupava e mesmo para os códigos de conduta vigentes no debate público, que nunca abandonou a retórica violenta de defesa da ditadura militar em meio a um consenso democrático – mesmo que mínimo; e que sua campanha se prestou a, antes de mais nada, criticar os poderes instituídos e a dinâmica que organiza a relação entre eles. Se não vinha

²⁵ Ver série de 2012 a 2019 do Datafolha sobre a confiança dos brasileiros nas instituições políticas em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/10/9b9d682bfe0f1c6f228717d59ce49fdci.pdf>. Acesso em 7 de abril de 2021.

de fora da política, Bolsonaro era diferente de tudo aquilo que já tínhamos visto ocupar uma vaga tão importante na curta história da Nova República.

O eleitorado reconheceu a novidade. Nas entrevistas citadas acima com apoiadores do ex-capitão, Esther Solano (2019: 313) notou que uma das justificativas mais frequentes para o voto remetia à ideia de que Bolsonaro era “diferente”, “alguém capaz de enfrentar uma lógica política totalmente corrompida”. A palavra esperança foi atrelada a Bolsonaro por 23 das 30 pessoas entrevistadas pela pesquisadora, que demonstraram entender que “só um político com as características de Bolsonaro poderia mudar o cenário político brasileiro. Um político diferente porque seria honesto e autêntico, firme o suficiente para não se deixar levar pela roteirização da política”.

A compreensão de que ele seria o único candidato apto a promover uma mudança real no sistema foi registrada também por estudo exploratório citado por Singer e Venturi (2019). Entre 78 eleitores do ex-capitão entrevistados em 2018, a qualidade mais evocada para explicar a preferência por ele dizia respeito à ideia de “representar a mudança”. Um tanto vaga, essa percepção ganhava corpo em aspirações genéricas quanto à necessidade de “mudar o Brasil de vez” e até mesmo em apostas de risco traduzidas por frases como “votar para ver no que dá” e “dar uma chance para o novo” (Idem: 366). Por outro lado, o desejo de mudança convivia com expressões que sugeriam a intenção de recuperar uma certa ordem, mudar o que tem de errado e buscar outra política, menos afeita à “politicagem”.

Essas ideias, como dito acima, eram difundidas por Bolsonaro. Ao defender uma direita que fosse radical na crítica ao establishment, seu antagonismo não se resumia às esquerdas e ao PT. São frequentes, desde 2014, as críticas feitas pelo então deputado ao PSDB e a FHC. Às vésperas das eleições de 2018, Bolsonaro explorava a seu favor a articulação de diferentes forças, supostamente rivais, contra a sua candidatura. Em 20 de agosto, ele afirmava em seu Twitter que “FHC reafirma união do PSDB com o PT contra Jair Bolsonaro. PSDB nunca foi oposição ao PT, sempre foram farinha do mesmo saco”.

Em relação ao sistema, toda a sua campanha, iniciada em 2014, teve como mote a desconfiança nas instituições, cuja face mais visível era o questionamento da lisura do processo eleitoral. Em seguidas manifestações nas redes sociais, em eventos públicos, em entrevistas e até por meio de um projeto de lei apresentado na Câmara a favor do voto impresso, o então deputado insinuava que as eleições seriam fraudadas. Dois tweets de 2017 ilustram bem o espírito da desconfiança.

Em 12 de maio, podia-se ler: “O Sistema trabalha contra o Voto Impresso para 2018. Ele, o Sistema, elegerá o Presidente da República, e não você, eleitor”. Em 4 de outubro, sugeria-se que: “A pedido do TSE a Câmara vota, nessa quarta-feira, projeto que revoga a lei do Voto Impresso. É o SISTEMA agindo”.

Com efeito, a preocupação em se distinguir dos símbolos da ordem pautou a campanha presidencial de Bolsonaro. A própria definição do partido pelo qual lançaria a candidatura obedeceu ao critério de evitar qualquer contaminação por parte de um sistema amplamente questionado pelos eleitores. Como relata Thais Oyama (2020: 59), Bolsonaro abriu mão de melhor estrutura partidária, mais recursos financeiros e maior tempo de televisão ao recusar aproximação com o antigo PR, atual PL, conhecido pela sua natureza fisiológica. É evidente que diversos fatores importaram para a definição da sigla pela qual lançaria sua candidatura, mas parece razoável supor que Bolsonaro tenha preferido um partido pequeno e inexpressivo a ver sua imagem contaminada pela associação com uma das forças de sustentação da ordem.

Mais sintomática ainda é a resposta que Bolsonaro deu a Danilo Gentili em entrevista ao programa *The Noite*, do SBT, em 21 de março de 2017. Perguntado por que alguém deveria votar nele num momento em que pouca gente poderia imaginar a competitividade de sua candidatura, o então deputado foi econômico nas palavras: “Porque eu sou autêntico. Minhas propostas podem ser piores. Mas são completamente diferentes do que todos [os outros candidatos] juntos”. Exaltar a diferença em relação a um sistema responsável pelo mal-estar dos brasileiros de bem era prioridade máxima. Uma estratégia que acabou beneficiada pelas circunstâncias. Pois apesar de não parecer determinante para sua eleição, na medida em que sua intenção de votos vinha crescendo enquanto as alternativas à direita demonstravam anemia profunda, a facada recebida em Juiz de Fora contribuiu com a impressão já disseminada de que Bolsonaro era estranho às opções preferidas pelo establishment. Pinheiro-Machado (2019: 121) notou a sensação de que a tentativa de assassinato provava que “o homem deve ser bom mesmo” e de que “os poderosos estão com medo dele”. Segundo ela, Bolsonaro “personificava um processo de clara rejeição ao establishment político, bem como dava corpo a uma revolta desordenada contra todo o sistema vigente”.

Outro fator que atestava a distinção do ex-capitão em relação aos atores tradicionais do sistema político, para além da ausência dos modos esperados para os círculos do poder, era sua proximidade com as Forças Armadas. O fato de ser um antigo membro do Exército e de cultivar

laços com oficiais da reserva e da ativa, que deveriam ocupar postos importantes em seu governo, emprestava duas qualidades a Bolsonaro. Por um lado, ele gozava de parte do respeito que a população tem pelas Forças Armadas, atestada em repetidas pesquisas de opinião. Por outro lado, o autoritarismo de suas declarações ganhava lastro no vigor e de uma instituição talhada para a guerra. Considerando que os inimigos eram numerosos e contavam com a proteção de um sistema corrupto, o conflito não seria apenas legítimo, mas necessário. A face militaresca de Bolsonaro reforçava ainda um espírito violento, fundamental não só para definir os contornos do povo que ele reivindicava representar como para dar sentido a uma ação política cujo objetivo seria destruir uma ordem apodrecida. Com os militares e os bons valores no comando, não importava exatamente o que entraria no seu lugar.

A vocação ao conflito, aliás, não desapareceu depois das eleições. Muitos esperavam uma certa acomodação da linguagem e das medidas do novo presidente, ou que ele fosse tutelado pelas forças da razão presentes no governo e pelos constrangimentos inerentes ao exercício do poder. Não foi bem isso que se observou. O governo Bolsonaro, pelo menos nos seus dois primeiros anos, foi marcado pelo confronto mais ou menos aberto com os “vagabundos”. As críticas aos partidos e às ideias de esquerda, aos movimentos sociais e à pluralidade de valores e costumes perduraram. “As minorias devem se adaptar aos desejos, aos valores e aos interesses da maioria”, repetiriam inúmeras vezes membros e apoiadores do governo. Mais surpreendente para alguns, porém, o antagonismo não se reduziu a essas expressões mais destacadas do inimigo do bolsonarismo. O conflito com a imprensa, partidos e políticos de diversas estirpes ideológicas e com lideranças dos poderes legislativo e judiciário pode ser considerado um pilar da gestão Bolsonaro – e isso a despeito da aliança de conveniência estabelecida com o Centrão em meados de 2020, em meio à crise da Covid-19 e ao risco de impeachment. A vontade permanente de se diferenciar da liturgia que envolve o cargo e das instituições que constituem o establishment continuou orientando o discurso e a prática do presidente. Mais do que mobilizar sua base mais engajada, como veremos adiante, essa estratégia sinaliza que o ex-capitão não deslocou seus objetivos e tampouco moderou sua ambição disruptiva ao alcançar o poder.

Em diversas ocasiões, o presidente atacou parlamentares, partidos, magistrados e tribunais em suas redes sociais. Sinais de um conflito quase constante com poderes instituídos que constroem o voluntarismo do governo federal em, supostamente, atender aos interesses dos governados. Chama

a atenção o fato de que, muitas vezes, o confronto não diz respeito a questões estruturais, de relevância manifesta. A título de exemplo, um dos projetos mais comentados por Bolsonaro durante as lives de 2019 diria respeito à ampliação da validade da Carteira Nacional de Habilitação de 5 para 10 anos. Já em meio às inúmeras críticas dirigidas a uma imprensa a priori insatisfeita com a redução dos gastos federais com publicidade oficial, Bolsonaro fez um raro elogio a um jornal. Em live de 26 de setembro de 2019, ele deu seus “parabéns ao Estado de S. Paulo”. O motivo? O título de uma matéria em que se lia “Bolsonaro rompe tradição em fala na ONU”. “De fato, rompemos tradição”, disse ele em tom irônico.

O esforço de Bolsonaro em se distinguir da ordem e prometer mudança não é exatamente original, tampouco atípico. Em momentos de crise, a maioria dos políticos tende a abraçar slogans de transformação. O que chama a atenção em Bolsonaro, porém, são dois elementos. O primeiro é a própria gravidade do sentido regressivo daquilo que ele apresenta como alternativa. O segundo é a sua capacidade de convencer as pessoas de que representa algo, senão novo, pelo menos diferente dos demais atores. Com ele, acreditou-se que as coisas mudariam.

2. Representando o povo

No início deste capítulo, vimos como a crise de representação que abala as democracias liberais já há algum tempo se alimenta de dois fenômenos sobrepostos. De um lado, a progressiva fragmentação do tecido social dificulta a formação de identidades coletivas sujeitas a uma representação legítima e apoiada em interesses compartilhados. De outro, a percepção difundida de que a classe política deixou de compartilhar características, valores e interesses com as pessoas comuns, criando um abismo que separa as elites que controlam o Estado e as massas incapazes de se fazerem ouvir.

O momento populista que vivemos, dominado por uma tendência reacionária, responde a essas angústias que estão na base da crise dos regimes liberais de duas maneiras que também se sobrepõem. Primeiro, as lideranças populistas tratam de estabelecer uma clivagem entre as elites, a casta, o sistema ou os vagabundos e o povo, os cidadãos de bem de forma a outorgar a uma massa ressentida uma identidade passiva de representação. O que ocorre, geralmente, pela exploração de ideias caras a pessoas suscetíveis a uma visão nostálgica de um passado muitas vezes idealizado,

em que ainda não tinham perdido o reconhecimento enquanto referência cultural de dada comunidade e a esperança de um futuro cada vez melhor. É o que Bolsonaro fez, como vimos, por meio de um repertório patriótico que recorre a símbolos nacionais para se opor à degeneração moral promovida por supostos traidores da pátria. Um representante atento à integridade da nação emerge como um líder capaz de salvá-la e resguardar as suas tradições. Mais do que isso, porém, movimentos populistas fazem algo frequentemente negligenciado por analistas propensos a ver neles apenas seus traços autoritários. Frente à falência do voto como mecanismo suficiente para outorgar legitimidade às relações de representação entre eleito e eleitores, líderes populistas costumam aprofundar outras faces da representação identificadas por Pitkin (1984). Para além da fundamental dimensão simbólica, já tratada indiretamente, os populistas compensam os limites da representação formal pelo resgate de duas faces um tanto esquecidas da representação. A saber, suas dimensões descritiva e responsiva, na medida em que, de forma mais ou menos honesta, se apresentam como semelhantes aos representados e correspondem a várias das suas expectativas. Antes de fazer um juízo de valor sobre o sentido e os resultados do aprofundamento da representação, cumpre reconhecer que lideranças reacionárias estão atendendo a uma demanda difusa por uma representação mais substantiva.

No seminal “The Concept of Representation”, Hanna Pitkin descreve diferentes faces da representação política. Para além da sua apreensão mais convencional, que a relaciona exclusivamente ao voto como dispositivo formal capaz de legitimar a relação entre o principal e o agente, a autora elenca outras dimensões da representação que permeiam a relação entre um político eleito e seus eleitores. Considerando que o voto, embora possa servir como mecanismo de controle em eleições seguidas, não assegura o respeito dos interesses do representado pelo representante, a autora investiga elementos que podem tornar a representação mais substantiva. Ou seja, mais condizente com as vontades e interesses do representado. Em uma dimensão mais subjetiva, Pitkin elenca as representações simbólicas e descritivas, que não têm relação mecânica com a qualidade da relação, mas podem favorece-la. A segunda, notadamente, contribui para uma representação substantiva na medida em que o representante compartilha a perspectiva dos seus representados – daí o termo descritivo, que sugere uma semelhança entre o principal e o agente. No rico debate feminista sobre representação, por exemplo, diversas autoras defendem que mulheres são mais aptas a promover os interesses de outras mulheres do que homens – e o mesmo pode valer para trabalhadores, negros, homossexuais etc (Philips, 2011; Young, 2006). O que está,

claro, longe de ser uma regra na medida em que é comum ver trabalhadores chegando às esferas de poder e defendendo os interesses dos patrões – ou então mulheres conservadoras defendendo tradições patriarcais. A maior contribuição de Pitkin, no entanto, foi incluir no debate teórico acerca da representação sua dimensão substantiva ao defender que ela tenha um caráter responsivo. Ela discute, então, a tensão inerente a uma relação de representação que pode pender para a autonomia do representante ou para um tipo de mandato estritamente autorizado pelo representado. Embora, em última instância, a autora faça a opção pela autonomia do primeiro, ela defende um compromisso rigoroso com os interesses do segundo. É a partir das categorias cunhadas por Hanna Pitkin que veremos como Bolsonaro aprofunda a representação política, cujo esvaziamento está diretamente ligado à crise das democracias liberais.

2.1. A representação descritiva no bolsonarismo

A distância que só fez crescer entre as elites políticas e as pessoas comuns está na raiz da insatisfação com os regimes liberal-democráticos. As revoltas que inauguraram a crise que vivemos foram marcadas, com efeito, pela ideia de que as pessoas não se sentiam representadas. “Não me representa”, “Democracia real já”, “Pelos 99%” são algumas das mensagens que retratam o espírito daquelas mobilizações do início da última década. Por trás dele, escondia-se a percepção acurada de que os círculos do poder não eram informados pelas demandas das pessoas comuns, que sequer tinham acesso a eles. É também do mal-estar causado pelos efeitos simbólicos e concretos desse distanciamento que nasceram os movimentos populistas que hoje dominam parte da política em diversos países. Sua força vem, sobretudo, do fato de se apresentarem e serem vistos como expressões verdadeiras do povo. E não somente daquilo que o povo tem de virtuoso em oposição a elites corrompidas moral e politicamente. Os populistas de direita são reconhecidos como legítimos membros do povo porque carregam com eles seus modos simples, sua intolerância com o que é estranho às tradições - grosso modo, um certo conservadorismo societal que marca partes importantes das classes médias e populares. Às maneiras sofisticadas das classes superiores que dominam os espaços de poder, os populistas opõem a simplicidade e as ambivalências da pessoa comum.

Comentadores e analistas liberais não toleram a mediocridade dos políticos populistas. A crítica mais corriqueira sugere que tudo não passa de um teatro. A simplicidade dos gestos, da fala, dos

hábitos, dos gostos dessas lideranças seriam fruto de pura demagogia capaz de ludibriar as pessoas comuns de que uma delas poderia alcançar o poder e melhor representa-las. Seria apenas mais um recurso para desviar a atenção da ausência de respostas aos problemas da época que marca seus programas. Daí o incessante esforço em desqualificar a simplicidade do bilionário Donald Trump ou, no Brasil, em questionar a veracidade da mesa de café da manhã de Bolsonaro ornada com margarina e pão com leite condensado. A crítica principal, porém, tem outro caráter e contradiz, inclusive, a última. Trata-se de questionar o preparo, a capacidade, o título dessas lideranças para exercer o poder. Subjaz a ela a ideia de que o exercício do poder deve ser reservado aos melhores, a uma elite, nos termos da teoria democrática minimalista. Não são poucos os intelectuais brasileiros a contestar a aptidão de Bolsonaro ao cargo de presidente. A simplicidade de seu vocabulário, de sua oratória, de seu modo de se vestir, mas sobretudo os reflexos do senso comum nas suas ideias seriam incompatíveis com a função. Eliane Brum (2019), por exemplo, lamentou o fato de Bolsonaro se assemelhar a um “tiozão”. A semelhança a uma pessoa qualquer, que não fosse o melhor entre seus pares, desqualificaria um político.

Para além dos problemas normativos dessas análises, que acabam por reduzir a democracia ao governo dos melhores sem fazer a distinção que autores como Manin (1997) e Graeber (2015) reconhecem entre um modelo substantivo de democracia e os governos representativos, elas negligenciam a dimensão potencialmente democrática do movimento populista. Pois é justamente a sensação de que a eleição dessas lideranças carismáticas representa a chegada do povo, dos sem-título, ao poder que dá vitalidade a um processo de ruptura com uma ordem elitista e impermeável às demandas populares. Se os melhores nos trouxeram tudo isso – precarização do trabalho, desigualdade, redução dos direitos sociais e ausência de expectativas pessoais e coletivas – por que não dar a oportunidade a um de nós de governarmos? Seguramente ninguém achou que Bolsonaro fosse a pessoa mais preparada para liderar o país. Ele nem sequer o reivindicava. O ex-capitão e membro do baixo clero da Câmara era, simplesmente, a pessoa mais parecida com muitos dos cidadãos médios, cansados de promessas não cumpridas e discursos elaborados de gente com a qual eles não se identificam. Bolsonaro na presidência era o melhor recado possível a uma elite que desprezava e desconhecia o povo, inclusive à esquerda. Como disse Mano Brown no comício de Haddad às vésperas do segundo turno de 2018, a esquerda perdera o contato com o povão. Bolsonaro era um certo povão, mesmo em sua face mais reacionária e que dos mais pobres queria manter uma boa distância.

2.1.1. Um candidato nem pior, nem melhor

A representação política tem como principal efeito a seleção dos melhores para o exercício do poder. Desde os federalistas até Bernard Manin (2013), passando por Joseph Schumpeter, a distinção entre representantes e representados é tida como inevitável e, inclusive, salutar pela teoria política (Miguel, 2013). Os populistas que hoje dirigem países como Hungria e Brasil, contudo, se notabilizaram justamente por se apresentarem como iguais, nem piores, nem melhores que as pessoas que pretendiam representar.

Figuras como Bolsonaro ascenderam justamente por serem reconhecidas como iguais ao povo, inclusive em relação às suas limitações e contradições. Como foi dito, o ex-capitão passou a ganhar notoriedade ao manifestar opiniões controversas. Indo de encontro a um consenso tácito estabelecido entre os círculos ilustrados da opinião pública e da política, ele expressava o incômodo de parte das pessoas comuns com julgamentos acerca de comportamentos e instituições tradicionais. Ao reivindicar a indignação com a evolução de determinadas normas sociais, Bolsonaro se mostrava alheio aos novos códigos de conduta e despreocupado com a repercussão e a retaliação de que poderia ser vítima. Foi comentado que a projeção de Bolsonaro, em meados dos anos 2010, se pautou em comentários contra a igualdade reivindicada por minorias e grupos subalternos.

Chama a atenção, no entanto, que a agressividade dessas intervenções públicas eram temperadas com um típico humor popular. Os ataques aos direitos das mulheres e ao reconhecimento dos homossexuais combinavam uma mistura particular de piada com indignação – como quando alegou que não estupraria Maria do Rosário porque ela era muito feia. Apesar do absurdo da frase, seu teor criminoso era travestido de uma certa leveza, típica de uma tradição do humor brasileiro. O incômodo contra a suposta “ditadura do politicamente correto” vem justamente da censura imposta a piadas de cunho discriminatório e intolerante, pois racistas, machistas, homofóbicas. Era a liberdade de poder oprimir aqueles historicamente subalternos que reivindicavam certos brasileiros médios. Ao fazer isso em rede nacional e no Congresso, Bolsonaro aparecia como um raro contraponto a normas supostamente ditadas por uma elite cultural desconectada do mundo real. A piada, porque agressiva, foi entendida pelo ex-capitão como a melhor maneira de representar, por meio da provocação e da revanche, o ressentimento de pessoas humilhadas pela perda de um reconhecimento apoiado, em boa medida, na autoridade e na diferença. Ao analisar o

nazismo alemão, Horkheimer (2016) enxergou como central a identificação que o povo, especialmente os estratos mais atrasados das classes médias baixas, estabeleceu com as figuras vulgares de seus líderes. O mimetismo de lideranças como Hitler em relação a hábitos do povo funcionou como uma espécie de libertação de uma natureza reprimida do último.

Voltando a Bolsonaro, vale destacar sua participação em dois programas de auditório do SBT, em 2017. Em entrevista a Danilo Gentili transmitida em 21 de março, o então pré-candidato à presidência leva uma cartilha sobre educação sexual que seria usada em escolas públicas. O intuito é criticar a chamada “ideologia de gênero”. Questionado por Gentili do que se trata o livro que tem em mãos, Bolsonaro abre determinada página e coloca o dedo em buraco que representaria um pênis e ambos começam a dar risada. O apresentador lê o enunciado: “enfie o dedo no buraco da folha para fazer o pinto do homem”. Depois da brincadeira, o deputado adota tom mais sério e lamenta que esse material seja tratado com “criancinha a partir de 6 anos de idade”. Mais adiante na entrevista, Gentili faz uma associação grosseira entre o ex-presidente Lula e uma piada que circulava à época em grupos do Whatasapp e conhecida como “negão da piroca”. Bolsonaro reage dizendo que “aquele [pênis] é pequeno pro que ele [Lula] merece”.

Em 6 de maio, o então pré-candidato concede entrevista a Sílvio Santos. Em um dos programas mais populares da televisão brasileira, além de apresentar sua visão sobre os problemas do Brasil, Bolsonaro faz questão de se mostrar descontraído e pouco atento aos códigos de conduta esperados para um deputado. Referindo-se à esposa, ele diz que sempre pede para que o oftalmologista não opere suas cataratas, pois “ela me acha lindo”. Mais adiante, e ainda na seara familiar, ele afirma que sua filha é uma prova de que está “na ativa”. E complementa: “sem aditivo”. Observa-se, aqui, um esforço, mais ou menos consciente - pouco importa, de se mostrar uma pessoa como qualquer outra, com virtudes e defeitos triviais para um candidato à presidência.

As redes sociais de Bolsonaro, antes e depois da vitória eleitoral, tem como objetivo evidente mostrar um deputado e, em seguida, um presidente simples, normal, que em nada difere dos brasileiros ordinários. Em 9 de setembro de 2019, era publicado em sua página no Twitter um vídeo em que ele assiste, da cama do hospital em que está internado, um episódio do programa mexicano “Chaves”. Depois de mostrar a televisão, a câmera se volta para o presidente, que diz “Pessoal, só 2ª feira que estou de folga. Amanhã volto pro batente. Por enquanto, meu programa preferido aqui, o Chaves”.

As lives semanais das quintas-feiras também se prestam a mostrar um presidente simples, sujeito às mais fortes emoções e interessado pelas questões mais banais. Nelas, ele brinca, dá risada, faz piada, mas também se estressa, fica bravo e xinga. Em diversas ocasiões, Bolsonaro fez piadas infames sobre churrasco de peixe com guaraná e sobre o uso de viagra. Em muitas delas, fez comentários sobre futebol e anunciou que assistiria ao jogo que começaria em seguida. Em 26 de setembro de 2019, ele é informado sobre resultado parcial de jogo do Palmeiras e reage: “Pessoal, 1 a 0 pro Palmeiras contra o poderosíssimo CSA de Alagoas.”

Na transmissão de 10 de outubro do mesmo ano, o presidente aproveitou mais uma crítica à imprensa para relatar que, em seu primeiro emprego, entregava jornais, assim como outros traços de uma vida humilde no interior de São Paulo. Estudante do ensino público, ele afirmou que “tinha dificuldade em português e com o dinheiro que ganhava arrastando rede no rio de Iguape de madrugada” e “tirando palmito do mato” e maracujá “da cor do Hélio Negão” pagava cursos de reforço. A vida simples se mistura com um relato de seus limites cognitivos e intelectuais.

O esforço em parecer um cidadão de bem, normal, que trabalhou e trabalha duro, que passou por dificuldades, que tem suas limitações, que erra, mas também suas virtudes e boas intenções é evidente. Mas não necessariamente desonesto. Bolsonaro é, em alguma medida, isso mesmo. Em “Tormenta”, Thais Oyama relata que Paulo Guedes teve dificuldades para preparar o então pré-candidato a uma entrevista porque ele não desgrudava os olhos de televisão que transmitia jogo de futebol. A jornalista escreve ainda que, desconfortável com os ambientes demasiado espaçosos do Palácio da Alvorada, ele instalou seu gabinete no closet do quarto. E confirma que seu tempo livre é geralmente preenchido em frente à televisão, notadamente assistindo a um de seus programas favoritos: Chaves. Bolsonaro tem hábitos simples, é uma pessoa ordinária para os padrões brasileiros – e faz questão de mostra-lo. Em tweet de 12 de setembro, como legenda a uma foto tirada na companhia de dois médicos, pode-se ler:

UMA FOTO,... DOIS MITOS! * MITO – 01: chefe da equipe que salvou minha vida em MG, Dr. Luiz Henrique Borsato. * MITO – 02: quem salvou minha vida em SP, Dr. Antonio Luiz Macedo. – No centro, apenas o Presidente da República, Jair Bolsonaro, que sem os dois e DEUS, não teria VIDA.

2.1.2. Uma estética popular

Talvez o indicador mais claro do cuidado de Bolsonaro com a representação descritiva seja a estética da sua campanha e de seu governo, mas sobretudo sua imagem pessoal. Ficaram marcados no debate acerca da sua candidatura a intenção de se diferenciar esteticamente de seus adversários e da classe política em geral. Ao invés de projetar elegância e decoro, sua campanha foi marcada pelo imprevisto, dissimulado ou não, e por modos simples. Chamaram a atenção algumas situações em especial. Entre elas, a visita do então Conselheiro de Segurança Nacional do governo Trump, John Bolton, à casa de Bolsonaro, em que foi recebido com uma mesa de café da manhã humildemente posta e garnida. Em outra ocasião, já como presidente eleito, ele recebeu a reportagem do Jornal Nacional em sua casa e não se fez de rogado ao recheir, diretamente sobre a mesa, seu pão francês com leite condensado. A apresentação das suas lives de campanha também mereceram atenção do debate público. Em 27 de outubro, na última transmissão antes do segundo turno, uma bandeira do Brasil aparecia afixada na parede do fundo com uma fita de maneira torta. Sobre a mesa, uma raquete elétrica de matar mosquitos não podia ser ignorada. Na primeira coletiva de imprensa como presidente eleito, no quintal de sua casa na Barra da Tijuca, os microfones das emissoras de rádio e televisão foram apoiados em uma prancha de surfe.

As redes sociais de Bolsonaro servem igualmente a retratar alguém de modos e vestimenta simples. São diversas as fotos e as lives em que o candidato e depois presidente aparece vestido com camisas de times de futebol. Quanto aos hábitos, o gosto pelo futebol é registrado com frequência. Em 16 de janeiro de 2018, sua página no Twitter publicava uma foto sua em jogo da Copa São Paulo de Futebol Júnior entre os times sub-20 de Palmeiras e Vasco da Gama, no Joazeirão, em Taubaté.

Uma vez eleito, a prática não muda, pelo contrário. Nos primeiros dias como presidente, um dos gestos que mais chamou a atenção da mídia foi o fato de ter assinado o termo de posse com uma caneta popular. Em 2 de janeiro, um tweet com a foto da caneta acompanhava a seguinte mensagem: “Nós é que agradecemos a ótima qualidade e preço da caneta”.

2.1.3. Jantando com os eleitores

Vimos no primeiro capítulo que o afastamento entre os representantes eleitos e seus eleitores constitui uma das principais causas da crise da democracia liberal. Na medida em que o poder de controle e autorização dos representados deixa de ser suficiente para determinar a ação de seus representantes, vulneráveis a incentivos e constrangimentos colocados por grandes corporações, seus interesses são prejudicados frente àqueles das elites econômicas. Paralelamente, observamos nos últimos anos um processo crescente de diferenciação entre as pessoas comuns e a classe política. O que tem por efeito agravar a incompatibilidade entre os pontos de vista e interesses representados e, ademais, prejudicar a identificação entre uns e outros. Yasha Mounk (2019: 117) recorre a uma imagem interessante para descrever esse fenômeno e já citada no capítulo 1. Segundo ele, na época gloriosa das democracias ocidentais, em meados dos anos 60, políticos se sentiam mais à vontade jantando com seus eleitores do que com colegas de outro partido. A situação teria então se invertido. Parlamentares passaram a não compartilhar quase nada – gostos, preferências, costumes e interesses – com suas bases eleitorais. Sentiam-se melhor agora nos jantares reservados aos membros de uma elite cultural e socialmente coesa.

O contramovimento populista consiste também numa reação a esse processo. Voltando-se contra o espírito elitista do mundo político, lideranças carismáticas e movimentos mais ou menos populares reivindicam a invasão do universo institucional pelos valores e interesses, mas também pelos hábitos e gostos, das massas. Bolsonaro é expressão bem acabada disso e faz questão de reforçar sua identidade popular. Em 31 de maio de 2019, seu Twitter registrava com foto um almoço com caminhoneiros em restaurante simples de beira de estrada;

Pela manhã, cumprimos agenda em Goiânia-GO. Pausa para almoço ao lado do Governador Ronaldo Caiado, do Min[istro] Da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas, do Porta-Voz da presidência, Rego Barros, e colegas caminhoneiros, trabalhadores fundamentais para o funcionamento do Brasil.

É lógico que a aparência simples, pouco atenta aos códigos de conduta esperados de autoridades, constitui uma tática de Bolsonaro e outras lideranças carismáticas de sugerir maior proximidade com as camadas populares e médias em detrimento das classes superiores. Algo que não é novo e, em alguma medida, descreve também a postura adotada pelo ex-presidente Lula. No entanto, enquanto Lula demonstrava a capacidade de frequentar diferentes ambientes, a despeito de sua origem, Bolsonaro recusa qualquer tipo de adequação. Ele faz questão de se mostrar fiel a hábitos

estranhos às elites, numa clara mensagem de que os estratos ressentidos com um progresso que lhes deixa à margem, para trás, não devem abrir mão de sua identidade. Caberia ao poder adequar-se às suas vontades, seus valores e, igualmente, aos seus modos.

O relato de Thais Oyama sobre jantar de Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial com o presidente do fórum e o CEO da Apple Tim Cook, entre outras personalidades, demonstra como há algo de sincero na simplicidade do presidente brasileiro. Bolsonaro se sente melhor comendo churrasquinho com seus apoiadores, os pacotes de miojo que leva na mala em viagens internacionais e em restaurantes populares do que com membros da elite internacional:

Durante o jantar [no Fórum], o ex-capitão foi flagrado diversas vezes olhando para a frente, talheres na mão, enquanto os demais conversavam. No mesmo dia, mais cedo, ele havia sido fotografado almoçando com sua equipe no self-service de um supermercado popular da cidade. Parecia bem mais à vontade (2020: 21).

Um dos tweets mais repercutidos de Bolsonaro até então, com 70 mil curtidas, de 5 de setembro de 2019, ilustra bem um dos principais ativos de Bolsonaro, que não parece exigir-lhe muito esforço para cultivar:

Presidentes com ‘postura’ foram responsáveis pela destruição do Brasil que estamos reconstruindo. Enquanto se preocupam com palavras bonitas e etiqueta, esqueceram de pegar firme contra a criminalidade, a corrupção, a destruição da família e os ataques à soberania do Brasil.

Na medida em que a clivagem programática já não organiza a disputa político-eleitoral, a imagem pública das lideranças pode ser crucial para determinar, aos olhos dos eleitores, de que estratos elas estão mais próximas. Em outras palavras, os hábitos e os códigos de conduta podem servir como indicadores dos interesses com os quais forças políticas estão mais ou menos comprometidas. Como sintetizou Thomas Frank (2007: 175) ao analisar o realinhamento eleitoral no estado do Kansas, nos Estados Unidos, em que a antiga base trabalhadora democrata foi se voltando progressivamente ao conservador partido republicano,

Devemos entender que o partido republicano é o partido dos trabalhadores porque esse osso duro de roer republicano que é Tom Delay é muito mais suscetível de dividir uma cerveja com um caminhoneiro que a rica senadora da Califórnia Barbara Boxer.

O quadro brasileiro é consideravelmente distinto do que se observa no Norte e parcelas expressivas de trabalhadores ainda se identificam com lideranças e forças políticas historicamente vinculadas às lutas populares, especialmente o PT. No último capítulo, porém, tentei mostrar como essa identificação tem se fragilizado e ganhado contornos passivos. Enquanto os setores mais engajados

na agenda progressista estão cada vez mais distantes do universo popular, parte das camadas médias e também populares passam a enxergar em figuras como Bolsonaro uma expressão mais honesta de suas realidades e aflições.

2.1.4. Um presidente que não sabe e nem precisa saber de tudo

Mais um traço importante da simplicidade de Bolsonaro é sua honestidade em reconhecer suas fraquezas e seus limites. Diferente da arrogância típica dos políticos convencionais, que reivindicam dominar todos os campos do conhecimento e deter todas as fórmulas para resolver as mazelas do país, Bolsonaro é humilde. Ele não domina os diferentes instrumentos necessários para uma boa gestão pública e sequer tem competência sobre os diversos assuntos que envolvem uma gestão federal. Suas respostas para os problemas do Brasil não se sustentam em planos complexos elaborados ao longo de muitos anos de estudo ou a partir da consulta a especialistas renomados no país e no exterior. De um lado, ele confia na honestidade, no caráter e na competência de pessoas qualificadas para desempenhar papéis importantes em seu governo. De outro lado, suas propostas se assentam no senso comum mais rudimentar a respeito de temas como segurança pública e corrupção. Em temas como educação, suas propostas se reduzem a aspectos laterais do campo e que têm algum apelo perante parcela do eleitorado, como a chamada ideologia de gênero e o *homeschooling*. Em poucas palavras, mais do que políticas públicas muito elaboradas, um bom governo seria feito de boas intenções e integridade moral. É isso que ele projeta contra a confiança cega em especialistas alheios às prioridades do povo.

A maior expressão de honestidade e humildade de Bolsonaro, que marcou sua campanha e as respostas que ele dava quando questionado pela mídia e atores do mercado, era a referência ao futuro ministro Paulo Guedes como seu “Posto Ipiranga”. É verdade que isso lhe permitiu atrair as elites econômicas alinhadas à visão ultraliberal do antigo aluno da Universidade de Chicago. Mas talvez mais importante, pelo menos para os propósitos deste texto e para a compreensão do fenômeno político que representa, é que essa prática serviu para transmitir a imagem de um raro político sincero. A situação crítica do ponto de vista econômico e político que atravessava o Brasil contribuiu para aprofundar um mal-estar com as elites cujos remédios não funcionavam para melhorar o quadro de um país em crise econômica. O fim agonizante dos mandatos petistas, seguido de uma gestão desastrosa de Michel Temer, apesar do otimismo exacerbado da mídia e

dos atores do mercado, só fez alimentar uma alternativa que se mostrava, no mínimo, honesta. Por um lado, anunciava-se que os vícios e os interesses escusos característicos da política não comprometeriam o trabalho e a autonomia de um ministro cujo programa era bem quisto pelo capital e dialogava com a insatisfação de amplos setores com a corrupção e seus desejos de menos impostos e maior poder de consumo. A subjetividade neoliberal de que falam Dardot e Laval (2016), não podemos ignorar, tem atingido diferentes estratos sociais e chega até a encontrar pontos de conexão com a realidade de trabalho autônomo, informal, atomizado de camadas populares que contam cada vez menos com uma organização sindical e uma rede de proteção do Estado. Por outro lado, ao atribuir a um ministro “técnico” a responsabilidade por conduzir uma área tão importante, Bolsonaro fazia prova de um valor em extinção entre a classe política: a humildade. Capaz de reconhecer seus limites, o ex-capitão não se engajaria numa corrida atrás do ego em detrimento do interesse público e reconheceria eventuais erros e a necessidade de mudança de rumos. A cada vez que era perguntado sobre temas mais ou menos espinhosos de política econômica, o candidato Bolsonaro não hesitava em dizer que quem cuidaria desses assuntos seria Paulo Guedes. Diferente de um apelo científico à técnica neoliberal, a confiança se depositava nas boas intenções do ministro e na relação pessoal com ele.

Já como presidente, o tom de humildade não mudaria. A despeito de exaltar reiteradamente sua autoridade sobre os ministros, Bolsonaro seguiu afirmando sua ignorância em relação a variados temas e sua vontade de ter auxiliares mais preparados do que ele. Em entrevista a Augusto Nunes, na rádio Jovem Pan em 8 de abril de 2019, ele relativizava suposto atrito decorrente da maior popularidade de Moro junto aos brasileiros. “Alguns falaram que o Moro faz sombra pra mim. Eu quero ministros mais inteligentes e competentes que eu”.

Nas lives semanais, os recorrentes elogios aos ministros contrastavam com o seu desconhecimento em relação ao assunto em questão. O que não o diminuía enquanto presidente. Pelo contrário, demonstrava uma certa honestidade em reconhecer que há pessoas mais qualificadas para desempenhar o trabalho. Em 18 de julho de 2019, ele respondia a críticas de internautas da seguinte maneira: “Me diz uma coisa, eu entendo de infraestrutura? (...) Eu entendo de saúde? Pode criticar à vontade. A Dilma e o Lula entendiam disso tudo. Um tá preso e outro tá estocando vento”.

A prepotência e a arrogância dos políticos, para além de ingerências motivadas por corrupção, prejudicariam a boa gestão da coisa pública. Um presidente normal, que se assemelha a uma pessoa

comum, deveria simplesmente colocar profissionais preparados e bem intencionados em postos chave. Tratava-se de puro bom senso. Ao comentar o otimismo que ganhava o debate público acerca do desempenho econômico do país em fins de 2019, Bolsonaro não fez questão de reivindicar qualquer responsabilidade pelas medidas adotadas por seu governo. Seu principal mérito seria, justamente, reconhecer sua ignorância. Na live de 12 de dezembro daquele ano, afirmou que “a economia tá dando certo porque eu não manjo de economia. Como eu não sei, eu não meto a mão, pô”.

2.1.5. Um chapeiro na embaixada

O aprofundamento da dimensão descritiva da representação política do povo – ou pelo menos da expressão mais atrasada dos seus estratos médios – é evidente na estratégia de Bolsonaro e continua presente na lógica que orienta seu governo. Um episódio é emblemático da busca incessante do movimento reacionário liderado pelo ex-capitão em distinguir-se dos modos e em questionar os títulos que qualificam as elites nacionais ao exercício do poder.

Em julho de 2019, o presidente sugeriu que indicaria o filho Eduardo Bolsonaro ao cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos. O anúncio gerou forte comoção e despertou questionamentos na opinião pública. Primeiro, acerca do caráter nepotista da indicação, reiterado pela afirmação do presidente de que se pudesse daria sempre *filet-mignon* aos seus filhos. Segundo, e mais importante, foi a crítica à ausência de atributos mínimos por parte de Eduardo para desempenhar a missão. O interesse do 03 por política internacional e sua pequena experiência como presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara não o qualificariam para a chefia da principal missão diplomática do país. Conhecida pelo valor dado ao conhecimento de códigos próprios a ela e a um vasto repertório cultural, a diplomacia não seria espaço adequado para um jovem radical eleito no rastro da popularidade de um presidente famoso por seus modos pouco refinados. A indignação, porém, ganhou contornos mais fortes quando Eduardo rebateu as críticas de que não estaria preparado para a função. Em 12 de julho de 2019, ele afirmou à imprensa que,

além de ser presidente da comissão e de ter uma “vivência pelo mundo”, já havia feito intercâmbio e fritado hambúrguer “no frio do Maine (...) numa montanha lá, aprimorei meu inglês”²⁶.

O efeito dessa declaração foi uma avalanche de críticas vindas de praticamente todo o espectro político à iminente indicação. Entre analistas e políticos progressistas, foi notável a ironia com que se questionou a aptidão de Eduardo Bolsonaro ao cargo por ter fritado hambúrguer. É evidente que sua experiência em uma lanchonete não o qualificava para o posto. Contudo, o que se pode extrair dos comentários à época é que o fato de ter fritado hambúrguer não apenas não o qualificava mas, ao contrário, o desqualificava. O debate ganhou contornos de uma clivagem discutida no capítulo 1 a partir das apreensões liberais da crise da democracia entre, de um lado, a razão, a ciência, o preparo para a gestão da coisa pública e, de outro, aqueles que devem ser governados, pois simplesmente não têm títulos para governar. O episódio do hambúrguer reproduziu uma oposição de compreensões acerca da democracia. Para alguns, caberia a uma certa elite a prerrogativa do poder. Para outros, mesmo que de maneira quase involuntária, qualquer um poderia alcançar os principais cargos políticos e as esferas de decisão. Curiosamente, a esquerda brasileira se posicionava no primeiro campo, ao lado de liberais e defensores de uma democracia isenta de interferência e controle popular. Enquanto isso, a extrema-direita se aproximava de um modelo de democracia mais parecido com o que vigorou em Atenas, em que as pessoas comuns não só poderiam, como deveriam, governar - à imagem de magistrados selecionados para o poder executivo por meio de sorteios.

É claro que os objetivos da família Bolsonaro e de apoiadores de primeira ou segunda hora do presidente passavam ao largo de uma democracia ao feitio da Atenas clássica. O aprofundamento de algumas dimensões associadas à soberania popular e à igualdade serviam a um projeto autoritário, intolerante e reacionário, incapaz de incluir toda a cidadania e avesso à igualdade entre as pessoas. De qualquer forma, a identidade assumida pelo movimento liderado por Bolsonaro recusava o monopólio do poder por parte de elites tradicionais. E isso ficava claro na medida em que um cidadão de bem, independentemente de sua trajetória, poderia vir a acumular autoridade. Os valores contariam mais do que erudição, dinheiro, conhecimento. Enquanto isso, intelectuais progressistas reivindicavam a necessidade de títulos por parte dos governantes. Angela Alonso

²⁶ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/eduardo-bolsonaro-diz-ter-apoio-do-chanceler-e-que-ja-fritou-hamburguer-nos-eua.shtml>. Acesso em 7 de abril de 2021.

(2019b), em coluna publicada no fim de julho, comparava assim Joaquim Nabuco, o primeiro embaixador brasileiro em Washington, a Eduardo Bolsonaro:

Ao contrário do novo pretendente ao cargo, o primeiro embaixador do Brasil em Washington nunca fritou hambúrguer. Tampouco apreciava frango frito de fast food. Joaquim Nabuco preferiria a “slow food”. E não só por sua veia gourmet, hábil em distinguir temperos e taninos, mas por atinar com o espírito da atividade diplomática. O ofício exige dialogar com gente bem preparada, atrair simpatias e neutralizar contrários. Tudo via argumentação —terreno no qual Eduardo é noviço—, já que a diplomacia é o avesso da guerra —a que pai e filhos se dedicam diuturnamente. É trunfo dominar a arte da conversação, no que ajuda carisma e erudição, domínio de idiomas e etiquetas nem se fala (...) Ao revés do 03, Nabuco atendia à abundância os requisitos quando inaugurou nossa embaixada entre os ianques.

Já o presidente Bolsonaro reagia de forma diferente ao debate. O esperado numa situação como essa seria que ele defendesse os atributos de Eduardo para desempenhar a função com excelência. Mesmo que reconhecesse a ausência de experiência prévia e de qualidades específicas ao campo da política externa, esperava-se do presidente que recorresse às ideias e aos projetos que seu filho empunharia uma vez empossado. Não obstante, o presidente deixou essa dimensão em segundo plano e preferiu rebater os ataques mais corriqueiros e polarizar o debate em termos descritivos. Em live de 18 de julho, Bolsonaro não apenas questionou a validade da crítica como reforçou a experiência de Eduardo como trabalhador manual ao comentar o assunto: “Ah, o cara fritou hambúrguer... Além de fritar hambúrguer, ele entregou pizza. Pode botar aí! Quis aperfeiçoar o inglês, teve que trabalhar, mandei trabalhar”. É como se o trabalho simples e honesto, que dignifica a pessoa comum, contasse mais do que títulos de erudição e o conhecimento.

A mesma faceta pode ser observada nos temas de preferência do ex-capitão. Tanto em suas manifestações públicas e em suas redes, mas sobretudo no ambiente mais íntimo das lives, em que se sente claramente à vontade, Bolsonaro dá atenção desproporcional a assuntos de pouca relevância. O que evoca o caráter elementar de pretensas soluções para questões de monta como o desempenho da economia e a criação de emprego. A simplicidade é tamanha que o brasileiro médio não tem que fazer nenhum esforço para acompanhar o raciocínio proposto e os códigos, o vocabulário, o humor e as preocupações do presidente. Diferentemente dos políticos convencionais, cujo tom de gravidade e sofisticação empresta aos desafios da política uma imagem distante da vida cotidiana das pessoas, Bolsonaro aproxima suas inquietações àquelas das pessoas comuns. Não por acaso, alguns dos temas mais tratados nas transmissões online do presidente entre 2019 e o início de 2020 foram o aumento do limite de pontos permitido para manter a CNH, a

retirada de lombadas eletrônicas e de radares móveis das estradas e o potencial econômico da pesca e do turismo.

Em suma, parte dos brasileiros médios não têm dificuldade para se identificar com Bolsonaro. O presidente não parece alguém especialmente diferente deles, pelo contrário. Suas grosserias e suas fragilidades, mas também seus modos, suas preocupações e vários de seus valores se assemelham àqueles de expressivos estratos sociais. O que responde, claro, a uma estratégia política, mas também ao que é visto como honestidade por parte do ex-capitão. Ele não parece ter de fazer esforço para cultivar a imagem de alguém pouco afeito às boas maneiras típicas dos círculos do poder. O que lhe permite evitar a associação com os conchavos característicos desse universo. E aqui a comparação com o ex-presidente Lula soa inevitável.

Por um lado, Lula é, em boa medida, expressão de um movimento mais amplo que autores chamaram de uma onda populista sul-americana progressista entre os anos 90 e 2000. As origens, a história, os hábitos e o modo de se comunicar colocavam Lula como um representante legítimo do povo em meio às elites políticas. O espírito assumido pelo PT desde a sua fundação contribuíam ainda para realçar o contraste entre o projeto encabeçado por Lula e as tradições elitistas da política brasileira. A importância da bandeira anticorrupção era o símbolo máximo da alternativa representada pelo partido. A chegada de Lula à presidência e o programa implementado, aliás, reforçaram a identificação entre o povo pobre e trabalhador e o ex-retirante que agora habitava o Palácio da Alvorada. Tanto pelos efeitos redistributivos de algumas políticas implementadas quanto pela habilidade de oratória e o repertório de referências que Lula compartilhava com o povo mais pobre. Lula representou, de fato, mudança importante. Por outro lado, Lula representou também a continuidade. No que tange aos modos, às práticas, às relações, o ex-presidente adotou estratégia oposta à de Bolsonaro. Enquanto o último seguiu fiel à polarização, ao conflito, à diferença entre ele e o sistema controlado por certas elites, Lula se mostrou habilidoso o suficiente para ser aceito pelas classes dominantes. Ao mesmo tempo em que se fazia entender e amar pelo pobre, ele era respeitado e querido pelo rico. É difícil esquecer o orgulho com que Lula, chamado de “o cara” por Obama, se referia à boa relação que teve com George W. Bush. Para não falar da proximidade com grandes banqueiros e empresários, alguns dos quais foram seus ministros. A diferença ficou em segundo plano face à capacidade de governar com e para todos – essa era a principal qualidade do lulismo, reivindicada por seu protagonista. Mais grave, porém, para a

representação descritiva de Lula, foi o fato de ter seu nome e seu governo envolvidos em importantes esquemas de corrupção. Desde o mensalão, mas principalmente com a Lava Jato, muitos dos que viam em Lula e no PT uma alternativa a um sistema podre passaram a se sentir traídos por sua esperança. A corrupção tornou ambos “mais do mesmo”, “farinha do mesmo saco”, como notou Solano (2018). Já Bolsonaro tem deixado bem claro a preocupação em mostrar, a cada dia, que não é “farinha do mesmo saco” que as elites políticas. Os embates com o Congresso, com o Judiciário, com a imprensa, com determinados jornalistas, com artistas e lideranças de outros países fazem parte da rotina do presidente. A diferença em relação a uma classe política desprestigiada é uma obsessão para alguém que convence ao se mostrar como uma figura qualquer, um cidadão comum, cujo único título são suas boas intenções.

2.2. A face responsiva da representação em Bolsonaro

Embora o debate público e a literatura especializada lamentem o mimetismo de modos grosseiros das massas por parte de lideranças populistas, eles reconhecem, pelo menos, as suas semelhanças descritivas. Mais grave, do ponto de vista analítico, é a negligência usual de que partidos e movimentos populistas contemporâneos tendem a aprofundar outra dimensão da representação. A saber, aquilo que, referindo-se ao caráter substantivo da defesa dos interesses dos eleitores, Hana Pitkin (1984) chamou de face responsiva da representação. Não é difícil notar, afinal, que programas e governos populistas expressam aos olhos dos eleitores uma alternativa real ao estado de coisas. Por mais que sejam as respostas que eles oferecem às aflições sociais de nossa época, tal qual o fechamento das fronteiras europeias para lidar com o desemprego estrutural, não podemos negar que há algo de diferente na sua estética, na sua forma, mas também no seu conteúdo e na sua disposição em realiza-lo.

Já vimos como lideranças que têm surgido em meio à crise da ordem liberal retiram a política do âmbito anêmico da gestão e do consenso. Ao recuperarem o antagonismo entre as forças e os rumos coletivos em disputa, em termos muitas vezes virulentos, elas fazem as pessoas voltarem a acreditar que as coisas poderiam ser diferentes, que não chegamos ao fim da história. É verdade que o futuro prometido carrega muitos traços de um passado nebuloso, o que justifica a preocupação daqueles que compartilham valores humanistas e prezam por avanços no sentido da liberdade e da igualdade. No entanto, conforme a preservação desses princípios fica submetida a

arranjos protegidos da influência das massas, aqueles que se mostram mais parecidos com parte delas e, sobretudo, dispostos a fazer valer alguns de seus valores e interesses ganham sua confiança. Um horizonte alternativo às mazelas do presente aparece finalmente e a ele se agarram mentes e corpos naufragados. A condição para a realização desse horizonte e, ao mesmo tempo, o motor de seu movimento é a necessidade de mudança. Pois não se trata da preservação de uma ordem ameaçada. Trata-se, ao contrário, de evitar o penhasco do qual nos aproximamos, o que requereria força para travar a luta e integridade moral para evitar os desvios típicos do *modus operandi* convencional da política pós-democrática.

O sentimento de que os políticos eleitos não cumprem suas promessas e não atendem às demandas e aos interesses dos eleitores consiste, afinal, na principal causa do mal-estar com a democracia liberal. O que se deve, para além da ausência de identificação entre eles, a dois problemas ligados entre si. Primeiro, os representantes seriam constrangidos por normas e dinâmicas próprias a um sistema tido como corrupto, que dificulta a realização dos interesses dos governados. Segundo, a sensação mais difundida entre os cidadãos é de que os eleitos, desprovidos de autoridade e integridade, cedem facilmente a tentações estruturais e subordinam, em troca de benesses pessoais, os compromissos com os cidadãos comuns aos interesses das classes dirigentes.

É justamente na conjunção entre a alternativa radical de seu programa e na diferença que representam em relação às forças convencionais do sistema político que os populistas respondem às preocupações dos governados. Além de recuperar a esperança de outro mundo possível, mesmo que se assemelhe a um passado idealizado, eles conseguem lidar com os dois problemas relacionados ao déficit de representação. Por um lado, seu traço assertivo - ou autoritário -, sugere um embate frontal com uma ordem impermeável às vontades do povo. Por outro, a insistência em se mostrar “farinha de outro saco” implica em uma obsessão em cumprir promessas e prestar contas aos eleitores. Ao invés de se perder no emaranhado de interesses escusos que atravessam o *establishment*, as lideranças populistas preferem ser objetivas na atenção às demandas de uma base que se divide em grupos com expectativas convenientemente específicas. É isso que lhes permite reivindicar o aprofundamento da dimensão responsiva da representação.

Minha intenção aqui não é defender que a responsividade da representação populista torna a democracia melhor, ou configura o populismo reacionário como uma opção mais democrática do que a democracia liberal em crise. A realização de vontades mais ou menos organizadas pode

implicar na abolição de direitos civis, políticos e sociais e contrariar, inclusive, os próprios interesses da base desses governos. Cumpre simplesmente reconhecer que, em meio ao processo de desdemocratização já descrito, a direita populista tem procurado cumprir suas promessas às parcelas das classes médias e populares que ela reivindica representar. E que parte de sua força vem daí.

2.2.1. O autoritarismo como necessidade

O movimento reacionário que ganha apelo junto a amplos setores das sociedades e alcança esferas importantes de poder se distingue do conservadorismo tradicional por uma razão em especial. Enquanto forças conservadoras tendem a ser avessas a rupturas e defendem mudanças incrementais, os reacionários se relacionam com a história de maneira diversa. Para eles, as transformações aceleradas que caracterizam a modernidade e, ultimamente, são responsáveis pela degeneração de instituições como a família e a nação e de hierarquias pautadas no gênero e na propriedade, por exemplo, só podem ser combatidas de forma radical. Face a uma subversão progressiva impõe-se a necessidade de uma reação subversiva. Não bastaria reduzir o ritmo ou impedir o avanço da história, cumpriria movê-la em outra direção, que passe pelo passado. Mas considerando que há forças sociais importantes que se beneficiam do rumo que a sociedade tem tomado, um movimento de tal monta exigiria luta, conflito, guerra (Lilla, 2018a). Em outras palavras, as ideias reacionárias que alimentam os populismos de direita sugerem um embate radical com aqueles que supostamente controlam o poder e conformam a cultura hegemônica. Como notou Giuliano Da Empoli (2020: 114) a respeito de Trump, seu estilo agressivo “transmite um sentimento de força”, de que ele, “sem medo de desafiar as convenções, lutará com a mesma energia para mudar as coisas”.

O sistema, configuração um tanto abstrata que inclui as elites políticas, econômicas e culturais, aparece então como o inimigo fundamental do movimento reacionário. Em oposição a ele estaria o povo - as pessoas comuns, precariamente organizadas e vulneráveis à articulação escusa daqueles que dominam o sistema. No Brasil, ideólogos como Olavo de Carvalho conseguiram cunhar categorias que deram conta de aglutinar a insatisfação e o medo de setores médios com os sentidos materiais e simbólicos do lulismo e, de maneira mais ampla, do que poderíamos chamar de Nova República. Globalismo e bolivarianismo são alguns deles e se juntam a grupos e atores como o

Foro de São Paulo, a Rede Globo, as universidades, a intelectualidade, os artistas num mosaico complexo e ambivalente contra o qual as pessoas comuns deveriam se rebelar. A eleição de Bolsonaro, nas palavras de Carvalho e de seus discípulos, como o assessor presidencial Filipe Martins, é explicada como a revolta, a reação do povo, dos brasileiros médios, contra tudo isso. Mas assim como teriam dito quadros comunistas, chegar à presidência da república não seria suficiente. Para alterar o estado e o rumo das coisas, considerando o estado corrompido das estruturas de poder e de pensamento, uma revolução se faria necessária. Para isso, ninguém melhor do que um ex-capitão do exército.

Com efeito, não estaria ao alcance de qualquer presidente ou organização política a tarefa desafiadora de reverter um processo longo de decadência “política, econômica e ética”, como gosta de dizer Bolsonaro. A força de caráter, mas também física, é um critério tido como imprescindível para enfrentar a inevitável resistência de um sistema capaz de atender aos interesses de grupos poderosos. A simples vontade do povo, expressa por meio do voto, conta pouco numa estrutura capaz de cooptar ou isolar um político eleito para transformá-la. É nesse sentido que o histórico, a imagem e os atributos de Jair Bolsonaro, deputado do baixo clero e capitão reformado do exército, foram determinantes para que ele representasse o desejo concomitante de mudança e ordem. O fato de ele ser um defensor conhecido do regime militar, egresso das fileiras do exército e de manter um discurso e uma imagem de claro tom agressivo contribuíram para isso. As demonstrações de voluntarismo do então candidato à presidência, formado no caldo do confronto e da polarização, e a associação íntima com as Forças Armadas o qualificaram como uma liderança à altura do desafio de “mudar para valer”, como disseram vários de seus eleitores. A indicação de diversos militares para cargos em ministérios e no Palácio do Planalto arrefeceu qualquer desconfiança de que Bolsonaro pudesse ceder ao sistema.

Não seria, porém, sem resistência. E a mais relevante delas viria das outras instituições do Estado, mais propriamente dos poderes Legislativo e Judiciário. A tensão entre um líder do poder Executivo decidido a fazer avançar um programa extravagante e pouco afeito à conciliação com outros poderes instituídos era inevitável. Na medida em que Bolsonaro sintetiza um desejo de mudanças, qualquer entrave à sua agenda seria visto como uma barreira imposta pelo sistema à vontade popular sufragada nas urnas. Não surpreende, então, que a relação entre o governo federal,

o Congresso e o poder Judiciário, notadamente seus tribunais superiores, tenha sido marcada pelo conflito²⁷.

Em diversas ocasiões, Bolsonaro atribuiu a iniciativas dos outros poderes o impasse de medidas propostas por ele na direção do que prometera na campanha e que julgava popular. Foi o caso do pacote anticrime do ministro da Justiça Sérgio Moro, cuja versão original endurecia o código penal e flexibilizava a sanção de forças de segurança em decorrência de ações violentas. A live de 8 de agosto de 2019, por exemplo, foi em grande parte dedicada a explicar o conteúdo do pacote e atribuir ao parlamento tanto a demora pela aprovação quanto por eventuais mudanças que alterassem o corte punitivista da proposta. O mesmo poderia ser dito do fundo eleitoral aprovado pelo Congresso em fins de 2019. Cobrado por sua base para vetar o dispositivo, Bolsonaro demonstra, em live de 19 de dezembro daquele ano, que sua vontade de atender aos pedidos poderia implicar em crime de responsabilidade. Ele presta contas a seus apoiadores que esperavam radicalismo e atribui o suposto abuso aos congressistas. “Deu pra entender? Se vocês querem que eu corra risco de impeachment, tudo bem, a gente corre e veta”.

Medidas mais banais também motivaram a insatisfação do chefe do executivo com outros poderes. Na mesma live citada acima, Bolsonaro reclama de uma “juíza substituta de Brasília” que derrubou decreto que impedia o uso de radares móveis nas estradas federais. A exploração do caso servia para retratar a indignação de um líder eleito para atender ao povo e que era constrangido por poderes desprovidos de qualquer lastro popular. Sua motivação não parece derivar, necessariamente, de um cálculo político deliberado. De qualquer maneira, o episódio simboliza o espírito do movimento que teria levado à presidência alguém estranho ao sistema e disposto a usar o poder do Estado em benefício das pessoas comuns, em detrimento de quem se beneficia de usos parciais do bem público. Não é por acaso que a resposta que ele, seus assessores mais próximos e sua base mais engajada dão às limitações impostas ao poder executivo passa por mobilizações nas redes sociais, nas ruas e por ataques frontais aos demais poderes. Ao invés de recorrer aos instrumentos convencionais de governabilidade, que envolvem a distribuição de cargos, ministérios, empresas e agências públicas, o recurso preferido ao longo dos dois primeiros anos de

²⁷ É verdade que as acusações de corrupção que se abateram sobre sua família e a crise provocada pela pandemia levaram a alguma acomodação, traduzida na aliança com as forças do chamado Centrão em fins de 2020. Nem por isso, contudo, a chave do confronto foi abandonada.

governo se encontra no conflito aberto. Frente aos constrangimentos de um sistema obscuro aos olhos do povo, a participação do último é celebrada como solução – mas disso tratarei adiante.

Aqui, convém apenas demonstrar a necessidade de romper com práticas, normas e convenções que protegem determinados grupos na sua relação com a coisa pública. Nesse sentido, mais interessante que a relação com os outros poderes, é a relação entre Bolsonaro e instituições, burocracias, regras e leis que, supostamente, contrariam o interesse e até o senso comum. Chamam a atenção e não são triviais as críticas reiteradas de Bolsonaro a medidas que sugerem restrições à liberdade, impedem o desenvolvimento econômico e prejudicam os governados de órgãos como Inpe, Ibama e Funai, entre outros.

O tema do meio-ambiente é paradigmático para essa discussão. O primeiro ano de Bolsonaro como presidente foi marcado por críticas a um cuidado supostamente exagerado com a preservação ambiental em detrimento do crescimento econômico. O que se manifestou, sobretudo, nos ataques aos dados divulgados pelo Inpe sobre o aumento das queimadas na Amazônia. Mas também pautou ataques a alegados excessos do Ibama tanto em sanções ambientais como na proteção de espaços que poderiam ser explorados economicamente. Como é o caso de uma de suas maiores obsessões; a estação ecológica de Tamoios, na região de Angra dos Reis, que poderia, segundo o presidente, se transformar na “Cancun brasileira”²⁸.

Ainda em relação ao meio-ambiente, um tema de preferência de Bolsonaro, explorado em suas lives e em falas públicas, inclusive na Assembleia geral da ONU, diz respeito à proteção dos indígenas e de suas terras demarcadas pela União. Forte crítico da sua extensão excessiva e da criação de novas reservas para os povos indígenas, Bolsonaro reivindicou com frequência, ao longo da campanha e de seu primeiro ano como presidente, a “igualdade” dos indígenas para defender que eles explorem como bem entenderem seus recursos minerais e agrícolas. Recorrendo a um insólito universalismo e ao suposto ganho econômico como direito de todos, ele questionava ao mesmo tempo as restrições legais para o desenvolvimento da indústria mineral e agropecuária e o pretenso paternalismo das elites culturais.

Vale registrar também um trecho da transmissão semanal do presidente no Youtube de 27 de fevereiro de 2020. Durante alguns minutos, ele exalta uma medida tomada pelo governo federal

²⁸ Como afirmou em live de 31 de outubro de 2019, no Youtube.

que retirava exigências do Inmetro que implicavam gastos para donos de caminhões, ônibus e vans; lembra que vetou iniciativa similar, que obrigaria 40 mil taxistas a substituir seus taxímetros no Rio de Janeiro; e critica os profissionais do Inmetro que, no passado, “tiveram aquela ideia maravilhosa da tomada de três pinos”. Subjaz a essas declarações a ideia de que o sistema opera, geralmente, em função do interesse particular de alguns em detrimento das maiorias - até que surgisse alguém que, “contra tudo e contra todos”, colocasse o interesse público à frente de benefícios privados. Como diz Bolsonaro nessa mesma live,

O Inmetro tem que estar à disposição da população brasileira para que trabalhe ajudando essas pessoas e não criando normas, regras, criando equipamentos que prejudiquem a população. Porque quem paga a conta é todo mundo que tá aí.

Para atender aos reais interesses do povo, faria-se necessário algum grau de autoridade. O autoritarismo que setores da esquerda, liberais, intelectuais, entre outros, costumam ver como o traço mais abertamente antidemocrático de Bolsonaro é, na verdade, aos olhos de seus apoiadores e dele mesmo, uma condição para exercer o mandato que lhe foi atribuído. Em outras palavras, cumprir as promessas de mudança e respeitar a vontade popular exigiriam do governo federal uma postura assertiva em relação aos mecanismos de proteção de um sistema alheio aos interesses dos governados. Quando diz que as minorias devem se adaptar às maiorias, o autoritarismo que a frase carrega se combina, de maneira ambígua, é verdade, com uma exigência fundamental de democracias substantivas. Qual seja, o exercício da soberania popular.

Na medida em que a tensão entre direitos civis e liberdade individual, de um lado, e igualdade e soberania popular, de outro, inerente à democracia moderna, foi resolvida em benefício dos primeiros, como notou Chantal Mouffe (2018), a apreensão mais corriqueira de democracia relegou aos últimos princípios uma atenção meramente formal e simbólica. Qualquer movimento que sugerisse o fortalecimento da soberania popular e da igualdade substantiva, historicamente conduzidos pela esquerda, foi rapidamente discriminado como autoritário. Atualmente, uma versão esdrúxula desse movimento tem partido do outro extremo do espectro ideológico. E por mais contraditória e ilusória que seja sua reivindicação de soberania popular, não devemos deixar de entendê-lo em função do que é e da maneira como é percebido.

O bolsonarismo não tem nenhum compromisso com uma igualdade substantiva. No entanto, sua defesa de um Estado forte faz, de uma forma ou de outra, alusão ao leviathan hobbesiano ao igualar

a todos na subordinação a uma autoridade soberana. Mais do que a preservação da ordem civil e da vida, seu objetivo é restabelecer uma ordem moral intolerante e um sistema bem definido de desigualdades sociais supostamente naturais e abaladas no último período. Ao fazê-lo, porém, ele resgata, bem ou mal, a noção de soberania popular ao colocar os interesses do povo, mesmo em uma apreensão distorcida e parcial, acima dos interesses de um sistema controlado por algumas elites e impermeável a uma representação responsiva de amplos setores sociais.

2.2.2. Um político diferente, pois responsivo

O caráter determinado, virulento, autoritário do líder populista não deve ser enxergado como um atributo valorizado em si. Ele se torna uma qualidade na medida em que as pessoas percebem que qualquer iniciativa substantiva ou transformadora por parte do governante deve superar entraves inerentes a sistemas políticos impermeáveis à vontade popular. De qualquer maneira, o autoritarismo não basta para garantir o apoio de figuras públicas e lideranças políticas na sociedade. São diversos os exemplos de personagens históricos que, a despeito de sua retórica virulenta, não atraíram a simpatia das massas. A negação de uma determinada ordem, por mais que dialogue com as mais ou menos difusas insatisfações populares, não é suficiente para estabelecer uma relação de representação entre um líder e os governados. É preciso dar sentido positivo à crítica, apontar para uma alternativa e preencher de esperança o mal-estar típico de momentos de crise. Como fez Jair Bolsonaro em relação ao caldo de ressentimento que se acumulou na sociedade brasileira acerca do lulismo e do establishment como um todo. Para além das críticas ao PT e ao sistema, um programa foi apresentado. Independente do seu mérito, calcado no que tem de mais regressivo no senso comum, convém observar sua viabilidade e o compromisso com a sua realização. Pois é a impressão de que Bolsonaro cumpre suas promessas que lhe permite reivindicar uma distinção em relação à classe política tradicional e a responsividade da sua representação.

Além da disposição genuína de fazer valer a vontade do povo, outra condição importante para a responsividade, especialmente num quadro em que o voto conta pouco frente a grandes interesses organizados, é a independência do eleito. Poderia chamar a atenção e causar estranhamento, com efeito, a preocupação de Bolsonaro em se mostrar reticente ao recebimento de doações empresariais às suas candidaturas. Assim como é defendido por lideranças e partidos de esquerda,

o ex-capitão rejeitou – e fez questão de anunciar – contribuições financeiras de grande monta, que comprometem a autonomia dos eleitos. Uma publicação no seu Twitter em 18 de março de 2017, pouco depois do avalanche de denúncias da participação da Friboi em esquemas de corrupção, anunciava: “BOLSONARO: o frigoríficofóbico”. O vídeo que a acompanhava reproduzia trecho de entrevista dada ao programa “Pânico” em que o então deputado diz que recusou dinheiro vindo da Friboi que teria caído na sua conta. Já em meio à campanha presidencial de 2018, uma série de posts reforçou a preocupação em recusar apoios financeiros, sabidamente condicionados a retribuições dos candidatos eleitos. Em 18 de junho, sua página do Twitter anunciava:

Tenho independência para trabalhar e planejar. Já recusei diversas ajudas financeiras significativas que pudessem acabar com essa independência. Não quero dever nada pra ninguém, não há governo que corresponda positivamente assim. Ou chego ao poder independente ou não chego.

Em 30 de outubro, após a eleição, exaltava-se o baixo custo da campanha: “Nossa campanha custou cerca de R\$ 1,5 milhão, menos que a metade do que foi arrecadado com doações individuais”. Denúncias indicam que um grupo de empresários teria financiado, ilegalmente, a distribuição de mensagens de Whatsapp, incluindo notícias falsas, a serviço da campanha presidencial de Bolsonaro. É sabido, ademais, que personalidades como o dono da rede Havan, entre outros, são apoiadores de primeira hora do presidente e contribuíram de maneiras mais ou menos probas para a sua eleição. Não é absurdo supor que haja favorecimento de certos interesses por parte do governo, para além de uma agenda econômica feita sob medida para o capital financeiro. Tudo isso, contudo, não anula a importância de alguns pontos. Primeiro, Bolsonaro de fato recusou propostas de doação privada para sua campanha, como apurou Oyama (2020: 195). Segundo, sua campanha foi realmente barata, independentemente das doações não contabilizadas. Como notou Nicolau (2020: 25), “Bolsonaro foi eleito gastando nos dois turnos um pouco mais do que muitos candidatos a deputado federal gastaram” em 2020 – ele teve 45% dos votos válidos, no primeiro turno, mas apenas 0,7% da receita total de campanha. Terceiro e mais relevante, havia, pelos motivos comentados, base objetiva para que o discurso de independência em relação às elites de Bolsonaro não soasse como pura demagogia. Ele não era o candidato preferido da burguesia e, mesmo quando se tornou, era difícil ver nele um representante genuíno dessa classe.

As atenções do candidato Bolsonaro estavam muito mais concentradas no dia a dia do cidadão comum. Paulo Guedes cuidaria da economia, de forma que não carecia falar muito a respeito. O ex-capitão preferiu dedicar sua energia a alguns temas que lhe eram especialmente caros e que lhe

permitted mobilizar, ao mesmo tempo, a polarização que encarnava em relação a um sistema corrupto e a indignação difundida com desvios de ordem moral. Questões como corrupção, segurança pública, porte de armas consistiram em algumas das obsessões de Bolsonaro ao longo da campanha e isso pode ser verificado em suas entrevistas e em suas redes sociais. Parecia caricata, inclusive, sua insistência em tratar de assuntos, senão marginais ao interesse público, pouco afeitos a um debate político qualificado. Ao aborda-los de maneira simples, no entanto, ele conseguiu sensibilizar pessoas diretamente afetadas por eles e desconfiadas de grandes projetos.

Mais importante, porém, é notar como a insistência do candidato Bolsonaro com esses assuntos se manteve após a eleição. Em suas manifestações públicas, é flagrante a atenção dada a demandas de grupos específicos e a assuntos de sua preferência, relegando a segundo plano objetos como economia, educação e saúde. Para além do gosto pessoal e da maior propriedade sobre esses temas, é evidente, pela recorrência e pelo teor dos discursos, a preocupação do presidente em corresponder às expectativas dos seus eleitores e cumprir os compromissos estabelecidos.

A melhor ilustração desse caráter responsivo da atuação de Bolsonaro talvez seja a prestação de contas em relação aos avanços promovidos pelo governo federal no sentido de ampliar o direito de posse e porte de armas de fogo. Em praticamente todas as transmissões semanais das quintas-feiras no Youtube, entre 2019 e 2020, há algum comentário sobre um projeto de lei, um decreto ou qualquer outra iniciativa do executivo que retira restrições legais àqueles que desejam possuir e se deslocar com uma arma. O auge da preocupação em fazer valer sua promessa ocorreu em live de 19 de setembro de 2019. Nela, o presidente anunciava, com orgulho evidente, um decreto que permitia o porte de armas em todo o território de propriedades rurais – chamado de porte estendido – em contraposição a restrições anteriores que limitavam o porte ao espaço da residência. Em seguida, ele alega que algumas pessoas têm relatado dificuldades para comprar armas de fogo por motivos infundados. E então sugere, “se você tiver dificuldade de comprar, liga pra gente que a gente vai ver se tem alguém atrapalhando a compra dessa arma e vamos tomar as providências”. A responsividade reivindicada pela gestão seria de tal monta que a presidência chega a se tornar uma espécie de facilitador, quase um SAC capaz de fazer valer as vontades do cidadão.

2.2.3. Presidente das pequenas coisas

Foi comentado acima o gosto de Jair Bolsonaro por questões laterais e aparentemente esdrúxulas. Um presidente não deveria se preocupar, afinal, com a troca de taxímetros no Rio de Janeiro. Contudo, ao tratar de temas pouco relevantes, mas com reflexos no dia a dia de algumas pessoas, o ex-capitão atende a demandas específicas e sugere facilitar a vida da pessoa comum com medidas assumidamente simples. Chamado de “presidente das pequenas coisas” por Thais Oyama (2020), Bolsonaro parece justamente procurar os resultados políticos de soluções ordinárias e presumivelmente óbvias para problemas que dissimulariam privilégios particulares.

Um levantamento do Estado de S. Paulo a partir das lives de março a julho de 2019 revela que, dentre os quinze temas mais comentados, a pesca foi o que mais recebeu atenção do presidente. Enquanto Paulo Guedes foi convidado apenas uma vez, o secretário da pesca, Jorge Seif, esteve em quatro transmissões no período. Dos 45 minutos e 35 segundos dedicados ao assunto, a pesca da tilápia ocupou 15 minutos e 47 segundos de vídeo, mais do que o dobro da saúde, com 7 minutos e 33 segundos (Oyama, 2020: 148). Investimentos e empregos foi o 44º tema mais comentado. Já o sistema previdenciário, cuja reforma ocupava o centro do debate público, foi apenas o sexto. Ao comentar os mesmos dados, Oyama (Idem: 149) afirma que “não se pode dizer que o presidente tenha traído o candidato. As soluções para os grandes problemas do Brasil nunca ocuparam lugar de honra em seus discursos de campanha”.

Faz sentido. O que ela não nota é o potencial desses assuntos de gerar empatia em relação a um eleito que, diferente dos outros, não traiu o candidato. Embora as medidas sejam praticamente irrelevantes, quando não desastrosas, isso não é pouca coisa. Especialmente de pessoas que esperam do governo, no máximo, que ele não atrapalhe suas vidas. É o que Bolsonaro promete e se esforça em fazer: facilitar o cotidiano ao tirar o Estado da vida das pessoas.

As ilustrações mais claras disso são a insistência do presidente em relação à extinção dos radares nas rodovias e a ampliação do tempo de validade da CNH. Em tweet de 31 de março de 2019, ele afirmava que:

após revelação do @MInfraestrutura [ministro da Infraestrutura] de pedidos prontos de mais de 8.000 novos radares eletrônicos nas rodovias federais do país, determinei de imediato o cancelamento de suas instalações. Sabemos que a grande maioria deles têm o único intuito de retorno financeiro ao estado.

A mesma ideia de que há uma estrutura que se beneficia exatamente daquilo que prejudica o cidadão comum subjaz as críticas e as mudanças propostas em relação à CNH. Em tweet de 14 de junho, o presidente comunicou o fim da obrigatoriedade do uso de simuladores para tirar a habilitação. O que representaria uma economia de “aproximadamente R\$ 300 reais” para a obtenção da carteira - “Mais uma promessa sendo cumprida!”. Em live do dia anterior, Bolsonaro demonstrara indignação com a dificuldade que encontrava para mexer no código de trânsito e aumentar a validade da CNH de 5 para 10 anos e a pontuação máxima permitida antes da perda da habilitação de 20 para 40 pontos.

Por mais módicas que sejam as mudanças, elas devem sinalizar a transformação que representam. É como se os interesses reais do povo fossem finalmente colocados acima de dispositivos burocráticos criados simplesmente para beneficiar pessoas com acesso privilegiado ao Estado. Bolsonaro chega até a aferir a popularidade dessas pequenas iniciativas antes ou depois de tomá-las. Como ocorreu em meio à decisão pelo fim do horário de verão, em 2019. Ao justificar a mudança em live de 11 de abril, ele afirmou, por um lado, que um estudo do Ministério de Minas e Energia revelara que a economia de energia era irrisória. Por outro, que a população, por meio de enquete nas suas redes sociais, demonstrara apoio à medida; “Na minha página acho que chegamos a 90% de aceitação do fim do horário de verão. 10% restante disse que vai atrapalhar a cervejinha à tarde”.

As redes sociais e as lives de Bolsonaro são recheadas de medidas supostamente óbvias, lógicas, capazes de solucionar problemas como o excesso de gastos do Estado e o alto índice de desemprego. A participação reiterada dos secretários da pesca e do turismo nas transmissões de quinta é sintomática. Além da provável simpatia por eles, Bolsonaro vê em medidas como o controle mais rígido do seguro defeso, a flexibilização das restrições legais para a pesca e os programas de estímulo ao turismo iniciativas de baixo custo e de efeito concreto de fácil assimilação. A diminuição dos gastos públicos e os ganhos econômicos decorrentes são tangíveis, embora irrisórios. Por mais tosco que seja o expediente, a impressão transmitida é de que o governo está agindo. A expressão mais acabada da vocação de um “presidente das pequenas coisas” e de seu caráter responsivo é um tweet de 9 de outubro de 2019. Acima de uma foto de um carro de luxo estampado com o logo da Polícia Rodoviária Federal, pode-se ler: “Governo espera arrecadar

R\$ 100 mi este ano com bens de traficantes. MP aprovada pela Câmara facilita venda de patrimônio apreendido para que o recurso seja utilizado em projetos de combate às drogas”.

Não seria razoável aproveitar um recurso apreendido junto ao crime organizado para reduzir os gastos de um Estado sabidamente endividado? Governar não seria, afinal, tão complicado. Bastaria um pouco de bom senso e compromisso com os interesses do povo.

2.2.4. Respondendo a demandas

Toda liderança política reivindica ser um representante legítimo de uma determinada base social e defender suas expectativas. Nos acostumamos, porém, em meio ao borramento das divisões e identidades sociais e ao processo de desdemocratização, a políticos que se apresentam como representantes de todos os membros da sociedade e seus interesses difusos. Ficou mais difícil entender a que se prestavam as escolhas dos chefes do poder executivo e, por consequência, associar suas ações às vontades de setores e classes específicos. Os populistas têm alterado esse quadro e não só pela recuperação do antagonismo como fundamento para sua prática, mas também pelo esforço constante em associar suas medidas a interesses bem precisos e corresponder às expectativas criadas pelos seus eleitores. Donald Trump, durante seu mandato, contrariou vaticínios de moderação e retirou os Estados Unidos de tratados sobre as mudanças climáticas, barrou o acesso de muçulmanos ao país e transferiu a embaixada em Israel para Jerusalém (Rasmussen, 2019: 131).

No Brasil, é evidente o esforço do bolsonarismo em apresentar o ex-capitão como alguém atento às demandas das pessoas comuns. Chamar esse esforço de demagogia é ignorar que a relação de representação supõe, como notaram autores como Saward (2010) e o próprio Laclau (2013), que aquele que pretende representar reivindique esse papel. Nem todas as demandas e ainda menos os grupos representados partem de relações horizontais objetivas. Alguma heteronomia entre os de baixo e os de cima e a prática discursiva são incontornáveis para o estabelecimento de uma relação de representação.

Com efeito, Jair Bolsonaro tem atendido a algumas das vontades de grupos e corporações bem definidos. É o caso de associações de pescadores, que já chegaram, através do secretário Jorge Seif, a dar troféu para o presidente em reconhecimento pelo seu trabalho. Assim como dos

atiradores amadores, como comentado acima. Ou de grupos ainda menos expressivos, como os chamados gamers. Um tweet de 16 de agosto de 2019 do presidente da república registrava:

Assinei decreto 9.971 que reduz os impostos sobre jogos eletrônicos. O IPI, que antes variava de 20% a 50%, passa a valer entre 16% e 40%. Sei que é pouco, mas temos que seguir critérios. Acredito que o volume arrecadado não deva ser alterado, tendo em vista o aumento da demanda.

A pós-democracia, apesar de pouco afeita aos interesses dos trabalhadores, não é impermeável a demandas de corporações fortes e bem organizadas. Para além das forças do capital, diversos atores coletivos se adequaram às lógicas de funcionamento e, de maneiras distintas, têm usado seus recursos econômicos e sociais para assegurar a representação de seus interesses perante as esferas do poder. Parte da potência dos movimentos populistas é justamente dar voz e peso a grupos precariamente organizados e, via de regra, marginalizados dos cálculos do poder. No Brasil, Bolsonaro ascendeu também a partir daí e apoiado em grupos como os caminhoneiros. Afetados por uma concorrência mais acirrada pelo frete e pressionados pelo preço do petróleo, setores importantes da categoria viram em Bolsonaro um representante confiável. Uma vez eleito, porém, o vínculo com a corporação se tornou um fardo na medida em que sua principal demanda é pelo controle do preço do combustível, incompatível com a agenda neoliberal de Paulo Guedes. Em diversas ocasiões, Bolsonaro foi cobrado por um lado por aumentos de preço e, por outro, por promover ingerências na Petrobras. Nesse equilíbrio tenso, o compromisso com os caminhoneiros nunca deixou de orientar seu discurso. Pouco mais de um ano antes de substituir o presidente da empresa diante da pressão dos caminhoneiros, ele negava, mas já sugeria intervenção no preço dos combustíveis em live de 19 de setembro de 2019:

O presidente da Petrobras segurou o máximo possível o preço do combustível. Fez o que pôde. Mas não teve como, ontem aumentou. Não tem ingerência... Mas ainda tá mais barato que no ano passado. Nosso ministro de Minas e Energia vai ver o que tá acontecendo [em relação a possível cartel]. Ontem aqui em Brasília alguns postos subiram 5%. Isso pra mim é um absurdo. A gente vai pra cima deles, tudo que tiver de acordo com a lei e puder defender o consumidor nós faremos.

O cidadão que Bolsonaro reivindica representar e defender tem pouco a ver com o cidadão moderno que, no auge do regime democrático, deveria gozar de plenos direitos civis, políticos e sociais, como previra T. H. Marshall (1967). O cidadão comum e de bem a quem o Brasil teria voltado a pertencer guarda mais semelhanças com um simples consumidor lesado pela quantidade excessiva de impostos e cansado de ser vítima de um sistema político que corrompe valores tradicionais e subtrai o dinheiro ganho com o suor do seu trabalho. Preocupado com as pessoas

“na ponta da linha”, como costuma dizer, Bolsonaro responde diretamente ao ressentimento material e simbólico tratado no início deste capítulo.

Algumas iniciativas do governo incidem sobre as duas dimensões desse ressentimento e valem registro. Uma delas diz respeito às políticas de incentivo à cultura, que, por meio de dinheiro público, financiariam conteúdo avesso aos bons costumes. As críticas recorrentes à Lei Rouanet e ao mérito da produção artística brasileira se reverteram, no governo, em cortes drásticos e censura ao conteúdo patrocinado. De um lado, os projetos financiados pela lei tiveram o teto de arrecadação reduzido. De outro, diversos filmes aprovados para a captação de recursos pela Ancine foram descartados por interferência da presidência, como reivindicou Bolsonaro em live de 15 de agosto de 2019. Nela, ele fez questão de ler os nomes e as sinopses de alguns dos filmes reprovados;

Transversais: sonhos e realizações de 5 pessoas transgêneros que moram no Ceará. Sexo reverso: Bárbara é questionada pelos índios sobre sexo grupal, sexo oral e certas posições sexuais (...) Afronte: negros homossexuais no DF. Não dá para entender. Mais um filme que foi pro saco aí. E esse aqui: Realidade Queer, sobre ex-feira lésbica. 10 episódios. Tem a ver com religiões homofóbicas. Tudo tem a ver com sexualidade LGBT, com evangélicos, católicos, espíritas, judaísmo, islamismo. Confesso que não entendi porque gastar dinheiro público com um filme desse. O que vai agregar pra nossa cultura, nossas tradições? Não tô perseguindo ninguém. Vai ser feliz!.

Fica clara, ainda, a resposta do ex-capitão a um incômodo de sua base mais fiel com o lulismo que articula interesses materiais e afinidades ideológicas. Diante da impressão de que os governos petistas inauguraram um período marcado pela conivência do Estado com a aversão ao trabalho de certos “vagabundos”, Bolsonaro reivindicou a investida contra movimentos de moradia e de luta pela reforma agrária. Evocando o “valor sagrado” da propriedade privada, o presidente comemorou em diversas lives e publicações a redução no número de invasões de terra. Em 5 de maio de 2019, sua página do Twitter registrava a orientação para que órgãos federais procedessem à reintegração de imóveis públicos “ocupados ou invadidos por ‘manifestantes’ sem aguardar demoradas decisões (...) Tudo dentro da lei”. Para fazer cumprir a lei e garantir a propriedade, o devido processo legal poderia ser contornado.

A base social mais engajada do bolsonarismo, à qual o presidente se dirige reiteradamente em suas manifestações públicas e cuja expressão mais bem acabada pode ser encontrada entre os espectadores de suas lives, entre os apoiadores que comentam suas publicações nas redes sociais e aqueles que, diariamente, se dirigem à porta do Palácio da Alvorada para vê-lo, não está na Faria Lima. O grosso do capital, seja financeiro ou industrial, aderiu de forma tardia e, muitas vezes,

desconfiada à candidatura do ex-capitão. A despeito de Paulo Guedes e das promessas de uma agenda de redução de tributos, do escopo do Estado, de ajuste fiscal e de flexibilização de direitos trabalhistas e sociais, a alternativa que lhes restou não era propriamente sua. O personagem grosseiro que chegaria à presidência era imprevisível para contar com confiança irrestrita. Seu lastro político-social não estava no mercado financeiro. Ele sempre soube disso e mesmo seu programa econômico, embora atendesse às demandas das classes dominantes, não poderia negligenciar os estratos médios.

Alguma coisa ele teria de apresentar. E como os resultados não viriam sob a forma de crescimento, melhores empregos e maior renda, restava olhar para a face consumidora e endividada das classes médias. Em 11 de outubro de 2019, o presidente anunciava no Twitter a ampliação do limite de compras em *free shops* feita por Paulo Guedes, “a nosso pedido”. Em diversas lives a partir da metade desse ano, o presidente da Caixa Econômica Federal esteve presente para comentar medidas como a redução dos juros do cheque especial e do crédito imobiliário. Ocasões em que Bolsonaro aproveitou para comemorar a redução da taxa Selic, que significava, segundo ele, “menos gastos com juros a bancos”. Em algumas ocasiões, como em transmissão online de 26 de dezembro de 2019, ele anunciou que estava “brigando para passar isenção de IR para R\$ 3.000”.

Sua campanha presidencial tampouco dialogou apenas com setores de alta renda, como sugerem análises enviesadas que se recusam a aceitar o caráter em parte popular de políticos de extrema-direita. Singer e Venturi (2019) notaram que as motivações para o voto em Bolsonaro variaram conforme a renda. Embora a expectativa de mudança tenha sido uma motivação em comum, ricos e pobres justificaram sua escolha pelo ex-capitão de formas diversas. Enquanto os primeiros demonstravam simpatia pelas propostas econômicas, apreço pelo perfil militar e endossavam o combate à corrupção, os últimos encontraram em Bolsonaro a melhor alternativa para melhorar a segurança pública (Idem: 367). Com efeito, a impressão de que esse assunto mobiliza essencialmente as classes médias não se confirma. O povo mais pobre que sente na pele a violência, sobretudo em lugares em que a figura do policial não é confundida com medo, não se identifica com as vítimas da violência da polícia. Como notou Rosana Pinheiro-Machado (2019: 109), os jovens que venceram obstáculos para poder estudar e trabalhar valorizam seu esforço individual frente ao caminho fácil do tráfico e à omissão do Estado. Ter o fruto do seu trabalho roubado e sua integridade ameaçada pela violência os aflige e faz com que tenham simpatia para uma solução

tão violenta quanto a sua trajetória e a sua rotina. Quem conhece a realidade violenta com que se depara no dia a dia, em última instância, legitima a necessidade de enfrenta-la na mesma moeda. As respostas de Bolsonaro, apoiadas na disciplina, na autoridade e no rigor com os bandidos encontram apoio em setores populares que lamentam uma suposta inversão de valores em que o bandido é tido como vítima em detrimento do cidadão de bem ameaçado por ele (Solano, 2018).

O mesmo pode ser dito de outro tema caro a Bolsonaro e a respeito do qual a esquerda negligencia a importância para as camadas populares. A saber, a corrupção. Extensamente mobilizada por um moralismo de classe média que atravessa a imprensa e criminaliza a política, o combate à corrupção não é irrelevante para os mais pobres, cuja experiência concreta em áreas abandonadas pelo Estado contrasta com a imagem corriqueira de escândalos que chega pela televisão e pelo celular (Machado, 2019: 112). O político comum, que aparece de quatro em quatro anos para pedir voto, pode se reeleger prometendo pouco a quem só espera da política uma troca clientelista – legítima face à inexistência de direitos e serviços universais. No entanto, alguém que sugere mudar o quadro e impor a ordem pela força e a partir de cima pode valer o risco. Ao elogiar ações truculentas da polícia, acirrar o aparato punitivo e se voltar contra instituições associadas à corrupção, como partidos e o Congresso, Bolsonaro responde a aflições de um espectro da sociedade brasileira mais vasto do que aqueles que vão à Paulista pedir intervenção militar.

Como tentei chamar a atenção no primeiro capítulo, os populistas de direita não sustentam sua força apenas numa demagogia barata, capaz de ludibriar e manipular membros das classes médias e populares atomizados que se sentem esquecidos pelos governantes. Eles têm desejos e vontades reais que, à medida que outras forças se mostraram incapazes de responder, encontraram guarida no populismo de direita. E embora as soluções apresentadas sejam muitas vezes contraditórias aos seus próprios interesses, suas demandas devem ser levadas a sério (Eatwell e Goodwin, 2020).

2.2.5. Prestando contas

Jair Bolsonaro é um político diferente dos demais. Ele o era pelos motivos mais ridículos, inusitados e abomináveis quando ocupava uma das 512 cadeiras de deputado na Câmara Federal. Como presidente, não traiu suas origens, suas ideias controversas, seus valores reacionários e seu ímpeto autoritário. Ele não perdeu, tampouco, algo valioso para um político: o respeito e o

compromisso com seus eleitores. Não é porque os termos desse contrato são discutíveis que devemos ignorar que ele o faz. É exatamente a preocupação em ser fiel a suas promessas, atender as vontades e os interesses daqueles que o apoiaram e depositaram nele seu voto que faz do presidente brasileiro, assim como outros líderes populistas ao redor do mundo, uma anomalia em tempos de pós-democracia.

É evidente que poderíamos contestar, de um ponto de vista normativo, o valor da responsividade de Bolsonaro. Ou seja, o sentido mesmo de suas promessas, que pouco têm de democráticas na medida em que não promovem princípios como liberdade e igualdade – pelo menos em sua acepção social, substantiva. Ao contrário, em diversas esferas da vida pública, quanto mais responsivo o ex-capitão for em relação aos anseios de seus eleitores, mais nos afastaremos de um regime democrático, seja em sua face mínima, seja em sua face máxima. Por outro lado, poderíamos também questionar o quão responsivo, de fato, Bolsonaro é. Tomar as ações do governo pelo discurso de seu chefe não é uma boa receita para aferir a natureza e o resultado das políticas implementadas. Bastaria tomar o combate à corrupção para relativizar a responsividade da presidência Bolsonaro. No entanto, não podemos negar que há um genuíno esforço, embora muitas vezes ineficaz, pois desprovido da articulação devida, em atender aos pleitos de seus apoiadores e cumprir compromissos assumidos antes da eleição. Os exemplos listados acima constituem uma boa amostra da tentativa de Bolsonaro de fazer avançar interesses diversos e específicos. Dos mais relevantes, como o combate à violência, aos mais mesquinhos, como a competição entre a banana importada do Equador e a produzida no Vale do Ribeira²⁹.

Mais do que simplesmente demonstrar preocupação com o avanço dessas pautas, o presidente é categórico ao prestar contas das medidas tomadas e do estágio em que se encontram as iniciativas prometidas. Seja para exaltar o cumprimento da promessa, o que ocorre com frequência, seja para justificar medidas controversas. As lives semanais das quintas-feiras, às 19h, têm exatamente esse propósito. O seu formato, seu conteúdo e sua frequência se prestam a uma constante prestação de contas do governo federal. Não propriamente aos cidadãos em geral, mas à base que o elegeu e apoia o governo. Esse propósito fica evidente na medida em que são normais episódios em que uma iniciativa criticada por apoiadores é justificada por Bolsonaro e seus subordinados. Como ocorreu em meio à aprovação da lei de abuso de autoridade no Congresso. Setores importantes da

²⁹ Como fez na primeira live como presidente, em 7 de março de 2019.

base bolsonarista criticaram a sanção presidencial ao projeto. A live seguinte à assinatura, em 5 de setembro de 2019, reuniu o então ministro da Justiça Sérgio Moro, o Advogado Geral da União, o Secretário Geral da Presidência e o chefe da Controladoria Geral da União para justificar a decisão do presidente e seus vetos parciais.

São diversas também as ocasiões em que Bolsonaro, durante a transmissão no Youtube, lê diretamente ou se refere a comentários de apoiadores em redes sociais criticando o governo. Sua intenção, nesses momentos, é responder às críticas compartilhadas por parte de sua base. O gesto, que sugere coragem e honestidade de um presidente que não esconde o incômodo ao referir-se a contestações de sua própria base, retrata um político que está ali para servir o povo e prestar contas de seus atos.

Ao discutir a crise da representação que assola e, de certa forma, inaugurou um processo profundo de desgaste das democracias liberais, boa parte da literatura encontrou na ausência de responsividade dos eleitos a principal causa para a desconfiança dos eleitores em relação aos respectivos sistemas políticos. À difícil identificação entre amplos grupos sociais e um indivíduo ou partido que pudesse representar a totalidade de seus valores e interesses, se juntava uma tendência contemporânea de subordinação dos compromissos estabelecidos antes do voto, por parte do eleito, a interesses privados contrários àqueles dos cidadãos que o elegeram. O equilíbrio tenso que uma boa relação de representação deveria assegurar entre mandato e independência para autores como Pitkin cedera quase completamente ao segundo polo em detrimento de qualquer controle popular dos representantes. Os contra-movimentos à pós-democracia, como tenho chamado o populismo de nossos dias, não fazem apenas dar corpo e identidade a pessoas ressentidas com uma ordem política alheia aos interesses do povo por meio de lideranças carismáticas porque formadas à imagem do cidadão médio e de sua mediocridade. Eles respondem também à segunda dimensão dessa crise ao colocar como prioridade de seus projetos a realização de algumas das vontades dos governados – por mais laterais e regressivas que sejam. A balança entre mandato e independência pende para o primeiro prato, mesmo que isso seja feito às custas do que restou de liberdade e igualdade em meio ao processo de desdemocratização. O mandato não é exatamente aquele que gostaríamos de atribuir a um líder qualquer, mas o problema está nele - e não no movimento da balança.

3. Participação

A visão mais corrente do populismo contemporâneo sugere que frente à insatisfação com a política, parte da sociedade encontra um líder carismático a quem confia o mandato de alterar o estado e o rumo das coisas. À imagem de regimes autoritários que marcaram determinados países e períodos no século XX, a cidadania assumiria uma postura eminentemente passiva sob governos capazes de recuperar certa ordem perdida, o que fariam por meio da força e em detrimento de avanços sociais. Não obstante, os populismos de hoje guardam diferenças importantes em relação ao autoritarismo do século passado. A origem e a natureza mesma desses fenômenos têm sentidos históricos distintos. Enquanto aqueles fechamentos de regime consistiam, via de regra, em reações a processos alvissareiros de ampliação de direitos e marcados pela luta por mais igualdade, as ameaças à democracia liberal de hoje não se inserem no mesmo registro. É verdade que em boa medida eles remetem a um inconformismo com progressos de primeira grandeza no âmbito da cultura. Mas seria impróprio dizer que eles se desenrolam em tempos de descomedida emancipação. Pelo contrário, as sociedades em que surgem têm avançado a passos mais ou menos largos e tortuosos na direção de um horizonte de menor igualdade e bem-estar. Além disso, diferentemente do que se costuma dizer, esses movimentos não se caracterizam pela inação política das massas. Ao invés de uma cidadania vulnerável ao discurso demagogo de um líder carismático que lhe pede confiança e a concentração dos poderes, apela-se a uma sociedade que participa da vida pública e definiria, muitas vezes sem mediações formais, a direção que deve ser tomada pelo Estado. É claro que os partidos, os governos e o líder detêm o poder de informar as vontades do povo e preservam a última palavra sobre as decisões que de fato contam. Mas nem tudo corre de cima para baixo e por dentro das instituições, como indica a maioria das interpretações do atual momento. Não é só na identidade abstrata do povo e na autorização obtida por meio do voto que o populismo se move politicamente. Sua mobilização constante e a participação direta ocupam papel central nessa lógica política³⁰.

³⁰ Vale registrar que a expressão participação direta é empregada nesta tese em sentido diferente daquele mais usado na literatura da Ciência Política, especialmente no Brasil, e que faz referência ao envolvimento de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil nas chamadas instituições participativas, como conselhos e conferências. Apesar dos méritos dessas experiências, seu alcance e seus efeitos foram limitados em meio a um cenário de profundo déficit de desconfiança nas instituições políticas. Aqui, a noção diz respeito a ações mais difusas e contundentes, ao menos na aparência, de participação política via redes sociais e mobilizações de rua.

O esgotamento do modelo liberal de democracia, com a crise de legitimidade de suas instituições e do voto como instrumento principal de autorização e controle dos governantes, tem fortalecido, segundo a literatura, alternativas autoritárias marcadas por alta concentração do poder do Estado. Essa avaliação deixa escapar, porém, nuances importantes que caracterizam as forças populistas. A crise do governo representativo não tem apontado de forma unívoca para a supressão completa de mecanismos de soberania popular. Além de recuperar o vigor de elementos fundamentais para a representação, como tentei mostrar nas páginas anteriores, o contramovimento populista se apoia também na recuperação de um elemento central do modelo clássico de democracia, para usar a terminologia de Held (1987). Se os cidadãos não governam diretamente como ocorreu em Atenas, eles têm ao menos a impressão de mostrar como querem ser governados - algo que, como mostrou Chatterjee (2004), se tornou incompatível com o arcabouço formal e as práticas usuais do liberalismo. Incapazes de se fazer representados e informar diretamente a ação do Estado, indivíduos têm descoberto em partidos e lideranças populistas um ímpeto capaz de, se necessário, contornar normas e instituições para assegurar seus interesses. Conforme o voto já não goza de confiança como instrumento suficiente para assegurar devida representação e participação popular nos assuntos públicos, populistas chamam os governados a terem papel ativo na política. Em oposição à lógica elitista da pós-democracia, os cidadãos voltam – ou parecem voltar – a serem ouvidos. Caberia, inclusive, uma distinção entre governos autoritários insulados, à imagem das ditaduras militares da América Latina na segunda metade do século passado, e governos autoritários de mobilização, como poderíamos chamar aqueles liderados por figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro, cujas bases não parecem desejar uma ruptura absoluta com instituições abertas à representação e à participação popular.

Boa parte das análises do atual momento político atribui às lideranças populistas, do alto de sua capacidade de articular as emoções incoerentes das massas, o encadeamento de acontecimentos que têm levado à crise da democracia liberal. Mesmo autores como Laclau (2013) e Mouffe (2018), atentos às injustiças que ocorrem no plano objetivo, explicam o fenômeno político populista a partir da habilidade discursiva e da potência subjetiva dos significantes vazios mobilizados por determinadas lideranças. O que elas ignoram, contudo, é a existência de um caldo de insatisfação mais ou menos visível em relação à dinâmica que assumiu o jogo político nos regimes liberais. Mesmo sem direção clara ou liderança em condição de dirigi-lo, esse caldo já vinha dando sinais de que não poderia ser contido pelos procedimentos, espaços e atores convencionais. No Brasil, as

manifestações de junho de 2013 e depois aquelas pelo impeachment de Dilma Rousseff, permeadas por demandas contraditórias entre si e a despeito do sentido reacionário da segunda, indicavam uma revolta difusa contra uma ordem pouco responsiva e movida por interesses privados. Bolsonaro emergiu como expressão dessa indignação não só com valores, ideias e programas, mas com um sistema cego aos interesses e surdo à voz dos sem-título. Mais do que um líder moldado à imagem e semelhança daqueles atingidos pelo mal-estar com a ordem liberal e autoritário a ponto de executar a missão subversiva que lhe seria assignada, o ex-capitão aparecia como alguém capaz de dar vazão a um sentimento amplamente disseminado. Qual seja, a vontade de ter incidência efetiva sobre o poder instituído e, senão participar diretamente da tomada de decisões do Estado, ao menos contornar normas que operam como filtros à manifestação das demandas populares.

Um conjunto de elaborações mais ou menos precárias e iniciativas voltadas à ampliação da influência de pessoas comuns sobre o poder precedeu lideranças populistas e encontrou nelas possíveis vetores, instrumentos para fazer chegar certas angústias, preconceitos e também vontades aos governos. Uma via de mão dupla descreve melhor o fenômeno do que a tradicional imagem de uma política que se faz exclusivamente de cima para baixo. Como argumentam Eatwell e Goodwin (2020: 67),

As pessoas que apoiam o nacional-populismo não estão meramente protestando: elas estão endossando visões que acham atraentes. Assim, precisamos olhar mais de perto para as promessas que estão sendo feitas por esses políticos e examinar se, contrariamente à alegação popular de que se trata de uma nova forma de fascismo, o nacional-populismo luta por uma nova forma de democracia na qual os interesses e as vozes das pessoas comuns sejam muito mais proeminentes.

Quanto à prática, os contramovimentos populistas consistem numa ruptura importante com a institucionalidade das democracias liberais. Nelas, o voto constitui o mecanismo de participação fundamental. Quando havia sólidas identidades políticas e a percepção de que era possível alterar os rumos do governo pela alternância do partido no poder, repertórios de ação destituíntes pareciam comprometer a natureza universal e democrática do sufrágio. O voto era o instrumento legítimo por excelência para alterar o estado de coisas, se necessário, como mostrou Hirschmann (1983). Com o esvaziamento das identidades coletivas, da diferença entre os programas das principais forças concorrentes e, portanto, da legitimidade exclusiva do voto, sobreposto ao crescimento da insatisfação com os processos e resultados da ordem, outras formas de ação ganharam relevância. Com efeito, o repertório de ação populista não se restringe ao campo do poder instituído, como sugere parte da literatura. Fazendo eco a uma tradição importante na

esquerda de corte revolucionário, a lógica populista em curso recorre a formas de poder sobremaneira instituintes, nos termos de Castoriadis (1975). Movidos por sentimentos de medo e indignação, mas também de revolta e esperança de transformação, os populistas não se atêm aos espaços regulares da disputa eleitoral. Ao mesmo tempo em que se apoiam em formas ativas de participação extrainstitucional quando na oposição, incitam esse repertório uma vez instalados nas instâncias legislativa e executiva. Com paralelos importantes com a estratégia fascista de mobilização e ação política, os populistas recorrem incessantemente ao povo, na sua face disforme e atrasada, em oposição a interesses organizados no Estado e fora dele. A relação direta do líder com as massas consiste no critério mais conhecido para qualificar um regime populista e, de fato, a superação de intermediários é característica desses contramovimentos. Tratando-se de outro momento histórico, com peculiaridades em relação à estrutura social, ao estágio de desenvolvimento tecnológico e às demandas populares em voga, contudo, a relação entre o líder e o povo obedece a lógicas distintas e confere um papel provavelmente mais determinante para o último em comparação aos regimes antidemocráticos do século passado.

Vale registrar mais uma vez que o populismo reacionário não significa a desforra completa da democracia. Tenho tentado mostrar como seu significativo apelo popular decorre, em boa medida, das sinalizações ambíguas que ele cultiva com princípios e práticas de uma apreensão mais substantiva da democracia. Além de aprofundar algumas dimensões da representação esvaziadas pela evolução da democracia liberal, como vimos na última parte, ele alarga o repertório de participação tido como legítimo ao mesmo tempo em que reforça, ao menos retoricamente, a sua importância. As pessoas comuns são enfaticamente convidadas a participar e intervir nos assuntos públicos, tanto por meios formais quanto informais e extrainstitucionais. Não são triviais os sentidos de alguns dos slogans que embalam campanhas populistas. “Take back control” e “Make America Great Again” remetem a um passado de glórias para, na verdade, reorientar o futuro. Mas mais do que isso, eles acenam ao protagonismo popular. Não se trata apenas de delegar um poder absoluto a um representante legítimo. Trata-se de agir com e por meio deles. A participação política, para além do voto, é dimensão central da força do populismo contemporâneo perante boa parcela dos seus apoiadores de primeira hora. E ela tem se organizado em torno de dois eixos principais: as redes sociais e as manifestações de rua.

Tem-se falado muito sobre o papel das redes sociais na crise do liberalismo. Depois de um breve período de otimismo quanto às possibilidades de participação política abertas pela internet, estabeleceu-se um relativo consenso de que o universo desregulado e horizontal das novas mídias alimenta tendências regressivas. Dentre outros motivos, esse consenso responde ao fato de a extrema-direita ter tomado a dianteira no recurso aos instrumentos digitais de organização e ação política. Atenta-se pouco, porém, à dimensão participativa desse instrumento e seu potencial democrático. Conforme a internet supera barreiras físicas e cronológicas que por muito tempo justificaram o recurso ao voto e à representação, a despeito da opção elitista da tradição liberal, era quase natural que alguns atores recorressem a ela como ferramenta de participação e atestação de transparência. Mais do que simplesmente construir um aparelho diverso e pujante de informação e comunicação, a extrema-direita tornou o espaço virtual um ambiente de produção e troca de conteúdo. Ela não faz só formar e orientar sua base. As redes sociais servem também para superar intermediários, ouvir, responder e conversar com as pessoas. Além de meio de comunicação, elas são termômetro, instrumento e destino para as suas ações. Em tempos marcados por uma linha cada vez mais tênue entre o mundo real e o mundo virtual, a política parece se mover com rapidez para esse espaço. E pela sua própria natureza, ele tende a ser mais conflitivo, violento, sujeito a mentiras e fragmentado do que o espaço convencional da política. Mas também mais aberto, dinâmico e participativo.

As ruas, por outro lado, há muito deixaram de ser um espaço privilegiado da democracia liberal. Ao contrário, quanto mais distante das ruas, das fábricas, das comunidades, mais segura e imune a conflitos, interferências indesejadas e interesses parciais estaria a política. O PT, como discuti no último capítulo, ganhou pontos para sua credencial democrática quando se afastou do mundo social e do trabalho e se insulou no mundo da política. Pois ela deveria ficar devidamente confinada nos poderes instituídos, aos quais governos de turno recorreriam para assegurar a governabilidade e os melhores resultados possíveis. Quando perceberam os limites substantivos daquela ordem e sua incapacidade de interferir sobre ela, muitas pessoas acorreram às ruas como um gesto quase desesperado de manifestar sua insatisfação e seu desejo pouco elaborado de mudança. No rastro desse reflexo, partidos e movimentos reacionários, em muitos casos já estabelecidos, viram a possibilidade de vocalizar a revolta contra um sistema alienado da voz dos sem-título. Evidente no caso de Jair Bolsonaro, os populismos de direita têm acenado à mobilização e à pressão populares como recurso último para implementar suas agendas. Frente a resistências que se organizam no

centro e nas adjacências de uma noção um tanto plástica de establishment, um repertório de ação extrainstitucional aparece como alternativa às formas convencionais de ação política. Para não fazer concessões no programa radical de mudança, prefere-se o distúrbio, a instabilidade e o confronto com o poder instituído. Diferentemente da descrição predominante na literatura, segundo a qual os populistas destroem a democracia “por dentro” e agem eminentemente no plano institucional (Levitsky e Ziblatt, 2018), a disputa eleitoral é articulada com ações que correm à margem das instituições e se pautam no conflito com a ordem.

O que não implica, porém, uma ruptura aberta com expedientes da democracia liberal, como o próprio voto. Apesar dos medos reiterados com o fechamento dos regimes, com golpes de estado e a eventual intervenção de milícias ou militares, os contramovimentos populistas não têm pregado o fim de eleições, mesmo que contestem seus resultados. Para citar mais uma vez Eatwell e Goodwin (2020: 143), eles não defendem o fim das eleições e a concentração do poder nas mãos de um ditador. Em vez disso, “falam em dar mais poder ao povo” através de iniciativas de “democracia direta”. Tampouco suas bases dão sinais de desejar regimes abertamente autoritários e desprovidos de participação. Uma pesquisa recente do *Pew Research Center* citada pelos autores mostrou que a maioria dos alemães, franceses, americanos e britânicos, respectivamente 74%, 74%, 67% e 56% deles, são favoráveis a votar “diretamente sobre grandes questões nacionais para decidir o que se tornará lei”. Entre os apoiadores do populismo de direita, os números foram ainda maiores. “Embora não queiram substituir a democracia, [seus eleitores] querem ter mais voz na maneira como a sociedade é governada” (Idem).

Daqui em diante, a análise da eleição e do governo Bolsonaro se volta para essas duas dimensões da participação. Depois de ver como ele aprofunda faces da representação para definir os contornos de um povo carente de unidade em meio à ausência de conflito e reivindica a responsividade de sua representação, cabe observar como responde ao esgotamento de uma institucionalidade liberal que esvaziou os efeitos da participação. Como notou Crouch (2000) para cunhar a degeneração política do centro do capitalismo de pós-democracia, o auge da democracia liberal na Europa, durante o pós-guerra, foi marcado por envolvimento ativo dos cidadãos na política. À sensação das pessoas comuns de que eram consideradas nas decisões dos governantes se associava uma rotina de organização, constrangimento e pressão populares sobre os poderes instituídos, repertórios que também devem ser entendidos como parte da participação. E, de alguma maneira,

os populismos anunciam a volta desse tipo de participação. Sua forma e seus efeitos devem, obviamente, ser objeto de crítica e ponderação. Mas não podemos perder de vista a combinação entre autoridade, culto à personalidade e ensaios peculiares de democracia direta que promovem, mesmo que restrinjam o círculo daqueles que compõem a cidadania (Runciman, 2019: 150).

3.1. Comunicação e participação digital

A relação entre as redes sociais e a política democrática é um dos temas mais debatidos pela Ciência Política nos últimos anos. Na medida em que a transformação na maneira como nos informamos e nos comunicamos altera padrões de socialização, é natural que nos interroguemos acerca de seus efeitos sobre as instituições e o comportamento político. O advento e a popularização da internet já carregavam consigo a promessa de indivíduos mais conectados e informados. Foram as mídias sociais, contudo, que fizeram explodir as expectativas de democratização de sociedades cada vez mais atomizadas em que o debate e as decisões públicas envolviam apenas certas frações das elites. A partir do momento em que praticamente todos passaram a ter a possibilidade de se manifestar e multiplicaram-se as formas de organização de demandas e pautas coletivas, a tendência inexorável era de maior participação cidadã nos assuntos públicos. A eclosão da Primavera Árabe, seguida da ocupação multitudinária de espaços públicos em cidades como Madrid, Nova York, Istanbul e São Paulo, anunciava um novo tempo para a democracia. Intermediários dotados de maior capital econômico e cultural, além de interesses particulares, já não se faziam mais necessários para a expressão das vontades e para a ação política dos cidadãos. Mobilizações podiam ser organizadas pelas redes sociais, onde as pessoas, independentemente de sua renda ou disponibilidade de tempo, constrangimentos conhecidos para a participação, poderiam manifestar suas opiniões, assim como apoiar ou rejeitar propostas e programas.

Logo, porém, o otimismo da primeira hora deu lugar a acentuado pessimismo quanto às consequências políticas das mídias sociais. Na caça às bruxas dos responsáveis pela onda populista que perturba princípios e defensores da ordem liberal, a promoção do espaço virtual à condição de arena prioritária da disputa política tem tido lugar de honra. Apesar da ausência de preparo, compromisso com a verdade e isenção, pessoas comuns passaram a produzir informações e interpretações em grande escala e largo alcance. Movidos por inclinações ideológicas

questionáveis, boa ou má fé, vários desses indivíduos se tornaram consumidores de informação duvidosa e formadores de opinião. Com a comunicação direta e instantânea de milhões de pessoas, esvaziaram-se instituições que durante muito tempo mediaram a relação entre as massas e a realidade mais ampla do que suas experiências pessoais. Sem o filtro desempenhado pela imprensa tradicional, as pessoas ficaram vulneráveis, de um lado, a elas mesmas, seus preconceitos e seus medos e, de outro, a líderes demagogos capazes de explorar esses sentimentos e inescrupulosos a ponto de usar dados privados de forma abusiva e distorcer a realidade da maneira que mais lhes conviesse. Com efeito, boa parte do debate político dos últimos anos se voltou para o mau uso das redes sociais e o recurso a fake news por parte de líderes populistas. Plataformas como Facebook, Twitter, WhatsApp, entre outras, se tornaram grandes vilões da democracia, pois coniventes com os abusos populistas e até responsáveis pelo seu sucesso. A agenda liberal-democrática, então, incluiu como um dos seus pontos centrais a regulação desses espaços, quando não a censura do material produzido por políticos e da comunicação direta com eleitores. Tornou-se comum ver setores da imprensa e da intelectualidade reivindicando e comemorando episódios de retirada de publicações de autoridades dessas mídias e até a exclusão delas de algumas lideranças.

Frente a essa obsessão com as mídias sociais e seus efeitos supostamente nocivos para a democracia liberal, poderíamos fazer duas ponderações. Primeiro, vale questionar o quanto o uso indevido das redes, a distribuição de fake news e a suposta interferência estrangeira sobre processos eleitorais foram determinantes para os seus resultados. Enxergar aqui uma relação de causa e consequência equivale, em última instância, a supor a ausência de autonomia e discernimento de pessoas que teriam sido levadas a tomar decisões sem qualquer fundamento racional ou nas suas condições concretas. Mais do que facilmente influenciados por notícias descabidas, é como se, quando deixados à própria sorte para informar-se, os indivíduos fizessem qualquer coisa com seus votos, em que pesem suas demandas e seus interesses preexistentes. Em segundo lugar, a interpretação que associa crise da democracia e popularização das redes como espaço de debate e ação política revela uma certa nostalgia com relação a um ambiente controlado. Depois do esgotamento acelerado da esperança provocada pela emergência das novas mídias, passamos para o extremo oposto; um saudosismo em relação aos filtros representados pelas instituições e a mídia tradicionais.

A abertura à manifestação, a descentralização da produção de informação e opinião e a possibilidade de expansão dos mecanismos de participação política representados pelas redes sociais não são em si virtuosas e tampouco trazem, mecanicamente, o aprofundamento da democracia. No entanto, além de permitir maior controle e participação popular sobre os assuntos públicos, o acesso universal a esse espaço escancara as contradições de um regime que se reivindica guardião de princípios como igualdade e soberania popular. Na medida em que as pessoas se acostumam a tomar decisões de maneira imediata, como notou Mounk (2019), é natural que questionem a representatividade de um sistema em que deliberações de absoluta importância sejam definidas por outras pessoas, muitas vezes estranhas à sua realidade e alheias ao seu controle. O voto de quatro em quatro anos deixa de ser suficiente para outorgar legitimidade à representação quando aquilo que é decidido pelo parlamentar eleito poderia ser submetido a um clique na tela do celular.

Não obstante, enquanto liberais e parte da esquerda têm alertado para os riscos reais colocados pelas mídias digitais e para a importância de veículos de comunicação confiáveis, de cuja sobrevivência dependeria a democracia, a extrema-direita deu vazão à demanda de participação expressa nas redes e fincou seus dois pés no mundo virtual. Na luta contra um sistema antidemocrático, atento às demandas materiais e simbólicas das elites, os populistas de direita encontraram nas redes sociais uma reivindicação e um instrumento de participação. O primeiro porque elas expressam o que há de mais transparente na relação entre as massas e a política. E o último porque, conforme a diferença entre o online e o off-line desaparece, a organização política ganha contornos cada vez mais virtuais.

Não parece absurdo supor que o incômodo progressista com o peso da internet sobre a política se deva também à desvantagem em que ele se encontra em relação ao campo reacionário nesse plano. Presos à lógica moderna das associações e das corporações cujos laços orgânicos garantiam reunião e organização off-line, forças tradicionais de esquerda e direita resistiram e hoje penam a adentrar um ambiente marcado pela heterogeneidade, pela fragmentação, pela ausência de visões e organizações razoavelmente coesas³¹.

³¹ É verdade, porém, que ultimamente temos visto experiências bem sucedidas de uso das redes por figuras de esquerda.

A confusão, o conflito e o caráter disruptivo que marcam a interação social e a dinâmica das mídias sociais foram melhor assimiladas pelo populismo de direita. Menos comprometidos com históricas bandeiras ideológicas e interesses bem sedimentados, o espírito reacionário assumido por lideranças como Trump e Bolsonaro lhes permitiu adequarem-se a um imperativo do universo digital. Como notou Lago (2019), diferente do político moderno, apoiado em uma identidade homogênea que fosse capaz de aglutinar a maior base possível, o político de hoje pode e deve apresentar-se de forma particular a uma miríade de *constituencies*. Livre do constrangimento de um tempo e um espaço restrito de comunicação e, sobretudo, do alcance indiscriminado da televisão e do rádio, as mídias sociais oferecem a possibilidade de vínculos específicos com grupos distintos. Diversas pautas e demandas podem ser reivindicadas, mesmo que contraditórias entre si. A natureza fragmentária do ambiente digital foi compreendida e explorada pelo populismo de direita, cujo caráter vago de suas identidades e seus programas – cruciais para configurar identidades políticas mais amplas – serviu também para articular grupos formados e bem instalados no mundo online em torno de um líder que, por sua vez, se torna também significativo vazio.

Ademais, a ideologia tênue dos movimentos populistas os torna capazes de absorver demandas que evoluem ao longo do tempo. Eles não são expressão apenas de uma revolta instituinte e carregam demandas mais ou menos objetivas, como dito acima. Porém, seus programas são suficientemente abertos e flexíveis para atender o que setores da sociedade reivindicam circunstancialmente. Como mostrou Empoli (2020), esses partidos e lideranças não se atêm a uma agenda estanque e rigidamente ordenada do ponto de vista ideológico ou dos interesses de determinadas frações de classe. À imagem do que foi Mussolini, eles estariam para as massas mais como retaguarda do que como vanguarda. A comunicação pelas redes sociais é fundamental para adequar o discurso e a prática política ao que se espera deles.

Voltando a Bolsonaro, a partir de 2014 ele se torna um ótimo modelo de político forjado nas redes e a partir da interface com variados grupos. Na medida em que se apresenta a cada um deles como portador de seus anseios, ele os aglutina em torno de um movimento capaz de fazer a disputa hegemônica e alcançar espaços do poder instituído. Para isso, no entanto, foi preciso recorrer ao confronto e à polêmica para ser ouvido e ganhar referência num ambiente marcado pela competição feroz por audiência. O humor ácido e discriminatório, a indignação raivosa e autoritária, enfim, o recurso constante ao inesperado e ao descabido foram táticas encontradas por

lideranças de extrema-direita para ganhar a atenção em meio ao debate confuso que atravessa o universo digital. Ao que se somou a ênfase na polarização e no conflito, imprescindível para conformar uma identidade que articula interesses e subjetividades heterogêneas entre si, mas também para manter a base atenta às ameaças e engajada na luta a ser travada. A mobilização da base formada nas redes, afinal, é imprescindível para a força do líder e para a própria relação de representação que se estabelece entre ele e os grupos e indivíduos ativos nas mídias sociais. O que se preserva, pela natureza do mundo online, com base na violência, na polêmica e na alteridade.

David Runciman (2019), como boa parte dos analistas, atribui peso fundamental ao advento das mídias sociais para a compreensão do momento político presente e sua instabilidade. Segundo ele, o fato de a disputa política ter migrado, em grande parte, da imprensa tradicional, dos espaços partidários e das instituições em geral para as redes virtuais nos aproxima, pelo menos em um aspecto, da democracia antiga. O fim dos filtros que se interpunham entre governantes e cidadãos, assim como entre os indivíduos em si, tem paralelos importantes com a participação direta dos cidadãos nos assuntos públicos. Contudo, observaríamos nos dias que correm um nível muito maior de conflito do que aquele observado em Atenas, na medida em que as interações pessoais na assembleia presencial estimulariam a empatia e atenuariam divergências. Presos ao mundo virtual, indivíduos isolados frente às telas de seus celulares e computadores, por outro lado, se alimentariam de sentimentos como a inveja e o ódio e deixariam espaço apenas para a diferença. Bom ou ruim para a vida em sociedade, a verdade é que a política tem caminhado a passos largos rumo ao mundo online. E assim como tem feito com as relações pessoais e econômicas, ele tem transformado significativamente as relações entre governantes e governados. Conforme as instituições de mediação perdem relevância ou se adequam à nova realidade, o contato com o povo se faz prioritariamente pelas redes sociais – de maneira direta e interativa. Diferentemente de canais convencionais de comunicação como a televisão e o rádio, os cidadãos têm nas mídias digitais acesso imediato aos seus representantes. O que reconfigura os termos dessa relação e os imperativos aos quais os políticos devem obedecer. A ampliação das possibilidades e meios de participação faz com que partidos, candidatos, parlamentares e governantes tenham que se reportar e levar em conta as opiniões manifestadas nas redes. Mais do que isso, elas se tornam um termômetro e um meio para sua ação.

Miguel Lago (2019) sugere que Bolsonaro seria o primeiro chefe de Estado integralmente forjado e adaptado ao conceito de Floridi (2014) de hiper-história, uma época em que os acontecimentos se subordinam, assim como a organização e a comunicação política, à dinâmica virtual. As contradições do capitalismo na vida das pessoas e várias de suas possibilidades de organização e luta ainda sugerem alguma importância para o plano off-line de formação de preferências e instrumentos de reivindicação. No entanto, não se pode negar que o que ocorre nas mídias sociais é cada vez mais central para compreender as escolhas das forças políticas e dos governos nos dias que correm. Jair Bolsonaro seria, assim, uma ilustração bem acabada de uma estratégia política que vê no mundo virtual um espaço prioritário de comunicação e de reivindicação da natureza participativa de seu projeto – à qual se imbrica sua face conflitiva. A necessidade constante de aprofundar a capilarização digital e manter essa base mobilizada e ativa orienta, afinal, parte substancial de suas escolhas.

3.1.1. Bolsonaro e a hiperpolítica

A relação íntima entre Jair Bolsonaro e as redes sociais precede, em muito, seu mandato presidencial. Durante a campanha, já ficara evidente a prioridade que o então candidato daria ao ambiente virtual em detrimento de espaços convencionais e ainda valorizados por concorrentes e analistas políticos em 2018. A própria escolha do partido pelo qual se lançaria é reveladora. Tendo a opção de concorrer por um partido relativamente grande, com maiores recursos, estrutura, alcance regional e números de representantes eleitos, Bolsonaro escolheu o nanico e desconhecido PSL. A opção obedecia à estratégia de evitar a associação de sua imagem com um partido envolvido em escândalos recentes de corrupção e de reivindicar a natureza antipartido e anti-sistema de sua candidatura. Mas revelava também a confiança do candidato no potencial eleitoral da internet como espaço privilegiado de campanha. Contrariando cientistas políticos e a convicção difundida entre os atores de que o tempo de televisão, atribuído a cada campanha de acordo com a representatividade dos partidos da coalizão no Câmara dos Deputados, consistia em variável crucial para o sucesso eleitoral, Bolsonaro preferiu um partido com alguns segundos na propaganda eleitoral gratuita e depositou toda sua energia nas redes sociais. A aposta deu resultado. Ele liderou a corrida de ponta a ponta - desconsiderando as pesquisas de intenção de voto que ainda incluíam Lula entre os candidatos -, antes de alcançar quase 50% dos votos válidos no

primeiro turno. Repetidas vezes, o ex-capitão atribuiu a sua vitória ao filho Carlos Bolsonaro, responsável pela gestão das suas páginas na internet. E como notou Nicolau (2020: 89), ao longo do último mandato como deputado federal,

Bolsonaro se transformou no político brasileiro com maior influência nas redes sociais. Em 2014 ele tinha apenas 68 mil seguidores no Twitter; três anos depois, esse número já havia subido para 376 mil. No Facebook, em 2017 ele atingiu 4,2 milhões de seguidores, muito à frente de outros políticos (Lula tinha 2,9 milhões).

Centrais para a projeção política de Bolsonaro antes do pleito e decisivas para a relação do então candidato com os potenciais eleitores, suas redes sociais não seguiram o padrão de comunicação de um postulante à presidência da república. Ao invés de espaços formais de divulgação de ideias, projetos, realizações e programas, suas páginas tinham uma aparência informal e mesmo amadora. Mais próximas das estéticas populares das redes do que do ar austero esperado para uma liderança nacional, elas recorriam a memes e piadas de humor duvidoso, a textos de pouca sofisticação e jargões próprios do jovem universo digital. O exemplo mais claro talvez seja a edição de vídeos em que Bolsonaro, depois de falas de corte radical e polêmico, recebe um par de óculos escuros ao som de uma música norte-americana cujo refrão diz *turn down for what?* - algo como; “pegar leve para quê?”.

Com efeito, a intenção evidente era aproximar a imagem e os códigos de comunicação do candidato àqueles dos usuários ordinários das redes. Não por acaso, dois dos principais responsáveis por gerir as páginas e produzir o material publicado nelas foram recrutados depois de se projetarem com páginas virtuais de humor, com estética jovem e despojada, elogiosas ao ex-capitão. Esses dois jovens passariam depois a compor o chamado “gabinete do ódio” do Palácio do Planalto. Pois além do espírito informal e bem humorado, as redes de Bolsonaro sempre foram e continuaram, durante o governo, marcadas por forte carga de confronto ideológico e ataques a desafetos. Foi assim que ele galgou expressão no ambiente virtual, conformou uma base relativamente ampla e heterogênea de apoiadores e a manteve mobilizada. Não há tema que as redes de Bolsonaro abordem sem que haja uma polarização possível e um inimigo como alvo.

Além de instrumento prioritário para alcançar constantemente um número significativo de eleitores, o uso prioritário das redes sociais por Bolsonaro ainda lhe serviu de sinal do caráter democrático, pois participativo, de sua campanha. A partir de pesquisa com simpatizantes bolsonaristas durante o período eleitoral, Pinheiro-Machado (2019: 121) notou um engajamento

online significativo por parte deles numa espécie de movimento orgânico que fazia com que as pessoas se sentissem parte do projeto. Segundo ela, “muitos eleitores mencionaram que era a primeira vez que amavam a política, que se sentiam genuinamente parte de uma campanha”. Chamou a atenção de Machado o fato de os apoiadores valorizarem as intervenções esporádicas e pontuais de Bolsonaro nos grupos em que se organizava a militância. Em alguns deles, o candidato apareceria para dizer algo como “Oi, pessoal”. O bastante para produzir uma sensação de proximidade e envolvimento, inédito tratando-se de uma campanha presidencial. Uma eleitora chegou a dizer que Bolsonaro sabia quem era ela. Outro disse que pela primeira vez teria visto pessoas fazendo campanha “por fé, amor e não em troca de dinheiro ou medo de perder o Bolsa Família” (Idem: 122). As redes sociais parecem recuperar o que outrora desempenhavam as associações, as igrejas, os sindicatos no que concerne ao sentimento de pertencimento, o vínculo entre as pessoas e a política.

O uso ostensivo das redes sociais não foi meramente parte da estratégia de campanha de Bolsonaro, no entanto. A prioridade do ambiente digital para a comunicação e a ação do ex-capitão continuou presente uma vez empossado como presidente da república. Seguidas pesquisas mostraram o alcance e a popularidade de suas páginas e suas publicações nas redes. Em fevereiro de 2020, um levantamento indicava que Bolsonaro era o terceiro chefe de governo mais popular do mundo no ambiente virtual, atrás apenas de Donald Trump e Narendra Modi³². No Brasil, ele aparecia bem à frente de rivais em rankings que medem o número de seguidores, interações, compartilhamentos e comentários positivos nas redes sociais³³. Embora haja indícios importantes de que parte desse engajamento fosse artificial, pois produzido por robôs, é inegável a ascendência do presidente nesse ambiente e a atenção que seu grupo e ele próprio dedicam às redes. Não é segredo para ninguém que o governo tinha como parâmetro para suas ações a temperatura do mundo virtual e a interação com seu núcleo duro de apoiadores.

Aqui é importante uma pequena digressão. A regra nas democracias liberais nas últimas décadas, normalizada e valorizada pelo *mainstream* da Ciência Política, sugeria chefes de poderes executivos que, mesmo depois de campanhas marcadas pelo confronto programático, governassem

³² Ver <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-e-o-terceiro-chefe-de-governo-mais-popular-do-mundo-nas-redes-sociais,70003192720>. Acesso em 8 de abril de 2021.

³³ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/12/bolsonaro-lidera-com-folga-popularidade-digital-em-2020-seguido-por-huck-e-lula-doria-e-8o.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

por meio de mediações e convergissem para o centro do espectro ideológico. Eleitos por uma fração do eleitorado, mesmo que majoritária entre os votantes, líderes costumavam governar, ao menos retoricamente, para todos. Os populistas de nossa época, porém, quebraram essa regra. A despeito das expectativas de moderação, de tutela por parte das elites e do imperativo da razão política e econômica, ao fim e ao cabo governos como o de Bolsonaro seguiram uma lógica de conflito ao optarem por governar para apenas uma parte da sociedade. E por incrível que pareça, para a parte mais radical de sua base. Considerando que é nas redes sociais que esses apoiadores se reconhecem, se organizam e atuam num movimento mais ou menos coeso de combate a ideias, grupos e indivíduos dos quais discordam, é voltado para esse mesmo ambiente que líderes como Bolsonaro buscam o apoio que julgam necessário para empreender seus programas.

A realização das lives semanais não corresponde simplesmente a um esforço de comunicação corriqueiro do presidente, em que medidas do governo são anunciadas e seus simpatizantes devidamente informados. A iniciativa se insere numa estratégia mais ampla de aproximar o representante dos representados, prestar contas a respeito dos compromissos assumidos antes da eleição e também evocar a natureza participativa, permeável às opiniões e impressões dos cidadãos, do governo. Num espaço em que se sente à vontade, em que se dirige aos mais fiéis apoiadores e pelo qual preza - as transmissões são realizadas rigorosamente às 19h de todas as quintas-feiras, independente da agenda presidencial -, Bolsonaro se coloca à escuta e a serviço de sua base. Na primeira transmissão, em 7 de março de 2019, ele disse que pretendia fazer uma live todas às quintas para tratar de “temas da semana e dúvidas que vocês deixam nos comentários (...), dar resposta à demanda de todos vocês e buscar soluções [e que gostaria muito que todos] apresentassem propostas e ideias para melhorar a vida da população”. Mais adiante, o porta-voz da presidência lê perguntas encaminhadas por internautas que acompanhavam a transmissão. Aparentemente de improviso, Bolsonaro reage: “para responder agora? Respondo agora”. Ao final da transmissão, o presidente acrescentou: “se tiverem dúvidas para ministros, podem mandar que podemos ter ministros ao nosso lado”.

O grande mérito das redes sociais, na visão dos movimentos populistas de direita, é a possibilidade que oferecem a representantes e representados de contornar a intermediação de organizações de mídia dotadas de seus próprios interesses. Com efeito, os veículos tradicionais de imprensa correspondem a um dos alvos preferidos de líderes como Bolsonaro. São diversos os episódios que

ilustram a relação tensa entre o presidente e alguns dos maiores grupos de comunicação do país – com algumas exceções³⁴. Ao mesmo tempo em que fustiga empresas como a Globo e a Folha de S.Paulo, ele afaga meios alternativos e de grande alcance popular, notadamente a Record e o SBT. De toda forma, a obsessão do ex-capitão em criticar e se mostrar injustiçado pela cobertura jornalística da grande imprensa lhe presta alguns serviços. Primeiro, ele se mostra vítima, ao lado de todos aqueles que o apoiam, de um establishment político e cultural ao qual as empresas de comunicação se vinculam e que humilham os costumes e princípios do sujeito comum. Segundo, os ataques incessantes permitem ao presidente escapar das críticas e das denúncias que recebe desses mesmos veículos. Por fim, o questionamento das motivações que levam a imprensa tradicional a atacar o seu governo permite a Bolsonaro reivindicar o papel das mídias sociais como meio prioritário de comunicação. Não somente pela qualidade da informação, presumivelmente mais afinada à verdade e desprovida de interesses escusos, mas pelo caráter direto e democrático do espaço virtual. O que fica claro em uma série de *tweets* publicada em 11 de maio de 2019:

Infelizmente, temos que passar grande parte do tempo desmentindo invenções que parte da mídia e a oposição fazem para desestabilizar o atual governo. (...)

Hoje, graças a Deus, temos a internet, que possibilitou que a população pudesse observar mais de perto e ter maior influência nas decisões, como sempre deveria ter sido. (...)

Por isso precisamos cada vez mais que todos vocês estejam incluídos nesse processo, cobrando, inclusive, do governo. Queremos reproduzir os valores da população brasileira e resgatar nossa identidade como nação. Só assim, juntos, conseguiremos mudar de vez o futuro do Brasil!

Por isso também ressalto a necessidade de garantir a liberdade nessa importante ferramenta que é a internet, para que nunca mais a população seja afastada do que acontece no cenário político brasileiro e outras liberdades sejam atacadas às sombras. Boa tarde a todos!

As redes sociais e o universo a ela contíguo, que envolve blogs, pequenos sites e canais no youtube, recuperam, em alguma medida, o papel que desempenhavam os jornais ligados aos partidos de massa do século passado. Aquilo que Manin (1997) chamou de imprensa de partido e que contribuía para uma politização maior da sociedade, cujas identidades políticas correspondiam a uma organização mais sistemática de certas visões de mundo a partir da difusão de informações alinhadas a ela, praticamente desapareceu com o enfraquecimento dos laços entre os cidadãos e os partidos. A grande imprensa que ocupou o seu lugar apoia sua credibilidade na pretensa isenção

³⁴ Balanço da organização Repórter Sem Fronteiras mostrou, que o presidente e pessoas de seu entorno promoveram 580 ofensas a profissionais e empresas de comunicação apenas em 2020. Só o presidente dirigiu, diretamente, 103 ataques. Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/relatorio-aponta-que-familia-bolsonaro-lidera-ranking-de-ataque-a-imprensa-em-2020.shtml>. Acesso em 8 de abril 2021.

política na cobertura dos acontecimentos. Qualquer tendência ou laço com uma força político-ideológica passou a ser motivo de questionamento e crítica aos veículos de comunicação. Hoje, porém, enquanto eles ainda se agarram à imparcialidade para reivindicar seu valor, são atropelados, por um lado, por uma constelação de veículos engajados politicamente e, por outro, pela circulação de informação e opinião nas redes sociais. Se aqui não vemos a coerência ideológica presente nos jornais partidários de meados do século passado, encontramos um renovado canal de comunicação politizado e direto entre governantes e governados. A polarização que hoje muitos lamentam na retórica das lideranças corresponde à própria natureza dos canais de comunicação usados e da forma com que as pessoas passaram a se informar. Conforme a televisão e o jornal impresso perdem relevância em relação aos grupos de Whatsapp e ao *feed* do Twitter e do Instagram, já não convém a uma força política pretender falar para todos simultaneamente. Frente a um público fragmentado, a mensagem política é recortada e direcionada.

Outra diferença das redes sociais em relação à mídia partidária do século passado, porém, tem relevância para a compreensão do seu uso e do seu efeito. Diferentemente do jornal impresso, do rádio e da televisão, a comunicação mediada pela internet ocorre em ambas as direções. Não é apenas o partido, o chefe de Estado, o especialista e o repórter que se dirigem ao cidadão comum. O último também interpela os primeiros, de maneira que a comunicação ocorre em via de mão dupla. O resultado disso, para além dos efeitos que decorrem da interação direta entre pessoas outrora incapazes de dialogar, é que representantes se veem constrangidos e estimulados a prestar contas aos eleitores, recorrer às redes para ampliar e organizar sua base e receber sugestões e demandas específicas. Na medida em que o eleito fica mais exposto ao controle dos eleitores, seu mandato tende a ganhar contornos mais participativos. Pelo menos para alguns. Como é o caso de Bolsonaro, que reconhece o potencial democrático das redes sociais e reivindica explorá-lo. No seu discurso de diplomação, de 10 de dezembro de 2018, ele defendeu o uso ostensivo das mídias sociais e a ausência de controle sobre elas: “Vivemos um novo tempo. As eleições de outubro revelaram uma realidade distinta das práticas do passado. O poder popular não precisa mais de intermediação. As novas tecnologias permitiram uma relação direta entre o eleitor e seus representantes”.

Em diversas ocasiões, as redes e a interação entre os cidadãos e as páginas oficiais do presidente serviram para justificar decisões do governo. Nas lives das quintas, não foram poucas as vezes em

que Bolsonaro leu comentários de apoiadores em suas páginas na internet. Em 18 de julho de 2019, disse que daria a missão de ler os mais de 10 mil comentários que havia recebido a um assessor, pois “nosso objetivo é servir vocês. Respeitamos as instituições, mas compromisso nosso é atender a população”. Em meio à discussão sobre o pacote anticrime aprovado no Congresso com críticas de seus apoiadores, o presidente alegou, em live de 12 de dezembro, que iria “acompanhar os comentários para ver o que o povo acha”.

A participação popular pelas redes também encontra no governo respostas um tanto quanto singelas. Enquete publicada no mesmo 12 de dezembro de 2019 na página do Twitter do presidente consultava a opinião de seus seguidores sobre a volta dos radares móveis nas estradas, decretada pelo poder judiciário em contraponto a decisão do governo federal. Com evidente sentido retórico, a enquete não deixa de ser um instrumento relevante para entender a postura de um presidente da república que, em 27 de julho do mesmo ano, afirmava em tweet:

Após ler em meu Face o apelo do leitor Vennicios M. Teles pedindo para baixar impostos sobre jogos eletrônicos, resolvi consultar nossa equipe econômica. Atualmente o IPI varia entre 20 e 50%. Ultimamos estudos para baixá-los. O Brasil é o segundo mercado no mundo nesse setor.

A permeabilidade de governantes a uma opinião pública exprimida por meio das mídias sociais pode decorrer de mera demagogia. Interesses fortemente organizados das elites, a despeito de divergências entre algumas de suas frações e do discurso antiestablishment do populismo de direita, continuam informando boa parte dos governos iliberais. Entretanto, a disseminação de um novo modo de comunicação tem resultados nada desprezíveis sobre a representação e a participação política. Enquanto o controle popular sobre o governo ganha outros instrumentos e outra escala de intensidade, forçando algum tipo de prestação de contas, a participação direta dos governados, agora tecnicamente viável e embora difusa, se torna um imperativo. Aferi-lo em termos quantitativos exige uma análise mais profunda e de mais longo prazo. O que podemos observar, por enquanto, é o crescimento, por parte da população, da sensação de que as novas tecnologias de comunicação incrementam os meios de controle dos governantes e de participação da cidadania nos assuntos públicos, como sugere Empoli (2020) e algumas pesquisas de opinião. Uma delas, realizada pelo instituto Datafolha em dezembro de 2019 aponta para essa direção. 77% dos quase 3.000 brasileiros entrevistados disseram que as redes sociais ajudam a dar voz a grupos normalmente preteridos pela sociedade – porcentagem que sobe para 86% entre os jovens de 16 a 24 anos. 53% da amostra ainda disseram considerar as redes importantes meios para fazer com

que os políticos estejam atentos às discussões sociais e 48% consideram que elas são importantes para criar movimentos que podem agir diretamente na sociedade. Quanto à capacidade de influenciar as decisões dos políticos por meio delas, 43% concordaram com a afirmação. Entre os eleitores que tinham o PSL, então partido de Jair Bolsonaro, como agremiação de preferência, o índice passava para 53%³⁵.

É cada vez mais aceito o argumento de que o desenvolvimento tecnológico tem alterado a prática e as instituições políticas. O aumento da velocidade, da intensidade e da variedade dos meios com que as pessoas se comunicam entre si é algo sem volta, que traz consigo uma série de efeitos nocivos, mas também mudanças que devem ser compreendidas. Lamentar o mau uso dessas redes e os retrocessos que elas podem acarretar não altera a tendência de maior engajamento político e participação popular que elas inauguraram. O uso disseminado das mídias sociais torna as pessoas mais isoladas e mais conectadas ao mesmo tempo. Se, de um lado, elas passam mais tempo sozinhas em frente ao computador e ao celular, boa parte desse tempo é gasto em interações com outras pessoas e na conformação de grupos de afinidade. Em alguma medida e ao mesmo tempo, a internet aprofunda e ameniza o processo de atomização social provocado pela fase mais recente do capitalismo. Dessa maneira, ela acaba por associar indivíduos antes desconhecidos, atribui-lhes identidades coletivas mais ou menos sobrepostas e lhes permite participar do debate público. Guardadas as devidas proporções, as mídias sociais recuperam a proximidade, ou ao menos o canal, que antes vinculava representantes ligados a associações, partidos e sindicatos e seus eleitores. Provavelmente, a qualidade dessa relação não é a mesma de outrora, mas sua existência supõe algum nível de controle e participação que a pós-democracia extinguiu. O voto continua sendo a principal forma de delegação do poder. O caráter pontual dessa autorização, reforçado pela extinção dos laços orgânicos entre os governantes e sua base, no entanto, tem sido relativizado pelos meios ofertados pela tecnologia. Antes de avaliar seus limites e as possíveis contradições em relação a uma política substantivamente democrática, cumpre reconhecer que ela retira o cidadão de uma condição de mera passividade.

Quem fez isso em primeiro lugar foi a extrema-direita. No mundo virtual, diferentes expressões do populismo reacionário viram a possibilidade de criar laços e trazer para sua esfera de influência

35 Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/para-evitar-brigas-51-desistiram-de-comentario-de-politica-no-whatsapp-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

boa parte daqueles que manifestavam nas redes seu descontentamento com a combinação de pós-democracia e neoliberalismo, como notou Empoli (2020). No caso brasileiro, o filme “Intervenção: amor não quer dizer grande coisa” de Thales AbSaber, já citado, é uma boa amostra da capacidade encontrada na internet para reunir pessoas isoladas, ressentidas com o estado e o rumo das coisas, e a fertilidade de um programa de transformação sobre elas. A ausência de espaços reais de organização foi resolvida, em parte e apesar de todos os seus limites, com a prioridade dada ao mundo virtual como ambiente central de comunicação e mobilização. O caráter interativo desses espaços respondia tanto à necessidade de pertencimento que esses indivíduos sentiam como ao imperativo da participação de um movimento de reação ao insulamento do Estado e da política em círculos da elite.

3.2. Um populismo extrainstitucional

A maior parte da literatura sobre a crise da democracia liberal lamenta, como uma de suas principais causas, o esvaziamento dos partidos políticos como instituições capazes de mediar as relações entre o Estado e sociedade civil. Nos últimos anos, reiteradas pesquisas de opinião, reunidas por autores como Eatwell e Goodwin (2020), mas também por Castells (2018)³⁶, dentre outros, têm mostrado a queda brutal da confiança dos eleitores nos partidos ao redor do mundo. Em meio ao mal-estar com o liberalismo e o sistema político como um todo, nenhuma outra instituição tem seu prestígio tão comprometido como eles. Entre as ilustrações mais tangíveis do fenômeno, costuma-se elencar decrescentes taxas de filiação partidária e de comparecimento às urnas. Poderíamos acrescentar o esforço notável e disseminado de renovar a imagem e a estrutura dessas organizações e as iniciativas que surgem como alternativa à política partidária. Entre elas, destacam-se movimentos cívicos que rejeitam o rótulo de partido e lançam candidatos para eleições proporcionais e majoritárias, muitas vezes com formatos, nomes e dinâmicas organizativas originais³⁷. Mas a principal resposta à crise dos partidos e ao esgotamento da

³⁶ Ver material de apoio reunido pelo autor sobre a confiança decrescente nas instituições políticas em cidadãos de diferentes países ao longo dos anos 2000 e 2010 em

https://www.companhiadasletras.com.br/docs/material_de_apoio_ruptura.pdf. Acesso em 8 de abril de 2021.

³⁷ Exemplos disso podem ser vistos na eleição de Emmanuel Macron, na França, sob a bandeira de um movimento estranho aos partidos tradicionais e na ascensão de movimentos alternativos às instâncias partidárias nos EUA, como o Tea Party e aquele dos chamados socialistas democratas. No Brasil, ilustra esse fenômeno a disseminação de candidaturas coletivas a mandatos legislativos em fins dos anos 2010.

intermediação realizada por eles entre as pessoas e o poder do Estado consiste, decididamente, no sucesso dos movimentos populistas.

Na medida em que os partidos foram se tornando o que autores como Peter Mair (1997) chamaram de partidos catch-all e depois partidos-cartel, sua relação privilegiada com o Estado em detrimento de seus eleitores foi ganhando contornos nítidos. Paulatinamente, passaram a ser percebidos como corporações alheias às vontades do povo e comprometidas, antes de mais nada, com interesses particulares e à agenda das classes dominantes. Frente a isso, a alternativa encarnada pelos populistas não se atém a uma promessa de representação genuína. A própria possibilidade de uma mediação legítima, atenta a uma pluralidade crescente de demandas e livre da cooptação de um sistema corrupto, parecia improvável. Cumpriria que o povo, os sem-título, tomassem o poder em suas próprias mãos, por meio do controle de governantes comprometidos com mandatos de sentido claro. Líderes populistas defenderam, via de regra, maior participação e influência popular sobre governos e os sistemas políticos como um todo. As mídias sociais preenchem esse papel, mas não eram suficientes e tampouco a única resposta à necessidade de lidar com o poder instituído e submetê-lo às expectativas das pessoas comuns. Além de contornar a mediação entre políticos e eleitores no plano da comunicação, era preciso contorna-la no plano da ação.

A práxis populista não obedeceria, então, ao padrão dos regimes liberais. Em oposição ao confinamento da política na esfera das instituições, ela colocaria as pessoas no centro do palco. No caso de Bolsonaro, isso foi feito de duas maneiras principais, para além do recurso ao mundo virtual. De um lado, o ex-capitão promoveria uma ruptura na tradição brasileira do chamado “toma lá dá cá”. Ao invés de recorrer a uma ampla coalizão pluripartidária, marcada pela presença de diversos partidos na base do governo em troca do controle de partes da máquina pública, seu governo se sustentaria na relação direta com forças sociais – representadas ou não no Congresso. Contando com o apoio das pessoas comuns à agenda do governo, parlamentares seriam constrangidos a aceita-la, caso contrário seriam alvos de pressão popular. Pois além da mobilização digital dos apoiadores, o governo recorreria, por outro lado, à manifestações de rua. Para superar entraves do sistema, o povo seria chamado a participar diretamente.

3.2.1. Por outra governabilidade

O Congresso sempre simbolizou o que de pior havia na política brasileira para Bolsonaro. Em entrevista que se tornaria famosa, em 1999, o então deputado afirmou que, caso fosse eleito presidente, daria um autogolpe no dia da posse. Sem nenhum pudor, disse que fecharia o Congresso e tinha “certeza de que pelo menos 90% da população ia fazer festa e bater palma”. Em seguida, compartilhou uma opinião que o acompanharia por muito tempo e que ainda ecoa na estratégia que escolheu para a campanha e na forma como decidiu governar:

Através do voto você não vai mudar nada neste país (...) você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil. Começando pelo FHC (...) Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem.

Naquele momento, Jair Bolsonaro era um rele representante de uma nostalgia autoritária em relação ao regime militar, que contava com um número de adeptos suficiente para eleger alguns deputados, não muito mais que isso. Quando ele é eleito presidente, o fechamento do Congresso não seria aprovado por 90% dos brasileiros, nem sequer pelos mais de 40 milhões que o elegeram. O que não significa dizer que o poder legislativo contasse com a confiança da população, pelo contrário. Se ao poder executivo, notadamente ao presidente, seguiu-se atribuindo os méritos e a culpa pelas vicissitudes do poder, o legislativo foi se tornando o símbolo máximo de um sistema corrupto. Além de um espaço conduzido pelos desgastados partidos, o Congresso foi associado a um tipo de governabilidade apoiado no que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão. Em outras palavras, a relação entre executivo e legislativo que permitiu a sucessivos governos manterem uma base estável no Senado e na Câmara estava pautada numa ampla aliança de partidos. Considerando a evidente heterogeneidade ideológica entre eles, a aliança se sustentava – sem que fosse segredo para ninguém e sequer motivo de constrangimento - na partilha da gestão e da máquina do Estado. Elogiada por cientistas políticos, que viam no modelo a viabilidade improvável de um sistema presidencialista combinado com sistema eleitoral proporcional e alto número de partidos no parlamento (Limongi e Figueiredo, 1998), a fórmula era defendida também pelos atores, que para isso recorriam aos valores do consenso e da acomodação de interesses divergentes. Moderação, estabilidade e eficácia eram qualidades de uma governabilidade que escondia os conflitos sociais subjacentes à agenda do Estado ao absorvê-los para dentro das instituições. Uma governabilidade, porém, que estava condicionada a uma disputa de baixa intensidade, nas palavras de Luis Felipe Miguel (2019). Conforme os recursos barganhados

ficassem mais escassos e o conflito distributivo se acirrasse, seria difícil manter a civilidade do pacto. O que de fato ocorreu e coincidiu com a eclosão de um amplo esquema de corrupção que atravessava partidos e escancarava um dos pilares fundamentais da governabilidade: a partilha não só de cargos e instituições, mas de recursos públicos a serem desviados.

Com o prestígio dos partidos, dos políticos e do Congresso rastejando junto à impressão disseminada de que o modus operandi do poder exigia a exclusão do povo, de um lado, e acordos escusos, de outro, uma alternativa se fazia desejada. As condições estavam dadas para que um postulante à presidência clamasse a urgência de uma nova forma de governo, em que o poder não fosse chantageado por interesses mesquinhos de uma classe política execrada. Foi nesse contexto que Bolsonaro recuperou a radicalidade e o moralismo que já lhe eram típicos para reivindicar uma presidência que não fosse pautada no “toma lá dá cá”, mas independente dos constrangimentos e das exigências privadas de partidos e parlamentares. Durante a campanha, a ênfase no tema foi marcante. Em diversas entrevistas ao longo de 2018 e já depois de eleito, ele afirmou que sua medida mais importante seria a “isenção para entrar em campo” – como fez em tweet de 5 de abril de 2018, referindo-se à possibilidade de indicar ministros e tomar decisões independentemente de negociações com outras forças. Conforme o Congresso representava o que havia de pior no sistema, cumpria governar em detrimento dele. Seus ministros seriam indicados pelo próprio presidente, de acordo com a convergência de ideias e sua qualificação. Num governo que colocava o país acima dos partidos, não haveria espaço para eles. Assim como ocorreu com a grande imprensa, graças ao advento das mídias sociais, os partidos deixariam de intermediar a relação entre as pessoas e o poder. A autoridade atribuída ao executivo e o mandato que lhe fora assignado não poderiam ficar a reboque de conchavos capitaneados pelos habilidosos negociadores do parlamento.

Com efeito, boa parte dos anúncios não se ateve ao plano da retórica. A despeito das desconfianças de que uma vez empossado o presidente cederia a pressões e faria as concessões tidas como necessárias para uma relação saudável com o poder legislativo, Bolsonaro não fez nenhum esforço em costurar uma coalizão, formal ou informal, que lhe desse sustentação. Com pouco mais de 50 deputados eleitos pelo seu partido, número significativo na legislatura mais fragmentada da história recente mas insuficiente para configurar uma base de respeito, ele não fez aproximações consequentes com lideranças partidárias para garantir um ambiente favorável no Congresso. A

esplanada dos ministérios não foi preenchida, como nas gestões anteriores, a partir de ampla articulação com as forças partidárias. As escolhas dos ministros partiram da preferência do próprio presidente e do seu círculo mais próximo. Mesmo os ministros provenientes de outros partidos, como era o caso de Onix Lorenzoni, Luiz Henrique Mandetta e Teresa Cristina, do DEM, não foram nomeados em função de negociações com seus respectivos dirigentes e acertos prévios por apoio legislativo. Mais significativa ainda foi a ocupação de 7 das 22 pastas ministeriais por militares, tanto da ativa quanto da reserva, no início do mandato. Se Bolsonaro não fechava o Congresso, ele ignorava seus atores mais importantes.

A relação entre os poderes executivo e legislativo não cessaria, porém. Se os termos mudavam, os atores privilegiados dessa interlocução também. Saíam de cena os partidos e seus respectivos quadros e entravam as chamadas bancadas temáticas, como aquelas da agricultura, da segurança pública e evangélica. No início do governo, o bolsonarismo tinha preferência explícita em apoiar-se nelas, em detrimento dos partidos. Ao passo que os últimos foram esvaziados de suas relações com as pessoas comuns e associados à politicagem mais abjeta, as bancadas, além de representarem grupos expressivos e interesses caros à sustentação de uma gestão conservadora, simbolizariam o mundo real, feito de pessoas, valores e demandas legítimas - em oposição a partidos preocupados apenas com seus interesses fisiológicos. Não é por acaso, portanto, que Bolsonaro reivindicava a relação privilegiada com esses grupos e sua influência sobre suas escolhas ministeriais.

Em entrevista de 10 de novembro de 2018, ainda como presidente eleito, Bolsonaro referia-se à nomeação da deputada Tereza Cristina para o Ministério da Agricultura dizendo que “pela primeira vez a bancada da agricultura e da agricultura familiar indicou um ministro. Antes [a indicação] era de partido”. Quinze dias depois, em trecho de entrevista coletiva publicado na sua página do Twitter, ele respondia de forma assertiva a pergunta que insinuava a predominância do DEM entre seus ministros em prejuízo do PSL:

Quem indicou a sra. Tereza Cristina, do DEM, foi a bancada ruralista - mais de 200 deputados e senadores. Quem indicou o Mandetta, além de outras instituições, foi a bancada da saúde da Câmara. Por coincidência é do DEM, se fosse do PSDB, teria sido acolhido por mim da mesma maneira.

A demonstração mais clara da influência de uma bancada temática para a formação do governo, contudo, foi dada pelo veto do grupo evangélico no Congresso à nomeação de Mozart Neves

Ramos como ministro da educação. Em seguida, com o aval da bancada pentecostal, foi nomeado Ricardo Vélez Rodríguez. Na ocasião, Bolsonaro não fez questão de reafirmar sua autoridade, reflexo que marcaria sua relação com ministros futuramente. Pelo contrário, reconheceu que o recuo se deu em função da reação negativa dos evangélicos do Congresso e afirmou em entrevista coletiva reproduzida no Twitter no dia 25 de novembro que a “bancada evangélica é muito importante. Não é para mim não, é para o Brasil”.

É evidente que a relação do presidente com o universo pentecostal supera em muito a interlocução com a bancada evangélica. A participação inédita para o chefe do poder executivo da Marcha para Jesus de 2019 simbolizava uma aposta clara em reivindicar a representação de um contingente já significativo da população brasileira e em franca expansão. No entanto, mesmo que incapaz de assegurar maiorias em votações sensíveis, a relação com a bancada é importante para os vínculos com esses grupos e para a reivindicação de uma mudança de paradigma de governabilidade. Por um lado, ela sustentava a ideia de que o governo não seria vítima da chantagem dos partidos e de suas bancadas legislativas. Ele teria independência para definir sua agenda e blindar ministérios, agências e empresas públicas da ganância de partidos que se profissionalizaram na ocupação desses espaços. Por outro lado, o governo se mostraria atento a demandas sociais que, se não encontram sua realização em programas partidários artificialmente ecumênicos e desprovidos de clara identidade ideológica, são veiculadas por bancadas organizadas tematicamente. Um evangélico dificilmente enxerga em partidos como o PSC ou o Republicanos organizações plenamente capazes de representa-lo. Tampouco o atirador amador ou o policial que deseja portar arma no período de folga, que não tende a confiar em qualquer partido do campo conservador. Agora, pastores e ex-policiais de presença constante na televisão, em vídeos no WhatsApp e no Youtube têm mais condições de inspirar a sua confiança. Quando Bolsonaro associa sua relação com o Congresso ao avanço de pautas específicas, defendidas por grupos formados com esse único propósito, a relação é tida como mais democrática do que um governo apoiado numa coalizão de partidos com os quais pouca gente se identifica.

3.2.1.1. Pressão popular

A aproximação de bancadas temáticas como alternativa aos partidos se mostrou impotente como estratégia de governabilidade. Estudos que medem a aprovação das medidas do governo federal

no Congresso mostraram índices inferiores, para os primeiros meses de governo, àqueles verificados nas legislaturas passadas, o que sustentou análises que sugeriam a fragilidade do governo e a ineficácia de sua articulação política (Limongi, 2019). Poderíamos questionar, contudo, se havia de fato uma preocupação por parte de Bolsonaro de executar um modelo bem definido de relação com o poder Legislativo. A prioridade atribuída inicialmente às bancadas temáticas parece decorrer muito mais da necessidade de sinalizar às bases sensíveis a esses temas do que propriamente uma maneira calculada de ampliar a chance de aprovar matérias no Congresso. A simples indicação de generais, primeiro Santos Cruz, que se mostraria afeito demais ao jogo partidário, e depois o amigo do presidente Luiz Ramos, para a articulação política com a Câmara e o Senado, sugeria outro padrão de relação, menos determinada pela experiência nos corredores do poder. Valeria também questionar se é possível comparar a taxa de sucesso do governo Bolsonaro no Congresso com aquela de seus antecessores. Se os últimos apostaram todas as fichas no consenso e na negociação com o parlamento, o bolsonarismo organizou inicialmente a relação executivo-legislativo por meio do confronto. FHC, Lula, Dilma e Temer dificilmente enviariam projetos de lei sem o acordo prévio de lideranças partidárias. Sua força estava no tamanho da coalizão que puderam formar a partir de uma distribuição concertada de ministérios, agências, empresas e cargos. Já Bolsonaro não pareceu pautar sua agenda naquilo que, a priori, teria condições de furar resistências no legislativo. É evidente que alguma composição atravessava as relações entre os poderes e informaram as iniciativas do governo nos seus dois primeiros anos. Alterações feitas nas propostas de reforma da previdência e no pacote anticrime de Moro, com o consentimento mais ou menos explícito do executivo, são provas disso. No entanto, predominou a lógica do conflito - retórica, muitas vezes, mas com contornos bem reais. Mesmo a pequena base com a qual podia contar foi explodida por Bolsonaro ao promover a dissidência de metade da bancada do PSL para tentar formar uma nova agremiação. A governabilidade não era um objetivo prioritário para o ex-capitão. Pelo menos não nos termos com os quais a sociedade, os analistas e os atores da política se acostumaram.

Diversos gestos do presidente, com efeito, revelam como ele recorreu à pressão popular sobre o Congresso para fazer avançar sua agenda. Se no plano econômico já havia uma convergência entre o programa de Paulo Guedes e um parlamento suscetível às expectativas do mercado, pontos caros ao bolsonarismo não eram unânimes entre as forças hegemônicas no poder legislativo. Boa parte

das análises que apontavam para os riscos que o governo Bolsonaro representaria para a democracia se fundava, aliás, no conflito entre os poderes.

Vejamos algumas ocasiões em que Bolsonaro recorreu a esse expediente não apenas para assegurar vitórias no parlamento mas, sobretudo, para reivindicar sua determinação em atender compromissos de campanha em oposição aos conchavos típicos do Congresso. Já na primeira semana de governo, em 5 de janeiro de 2019, ele publicava em seu Twitter e obtinha uma quantidade significativa de curtidas (51 mil):

Importante sempre que possível frisarmos a necessidade de conversar com seu deputado ou senador da necessidade de se aprovar leis que permitam que as Forças de Segurança Pública possam atuar para efetivamente combatermos os criminosos que aterrorizam os cidadãos de bem no Brasil.

Três dias depois;

Presidente, Governadores, Prefeitos, deputados federais, estaduais, vereadores e judiciário têm que ser cobrados para que dias melhores aconteçam quanto a segurança pública! Agir em conjunto sem jogo de empurra é um grande passo para dar a resposta que os brasileiros tanto pedem.

Às vezes menos enfático sobre a necessidade de a população cobrar seus representantes, ele mesmo se prestava à tarefa, como fez em 8 de junho de 2019, também pelo Twitter:

Sem aprovação do PLN 4 pelo Congresso teremos que suspender o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência já no próximo dia 25. Nos meses seguintes faltarão recursos para aposentadorias, Bolsa Família, PRONAF, Plano Safra...

Acredito na costumeira responsabilidade e patriotismo dos deputados e senadores na aprovação urgente da matéria.

Mesmo negociações secundárias não escapavam à sanha voluntarista do presidente. Ele recusava os bastidores da barganha, recorria a ataques virulentos a parlamentares e à inclinação autoritária de sua base mais fiel. Ainda aproveitava para marcar sua diferença em relação ao padrão anterior de conciliação e cordialidade, que pautava a interação entre os poderes. Em outubro de 2019, por exemplo, o governo lançou uma campanha pública pela aprovação do pacote anticrime proposto por Sergio Moro e enviado ao Congresso. Dentre as iniciativas da campanha, foram instalados outdoors nos prédios da esplanada dos ministérios, em Brasília. Seria difícil imaginar uma pressão mais ostensiva por parte do poder executivo sobre o parlamento.

Numa amostra bem acabada do espírito que orientou a primeira metade do governo, vale reproduzir um texto que o presidente compartilhou com contatos pessoais em maio de 2019:

Bastaram 5 meses de um governo atípico, ‘sem jeito’ com o congresso e de comunicação amadora para nos mostrar que o Brasil nunca foi, e talvez nunca será, governado de acordo com o interesse dos eleitores. Sejam eles de esquerda ou de direita.

Desde a tal compra de votos para a reeleição, os conchavos para a privatização, o mensalão, o petrolão e o tal ‘presidencialismo de coalizão’, o Brasil é governado exclusivamente para atender aos interesses de corporações com acesso privilegiado ao orçamento público.

Não só políticos, mas servidores-sindicalistas, sindicalistas de toga e grupos empresariais bem posicionados nas teias de poder. Os verdadeiros donos do orçamento. As lagostas do STF e os espumantes com quatro prêmios internacionais são só a face gourmet do nosso absolutismo orçamentário.

Todos nós sabíamos disso, mas queríamos acreditar que era só um efeito de determinado governo corrupto ou cooptado. Na próxima eleição, tudo poderia mudar. Infelizmente não era isso, não era pontual. Bolsonaro provou que o Brasil, fora desses conchavos, é ingovernável.

Descobrimos que não existe nenhum compromisso de campanha que pode ser cumprido sem que as corporações deem suas bênçãos. Sempre a contragosto.

Nem uma simples redução do número de ministérios pode ser feita. Corremos o risco de uma MP caducar e o Brasil ser OBRIGADO a ter 29 ministérios e voltar para a estrutura do Temer.

Isso é do interesse de quem? Qual é o propósito de o congresso ter que aprovar a estrutura do executivo, que é exclusivamente do interesse operacional deste último, além de ser promessa de campanha?

Querem, na verdade, é manter nichos de controle sobre o orçamento para indicar os ministros que vão permitir sangrar estes recursos para objetivos não republicanos. Historinha com mais de 500 anos por aqui.

Que poder, de fato, tem o presidente do Brasil? Até o momento, como todas as suas ações foram ou serão questionadas no congresso e na justiça, apostaria que o presidente não serve para NADA, exceto para organizar o governo no interesse das corporações. Fora isso, não governa.

Se não negocia com o congresso, é amador e não sabe fazer política. Se negocia, sucumbiu à velha política. O que resta, se 100% dos caminhos estão errados na visão dos ‘ana(lfabe)listas políticos’? (...)

Antes de Bolsonaro vivíamos em um cativeiro, sequestrados pelas corporações, mas tínhamos a falsa impressão de que nossos representantes eleitos tinham efetivo poder de apresentar suas agendas.

Era falso, FHC foi reeleito prometendo segurar o dólar e soltou-o 2 meses depois, Lula foi eleito criticando a política de FHC e nomeou um presidente do Bank Boston, fez reforma da previdência e aumentou os juros, Dilma foi eleita criticando o neoliberalismo e indicou Joaquim Levy. Tudo para manter o cadáver procriando por múltiplos de 4 anos.

Agora, como a agenda de Bolsonaro não é do interesse de praticamente NENHUMA corporação (pelo jeito nem dos militares), o sequestro fica mais evidente e o cárcere começa a se mostrar sufocante”

Na hipótese mais provável, o governo será desidratado até morrer de inanição, com vitória para as corporações. Que sempre venceram. Daremos adeus Moro, Mansueto e Guedes. Estão atrapalhando as corporações, não terão lugar por muito tempo.

Na pior hipótese ficamos ingovernáveis e os agentes econômicos, internos e externos, desistem do Brasil. Teremos um orçamento destruído, aumentando o desemprego, a inflação e com calotes generalizados. Perfeitamente plausível. Claramente possível.

A hipótese nuclear é uma ruptura institucional irreversível, com desfecho imprevisível. É o Brasil sendo zerado, sem direito para ninguém e sem dinheiro para nada. Não se sabe como será reconstruído. Não é impossível, basta olhar para a Argentina e para a Venezuela. A economia destes países não é funcional. Podemos chegar lá, está longe de ser impossível.

Agradecemos a Bolsonaro, pois em menos de 5 meses provou de forma inequívoca que o Brasil só é governável se atender o interesse das corporações. Nunca será governável para atender ao

interesse dos eleitores. Quaisquer eleitores. Tenho certeza que esquerdistas não votaram em Dilma para Joaquim Levy ser indicado ministro. Foi o que aconteceu, pois precisavam manter o cadáver Brasil procriando. Sem controle do orçamento, as corporações morrem.

O Brasil está disfuncional. Como nunca antes. Bolsonaro não é culpado pela disfuncionalidade, pois não destruiu nada, aliás, até agora não fez nada de fato, não aprovou nada, só tentou e fracassou. Ele é só um óculos com grau certo, para vermos que o rei sempre esteve nu, e é horroroso.

No mesmo dia em que ele veio a público, Bolsonaro disse por meio de seu porta-voz que “grupos no passado se beneficiavam das relações pouco republicanas” e que conta “com a sociedade para juntos revertermos essa situação”. Assim como o autor anônimo do texto acima, Bolsonaro sinaliza não acreditar na possibilidade de incidir efetivamente na política nacional pelos canais institucionais e respeitando os seus ritos formais. Como dissera em 1999, o voto não seria suficiente para mudar qualquer coisa. Considerando que os parlamentares estão subordinados a interesses privados e se beneficiam de uma lógica de concertação que exclui do jogo as demandas das pessoas comuns, é justamente a elas que o governo deveria recorrer para alterar o equilíbrio de forças que organiza a política no Brasil. Somente a participação popular, por meio de pressão efetiva sobre os poderes instituídos, poderia mudar as coisas.

Na live de 20 de junho de 2019, Bolsonaro dedica uma parte importante da transmissão a convocar os eleitores a pressionar os deputados federais a não reverter um decreto que flexibilizava os critérios para a posse de armas:

Você deve procurar seu deputado federal. E antes que falem que estou interferindo [no poder legislativo], deixo claro que é comum comparecerem deputados e senadores me procurando para que veto algum dispositivo. É comum, faz parte da democracia. To pedindo aos deputados que não apoiem o que foi decidido pelo Senado. Isso faz parte da democracia (...) Peço que você procure seu deputado para que vote pela manutenção do decreto, que não apoie a decisão do Senado (...)

Tenho certeza que a Câmara dos deputados, ouvindo a voz do povo, vai manter nosso decreto. Procure seu deputado. (...) Vamos trabalhar nesse sentido e tenho certeza que a Câmara vai reverter. Porque o que deve prevalecer é a opinião do povo – nós somos empregados do povo brasileiro. Vão votar de acordo com os interesses da nossa população.

Fica claro como Bolsonaro recorre enfaticamente a seus apoiadores para que pressionem o Congresso face à iminente derrota. Ele até reconhece que será alvo de críticas e do incômodo de deputados. Mais vale reivindicar estar ao lado dos governados e contra os poderes instituídos do que preservar uma boa relação com congressistas. A escolha arriscada de Bolsonaro é pelo conflito e ele se faz à margem e, na maior parte do tempo, contra as instituições. Não só do poder Legislativo, aliás, como atestam as recorrentes declarações críticas ao Judiciário. Como disse em

1º de agosto no Twitter, abundavam demonstrações da “justiça se metendo em tudo”. Caberia ao povo fazer o mesmo.

Antes de passar para o próximo ponto, convém uma nota de precisão. Enquanto eu concluía esta tese, Bolsonaro dava seguidas mostras de abandono do modelo inicial de governabilidade descrito acima. Desde meados de 2020, com a crise sanitária da Covid-19 e as consequências políticas e econômicas de seu comportamento no mínimo irresponsável diante dela, aliadas à queda significativa de popularidade do governo e à possibilidade real de impeachment, o ex-capitão finalmente cedeu ao Centrão. Apoiou seus candidatos à presidência das duas casas legislativas no início de 2021, reorganizou a distribuição de cargos na máquina pública para acomodar indicados dos velhos partidos fisiológicos e moderou o tom de suas críticas aos poderes instituídos e à classe política. Não convém aqui discutir a eventual reversão de estratégia do bolsonarismo. Cumpre, simplesmente, registrar dois pontos. Primeiro, que a cooptação aos métodos convencionais de governabilidade decorreram, antes de mais nada, de um expediente voltado à sobrevivência de um governo enfraquecido quanto ao apoio popular e das elites econômicas. E que ela não implicou a subsunção completa da vocação conflitiva do bolsonarismo, cujas mostras seguiram frequentes na relação com diferentes faces do establishment. Segundo, que a análise proposta nestas páginas diz respeito aos dois primeiros anos do governo e, portanto, ao seu espírito original, que refletia a fórmula que orientou a campanha, levou Bolsonaro à presidência e continuou a definir a maneira pela qual ele é percebido; uma alternativa radical, ou pelo menos excêntrica, às opções estabelecidas de conteúdo e forma política.

3.2.2. Participação direta: nas ruas

O bolsonarismo tem como pilar central o envolvimento da sociedade civil em um processo amplo de transformação. Não se trata da guerra civil que o então deputado defendera em 1999, mas nem por isso o conflito e o distúrbio decorrentes da participação direta de parte dos governados ocupam um lugar marginal em sua lógica política. Pelo contrário. Em meio ao conturbado processo de impeachment de Dilma Rousseff, movido por aguda polarização e alto nível de engajamento societal, um tweet de Bolsonaro em 10 de março de 2016 dizia: “O brasileiro precisa reconhecer sua força. As mudanças só acontecerão c/ sua efetiva participação nas ruas!”. Já às vésperas do

ano em que disputaria a presidência da república, em 1º de dezembro de 2017, o pré-candidato afirmava, também pelo Twitter:

Tenho dito em todas as oportunidades: jamais me coloquei como salvador da Pátria. Sou uma alternativa aos que aí estão. A mudança depende principalmente do empenho de cada um em tornar o Brasil um país tranquilamente melhor, livre da corrupção e dos males do socialismo!

Com efeito, a campanha de Bolsonaro seria fortemente marcada pelo clamor popular que ela inspirou. Não simplesmente em função da popularidade dos valores, das ideias, das propostas que projetava. Mas um clamor que se manifestava ativa e concretamente, por meio do engajamento físico e emocional de seus eleitores, cuja participação ocupou lugar central na comunicação e na retórica do candidato. Uma prática que se tornou símbolo disso foi a sequência de chegadas triunfais do então deputado a aeroportos espalhados pelo Brasil. Viajando em voos comerciais, os horários de aterrisagem eram divulgados entre os grupos de apoiadores e também nas páginas oficiais da campanha de maneira a estimular sua recepção pelos eleitores. As mídias sociais de Bolsonaro foram recheadas, ao longo de 2018, de vídeos em que ele é carregado por pequenas multidões e ovacionado ao som de “Mito! Mito! Mito!”.

Como já foi dito, o mundo virtual teve um papel fundamental para a eleição de Bolsonaro. No entanto, o envolvimento e a participação direta de sua base também ocorreu no plano off-line. Recuperando uma prática há algum tempo em desuso, a campanha do ex-capitão convocou e estimulou a organização de manifestações de massa. O que ocorreu em diversas cidades do país, desde pequenos centros urbanos a grandes metrópoles, com aglomerações significativas em pontos como a Avenida Paulista e a orla de Copacabana. O Twitter do então candidato ficou repleto de registros de atos em diferentes regiões do país e espaços públicos. Um vídeo compartilhado em 1º de outubro mostra um grupo grande de pessoas cantando “o capitão voltou!” em um shopping center. O que dá a dimensão do caráter descentralizado e um tanto orgânico das mobilizações.

Depois de eleito, Bolsonaro não deixou de enfatizar a importância da participação das pessoas comuns em seu governo. A mobilização não seria simplesmente uma tática de campanha e tampouco estaria a serviço da necessidade de angariar votos. Tratava-se, como ele fazia questão de indicar, de um imperativo político para a mudança que sua eleição representava. Num gesto aparentemente despretensioso mas carregado de simbolismo, o presidente eleito, no momento em que recebeu a faixa presidencial, gesticulou ostensivamente apontando para a faixa e depois para

o público à frente do Palácio do Planalto. Mais do que dizer que seu governo serviria aos interesses da sociedade, ele estava querendo dizer que a sociedade governaria. 13 dias antes, em live transmitida de sua casa, dissera:

Mais do que nunca eu preciso de vocês do nosso lado. Porque a barra vai ser pesada. Ninguém acreditava, ninguém dos que sempre estiveram no poder imaginou essa vitória. Então, teremos problemas pela frente, sim. Mas acredito em Deus e no apoio de vocês.

Subjacente a esses gestos não estava meramente um esforço retórico em reivindicar o caráter popular, ou democrático, do bolsonarismo. Mais do que aparentar a subordinação do candidato aos interesses reais da sociedade, esse conjunto de iniciativas expressa elementos centrais do fenômeno populista contemporâneo. Contudo, a mobilização mais usual do conceito e também aquela de Mouffe e Laclau (2009) restringe o escopo das práticas políticas que lhe seriam típicas à esfera da representação. Um líder carismático reivindicaria uma clivagem entre o povo e as elites, colocando-se ao lado e acima do primeiro em oposição às últimas. Como tenho tentado mostrar, esses atores não se restringem à representação discursiva e institucional. Para além da legítima representação de um povo humilhado em razão de seus valores e prejudicado economicamente por um sistema político sobre o qual não exerce nenhuma influência, lideranças populistas reivindicam a participação direta desse mesmo povo para mudar o sistema. Não exclusivamente por meio dos canais formais, que incluem o voto, instituições participativas e iniciativas esparsas de referendos e plebiscitos, tipicamente associados ao conceito de participação. Mas por meio das redes sociais e da pressão sobre o poder instituído exercida no espaço público, notadamente nas ruas - repertórios que se encaixam na concepção alargada de participação mobilizada aqui. No Brasil, a principal referência intelectual desse programa é Olavo de Carvalho e o grupo de seguidores que ele formou virtualmente e cuja principal expressão no governo foi o assessor de política internacional Filipe Martins. Alinhados a um movimento mais amplo e que internacionalmente os conecta a Steve Bannon, eles advogam por uma ação política apoiada no conflito contínuo com instituições que configuram a ordem. Para além da obsessão com bandeiras progressistas no campo dos costumes e com a esquerda, sua estratégia política encontra fundamentos no antagonismo visceral com o sistema e seus principais fiadores.

Olavo de Carvalho e a lógica populista não informam, porém, todas as ações do governo Bolsonaro. Parte importante dele, incluindo a maioria dos militares, diverge de uma radicalidade que se move à margem e, por vezes, contra as instituições. O próprio presidente deu, já no primeiro

ano de mandato, demonstrações de uma certa ambiguidade ao atacar e absorver demandas de lideranças do Congresso de maneira concomitante. É evidente, porém, que sua eleição e o início de sua gestão foram marcadas por uma vocação conflitiva. A alternativa que o bolsonarismo representa em relação ao sistema só ganha corpo e adesão na medida em que um tipo forte de antagonismo é preservado. Para isso não basta a agressividade retórica. Gestos no sentido do confronto são esperados por sua base social, assim como por parte daqueles que se elegeram apoiados nesse mesmo etos radical e que imbuíram uma dimensão moral ao papel que desempenham na disputa política.

Um episódio descrito por Thais Oyama (2020: 227) ilustra bem o apreço de lideranças bolsonaristas pela ruptura que julgam representar. Segundo a autora, horas depois de derrota do governo em comissão parlamentar que votara a ida do Coaf (Conselho de Controle e Atividades Financeiras) ao Banco Central, e não ao Ministério da Justiça como decidira Bolsonaro a pedido de Sergio Moro, o presidente convocou reunião com a bancada do PSL na Câmara. Ele teria pedido aos deputados do partido que votassem de acordo com o relatório final da reunião e que abrissem mão da vontade inicial do governo. O presidente alegou que a posição da bancada faria parte de um acordo com o Centrão para aprovar uma Medida Provisória de interesse do governo. A reação dos parlamentares foi de espanto. Carla Zambelli teria desatado a chorar, decepcionada. Filipe Barros, por sua vez, lamentou e criticou o presidente, alegando que teriam acreditado que seu governo seria diferente. Ao que o ex-capitão reagiu pedindo a compreensão dos deputados: “vocês têm que entender, estou com a faca no pescoço”.

O movimento que alçou Bolsonaro e um conjunto de pessoas ligadas a ele aos espaços instituídos de poder se pautou justamente na crítica ao seu *modus operandi* e aos seus atores e práticas tradicionais. As expectativas de que o governo adotaria postura mais moderada frente a constrangimentos institucionais ou de que seria tutelado por forças mais alinhadas aos códigos da democracia liberal ignoravam que sua força provinha exatamente do conflito e da radicalidade. Bolsonaro e seu grupo mais próximo, incluindo seus filhos, sempre souberam que para executar o programa de uma direita republicana haveria atores em melhores condições do que ele. A agenda ultraliberal era um apêndice e não bastava para outorgar força ao projeto que se construía. A sustentação do bolsonarismo dependia, afinal, da preservação de um espírito radical, de corte reacionário, mas ambicioso quanto ao alcance das transformações que propalava.

Não deveria causar espanto que, frente aos impasses enfrentados na relação com o Congresso e com o Judiciário, o governo tenha recorrido à participação da sociedade, ao largo da institucionalidade. Incapaz de garantir o cumprimento de todas as promessas de campanha sem apoio majoritário no parlamento e sem o esforço devido de concertação, por um lado, e dependente politicamente da mobilização constante de sua base contra um inimigo que preservava sua força, por outro, a rua se mostrava um espaço vital de ação política.

Com efeito, a extrema-direita acabou por fazer o caminho inverso da esquerda e descrito no último capítulo. Enquanto o PT, para governar e implementar a agenda lulista, abraçou a disputa institucional e nela depositou a maior parte de sua energia e de sua esperança de transformação, o campo reacionário conformou um movimento que atuasse nas dimensões instituintes e instituídas do poder. Para fazer referência apenas à corrida eleitoral pela presidência de 2018, vale uma comparação com o que havia de mais progressista na disputa; a candidatura de Guilherme Boulos. Líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o candidato do PSOL foi repetidamente perguntado como faria para governar sem uma ampla bancada de apoio no Congresso. Dificuldade que seria agravada pela radicalidade de várias de suas propostas. Nessas ocasiões, Boulos sugeriu que chamaria a população, em sua maior parte beneficiada por iniciativas de caráter redistributivo, a participar e alterar o equilíbrio de forças negativo a seu eventual governo no parlamento. Num momento de profunda frustração com a ordem e de ausência de horizonte possível por meio de suas práticas convencionais, tentava-se apresentar uma alternativa capaz de se desgarrar dos limites de uma governabilidade presa a grandes interesses corporativos. O curioso é que não foi essa a candidatura que se mostrou em melhores condições de operar a mudança. Quem fez isso e, em seguida, chamou parte da população às ruas para participar diretamente da política foi exatamente o que de mais reacionário havia no cenário de então.

3.2.2.1. O povo na rua

Logo no primeiro ano de mandato, Bolsonaro não se furtou a chamar sua base, especialmente aquela mais engajada e formada por setores das classes médias, a manifestar-se em defesa de seu governo. Se Lula tinha tirado a massa das ruas, Bolsonaro a colocava de volta – mesmo que não exatamente as mesmas frações de classe que o PT poderia mobilizar. Em 2019, num espaço de

pouco mais de um mês, dois atos foram convocados pelas forças ligadas ao governo. O primeiro ocorreu em 26 de maio em 156 cidades e, segundo os organizadores, tinha como motes principais a defesa de uma reforma que reduzia de 29 para 22 o número de ministérios e enfrentava resistência no Legislativo, do pacote anticrime e da reforma da previdência. Menos popular, a última bandeira não convergia com o bolsonarismo da mesma forma que as duas primeiras, símbolos da luta contra o sistema e a criminalidade. Na manhã daquele domingo, ao participar de culto evangélico no Rio de Janeiro, o presidente não fez nenhum esforço de contemporização. Segundo ele, as manifestações eram um “recado” para aqueles que “teimam com velhas práticas” e não permitem que o “povo se liberte”³⁸. Tratava-se, de acordo com tweet de quatro dias antes, de uma “manifestação espontânea da população, que de forma inédita vem sendo a voz principal para as decisões políticas que o Brasil deve tomar”.

A exaltação das manifestações tomou as páginas do presidente nas redes sociais. No próprio dia 26, uma série de posts no Twitter registrava os atos em cidades de norte a sul do país. Em um deles, a foto de uma senhora com a bandeira do Brasil às costas e caminhando com a ajuda de um andador era seguida da seguinte mensagem: “Presidente, Ministros, Senadores, Deputados, Governadores, Prefeitos, Vereadores, Juízes: VEJAM A NOSSA RESPONSABILIDADE.”

Em entrevista à TV Record naquela noite, Jair Bolsonaro elogiava o caráter pacífico das manifestações de um “povo ordeiro” que, de forma legítima, fora cobrar os poderes para que ajam de acordo com os interesses da nação. Em determinada passagem, publicada no dia seguinte em seu Twitter, o presidente dizia:

Eu não quero brigar com [o] parlamento. Mas a verdade incomoda muita gente. O que se fazia antigamente é que, após as eleições, o novo presidente distribuía ministérios aos partidos. O que o povo não quer é isso. O parlamento do momento disse também que não quer isso. Mas algo está travando a nossa pauta (...) Mas eu espero que esse movimento seja um recado não pro parlamento só. Mas [também para] nós do poder executivo. E para os magistrados também.

Pouco mais de um mês depois, a população era chamada às ruas novamente e pelos mesmos motivos. Agora em 70 cidades e concentradas, especialmente, no avanço do pacote anticrime, que encontrava resistências no Congresso, os atos ganharam contornos mais claros de enfrentamento aos poderes instituídos. Cantos, cartazes e bonecos infláveis atacavam ministros do STF, os

³⁸ Ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/26/bolsonaro-diz-que-povo-esta-indo-as-ruas-para-dar-recado-aqueles-que-teimam-com-velhas-praticas.ghtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

presidentes da Câmara e do Senado e a entidade que melhor representava o fisiologismo no parlamento; o Centrão. As manifestações bolsonaristas articulavam com nitidez a ampliação da participação popular e críticas às instituições. O esforço era evidente em contrapor o aumento da influência das pessoas comuns sobre os rumos do Estado e uma tradição que insula a política no plano institucional. Em dois tweets publicados no dia mesmo dos atos, 30 de junho, Bolsonaro dizia:

Aos que foram às ruas hoje manifestar seus anseios, parabéns mais uma vez pela civilidade. A população brasileira mostrou novamente que tem legitimidade, consciência e responsabilidade para estar incluída cada vez mais nas decisões políticas do nosso Brasil.

Parabéns a todos que foram às ruas nesse 30/06. A mensagem de vocês é p/ TODAS as autoridades: ‘não parem o Brasil, combatam a corrupção, apoiem quem foi legitimamente eleito em 2018’. Respeito todas as Instituições, mas acima delas está o povo, meu patrão, a quem devo lealdade.

As manifestações de massa, convocadas e estimuladas pelo governo, contra poderes instituídos despertaram temores quanto ao seu caráter autoritário. O debate público e especializado foi tomado por especulações acerca, de um lado, da maior ou menor propensão de Bolsonaro de fechar o regime e restringir liberdades civis e políticas e, de outro, da extensão do apoio que ele contaria para essa empreitada entre setores da população, das Forças Armadas e do chamado mercado. No entanto, uma relativa calma se seguiu e marcou o segundo semestre de 2019. Função, em boa medida, da aprovação da reforma da previdência e da sua sinalização de que, embora precário, algum tipo de governabilidade poderia ser vislumbrado. O razoável consenso intra-elites quanto à agenda econômica do governo parecia garantir alguma estabilidade.

Ledo engano. A evolução pouco alvissareira dos dados de crescimento econômico e de criação de empregos e os repetidos atritos entre os poderes executivo e legislativo aceleraram um novo processo de degeneração da relação entre o governo federal e as elites políticas a partir da virada do ano. Não demorou para que 2020 visse a primeira manifestação dos apoiadores do governo contra o Congresso e o judiciário, que ainda contou com um agravante; a chegada da pandemia da Covid-19 ao Brasil.

Um ato que já vinha recebendo uma profusão de críticas devido a sua natureza iliberal, pois voltado contra a divisão de poderes, se tornou um atentado à saúde pública. A postura errática de Bolsonaro em relação a ele só fez agravar o diagnóstico de que as manifestações chamadas para o 15 de março denotavam o corte autoritário do bolsonarismo e seu menosprezo pelos princípios e instituições

democráticos. Se o presidente hesitava em estimular as mobilizações diante da possibilidade de contágio e se eximia da responsabilidade pela sua convocação, dado seu teor radicalmente antagônico ao Congresso e ao poder judiciário, em nenhum momento ele questionou a legitimidade da manifestação. Em live transmitida três dias antes, em 12 de março, Bolsonaro dizia que “político tem que estar junto com o povo, mas não só durante as eleições, o tempo todo”. Quanto ao risco sanitário, reafirmando que o movimento “não é meu, [mas] espontâneo e popular”, sugeriu que se adiasse ou suspendesse o ato. O “recado ao parlamento já foi dado” quanto à ampliação desmedida do orçamento das emendas parlamentares – motivo central das manifestações, disse ele antes de concluir:

Reconhecemos a legitimidade do movimento, pessoal sabe disso. Político que tem medo de povo não vai ser político. Vai ser político de um mandato só. E povo que se manifesta nas ruas de forma ordeira e democrático é um direito dele. Contra ou a favor quem quer que seja.

Três dias depois, o presidente mudou de ideia. Enquanto manifestações tomavam diversas cidades do país e a despeito das orientações do ministério da Saúde para que se evitasse aglomerações, Bolsonaro confraternizou com simpatizantes em frente ao Palácio do Planalto. Em imagens que correriam o mundo, viu-se Bolsonaro agitando uma bandeira nacional e cumprimentando efusivamente manifestantes vestidos de verde e amarelo. Parte da comitiva que o acompanhara uma semana antes em viagem aos Estados Unidos havia testado positivo para a Covid, mas isso não parecia constranger o chefe de Estado. Seu comportamento inconsequente, temperado de pronunciamentos em que questionava a gravidade do vírus, aliás, marcaria sua postura em relação à pandemia. Muitos buscaram alguma lógica no cálculo contraintuitivo de um líder que poderia conduzir o país na luta contra a doença. Preservar uma atividade econômica minimamente aquecida para evitar o desgaste político futuro com a contração do emprego e da renda não parecia suficiente para justificá-lo. Limites cognitivos e racionais passaram então a explicar as escolhas do presidente. O que de fato não deve ser desconsiderado frente a uma possibilidade única de expandir sua popularidade a despeito dos efeitos econômicos da crise. De toda forma, a gestão errática, confusa, agressiva do presidente da crise sanitária revelou, acima de tudo, sua preferência pelo antagonismo, pelo confronto. Na ausência de um contendor à altura na esquerda, buscaram-se adversários entre antigos aliados, como governadores, e até entre membros do governo, como os ministros Luiz Henrique Mandetta e Sergio Moro.

O populismo de direita, do qual o bolsonarismo é expressão, não tem se furtado a reconciliar a política ao conflito. Poderíamos mesmo dizer que movimentos como aquele liderado por Bolsonaro reproduzem, em alguma medida, um elemento crucial para a vitalidade da República Romana, segundo Maquiavel (2007), já citado. A saber, o distúrbio provocado pela participação direta e desornada do povo e sua competência em desestabilizar os contornos de uma ordem definidos pelos de cima. Não convém afirmar que os atos instigados pelo bolsonarismo assemelham-se aos tribunos da plebe, descritos por Maquiavel como uma maneira de tensionar, por baixo, o círculo restrito das instituições políticas romanas. Mas guardadas as devidas proporções, as mobilizações bolsonaristas não deixam de consistir em mecanismos pelos quais parte dos sem-título manifesta sua vontade e sente abalar o domínio das elites.

3.2.3. As instituições reagindo

A participação direta estimulada pelo bolsonarismo, seja via redes sociais ou via manifestações de rua, tem evidente dimensão retórica. Reivindicar a influência das pessoas comuns sobre o governo e as decisões políticas constitui a pedra de toque do populismo reacionário à medida que o distingue das forças típicas da pós-democracia. No entanto, sugerir que isso não passa de demagogia, como fazem vários estudiosos, esbarra em dois problemas. Primeiro, denota um elitismo que predomina na crítica de certos meios liberais e progressistas e esvazia de agência e discernimento as bases sociais do populismo de direita. Mais grave ainda quando ela é, em larga medida, constituída por trabalhadores frustrados com as promessas do liberalismo. Segundo, de um ponto de vista meramente analítico, para atribuir a dimensão participativa do fenômeno populista exclusivamente ao discurso de lideranças autoritárias é preciso ignorar sinais concretos de sua existência.

No caso brasileiro, um dos indícios de maior relevância é a própria reação dos poderes instituídos à ruptura que o bolsonarismo representa para a política nacional. Acostumados ao jogo de concertação que se desenrolava nos bastidores do Congresso e do governo, a tendência de Bolsonaro de recorrer à mobilização das massas incomoda e assusta. A ponto de correntes rivais do ponto de vista ideológico e partidário unirem forças e coordenar ações voltadas à proteção das instituições, mas também de prerrogativas com as quais sempre puderam contar.

Em “Tormenta”, Oyama (2020: 130) descreve um esforço de articulação de parlamentares em meio às primeiras manifestações convocadas pelo bolsonarismo em 2019. Segundo a jornalista, o Congresso levou a sério a escalada de conflito que se anunciava. Não se trataria de pirotecnia destinada a distrair a opinião pública de problemas mais graves ou a convencer o eleitorado de Bolsonaro de que o sistema era de fato combatido. Em 22 de maio, 14 senadores se reuniram reservadamente na casa do presidente do Senado, David Alcolumbre, para reagir ao que Randolfe Rodrigues chamou de “temor de uma ruptura institucional”. A maioria considerava que Bolsonaro estava disposto a ir até as últimas consequências no confronto com o legislativo. Ao fim do encontro, decidiu-se adotar “extraoficialmente um tipo de parlamentarismo branco”, em que a Câmara vetaria excessos presidenciais e o Congresso montaria um programa próprio, “que passaria a tocar com ou sem aval do governo. A agenda teria por objetivo acelerar as reformas e impulsionar a retomada econômica, com o apoio do empresariado e à revelia de Bolsonaro” (Idem: 131).

Mas a reação do parlamento às ofensivas bolsonaristas não tiveram caráter simplesmente positivo. Também de recuos foi feita a interação entre o Congresso e a radicalização promovida por Bolsonaro. Contrariamente ao que se costumou ler em análises de conjuntura sobre o período, que apontavam para uma gradual fragilização do governo em relação aos outros poderes instituídos, a estratégia de confronto do primeiro lhe garantiu vitórias importantes no início da gestão. A publicização das divergências e a mobilização de massa levou congressistas a recuarem em determinadas barganhas com o executivo.

Boulos tinha razão. O povo mobilizado teria alguma condição de fazer o legislativo inclinar-se, como mostra matéria da Folha de S.Paulo de 21 de maio de 2019³⁹. Quatro dias antes de ato convocado pelo bolsonarismo, líderes do Centrão fecharam um acordo com o presidente da Câmara Rodrigo Maia para votar a favor de medida provisória que reorganizava a estrutura do governo, na origem das manifestações. Segundo a reportagem, a “articulação conduzida por Maia é uma resposta a apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que têm acusado deputados e senadores de atuarem contra os interesses do país”. Antes disso, deputados dos partidos que formam o Centrão utilizavam o tema, promessa de campanha do presidente e que reduzia o número de ministérios, como “objeto de pressão política”. Em troca, Bolsonaro teria aceitado recriar o

³⁹ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/partidos-do-centrao-decidem-votar-mp-de-bolsonaro-que-reduz-numero-de-ministerios.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

Ministério das Cidades e cogitado indicações políticas do parlamento. No entanto, ainda segundo a reportagem,

O Centrão decidiu apresentar um texto para derrubar a recriação da pasta, como resposta a críticos que afirmam que deputados e senadores querem voltar com as práticas da ‘velha política’ depois que ‘líderes de algumas siglas já pregavam a derrubada do ministério para rebater acusações de fisiologismo’.

Os atos iminentes e o custo político de se opor a uma pauta de significativo apelo societal levaram os parlamentares a recuar na obstrução que faziam ao Executivo.

Na disputa em torno da expansão das emendas parlamentares impositivas, no começo de 2020, a radicalização do tom de Bolsonaro não provocou recrudescimento do Congresso. Pelo contrário. Para além de repetidas manifestações públicas com ataques abertos à iniciativa do legislativo por parte do presidente, o debate ficou marcado por declaração de baixo calão do general Augusto Heleno, secretário próximo do ex-capitão. Em 19 de fevereiro, Heleno foi flagrado dizendo “nós não podemos aceitar esses caras chantageando a gente, foda-se”, em relação à intransigência do parlamento em rever o controle de parcela do orçamento da União para aquele ano. Ao invés de retratar-se ou botar panos quentes sobre a tensão, o poder Executivo não baixou o tom e esticou a corda até conseguir um recuo do Congresso. Depois de vetar parte do orçamento impositivo que tornava obrigatória a execução de emendas do relator do Orçamento e de comissões parlamentares, sinais ambíguos permearam um esforço de acordo que terminou por enterrar os planos da maioria dos congressistas. Se Câmara e Senado acabaram por manter o controle sobre uma parcela maior do orçamento do que o previsto inicialmente, suas ambições foram tolhidas sem qualquer iniciativa de concertação do governo⁴⁰.

Ainda mais sintomático é o efeito tímido das demissões de Mandetta e Moro, símbolos de certa estabilidade institucional, sobre a popularidade do presidente. O primeiro havia aglutinado em torno de si o apoio de parcelas expressivas da sociedade no combate cientificamente acurado da pandemia da Covid-19. Setores das classes superiores que haviam recorrido a Bolsonaro para barrar a volta do PT ao governo federal se arrependeram da escolha controversa. O segundo era o símbolo máximo da luta contra a corrupção dos governos petistas e era tido como indemissível, dado que sua popularidade superava aquela de seu chefe. A demissão de ambos, no entanto, não

⁴⁰ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-congela-acordo-e-espera-apoio-para-manter-vetos-ao-orcamento-impositivo.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

teve o efeito destrutivo esperado sobre o apoio popular ao governo. Pelo contrário, pesquisa Datafolha divulgada em 27 de abril de 2020⁴¹, depois de ambas as demissões, mostrou que a parcela de brasileiros que considerava o governo bom ou ótimo aumentou em relação a dezembro do ano anterior. A camada ilustrada da sociedade, bem representada no debate público organizado nos principais meios de comunicação, não podia entender como a postura inconsequente frente à Covid-19 e os ataques a instituições democráticas não abalavam a sustentação do governo. Ela continuava acreditando no apelo de títulos científicos e das instituições típicas da democracia liberal. Nesse processo, o bolsonarismo reforçou sua imagem enquanto antítese desta ordem, o que afastou dele setores mais afeitos à ruptura que sua candidatura representava quando a alternativa de poder parecia se concentrar no Partido dos Trabalhadores.

Não quero e nem teria condições de esgotar esta discussão, mas vale notar rapidamente que a base social de Bolsonaro evoluiu ao longo de seu governo. Como notou Jairo Nicolau (2020: 44), que usou a escolaridade como indicador de renda, o ex-capitão venceu as eleições de 2018 em todas as faixas de escolaridade – fundamental, média e superior. Ele foi responsável pela primeira derrota do PT entre eleitores de ensino fundamental e médio desde 2002. Em cada um desses segmentos, o partido de Lula perdeu cerca de vinte pontos percentuais em relação a 2014. E entre os eleitores de escolaridade fundamental, os que consideravam a corrupção e o desemprego temas centrais “votaram maciçamente em Bolsonaro no primeiro turno” (Idem: 49). A seguinte imagem, mobilizada pelo autor, ilustra bem a excêntrica distribuição dos votos bolsonaristas na cidade do Rio de Janeiro naquele ano;

A novidade é que além dos bairros em que os candidatos de direita tradicionalmente vencem, como Copacabana, Bolsonaro foi vitorioso nas favelas e bairros populares, áreas em que os candidatos do PT à presidência eram majoritários no segundo turno desde 2002. Também na capital, nenhuma candidato à presidência teve uma votação tão bem distribuída no território como a de Bolsonaro no segundo turno de 2018. (O melhor resumo do que foi a vitória de Bolsonaro na cidade do Rio de Janeiro eu ouvi de um porteiro, que há décadas trabalha em um mesmo prédio em um bairro de classe média alta: ‘Essa é a primeira eleição em que praticamente todos os moradores e os porteiros votaram no mesmo candidato’). (Idem: 108)

Já nos primeiros meses de governo e sobretudo com a gestão catastrófica da crise sanitária em 2020, porém, Bolsonaro viu derreter seu apoio entre as faixas de renda e escolaridade mais altas.

⁴¹ Ver <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988698-bolsonaro-e-aprovado-por-33-e-45-apoiam-processo-de-impeachment.shtml>. Acesso em 27 de julho de 2021.

Entre as mais baixas, ele oscilou positivamente com a distribuição do auxílio emergencial, mas nunca alcançou patamar confortável. Os setores mais pobres, que ainda conformam a base do lulismo, especialmente no Nordeste, continuam longe de aderir maciçamente ao bolsonarismo, como indicam as avaliações populares sobre o governo. Elas mostram, na realidade, que as faixas de renda que mais têm apoiado a gestão de Bolsonaro são as intermediárias – de 2 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos⁴². Algo que, a despeito de inúmeras diferenças, aproxima sua base social daquela do populismo de direita no centro do capitalismo, composta nos Estados Unidos, por exemplo, por trabalhadores brancos, homens, menos qualificados e pouco equipados para sobreviver à instabilidade econômica, ao declínio dos empregos seguros, permanentes e bem-pagos e a um mercado de trabalho que valoriza diplomas universitários que eles não possuem (Eatwell e Goodwin, 2020: 217). Ela ainda abarca, em outros países desenvolvidos, trabalhadores qualificados ou semiquilificados que veem o reconhecimento de seu status se decompor em relação ao de outras frações de classe. Não se trata, portanto, do último degrau da estrutural social, mas de grupos que se sentem espremidos e prejudicados pelas mudanças econômicas e culturais em curso, que favorecem as elites, classes médias mais abastadas e os mais vulneráveis, como imigrantes favorecidos por políticas sociais focalizadas (Guilluy, 2014). No caso do Brasil, não se faz necessário recuperar a discussão do início deste capítulo, mas os paralelos são notáveis com a diferença de que, por aqui, o papel de ameaça dos imigrantes é desempenhado pelos trabalhadores mais pobres, beneficiados por programas que despertam o mal-estar de setores médios e populares com um Estado providência que os beneficiaria.

Setores atrasados da classe média, desprovidos de laços orgânicos e de programa político substantivo, pois movidos por anseios regressivos, encontraram em Bolsonaro um representante capaz de outorgar-lhes alguma forma e algum sentido de ação política apoiada na ruptura e apontada para o passado. Nem por isso, contudo, eles assumiriam uma postura absolutamente passiva. Como expressão de um fenômeno mais amplo, o bolsonarismo promoveu uma combinação entre uma identidade autoritária, que ganha vida na figura de um líder, e uma

⁴² Ver evolução da avaliação do presidente até março de 2021 nas pesquisas Datafolha em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/03/17/6879812ac6be2a83138f6379ef5711cdabsnr.pdf>. Acesso em 8 de abril de 2021.

identidade democrática, fabricada pela imagem de um ativo movimento de massas. Não é fortuita, assim, sua preferência pelos ambientes das redes sociais e das ruas, em detrimento das instituições.

3.2.4. Mudando o futuro e mirando o passado

Não é um absurdo dizer que a eleição de Bolsonaro em 2018 se deve, em grande parte, ao fato de ele ter convencido parte dos brasileiros de que era o candidato mais excêntrico daquele pleito – para o bem e para o mal. Mesmo os que votaram contra o ex-capitão poderiam reconhecer que ele era o que havia de mais radical entre os postulantes ao cargo. Como confirmavam alguns acampados do MTST às vésperas do escrutínio, Bolsonaro parecia o candidato mais disposto e capaz de “meter o louco”. Ou seja, desobedecer as normas, os códigos, o comportamento e as decisões que se esperariam de um presidente qualquer. É bem verdade que sua agenda econômica e os valores que veiculava eram eminentemente conservadores. Anunciavam-se o agravamento de desigualdades sociais, por um lado, e a defesa da intolerância e da discriminação, por outro. O que lhe garantia a simpatia da burguesia e o apelo junto a camadas médias ressentidas por transformações socioeconômicas mal assimiladas, essenciais para seu sucesso eleitoral. No entanto, seu principal ativo político era o espírito de transformação que encarnava, mesmo que a revolução que ele pregava contra a ordem tivesse contornos reacionários. A expectativa de mudança, com efeito, era o atributo mais valorizado pelos eleitores de Bolsonaro, independentemente de qualquer recorte social, como revelam as pesquisas já citadas por Singer e Venturi (2019) e outros dados, como de pesquisa da Ideia Big Data do final de 2017, segundo a qual 75% dos brasileiros não queriam votar em nenhum candidato do PSDB, do PT e do PMDB na eleição presidencial do ano seguinte⁴³.

Em alguma medida, a esperança de transformação projetada pela candidatura do ex-capitão do exército estava associada à memória e ao símbolo da ditadura militar, da qual Bolsonaro sempre fora defensor. Frente ao cansaço com uma desordem que se manifestava no plano dos costumes, da violência, da probidade do Estado e da economia, a nostalgia em relação a um passado marcado pela autoridade informou o recurso quase desesperado a um deputado que sempre fora

⁴³ Ver https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/05/politica/1517859015_344880.html. Acesso em 8 de abril de 2021.

marginalizado e ridicularizado pelo jogo político. Não foi só isso, porém, que moveu quase 50 milhões de brasileiros. Se o regime democrático já não contava com sua confiança, tampouco a ditadura lhes parecia a solução para seus problemas⁴⁴. O populismo de direita contemporâneo do qual Bolsonaro é expressão não tem numa autoridade quase irrestrita do poder do Estado a fonte exclusiva de sua força. Ao contrário, e de forma um tanto contraditória em relação a alguns de seus traços, ele se projeta e se apoia no envolvimento ativo das massas nos assuntos do poder. À imagem do conceito de sociedade política de Chatterjee (2004), a estratégia e a prática políticas de atores como Bolsonaro são em boa parte marcadas pela ação direta de cidadãos à margem e, muitas vezes, de encontro às instituições. Seu caráter subversivo tem, ao mesmo tempo, uma dimensão autoritária e uma dimensão participativa. Contra as elites e as instituições, a base do populismo de direita não delega todo o poder a um líder carismático e demagogo a quem cabe a realização de sua vontade predeterminada. Ele se move nas redes e nas ruas, destituindo e instituindo o poder.

Em março de 2019, menos de três meses depois de Bolsonaro ter assumido a presidência, seu assessor Filipe Martins afirmava, pelo Twitter, que seria uma “ilusão” acreditar ser possível avançar sem “romper com a forma convencional de fazer política no Brasil”. Sentado a poucos metros do presidente no terceiro andar do Palácio do Planalto, Martins não media as palavras:

A única forma de ativar a lógica da sobrevivência política é por meio da pressão popular, por meio da mesma força que converteu a campanha eleitoral do presidente Bolsonaro em um movimento cívico e tornou possível sua vitória. É necessário, em suma, mostrar que o povo manda no país.

O etos radical do bolsonarismo foi costumeiramente desqualificado pelo debate especializado. Visto como pura retórica, a promessa de uma “nova política”, que não fosse subordinada a acordos obscuros com as elites tradicionais, não poderia se confirmar. Não haveria margem no desenho institucional para um governo insensível aos padrões de negociação com os outros poderes ou mobilização popular que substituísse a necessidade de concessões programáticas. Antes da posse e durante o primeiro ano de mandato, analistas estiveram constantemente atentos a qualquer sinal de renúncia do presidente à revolução que ele prometera. Por mais frágeis e menos numerosos que eles tenham sido, não faltou quem julgasse o fim da ilusão bolsonarista de uma nova forma de governo que escapasse aos imperativos da pós-democracia. Oyama (2020: 228), ao final de

44 Ver resultados de pesquisa do Pew Research Center sobre apoio majoritário a instituições democráticas em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/satisfacao-com-democracia-aumenta-no-brasil-e-apoio-a-liberdade-de-imprensa-cai-diz-estudo.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

“Tormenta”, por exemplo, vaticina com firmeza: “Bolsonaro não cedeu à velha política de uma vez: curvou-se a ela aos pouquinhos”. Desde então, foram frequentes os comentários que determinavam ou especulavam sobre o limite da estratégia bolsonarista de constante confronto com os poderes instituídos e de mobilização de massa em prol da agenda aprovada nas urnas. Como dito acima, a inclinação ao Centrão acabou ocorrendo em meados de 2020 e, com mais força, ao longo de 2021. Sem, porém, que desaparecessem sinais de confronto e radicalização, cujas ilustrações são diversas e incluem a distribuição da presidência da Comissão de Constituição e Justiça a Bia Kicis, deputada conhecida pela pouca estima à concertação e que, em março de 2021, estimulava a rebelião de policiais militares contra medidas de isolamento social determinadas por governadores estaduais⁴⁵.

Os anos de 2019 e 2020 mostram a insistência do governo federal na lógica do conflito. A despeito de movimentações ambíguas, como o “pacto” firmado em encontro com os líderes do Senado e da Câmara e com o presidente do STF no dia seguinte às manifestações de maio de 2019, a gestão Bolsonaro foi claramente marcada pelo confronto. A estabilidade não lhe interessava e era evitada a todo custo. Não parece haver indicador mais preciso disso do que a postura do presidente e de seus apoiadores mais fieis durante a crise da Covid-19. Mais do que um político que configurou um grupo de simpatizantes de extrema-direita ou construiu uma identidade coletiva ampla o suficiente para reivindicar a representação do “verdadeiro povo”, dos cidadãos de bem, Bolsonaro é também um veículo para a mobilização e a participação de importantes setores sociais ultimamente excluídos da política. Não se trata apenas de um líder que instiga, define os contornos de seu povo e diz agir em seu nome. Ele é, em si, um significativo vazio que manifesta a necessidade de (re)tomada do protagonismo das pessoas comuns na definição dos rumos da coisa pública e na defesa de seus interesses. Assim como o povo de bem é um símbolo que articula diferentes perfis e segmentos ressentidos com o lulismo, Bolsonaro é, em larga medida, um símbolo de um ressentimento confuso com a desdemocratização. Da mesma maneira, embora por caminhos e com características diferentes de Trump, do Brexit e de outros atores e fenômenos políticos, ele sinaliza algum tipo de controle popular, mesmo que sob a forma de espasmos e que tenha como objetivo último o restabelecimento de uma ordem desigual, sobre o poder do Estado. O caráter reacionário

⁴⁵ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/apos-incitar-motim-da-pm-bia-kicis-apaga-post-e-pede-investigacao-sobre-morte-de-policia-na-bahia.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

que tem tomado esses movimentos reflete apenas as contradições das saídas que se tem vislumbrado para a crise da democracia liberal. No entanto, ele não pode ser suficiente para esconder que eles carregam também, para além de valores problemáticos e um programa carente de uma resposta concreta para o mal-estar que atinge a sociedade, o desejo do povo de não ser dominado pelas elites, como descreveu Maquiavel (2003). Por mais difícil que seja reconhecê-lo, Bolsonaro é um dos símbolos possíveis, assim como foi 2013, da revolta contra o domínio cada vez maior das elites sobre os governados. Se setores importantes dessas mesmas elites apoiaram Bolsonaro é porque não lhes restava uma alternativa mais genuína de poder. Não poderia haver signo maior da fragilidade da ordem que dominam. A diferença de Bolsonaro com Luis Bonaparte no que concerne ao pacto de classes que garante sua sustentação, nos termos de Marx (2011), é que o primeiro não é o representante dos indivíduos mais pobres, mas sim dos indivíduos mais médios.

4. O populismo de direita como a política do senso comum

Não são poucos os que acreditam que os fantasmas que assombram as democracias liberais têm a cara de políticos como Jair Bolsonaro e Donald Trump. É tentador e moralmente edificante concentrar em determinados atores, com suas respectivas bases deploráveis, como sugeriu Hillary Clinton, a ameaça que se abate sobre um regime virtuoso e construído a duras penas. Ao invés de questionarem o que levou à eleição dessas lideranças, muitos analistas têm preferido alertar para o risco de destruírem o sistema por dentro dele. Na linha de autores como Levitsky e Ziblatt (2018), grande parte dos intérpretes tem visto a crise política brasileira a partir da irresponsabilidade das elites e apontado para a urgência de que elas reestabeleçam um certo consenso, tanto programático quanto em relação às regras formais e informais do jogo. Fala-se, por exemplo, das consequências danosas da disputa fratricida entre atores tradicionais pelo controle do poder (Limongi, 2019), que teria aberto margem a uma inesperada revolta popular. Nesses termos, há também quem lamente uma suposta falsa polarização entre setores das elites, que no Brasil teria afastado artificialmente PT e PSDB, cujas agendas, no fundo, convergiam (Melo, 2019). Quando não fazem apenas lamentar a irresponsabilidade das elites e o decorrente esvaziamento da sua autoridade, analistas chegam a defender uma ordem que dá sinais vigorosos de esgotamento. Mesmo que isso implique

reivindicar aquilo que ela tem de menos democrático e que está na base de sua contestação. Escrevendo em meio à melancolia que tomou os círculos liberais e progressistas na esteira da eleição de Bolsonaro, Celso Rocha de Barros (2019: 80) afirmou:

Agora é hora de rebaixarmos nossas expectativas: sim, é possível que o sistema domestique Bolsonaro, mas isso quer dizer que devemos abandonar, no curto prazo, nossa pretensão de transformar o sistema. Ou o Centrão domestica Bolsonaro, ou nós nos livramos do Centrão: não dá para fazer as duas coisas ao mesmo tempo. O projeto de continuar progredindo em direção a uma política mais moderna, como vínhamos fazendo desde 1994, ficou seriamente prejudicado. O objetivo, nos próximos quatro anos, é evitar retrocessos. E o risco, diante das ofensivas do bolsonarismo, é que a defesa da democracia pareça uma tentativa de proteger os defeitos do sistema político brasileiro.

Essa passagem ilustra a confusão que acomete a literatura e o debate público acerca da relação de causa e efeito entre os líderes populistas e a crise da democracia. Bolsonaro é muito menos causa e muito mais efeito do esgotamento de uma ordem que arranca as possibilidades de influência das massas sobre o poder enquanto esvazia seu horizonte de expectativas. Ao dizer que a defesa da democracia pode aparentar a defesa dos seus defeitos, Barros reconhece o desgaste da apreensão corrente do conceito e mesmo seus limites para cumprir promessas de igualdade e liberdade. Vale dizer mais uma vez que não quero aqui menosprezar a natureza regressiva do governo Bolsonaro. Mas parece importante reafirmar que, no seu âmago, as eleições de Jair Bolsonaro e Donald Trump, o Brexit, a popularidade das gestões de Viktor Orbán, na Hungria, e do partido Lei e Justiça, na Polônia, entre inúmeros outros eventos políticos dos últimos anos, são resultados da angústia, do medo, da insatisfação e da revolta de certas camadas sociais com um futuro que se anuncia mais sombrio do que o passado. Em meio ao desalento, movimentos populistas têm sinalizado a possibilidade de uma guinada radical capaz de alterar o rumo das coisas. Sua natureza reacionária assume ainda feições radicais, que só não devem ser chamadas de revolucionárias porque remetem mais à memória idealizada do passado do que à esperança de um futuro livre de contradições. Mas para que tenham força frente a uma ordem que caminha a passos largos no sentido da pós-democracia, é necessário que esses movimentos se apoiem na participação ativa desses cidadãos ressentidos e carentes de esperança. É daí que vem parte importante de seu apelo; da promessa de retomada do controle do poder, mais ou menos diretamente, pelas pessoas comuns, pelos sem-título.

Não se trata de um movimento que vem de cima. Não faria sentido imaginar uma contestação à ordem da parte daqueles que dela se beneficiam. Mas não vem, tampouco, de baixo, de camadas

populares devidamente organizadas na defesa de bandeiras de um determinado campo ideológico. A revolta é radical, mas reacionária, ambígua e se presta a girar a roda da história para trás – e não para frente, como já previra Marx (2012) ao comentar a ação política de estratos médios no Manifesto Comunista. Algo um tanto evidente no caso brasileiro, em que Bolsonaro é carregado nos ombros pelo sujeito médio ressentido com pequenos avanços que prejudicaram a estabilidade de seu status⁴⁶. E não pelas elites, cuja aproximação tardia com o ex-capitão foi reflexo de sua própria fraqueza política. Mais tarde, como tem ocorrido em outros países, aliás, a insatisfação com o governo Bolsonaro permitiu ainda às elites e seus legítimos representantes políticos reivindicar de volta, para si e para a pós-democracia, o título de democráticos.

No centro do capitalismo, é mais clara a relação entre o populismo de direita e parte das classes trabalhadoras que, com a globalização e a imigração em massa, se viram imersos em um processo de privação relativa (Eatwell e Goodwin, 2020), que tem degenerado também suas expectativas objetivas quanto ao futuro (Todd, 2020). Confuso em termos sociológicos, a despeito de apoio significativo entre os operários mais ou menos qualificados no centro, o contra-movimento populista também o é em relação ao seu programa. Crítico dos efeitos da pós-democracia e do neoliberalismo, ele não representa uma ruptura em relação a ambos. À imagem do fascismo, seguindo Walter Benjamin (2008: 194), ele tenta organizar as massas sem alterar as relações de produção e encontra na guerra – ou no conflito – um objetivo para os grandes movimentos populares. Poderíamos usar as palavras do autor sobre o nazismo para dizer que o populismo de direita permite “às massas a expressão de sua natureza, mas certamente não a dos seus direitos”.

Com efeito, categorias relativas a uma clivagem ideológica tradicional não dão conta de explicar o populismo contemporâneo. Sua clareza se restringe à violência com que combate o establishment. Mas de forma ambígua o suficiente para, como fez Trump, reivindicar a proteção dos empregos norte-americanos da globalização enquanto esvaziava qualquer fundamento de um Estado de bem-estar social e reduzia a tributação sobre o capital. Autoras como Fraser (2020) e Brown (2019) mostraram como ele pode ser popular, subversivo e, ao mesmo tempo, compatível com o neoliberalismo, embora esse equilíbrio seja eminentemente tenso. A própria noção de igualdade mobilizada pela base e pelas lideranças desses movimentos é vaga o suficiente para

⁴⁶ Nesse sentido, o movimento guarda semelhanças com o fascismo, nas avaliações de autores como Max Horkheimer (2015), mas não caberia adentrar essa discussão aqui.

conviver com profundas desigualdades sociais, entendidas como naturais, como são naturais os costumes conservadores. Com Eatwell e Goodwin (2020: 271), podemos dizer que:

Embora alguns nacional-populistas apoiem políticas econômicas que têm muito em comum com a esquerda histórica, a vasta maioria de seus eleitores não busca uma sociedade altamente igualitária. Eles querem o que veem como sociedade *justa*: justa porque o grupo nacional é priorizado em relação aos imigrantes em campos como emprego e bem-estar social, justa em termos de recompensas econômicas e justa na maneira como os outros países tratam e negociam com o seu.

Por um lado, trata-se de uma reação, um contramovimento ao neoliberalismo. Por outro, a saída que ele vislumbra para as privações individuais e relativas de setores médios ressentidos pela perda de reconhecimento é um tipo de individualismo que reproduz e conserva hierarquias sociais tidas como justas, pois tradicionais. Uma relação dialética em que o populismo reacionário se alimenta dos efeitos do neoliberalismo, mas não rompe com ele e até o fortalece de alguma maneira. Daí a aliança circunstancial entre os perdedores e os ganhadores da globalização, que, no entanto, não soluciona as preocupações dos primeiros e desestabiliza a ordem controlada pelos últimos.

Voltando ao centro das atenções deste trabalho, poderíamos dizer que a preocupação dos teóricos liberais se justifica. O sucesso político-eleitoral do populismo de direita projeta retrocessos inegáveis em relação a avanços históricos. Por outro lado, não podemos retirar-lhe o mérito de recuperar a política, que na medida em que se submetia aos imperativos do consenso, da técnica e da institucionalidade, perdia sua carga de conflito, da qual é inseparável. Embora o façam de forma ambígua e tenham sentido regressivo, movimentos como o bolsonarismo resgatam práticas e condições fundamentais do político e, conseqüentemente, da democracia. A saber, a contraposição de identidades políticas antagônicas, visões coletivas e alternativas de mundo e até a percepção dos sem-título de que podem contar com instrumentos políticos para redefinir os rumos da coisa pública. Voltam à tona, em alguma medida, a viabilidade da representação política de cidadãos articulados em torno de interesses comuns e a possibilidade de participação das pessoas ordinárias, capazes de se manifestar e influenciar as decisões do Estado. Como notou Christian Dunker (2019: 117) ao analisar a inesperada vitória de Bolsonaro como um efeito da desilusão dos brasileiros com o regime democrático, a democracia remete a uma “perspectiva sobre o futuro”. Haveria democracia quando “reconhecemos que nem toda lei já está escrita e decidimos, portanto, o caminho que devemos tomar”. É justamente essa dimensão instituinte da política e da democracia que se faz presente quando eleitores de Bolsonaro encontram no apoio a ele “a única forma de

fazer política e se sentirem incluídos no coletivo. Uma forma de ser gente e ter um lugar no mundo”, nas palavras de Pinheiro-Machado (2019: 117).

Face ao sentimento de que os atores e as instituições tradicionais da democracia liberal não ofereciam às pessoas comuns os meios para serem reconhecidos enquanto cidadãos dignos de participação na vida pública, coube ao populismo de direita reivindicar os velhos princípios da igualdade e da liberdade. Enquanto havia uma relativa satisfação com o presente e um relativo otimismo quanto ao futuro, o controle exclusivo do poder por parte de círculos restritos da elite e a ausência de conflito ou alternativa não era exatamente um problema capaz de mobilizar as maiorias. No entanto, conforme os empregos foram se tornando mais escassos e precários, direitos conquistados foram sendo retirados, a expectativa de uma vida melhor para os filhos foi desaparecendo e desigualdades materiais e simbólicas se aprofundando, a ausência de controle sobre o poder se tornou um problema. Os limites de eleições regulares e de forças políticas rivais que compartilham de uma mesma agenda regressiva passaram a incomodar. Alternativas radicais, mesmo que controversas - ou justamente por isso -, pareciam a única possibilidade de mudança para aqueles que se cansaram da humilhação, da insignificância, do caminho inevitável rumo ao abismo. Afetos como o medo e a esperança, afinal, são interdependentes. Não há medo se não há esperança - e vice-versa (Safatle, 2016).

Nesse sentido, setores da sociedade que encontraram líderes em Bolsonaro, Trump, Le Pen, Orbán podem ser vistos como contramovimentos. Com paralelos importantes àquilo que Polanyi (2000) identificou no fascismo europeu frente à comodificação do trabalho, da terra e do dinheiro. Quando os indivíduos não são mais protegidos, a própria sociedade encontra um modo de se proteger, que pode e tende a ser violento e destrutivo. Com a diferença, acrescentaria, de que o contramovimento populista reage não apenas aos efeitos de atomização completa do neoliberalismo. Mas também àqueles da pós-democracia, em que mais do que desvinculados da comunidade, os indivíduos se sentem totalmente dominados pelas elites. Daí sua importante dimensão participativa e instituinte aliada ao imperativo da proteção, que desaparecera em meio ao individualismo típico da ordem neoliberal.

Na pós-democracia, o mandato outorgado pelo principal é subordinado à independência de um agente cuja ação é informada por interesses privados muitas vezes travestidos de opiniões de

especialistas, por um lado. Por outro, o voto é um mecanismo pontual e praticamente incapaz de garantir alguma influência dos cidadãos comuns sobre os assuntos públicos. A reação populista assume então, para parte da sociedade, a forma de uma revolta que se desenrola por dentro e por fora das urnas e ganha corpo num contramovimento ao processo acelerado de esvaziamento dos dispositivos democráticos dos regimes liberais. Por mais retórica que seja, a revolta reacionária dos dias que correm carrega dimensões tangíveis de alguns dos pilares de um modelo substantivo de democracia. Quais sejam, o antagonismo político, a existência de visões de mundo e projetos alternativos e até alguma medida de soberania popular. O que fica evidente no caso brasileiro, em que os atores e as instituições políticas tradicionais se mostraram completamente descolados da realidade dos governados e insensíveis a suas demandas. Como notou Daniel Aarão Reis (2019: 281), as principais forças reformistas surgidas ao longo dos anos 1980, PT e PSDB,

Não foram capazes de se articular em torno de programas de mudanças. Engalfinharam-se em disputas eleitorais. De olho em chegar rapidamente ao poder, preferiram o atalho das alianças com grupos conservadores, desfigurando-se e corrompendo-se no sentido próprio da palavra, o que se evidenciou no abandono do que tinham de melhor – suas intenções originais e promessas de renovação. Associaram-se às bandalheiras em nome da realpolitik e à mixórdia das cumplicidades com o mundo dos negócios. Perderam a vocação reformista que tinham. Aderiram à gestão da ordem vigente. Manter-se no poder virou um objetivo em si mesmo, embora à custa dos princípios.

Os pequenos avanços conquistados por ambos não resistiram, então, ao impacto da crise econômica, que mostraram as “mazelas cobertas pelos véus da euforia” com o otimismo efêmero dos anos 2000. Surgiu à luz do dia, ainda segundo Reis (Idem: 282), “o caráter aristocrático e corrompido do sistema político” enquanto as desigualdades sociais, superficialmente atenuadas, “mantiveram-se importantes e voltaram a explodir no contexto da crise” econômica. Por fim, “a paralisia e a incapacidade dos principais partidos reformistas (PT e PSDB), demasiadamente envolvidos na gestão do sistema para projetar uma reforma abrangente de suas bases, combinada com a ostensiva concentração de renda e de privilégios, exasperaram a população, que não encontrava respostas concretas para suas demandas”. Nesse contexto, quem melhor catalisou a indignação foi Bolsonaro. Que ainda soube preencher a revolta com propostas radicais e um programa reacionário e atravessado de contradições, mas suficiente para despertar esperança em parte dos brasileiros. Não deveria causar espanto o fato de o bolsonarismo reivindicar para si a defesa genuína não só do povo, mas da democracia. Prenhe de autoritarismo, a elaboração de Olavo de Carvalho, Filipe Martins, dos filhos do presidente sugere que eles defendem a soberania popular – e não apenas pelo cumprimento da vontade da maioria, mas pela sua participação ativa. Vale

aqui reproduzir trechos de artigo publicado pelo deputado Marco Feliciano, então vice-líder do governo no Congresso, em 9 de março de 2020, na Folha de S.Paulo, em apoio às manifestações convocadas em defesa do governo e contra o Congresso e o judiciário para o dia 15 daquele mês⁴⁷;

Vencido nas urnas, odiado pelo povo e humilhado pela Lava Jato, o sistema está acuado. Deveras, em 500 anos de “terra brasilis”, é a primeira vez que o mecanismo perde o controle. Insuflado pela extrema-imprensa que agoniza sem verbas federais e pela quebra do monopólio da informação sacramentado pelas redes sociais, apadrinhado pela “elite-artística-esquerda-caviar” que não suporta a moral média do cidadão brasileiro e apoiado pelos Judas da hora, o status quo reagiu pavimentando o golpe do parlamentarismo branco quando foi pego pelo povo com a boca na botija do Orçamento da União, o qual seria usado para emendar a Constituição por mero projeto de lei.

No descaminho da subversão institucional, cláusulas constitucionais inamovíveis, como a separação e independência dos Poderes, eram tratadas de somenos, e o regime parlamentarista rejeitado duas vezes pela população em plebiscito era urdido nos mais doces sonhos dos usurpadores, os quais até hoje não aceitam o resultado soberano das urnas que elegeram Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República.

Assistindo a tudo, estupefato, o povo ousou reagir nas redes sociais, convocando manifestações pacíficas e ordeiras. E daí veio a gritaria. Em uníssono, as mais altas autoridades da nação e a “elite esclarecida”, vocalizadas pela extrema imprensa, bradaram: golpe!

(...) Nas sendas desse desvario de eterno terceiro turno eleitoral, juristas “se esqueciam” que o mais elementar direito existente em uma democracia é o de protestar, o qual é assegurado em nossa Carta Magna como direito fundamental pétreo no inciso XVI de seu artigo 5º (justamente para substantivar um dos fundamentos da República, insculpido no artigo 1º da Carta Magna: todo o poder emana do povo). Em postura cínica, uma oposição que saqueou o Brasil, arruinou nossa economia e colocou 12 milhões de pais e mães de família no desemprego, se disse escandalizada por causa de uma manifestação de rua.

Enfim, quase tudo e quase todos unidos para que o povo não saia às ruas. Por quê? Porque o establishment brasileiro, montado em cima de um arranjo institucional que torna o Parlamento quase imune ao controle popular, não sabe lidar com a pressão das ruas. Tanto que o golpe do Parlamentarismo branco foi rapidamente debelado com a simples convocação para as manifestações, produzindo a manutenção do veto 52 do presidente da República à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Mas, então, para que ainda servem as manifestações convocadas para o dia 15? Para muita coisa! Temos as reformas tributária, administrativa e federativa, que devem ser aprovadas ainda neste ano. Ou o caro leitor nunca se perguntou o porquê de apenas no governo Bolsonaro uma reforma da Previdência ampla (por todos antes tentada e jamais conseguida) ter sido efetivada? Simples. Porque apenas Bolsonaro conseguiu levar o povo à rua para defender medidas amargas, mas necessárias!

Dito tudo isso, fica claro o motivo de apenas a permanente mobilização popular ser a garantia de que o novo Brasil eleito nas urnas em 28 de outubro de 2018 se realize.

(...)Alerta! Dia 15, todos na rua pelo novo Brasil!”

Reivindicar a democracia não faz do populismo reacionário um movimento democrático. O próprio espírito do movimento é marcado pela exclusão, pela violência e pela extinção de direitos

⁴⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/03/no-meio-do-caminho-havia-um-povo.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

civis, políticos e sociais. Se a sobreposição, mais ou menos convergente, entre os modelos mínimos e máximos de democracia é objeto de um rico debate, há elementos do primeiro que não podem estar ausentes no último. O caráter autoritário de governos como o de Orbán e de Bolsonaro põe em risco liberdades individuais e políticas inerentes a qualquer tipo de ordem democrática. Embora aprofundem dimensões importantes da representação e da participação políticas, apenas uma parcela importante, mas restrita, da população é reconhecida como agente político legítimo. A categoria de cidadão, assim como fora em Atenas, limita-se a um setor específico que encontra não só nas elites, mas sobretudo na base e nas margens da sociedade seu inimigo prioritário. Considerando que a democracia é o governo dos sem-título, do povo entendido em oposição às elites, o povo dos populistas reacionários é movido justamente pela vontade de recuperar um título que os distinga dos de baixo – miseráveis, imigrantes, minorias étnicas, homossexuais, minorias religiosas. Essa é a maior contradição da reação autoritária que marca a política contemporânea.

No Brasil, porém, um outro agravante impede a aproximação entre o bolsonarismo e a noção de um contramovimento à desdemocratização. No centro do capitalismo, os movimentos populistas de direita têm como marca, pelo menos retórica, a rejeição ao livre comércio e à globalização. Dessa forma, eles reforçam um sentimento disseminado entre camadas médias e populares de que a imigração desenfreada está entre os principais motivos da decadência das sociedades desenvolvidas. De um lado, a ampla oferta de mão-de-obra barata reduziria salários e provocaria o desemprego dos nativos, que ocupavam cargos de baixa qualificação. Por outro, a chegada dos estrangeiros colocaria em risco a preservação de tradições culturais de populações cujos costumes deixaram de ser respeitados e se tornaram, inclusive, objeto de humilhação por parte de elites cosmopolitas. Mas o populismo de direita de hoje em dia vai além dessa resposta xenófoba de forte apelo junto a segmentos angustiados pela perda de reconhecimento. Às angústias provocadas pelos efeitos materiais do neoliberalismo e da desdemocratização, líderes reacionários ao redor do mundo têm prometido a proteção da indústria nacional, a recuperação de direitos sociais e empregos de maior qualidade. Atores de esquerda e analistas ignoram com frequência medidas essenciais para a popularidade das forças de extrema-direita. Marine Le Pen tornou o rebatizado *Rassemblement National* um partido de fato competitivo ao abandonar a agenda liberal do pai e defender um Estado capaz de intervir na economia, proteger a produção francesa e os empregos dos trabalhadores. Nos Estados Unidos, Trump foi eleito em 2016 com um forte discurso antiglobalização e a favor da proteção da indústria e das minas de carvão, bandeira que não

abandonou durante o mandato. Não se trata exatamente de ensaios voltados à alteração da correlação de forças entre capital e trabalho, como dito acima acerca da relação ambígua entre populismo e neoliberalismo. De todo modo, frente à convergência dos partidos tradicionais em torno da agenda neoliberal, o populismo pode ser entendido como uma alternativa viável, embora ambígua, para conter as forças do mercado.

Nesse sentido, o bolsonarismo é diferente de seus pares estrangeiros. Nele, a proteção do cidadão por parte do Estado se concentra no plano dos valores tradicionais e da segurança pública. Tanto manifestações culturais julgadas subversivas pelo etos conservador quanto “bandidos” que colocam a o patrimônio e a vida do brasileiro em risco serão devidamente perseguidos. No que se refere à face econômica da insegurança, da precariedade que caracteriza o capitalismo nos dias que correm, o programa de Bolsonaro faz apenas aprofundar dimensões importantes da pós-democracia. Ao aderir à agenda neoliberal, por motivos circunstanciais e que se relacionam à necessidade de atrair a confiança e o apoio de setores do capital e ao ressentimento dos setores médios com programas de redistribuição, o ex-capitão reforça aquilo que Wolfgang Streeck (2018) chamou de deseconomização da política e que marca o processo de desdemocratização. Intimamente relacionado aos imperativos do neoliberalismo, ele supõe que a política econômica seja resguardada nas mãos de técnicos que ampliam o poder e a justiça individualista do mercado. Os mecanismos de representação e participação popular exaltados pelo bolsonarismo não se aplicam integralmente na economia, subordinada ao “posto Ipiranga” Paulo Guedes. Ao afirmar, repetidas vezes, que não entende nada de economia, o candidato e depois presidente Bolsonaro dava mostras de humildade, mas também tranquilizava as elites ao sugerir que não haveria interferência sobre o trabalho de Guedes. A redução do Estado e de seu poder arrecadatório, a flexibilização das relações de trabalho, a abertura comercial indiscriminada, a privatização acelerada de empresas e serviços públicos, entre outras medidas da cartilha neoliberal, estariam asseguradas. E com elas também a atomização progressiva dos trabalhadores, a redução do escopo de intervenção do Estado sobre a política econômica, o crescimento das desigualdades socioeconômicas e a retração do Estado na garantia de direitos sociais. Se o bolsonarismo canaliza a revolta contra uma ordem política injusta, que privilegia os interesses de determinadas elites encasteladas em instituições sujeitas a frágil controle popular, seu caráter subversivo não alcança o campo da economia. Nele, a igualdade e a soberania popular passam ao largo da necessidade de expandir a comodificação da terra, do trabalho e do dinheiro. Isso a despeito de medidas do

governo que contrariaram as expectativas do mercado, como a interferência sobre a Petrobras e o ritmo lento e tortuoso das privatizações, que ao longo do governo foram despertando, com razão, desconfiança a respeito da conversão liberal de Bolsonaro.

4.1. A política do senso comum

A força do bolsonarismo perante estratos médios e populares está, em grande medida, ligada à defesa de instituições tradicionais, como a família e a pátria, em meio a um período de pessimismo e à falta de referência sólidas a que se agarrar. O resgate de um passado edulcorado surge, então, como a melhor das alternativas. Mas o populismo é mais do que isso. No seu uso mais corriqueiro, analistas associam o termo a líderes e práticas políticas que, supostamente, vendem soluções fáceis para problemas difíceis. É comum ouvir críticos alertarem para o caráter populista de medidas que, apesar de populares, não lidam corretamente com as causas e os efeitos negativos de determinado fenômeno. Por trás das críticas, supõe-se a incapacidade de as pessoas julgarem a política de maneira autônoma e racional. Não haveria outro antídoto à vulnerabilidade de indivíduos ignorantes à retórica de populistas demagogos que não seja reforçar a prerrogativa de especialistas diante do esclarecimento impossível das massas (Guilluy, 2018).

Com efeito, líderes populistas contemporâneos mobilizam discursos e políticas, a priori, simples. Aquilo que Oyama (2020) chamou de “presidente das pequenas coisas” descreve parte importante da identidade e da estratégia de Jair Bolsonaro. No entanto, esse traço comum faz mais do que revelar a pretensa ignorância de sua base. Ao exaltar os benefícios da exploração do pouco conhecido nióbio ou defender o uso massivo da cloroquina antes que testes comprovem sua eficácia no combate à Covid-19, o presidente brasileiro dá corpo à aversão aos especialistas e às elites intelectuais que alimenta o movimento populista. Contra códigos, estudos, ponderações complexas e afeitas a detalhes, surge uma alternativa política marcada pela objetividade. Com o achatamento das expectativas, por um lado, e o acúmulo de frustração com os resultados de uma política subordinada à técnica mais apurada, por outro, práticas e valores que evocam simplicidade ganham força. “Menos é mais” para pessoas que esperam de um líder medidas mais tangíveis, com efeitos imediatos, em oposição ao excesso de protocolo e sofisticação de uma lógica elitista e fracassada. Interesses indiretos, intangíveis, de longo prazo da coletividade perdem espaço para

resultados palpáveis para indivíduos que pouco esperam do poder. O pouco que ele puder lhe oferecer já é melhor do que promessas grandiosas de líderes e organizações que perderam qualquer credibilidade e só fazem dominá-lo.

O populismo de direita é um movimento de forte apelo popular e que tem tido amplo sucesso eleitoral, dentre outros motivos, porque é uma espécie de política do senso comum. Menos preocupada em enganar, ludibriar os cidadãos, como sugere a literatura, ela preza por ser inteligível e honesta. Uma política dos sem-título que não depende da opinião e do conhecimento de especialistas. Muitas das soluções são evidentes e estão ao alcance das pessoas comuns, afinal são elas que lidam diariamente com suas causas e seus efeitos. Nesse sentido, a estratégia populista encontra o lugar de fala reivindicado pela esquerda ao recorrer à experiência dos indivíduos para justificar um modelo um tanto grosseiro de política. Trata-se de dar voz ao desejo do motorista de dirigir em alta velocidade sem ser importunado por radares; ao pescador que quer pescar independentemente do controle de agências ambientais; ao contribuinte que vê na exploração de um recurso natural a possibilidade de o Estado ser menos dependente dos impostos; ao doente ou ao empresário que considera urgente usar qualquer recurso para combater uma pandemia, inclusive remédios de eficácia discutível. Descritiva, responsiva e sujeita à participação, a política populista não faz mais do que reproduzir e defender, da maneira mais rudimentar, vontades individuais de sua base, por mais esdrúxulas que elas pareçam e muitas vezes em detrimento do bem-estar coletivo. Assim como Trump colocou os interesses difusos e de longo prazo da sociedade americana em segundo plano ao priorizar as demandas específicas de setores prejudicados pelo livre comércio, Bolsonaro toma decisões olhando para “a ponta da linha”, como gosta de dizer. Ao atender pequenos grupos de maneira direta, lideranças populistas sinalizam estar fazendo algo concreto pelos governados e reforçam a distinção em relação a partidos que, supostamente comprometidos com o toto, agem em função dos próprios interesses.

As questões que tocam o cotidiano das pessoas, de fato mais banais, acabam se provando uma boa maneira de atestar responsividade. Por menores que sejam seus efeitos sociais, políticas voltadas à validade da carteira de motorista, às multas nas estradas, à necessidade ou não de visto para visitar países estrangeiros e ao preço da gasolina têm uma materialidade que não se vê no debate político estrutural e correspondem a expectativas rebaixadas em relação à política e ao Estado. De mãos atadas quanto à possibilidade de expandir o investimento público, gerar empregos de melhor

qualidade, melhorar a distribuição de renda, enfim, incapaz de projetar um horizonte desejável, líderes como Bolsonaro devem se ater a pequenas medidas que, se não melhoram, parecem facilitar a vida das pessoas comuns. Retirar restrições impostas pelo Estado, aliás, tem se mostrado a maneira mais fácil de fazê-lo. Facilidade que não é demérito para a ação do governo. Pelo contrário, quanto mais simples a medida, maior o seu valor, pois revela como governantes anteriores não tinham os interesses dos sem-título como referência para sua ação. Bastaria um pouco de bom senso para atendê-los – e sua ausência revelaria apenas o caráter corrompido da ordem.

São diversas as manifestações do senso comum tanto na comunicação como nas medidas do governo Bolsonaro. Nessa chave, podemos entender a obsessão em convidar o secretário da pesca para as lives das quintas-feiras para anunciar a rigidez na atribuição do seguro defeso e o potencial econômico de medidas que ampliam a piscicultura em detrimento de normas regulatórias. Assim como a defesa recorrente da expansão das possibilidades turísticas em regiões protegidas por legislação ambiental.

Talvez a melhor ilustração da política do senso comum, em oposição à política dos especialistas, no governo Bolsonaro seja a defesa enfática de que povos indígenas possam explorar comercialmente os recursos agrícolas e agropecuários existentes nas suas reservas. Crítico contumaz da política de reservas indígenas, que limita a área agricultável em regiões cobiçadas por grileiros e grandes produtores, Bolsonaro reivindica seguidamente a “igualdade” entre os indígenas e os demais brasileiros. Igualdade que, para ele, seria comprometida por legislação que impede o uso comercial das riquezas naturais desses territórios por parte dos próprios indígenas. Como disse em live de 27 de fevereiro de 2020: “O índio não pode plantar na sua terra, também não pode arrendar (...) O índio tem que ter essa liberdade. Se quiser explorar o turismo, tem que poder. Índio é igual nós, tem curso superior”.

É interessante notar como os princípios básicos da democracia, liberdade e igualdade, são mobilizados de maneira inteligível para sugerir que o índio possa explorar comercialmente sua terra. Ignoram-se contradições que, na base da legislação, apontam para riscos de exploração dos povos indígenas por forças do mercado, para a relação tensa com outros atores nas regiões e para o caráter peculiar da organização social desses povos e da jurisdição sobre os territórios. Prevalece

o liberalismo mais rasteiro de que, como indivíduos iguais e livres que têm a condição de obter lucro com a comercialização de recursos aos quais têm fácil acesso, eles deveriam poder fazê-lo. Caberia a eles decidir, não ao Estado.

Aqui, como em outras diversas expressões discursivas e práticas do bolsonarismo, podemos ver como o senso comum sobre o qual ele está assentado converge, em boa medida, com o espírito do neoliberalismo. Mesmo que não em todas as suas dimensões e tampouco em sua radicalidade, o populismo de direita no Brasil converge com a retração do Estado como produtor e provedor de bens e serviços, bem como agente responsável por redistribuir as riquezas entre a sociedade. Por mais que nos recusemos a aceitar que a subjetividade neoliberal tenha, em boa medida, alcançado parte dos estratos médios, mas também populares, não cabem muitas dúvidas de que ele o fez. Por um lado, é hegemônica no debate público a explicação para a crise econômica brasileira inaugurada em 2014 a partir do excesso de gastos do Estado e da intervenção supostamente exacerbada promovida pelas gestões petistas, especialmente a partir do segundo governo Lula. O imperativo da austeridade como solução para a crise é praticamente inquestionado. Por outro lado, o próprio lulismo, como vimos, não apenas fez pouco para frear como acelerou a tendência estrutural de uma cidadania pautada cada vez mais nas conquistas individuais e no consumo.

O Estado foi se tornando um estorvo a certos trabalhadores que tinham como imagem de sucesso e bem-estar a ampliação de seu poder de compra. A baixa qualidade dos serviços públicos e o status social associado ao acesso a serviços privados de saúde e educação, por exemplo, ainda aprofundavam a desconfiança com soluções coletivas. Agravada, ademais, com a eclosão de escândalos de corrupção envolvendo governos, partidos e as elites econômicas. Juntaram-se no Brasil transformações estruturais em curso nas sociedades capitalistas e circunstâncias específicas de ordem político-econômica de forma a alimentar um certo senso comum neoliberal. Obviamente com contornos mais difusos e contraditórios, não exatamente como a expressão de uma visão de mundo coesa em defesa de uma economia deixada inteiramente à sorte das forças do mercado. Pesquisas mostram um apoio ainda significativo a prerrogativas do Estado sobre áreas como saúde e educação, programas sociais de redistribuição de renda e empresas públicas (Solano et al., 2019: 110). E o bom desempenho eleitoral de forças de esquerda, mais próximas de um ideário socialdemocrata, é outro indicador dos limites de um consenso neoliberal – principalmente entre as classes trabalhadoras. No entanto, concordar com a ideia de que o Estado deva prover serviços

básicos parece conviver perfeitamente com o desejo de não ter de depender deles e com a sensação de que o Estado providência só serve às camadas mais vulneráveis. Assim como o voto em partidos de esquerda parece remeter mais a uma nostalgia em relação a tempos de bonança do que propriamente a uma identificação ideológica progressista. Dois anos antes da eleição de Bolsonaro, João Doria vencia o prefeito Fernando Haddad, do PT, na corrida municipal em São Paulo em todos os distritos eleitorais da periferia da cidade com uma campanha apoiada em valores como a livre iniciativa, o empreendedorismo e o sucesso individual. Em 2020, acampados do MTST circulavam em grupos de WhatsApp um meme em que se lia, sobre fundo com imagem de Margareth Thatcher: “Não existe dinheiro público. Existe apenas o dinheiro do pagador de impostos”. Frente a um Estado corrupto, que defende os interesses dos poderosos e sobre o qual os cidadãos não exercem nenhum poder, apesar de financiar com o pagamento de impostos, seria difícil prever uma defesa cristalina de seu fortalecimento, como discutirei com mais profundidade no próximo capítulo.

Outra demonstração de uma política movida pelo espírito do senso comum ao longo do governo Bolsonaro pode ser vista na forma como ele lidou com a crise sanitária provocada pela Covid-19. A negligência e a irresponsabilidade na condução do país diante da gravidade da pandemia são evidentes. Mas não é necessário muito esforço para ver na sua postura manifestações de uma impressão um tanto disseminada de que, inevitável e infelizmente, todo mundo acabaria por contrair o vírus. Ao dizer que muita gente morreria e que não haveria muito a ser feito a não ser esperar a imunidade de rebanho, a resignação de Bolsonaro encontrou aquela de frações populares. Se ela soava estranha e despertou a revolta legítima de quem podia ficar em casa, se deslocar de carro e, eventualmente, deixar de trabalhar, o que dizer de quem não pôde deixar de andar de ônibus? Não existe homeoffice para porteiro, caixa de supermercado, encanador e diarista. Mesmo que muitos deles preferissem se resguardar, essa não era uma possibilidade concebível, a despeito de um auxílio visto como uma dádiva extemporânea e que logo acabou sem grandes contestações. Reportagem da Folha de S.Paulo de 11 de abril de 2021 mostrou que no distrito de Sapopemba, na zona leste de São Paulo, a mortalidade era maior do que a média nacional e mesmo assim via-se uma rotina de festas, reuniões familiares e festas entre amigos. O vírus seria mais um de um grande conjunto de dramas com que se tem de lidar e se o transporte público lotado é um imperativo de sobrevivência, não faria sentido abrir mão de momentos de diversão. Isso para não falar da dimensão eminentemente material que dava alguma razão ao discurso do governo que opunha a

saúde à economia. É evidente que havia maneiras de contornar, ou ao menos atenuar, essa contradição. Mas para além do empresário que passou a pandemia pressionando autoridades a flexibilizar as regras de distanciamento social preocupado com seu lucro, havia o trabalhador cuja renda diminuiu, cujo empregador quebrou e cujas possibilidades de trabalho desapareceram.

4.2. O bonapartismo bolsonarista

O movimento bolsonarista é associado, com frequência, às elites econômicas. Por diversos motivos, mas principalmente por ter polarizado a política nacional com o Partido dos Trabalhadores e por reunir, ao mesmo tempo, valores conservadores e uma agenda ultraliberal, a chegada de Bolsonaro à presidência e seu governo são tidos como vitórias e avanços das classes dominantes. Mas embora demandas importantes da burguesia tenham sido atendidas pelo ex-capitão, é equivocado trata-lo como um instrumento próprio dessa classe. O pronto apoio de alguns grandes empresários, como do excêntrico Luciano Hang, e de parcela expressiva da alta classe média não tornam a empreitada bolsonarista rumo à presidência da república uma iniciativa genuinamente burguesa. É sabido que seus candidatos preferidos eram o tucano Geraldo Alckmin, cuja vitória parecia provável, e Henrique Meirelles, líder do *dream team* formado por Temer para gerir a política econômica em 2016. No entanto, assim como ocorria em outros países à mesma época, a profunda crise da democracia liberal colocava em xeque o projeto original de desdemocratização. Em outras palavras, a pós-democracia, representada por Michel Temer e o PSDB de Geraldo Alckmin e patrocinada pela burguesia, dava sinais claros de esgotamento, que culminariam com o fracasso eleitoral retumbante de seus candidatos em 2018.

Nesse contexto, Jair Bolsonaro aparece como uma alternativa improvável. A adesão ao então deputado do baixo clero, objeto recorrente de piada e marcado pelo perfil grosseiro e autoritário, impunha um alto custo simbólico a uma elite cujo compromisso com a democracia já era questionado na esteira do impeachment de Dilma Rousseff. Ademais, o histórico do ex-capitão, seu entorno ideologicamente peculiar e sua base social mais engajada, formada por militantes de uma direita tosca e radical, sugeriam desconfiança. Por outro lado, as promessas de uma agenda econômica ultraliberal despertavam esperança. Face a uma crise de grandes proporções e à necessidade de avançar de forma radical no sentido da privatização, da redução do custo da mão

de obra, da abertura comercial indiscriminada, entre outras frentes, um governo pouco afeito aos constrangimentos democráticos poderia ser uma oportunidade única. O bolsonarismo surgiu, em boa medida, como um esvaziamento ainda mais acelerado, pois assumido, de mecanismos de representação e participação popular que tendem a frear a comodificação mais completa do trabalho, da terra e do dinheiro. No segundo turno da eleição presidencial de 2018, a adesão das classes dominantes a Bolsonaro é total. Na sequência de sua vitória, o poder prometido a Paulo Guedes e o compromisso com sua agenda inflam a expectativa de ganhos do capital. O que se reflete nas sucessivas valorizações das empresas cotadas da Bolsa de Valores brasileira em fins de 2018.

Tudo isso, contudo, não significa que o bolsonarismo tenha se tornado, de uma hora para outra, uma iniciativa política burguesa. Pelo contrário. Da mesma maneira que as classes dominantes abriram mão de seu poder político para manter o poder econômico sob Luís Bonaparte na França, as elites brasileiras fizeram o mesmo em relação a Bolsonaro. Guardadas as devidas proporções, o fenômeno guarda semelhanças com o lulismo que, como mostrou Singer (2012), conciliou os ganhos do capital e do trabalho para executar o programa do subproletariado. A diferença fundamental do bolsonarismo é justamente a classe cujo programa executa e sobre a qual se sustenta politicamente: os estratos médios, ressentidos material e simbolicamente com o lulismo. Nada mais natural, portanto, que seus sentidos caminhem exatamente na direção contrária do fenômeno ao qual reage. O bolsonarismo é a revolta dos estratos médios contra a aliança entre as elites e os pobres construída pelo PT.

Com efeito, sua natureza anti-elite vai ganhando corpo e se tornando mais evidente conforme seu governo avança. Se, por um lado, ele cumpre a promessa de aprofundar as reformas regressivas sobre direitos sociais desejadas pela burguesia, ele renova, por outro, seu compromisso com o conflito com a ordem. Todas as expectativas alimentadas pelas elites política e econômica de que o governo seria tutelado por forças da razão ou de que moderaria o tom dos ataques aos outros poderes instituídos conforme aparecessem os problemas de governabilidade, foram paulatinamente desaparecendo. Apesar do ambiente favorável à aprovação da agenda neoliberal no Congresso, Bolsonaro deu seguidas demonstrações de que a estratégia política apoiada no confronto com atores e instituições do establishment tem prioridade sobre o programa das classes dominantes. Em 21 de abril de 2020, o presidente da Associação de restaurantes e bares de São

Paulo elogiava na Folha de S.Paulo a posição do ex-capitão pela flexibilização das políticas de combate ao coronavírus baseadas no isolamento social, que prejudicavam as empresas. Mas lamentava a participação do presidente em ato, no domingo anterior, que atacava o Congresso e o poder judiciário: “Queríamos ver pontes sendo construídas. O governo não tem potência na caneta para resolver sozinho a crise, e o Congresso tem que se harmonizar com o Executivo”. “Não é conveniente ficar criando grandes dificuldades com o Congresso em um momento como esse”, dizia na mesma página da Folha de S.Paulo Humberto Barbato, presidente da associação da indústria elétrica e eletrônica⁴⁸.

Bolsonaro significa a retirada da política do ambiente que a burguesia outrora dominava. A despeito de empunhar bandeiras que lhe são caras, ele faz com que a política lhe escape ao controle. Não é por acaso que o apoio das elites econômicas ao governo vai se tornando, ao longo do mandato, cada vez menos orgânico e mais circunstancial. Críticas se tornam corriqueiras, a desconfiança no governo aumenta e as movimentações em relação à disputa presidencial de 2022 não depositam em Bolsonaro o apoio da burguesia. Mesmo a popularidade do presidente entre as camadas mais ricas da população despenca de forma significativa, sobretudo a partir de 2020. Ao fazer a opção pelo conflito permanente com as instituições, os atores e valores típicos de uma ordem dominada por certas elites, mesmo que definidas em termos vagos, Bolsonaro se aproximava não apenas de setores médios desconfiados do sistema, mas também de camadas populares⁴⁹. Notadamente de setores que não apenas se desiludiram com um Estado atravessado por esquemas de corrupção e incapaz de cumprir as promessas de igualdade e liberdade da democracia, mas também que não se identificam com uma esquerda cada vez mais atenta a um debate sobre costumes que, geralmente, os coloca no campo adversário – como discutirei no próximo capítulo. Como diz Alonso (2019: 68), uma fatia gorda dos brasileiros partilha os valores da comunidade moral construída por Bolsonaro. E eles não são exatamente

Insanos, ignorantes ou sem ‘consciência’ de seus reais interesses. São os que, como o eleito, veem o patriotismo como um enraizamento, a família tradicional como coluna mestra da vida e a

⁴⁸ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/04/empresarios-desaprovam-comportamento-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

⁴⁹ Pesquisa Datafolha de 27 de abril mostrava crescimento do apoio de Bolsonaro entre os mais pobres, entre aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e a diminuição entre os mais ricos. Na sua conta parecia clara a estratégia de perder sustentação nas classes médias altas e ganhar entre as camadas populares. Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/impeachment-de-bolsonaro-divide-o-pais-mas-presidente-mantem-base-de-apoio-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 8 de abril de 2021.

violência como autodefesa. Creem no mérito individual, no trabalho duro e em Deus. Têm nas igrejas seus sustentáculos moral, afetivo, financeiro, e no evangelho sua lente para ler a realidade.

Assim como Lula fizera ao privilegiar o programa do subproletariado, Bolsonaro prejudica a compreensão da disputa política a partir de uma clivagem que se estabelece em termos de direita versus esquerda, em que a primeira representaria os interesses da burguesia e a segunda dos trabalhadores, ao executar o programa de parte das classes médias. Em uma sociedade atravessada pela frustração e a ansiedade de classes populares com condições de trabalho e perspectivas de futuro cada vez mais precárias e sem identidade profissional evidente, a revolta contra ela ganha contornos estranhos a categorias que historicamente explicaram a política (Standing, 2013). Da mesma forma que as manifestações do precariado não têm forma acabada, são “um início, um grito, um pedido de basta” incapazes de serem explicadas pela categorias de esquerda e direita, como afirma Pinheiro-Machado (2019: 49), também o são os governos populistas. É evidente que, embora eminentemente contraditórios, eles estão mais próximos do polo reacionário e conservador identificado com a direita. Mas isso não o impede de atrair trabalhadores marcados pela insegurança e pela raiva contra uma ordem que lhes é hostil.

Com efeito, o bolsonarismo, por mais difícil que seja reconhecê-lo e apesar de ter como base mais orgânica e engajada setores médios, faz sinalizações importantes às camadas populares. Para além da defesa de valores e costumes conservadores caros a camadas mais pobres, isso se deve ao fato de ele representar a alternativa mais visível a uma ordem que no momento em que ascende parece não apenas corrompida, mas controlada por uma minoria abastada. Ao reivindicar uma forma diferente de gerir o Estado, atenta aos interesses das pessoas comuns e permeável à sua participação, alguns governados que outrora apostaram em Lula para a tarefa se voltam para o ex-capitão (Solano, 2018).

Não obstante, o bolsonarismo tem pouco a oferecer para esses eleitores. Pelo menos em termos materiais. Apoiado numa subjetividade conservadora e neoliberal, por um lado, e na revolta contra o sistema, por outro, ele se desdobra para garantir uma aprovação razoável entre setores populares sem apresentar-lhes um programa concreto, que dirá um horizonte de transformações. Sua vantagem é que, nesse sentido, ele não é diferente das forças políticas com as quais concorre. Elas são também incapazes de formular e executar um programa que recuse frontalmente a agenda neoliberal. Como discutido no primeiro capítulo, o esvaziamento da democracia, como condição

e consequência do avanço do neoliberalismo em suas diversas dimensões, retirou a possibilidade de alternativa e conflito, inerentes à política. Restou aos partidos recorrer a temas marginais para tentar estabelecer novas fronteiras e identidades coletivas necessárias a qualquer vínculo com os eleitores. A própria Ciência Política, notou Streeck (2017: 185), abandonou o debate acerca de questões estruturais para a ordem e passou a dedicar-se aos efeitos superficiais de diferentes desenhos institucionais. A esquerda, principalmente no centro do capitalismo, depositou suas esperanças de distinção na agenda do reconhecimento e da diversidade, que ganhou apelo pois era capaz de lidar com problemas e injustiças reais. No entanto, perdeu o contato com as pessoas aflitas com as contas atrasadas, as dívidas crescentes e a busca incessante por emprego e segurança - já que no terreno distributivo se contentou com medidas tímidas e largamente insuficientes para atenuar a tendência estrutural de ampliação das desigualdades sociais.

Nesse contexto, e a despeito de uma relação mais ou menos crítica em relação ao aprofundamento do neoliberalismo, movimentos populistas reacionários se destacaram. Na medida em que a política se tornou essencialmente moral (Mouffe, 2015), eles tornaram a moral um campo suficientemente político para traçar fronteiras, mobilizar identidades coletivas e reativar o antagonismo. Ajudados por setores importantes da esquerda, lideranças populistas trouxeram questões morais marginais à estrutura ao centro do debate público e fizeram delas a pedra de toque da ordem. Opor-se ao politicamente correto, à corrupção, aos direitos de minorias virou um signo de combate ao establishment. Em meio a isso, surgiram também críticas e propostas alternativas ao dogma neoliberal. Já discutimos o caráter protetor que assumiu a retórica de populistas no centro do capitalismo. Mesmo Bolsonaro sugeriu sutilmente ver limites na ação livre das forças do mercado, como fez ao criticar a oscilação exagerada dos preços dos combustíveis. Mas a desigualdade, as formas mais selvagens de capitalismo e o aprofundamento de um modelo econômico movido pela busca individual incessante pelo lucro não são, necessariamente, problemas para eles. Embora não sejam instrumentos ou sequer diretamente controlados pelas classes dominantes, o populismo de direita não representa uma ameaça para a hegemonia do capital sobre o trabalho. Ele lhes presta, inclusive, serviço ao insinuar a superação da crise do liberalismo por uma ordem autoritária, mas capitalista, com alguma sustentação popular. O que se deve, em boa medida, ao fato de a revolta das pessoas comuns contra a ordem ter se concentrado, sobretudo, no que ela tem de acessório – aquilo que Guilluy (2014) chama de excedentes do sistema. Por mais que lamente as consequências de sua estrutura, não é contra ela que ele tem dirigido sua raiva.

Um tweet de Filipe Martins ilustra à perfeição a relação entre o populismo de direita e uma revolta que, ao dirigir-se contra a ordem, poupa sua dimensão econômica. Trata-se de um comentário do filme norte-americano *Coringa*, que no momento de seu lançamento foi visto como uma alegoria da crise da democracia liberal. No filme, o protagonista, um palhaço pobre e malsucedido, reúne vários atributos do trabalhador precário de hoje em países desenvolvidos, que não pode contar com a proteção do Estado e é vítima de todo tipo de humilhação. Em sua reação desesperada contra uma sociedade que lhe oprime, ele ataca jovens ricos que o destratavam e um apresentador de televisão que simboliza uma elite sofisticada e alegre. Sua reação desmedida e violenta, ao invés de provocar indignação, desperta uma mobilização popular contra a ordem. Os paralelos com o fenômeno populista são evidentes. No comentário feito no Twitter, Martins afirmou:

Assisti *Joker*. É uma demonstração do que a anomia social e o ressentimento esquerdista podem fazer com uma mente perturbada; um retrato desesperador das consequências do mundo sem Deus, sem propósito, sem transcendência e sem redenção que a geração de maio de 1968 tentou criar.

Fica claro como, para o assessor de Bolsonaro, a revolta legítima do personagem se deve à destruição de instituições e valores tradicionais provocada por uma suposta hegemonia cultural de esquerda. A pobreza, a desigualdade, a precariedade das novas formas de trabalho, a retração do aparato de proteção social do Estado não entram na conta para explicar o desespero e a revolta de pessoas comuns. A saída para o caos que atravessamos passa pelo restabelecimento de uma ordem moral conservadora. Talvez seja esse, aliás, um efeito menosprezado da desdemocratização. Pois na medida em que a política é esvaziada das clivagens mais estruturais, seu resgate pode ser feito em termos que evocam a moral. Ou mesmo a partir da mobilização de temas menores, apesar de concretos, como a quantidade de radares nas rodovias. Mesmo distantes da realidade objetiva das pessoas, pautas diversas dão uma noção de todo e uma identidade aos excluídos.

Ulrich Beck (2010: 332), ao esboçar efeitos políticos da individualização da sociedade, previu que conforme as pessoas veriam o mundo vacilar à sua volta elas poderiam demonstrar uma ânsia por uma mão forte, por um comando político capaz de atender ao desejo de ordem e segurança. François Dubet (2020: 69), por sua vez, vê na individualização das desigualdades a ampliação de sentimentos como vergonha, humilhação, cólera e resignação – “a impressão de ser invisível ou de não ser visto como se é” e ser humilhado por todos aqueles que desprezam as pessoas comuns. “Quando não fluem em uma narrativa capaz de lhes dar sentido, designar adversários e razões de

esperança”, essas frustrações se transformam em ressentimento que acusa os outros de serem as causas de sua indignidade.

O que fazem os movimentos populistas é justamente dirigir esse sentimento de desprezo ao ódio àqueles que o são ainda mais – os pobres, os estrangeiros, os mais fracos que, supostamente, se beneficiam da indulgência dos poderosos (Idem: 92). Um movimento que responde ao medo de setores populares e médios de perderem sua posição dentro da ordem das desigualdades. Mas mais do que isso, eles inserem essa busca pelo respeito perdido em um sentimento de pertencimento e solidariedade promovido pela defesa de instituições coletivas, embora restritas, da família, da religião e da nação. A última é central, como notou Haidt (2016), para outorgar um senso partilhado de identidade, normas e história. Quando perguntados se laços comunitários e a vida familiar são tão importantes para o bem-estar quanto uma economia forte, 78% dos americanos, 79% dos britânicos e 83% dos brasileiros disseram que sim – entre os últimos, 55% concordam fortemente com a afirmação (Eatwell e Goodwin, 2020: 221).

4.3. Uma esquerda demofóbica e os limites do voluntarismo

A crise da democracia liberal se sobrepõe e, em alguma medida, é resultado também de uma crise da esquerda. De um lado, a adesão dos partidos progressistas tradicionais ao ideário neoliberal retirou do debate e do horizonte político qualquer perspectiva alternativa. Não haveria pelo que lutar e a que representante recorrer na medida em que, independentemente da força no poder, o programa implementado seria praticamente o mesmo. A opinião e a participação dos cidadãos deixaram de contar para governantes descolados da realidade das pessoas comuns e orientados pelos interesses das elites e seus especialistas. De outro lado, com a ausência de organizações capazes e dispostas a frear o seu avanço, a agenda neoliberal não encontrou resistência para aprofundar desigualdades materiais e simbólicas e limitar os mecanismos de controle popular do poder.

Muitos têm esperado, incluindo Chantal Mouffe (2018) e Nancy Fraser (2020), que a ascensão dos movimentos populistas de direita e os sinais crescentes de esgotamento da democracia liberal levem as forças de esquerda a rever seu compromisso com o consenso pós-democrático e uma

institucionalidade esvaziada de representação e participação popular. Alguns ensaios importantes tomaram forma e ameaçaram subverter a moderação progressista. Novos partidos, como o Syriza, o Podemos, a França Insubmissa surgiram com vigor importante e deslocaram a cena progressista em diferentes países. Candidatos outrora improváveis como Bernie Sanders, Guilherme Boulos e Jeremy Corbin, por sua vez, apareceram como sinal significativo de renovação e avanço à esquerda. No entanto, por caminhos e com intensidades diversas, essas experiências ou fracassaram de forma retumbante, perderam parte do seu fôlego inicial ou demonstram limites consideráveis. Como consequência, as principais organizações de esquerda, novas ou tradicionais, têm recuperado a via de um programa moderado na forma e no conteúdo. Não se falaria mais em transformação substantiva da ordem, mas em proteção de uma democracia ameaçada. Mesmo no Brasil, onde a conciliação com a burguesia e a acomodação às regras do jogo não impediram a esquerda de ser vítima de um golpe com participação ativa dos poderes instituídos, a postura defensiva e simpática à preservação do sistema pós-democrático prevalece e ganha força, enquanto escrevo, com o retorno do ex-presidente Lula ao jogo eleitoral. Diante do desastre autoritário, as expectativas e as exigências democráticas têm sido seguidamente rebaixadas.

Com a necessidade de se distinguir de outras forças políticas em meio à defesa comum das instituições liberais, parte importante da esquerda tem recorrido, como discutido no primeiro capítulo, ao debate sobre costumes, identidades e reconhecimento. Apesar da urgência dessas pautas, elas acabam por circunscrever, muitas vezes, o alcance dos partidos progressistas a setores de classe média que não são, propriamente, os chamados perdedores da globalização. Ao contrário, a esquerda tem se posicionado, com frequência, ao lado dos ganhadores, que embora possam reconhecer as contradições e as injustiças da ordem, não são os mais prejudicados por ela. O resultado desse fenômeno é que enquanto os populistas reacionários falam com as vítimas da crise e oferecem saídas a elas, por mais contraditórias que sejam, os progressistas têm falado com aqueles que vislumbram o restabelecimento do quadro que provocou a crise – a própria pós-democracia. São evidentes os limites de uma tal generalização, especialmente na periferia do capitalismo, onde a esquerda não abandonou o debate sobre questões distributivas e continua contando com a simpatia de camadas populares, vítimas também de sociedades patriarcais, misóginas, racistas e homofóbicas. Não obstante, não estamos imunes aqui à transformação do campo progressista naquilo que Thomas Piketty (2019) chamou de esquerda brâmane, em referência às mais altas castas indianas.

É comum, com efeito, observar um crescente preconceito em setores de esquerda em relação às bases médias e populares da extrema-direita. Na medida em que as clivagens que organizam a política se deslocam para o universo da moral, progressistas se posicionam do lado do esclarecimento, da educação, dos valores humanistas. Em oposição aos afetos conservadores, reacionários e grosseiros que caracterizam os apoiadores dos populistas e que se fazem presentes também nos estratos populares. Dessa maneira, a esquerda passa a ser invadida por um sentimento historicamente característico a uma direita cujos quadros provinham das elites e o eleitorado de setores médios e altos. A saber, aquilo que Dupuis-Déri (2019) chamou de demofobia; uma repulsa à invasão dos espaços de poder pelo povo, diretamente, ou por representantes que carreguem seus costumes, valores e interesses, muitas vezes atrasados. O fato de o contramovimento à democracia liberal reunir desejos ambíguos tem levado uma parte importante do campo progressista a buscar, contraditoriamente, uma diferenciação em relação ao próprio povo. São frequentes, nos círculos de esquerda brasileiros, mais ou menos intelectualizados, ironias direcionadas ao caráter atrasado, ignorante dos apoiadores de Bolsonaro. Como alertou Angela Alonso (2019: 68),

Debochar dessa comunidade moral é inócuo (...) Trump e Bolsonaro vencem eleições porque representam a maior parte da sociedade. É preciso entender as motivações, os medos, a lógica desses representados. Talvez assim seja possível explicar como o sonho da Nova República de uma democracia socialmente justa azedou em pesadelo.

A esquerda tem dificuldade de aceitar que da mesma forma que o sistema, os indivíduos e sua insatisfação com a ordem são atravessados de contradições. Hoje, sindicatos e partidos já não são capazes de formar e organizar amplas camadas de trabalhadores sob bandeiras e programas coerentes com uma sociedade mais igualitária. Em um mundo marcado por relações de trabalho menos estáveis e mais atomizadas, a revolta dos setores precarizados não pode ser senão ambígua em suas reivindicações. Como diz Rosana Pinheiro-Machado (2019: 59) ao olhar para protestos de caminhoneiros, estudantes, entre outros, “se não entendermos as ambiguidades, não temos ninguém”. Se esperarmos o trabalhador puro corremos o risco de perder a disputa com a direita que vai lá e “abocanha os trabalhadores reais”. Algo que já vem acontecendo. Enquanto a esquerda condena o conservadorismo, a intolerância, o individualismo daqueles que mais sofrem com os efeitos do neoliberalismo e da pós-democracia, a extrema-direita os acolhe e lhes oferece um pertencimento a algo maior e um futuro distinto da desgraça que se anuncia.

Como notaram Didier Eribon (2018) e Christophe Guilluy (2014) ao discutirem o apelo do Rassemblement National na França junto aos trabalhadores, com o amálgama entre esquerda e direita, a extrema-direita assumiu a representação possível dos de baixo. Ela pareceu ser a única força política a se preocupar com os trabalhadores, que viram nela uma espécie de último recurso para defender a identidade coletiva do desprezo de que são vítimas e se manifestar, se fazer contar, nos termos de Rancière (2018). Não à toa, Emmanuel Todd (2020) vê um tipo de consciência de classe em um voto no qual eles se reconhecem enquanto parte e se fazem ouvir. Dificilmente as causas de suas preocupações serão solucionadas, mas é como se isso não importasse.

Diante da indignação e do desprezo, do medo de destruição de sua comunidade e de sua identidade, vota-se antes com o ventre do que com o cérebro, com a esperança de que sua voz seja “mais alta e significativa” e que mais políticos se “pareçam com eles e falem como eles – ou, ao menos, os levem a sério” (Eatwell e Goodwin, 2020: 271). Com efeito, “os nacional-populistas falam a esses eleitores, embora de maneira que muitos desaprovam. Pela primeira vez em anos, seus apoiadores agora sentem possuir influência no debate” (Idem).

Sem um horizonte diferente o bastante da realidade para fazer as pessoas sonharem, mas que seja também tangível e pareça realizável, a esquerda não tem pesado como se gostaria num debate em boa medida polarizado entre a ruptura reacionária e a ordem liberal. Enquanto se reforça a prerrogativa das elites sobre o Estado, populistas de direita têm podido reivindicar o poder aos sem-título. Não quero cair aqui em demasiado voluntarismo. Não basta vontade para dialogar com os perdedores da globalização. Tampouco radicalizar o discurso e o programa de transformações para sensibilizar as pessoas frustradas com a ordem liberal. Mas o populismo de direita tem se mostrado forte o suficiente para mobiliza-las. Cabe perguntar o que restaria à esquerda em um momento em que ela se depara com um conservadorismo que sugere a preservação da ordem no que ela tem de mais injusto e um radicalismo que aponta para a superação do que ela tem de mais avançado.

IV. O MTST E A DIFÍCIL SAÍDA PELA ESQUERDA

Se há alguma força político-ideológica que aparenta superar o interregno em que nos encontramos, em que o velho morreu, mas o novo ainda não nasceu, essa força é a extrema-direita (Fraser, 2020). Em boa medida já discutidas, as razões para as vantagens do populismo reacionário sobre a esquerda, tomada em sua ampla diversidade, vão muito além das escolhas dos atores que compõem ambos os campos. Condições estruturais de uma ordem social em decomposição, sejam elas de caráter subjetivo ou objetivo, favorecem discursos e identidades ligados à preservação de velhas tradições e hierarquias. A segurança do passado, em que pese sua dimensão arcaica e desigual, se faz mais atraente, aos olhos de parte das camadas médias e também populares, do que a incerteza de um presente que anuncia um futuro de privações materiais e simbólicas. Por outro lado, essa saída conta ainda com o apoio mais ou menos explícito de parcelas das classes dominantes que se inclinam diante do provável colapso do processo contínuo e – necessário para elas - de desdemocratização (Streeck, 2018). Na iminência do caos, a extrema-direita, pelo menos, sinaliza a preservação do modo capitalista de produção e seus consequentes privilégios.

Não é absurdo, contudo, pensar que a crise por que passa o arcabouço democrático-liberal também abre margem para a recuperação de um etos radicalmente democrático à esquerda, capaz de apontar para a superação do atual interregno. Primeiro, porque as políticas da extrema-direita não resolvem os problemas que a levaram ao poder, notadamente a desigualdade, a precarização, quando não a ausência, do trabalho e as perspectivas de pauperização de amplos setores sociais, e inauguram outras contradições. Daí o enfraquecimento esperado de forças que, em parte, não entregam o que prometeram e, quando o fazem, não alteram o bem-estar de seus eleitores com a simples opressão de grupos dominados. Segundo, porque a alternativa mais óbvia e atraente para a esquerda política, de se ater aos avanços embutidos na democracia liberal diante de ameaças reacionárias cujos limites não demoram a aparecer, apenas reforça os elementos que estão na origem de sua ascensão. Na medida em que a ordem em colapso não é destituída de suas contradições, a esquerda que aposta na sua defesa deve avançar no longo prazo rumo à irrelevância, pois se confunde com as forças autênticas da desdemocratização e alimenta contramovimentos, à direita ou à esquerda, atraídos pela ideia mais ou menos vaga de transformação. Algumas

iniciativas alvissareiras despontam aqui e ali⁵⁰, mas a esquerda em geral tampouco indica ter respostas bem-acabadas – ou um programa substantivo de saída para uma crise que tem promovido significativo desarranjo da ordem social, econômica e política.

É evidente que nem tudo está ao alcance do voluntarismo e da agência de novos ou velhos atores. O que não deve nos impedir de notar os efeitos políticos provocados por uma esquerda que se agarra ao sistema liberal-democrático em processo de esgotamento. Independentemente de suas qualidades quando comparado às alternativas em vista, poucos discordam do caráter estrutural de sua crise. E conforme a resposta a ela por parte das elites aponta para mais desdemocratização, é inevitável o agravamento de suas disfunções e o decorrente fortalecimento de contramovimentos, que podem ser reacionários ou progressistas. Com efeito, têm despontado também à esquerda movimentos de renovação de vocação radical e de corte mais ou menos popular. Poderíamos elencar, como já fiz algumas vezes, iniciativas partidárias como o Syriza, na Grécia, o Podemos, na Espanha, A Revolución Democrática e o Comunes, no Chile, a França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, e movimentos liderados por figuras como Jeremy Corbyn, no Reino Unido, Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, nos Estados Unidos. No entanto, o insucesso recorrente de muitas delas fortalece uma postura a princípio mais prudente do campo progressista. A saber, uma acomodação com os valores do liberalismo afeita a uma resistência amplamente palatável aos populismos de direita. Uma opção legítima e aparentemente eficaz do ponto de vista eleitoral, mas que ao recusar propor uma alternativa radical à ordem em crise pode aprofundar as suas causas.

Este capítulo se propõe justamente a discutir as dificuldades de uma prática política radicalmente democrática e que vislumbre a instituição de uma ordem igualitária no Brasil dos dias que correm. Depois de olhar para o bolsonarismo como um movimento reacionário que se insurge contra um sistema em crise, a tese se volta agora para o principal movimento social urbano do país - o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - e sua tentativa de rearticular os universos social e político de tal maneira que as instituições estatais sejam permeáveis à influência e aos interesses das maiorias. É fundamental, por óbvio, tomar o movimento pelo que ele é: expressivo para os padrões singelos de organização dos moradores das periferias urbanas e que tem protagonizado

⁵⁰ Enquanto escrevo, medidas de investimento público maciço e taxaço incremental do capital do presidente norte-americano Joe Biden indicam alguma ruptura com dogmas neoliberais numa tentativa de salvar o capitalismo dos capitalistas.

mobilizações importantes em defesa da moradia, mas também de direitos sociais em geral e de outras bandeiras progressistas. Mais do que isso, o MTST, a Frente Povo Sem Medo, criada por sua iniciativa, e Guilherme Boulos, sua principal liderança, se tornaram forças centrais da esquerda brasileira nos últimos anos. Tudo isso apesar de uma presença concentrada na região metropolitana de São Paulo, de uma trajetória relativamente recente⁵¹, de uma organização limitada do ponto de vista quantitativo e de um alcance e uma capilaridade ainda restritos. E aqui é fundamental registrar a impossibilidade de comparar o bolsonarismo ao movimento conduzido pelo MTST, por inúmeros motivos que os distinguem quanto às suas naturezas, seus substratos organizativo e social, seus objetivos e à relevância de que gozam no atual cenário político.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é objeto de análise, fundamentalmente, como expressão dos limites e do potencial de uma experiência que se pretende radical, assim como o bolsonarismo o faz, em meio à crise da democracia liberal. É claro que ele não é ilustrativo da realidade social de todo o país, que dirá dos países em desenvolvimento. Esta parte do trabalho tem natureza eminentemente indutiva e parte de uma experiência localizada, específica e, portanto, parcial. Mas que se pretende uma contribuição a uma interpretação mais ampla e que possa ser expandida com base no diálogo com a literatura teórica e análises de corte empírico.

O estudo que se segue é apoiado na observação participante e serve quase como um ensaio sobre aquilo que constrange o desenvolvimento de uma alternativa radical à ordem vinda dos setores mais pobres das periferias urbanas. Trabalhadores em geral conservadores e, ao mesmo tempo, empurrados à subversão e à luta contra essa mesma ordem como um imperativo de sobrevivência. Antes de aspirar ao exercício direto do governo, a desdemocratização tem levado os dominados a pressionar um sistema que não vislumbram dirigir ou destruir a governar de uma determinada forma (Chatterjee, 2004). A possibilidade de recuperação ou de afirmação da soberania popular em um país que se debate com uma crise econômica e social que o aprofundamento da pós-democracia já mostrou ser incapaz de superar passa, à esquerda, pela conexão difícil entre as dimensões negativa e positiva da relação com a ordem. No MTST, tenho estado em posição privilegiada para observar as suas contradições e o seu potencial.

⁵¹ Apesar de criado em 1997, o MTST assume sua configuração atual no fim da primeira década dos anos 2000.

O capítulo é dividido em três partes. Na primeira, descrevo a história e a trajetória recente do MTST rumo à tensa articulação entre repertórios participativo e representativo, entre a luta extrainstitucional e a disputa eleitoral. Na segunda, um esforço de inspiração etnográfica se presta à análise dos limites de um ataque progressista ao poder instituído vindo de baixo para cima e da tendência à acomodação resiliente com uma ordem que restringe melhores horizontes materiais e simbólicos. Por fim, a última parte consiste numa espécie de antítese à demonstração que a antecede ao deslocar a atenção etnográfica para a potência da associação de pessoas impelidas, via de regra pragmaticamente, ao confronto com a ordem. As possibilidades de democratização que se abrem com organizações como o MTST são analisadas a partir das contradições que acometem valores e necessidades imediatas de trabalhadores privados de condições básicas de sobrevivência e que podem sempre aspirar alguma transformação.

Quanto à metodologia, este capítulo difere dos anteriores. Para além da leitura e interpretação de fontes primárias, jornalísticas e da literatura acadêmica, centrais na sua primeira parte, o trabalho se apoia numa perspectiva ativa do pesquisador enquanto militante do movimento estudado. O que não deve implicar nenhum tipo de condescendência quanto ao objeto e seus atores de maneira geral mas que sugere uma posição fortemente situada e parcial, nos termos de Haraway (1988). Para além do compromisso normativo com os objetivos e a própria organização, o conhecimento que se procura alcançar se funda aqui no choque de perspectivas e na dimensão da experiência dos atores e sujeitos em questão. Na linha do que sugere Gabriel Feltran (2011), parto do pressuposto de que o mundo social é visto de maneiras distintas pelos agentes e que as interpretações podem ser construídas a partir da alteridade encontrada no convívio e dos sentidos das ações observadas. De médio alcance, as conclusões tiradas adiante dizem respeito a um quadro específico no tempo e no espaço. Todavia, de acordo com a proposta do estudo de caso ampliado de Michael Burawoy (2014), esta análise deve favorecer um quadro teórico amparado em categorias mais abstratas e voltadas à explicação de um momento político especialmente conturbado. Por fim, embora haja importante convergência entre o autor e o objeto quanto a princípios e intenções, parto da convicção de que a maior contribuição a eles que este trabalho pode oferecer se funda no rigor da sua análise.

1. O MTST das ocupações às eleições

Como já foi dito repetidas vezes, a segunda década deste século viu a chamada crise da representação servir para explicar uma ampla gama de acontecimentos políticos e sociais. De mudanças de regime à eleição de candidatos desprovidos de vínculos orgânicos com o mundo político, passando por inúmeros protestos, a insatisfação dos representados com seus representantes iluminou fenômenos de variados tipos. No Brasil, a constatação do sentimento de desconfiança generalizada com as instituições tem como marco fundamental as manifestações de junho de 2013. Desde então, o esgotamento dos atores e das práticas tradicionais da política parece ser a base de partida para qualquer avaliação positiva ou normativa dos eventos subsequentes. Nesse cenário, em que segmentos relevantes da sociedade passaram a identificar como saída virtuosa para a crise o recurso à participação direta, portanto a um tipo de política feita sem a intermediação de instituições formais, organizações como o MTST ganharam proeminência no campo progressista. Por sua considerável capacidade de mobilização popular mas, sobretudo, por um repertório de ação política essencialmente extrainstitucional. Aqueles identificados com a esquerda e céticos quanto à possibilidade de conquistas relevantes pela via institucional viram em atores como o MTST a renovação de suas esperanças de transformação social.

No entanto, desde o momento em que atraiu a atenção desses olhares, em especial no ano de 2014 e com as mobilizações contra a Copa do Mundo, o movimento caminhou, em passos tortuosos e velocidade instável, no sentido de uma aproximação com a política institucional e com práticas políticas de representação. Além de provocar a decepção de muitos, esse avanço em direção à disputa eleitoral tende a ser percebido como uma virada fundamental na estratégia do movimento, como um gesto decisivo para a passagem de um lado da fronteira que separa os mundos social e político, para o outro. Obedece-se a uma disjunção convencional na teoria e no debate político a separar de maneira estanque os espaços e as práticas instituintes e instituídas do poder político (Nunes, 2017). Ignora-se, assim, experiências práticas e notáveis elaborações teóricas que preconizam a articulação entre participação e representação, ação política institucional e extrainstitucional como condição mesmo para uma política democrática (Poulantzas, 2000; Miguel, 2017a).

É nesse sentido que analiso aqui o esforço empreendido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto nos últimos anos para, guardadas as devidas proporções de relevância, tempo e espaço,

desempenhar o papel que, conforme discutido no capítulo 2, fora muito tempo do Partido dos Trabalhadores. A saber, de uma força que, ao mesmo tempo em que articula as principais demandas dos setores subalternos e projeta a esperança de transformação substantiva da ordem com base em uma alternativa de fato democrática e popular de poder, entrelaça a organização e a luta direta dos governados contra o Estado e as elites governantes com a disputa eleitoral e a luta por dentro do aparato institucional. A constatação de que o lulismo, a despeito de seus avanços, apenas consumou um processo gradativo de acomodação do Partido dos Trabalhadores com estruturas de dominação política e econômica, confirmada com os rumos tomados depois de um golpe parlamentar que desvelou os limites de uma política minimamente redistributiva desprovida de sustentação popular organizada, precipitou a investida propriamente política do MTST. Na medida em que o PT se tornara sócio da democracia restrita e perdia parte importante de seu apelo eleitoral, o que ficaria claro nas eleições de 2016, o movimento sem teto assumiu para si a difícil tarefa, intensificada por novas circunstâncias, de reconectar as necessidades das camadas populares com uma alternativa radicalmente democrática. Uma trajetória que se recusa a aceitar uma dicotomia entre o poder instituinte e o poder instituído que tem servido, como já foi dito, a justificar o domínio exclusivo das elites sobre o poder do Estado.

Nesta primeira parte do capítulo, isso é feito em um registro distinto da inspiração etnográfica adotada adiante. Qual seja, de uma sociologia política que assume uma distância importante em relação ao objeto e que, em geral, tende a analisar fenômenos dessa natureza por meio de duas perspectivas principais. De um lado, privilegiam-se considerações estruturais. A maior relevância do movimento em termos objetivos e de exposição e a derrocada de atores tradicionais de esquerda, em meio a uma nova configuração das relações de produção, em que interesses mais difusos fazem da participação um lastro necessário para a legitimidade da representação, tornariam a aproximação do MTST com a política institucional quase inevitável - mesmo que em bases inovadoras. Por outro lado, observações mais comprometidas com a dimensão da agência tenderiam a seguir o esquema da disjunção, referido acima, que aponta para uma virada completa na estratégia do movimento e que deveria, de tal modo, ser acompanhada de uma justificativa retórica para seus militantes e simpatizantes. Próxima do registro do frame (Benford e Snow, 2000) – ou do enquadramento interpretativo, uma explicação nesses termos se ancora em uma lógica dual de prática e de discurso político. Situado no campo da ação direta e no confronto com o Estado, o

movimento veicularia um tipo de discurso. Ao passar para o campo da política institucional e da disputa eleitoral, o esquema pelo qual explica a realidade e justifica sua ação deveria ser reajustado.

Tanto a perspectiva estruturalista quanto aquela apoiada no conceito de frame, contudo, parecem limitadas para entender o processo de transformação das práticas e do discurso do MTST, especialmente de 2013 em diante. Trajetória que será analisada em seguida com vistas a explicar como o movimento opera a tensão entre os poderes instituinte e instituído em meio a uma ordem carente de uma força política em condições de organizar e mobilizar camadas populares desprovidas de laços orgânicos entre si ao mesmo tempo em que opera num registro de conflito com o aparato estatal.

No que concerne à primeira, a importância do agente e de como ele apresenta retoricamente suas ações e seus objetivos é crucial para entender como uma relação de representação pode ser estabelecida em um contexto justamente marcado pela dificuldade de se recorrer a uma identidade coletiva para definir um ator ou um projeto político. A linguagem, constituída por símbolos, narrativas e também por quadros interpretativos imbuídos de oposições binárias e sentimentos de injustiça (Gamson, 1992) parece inevitável para qualquer estratégia que pretenda obter sucesso político. As forças sociais de hoje, mais do que no século 20, não parecem ser o resultado objetivo de relações de produção ou de conflitos político-institucionais. Alguma articulação discursiva se faz necessária (Laclau e Mouffe, 2009; Saward, 2010).

A segunda perspectiva, por sua vez, apesar de contribuir para uma compreensão mais atenta à dimensão cultural e da agência, peca por alguns motivos. Como afirma Polletta (1998), a abordagem do frame negligencia o processo e a importância das histórias contadas pelos ativistas para a construção constante da identidade do grupo. Ademais, o frame, por ser necessariamente nítido e objetivo, não exige interpretação por parte dos interlocutores e está associado a um conjunto consolidado de crenças e valores que o insere, normalmente, em uma lógica de dualidade. A autora propõe uma abordagem que, além de sugerir uma via de interdependência entre considerações estruturais e de agência, supera os limites referidos dessa perspectiva. A narrativa se apresenta como uma abordagem que beneficia o analista, mas que consiste também em um instrumento com sentido estratégico para os ativistas. A incorporação da dimensão temporal, apoiada em sequências estruturadas de eventos em um todo envolvente, atribuiria inteligibilidade e sentido a eles:

A confiança da narrativa no enredo ao invés da explicação engaja mais potenciais ativistas precisamente por sua ambiguidade acerca das causas da ação coletiva. Essas características distinguem narrativas de frames, que contribuem para a formação da identidade por meio de processos taxonômicos atemporais e discursivos de analogia e diferença (Polletta, 1998).

Ao requerer a participação dos interlocutores, a narrativa envolve os ativistas mobilizados ou potenciais, que devem preencher os vazios e resolver as ambiguidades inerentes à estória. Diferentemente do frame, ela tem começo, meio e fim. Porém, eles não são conectados de forma necessariamente lógica e previsível, o que pode implicar um elemento moral e não meramente consequencial para o encadeamento dos eventos. Se o caráter estanque e dual dos enquadramentos interpretativos corresponde a convenções bem estabelecidas e que orientam a forma das pessoas e dos atores coletivos perceberem a realidade em que estão inseridos, a narrativa não ignora o que Polletta chama de cânones, pelo contrário. As narrativas são recebidas e consideradas apenas em função de sua convergência com determinados padrões e compreensões culturais dominantes. Contudo, o poder de mobilização das narrativas é condicionado pela polivalência de palavras ou estórias, em termos mais amplos. A ambiguidade das narrativas pode servir aos ativistas para reformar ou diluir conjuntos bem definidos de crenças e legitimar ou reforçar suas ações aos olhos de sua constituency ou do público em geral. No caso das narrativas dos *sit-ins*, nos EUA dos anos 1960 e 1970, Polletta (1998) mostra como

O tema da ‘espontaneidade’ tanto galvanizou a ação quanto reforçou as opções estratégicas subsequentes de maneira desigual. O protesto espontâneo foi representado como moral, urgente e radical (ao contrário do protesto amoral, gradual e moderado dos ativistas adultos). Mas também foi caracterizado, por implicação, como apolítico e não estratégico.

Se o frame não permite uma compreensão mais refinada do processo de evolução do discurso do MTST, a abordagem sugerida por Polletta, centrada no conceito de narrativa, oferece a conciliação das tradições estruturalista e pós-estruturalista com ênfase na linguagem, mas orientada para a ação e constrangida pela estrutura. Assumindo, então, a narrativa como capaz de capturar um processo dinâmico e em relação constante com transformações no nível da estrutura, esta seção se propõe a descrever a evolução do discurso do MTST com foco principal no período que se estende de 2013 até o início de 2018. Não se trata de explicar as mudanças, mas de analisar o processo incremental de transformação e chamar a atenção para a ambiguidade da narrativa que a abordagem do frame dificilmente revelaria. Com esse esforço, apoiado essencialmente em documentos primários do movimento, matérias da Folha de S.Paulo e textos e entrevistas de Guilherme Boulos, pretende-se contribuir para a compreensão da passagem do MTST de um movimento de moradia com atuação

política periférica a um ator relevante no cenário político-institucional brasileiro que responde a dois imperativos fundamentais. Quais sejam, tentar ocupar o lugar que o PT deixou vago como principal organização política de esquerda e vocacionada a uma efetiva transformação da ordem política, econômica e social; e reconectar o social ao político, tarefa entendida como imprescindível para inaugurar uma evolução contínua no sentido de uma democracia substantiva, em oposição ao processo em curso de esvaziamento dos mecanismos de participação e controle popular sobre o poder do Estado.

1.1. Anticapitalismo na sombra do lulismo

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto comemorou seus 20 anos, no fim de 2017, com um evento que reuniu artistas como Caetano Veloso, Criolo e Sônia Braga, e milhares de pessoas no Largo da Batata, em São Paulo. A dimensão da comemoração, que reflete o tamanho adquirido pelo movimento nos últimos anos, contrasta com uma pergunta frequentemente ouvida por seus militantes: onde esteve o MTST durante todo esse tempo? Afinal, pouco se tem memória ou notícia de ocupações ou atos do movimento antes de 2013 ou 2014. Criado em 1997 a partir do diagnóstico de que o eixo da luta de classes tinha se deslocado para a periferia das grandes cidades, onde se concentrava a massa de trabalhadores precários, como o braço urbano do MST, o MTST pouco apareceu na mídia entre 2003, quando se emancipou do movimento rural, e 2013. Levantamento feito no acervo da Folha de S.Paulo mostra que, nesse período, ele foi objeto de 155 aparições no jornal. Parte significativa delas se deu no próprio ano de 2003, quando, em meio a uma ocupação de terreno em São Bernardo do Campo, o movimento não cedeu às diretrizes de contemporização do MST e radicalizou nas negociações com o recém-empossado governo Lula, organizando atos em frente à residência do novo presidente na cidade.

Essa escolha ilustra bem o que foi e o que fez o movimento durante as duas gestões petistas no governo federal. À sombra do lulismo e da hegemonia petista em torno da qual orbitaram as principais forças sociais da esquerda brasileira, o MTST se colocou como organização autônoma e exerceu a crítica pela esquerda ao pacto lulista por meio de ações diretas e da organização de trabalhadores essencialmente informais e desempregados nas periferias das grandes cidades, notadamente São Paulo. Nesse período, o movimento se notabilizou por ocupações de terrenos

privados e performances diversas sustentadas em retórica anticapitalista e de confronto ao Estado, visto, no contexto urbano, como instrumento do capital imobiliário. Programas públicos como o Minha Casa Minha Vida seriam expressão clara disso ao terem como propósito fundamental o favorecimento de empresas da construção civil em momento de instabilidade econômica e ao ignorarem os efeitos do deslocamento dos trabalhadores a periferias cada vez mais distantes dos centros e da oferta de emprego (Boulos, 2015). A essência da luta do MTST se dava por fora e contra o Estado, como indica a apresentação do movimento e de seus objetivos na cartilha do militante (MTST, 2015)⁵².

Ao defender o MTST como genuíno expoente da esquerda anticapitalista em tese de 2011⁵³, a socióloga Débora Goulart (2011) tinha como critério de fundo o confronto direto com o Estado e a rejeição da via institucional como caminho de transformação social. O MTST aparece no texto como alternativa ao petismo, que teria apostado na luta por dentro do Estado e no pacto com as classes dominantes. É interessante notar como ambas estratégias parecem necessariamente vinculadas na elaboração de Goulart. Diferentemente de outras organizações de esquerda,

O MTST concebe o Estado como um instrumento do capitalismo que ‘não tem condições de transformar as relações sociais de dominação, podendo no máximo mediá-las’ (Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, s/d), por isso, impede que seus militantes sejam candidatos, tanto como forma de evitar a cooptação e/ou acomodação no aparelho estatal, como por entender que há um desgaste da representação parlamentar entre sua base social, que a associa com corrupção e privilégios (Goulart, 2011: 206).

É central na análise o sentido atribuído ao repertório de ação do MTST, que consistiria de marchas, trancamento de rodovias, ocupação de prédios do governo, além da ocupação de terrenos ociosos nas periferias urbanas. Em um momento em que conquistas sociais são obtidas pela negociação em gabinetes de Brasília e constrangidas pelos interesses do capital, o MTST seria capaz de expressar uma “crítica ao Estado capitalista e apontar para formas políticas realmente democráticas” de organização:

Esta prática se materializa nas formas de ação do MTST, que são um forte elo entre os objetivos estratégicos e a construção de relações horizontais de poder. A luta direta é a forma prioritária de ação, pois não se centra na negociação e inserção nos espaços estatais, bem como não prioriza a ‘eleição de representantes políticos do executivo e legislativo; isto porque sabemos que o Estado

⁵² Apesar de a última versão da Cartilha de Princípios ter sido impressa em 2015, o texto é o mesmo daquela de 2009.

⁵³ A tese é apontada por Boulos (2015) como uma das principais referências sobre o MTST.

não tem condições de transformar as relações sociais de dominação, podendo, no máximo, mediá-las' (Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, s/d) (Goulart, 2011: 74).

O elemento da participação, entendido como alternativa a práticas de representação junto à institucionalidade liberal-democrática, é exaltado na narrativa do MTST, pois conectado com a ideia de poder popular, exercido diretamente e sem mediações formais. Ao negar o envolvimento da organização na disputa eleitoral, o movimento se colocaria no âmbito de uma democracia autêntica, “buscando superar a democracia apenas por representação, com suas limitações, além de colocar a perspectiva de relações sociopolíticas baseadas no trabalho coletivo, na igualdade significativa e na liberdade de atuação” (Goulart, 2017). Nesse sentido, convém notar a oposição do MTST ao envolvimento em instâncias participativas, como os conselhos criados nas gestões federais petistas, considerados “espaços de negociação que se pautam na agenda dos governos e não dos movimentos sociais, e também porque cria uma vinculação que enfraquece as ações de pressão sobre o Estado” (idem). No tópico “Nossas formas de ação” da Cartilha do movimento (MTST, 2015: 8), afirma-se que

As formas de atuação do MTST estão centradas na luta direta contra nossos inimigos. Isto é importante porque nos diferencia da maioria dos movimentos urbanos, que optaram por focar suas ações na participação institucional: negociações de projeto com o Estado, participação em Conselhos e parcerias com os governos. Embora o MTST também saiba negociar, para nós esta parte do processo está sempre em função das mobilizações e ações diretas de pressão.

A conquista e a garantia de direitos sociais são percebidos pelo movimento como fruto de antagonismo inerente ao capitalismo. Em contraponto a organizações que tinham a noção de cidadania como fundamental e viam na participação institucional um meio relevante para alcançá-la, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se apoia numa concepção que Goulart (2011: 218) chama de “classista, antineoliberal e anticapitalista”, que abandona o “projeto participativo democratizante”. Com efeito, um documento do fim da primeira década dos anos 2000 justifica, em perspectiva fortemente anti-Estado, estratégias de luta que assumem o aparato estatal como interlocutor a partir da ideia de que a demanda por serviços públicos e direitos sociais pode ter caráter eminentemente revolucionário. Lê-se que

A luta por direitos básicos dirigida contra o Estado, embora não tome o capital como adversário direto, pode se desdobrar em uma luta anticapitalista. Reivindicações como a moradia, serviços públicos e infraestrutura urbana são aparentemente inofensivas, por não tocarem na estrutura produtiva e nas relações de trabalho. Mas, mesmo a mais limitada das reivindicações, quando não pode ser atendida adquire um caráter geral. Ou seja, se o capitalismo não se mostra capaz de resolver o problema crônico da falta de moradia, ou qualquer outro, a luta por essa demanda -

quando levada às últimas consequências - ganha um sentido de enfrentamento ao capitalismo. (...) Portanto, o afastamento da relação direta entre capital e trabalho não inviabiliza uma estratégia socialista para o movimento popular. (MTST, s/d).

O mesmo documento assume como referências para a luta do MTST a atuação do movimento piqueteiro na Argentina e organizações de bairro na Bolívia, ambos desprovidos de conexões com partidos políticos ou com a política institucional. Eles seriam capazes de demonstrar “a capacidade de uma massa desagregada pelo capital em organizar-se e tornar-se protagonista de grandes lutas sociais” a partir do território, o que reforça a leitura do MTST de que o local de trabalho já não serve como espaço central da luta na sociedade pós-industrial (MTST, 2015).

Pelo que foi descrito até agora, o MTST, ao menos durante o período que compreende os dois governos Lula, concentrou seu repertório em ações de confronto direto com o Estado, rejeitou a participação em espaços institucionais e desenvolveu retórica crítica a forças de esquerda que vislumbram na disputa eleitoral o caminho para transformações e conquistas para os trabalhadores. Desse modo, a abordagem do frame seria suficiente para apreender as práticas discursivas do movimento, que se colocariam em oposição a um quadro interpretativo estabelecido - do petismo ou da socialdemocracia - e seria delimitado por um conjunto claro de valores ligados à mobilização popular e à luta por fora e contra o Estado. É o que leva a concluir a leitura de textos como a tese de Goulart, de documentos primários ou de relatos de suas ações, como aqueles oferecidos pela mídia⁵⁴.

Não obstante, esses mesmos registros evidenciam aspectos ambivalentes, ou simplesmente menos estanques, da prática e das narrativas do movimento. Ao colocar o MTST como alternativa imediata ao PT e organizações como a CUT, que “mudaram de lado e se aliaram com a burguesia” Goulart (2011: 210) descreve o esforço do movimento em articular alianças por meio da construção da CSP-Conlutas e da Frente de Resistência Urbana. Ora, para além de uma tentativa de articulação da esquerda sindical e dos movimentos populares, é sabido que a CSP-Conlutas tinha como fiador político o PSTU, que apesar de pouco expressivo eleitoralmente, ambicionava alguma incidência na política-institucional.

⁵⁴ Nesse período, as matérias sobre o MTST na Folha de S.Paulo são todas sobre protestos violentos e ocupações de terrenos.

No início do primeiro governo Dilma, o movimento começa a despontar publicamente para além de suas ações costumeiras e restritas ao âmbito de suas ocupações. Em 2011, Guilherme Boulos, apresentado como militante do MTST, da Frente de Resistência Urbana e da CSP-Conlutas, assina um artigo no espaço de opinião da Folha em que critica a realização da Copa do Mundo no Brasil⁵⁵. Menos de dois meses depois, o mesmo Guilherme receberia a atenção da mídia pela participação do movimento na resistência à reintegração de posse do Pinheirinho, em março de 2012⁵⁶. O tom ainda é de crítica frontal à gestão federal petista, mas a cobrança por um tratamento diferente pelos agentes públicos abre margens para caminhos de maior cooperação entre movimento e Estado. O que fica evidente em matéria de 5 de setembro de 2012⁵⁷, em que Boulos clama por negociação - pedido que parece contraditório em relação à foto que ilustra a matéria, e na qual pneus em chamas interditam a rodovia Régis Bittencourt.

Se a narrativa do MTST no extenso período tem tom radical, privilegia a luta por fora do Estado, veta candidaturas a cargos públicos e o envolvimento em instâncias participativas e a referência maior são os piqueteiros na Argentina, alguma ambiguidade já pode ser vislumbrada na disposição à negociação, na participação no criticado programa Minha Casa Minha Vida, embora criticado (Boulos, 2015), e na articulação de frentes com outras organizações, inclusive partidos políticos. O discurso já parece menos claro do que uma primeira avaliação sugeriria e, como veremos, a complexidade aumentaria ainda mais a partir de 2013, prejudicando visões disjuntivas atreladas a um conjunto fixo de valores.

1.2. Junho e a crise do Partido dos Trabalhadores: um protagonista “natural” de um novo campo?

Apesar de focar suas atenções nas narrativas dos atores e nas respectivas implicações sobre suas práticas, a abordagem sugerida por Polletta (1998; 2006) não ignora, como faz a maior parte do pós-estruturalismo, transformações de ordem estrutural. A autora reconhece que discursos não são desenvolvidos no vácuo e que a percepção dinâmica dos atores acerca da configuração dos conflitos e da distribuição de poder em uma sociedade informa a elaboração e a veiculação das

⁵⁵ “A Copa do Mundo já tem seus perdedores”, Guilherme Boulos. Folha de S.Paulo, 23/12/2011, A3.

⁵⁶ “Quem ganhou com o massacre do Pinheirinho?”, Guilherme Boulos e Valdir Martins. Folha de S.Paulo, 31/01/2012, A3.

⁵⁷ “Sem-teto fecha Régis e Rodoanel por 3 horas”. Folha de S.Paulo, 05/09/2012, C1.

narrativas. Apesar de não mobilizar explicitamente conceitos como o de estrutura de oportunidades, típico da Teoria do Confronto Político (McAdam et al., 2001), seu quadro conceitual é permeável a considerações mais estruturais da ação dos movimentos sociais. Com efeito, seria impossível entender a atuação de qualquer movimento social no Brasil nos dias de hoje sem reconhecer junho de 2013 como um marco elementar. O que não significa, contudo, atribuir ao contexto a ampliação e intensificação das mobilizações e dos efeitos políticos de determinados movimentos. O caso do MTST parece uma boa ilustração da necessidade de uma apreensão que articule as dimensões estrutural e de agência para entender práticas de confronto e cooperação, assim como as narrativas de atores políticos coletivos. Se 2013 aparece como uma oportunidade para ampliar a força do movimento, ela só se concretiza com a redefinição de sua organização e de sua estratégia, em processo incremental em que a ampliação do escopo e das ambições políticas do movimento são elementos centrais. Com novos objetivos no horizonte, a narrativa tradicional ganhava outros contornos. Mas não deixava de constranger as práticas do movimento.

Até julho de 2013, o MTST não tinha sido objeto de nenhuma matéria na Folha de S.Paulo naquele ano. Entre julho e dezembro, há 15 referências ao movimento, número superior a todos os anos anteriores - com exceção de 2003 e 2004, com 16 matérias cada um. No embalo dos atos pela redução da tarifa dos transportes e do recuo da Prefeitura e do Governo do Estado de São Paulo, o MTST organiza protestos na periferia da capital em apoio ao Movimento Passe Livre e por demandas vinculadas à sua pauta específica. Em 26 de junho, a Folha noticia o aumento da bolsa aluguel por parte do governo estadual em função de atos do movimento. Entre o fim de junho e o início de setembro, o jornal registra vários atos do MTST marcados por ações disruptivas⁵⁸, por reivindicações ligadas às ocupações, mas também em apoio à greve dos metroviários e contra o cartel do metrô⁵⁹. Em 9 de setembro, o jornal noticiava: “Cidade tem onda de invasões de sem-teto na gestão Haddad”⁶⁰. Segundo o jornal, “de mais de 90 imóveis ou terrenos ocupados em SP, metade foi neste ano, principalmente depois dos protestos de junho”. Entrevistado, Guilherme Boulos sugeria: “As ocupações devem aumentar na próxima semana”. Em 12 de dezembro, depois

⁵⁸ “Sem-teto invadem prédio e bloqueiam marginal Pinheiros”. Folha de S.Paulo, 07/09/2013, C4.

⁵⁹ “Protestos em SP acabam em confronto”. Folha de S.Paulo, 15/08/2013, A8.

⁶⁰ “Cidade tem onda de invasões de sem-teto na gestão Haddad”. Folha de S.Paulo, 09/01/2013, C1.

de ato que se dirigiu à Prefeitura e diante da recusa de Haddad em receber o movimento, Boulos anunciava: “nós vamos encher essa cidade de lona preta” e dizia à reportagem da Folha que “se a gestão Haddad queria um inimigo, ela conseguiu”⁶¹. O motivo dessa onda de ocupações, ocorrida na sequência das manifestações de junho, seria objetivo para o movimento: a falta de escolha de famílias diante da crescente inflação do aluguel. É o que afirmava Boulos em artigo publicado na edição de 27 de dezembro da Folha⁶², no qual ainda dizia:

Esse barril de pólvora vinha se constituindo havia anos. As mobilizações de junho mostraram que a organização popular poderia ser uma alternativa. Não à toa, a partir de agosto as ocupações explodiram em São Paulo. (...) A procura de moradores da periferia pelo MTST aumentou bruscamente. É preciso que o poder público entenda que o problema é estrutural e ele errou na resposta. (...) Ou os governos apresentam propostas de política habitacional, disponibilizando terrenos, realizando políticas de desapropriações, ou serão atropelados por um processo cuja dimensão ainda não compreenderam.

A intensificação da mobilização e das ocupações de terra pelo movimento na sequência dos protestos de junho é evidente. A performance associada ao confronto e marcada pelo bloqueio de vias importantes com recurso à queima de pneus chama a atenção e é destacada pela mídia. Para além de reivindicações em defesa de moradia popular, o movimento ainda participa de atos dissociados da sua pauta mais imediata. A retórica inflamada no sentido de novas mobilizações e ocupações frente ao descaso do poder público parece então contar com mais credibilidade e despertar mais temor nos agentes públicos depois de junho. Em suma, os atos pela redução da tarifa, a comoção nacional provocada, seus efeitos concretos, o sentimento despertado entre amplos setores de que a mobilização pode gerar frutos e, no contexto municipal, a volta do PT ao poder parecem conformar um ambiente propício para um movimento popular de moradia aumentar sua capacidade de mobilização. Não obstante, seria apressado deduzir o aumento da mobilização e a repercussão crescente dos atos do MTST de uma conjuntura favorável. A percepção a respeito dessa estrutura de oportunidades e decisões tomadas por militantes são cruciais para esse processo.

Um documento escrito no calor dos acontecimentos de junho revela como o MTST lê a conjuntura e define os próximos passos para a organização. O mote do texto é a necessidade de renovar a organização do movimento de forma a reforçar seu caráter político para além de um mero movimento de massas comprometido com demandas imediatas e objetivos de curto prazo. Tratava-

⁶¹ “Após novo protesto, sem-teto ameaçam fazer onda de invasões”. Folha de S.Paulo, 12/12/2013, C3.

⁶² “Quando o discurso não convence”, Guilherme Boulos. Folha de S.Paulo, 27/12/2013, A3.

se de um dilema fundamental ao MTST; romper com a diferenciação tradicional feita pela esquerda entre organizações de base, atuantes na luta do dia-a-dia por melhorias na condição de vida, e organizações políticas, que definem sua ação não pela demanda imediata, mas por um programa estratégico. A união de ambos não seria algo necessariamente novo, mas constituiria um desafio cuja resposta o MTST não havia encontrado. Razoavelmente desenvolvido como movimento de massa, ele estava “muito atrasado na dimensão da organização política” (MTST, s/d). Não bastaria, portanto, fazer centenas de ocupações se não fosse possível dar caráter político às ações. A solução passaria, segundo o documento, por modificações de método, forma organizativa e prioridades de maneira a permitir uma reflexão voltada para o longo prazo e a elaboração de um “projeto maior”. A transformação que se defende, segundo o texto:

Não se realiza por dentro do Estado, mas por fora: defendemos que só uma revolução social pode destruir o capitalismo e toda sua estrutura de dominação. Nosso projeto político é, portanto, um projeto revolucionário e é isto que nos diferencia centralmente tanto das organizações que só querem tornar a miséria mais suportável, quanto dos ‘políticos comuns’, que buscam ocupar espaços no poder estatal.

Os acontecimentos de junho de 2013 aceleram decisões que tinham seu embrião no movimento, mas que estavam longe de ser prioridade de um MTST cuja atuação na sombra do lulismo se restringia a ações pontuais, com ênfase na dimensão social da luta. O acúmulo de forças parecia um processo longo e a posição marginal entre as forças de esquerda condenava o movimento a ser paciente e apostar na luta “por baixo” e contra o Estado. A eclosão de manifestações de massa, além de demonstrar a disposição de mobilização por diferentes segmentos sociais e fortalecer a impressão de que o confronto extrainstitucional é efetivo (Ortellado, 2013), ainda sinalizava um enfraquecimento dos atores que reivindicavam o monopólio da representação das massas, fossem elas organizadas ou não. O espectro de forças políticas estabelecidas dava seu primeiro grande sinal de estremecimento. Com a brecha que se abria em uma ordem que aparentava estabilidade, a possibilidade de assumir um espaço de maior protagonismo na luta social se apresentava e demandava mudanças por parte do movimento. Assim, deixamos de ver a intensificação das mobilizações descrita acima como um desdobramento mecânico de junho e passamos a considerar a decisão deliberada do movimento. A oportunidade se apresentou e cabia a ele assumir a relevância que nunca tivera no campo da esquerda. Por outro lado, a forma pela qual a dimensão política da organização seria desenvolvida ainda permanecia incerta e vaga na própria narrativa do

movimento. Não se tratava ainda, ao menos de acordo com as palavras dos atores, de atuar “por dentro do Estado”. Mas seu acúmulo de força política deveria poder

Influenciar decisões dos governos e conquistar apoios dentro do Estado. Conseguir aprovar leis que favoreçam os trabalhadores, direcionar recursos para políticas de nosso interesse (...) conquistar o apoio de instituições e figuras que influenciem ou participem das decisões do Estado (MTST, s/d).

Já não estamos em um registro cristalino da oposição frontal ao Estado, mas em uma narrativa carregada de ambivalências e situada no tempo, pois o acúmulo de força política é também consequência do acúmulo de força social. As mobilizações do MTST passam a almejar, a partir de 2013, um escopo que supera a formação de novos militantes e a conquista de demandas imediatas. Algo a mais desponta no horizonte; do que se trata e como será alcançado são questões ainda em aberto e cuja natureza vaga é reforçada pela reivindicação recorrente de “poder popular” (MTST, 2015).

Se 15 aparições na Folha de S.Paulo no segundo semestre de 2013 era algo relevante em relação ao histórico do movimento, o que dizer das 168 registradas ao longo de 2014? Junho tinha surgido como oportunidade crucial, mas foi pouco significativo se comparado à forma como o movimento se aproveitou do ambiente politicamente conturbado, do ano eleitoral e da Copa do Mundo de futebol. Em 2014, o MTST deixa de ser mais um movimento social, com atuação importante na periferia de São Paulo, para cavar espaço entre os grandes atores políticos nacionais. Porém, como explicar a ausência de um ator de peso no debate em torno do evento político mais importante do país naquele ano, a eleição presidencial? O cânone anti-Estado, pilar da identidade do movimento, não desaparecera por completo e continuava a condicionar sua prática.

O ano de 2014 prometia ser importante para o MTST. Em 8 de janeiro, uma matéria de página inteira na Folha descrevia a ocupação Vila Nova Palestina, que reunia mais de 8 mil famílias e fora criada um mês antes no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo⁶³. Seria a partir do mês de maio, porém, que boa parte das atenções do mundo político do país se voltariam para o movimento. No dia 3, é ocupada uma área a menos de três quilômetros do estádio do Corinthians, onde seria realizada a abertura da Copa do Mundo, e que passaria a ser chamada Copa do Povo. As fotos e a descrição da entrada no terreno em matéria do dia 4 revelam que a imprensa fora convocada pelo

⁶³ “Em 1 mês, SP ganha acampamento com 8.000 famílias de sem-teto”. Folha de S.Paulo, 08/01/2014, C4.

movimento⁶⁴. Até o dia 9 daquele mês, a cobertura da ocupação seria diária e profunda para os padrões da mídia⁶⁵. Neste dia, aliás, título de reportagem da Folha indicava: “Após invasões, Dilma recebe líder sem-teto”⁶⁶. Antes de conversar com a presidente em Itaquerã, o movimento havia ocupado as sedes de três empreiteiras ligadas a obras da Copa⁶⁷. Com pichações e depredação dos imóveis, a repercussão midiática era inevitável. O movimento conseguia conciliar ação disruptiva e negociação com a presidência da República. Os atos, contudo, não cessavam. “Se não houver mais investimentos em moradia não vai ter abertura da Copa”, ameaçava Boulos em 22 de maio, depois de mobilização com mais de 15 mil pessoas em São Paulo⁶⁸. De fato, as manifestações se estenderiam até a semana anterior à abertura e pressionariam os entes públicos a ceder: “Dilma pretender incluir sem-teto no Minha Casa”, noticiava a Folha, no dia 8, sobre inclusão do MTST na modalidade entidades do programa⁶⁹. “Governos cedem e MTST promete ficar calmo durante Copa” anunciava reportagem do dia 10 daquele mês, segundo a qual o governo federal subsidiaria as unidades habitacionais a serem construídas na ocupação Copa do Povo⁷⁰.

É inegável que o movimento conseguiu aproveitar sua maior capacidade de mobilização e a consequente ameaça que isso implicava para os atores estatais em meio a um evento do porte da Copa do Mundo para alavancar a sua estatura. A cada dia ficava mais evidente o caráter político das manobras do MTST. Em 26 de junho, Boulos se tornava colunista da Folha. Em 17 de julho, o jornal registrava protestos do movimento em 30 dias de 2014, sem considerar ocupações de terrenos, que tinha sido recebido por Haddad, Alckmin e Dilma, e contribuído de forma decisiva, por meio de atos em frente à Câmara, para a aprovação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo⁷¹. O escopo e as ambições do movimento ganhavam musculatura, como Boulos fazia questão de afirmar ao lembrar à reportagem que o movimento não tem apenas a moradia como objetivo: “sempre defendemos reforma urbana, serviços de qualidade e ampliação de direitos sociais”. No dia seguinte, Reinaldo Azevedo, impressionado com ato contra a baixa qualidade dos

⁶⁴ “Sem-teto invadem terreno particular perto do Itaquerã”. Folha de S.Paulo, 05/04/2014, A11.

⁶⁵ Entre os dias 4 e 9 de maio, a Folha publicou cinco matérias sobre o movimento, incluindo um perfil e uma entrevista com Guilherme Boulos.

⁶⁶ “Após invasões, Dilma recebe líder sem-teto”. Folha de S.Paulo, 09/05/2014, A5.

⁶⁷ “Em SP, sem-teto invadem sedes de empreiteiras”. Folha de S.Paulo, 09/05/2014, A4.

⁶⁸ “Sem-teto reúne 15 mil em SP e ameaça ‘junho vermelho’”. Folha de S.Paulo, 16/01/2014, A4.

⁶⁹ “Dilma quer incluir sem-teto no Minha Casa Minha Vida”. Folha de S.Paulo, 08/06/2014, A4.

⁷⁰ “Governo cede e sem-teto prometem tregua”. Folha de S.Paulo, 10/06/2014, A8.

⁷¹ “MTST fez protestos em 30 dias de 2014”. Folha de S.Paulo, 17/07/2017, C4.

serviços de telefonia nas periferias⁷², enxergava “o embrião de um novo partido”⁷³. No fim do ano, o ex-presidente Lula participava da entrega das chaves do condomínio João Cândido, em Taboão da Serra, construído por meio da modalidade entidades do MCMV⁷⁴.

2014 foi, portanto, um marco na elevação da estatura política do MTST. Para além da forte mobilização no contexto da Copa, a diversificação de seu repertório, da sua pauta mais visível de reivindicações e a exposição pública como nova referência na esquerda desenhavam a emergência de um novo ator político, cujas relações mais próximas com a disputa eleitoral já pareciam uma mera questão de tempo. Contudo, a narrativa veiculada por seus ativistas ainda era carregada, apesar da ambiguidade característica, de tom combativo às instituições representativas e à transformação social por dentro do Estado. Em 11 de maio, em meio à grande repercussão da ocupação Copa do Povo, artigo de Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores, da coordenação do movimento, publicado na Folha, respondia à pergunta que o intitulava; “O que quer o MTST?”

A cidade privada para poucos é a cidade da privação para a maioria. Essa mudança passa por uma profunda reforma urbana, que não virá do Congresso, com seus parlamentares financiados até o pescoço pelo capital imobiliário. Ela vem de baixo. A história dos povos ensina que as transformações são resultado de movimentos populares de massa, que enfrentam as relações de poder constituídas. Chamamos isso de poder popular. É isso que quer o MTST.⁷⁵

Em várias de suas colunas, Boulos (2015b: 79) comentava as eleições de 2014, evento que recebera pouca atenção do movimento, com ceticismo:

Independentemente de quem sair vencedor das urnas em 6 de outubro - ou num segundo turno - a vitória já tem dono. Ou melhor, donos. Os mesmos de sempre: JBS Friboi, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Bradesco, Odebrecht, OAS, Itaú, Camargo Correia e afins.

Ele contestava a ideia de que algum candidato fosse melhor ou teria condições de fazer um governo melhor que outro: “Esperar que o próximo governo, seja Dilma, Marina ou Aécio, tenha independência para fazer as mudanças em favor da maioria do povo é de uma ingênua ilusão” (idem: 81). Após a vitória de Dilma, reforçava sua descrença quanto à possibilidade de transformações efetivas por dentro do Estado. A retomada de uma agenda de reformas populares,

⁷² “Sem-teto agora faz ato contra telefonia e mira crise da água”. Folha de S.Paulo, 17/07/2014, C1.

⁷³ “Lula, Boulos e as fantasias burguesas”, Reinaldo Azevedo. Folha de S.Paulo, 18/07/2014, A13.

⁷⁴ Como a Folha de S.Paulo registra em foto de Lula e Boulos na página A4 da edição de 21/12/2014.

⁷⁵ “O que quer o MTST”, Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores. Folha de S.Paulo, 11/05/2014, A3.

segundo ele, “não se dará por iniciativa nem vontade do PT, mas pela polarização das ruas e pelo fim de um ciclo econômico” (idem: 90). Não se tratava de comentários isolados. Em entrevista naquele ano, Boulos chegou a criticar duramente o PT, cujo projeto não seria popular, mas representante “dos interesses do capitalismo brasileiro”⁷⁶. Perguntado em entrevista a qual partido pertencia, foi taxativo:

Não sou de partido algum. O MTST preza profundamente pela sua autonomia política. O MTST não tem vínculo partidário, o que não quer dizer que não tenha posição política. Temos posições políticas bem claras. No entanto, não achamos que política se faça apenas dentro das instituições ou dentro de partidos políticos. Política pode ser feita na rua, nas bases, nas comunidades, nos movimentos populares⁷⁷.

A disputa institucional parecia longe do horizonte do MTST e sua narrativa o enfatizava de maneira recorrente. Ao se tornar um ator relevante no cenário político, capaz de dialogar com agentes públicos, pressionar por demandas ligadas à moradia, mas também influenciar decisões como a aprovação e os contornos do Plano Diretor de São Paulo, o movimento reivindicava um caráter político, mas sem sugerir nenhum envolvimento direto com eleições. O frame crítico ao modelo petista de transformação via Estado ainda poderia servir para descrever a retórica do movimento, mas a complexidade relativa do mundo exigia dele métodos heterodoxos, que incluíam a articulação com atores político-partidários e a negociação com agentes do Estado.

O ano de 2015 parece emblemático para a tensão que permeia a ação e o discurso do MTST. No primeiro semestre, é enfática a narrativa em prol da luta por baixo e por fora do Estado. No dia 19 de março, em que o movimento promoveu atos em sete estados, o coordenador Josué Rocha afirmava à reportagem da Folha que “precisamos de uma intervenção popular, não militar”⁷⁸, em referência à mobilização de setores de extrema direita insatisfeitos com o resultado eleitoral do ano anterior. No prefácio de livro que reunia suas colunas publicadas até então na Folha, Guilherme Boulos (2015b: 14) expressava mais uma vez sua discordância com o petismo:

No campo da tática, a maior lição que a experiência petista nos deixa é que afundar-se na disputa institucional sem apostar na organização de base e na mobilização popular é um caminho de adaptação. A esquerda precisa retomar sua capacidade de mobilização, estando onde o povo está e assumindo suas lutas concretas.

⁷⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=X8JKKYyxZ8o>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

⁷⁷ Disponível em <http://tv.estadao.com.br/politica,lider-do-mtst-guilherme-boulos-diz-que-projeto-e-maior-do-que-luta-por-moradia,146958>. Acesso em 8 de janeiro de 2018.

⁷⁸ “Grupos de sem teto realizam protestos em sete estados”. Folha de S.Paulo, 19/03/2015, A8.

É curiosa, não obstante, a atuação decidida do movimento em defesa do governo Dilma, a partir do segundo semestre desse ano. Apesar das críticas efusivas às gestões e à estratégia petista, o MTST foi um dos protagonistas dos atos contra o impeachment e em “defesa da democracia”. Embora sua narrativa histórica tendesse a descrever o sistema político brasileiro como pouco (ou nada) democrático, pois contaminado pelo poder do capital sobre as instituições, o movimento se posicionou contra o impeachment, participou de atos no Palácio do Planalto⁷⁹ e mobilizou sua base por todo o país⁸⁰. É verdade, porém, que o posicionamento crítico ao impeachment e em defesa de Dilma não se deu de forma cristalina, contrastando com a polarização que marcava o debate público. Com efeito, o MTST fez um esforço notável para se opor ao impeachment ao mesmo tempo em que criticava o governo e o ajuste fiscal em curso. Em 19 de agosto, Boulos afirmava que o movimento não aceitava que ato do qual participaria tivesse como bandeira exclusiva a defesa do governo e da democracia: “Atrelamento partidário não ajuda. As manifestações são por pautas amplas e populares, compartilham de uma insatisfação com o sistema político”⁸¹. A participação em atos contra o impeachment foi temperada com críticas a Dilma e o PT e justificada pelo fato de que embora o governo fosse indefensável, a posse de Michel Temer seria “ainda pior para os trabalhadores”⁸².

Faz-se notar a contradição em relação às colunas citadas acima sobre as eleições de 2014 e à postura histórica do MTST. A ambiguidade da narrativa do movimento se manifesta tanto na defesa do governo Dilma quanto na defesa da estabilidade e do respeito às regras do jogo democrático, até então muito contestadas. A Cartilha do Movimento (MTST, 2015: 5), reeditada no fim daquele ano retrata a tensão da sua retórica. Na primeira parte, afirma-se que:

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores (...) E o Estado atende exatamente a esta minoria. Por isso nossa luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. Mas é preciso um intenso e longo acúmulo de forças para atingirmos nossos objetivos principais. Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade

⁷⁹ “CUT defende reação com ‘arma na mão’”. Folha de S.Paulo, 14/08/2015, A6.

⁸⁰ “Grupos de esquerda protestam contra Cunha e ajuste fiscal”. Folha de S.Paulo, 09/11/2015, A7;

“Movimentos questionam ato de Cunha e prometem ir às ruas por Dilma”. Folha de S.Paulo, 03/12/2015, A8;

“55 mil vão às ruas em SP, segundo Datafolha”. Folha de S.Paulo, 17/12/2015, A9.

⁸¹ “Crítica a impeachment divide líderes de ato”. Folha de S.Paulo, 20/08/2015, A10.

⁸² “Grupos agendam atos pró e contra saída da presidente”. Folha de S.Paulo, 04/12/2015, A7.

de mobilização, dentre muitos outros fatores. (...) Podemos resumir esta meta na seguinte ideia: construção de poder popular. (...) Na prática, isso significa estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado.

Por outro lado, a mesma cartilha registra a necessidade de construir alianças para alcançar tais objetivos e, desse modo, a importância da criação da frente Povo Sem Medo. Seria fundamental articular relações com outros movimentos populares, sindicatos e “outras organizações que defendam os mesmos objetivos que os nossos, sejam partidos políticos, igrejas, grupos culturais, etc. Por isso construímos o Povo Sem Medo, frente que reúne várias organizações aliadas a partir de objetivos comuns, principalmente um programa de Reformas Populares para o Brasil” (idem: 10). A frente se constitui, afirma-se, como um ator cujo objetivo maior é contribuir para reformas populares, dentre as quais as reformas tributária e política, a auditoria da dívida pública e a democratização dos meios de comunicação, além das reformas urbana e agrária.

Enquanto os “Princípios para um regimento interno nacional” enfatizam que “nenhum militante pode sair candidato a cargos no Executivo ou Legislativo” (idem: 15), a Frente Povo Sem Medo é lançada por iniciativa do MTST com a intenção explícita de incidir sobre a estrutura político-institucional. Da mesma forma, o movimento participa ativamente da defesa do governo Dilma contra ameaças de impeachment. Não se trata aqui de alegar uma virada completa da estratégia e da narrativa do movimento entre o primeiro e o segundo semestre de 2015. Com efeito, em coluna publicada em 5 de fevereiro de 2015, Boulos criticava a desigualdade provocada pelo neoliberalismo e afirmava que “as lutas de resistência popular pelo mundo trazem novos ventos e anunciam que poderá chegar o dia em que serão 99 contra 1” (Boulos, 2015b: 106). Bandeiras críticas a ele teriam levado “300 mil às ruas de Madri na semana passada em apoio ao Podemos. Foram elas também que elegeram o Syriza na Grécia”. Já no segundo semestre, a postura contrária ao impeachment não implicava um projeto explicitamente afirmativo de tomada das instituições pelo voto, mas recorria ao argumento de que um governo Temer seria ainda pior para os trabalhadores. Se o movimento se consolidava enquanto ator político no cenário nacional, a ambiguidade de seu discurso ainda pautava sua postura em relação ao governo, ao impeachment e à importância da democracia parlamentar. Idas e vindas descrevem melhor o processo do que a imagem de um caminho linear no sentido das instituições e da representação.

Em 2016, porém, a narrativa do MTST parece evoluir com mais rapidez a favor de um projeto de esquerda que, apesar de amparado na luta e na mobilização social por baixo, envolva a disputa institucional e a condução de reformas por cima e a partir do Estado. O desempenho ruim do PT nas eleições municipais de outubro daquele ano reforçava esse movimento e abria uma avenida de oportunidade rumo à criação de uma força política em que as eleições ocupassem um lugar importante, mas reiteradamente apontado como secundário.

Em relação ao impeachment, a postura do movimento continua marcada pela ambiguidade na defesa do governo petista. Enquanto Boulos é convidado a participar do renovado Conselho⁸³ e participa de ato em apoio a Lula e Dilma em meio à proibição da nomeação do ex-presidente ao ministério da Casa Civil⁸⁴, o MTST não deixa de criticar medidas do ajuste fiscal e de pressionar por demandas vinculadas à moradia. Em 7 de março, ele divulga manifesto apontando protestos, bloqueios de vias e novas ocupações contra o governo, pois as pautas da direita deveriam ser “enfrentadas na rua, com radicalidade”, uma vez que elas haviam sido encampadas pelo governo de Dilma e não restavam esperanças de uma “guinada à esquerda”⁸⁵. No dia 25 do mesmo mês, a Folha noticiava: “Ato sem teto critica Dilma, mas condena impeachment” e Boulos afirmava: “estamos na rua para deter uma ameaça à democracia, que também é um golpismo. O que vivemos hoje no país é autenticamente um golpe sem militares nas ruas, mas que ataca as liberdades democráticas e direitos sociais”. Ao mesmo tempo em que se pressionava o governo pelo lançamento da terceira fase do Minha Casa Minha Vida⁸⁶. Na reta final do processo, o movimento, porém, participou de acampamento no Largo da Batata⁸⁷, de atos conjuntos com a Frente Brasil Popular⁸⁸ e seguiu mobilizado contra o impeachment e o governo Temer, conectando-o com sua luta mais imediata. Matéria de 29 de abril era ilustrada com faixa do MTST em que se pode ler: “não queremos golpe, queremos moradia”. Boulos ameaçava: se o golpe se confirmasse, bloqueios de via virariam rotina⁸⁹.

⁸³ Como indica a coluna “Painel” da Folha de S.Paulo de 12/01/2015, A4.

⁸⁴ “Esquerda faz ato de apoio a Lula e Dilma em SP”. Folha de S.Paulo, 17/03/2016, A12.

⁸⁵ “MTST promete radicalizar contra Dilma”. Folha de S.Paulo, 07/03/2016, A5.

⁸⁶ “Ato de sem-teto critica Dilma, mas condena impeachment”. Folha de S.Paulo, 25/03/2016, A6.

⁸⁷ “Ao relento no impeachment”. Folha de S.Paulo, 15/04/2016, A13.

⁸⁸ “Derrota é recebida com resignação em ato pró-governo no Anhangabaú”. Folha de S.Paulo, 18/04/2016, A25.

⁸⁹ “MTST faz protestos contra impeachment”. Folha de S.Paulo, 29/04/2016, A8.

Ao mesmo tempo em que radicaliza a oposição a Temer e vincula a mobilização contra o novo governo com demandas do movimento, como quando manifestou contra cortes do Ministério das Cidades⁹⁰, o MTST se aproximou de atores fortemente vinculados à disputa institucional. Em 8 de julho, por exemplo, Dilma visita a ocupação João Cândido em ato chamado de “mulheres com Dilma em defesa da democracia”⁹¹. Se em 2014 o movimento tinha ocupado posição marginal nos debates relacionados às corridas eleitorais, em 2016 ele não fugiu do tema e participou de forma menos envergonhada do que se poderia imaginar. Em 6 de agosto, perguntado se o MTST apoiaria algum candidato em São Paulo, Boulos diz que apoios ainda seriam discutidos, mas admite afinidade com Erundina: “O MTST tem uma identidade forte com Erundina e entende que o momento é de fortalecer alternativas de enfrentamento à direita”⁹². No dia 29, o jornal registra visita de Haddad à ocupação Vila Nova Palestina. A coordenadora Jussara Basso, na ocasião, diz que “Gostaria de agradecer os acordos firmados [com a gestão] que foram cumpridos e pedir para que o senhor [Haddad] reforce aqui os acordos que temos”⁹³. No dia 27 de setembro, uma matéria sobre as eleições de Porto Alegre lista, entre os apoios recebidos por Luciana Genro, o de “Guilherme Boulos, do MTST”⁹⁴.

É ao fim daquelas eleições, porém, que o processo de entrada do movimento no universo político-institucional parece ter se acelerado, devido, em larga medida, a uma circunstância externa percebida como oportunidade. O desempenho do PT e da esquerda em geral denotava o enfraquecimento dessas forças políticas, especialmente corroído, no caso do PT, pelos escândalos de corrupção envolvendo a operação Lava Jato e a situação crítica da economia. Artigo de Natuza Nery na Folha de 31 de outubro resumia um diagnóstico um tanto generalizado:

Até aqui hegemônico, o PT fez despencar o desempenho da esquerda no Brasil. (...) Com o sonoro não do eleitorado, restará às siglas que dominam esse campo político apenas o ano de 2017 para reorganizar alguma tropa capaz de disputar 2018. (...) O PT respira por aparelhos. O PSOL deixou as urnas como força residual⁹⁵.

⁹⁰ “Moradia, a primeira vítima de Temer”, Natalia Szermeta, Sérgio Farias e Vitor Guimarães. Folha de S.Paulo, 23/05/2016, A3.

⁹¹ “‘Mulher não cede’, afirma Dilma, ironizando renúncia de Cunha”. Folha de S.Paulo, 09/07/2016, A6.

⁹² “Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo”. Folha de S.Paulo, 07/08/2016, A11.

⁹³ “Haddad corteja sem-teto e celebra parceria”. Folha de S.Paulo, 29/08/2016, A8.

⁹⁴ “Luciana Genro tem campanha pop na internet e sumiço na televisão”. Folha de S.Paulo, 27/09/2016, 4.

⁹⁵ “Esquerda tem pouco tempo para buscar união”, Natuza Nery. Folha de S.Paulo, 31/10/2016, A16.

Vinte dias mais tarde, o mesmo jornal noticiava que “a articulação do novo partido de esquerda que alas do PT e do PSOL discutem com MTST é paralela à formação de uma frente ampla nos moldes da uruguaia”⁹⁶. A derrocada do PT como ator hegemônico na esquerda representava uma oportunidade evidente para a emergência de uma força política capaz de reconectar os vínculos da esquerda com as camadas populares e o MTST era exaltado como a organização em melhores condições de fazê-lo, mas o movimento ainda via sua força e sua credibilidade inerentemente vinculados à sua capacidade de mobilização e à luta direta por moradia. Ademais, princípios e identidade construídos em torno dessa prática e de uma narrativa crítica ao jogo eleitoral constrangeriam a entrada imediata na disputa institucional. O imperativo moral de sua narrativa - cujo início partia do desamparo da população mais pobre e o fim se consumava no poder popular conquistado por meio da organização e da luta contra o Estado - seria um freio para a criação de um novo partido. Ao ser perguntado em entrevista a Mario Sergio no final daquele ano se admitia entrar num partido, Guilherme Boulos respondeu:

Não, não. Isso não está colocado. Para mim isso não está colocado, hoje. Precisamos pensar alternativas políticas. Mas elas precisam passar pelo crivo de um ciclo de mobilização social. (...) Você pega o PT: nos seus primórdios, ele deu gás para um projeto de esquerda que saiu de movimentos de base, do campo, da cidade; surgiu desse caldo e depois impulsionou um projeto. (...) E a maioria dos partidos populares, de esquerda, relevantes no mundo não saíram de opções de intelectuais que chegam a verdades programáticas, eles surgem de um caldo social. Temos o desafio de ampliar esse caldo social na resistência de ataques brutais e ao mesmo tempo fazer isso pensando o que seria a referência de um novo projeto de esquerda⁹⁷.

Ao mesmo tempo em que negava a entrada em um partido naquele momento, Boulos não rejeitava completamente a criação de um outro, embora ela devesse estar subordinada a um ciclo prévio de mobilização social, como foi no caso do PT. A disputa institucional ainda era recusada, mas o tom da narrativa era outro e ela já despontava no horizonte. Na mesma entrevista, Boulos demonstra preocupação com os riscos da crise de representatividade pela qual passaria o Brasil e aponta duas saídas. Uma seria perigosa, como “o que aconteceu nos EUA, em que um aventureiro com discurso intolerante consegue canalizar” a insatisfação com a política e a saída por fora dela. E a outra, virtuosa, é “o que aconteceu na Espanha”, onde o Podemos emergiu como “um partido que soube dialogar com a juventude, soube ter sintonia com o ativismo de rede, com novos movimentos e

⁹⁶ Coluna “Painel”, Folha de S.Paulo, 21/11/2016.

⁹⁷ Realizada em 24 de novembro de 2016, a entrevista está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cqZE1XbiYvU>. Acesso em 16 de janeiro de 2017.

dessa maneira conseguiu construir um projeto claro contra-hegemônico e de esquerda”. E concluiu “eu acho que nós temos o desafio, no Brasil, de renovar a nossa esquerda, mas isso precisa estar em sintonia também com um projeto que vem de baixo”. A representação deixava de ser um problema fundamental. A referência deixava de ser os piqueteiros. O problema passava a ser a crise de representação e a referência, um partido político. A evolução da narrativa parece a ter levado para longe do que era antes de 2013 ou mesmo em 2015. Tratava-se de um outro frame a orientar a ação e o discurso do MTST?

1.3. Mudança incremental: princípios e identidade preservados na nova narrativa

“PSOL, petistas e movimento de sem-teto discutem plano para esquerda”, registrava a Folha de S.Paulo em 20 de junho de 2017. Com a participação de quadros do PT e do PSOL e “realizada a convite do MTST (...) ficou acertada a organização de debates públicos e via internet para elaboração de programa de governo a partir do segundo semestre”⁹⁸. Estaria em discussão, segundo a matéria, um “programa mais à esquerda”, que fosse “além dos governos petistas”. Entre as opções de setores do PT incluídos nas conversas, colocavam-se como opções “a criação de um partido com Boulos e a migração para o PSOL”. Menos de dois meses depois, o jornal registrava: “Grupos de esquerda iniciam debates pelo país e lançam site”⁹⁹. Tratava-se da plataforma digital e do ciclo de debates batizado de Vamos que, apesar de não ser “pautado pelo calendário eleitoral” de acordo com seus organizadores, surgia com o propósito de preparar o terreno para uma entrada “por baixo” e pela participação da sociedade no tabuleiro político-institucional. Conforme Boulos disse à reportagem, o “que está colocado é discutir projeto para o próximo período, de 10, 20 anos. Nós temos uma crise do país e da esquerda, precisamos de uma discussão honesta, sem tabus”. Em vídeo publicado pela Mídia Ninja¹⁰⁰ em julho, Boulos apresentava o Vamos da seguinte maneira:

Nós vivemos uma profunda crise de representação. As instituições da República estão se esfacelando aos olhos de todo o povo, abrindo, inclusive, os perigosos caminhos da antipolítica e

⁹⁸ “PSOL, petistas e movimento de sem-teto discutem plano para a esquerda”. Folha de S.Paulo, 20/06/2017, A11.

⁹⁹ “Grupos de esquerda iniciam debates pelo país e lançam site”. Folha de S.Paulo, 14/08/2017, A12.

¹⁰⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cidBPS6qVis>. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

de saídas antidemocráticas (...) Nós precisamos construir um campo amplo para enfrentar Temer, as suas reformas, as saídas antidemocráticas e o Estado de exceção.

O caminho envolveria a recuperação de vínculos com as camadas populares, mas não poderia se furtar à disputa institucional: “A política transformadora se faz também nas eleições, no parlamento, mas se faz, sobretudo, nas ruas, com organização de base e mobilização popular”. A Povo Sem Medo se apresentava, por intermédio do Vamos, como alternativa tanto à opção exclusiva pela luta extrainstitucional quanto ao modelo lulista de concertação de classes e disputa institucional: “Nós não vamos construir novos caminhos apostando na destruição (...) É preciso reconhecer avanços, mas todos nós sabemos que para pensar o futuro, precisamos superar limites e contradições. Não há mais condições para novos avanços sem conflitos”. Essa discussão deveria ser feita nas praças, “e é por isso que a frente Povo Sem Medo propôs um ciclo amplo de debates de um programa para o Brasil para acontecer no segundo semestre desse ano”.

Em meio à desconfiança nos atores políticos tradicionais, agravada com o escândalo envolvendo a delação de Joesley Batista, o MTST passava a manifestar sua preocupação com a crise de representação e a força eleitoral da esquerda. Panfleto informativo da Povo Sem Medo distribuído em 2017 apontava os perigos do sentimento anti-política preponderante na sociedade.

É evidente que isso [crise de representação] abre um espaço para a esquerda. Mas é preciso estarmos muito atentos porque parte deste caldo expressa também uma rejeição à política. Rejeição bastante compreensível, na medida em que o sistema político está falido e não representa os anseios populares. O problema é o risco de enveredar para saídas autoritárias, ao estilo de Bolsonaro ou do general Mourão. A esquerda precisa ser capaz de se apresentar como alternativa ao *establishment*, não só a Temer (Frente Povo Sem Medo, s/d).

Embora fosse evidente o movimento de entrada no universo eleitoral, a redefinição da estratégia e das táticas do MTST não poderia ser apresentada de forma abrupta - levando em consideração não apenas o discurso tradicional, mas também o contexto de rejeição profunda das instituições e de seus operadores. Além de subordinado à luta direta por direitos e condições dignas de vida, esse processo foi elaborado tendo como lastro a história do movimento. Ele seria apresentado como um desdobramento natural e legítimo de sua atuação por fora do Estado. Para evitar uma imagem de ruptura, a reinterpretação da história serve para sugerir a coerência a práticas notadamente diferentes. O livro “MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil” assume esse propósito. Nele, a frente Povo Sem Medo surge na esteira da tradição aglutinadora do movimento:

Já em 2006, por exemplo, faziam-se reuniões com outras forças com o objetivo de criar uma plataforma comum entre movimentos sociais do campo e da cidade, sindicatos, estudantes etc. É a partir do crescimento do Movimento, no fim da década de 2000, que temos dois tipos de desdobramentos: uma maior participação do MTST nos processos de construção de unidade da esquerda e a nacionalização mais orgânica do movimento. (...) Mais recentemente, a Frente Povo Sem Medo tornou-se mais uma empreitada iniciada pelo MTST, construída ‘no quente’ das lutas contra o ajuste fiscal e os retrocessos pretendidos pelos abutres do mercado financeiro. A Povo Sem Medo aponta o caminho das Reformas Populares, buscando construir um outro destino para as maiorias em nosso país, em diálogo franco e aberto com setores diversos, sem purismos abstratos, sempre na perspectiva da luta e da mobilização social (Simões et al., 2017: 37-38).

A narrativa desenvolvida no livro atribui escolhas do movimento às circunstâncias em que ele se encontra ao longo do tempo. Face à necessidade de adaptar sua estratégia a alterações da correlação de forças, a renovação das táticas é um imperativo. Não obstante, o horizonte e o ponto de partida da luta não mudam: poder popular e organização dos trabalhadores a partir da ocupação.

Outro importante corte na história recente do MTST é reflexo de um importante corte na história recente do Brasil: o processo desencadeado a partir de 2013. A atmosfera de inegável descontentamento político e social, reforçada pelas grandes manifestações de junho daquele ano, inspiraram uma onda de ocupações por moradia na periferia de São Paulo. (...) Com tudo o que foi apresentado até agora, uma coisa deve ficar evidente: o MTST é um movimento popular que tem como fundamento de sua existência a ocupação. Toda essa história foi construída a partir da lona preta e do suor coletivo. A ocupação, que é fruto da necessidade de um povo, torna-se o ambiente propício para que esse povo seja protagonista da luta política por uma cidade na qual o objetivo da vida não seja somente sobreviver (idem: 39).

Mais adiante, a busca por transformações conquistadas por cima aparece como um desdobramento natural da trajetória do movimento:

Torna-se um desdobramento natural desse processo [golpe, reformas, crise petista] a criação da Frente Povo Sem Medo, como expressão da reconfiguração do campo popular e da esquerda (...) A Povo Sem Medo se lança como ferramenta para radicalizar a democracia e a participação popular por reformas estruturais, como a democratização das comunicações, a reforma tributária progressiva e um controle social do poder judiciário, bem como profundas reformas agrária e urbana (idem: 119).

O Vamos e a Povo Sem Medo não são apresentados como pontos de inflexão, mas representam a possibilidade de renovação da política nacional, com práticas mais participativas e resultados mais afeitos aos interesses populares:

Para o MTST e a Frente Povo Sem Medo, abre-se um momento histórico importante: o de construir um programa a partir da perspectiva das maiorias do Brasil (...) A partir dessa ideia é que se forja o ‘Vamos!’, um desdobramento programático da existência exitosa da Povo Sem Medo. (...) Caberá aos movimentos populares a tarefa de atualizar a política nacional, articulando-se com as forças políticas e sociais atuantes, e também em diálogo aberto com os trabalhadores e trabalhadoras que hoje estão ‘desorganizados’, para oferecer uma alternativa que apresente soluções no curto prazo e

que projete para o futuro um novo modelo de organização econômica, política e social (idem: 123-24).

A ampliação da luta - ou a incorporação da disputa eleitoral no repertório de ação do MTST - cuja clareza é reforçada naquele momento com as especulações em torno da candidatura de Boulos à presidência em 2018 -, não implica uma transformação substantiva da maneira pela qual o movimento explica a realidade e sua atuação. O mundo é complexo para uma interpretação sustentada em opções binárias de luta por fora do Estado ou de transformações alcançadas por meio dele. A narrativa do MTST é permeada pela mesma ambivalência que Polletta (2006) identificou na luta de ativistas negros nos EUA dos anos 1960. Na linguagem veiculada por eles, a palavra espontaneidade significava, ao mesmo tempo, mobilizações voluntárias e involuntárias. A ambiguidade era crucial para a narrativa, pois livrava o movimento da acusação de influência externa e favorecia o engajamento e a identificação de potenciais ativistas com a estória. No lugar de um frame cristalino e apoiado numa identidade com contornos bem definidos, uma narrativa composta por palavras com mais de um sentido e aberta a interpretação pode favorecer o movimento e dar mais coerência a escolhas à primeira vista contraditórias. A crítica à democracia representativa mobilizada historicamente pelo MTST não excluía o engajamento com a disputa institucional. Da mesma maneira, uma narrativa renovada e movida pela ambivalência torna a familiar virtude da luta direta mais complexa e aberta à criação. O que se dá de diversas formas. Pela reinterpretação da história do movimento e de avaliações acerca dos constrangimentos e oportunidades colocados pela conjuntura. Mas também pela prioridade que o MTST outorgou historicamente à garantia de direitos, a despeito de qualquer interesse eleitoral.

Às vésperas da candidatura presidencial de 2018, Boulos questionava a centralidade que a esquerda deve dar à chegada ao poder por meio do voto. Em entrevista de outubro de 2017, afirmava:

Se a esquerda aprendeu alguma coisa com o golpe que levou é que ganhar eleição só não resolve. A Dilma ganhou eleição. Adiantou? Governou? Ganhar eleição sem ter força social, sem caldo programático, sem mobilização e organização popular não é suficiente. Isso não significa excluir participação eleitoral. Mas isso não pode ser o foco¹⁰¹.

101 Disponível em <http://tv.estadao.com.br/politica,lider-do-mtst-critica-candidatura-de-bolsonaro,806751>, Acesso em 16 de janeiro de 2018.

O foco teria de ser o recurso à participação efetiva da sociedade. O problema da governabilidade, que o lulismo resolveu pelas concessões às elites políticas e econômicas, deve ser enfrentado por constante organização e mobilização popular, diria o candidato do PSOL ao longo da campanha de 2018. Diante da desconfiança generalizada com o *modus operandi* e os atores tradicionais da democracia representativa, aliás, um modelo de ação política amplamente apoiado na ação direta dos governados contra seus representantes ganhou o coração de parte importante dos eleitores brasileiros. Não é absurdo pensar, como mostrei no capítulo anterior, que a candidatura e o subsequente governo de Jair Bolsonaro recorreram ambos à participação extrainstitucional de sua base como expediente político.

Como notou Polletta (1998), o encadeamento de *plots* que compõem uma narrativa é raramente articulado de forma lógica e consequencial. É comum, ao contrário, que ele obedeça a fatores de ordem afetiva e moral que estruturam uma estória e acabam por limitar de alguma forma a margem possível de ação. Sem que isso restrinja por completo sua capacidade de sustentar novas práticas frente à evolução das circunstâncias. No caso do MTST, é nítido como a narrativa do movimento sempre foi organizada em torno do protagonismo do povo e da luta direta como meio primordial para a transformação social. No ano em que o percurso rumo à política partidária ganhou contornos mais evidentes, protestos e ocupações não foram negligenciados. Por mais de 20 dias, entre fevereiro e março de 2017, um acampamento permaneceu em frente ao escritório da presidência da República, na Avenida Paulista, para reivindicar a liberação de contratações da faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. O MTST ainda desempenhou papel determinante na condução de protestos contra as reformas trabalhista e previdenciária, que incluíram uma greve geral em diversas cidades brasileiras. As ocupações de terrenos, por sua vez, não cessaram. A mais emblemática delas foi a Povo Sem Medo de São Bernardo, que reuniu mais de 10 mil famílias. O compromisso com a luta disruptiva das camadas populares não dava sinais de arrefecimento.

De fato, as iniciativas mais amplas em termos de alianças e mais ousadas em termos de alcance político-institucional do movimento demonstram preocupação em exaltar a participação popular como um imperativo estratégico, mas também moral, para qualquer projeto. Um pequeno panfleto sobre a organização dos Bairros Sem Medo (espécie de núcleos comunitários) de 2017 revela como a articulação entre participação e representação é feita com cuidado retórico. Ao mesmo tempo em que aponta para os riscos do “descrédito total com o sistema político” e do discurso de ódio que o

acompanha (Frente Povo Sem Medo, s/d: 1), o documento alega que a construção da Povo Sem Medo “busca agregar gente de todo o país pautada sempre pelos princípios da autonomia política, trabalho de base constante e mobilização popular” (idem: 2). De um lado, afirma-se a necessidade de resistir ao desmonte feito pelos setores que se apoderaram do controle político do Estado - sugerindo a disputa dele. Por outro, o lastro de legitimidade que sustenta esse movimento é o compromisso com a luta com o povo e por fora das instituições. A ambiguidade da narrativa empregada seria dificilmente melhor exemplificada do que na seguinte frase: “Quando despertamos para a luta do nosso dia-a-dia, começamos a entender também a importância de lutar pela política de nosso país” (idem: 3). Em outras palavras, a importância da disputa pela política - assumida como restrita à esfera institucional - se torna clara quando nos damos conta de que a política também ocorre fora das instituições do Estado.

Ilustração relevante encontra-se também nas resoluções finais da plataforma digital do Vamos. No eixo chamado “Democratização do poder e da política”, destacam-se medidas voltadas para a ampliação da participação direta no sistema político e que limitam a independência dos representantes eleitos, tais quais: convocação de plebiscitos; submissão de emendas constitucionais a referendos populares; possibilidade de revogação dos mandatos; e criação de conselhos populares territoriais e temáticos com poder deliberativo. Por outro lado, a defesa do voto em lista fechada aponta para um compromisso com instituições representativas fortes, num sinal de que mais participação e melhor representação caminham juntas no programa elaborado pela Povo Sem Medo.

No momento em que o Podemos espanhol se torna uma referência maior para o MTST, que outrora olhava com entusiasmo a ação do movimento piqueteiro na Argentina, a representação política invade a sua narrativa. Não obstante, a ênfase do discurso de seus membros continua girando em torno da participação e do protagonismo da luta popular. Ao comentar as especulações em torno de seu nome para a disputa presidencial em reunião da coordenação do movimento em 21 de novembro de 2017, Guilherme Boulos afirmou que o convite havia sido feito pelo “aliado PSOL”, mas que a prioridade “não passava pela disputa eleitoral”. O movimento continuava focado nas suas conquistas, como a que fora comentada há pouco sobre a ocupação de São Bernardo, e debateria internamente, “com calma, a contribuição de uma eventual candidatura para a luta do MTST”. A entrada do movimento na disputa político-institucional não poderia negligenciar os

cânonos que informam a sua narrativa. Se a representação deve estar subordinada à participação e à luta direta, por fora do Estado, ambas aparecem articuladas na prática e no discurso da organização. A cartilha dos Bairros Sem Medo afirma que eles devem lutar por temas locais, como creches e atividades culturais, mas não devem perder de vista o objetivo de “organizar no nível local as lutas nacionais que estão em discussão na Frente Povo Sem Medo” (Povo Sem Medo, s/d: 4).

A análise empírica e um tanto distanciada apresentada até aqui oferece indícios importantes de que, embora eventos de ordem estrutural tenham favorecido a ofensiva do MTST rumo à política institucional, não parece razoável afirmar que ele foi empurrado pelas circunstâncias a adotar um repertório de ação mais diverso e compelido a adaptar seu discurso em função de práticas até então criticadas. Como poderia sugerir a compreensão convencional de processos em que atores sociais transcendem a luta extrainstitucional no sentido da disputa eleitoral. Mesmo que constantemente sujeita a contingências externas e internas, as decisões tomadas pela direção do movimento tinham claramente o intuito de reforçar seu caráter político e indicar caminhos que poderiam eventualmente desembocar em uma entrada mais decidida na disputa eleitoral. Fatores como a capacidade de organização e mobilização, as crises econômica e política, a instabilidade institucional e o enfraquecimento de outros atores contribuíram, de forma inegável, para o processo descrito. O protagonismo assumido pelo MTST, contudo, é combinado com um esforço contínuo de equilibrar seus objetivos político-institucionais e a valorização da luta por baixo e por fora, como princípio e necessidade política. É evidente a interação entre cultura e estratégia na definição dos objetivos e das práticas do movimento quando os cânonos que estruturam sua narrativa se deparam com uma oportunidade única no sentido da transformação social pela via institucional.

Não parece, por fim, conveniente pensar a evolução da narrativa do movimento como um pêndulo que parte do polo da participação e se desloca de forma tortuosa e envergonhada ao polo da representação. Parece que a incidência política objetiva sobre a estrutura institucional, inclusive mediada pelo voto, nunca esteve completamente ausente do horizonte e da prática cotidiana do movimento, da mesma forma como hoje ela é encarada como um desdobramento natural da história e subordinada à capacidade de mobilização e luta popular. A ambiguidade presente nos dois momentos traduz o processo incremental e reflexivo que marca a evolução do discurso do MTST e tem o potencial de manter abertos os princípios que sustentam esquemas interpretativos

comprometidos com a participação ou a representação. Se até meados de 2013 o movimento prezava por apontar os limites da democracia representativa, a narrativa que ele mobiliza nos dias que correm consegue desestabilizar frames em que a participação surge como a prática fundamental e exclusiva da democracia. É evidente que os cânones e a identidade do movimento constroem uma prática mais plural, mas eles têm se mostrado suficientemente permeáveis à renovação do seu repertório de ação e às últimas escolhas estratégicas. Até meados de 2018, de toda forma, a maior relevância atribuída à face política da organização pôde ser justificada pela urgência das ameaças e pelo protagonismo da participação. A disputa eleitoral, porém, dificultaria um exercício retórico sustentado na ambivalência. Restaria saber se a ambiguidade continuaria amparando uma prática que se equilibrava na tensão entre os poderes instituinte e instituído.

As eleições apresentariam, de maneira incontornável, um desafio para um repertório que pretende superar uma disjunção arraigada nas teorias e na compreensão mais disseminada acerca da política. Sejam elas próximas de um campo que valoriza a interdependência entre os mundos social e político ou então críticas do engajamento de forças sociais na disputa institucional, percebida como alheia aos interesses de governados, que se manifestam precariamente por meio do voto. Exatamente o dilema que enfrenta o MTST diante de sua base de acampados, formada por trabalhadores, via de regra, descrentes da política partidária como instrumento de transformação e, ao mesmo tempo, céticos quanto a um projeto radical de subversão da ordem. É nessa mesma ordem, afinal, que eles depositam suas expectativas de ampliação das possibilidades de vida, para usar a expressão de Verónica Gago (2018). Sua luta se dirige a um Estado que é, paradoxalmente, inimigo e objeto de esperança.

Com base na literatura especializada, mas acima de tudo na convivência quase diária com a base e a direção do movimento ao longo de mais de quatro anos, me debruço adiante sobre os limites de uma política democrática feita de baixo para cima e por fora do Estado, assim como de cima para baixo e por dentro dele, no Brasil de hoje. Por mais virtuosa que sejam a estratégia e as táticas do MTST para cumprir aquilo que o PT abriu mão de fazer, elas de nada adiantam sem o consentimento e a participação ativa de sua base e de tantos brasileiros que poderiam fazer parte dela. Mais do que uma questão de vontade e habilidade retórica e política, equilibrar ambas as dimensões da luta política – institucional e extrainstitucional – passa também pela adesão que isso pode encontrar nas classes trabalhadoras. Se o PT não o fez, não foi apenas por um desvio

capitalista de uma direção cooptada pela ordem. A questão que se coloca para o MTST é em que medida ele poderá responder ao imperativo que se colocou em um momento em que o progresso democrático se mostrou impraticável por meio do mero respeito às regras do jogo.

2. Contradições e limites de uma esquerda popular e democrática

Quem olha de fora, só vê potência no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Seja na capacidade de colocar o povo trabalhador na rua na luta por direitos, de dirigir consideráveis manifestações políticas, de fazer ocupações multitudinárias em periferias urbanas dominadas pelo crime organizado e pelas igrejas evangélicas, de formar e projetar militantes e quadros políticos forjados na luta pela moradia. Iniciativas de grande repercussão, como a ocupação Copa do Povo, o acampamento na Avenida Paulista, em 2017, e o lançamento de Guilherme Boulos como candidato a presidente e depois a prefeito de São Paulo contribuíram para essa impressão. Impressão de que o movimento desenvolveu e é expressão de uma técnica refinada de organização popular daqueles que, a despeito da profundidade de suas carências econômicas, são dificilmente organizáveis.

O MTST nasceu justamente com esse propósito. No campo, em meio à migração acelerada rumo aos centros urbanos, sobravam cada vez menos trabalhadores rurais no fim da década de 90. Nas cidades, a evolução do modo de produção capitalista deixava claro que a força de trabalho não seria, como outrora, concentrada em espaços e atividades afeitas à construção de identidades, organizações e lutas coletivas. O crescimento das metrópoles brasileiras se apoiaria nos serviços e nas relações informais de trabalho. Uma tendência de precarização que tem se aprofundado e se desdobra na multiplicação de ocupações precárias e em relações uberizadas, desprovidas de direitos trabalhistas e razoável segurança.

A questão que motivara a fundação do movimento ganhou ainda maior centralidade no debate acerca das possibilidades estratégicas de uma esquerda que almeja organizar – ou ao menos representar, as camadas populares. A saber, como lidar politicamente com trabalhadores que, além de estarem a cada dia mais distantes das fábricas e dos sindicatos, estão inseridos em relações de produção em que o antagonismo com o patrão e o capital perdeu boa parte da sua inteligibilidade? Tudo isso ainda na esteira do fim melancólico da União Soviética e do desaparecimento de uma alternativa substantiva de organização social, de um horizonte político com o qual sonhar. Se a

história acabara, a terceira via, no centro do capitalismo, e o lulismo, no Brasil, fecharam o caixão da esperança radical de outra ordem.

Parte importante da resposta tem sido dada por movimentos como o MTST. Se os trabalhadores já não se reúnem no local de trabalho, eles se concentram nos bairros onde vivem. Geralmente, lugares repletos de problemas sociais, serviços públicos precários, elevados índices de insegurança e poucas oportunidades de formação e trabalho. Em outras palavras, regiões altamente dependentes do Estado, mas marcadas pela sua ausência - com exceção do seu aparato opressivo. Uma possibilidade, então, seria organizar os trabalhadores no seu local de moradia. Mas mais do que isso, a partir justamente da carência de uma moradia digna, uma privação mais comum do que se costuma imaginar e que não atinge apenas moradores de rua¹⁰².

Na medida em que o aluguel ocupa, para muitos trabalhadores de hoje em dia, o papel que o patrão e a direção da empresa ocuparam historicamente – de um entrave objetivo a melhores condições de vida – movimentos de luta por moradia se mostram capazes de articular indivíduos atomizados na sua relação com o sistema produtivo. Mas se ele serve para a construção de expressivas organizações populares, como é o caso do MTST, é apressada qualquer avaliação de que constitui também um canal suficiente para a organização e a luta política dos trabalhadores.

É extenso o debate acerca dos limites que sindicatos enfrentam para passar da reivindicação econômica concreta, de aumento de salário ou de melhoria das condições de trabalho, a um engajamento político por transformações e reformas na ordem capitalista. Demandas corporativas podem até corromper o espírito emancipatório da luta política contra os interesses do capital (Hardt e Negri, 2016). Já a luta pela garantia de direitos sociais, como a moradia, enfrenta um desafio ainda maior. Pois se conquistas do movimento sindical não alteram a condição mesma dos trabalhadores e de um sistema que continua a explorá-los, mesmo que em menor medida, a conquista de determinado direito tem como resultado inerente a superação daquela carência. Um sem-teto que conquista a sua casa, assim como um sem-terra que conquista seu pedaço de terra, deixa para trás a própria condição que motivou sua organização. A contradição aqui é escancarada

¹⁰² Em 2019, o déficit habitacional no Brasil alcançava quase 6 milhões de moradias¹⁰². Contingente ao qual se deve acrescentar todos aqueles cuja renda já baixa é em boa parte comprimida pelos altos valores do aluguel. Ver: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/deficit-habitacional-do-brasil-cresceu-e-chegou-a-5876-milhoes-de-moradias-em-2019-diz-estudo.ghtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

para um conflito cuja vitória não implica a superação da realidade que a origina. O acampado do MTST pode deixar de ser sem-teto, mas ele continua sem-parte em uma ordem que continua a marginalizá-lo. Ademais, a resolução da carência que promoveu a sua organização se dá por um deslocamento que tem por resultado a reconstituição e o reajuste da ordem. É verdade que a conquista advém do conflito e da pressão redistributiva sobre o Estado, mas é ele quem realiza, dentro de um dado enquadramento normativo, a vontade do trabalhador – que dele continuará esperando tudo e nada.

Os limites políticos, porém, se impõem bem antes da conquista – o que encurta o período de mobilização e de diálogo entre o trabalhador e uma compreensão crítica da sua realidade. O tempo da luta pela moradia é muito mais efêmero do que a luta inserida nas relações de trabalho. Ao entrar no movimento, minha intuição sugeria que os níveis de convicção e engajamento de um militante cresciam de maneira proporcional aos seus anos na organização. Mas logo percebi que a euforia que marca o início do processo, em que as pessoas reconfiguram sua percepção do mundo e de si mesmas e percebem a potência da organização e da luta popular tem, na maioria dos casos, prazo curto de validade. Depois de um certo momento, em que os constrangimentos da realidade, tanto no que diz respeito às lentas negociações pela casa, quanto em relação às outras dimensões da vida, que permanecem em boa medida inalteradas, o encanto e o engajamento diminuem substancialmente. Por mais que ela deixe marcas e faça desabrochar, em parte das pessoas, uma revolta mais ou menos organizada contra a ordem, a luta pela moradia não demora a ser engolida pelos imperativos cotidianos e as normas dominantes. O que dizer, então, da extensão irregular do interesse imediato pela casa própria em uma crítica global e consequente ao sistema que torna a carência incontornável? Mesmo que se compreenda a lógica de funcionamento de uma ordem desigual e injusta, essa consciência não se reverte, necessariamente, em disposição e engajamento efetivo em reforma-la ou derruba-la.

Nesta parte do capítulo, as dificuldades encontradas pelo MTST são mobilizadas como ilustração dos limites de uma esquerda que se pretenda radical na crítica e na ação contra a ordem neoliberal e a desdemocratização. Se a própria base do movimento, formada por pessoas atingidas pelas mais duras privações a ponto de ir de encontro a um arcabouço normativo fortemente arraigado, contrariar o valor quase universal da propriedade privada e participar de uma organização de simbologia estranha aos costumes mais prevalentes nas camadas populares já demonstra o apelo

restrito de uma práxis vocacionada a uma transformação estrutural da ordem, pode-se supor o que se encontraria fora dela¹⁰³.

A radicalidade que se costuma ver no MTST, argumentarei aqui, deve ser significativamente nuançada. A relação que o próprio movimento, mas sobretudo sua base social, estabelece com a ordem é bem mais ambígua do que se costuma imaginar. Se essa ordem é responsável pelas mazelas que o trabalhador periférico vive no dia a dia, é nela que ele deposita, por um lado, boa parte de suas expectativas de melhora e, em últimas instância, sobrevivência. Por outro lado, são em outras das suas dimensões que ele encontra sentimentos fundamentais de pertencimento, amparo e sentido para uma vida atravessada de carências. Um projeto que promova a destruição e a substituição da ordem, nos termos colocados pela maior parte da esquerda de hoje, tem poucas chances de contar com a simpatia e o engajamento dos mais pobres, ao menos da sua maioria. Uma avaliação de corte melancólico, talvez, mas que vai além da simples adesão dos governados a um senso comum contraditório em relação aos seus interesses – ou da sua suposta falsa consciência. Como tentarei mostrar, há motivos legítimos e pragmáticos para a aquiescência das mais precárias classes trabalhadoras a uma estrutura política, econômica e social da qual tiram pouco proveito.

Para isso, me apoio na minha convivência e observação ao longo de mais de quatro anos de luta com o MTST. Como já notei acima, o compromisso que tenho com ele não implicou nenhum tipo de condescendência, do que é prova o questionamento que desenvolvo nas próximas páginas acerca de certezas que carregava no início de minha trajetória no movimento. Deparei-me com um mundo menos ideal do que esperava encontrar. Mas com uma realidade certamente mais rica e complexa, que me arrisco a tentar entender daqui em diante. Neste momento, o faço por meio da descrição e interpretação de episódios e conversas reveladores daquilo que, sem nenhuma pretensão conceitual, poderíamos chamar de afetos conservadores, embora ambíguos, compartilhados pelos acampados do movimento sem teto.

O registro mais tradicional da Ciência Política e que em parte orienta este trabalho não oferece muitos recursos para uma elaboração teórica apoiada na convivência do sujeito com o objeto do

¹⁰³ Entre os limites desta tese, está também o fato de a análise deste capítulo se restringir aos trabalhadores sem teto que se organizam no MTST. Há uma diferença expressiva, do ponto de vista subjetivo e político, entre aqueles que entram e os que não entram no movimento social, apesar de compartilharem condições socioeconômicas parecidas. Seria difícil, no entanto, definir critérios objetivos para diferenciá-los.

estudo. De todo modo, daqui em diante assumo o risco de contrapor o debate teórico e a análise empírica desenvolvidos até agora com a realidade encontrada e vivida nas ocupações e nos espaços de militância do MTST. As experiências relatadas a seguir acabaram reconfigurando os objetivos e os contornos desta tese e, embora carentes de um enquadramento metodológico devidamente sistemático, informam a contribuição vislumbrada. Com todos os limites e mediações impostas pela qualidade de militante e pesquisador, por um lado, e pela condição de “com-teto”, por outro, pretendo aqui empreender o confronto de conhecimentos de que fala Feltran (2011). Ao trazer as preocupações teórico-normativas para o movimento sem teto, elas acabaram assumindo outra cara ao voltar para a universidade. Ao promover o diálogo entre o caso e a teoria, no sentido defendido por Burawoy (2014), foi possível iluminar o primeiro, mas, acima de tudo, deslocar premissas e reconstruir perguntas colocadas pela segunda.

2.1. O conservadorismo das massas

2.1.1. *Vai ter bomba?*

Eu nunca participara de um ato com um clima tão pesado. O atraso entre a hora marcada e a saída da marcha é normal. Mas naquele dia havia algo estranho na demora. Desde a concentração, às 14 horas, já haviam se passado quase duas horas e tínhamos poucos sinais de que o ato começaria a andar. Mesmo sem falar com os dirigentes à frente das negociações com o governo do estado, sabia que algo não corria bem e talvez por isso sentia no ar a impaciência de boa parte dos coordenadores e dos acampados que esperavam ao lado da estação São Paulo Morumbi do metrô.

Finalmente partimos, por volta das 16h30, em direção ao Palácio dos Bandeirantes. A orientação era para que o ato avançasse lentamente. O que fez com que chegássemos à frente do estádio do Morumbi às 17h15. Alguns meses antes, também havíamos parado por ali. Uma comissão subira em direção ao Palácio e não muito tempo depois voltara com uma boa notícia para alguns milhares de pessoas que a esperavam com paciência. Dessa vez, porém, ninguém sentou à sombra das árvores. Ficaríamos ocupando a rua até que o governo destacasse um interlocutor de peso para negociar com o movimento. Não aceitaríamos uma reunião com um subordinado qualquer.

As pessoas, já cansadas depois de tanto tempo em pé, já não se animavam a cantar nossos gritos de ordem. Nesse momento, todos sabiam que alguma coisa estava errada, que aquele ato demoraria

mais do que se imaginara. Depois de meia hora de espera, finalmente uma boa notícia: seríamos recebidos pelo Secretário de Habitação. Imediatamente, um sentimento de alívio se despejou sobre a massa e substituiu a apreensão que reinava até então. A normalidade se instalou e agora se viam acampados e coordenadores comprando e vendendo pipoca, água e refrigerante, sentados em qualquer apoio que servisse de banco.

Mas já era noite quando, de novo, o clima mudou. O dirigente responsável pelo ato fora informado de que a negociação não avançara e que os representantes do governo não demonstravam nenhuma disposição em flexibilizar sua intransigência. A saída seria organizar o povo e ensaiar um avanço no sentido do Palácio. Acelerado, mas com a segurança de quem sabia o que estava fazendo, João¹⁰⁴ convocou as pessoas para voltar à rua e retomar o ato. Muitos correram para a dianteira da manifestação. A tensão e o medo frente à barreira da tropa de choque formada a poucas centenas de metros se impunham. Despreparados para o confronto, estávamos em clara desvantagem. Mas a adrenalina do conflito e a convicção da legitimidade de nossa reivindicação eram suficientes para motivar os homens e as mulheres que se posicionavam na linha de frente, assim como a necessidade de fazer as negociações avançarem movia aqueles que nos seguiam. A maioria dos acampados, porém, não se deixava contagiar pelo espírito de guerra que movia a minoria e, apática e receosa, permanecia distante da frente do ato, quando não fora dele.

Depois de ficarmos parados durante quinze minutos, passamos a avançar a passos rápidos. Nesse exato momento, foram disparadas as primeiras bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Enquanto pouco mais de cem pessoas resistiam, o restante corria, desesperadamente, para trás. E assim que outras bombas caíram, agora à frente dos que ali ainda permaneciam, ninguém mais resistiu. A passos rápidos, mas sinuosos pelo efeito do gás, voltamos na direção de nossos companheiros. Muitos deles já deitados, sentados, tossindo, chorando.

Cerca de trinta minutos depois, a comissão voltou para anunciar em assembleia que, graças à disposição em resistir de todos que estavam ali, as negociações avançaram. “Do palácio, eles ouviram a bomba e perceberam que o MTST não iria sossegar sem uma resposta”, disse Carlos. Mas caso o governo não atendesse às reivindicações na reunião agendada para aquela semana, um

¹⁰⁴ Para preservar a identidade dos militantes do movimento, os nomes usados nesta tese são fictícios.

novo ato seria convocado. “Afinal, é só na força, na pressão, que nós asseguramos os nossos direitos”.

Voltando para casa, já na plataforma do metrô, encontrei alguns acampados da ocupação Marielle Vive, que àquela altura já acompanhava de perto há cerca de um ano e meio. Conversando com uma parte deles, uma senhora presente em quase todos os atos e assembleias, claramente assustada, me disse: “eu não volto no próximo. Tá louco.”

Com efeito, um outro ato foi chamado para duas semanas depois com os mesmos pontos de concentração e destino. Foi muito menor que o anterior. Nos dias que o antecederam, por volta de dez coordenadores e acampados me procuraram para perguntar se dessa vez teria bomba. O clima foi tenso desde o início e muitas pessoas subiram as ruas nas imediações do palácio para se esconder em caso de possível confronto. A chuva inesperada ainda agravou a impressão de esvaziamento e fez com que poucas centenas de pessoas permanecessem devidamente posicionadas para o eventual embate com a polícia. Felizmente, ele não foi necessário. A negociação avançou e todos puderam voltar para casa com a sensação de dever cumprido e a certeza de que haviam dado mais um passo na direção de sua moradia.

*

Em “Os sentidos do Lulismo”, André Singer (2012) mostrou como o sucesso eleitoral dos governos petistas decorreu, em boa medida, do seu caráter conservador. A mudança incremental da ordem, avessa ao conflito, não atendia apenas os interesses das elites econômicas. O estrato mais pobre da população também seria hostil a qualquer processo que tivesse como meio a instabilidade da ordem social. O que não se devia apenas ao apego das camadas populares a símbolos e práticas tradicionais. Mas a um aspecto eminentemente material na medida em que o subproletariado, à margem das relações formais de produção, tem sua renda prejudicada pelo acirramento da luta de classes. Basta pensar no vendedor ambulante ou na diarista que, desprovidos de qualquer proteção sindical, não conseguem trabalhar em um dia de greve do transporte público. O considerável universo de trabalhadores informais e por conta própria no Brasil é prejudicado por processos acentuados de conflito entre o capital e o trabalho. Diferentemente dos trabalhadores fabris, as relações de produção em que estão inseridos não os forjam para o confronto. Ao longo desses anos, entendi que “luta”, no léxico e no imaginário do subproletariado, não significa enfrentar um sistema de exploração e seus representantes políticos, mas o esforço diário pela

sobrevivência. Quando afirmamos que a luta é para valer, a referência apreendida diz mais respeito ao esforço individual e coletivo na busca pela moradia e menos a uma abstrata contestação da ordem e à construção de uma dada organização alternativa da sociedade.

É curioso pensar, aliás, que a principal experiência de um governo progressista no Brasil só tenha sido possível em função de sua face conservadora. No sentido de uma prudência destinada não só a garantir a tolerância das frações burguesas a alguma redistribuição. Mas também porque os trabalhadores mais pobres não desejavam o conflito e foram favorecidos por uma acomodação relativamente progressista com a ordem. Não por acaso, analistas como o próprio Singer (2018) atribuem o desgaste do PT no governo federal à radicalização política e econômica ensaiada por Dilma. Recebido com hostilidade pelas classes dominantes, inclusive pelo capital produtivo que a priori favorecia, o ensaio desenvolvimentista de seu governo e o conflito com o rentismo não esboçaram despertar apoio significativo entre os trabalhadores, sobretudo os mais pobres.

Embora constitua o setor mais vulnerável da sociedade, o subproletariado não está exatamente inclinado a uma ação política destituente ou instituinte. Pelo contrário. É na interlocução direta ou indireta com o poder estabelecido e na convivência difícil com a ordem que eles encontram meios para expandir suas possibilidades de sobrevivência. No caso do MTST, é evidente para a sua base que apenas a organização e a pressão sobre os governos eleitos é capaz de fazer avançar a demanda pela moradia. No entanto, isso não significa a subversão das normas que regulam as relações políticas, econômicas e sociais e, menos ainda, processos violentos que colocam em risco sua integridade física e moral. Os atos, cujo objetivo é inaugurar um processo de diálogo e negociação, devem ser, preferencialmente, pacíficos. São as próprias autoridades constituídas a quem se recorre para resolver um problema. O que se manifesta na preferência por uma ação mediada, em que um representante mais capaz, mais preparado, defende seus interesses - ou pelo menos parte deles - perante o poder.

É interessante notar como o próprio Lula percebeu rapidamente os limites de um discurso e de um programa de enfrentamento radical com a ordem e as elites. Inclusive no que diz respeito à dimensão descritiva da representação política. Em “A lógica da diferença”, Margareth Keck (1991: 259) comenta que Lula e parte do PT compreenderam que os trabalhadores não queriam, necessariamente, votar em outros trabalhadores, como sugeria o slogan do partido no início de sua trajetória. Parte do resultado eleitoral decepcionante em 1982 foi atribuída ao fato de que a

apresentação dos candidatos petistas como trabalhadores, iguais aos eleitores, não surtira efeito positivo. Segundo Lula, o trabalhador queria em posições de poder político alguém melhor, não igual a ele. Por mais críticos que os eleitores fossem do sistema e da classe política, eles ainda consideravam que a incumbência do governo competia a certas pessoas, dotadas de certos títulos.

O PT, portanto, ao mesmo tempo em que projetava o princípio da participação direta, por meio de sindicatos, movimentos sociais, comunidades eclesiais de base e da ampliação de mecanismos institucionais no seio do Estado, não abria mão do valor da representação política no seu sentido mais próprio. A saber, como mostrou Manin (1997), da seleção dos melhores, de uma elite que, por motivos diversos, seria mais preparada para governar e agir por dentro das regras instituídas. Embora no caso petista o título se referisse menos a condições de classe e mais à capacidade política, ele permanecia presente junto a camadas marcadas por um profundo sentimento de inferioridade. Com efeito, a desigualdade social profunda que perdura no Brasil tem efeitos políticos de grande relevância para além daqueles mais conhecidos. A falta de autoestima dos trabalhadores mais pobres é evidente e limita não apenas o seu envolvimento nos espaços de poder, mas também a própria ideia de que eles podem e devem ser representados por um igual. Mais do que transformar o sistema substancialmente e com suas próprias mãos, os trabalhadores de hoje preferem alguém capaz de reformá-lo sem que isso implique grandes abalos a uma ordem que, queira-se ou não e a alto custo, ainda permite a sua sobrevivência. Uma ordem que é ainda altamente hierárquica e cujo acesso é geralmente bloqueado aos de baixo, que dela tanto dependem e se veem forçados a recorrer à mediação de sujeitos socialmente melhor posicionados.

Os governos Lula chegaram a abrir fissuras no abismo simbólico que separa os mais pobres e as classes médias no Brasil. Essa é, inclusive, uma obsessão do ex-presidente, para quem o povo brasileiro nunca teve tanta autoestima quanto durante seu governo. O que não é falso e autoras como Rosana Pinheiro-Machado (2019), citada no segundo capítulo, registram os avanços provocados por uma redução das desigualdades promovida sobretudo pela via do consumo. Há, de fato, alguma emancipação no acesso a produtos e serviços de uso historicamente exclusivo a uma parcela da sociedade. No entanto, a compra de um carro, de uma geladeira ou de um par de tênis, por mais valorizada que deva ser, não seria suficiente – e não somente por uma questão de escala – para alterar uma estrutura social e cultural profundamente hierárquica.

2.1.2. Esse lado é do Guilherme

Em um domingo ensolarado de junho de 2017, fui à Povo Sem Medo de Guarulhos e tive meu primeiro contato com uma “novinha”. A ocupação existia há uma semana e fiquei impressionado com a quantidade de gente que ia e vinha carregando lona, madeira, enxadas, martelos, comida... Para mim, tudo era muito confuso, mas a militância lidava com naturalidade e aparentava uma paz impossível em meio àquele caos. Mesmo que não conhecessem ninguém ali, seus gestos revelavam a confiança de quem controlava a situação.

Pela brigada de formação, tínhamos sido chamados para ajudar em tarefas organizativas. Lá chegando, fomos orientados a definir o perímetro de cada G (as ocupações do MTST são divididas em grupos, chamados abreviadamente de G) de forma a abarcar 200 barracos e numerar aqueles em condições estruturais aceitáveis.

Eu estava no MTST há menos de três meses, não conhecia quase ninguém na militância e não tinha nenhuma experiência em ocupações. Aquele ambiente e aquelas pessoas representavam uma realidade completamente distinta da minha e era simplesmente impossível me sentir à vontade, pois não dominava os códigos políticos e sociais do espaço em que me encontrava. No entanto, a tudo isso se contrapunha o respeito que recebia dos novos acampados. Simplesmente porque eu tinha uma lata de tinta em uma das mãos e um pincel na outra. À autoridade que eu encarnava naquele momento pedia-se a aprovação e o reconhecimento que, como havia sido dito em assembleia, seria atestado pela numeração dos barracos – a identidade de cada uma daquelas pessoas perante o movimento.

“Assim tá bom?”; “Marca aqui?”; “O que quer dizer isso?”; “São esses dois, tá?”; “Eu não recebi o número ainda” foram algumas das inúmeras interpelações que me fizeram ao longo daquela manhã. E além da lata de tinta na mão, a forma de me vestir, de andar e de falar demonstravam que eu não estava ali pelo mesmo motivo que eles. Eu simbolizava a autoridade responsável por tudo aquilo e que, naquele instante, representava a expectativa daquelas pessoas de ter uma casa digna ou, simplesmente, de fugir do aluguel por alguns meses.

*

Na primeira vez em que estive no condomínio João Cândido, construído a partir da luta do MTST na cidade de Taboão da Serra, uma moradora, antiga acampada do movimento, me apresentou o

espaço. Demonstrando muito orgulho do resultado de sua luta, ela apontou em determinado momento para os prédios que formam o conjunto e disse: “Aquele lado é do Paulo Felix [liderança de movimento de moradia da cidade] e esse lado é do Guilherme [Boulos]”.

*

A popularidade de Lula entre os mais pobres carrega consigo uma importante valorização de um poder estatal especialmente concentrado, à imagem de um verdadeiro leviathan. Os avanços promovidos por seus mandatos são atribuídos ao próprio governante e, marginalmente, ao programa implementado por ele e às condições conjunturais. A memória nostálgica do lulismo tem Lula como referente máximo e pouco, para não dizer nada, de participação popular. Em outras palavras, a experiência política recente mais apreciada tem uma dimensão eminentemente representativa, em que o povo, mais ou menos organizado, teve um papel irrelevante – a não ser no que concerne ao esforço individual de cada um para aproveitar as oportunidades que o momento de bonança econômica oferecia.

Reforça-se, assim, a impressão de que a única forma de ação política efetiva é o voto, a despeito de seu caráter pontual e irrisório num universo de milhões de eleitores e da desconfiança nos atores políticos em geral. Nesse sentido, é relevante a ausência de grande comoção entre o subproletariado face ao impeachment de Dilma, a prisão, a inegibilidade e a saída de Lula da prisão. Em meio a uma classe política desprezada e associada às piores práticas da corrupção e da politicagem, Lula não se destaca completamente, a não ser pelas boas lembranças do momento em que governou o país. Nada que justifique um engajamento político e emocional em sua defesa. O apoiador de Lula entre os mais pobres, hoje, é relativamente apático e aparece praticamente apenas em época de eleição para defendê-lo, de preferência, em privado. Presentes nos momentos da prisão e da libertação de Lula, os acampados e militantes do movimento não demonstraram especial apreço pelo ex-presidente nas imediações do sindicato dos metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Sua relativa indiferença contrastava com um público pequeno e formado majoritariamente por pessoas de classe média.

Em inúmeras conversas sobre os governos do PT com membros do MTST, pude perceber uma destacada distância subjetiva em relação aos seus protagonistas e suas realizações. A despeito da

memória positiva dos anos petistas, eles não se sentem parte do processo político e não assumem como sua a vitória que levou e manteve o partido no poder.

O apreço pela autoridade que se enxerga na avaliação positiva dos governos petistas, notadamente de Lula, está presente também na forma como os acampados do movimento se relacionam com o movimento. Como dito acima, o MTST surgiu, de maneira relevante, na cena pública em meio a um ciclo global de protestos que colocavam em xeque as formas tradicionais de organização e ação política. A ocupação espontânea de praças, a eclosão de movimentos autoproclamados horizontais e a emergência de partidos comprometidos com a mais ampla participação cidadã sinalizavam a transformação dos atores e da prática política convencional. Estruturas hierárquicas e organizações heterônomas deveriam dar espaço a formas mais fluidas de organização, horizontais de tomada de decisão e tendo a autonomia dos agentes como princípio fundador (Graeber, 2015). Tudo o que o MTST não é – e não exatamente em função de um ímpeto autoritário de sua direção. Na realidade, a organização heterônoma do movimento e pouco participativa de suas diferentes instâncias de deliberação decorrem muito mais, de um lado, da preferência da base em não se envolver ativamente nas decisões coletivas e, de outro, por uma confiança, aliada a uma disseminada insegurança da militância intermediária, nos seus dirigentes. Poderíamos dizer que há um apreço pela concentração do poder e da responsabilidade que conduz a uma certa acomodação com uma estrutura vertical de organização.

O mesmo sentimento de trabalhadores que não votaram no PT em 1982 por aspirarem a representantes melhores e mais preparados que eles preside a relação da base com a direção do MTST – e tem uma forte dimensão pragmática. Guilherme Boulos é sempre perguntado a respeito da legitimidade que tem, com origem na classe média alta de São Paulo, para dirigir um movimento formado pela camada mais pobre da sociedade. Questiona-se sua qualidade de representante máximo de um grupo com o qual não partilha a condição mesma de sem teto que o articula. No início de minha trajetória com o MTST, eu também me perguntava a respeito da relação com pessoas que fatalmente reconheceriam traços que delas me distinguem. Reiteradamente ainda sou questionado acerca desse contraste entre uma militância vinda de setores da classe média, com acesso privilegiado a bens materiais e simbólicos, e uma base amplamente carente e vulnerável. Geralmente, essas perguntas vêm carregadas da impressão de que os sem teto não se reconheceriam em uma representação pouco descritiva (Pitkin, 1984), de pessoas que não

compartilham suas referências e sua experiência de privações. Caráter descritivo, aliás, muito reivindicado atualmente pela esquerda – e por motivos eloquentes – diante de poderes instituídos controlados por restritas perspectivas e realidades sociais.

Contudo, assim como os trabalhadores dos anos 80 não queriam indicar trabalhadores para os governos e os poderes legislativos, os sem-teto de hoje não querem, via de regra, sem-teto como eles representando-os junto a esses mesmos poderes. Por razões um tanto óbvias e que remontam ao estigma que essa população carrega quanto à sua qualificação e à ausência de um título para reivindicar qualquer coisa perante autoridades instituídas, mesmo que seja um direito assegurado pelo arcabouço legal. Mas há também uma avaliação pragmática, e não exatamente infundada, de que alguém mais parecido com os ocupantes do poder do que com eles terá mais chance de êxito. Pessoas como Guilherme Boulos – homem, branco, com ensino superior, boa oratória -, que compartilham códigos, vocabulário, referências e, muitas vezes, o bairro dos que controlam o poder instituído gozam de mais confiança do que mulheres, negros, nascidos e crescidos na periferia e que, à primeira vista, poderiam muito bem compartilhar um teto de lona numa ocupação do MTST com qualquer acampado. Uma confiança que se desdobra, aliás, para as tarefas políticas mais diversas, como conduzir uma assembleia, liderar um ato e organizar o dia a dia de uma ocupação. É claro que há casos notáveis de militantes e quadros do movimento que nele entraram a partir da luta pela moradia, mas o processo para que eles adquiram confiança e respeito dos acampados é muito mais longo e árduo do que alguém atraído pelo movimento por afinidade ideológica e que detenha os atributos simbólicos típicos das classes médias e altas.

A ausência de uma dimensão descritiva na representação popular é, portanto, muito menos tensa do que se costuma imaginar. E aqui podemos pensar no trabalho de Ernesto Laclau (2013) sobre a compreensão da política a partir da relação que se estabelece entre uma massa heterogênea e um líder, responsável por articular em torno de sua figura e do povo como significante vazio demandas desconexas de maneira a conferir responsividade à representação. Fenômeno fundamental, de fato, para atender os interesses de grupos subalternos, mas que acaba por outorgar ao líder um quase monopólio sobre o poder, que esvazia da política sua necessária dimensão instituinte (Castoriadis, 1990). É claro que uma transformação social profunda por meio da representação é possível, mas mesmo que o representante esteja sujeito à necessidade de articular demandas vindas de baixo, é ele quem tece e elabora, desde cima, a rede de equivalências que dá sentido a sua ação.

A representação, como já foi dito, carrega a ideia de que alguém mais qualificado defende melhor os meus interesses do que eu mesmo. Se a crise de representação nos países desenvolvidos e em certos setores das sociedades periféricas responde, como notou Runciman (2018), à percepção de que já não há uma grande diferença de aptidões entre as elites políticas e um conjunto expressivo de cidadãos cada vez mais educados, ela permanece desmedida na realidade brasileira. Entre as camadas populares, a rejeição à ordem e aos atores convencionais não encontra na representação, definitivamente, o seu problema fundamental.

Cumpra também notar que a organização hierárquica do MTST enfrenta menos resistência do que sugere a noção, razoavelmente difundida, de um esgotamento de instituições políticas tradicionais, que concentram o poder e são impermeáveis à participação. O que não se explica somente pela preferência por uma direção, uma elite, mais preparada para defender os interesses do grupo. Mas também pela ausência de tempo e vontade para participar de processos de tomada de decisão e assumir responsabilidades políticas. Como dito acima, a imensa maioria da base do MTST não tem interesse em engajar-se em instâncias deliberativas, sejam elas coordenações territoriais e de ocupação, sejam as suas mais altas esferas políticas, como as coordenações estaduais e nacional. Seu objetivo imediato - a casa - passa ao largo de um envolvimento mais amplo com a organização.

Mesmo entre a militância do movimento advinda da base, poucos vislumbram participar ativamente da tomada de decisões políticas. Muitos chegam a permanecer longos períodos em diversos coletivos sem que assumam prestígio e responsabilidade maiores. É muito comum que um coordenador passe anos no MTST apenas registrando a presença de acampados em lutas e assembleias e participando de reuniões sem contestar qualquer encaminhamento sugerido por seu dirigente. São poucos os que, pelo contrário, assumem uma postura proativa e chegam a propor iniciativas. Debates políticos aprofundados são raros em espaços dominados pela lógica da urgência e da execução de tarefas pontuais.

O que revela algumas questões. Primeiro, um respeito e uma confiança por parte da militância na direção e nas figuras que lhe apresentaram o movimento, suas normas e seus códigos. Segundo, uma importante insegurança em relação a si próprio, ligada à ausência de autoestima comentada acima. Essas pessoas não são formadas, na escola, mas em todos os ambientes sociais que frequentam, notadamente o trabalho, para tomar decisões e assumir uma posição de liderança. Pelo contrário, são ensinadas a acatar e obedecer regras, uma tradição que supera as relações de trabalho

em que estão inseridas e remonta à maneira pela qual a sociedade brasileira se organiza. A insegurança é uma regra para a maioria dos membros que entraram no MTST por meio de um acampamento e para quem falar em público, conduzir uma assembleia, dirigir um coletivo é tudo menos trivial.

Em “O bem estar comum”, Michael Hardt e Antonio Negri (2016: 385) retomam o paralelo feito por Lênin com o modo de produção fabril que justificaria a organização hierárquica do partido de vanguarda para defender a reconfiguração das estruturas organizativas da esquerda. Para os autores, as mudanças trazidas pelo capitalismo pós-industrial e as características de uma economia crescentemente imaterial desproveriam os trabalhadores das relações de autoridade de outrora e favoreceriam a criação e o desenvolvimento de forças políticas mais horizontais e participativas. No entanto, o que se vê, ao menos na periferia do capitalismo, é que as relações mais fluidas de trabalho não têm tido os efeitos virtuosos esperados por eles. Para além de maior precariedade e insegurança, por um lado, e atomização, por outro, as transformações no modo de produção capitalista não têm estimulado subjetividades e organizações políticas exatamente mais democráticas.

Por fim, não é um exagero dizer que a participação da coordenação é muito mais passiva do que ativa. Participar, para boa parte da militância do movimento vinda das ocupações, significa marcar presença em reuniões. Ademais, implica muitas vezes assumir responsabilidades para as quais não se julgam preparados e que podem comprometer suas responsabilidades domésticas e profissionais. Na medida em que, diferentemente dos trabalhadores sindicalizados, a luta dos sem-teto não está ligada ao seu trabalho, a militância significa importante custo de oportunidade material. A falta de tempo livre é um fator crucial para entender o baixo engajamento da coordenação e concorre, como direi adiante, com obrigações ligadas à família, à necessidade de ampliar a renda e a escassez de recursos exigidos pelo envolvimento militante.

2.1.3. Vi que era organizado

O respeito, por parte da base do movimento, aos poderes instituídos dentro dele se manifesta também no apreço difundido pelas normas que regulam a convivência dentro de uma ocupação.

Ao perguntar para qualquer acampado os motivos que o levaram a permanecer na luta, é muito provável que, antes de comentar a confiança na conquista da casa própria, ele aponte para a organização da ocupação. Acostumadas a invasões de terreno organizadas espontaneamente pela comunidade do entorno ou por outros atores periféricos, como o crime organizado, as pessoas entram numa ocupação do MTST esperando o mesmo modus operandi. A saber, uma corrida pela separação de lotes, o pagamento regular de uma determinada quantia cujo destino ninguém conhece, a sobreposição confusa de atores, uma comunicação precária com as lideranças, a pronta instalação de biqueiras, consumo de drogas lícitas e ilícitas e relações mediadas pela força. Elas se surpreendem, porém, ao perceberem que em uma ocupação do MTST não há lote, todos os barracos devem ter o mesmo tamanho, não se cobra nada, há assembleias regulares para garantir a comunicação entre lideranças e acampados, o terreno é dividido em grupos, representados por uma coordenação eleita, não é permitida a instalação de pontos de venda de droga ou a presença de qualquer outro ator social, político ou religioso dentro do terreno. As condutas são fortemente reguladas; é proibido o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, episódios de violência são punidos com advertências ou expulsão e todo tipo de comércio, que não seja voltado para a auto sustentação da ocupação, é proibido, assim como a realização de festas e eventos sem autorização do setor de organização¹⁰⁵.

É evidente a correlação entre o rigor das normas dentro da ocupação e a confiança dos acampados no movimento. O que se manifesta em inúmeros relatos, mas também na aprovação desse conjunto de regras em assembleia, invariavelmente por aclamação. A ocupação opera no imaginário das pessoas como um tipo de lugar incomum em que normas são respeitadas, em contraste com uma realidade externa pautada pelo crime, pela desordem, pela lei do mais forte. O setor de organização funciona quase como o Estado que não se faz presente, pelo menos da maneira que se espera, do lado de fora. A ocupação é menos um território de autogoverno e livre de coerção e mais um espaço devidamente regulado por uma autoridade que detém o monopólio legítimo não só do uso da força, mas também dos padrões de comportamento.

¹⁰⁵ Na ocupação realizada pouco antes do depósito desta tese, me chamou a atenção a cobrança disseminada por parte de acampados por uma providência em relação aos recorrentes roubos de lonas e madeiras nas primeiras noites. Esse era o principal motivo de reclamação, que vinha, geralmente, acompanhada do comentário de que, caso a vítima encontrasse o responsável, a represália viria sob a forma de violência.

Considerando a possibilidade de contestação e transformação da ordem como critério fundamental para uma política radicalmente democrática, é interessante pensar que o cerceamento dessa liberdade e a valorização dos limites à transformação são impostos, sobremaneira, desde baixo. São os próprios acampados que reforçam a concentração da autoridade nas lideranças. Uma autoridade que não só é bem-vinda como é uma espécie de condição para a existência da ocupação e do próprio MTST. Sem ela, não haveria confiança suficiente para o tipo de organização e luta proposto pelo movimento. Ainda mais se considerarmos que, na maioria dos casos, os acampados da ocupação deixam o terreno em determinado momento da negociação e retornam à sua condição anterior, na perspectiva de que os acordos assumidos com as autoridades sigam avançando.

Esse desejo de mais Estado, e toda a heteronomia que vem com ele, se explica por uma série de fatores. A representação, como dito acima, carrega a ideia de que alguém mais qualificado, mais capacitado, defende melhor os meus interesses do que eu mesmo. Se a crise de representação nos países desenvolvidos e em certas camadas das sociedades periféricas responde à percepção de que já não há uma diferença notável entre as aptidões das elites políticas e dos cidadãos comuns, entre as camadas populares essa diferença talvez nunca foi tão grande. Entre elas, a rejeição à ordem e aos atores políticos tradicionais não encontra na instituição da representação o seu problema fundamental – muito longe disso. O representante, geralmente proveniente de setores favorecidos, afinal, tem mais chance de sucesso nas suas empreitadas em função tanto de sua maior capacitação quanto de sua maior disponibilidade de tempo e recursos para a prática política. E aqui chegamos a um ponto fundamental para pensar as possibilidades atuais de participação política das classes trabalhadoras. Qual seja, os constrangimentos objetivos, de tempo e recursos materiais, que elas encontram para participar da vida pública e das deliberações acerca da sua vida mais imediata. Nem todos têm as mesmas condições de participar. O efeito, muitas vezes, da ampliação dos mecanismos de participação pode ser eminentemente elitista ao ampliar a desigualdade de perspectivas e interesses colocados no processo deliberativo. O MTST é expressão cristalina disso, na medida em que para fazer parte de seus setores e coordenações é preciso ter tempo livre, arcar com os gastos que a militância exige e ter com quem deixar filhos e parentes durante as atividades, por exemplo.

Além disso, a prática política não é, necessariamente, desejada pelas pessoas. Não é algo que dê prazer ou sentido para a vida da maioria dos indivíduos. O que é mais notável ainda entre

trabalhadores pobres para quem a política não costuma organizar suas relações e definir sua identidade, como acontece com parte razoável das classes médias, como notou Édouard Louis (2018), para quem a política, entre as elites culturais, se tornou uma questão estética. Entre uma tarefa do MTST, uma reunião de campanha eleitoral, uma marcha contra o impeachment e um culto na igreja, um churrasco com os amigos, um baile funk e ficar em casa assistindo televisão são poucos os que escolhem as primeiras opções. A participação no movimento é movida pela necessidade. A chance de o engajamento político ativo resolver parte delas é seriamente questionada.

O apreço pela ordem e pelo Estado que se observa entre as camadas populares decorre ainda do fato de ele não ser percebido apenas como uma entidade autoritária, a serviço das classes dominantes, que oprime os trabalhadores, seus direitos e suas organizações. Ou tampouco como uma força disciplinadora voltada à domesticação de comportamentos e pensamentos desviantes. O Estado moderno, afinal, se presta também à assistência e à proteção dos cidadãos. Apesar da precariedade relativa de bens e serviços públicos, é com o Estado que os mais pobres contam para lidar com a maioria de suas carências – do atendimento médico à educação de seus filhos, passando pelo acesso à moradia e à garantia de sua segurança.

Ele é também, como notou Bourdieu (2012: 597), assistência e filantropia. Apesar da fragilidade dos serviços e dos bens públicos, é com o Estado que os mais pobres contam para garantir e expandir suas condições de sobrevivência. A ordem, em boa parte assegurada pelo Estado, é razoavelmente valorizada e romper com ela significa um alto custo para os trabalhadores mais precários. Além de encontrarem nela o pertencimento a algo maior, ela oferece aos de baixo uma série de vantagens que a ruptura ameaça. Os dominados podem sempre recorrer à saída, à exclusão, à dissidência, à secessão ou ao protesto – cuja ausência, aliás, é questionada com recorrência por mentes progressistas. Mas, como sugere a noção dual de um Estado que, segundo Bourdieu (2012: 600) opera com as mãos esquerda e direita, a forma pela qual a alternativa é colocada ignora, muitas vezes, os custos da saída para os de baixo. Não é simplesmente sintoma de falsa consciência sua preferência habitual por forçar, pela ameaça de secessão, os governantes a fazerem concessões, como notou Chatterjee (2004). O que fazem os acampados do MTST, organizados em função da necessidade de escapar do aluguel, mas pouco afeitos à supressão das autoridades constituídas e ao autogoverno. É por meio de uma reivindicação junto a elas, que

reconhece sua legitimidade e seu poder, que eles pretendem satisfazer suas necessidades. Sem que isso implique a interrupção da ordem ou sua superação por uma democracia substantiva, em que a participação dos cidadãos não seja eclipsada por uma representação que lhes reserva momentos esporádicos e limitados de influência sobre o poder.

A relação com o Estado e suas instituições políticas e de representação se coloca como um imperativo de ampliação das possibilidades de sobrevivência, no sentido do que Gago (2018) chamou de pragmatismo vitalista para tratar das relações econômicas, mas cuja ideia poderíamos transpor para as relações políticas. Ao votar, interagir com poderes estabelecidos, partidos, eleitos e candidatos dos mais variados tipos, as pessoas colocam de lado a desconfiança nessas autoridades para buscar objetivos muito concretos. Diversas vezes, presenciei visitas de deputados, vereadores e candidatos em ocupações do MTST sem que isso significasse um incômodo para acampados descrentes da política institucional. Para elas, afinal, sua presença indicava a força do movimento junto ao Estado e sua real capacidade de alcançar suas reivindicações. Ao fazer um ato em direção à sede da prefeitura ou do governo do estado e trazer seus representantes para falar aos acampados, o objetivo do movimento é menos atacar o poder e mais mostrar a força que tem de fazê-lo agir em seu favor. A relação é de conflito em relação ao Estado e à ordem, mas são eles que, em última instância, podem resolver os problemas dos governados. É com eles que os últimos podem contar no fim do dia. É comum, até, que os acampados desenvolvam um tipo de afeição pelo governante que se compromete a realizar alguma das suas reivindicações. A resposta positiva de um subprefeito à demanda pela coleta de lixo de uma nova ocupação, por exemplo, pode ser vista como resultado da sua boa vontade e não simplesmente como corolário da manifestação e da pressão popular.

2.1.4. Deus abençoe

Em 10 de março de 2019, o MTST-SP organizou, em Taboão da Serra, um seminário sobre a luta das mulheres e da população LGBT. A primeira atividade do dia tinha como objetivo questionar estereótipos de gênero e a consequente discriminação. Sandra, que conduzia o debate, perguntou em determinado momento por que um menino que sai com diferentes meninas é elogiado enquanto uma menina que faz o mesmo é vítima de severo julgamento. Sua intenção era discutir a opressão

decorrente de nossa cultura machista e, de fato, as pessoas que estavam ali se sensibilizaram com a provocação. Sentada atrás de mim, porém, uma coordenadora sussurrou em voz baixa, mas em tom suficientemente alto para que alguém a escutasse: “menino não traz filho pra casa”.

*

É curioso pensar sobre o significado da palavra “esquerda” hoje em dia. É evidente que ela ainda faz referência a um campo político que defende valores como a igualdade e a justiça social. De algum tempo para cá, no entanto, sua apreensão mais corriqueira, indissociável das forças políticas que reivindicam a inscrição nesse campo, é mais sinuosa. No primeiro capítulo, discuti como os programas econômicos de partidos de esquerda foram evoluindo, nas últimas décadas e ao redor do mundo, em direção ao centro e à direita. Nem sequer a crise financeira de 2008 interrompeu o processo de convergência de planos supostamente alternativos de política econômica, todos em maior ou menor medida compatíveis com uma economia de mercado com pouco espaço para a intervenção, a regulação e a provisão de bens e serviços por parte do Estado. Restou às forças progressistas, como mostraram autores como Mark Lilla (2018b) e Thomas Piketty (2019), buscar alguma distinção em relação aos conservadores no âmbito dos costumes. O que rendeu bons frutos eleitorais em diversos momentos e países e reconfigurou a clivagem que hoje organiza a disputa política. Questões ligadas à igualdade simbólica pautam boa parte do debate contemporâneo, em detrimento dos conflitos de ordem distributiva – a despeito de não haver fronteira estanque e real entre eles. É evidente que a disputa material não desapareceu e continua a orientar ações coletivas, mas ela já não parece mais capaz de organizar o espectro político em que se espalham forças políticas como ocorreu ao longo do século XX.

No Brasil, partidos como o PT ainda preservam um compromisso e uma identidade associados à igualdade material. Embora tenha feito concessões em seu programa original, não está fora de seu horizonte uma sociedade menos desigual, com serviços públicos universais de melhor qualidade e um Estado capaz de regular o mercado e redistribuir seus excedentes. E isso é percebido, com efeito, por parte significativa dos trabalhadores mais pobres nostálgicos do progresso socioeconômico dos governos petistas apoiado no pleno emprego, no aumento real do salário mínimo e na expansão de programas sociais. No entanto, o PT não evoca uma alternativa fundamental aos governos que ele sucedeu ou antecedeu. A popularidade de Lula se sustenta muito mais na memória de um momento de bem-estar do que propriamente em uma política apoiada

numa clivagem de classe ou que oponha o povo às elites econômicas – até pela natureza conciliadora do lulismo.

Também em países periféricos como o Brasil, portanto, a oposição esquerda-direita passou a fazer alusão a visões de mundo divergentes em relação aos costumes e às identidades. Algo que é continuamente reforçado por ambos os lados, que, de certa forma, recorrem a imagens antagônicas para justificar sua existência. Não é por acaso que vemos, com cada vez mais frequência, partidos de esquerda levantando bandeiras como o feminismo, o anti-racismo e a tolerância homossexual. Mesmo forças em alguma medida enraizadas nas periferias têm evocado essas pautas em manifestações públicas, em projetos de lei, atos de rua e indicações eleitorais – basta ver a explosão de candidaturas progressistas de mulheres, negros e transexuais nos últimos anos, ao menos nas grandes cidades. Em contrapartida, é notável o acirramento da retórica conservadora por parte de uma direita que, durante algum tempo, cultivou valores liberais. Hoje, mesmo em partidos como o PSDB, outrora expressão da direita liberal, é improvável a defesa de pautas como a liberação do aborto. Uma boa ilustração da clivagem que organiza a política nacional nos dias que correm foi a polêmica envolvendo a “mamadeira de piroca”, que apoiadores de Bolsonaro insinuaram, durante as eleições de 2018, ter sido distribuída por gestões petistas. Por mais grotesco que seja, indica aquilo que parecia determinar as opções político-partidárias naquele momento.

Ao abraçar as pautas chamadas identitárias como recurso para se distinguir da direita em meio à acomodação com a agenda neoliberal, o campo progressista assumiu uma face que desperta, porém, desconfiança em parte dos mais pobres. É evidente que há formas diferentes de incorporar as legítimas reivindicações desses grupos à identidade política de esquerda. As dimensões machista, homofóbica, racista de nossa cultura resultam, afinal, em violência e opressão para a maioria dos trabalhadores. Contudo, predomina no campo progressista um tipo de discurso e de prática que tende a afastar muitas dessas pessoas.

Primeiro, cumpre notar algo pouco discutido pela literatura. A saber, o incômodo das camadas populares com uma narrativa que divide e reforça a condição de subalterno. Polletta (1998), analisando movimentos feministas, mostrou como discursos organizados em torno da posição de vítima tiveram pouca capacidade de mobilização nos Estados Unidos. No MTST, pude perceber o apelo restrito de enunciados que, a princípio, corroboram as diferenças. Talvez como um mecanismo de defesa frente às discriminações de toda sorte, boa parte dos trabalhadores mais

pobres se agarra a um ideal de igualdade aparentemente questionado pelas políticas identitárias. Em diversas formações e conversas, senti um considerável incômodo com a ideia de que as diferenças devam ser reconhecidas e tratadas de forma específica. Nesse mesmo sentido, é significativa a recusa em aderir a uma lógica e um vocabulário que sugerem colocar determinados grupos numa posição de submissão. O reflexo, aqui, é recusar mais uma camada de dominação a uma vida já repleta de carências simbólicas e materiais.

Como notou Dubet (2020: 71), diante do desprezo, os indivíduos se sentem tentados a se considerar vítimas. Mas essa posição não estaria isenta de ambivalências e tampouco é fácil de assumir. Haveria uma certa recusa a se fechar dentro

do status de vítima e das atribuições que isso implica – porque eu não sou ‘somente’ mulher, ‘somente’ pobre, ‘somente’ minoria, etc. Além disso, não sinto necessariamente vontade de me identificar com o coletivo ao qual a queixa me associa.

A posição de vítima seria ainda percebida como uma renúncia à dignidade e à capacidade de ação. Ao assumir o status de vítima, afirma Dubet (Idem: 72), “considero que eu não sou mais o senhor da minha vida” e dou a impressão de que estou submetido a um determinado destino. Por fim, estudos e entrevistas têm mostrado que as pessoas se sentem discriminadas por determinados atributos e características, mas são raras aquelas que se reconhecem nos movimentos feministas, por exemplo. Da mesma maneira que outros tipos de minoria, que se sentiriam

afastadas dos movimentos que falam em seu nome, especialmente porque elas se recusam a ser associadas a identidades coletivas e porque desconfiam de líderes que lhes parecem distantes e autoproclamados. Em geral, todos têm a impressão de que a individualização das desigualdades escapa dos processos de representação política e social (Idem: 79).

Em segundo lugar, a agenda liberal no plano dos costumes pode ser antagônica em relação a valores sensíveis a amplos setores do subproletariado. Estruturas coletivas que Michael Hardt e Antonio Negri (2016: 183) consideram corromper a lógica do comum, como a família, são eminentemente caras a setores populares. Com a degeneração contemporânea da esfera pública, reforça-se a procura por amparo em círculos privados de socialização. Quando a esquerda assume como principal parâmetro de sua identidade uma postura liberal no plano dos costumes, ela esbarra em limites importantes para se fazer ouvida e respeitada por trabalhadores que encontram na família e na religião aquilo que antes encontravam em sindicatos, associações e partidos. Por mais urgente que seja a luta contra todo tipo de discriminação, sua conexão com a cultura e a realidade popular não é nada mecânica. A mãe que teme ver sua filha voltar grávida para casa está às vezes

mais sujeita a aderir ao discurso fundamentalista religioso, que veta relações sexuais antes do casamento, do que ao discurso emancipatório de corte feminista.

Eatwell e Goodwin (2020: 259) explicam, aliás, parte do desempenho ruim dos populistas de esquerda em relação aos reacionários pela sua incapacidade de dialogar com demandas dos governados que devem ser consideradas legítimas, muitas vezes enraizadas em inquietudes subjetivas mais amplas sobre perda e privação relativa ligadas, por exemplo, a mudanças étnicas e à destruição de suas identidades e modos de vida. Para os autores, os trabalhadores não estão simplesmente reagindo a suas circunstâncias econômicas ao votar na extrema-direita e muitos deles são “instintivamente conservadores em termos sociais e jamais concordarão com as seções culturalmente mais liberais da centro-esquerda”. Guilluy (2014), por sua vez, discute os efeitos daquilo que ele enxerga como o medo universal do devir minoritário. Enquanto a esquerda metropolitana do Norte condena a suposta xenofobia dos setores populares da província mas expandem as fronteiras invisíveis que os separam das demais camadas sociais, caberia aos últimos a convivência tensa e difícil com o outro fruto da imigração. Em meio à hegemonia moral do multiculturalismo, operários e empregados de uma classe média em declínio veem sua identidade ameaçada conforme seus padrões culturais deixam de ser a referência para os novos cidadãos.

No Brasil, poderíamos traçar um paralelo com a questão da segurança pública. Jovens progressistas dos centros urbanos evitam, em larga medida, a relevância do problema e contestam as respostas mais difundidas entre classes populares cujo reflexo mecânico é combater a violência na mesma moeda. Outro campo que organiza a clivagem cultural entre o etos progressista dominante e a maioria dos trabalhadores é a religião. Forças que se pretendam populares não podem, afinal, negligenciar a centralidade que valores associados à imagem da família patriarcal e à religião cristã, sobretudo em sua versão pentecostal, têm na vida dos mais pobres.

Em 2018, o chamado kit gay foi tema de acalorados debates com militantes inseguros sobre a melhor forma de defender Fernando Haddad no segundo turno das eleições presidenciais. A solução encontrada pelo setor de formação do MTST foi, muitas vezes, recorrer à face humana e solidária de Jesus para desqualificar Bolsonaro como insensível e violento. Grupos de acampados no Whatsapp, assembleias e reuniões de coordenação são repletos de referências religiosas. O que não significa, necessariamente, uma concessão conservadora, mas revela os limites de uma narrativa de enfrentamento aos princípios cristãos mais correntes.

São urgentes, inclusive do ponto de vista dos interesses das camadas populares, medidas acerca da opressão sofrida por grupos discriminados. Os termos do debate e as propostas mais veiculadas, contudo, ora se chocam com valores profundamente enraizados, ora esbarram em registros cognitivos pouco interessados em absorvê-los. No MTST, ou na política em geral, os governados buscam, sobretudo, respostas a problemas de ordem material que enfrentam no dia a dia. O acolhimento e o pertencimento a algo maior é encontrado, corriqueiramente, nas igrejas. Pois mais do que oferecer um conforto espiritual frente a uma realidade cada vez mais marcada por privações, elas ainda tecem redes objetivas de proteção, com a distribuição de ajuda de variados tipos e com a ativação de contatos que servem para descolar pequenos bicos e oportunidades profissionais.

Por outro lado, poderíamos dizer que sem distinção econômica, o conservadorismo comum às camadas populares pode adquirir uma face política. Ao abandonar um discurso e uma identidade de classe, parte importante da esquerda perdeu a confiança do povo, cuja representação ficou em aberto (Frank, 2007: 354). Evangélicos sensíveis à pauta dos costumes, por exemplo, podem acabar referendando um programa inteiramente conservador, inclusive em termos distributivos.

2.1.5. Vai ter lista?

Como já mostrou a literatura e revelam diariamente as manifestações de lideranças evangélicas, o (neo)pentecostalismo ainda tem contribuído para o desenvolvimento, entre as camadas populares, do que Dardot e Laval (2016) chamaram de subjetividade neoliberal. Por meio da teologia da prosperidade, instiga-se entre os fiéis o valor do empreendedorismo, de uma iniciativa individual prenhe de riscos e de um mercado desprovido dos entraves estatais à concorrência e ao pleno desenvolvimento do progresso individual (Mariano, 2014). É significativo, com efeito, o peso das igrejas evangélicas sobre a proliferação de um sistema de crenças alinhado aos fundamentos utilitaristas, mas também éticos, do neoliberalismo e da crítica à cobrança de impostos por parte de um Estado que interviria demasiadamente no mercado em detrimento das empresas e, conseqüentemente, do progresso econômico e do próprio trabalhador.

Mas não é apenas o pastor, seu discurso e a rede de proteção construída a partir da frequência da igreja que favorecem a disseminação de uma visão de mundo neoliberal entre os mais pobres.

As próprias transformações no modo de produção capitalista e seus desdobramentos de ordem política e social, discutidos nos capítulos anteriores, têm difundido a imagem edulcorada de uma sociedade feita de indivíduos autônomos, que não dependem de patrões ou do governo. É evidente que, de um lado, se impõem os constrangimentos do excesso de trabalho, da renda baixa e da ausência de regulação estatal sobre relações informais e uberizadas. No entanto, de outro, a ideia de pagar menos impostos e de não ter patrão é atraente aos olhos de pessoas desiludidas com a oferta precária de trabalho estável e bem remunerado e com um Estado atravessado por esquemas de corrupção e ineficaz na provisão de serviços públicos. Quando valoriza a possibilidade de não ter patrão, o trabalhador tem ainda como referência relações profissionais em larga medida informadas por padrões excepcionais de exploração. E embora seja descabida a analogia entre um motoqueiro totalmente sujeito aos desígnios do algoritmo desenvolvido por um aplicativo de entregas movido pela maximização do lucro e um empresário, a ausência da personificação do chefe está longe de ser trivial. Repetidas vezes ouvi de acampados e coordenadores do MTST o desejo de comprar uma moto para “trabalhar para mim mesmo”.

Não podemos ignorar que as transformações do modo de produção e seus efeitos subjetivos chegaram às periferias urbanas do Brasil. Como notou Feltran (2011), até meados dos anos 80, a estabilidade da família e do trabalho organizava dinâmicas sociais e aspirações individuais. Direta ou indiretamente apoiadas em sindicatos e movimentos sociais, ações coletivas eram correntes e, a despeito de valores tradicionais e conservadores, davam sentido progressista ao exercício da política entre as camadas populares. Os jovens nascidos a partir dos anos 90, no entanto, se deparam com outra realidade, marcada por crises, desemprego estrutural, pressão pelo consumo, oportunidades vinculadas ao crime e famílias desestruturadas. No plano do trabalho, a identidade coletiva cede espaço à imagem do empreendedor, à competição, à individualização.

O processo já descrito de individualização de pessoas desprendidas de vínculos tradicionais de classe, mesmo que sobreposto a dinâmicas típicas dos bairros populares, alcança também as classes trabalhadoras brasileiras. A individualização da desigualdade, nos termos de Beck (2010), ou a fragmentação do sistema de desigualdades, para usar a expressão de Dubet (2020), faz com que também aqui problemas sistêmicos sejam percebidos como fracassos individuais. No lugar de desafios individuais inscritos dentro de desafios coletivos, surge uma escala fina e sutil do prestígio

associado ao consumo, pelo qual cada um deve se distinguir do vizinho como dos membros de outras classes (Dubet, 2020: 30).

Os valores conservadores do subproletariado, ligados à centralidade que a família e a religião ocupam em suas vidas, se articulam com uma relação menos conflituosa do que se intuiria com o discurso neoliberal. Com efeito, noções como o esforço individual e a meritocracia estão profundamente presentes na forma como o MTST se organiza e constrói a narrativa que justifica o engajamento e a luta. Na medida em que o avanço das negociações relativas à moradia é resultado direto da mobilização, a base consente tranquilamente com o critério da participação em atos e assembleias para a distribuição dos apartamentos conquistados. No meu primeiro contato com o movimento, fiquei surpreso. Como assim um movimento de esquerda, fundado em princípios como a solidariedade, apoia praticamente toda a sua organização no registro da meritocracia e ignora a distribuição desigual da vulnerabilidade e das possibilidades de participação?

Não demoraria a perceber, porém, que, sem esse critério, o MTST, sob a forma que o conhecemos, não seria possível. E não simplesmente porque suas assembleias e atos seriam esvaziados. Mas porque o controle da participação atesta, antes de tudo, a justiça do movimento, cujo lastro meritocrático obedece a normas reconhecidas e valorizadas pela sua base. A mesma confiança despertada pela organização da ocupação é nutrida pela convicção de que, diferentemente do mundo real, em que interesses pessoais e espúrios mediam as relações sociais, no MTST vigora a impessoalidade e cada um faz por merecer a sua recompensa. É como se o movimento realizasse a modernidade liberal que o Brasil falhou em alcançar. No movimento, a luta é coletiva e apenas com a mobilização popular a conquista da casa se faz possível. Contudo, ela é feita do esforço individual de cada um que o compõe. O neoliberalismo vindo de baixo de que fala Gago (2018) é uma dimensão crucial para entender como a base do MTST se relaciona com seus direitos e com a luta política. Da mesma maneira que suas possibilidades de sobrevivência são determinadas pelo trabalho e o sucesso individual, a política deve ser um espaço mediado pelo esforço de cada um.

Em sua dissertação sobre os efeitos positivos da participação no movimento para pessoas com sintomas de depressão, Guilherme Boulos (2017) destaca, grosso modo, o contraponto que uma ocupação representa em relação a uma vida marcada pela atomização. Ao se deparar com um espaço em que tudo decorre da cooperação e da solidariedade, um acampado questiona a lógica e

a régua individual pela qual organizava e percebia sua vida. A resposta à individualização das desigualdades é evidente e tem o potencial inquestionável de deslocar as paixões tristes de que fala Dubet para o registro esperançoso e potente da ação coletiva. Boulos aponta igualmente para os efeitos subjetivos positivos da participação efetiva, do protagonismo de membros do MTST em tarefas ligadas a ele em contraposição a uma vida anterior de pouco reconhecimento social e autoestima. É comum que coordenadoras encontrem, pela primeira vez nas suas vidas, o respeito de seus pares por incumbências e iniciativas assumidas dentro ou fora da ocupação.

Para além dos efeitos emancipadores, individuais e coletivos, dessa face do movimento, porém, é interessante notar sua compatibilidade com o espírito do tempo – ou a nova razão do mundo, para usar a expressão de Dardot e Laval (2016). É justamente pela métrica do desempenho individual e do reconhecimento que decorre do sucesso de suas ações que esses indivíduos se veem realizados. Não quero negar a vocação coletiva do repertório e da organização do MTST, tampouco negligenciar o potencial transformador da utilização de uma característica própria da subjetividade neoliberal para um objetivo político maior. Cumpre simplesmente notar que o engajamento e a participação mais destacados de um militante do MTST é, em boa parte, resultado dos benefícios que o mercado não lhe pode oferecer e o reconhecimento que alcança é proporcional ao seu esforço individual. O crescimento acelerado do movimento nos últimos anos, aliás, se deve a uma lógica de atuação que em muito se assemelha a uma verdadeira corporação. Não foram poucas as vezes em que fui objeto do desabafo cansado de militantes respeitados – e por isso sobrecarregados de tarefas -, que compararam o MTST a uma empresa privada e reclamaram do fato de se sentirem tratados como empregados.

2.1.6. O problema do sentido da ação

Como disse na introdução desta tese, ao me aproximar do MTST, em 2017, e notar sua iminente investida eleitoral, me interessou a ideia de entender as dificuldades que ele encontraria para conciliar as ações políticas parlamentar e extraparlamentar. A lei de ferro das oligarquias se aplicaria, afinal, a mais uma tentativa de articular as dimensões instituinte e instituída do poder, tão cara a uma perspectiva substantiva de democracia? Que mecanismos e práticas o movimento adotaria para evitar a cooptação pela ordem? Eram perguntas que eu me fazia entusiasmado com

a possibilidade de presenciar, de perto, o ressurgimento de uma força de esquerda democrática e popular depois da acomodação lulista.

No entanto, o cotidiano do movimento e o contato intenso com a sua base me fizeram notar que o desafio que ele enfrenta é anterior e de caráter não só político, mas tem profundas dimensões antropológica e sociológica. As pessoas não entram e tampouco permanecem no MTST para subverter a ordem capitalista e pós-democrática. Elas o fazem movidas por cálculos pragmáticos de sobrevivência e não têm no horizonte mais concreto o autogoverno, mas a possibilidade de fazer com que suas necessidades sejam atendidas pelos governantes. É pela ordem, embora numa relação de conflito com ela, que as aspirações vitalistas do subproletariado são atendidas. O sentido de uma pergunta que se impõe a pesquisadores e militantes de esquerda, portanto, diz respeito à viabilidade de um discurso e de uma prática política que sejam, ao mesmo tempo, radicais o suficiente para dar conta do colapso iminente da ordem contemporânea e capazes de levar em conta o apreço e a dependência que os trabalhadores têm em relação a ela. Vejamos mais uma ilustração desse desafio.

2.2. Por que ocupamos?

Poucas vezes eu tinha estado em uma região tão distante do centro de São Paulo. Embora com 26 anos, dos quais 23 vividos na cidade, praticamente tudo era novo para mim. Desde a linha 5 – lilás, do metrô, que liga os bairros periféricos Capão Redondo e Santo Amaro, até aquele ônibus azul, metropolitano, passando pela Estrada do M' Boi Mirim, que de estrada não me pareceu ter nada na medida em que, em vários trechos, tem apenas uma pista em cada sentido. Para não falar da realidade daquelas pessoas que dividiam o ônibus lotado comigo, o segundo que havia passado no terminal antes que pudéssemos subir. O que para mim - e para os dois companheiros da recém criada brigada de formação que me acompanhavam - era algo atípico, inusitado, quase uma aventura, era simplesmente parte da rotina de moradores do extremo sul de São Paulo acostumados a passar diversas horas no deslocamento entre o trabalho no centro e suas casas na periferia. Uma periferia que eu desconhecia e que, ao mesmo tempo em que me fascinava, pela descoberta de um verdadeiro mundo novo na minha própria cidade, me assustava. Eu claramente não pertencia àquele lugar hostil e violento, pelo menos para mim.

Eu, Lucas e Augusto estávamos a caminho da ocupação Vila Nova Palestina, do MTST, onde cada um de nós daria, para três grupos diferentes de acampados, um curso em que a legitimidade da ocupação é defendida. Eu havia impresso o roteiro da formação pouco antes de sair de casa. O que não me preocupava, pois como saí com muita antecedência em relação ao horário marcado para o curso, teria tempo de sobra para estudá-lo chegando à ocupação. Mas eu não previa gastar mais de duas horas para chegar. Esperando pelo ônibus Jardim das Oliveiras em uma longa fila no terminal Capão Redondo, já estava claro que chegaríamos atrasados ou, na melhor das hipóteses, em cima da hora. O roteiro era relativamente simples, mas seu caráter dialógico e a grande quantidade de materiais de apoio exigiam um domínio grande sobre a sua forma. Durante o demorado trajeto de ônibus, Lucas, que claramente havia se preparado melhor do que eu, me explicou o encadeamento entre as partes do curso. Naquele momento, toda a apreensão por estar em um ambiente hostil para um estudante de pós-graduação cujo maior choque social até então se dera no centro histórico de São Paulo, na arquibancada do Pacaembu e em algumas incursões na periferia de Paris, se somava à apreensão de dar um curso que eu não dominava a um público desconhecido em suas referências e expectativas.

Chegando na ocupação, vinte minutos mais tarde em relação ao horário marcado, João nos esperava com o material e, sem qualquer demora, nos encaminhou para as cozinhas coletivas de cada uma das brigadas da ocupação¹⁰⁶. Não é um exagero dizer que eu me senti mandado para a jaula dos leões. Aproximadamente 150 pessoas esperavam com evidente impaciência o começo da atividade. Elas não estavam acostumadas a formações políticas e tampouco estavam lá pelo interesse pelo curso. A atividade, assim como é o caso de assembleias e atos, valia ponto para a luta de cada um. Essa não era a minha primeira formação no movimento. Antes disso, tinha dado um curso na própria Palestina, mas para coordenadores e moradores interessados em entender a proposta de reforma da previdência do governo Temer na véspera da greve geral do dia 28 de abril. O mesmo tema de formação que eu dera naquele mês para acampados da Povo Sem Medo do Capão. As condições eram parecidas, com a diferença de que os acampados da Palestina estavam na luta há quatro anos enquanto os do Capão, há poucos meses. O que faz muita diferença, como já disse, para o ânimo e a disposição para atividades do movimento.

¹⁰⁶ As ocupações do MTST são divididas em grupos. A Vila Nova Palestina, excepcionalmente em terreno desde 2013, se organiza em três conjuntos de barracos chamados de brigadas.

Já na cozinha coletiva, mostrei toda a minha inaptidão com tarefas manuais ao fixar desajeitadamente uma cartolina na parede de madeira. O que só fez aumentar meu embaraço diante de trabalhadores que, cansados por um longo dia de trabalho, só queriam voltar para casa, jantar e ficar com a família no pouco tempo que têm para descansar. Apoiei o material do curso sobre uma mesa velha em um canto da cozinha e subi em um banco de madeira um tanto instável. Apresentei-me, pedi desculpas pelo atraso, informei o motivo da minha presença e, apressado, logo comecei: “Quem aqui já foi chamado de vagabundo?”, ao que imediatamente e de forma mais ou menos exaltada, todos que estavam ali levantaram as suas mãos. “Eu”, “várias vezes”, “todo dia” foram algumas das respostas que ecoaram dentro da cozinha.

“Por que chamaram vocês de vagabundo?” perguntei em seguida, estimulando um certo caos em que muitos dali gritavam, sem muito pudor, os motivos que, para eles, justificavam a discriminação de que eram vítimas. “Falam que eu não quero trabalhar”, “porque eu devia trabalhar pra comprar uma casa”, “porque o movimento faz arruaça”, “porque eu tô tomando o que é dos outros”, foram algumas das respostas que apareceram. Com formulações diferentes entre si, claro, mas que indicavam em geral duas ideias principais: de que as pessoas que fazem parte do MTST não trabalham ou recusam o imperativo moral e legal de que a única forma legítima de comprar uma casa é reunindo o dinheiro que lhe corresponde. E de que, ao contorna-la por meio de uma ocupação de um terreno, elas estão roubando a propriedade alheia.

Destacando essa resposta, fiz outra pergunta: “E é justo tomar o que é dos outros?” Ao que a grande maioria, com pequenas exceções de pessoas que permaneceram caladas e, ainda mais raras, que disseram sim sem muito entusiasmo, respondeu em uníssono: “Não!”. Ao que retuquei perguntando: “mas a gente não está fazendo justamente isso, tomando o que é dos outros?”

Uma grande confusão se instalou, com pessoas dizendo que sim e outras dizendo que não, que aquele terreno estava vazio e que, portanto, ao ocupa-lo o movimento não estava roubando nada de ninguém. Questionei se o fato de estar vazio fazia dele uma propriedade sem dono e sugeri uma comparação. Se uma das mulheres que estava ali presente deixasse sua bolsa na cozinha e não viesse busca-la até o dia seguinte eu poderia pegá-la e alegar que a bolsa não tinha dono? Ela estaria errada em alegar que a bolsa ainda pertence a ela? Todos concordaram que não. Ao que continuei, “o dono dessa terra, caso consiga provar que a terra é sua, está errado ao reivindicar a

reintegração de posse? Alguém faria diferente?”. Mais uma vez, todos concordaram que não. Agora, reconhecendo que estávamos, de uma forma ou de outra, “tomando o que é dos outros”, questionei se aquilo que estávamos fazendo era justo.

Ao que se seguiu outro momento de gritaria. Enquanto muitos, com um sorriso envergonhado de resignação responderam que não, que estávamos errados, boa parte tentou justificar que sim, que era justo. Mais uma vez, muitos alegaram que a terra estava vazia, mas também que as pessoas que estavam ali não tinham onde morar e que a moradia é um direito. Àqueles que responderam assertivamente, perguntei o que fariam caso um grupo de sem-teto invadisse o prédio eventualmente conquistado pelo movimento cuja obra fosse interrompida por algum motivo. Os apartamentos estariam igualmente desocupados e os invasores têm o mesmo direito à moradia. “Como fica?”, “seria justo?”. A confusão mais uma vez se instalou e enquanto alguns se divertiam com as contradições e a falta de saída moralmente coerente para aquelas perguntas, outros claramente se mostravam incomodados com aquela série de questionamentos sobre a legitimidade do que estavam fazendo há alguns anos. Alguns se perguntavam entre si o que eu estava fazendo lá. Um deles chegou a me perguntar de maneira um tanto desconfiada e agressiva: “mas você tá do nosso lado ou não tá?”

É interessante notar como, mesmo depois de quatro anos no terreno, a maioria das pessoas que estavam ali – e isso se repete a cada exercício parecido com acampados do movimento – não articulava uma narrativa capaz de justificar, ética e politicamente, a forma pela qual estava lutando pela sua moradia. No fundo, muitos aceitavam a contradição entre os valores que carregam e a participação em um movimento que tem como forma de organização e luta a ocupação de terrenos privados. Outros, por outro lado, haviam assumido que condições excepcionais ligadas ao terreno – o fato de estar desocupado – e a si próprios – o fato de não terem moradia quando já ouviram se tratar de um direito – justificariam um ato, na essência, ilegítimo. Uma fórmula que se revela um tanto precária no momento de argumentar com o “zé povinho” que os acusa de preguiçosos, vagabundos, ladrões. Não por acaso, a maioria dos acampados e boa parte dos coordenadores do MTST tende a evitar o debate, pois sabe que seus argumentos são de alcance limitado e não passam de um abstrato direito à moradia sem nenhum efeito prático para boa parte dos seus conhecidos e da alegação frágil, no senso comum, de que o fato de o terreno estar vazio justifica sua invasão.

Mas voltando à formação daquele dia na Vila Nova Palestina, sugeri que algumas coisas são de fato confusas e que, para a sua compreensão, precisamos dividi-las em partes antes de entender o todo. Seguindo o roteiro que a essa altura eu já parecia dominar, apesar da insegurança em relação ao controle de uma turma em parte cansada e em parte aflita, propus uma dinâmica que consiste na análise de uma figura em que diversos triângulos se sobrepõem.

As divergências inevitáveis acerca da contagem do número de triângulos serve para atrair a atenção de uma turma cansada e introduzem uma explicação sobre a natureza diferente de dois tipos de propriedade. Uma coisa é algo como uma escova de dentes, que pode ser produzida quase indefinidamente e cujo acúmulo privado em grande quantidade não prejudica especialmente os interesses de ninguém. Outra coisa é a terra, cuja extensão é limitada e cuja concentração tem o efeito de privar pessoas do acesso a ela. A intenção, ali, era apresentar a noção de função social da propriedade, que reprova a inutilização da terra. A lógica que diferencia os dois tipos de propriedade foi facilmente assimilada e fez sentido para as pessoas: um pedaço de terra não pode ser comparado a qualquer outra mercadoria – faz sentido que haja algum tipo de controle sobre a sua propriedade. O interesse, porém, aumentou quando eu afirmei que a Constituição Federal, “a mãe de todas as leis do Brasil”, reconhece que a terra “tem que cumprir a sua função social”, “querem ver?”.

Em seguida, desci do banco, peguei as versões editadas do artigo 5º que João havia impresso com o devido brasão da república colorido no alto da página e as distribuí. Pedi que alguém o lesse em voz alta e repeti, palavra por palavra, o texto lido, dando ênfase à passagem em que se faz referência à função social da propriedade. Nesse momento, todos os presentes, mesmo aqueles mais dispersos ou menos interessados, fizeram silêncio e prestaram atenção. “Bom, então a lei fala que quem está errado aqui é o proprietário, que não está fazendo nada com esse terreno, que podia estar produzindo alguma coisa ou servindo de moradia!”, exclamei. Tudo parecia fazer sentido e a desconfiança que se manifestara há pouco fora substituída por um clima leve, por uma grande comunhão em que pessoas davam risada, bradavam gritos de ordem ou listavam o que existia no terreno antes da ocupação: “desova de corpo, de carros, prostituição, tráfico de drogas...”.

Mas a formação não acabava aí. Uma defesa estritamente legalista da tática do MTST não para em pé e os acampados, invariavelmente, se deparam com isso. Contrapondo a ideia de que a lei nos

respaldava, na medida em que o terreno não cumpriria sua função social, perguntei se nós não estávamos descumprindo-a fazendo justiça com as próprias mãos. Afinal, a Constituição não autoriza a ocupação de terrenos desocupados; cabe ao poder público indenizar o proprietário e destinar a área para a moradia popular ou outra finalidade. Ao dizer isso, foi como se um balde de água fria tivera caído sobre as cabeças de cada um. Um ou outro ainda tentou justificar que em algumas ocasiões é preciso, sim, fazer justiça com as próprias mãos. Mas a maioria concordou que essa não é a melhor maneira de resolver um conflito: o erro do proprietário, de especular com um terreno vazio, não justificava o nosso erro de toma-lo à força no lugar do Estado.

Continuei o curso explicando que o procedimento mais correto seria procurar as autoridades e o poder Judiciário para denunciar a situação irregular de terrenos abandonados e que não cumprem sua função social. Muitos concordaram, mas muitos outros perceberam onde eu queria chegar. Uma senhora, que estava bem à minha frente e que se mostrava atenta ao curso desde o início, logo retrucou: “mas não adianta. O governo não faz nada por nós”. Repeti o que ela havia dito para que todos pudessem ouvir e perguntei se todos concordavam, se adiantaria procurar o prefeito, o subprefeito ou um juiz para alegar que o terreno descumpria a legislação. Sob o estímulo do formador e informados pela retórica conflitiva em relação ao governo de atos e assembleias, mas também por uma vida forjada a partir da atenção precária do governo aos serviços públicos, todos foram taxativos e reconheceram que não adiantaria em nada provocar formalmente os poderes. “Pois é”, disse apenas, antes de distribuir a cada um uma cópia de um artigo publicado por Guilherme Boulos, conhecido de todos ali, em que ele compara o tratamento dado pelo governo estadual paulista, a Polícia Militar e o Judiciário a ocupações nas periferias e ocupações de áreas públicas por bancos, shoppings, empresas, clubes e associações de elite no centro expandido de São Paulo que, localizados em área pública, não tiveram de enfrentar processos de reintegração de posse¹⁰⁷. Lendo o texto em voz alta junto com as pessoas, ia ganhando contornos muito claros o tratamento diferenciado que o poder reserva a ricos e pobres. Ao longo da leitura, as pessoas iam ao mesmo tempo identificando os terrenos referidos por Boulos, como os shoppings Eldorado e Center Norte, e reconhecendo algo mais ou menos claro para elas: o lado dos governos.

¹⁰⁷ Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/08/1504127-quem-sao-mesmo-os-invasores.shtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

A mensagem do texto e que já estava um tanto evidente para as pessoas ali antes de qualquer elaboração de minha parte é que a única forma de os trabalhadores pobres reivindicarem o respeito à função social de um terreno passa pela ocupação e pela permanência, mediada pelo conflito com as autoridades, nesse terreno. Na medida em que o governo não é um ator neutro quando se trata de conflitos sociais, e isso era muito perceptível para aquelas pessoas, nos restava a organização e a luta. O amparo jurídico da tática radical do movimento ganhava agora uma dimensão política – era apenas com a força que a lei poderia ser respeitada.

No entanto, o roteiro não se encerrava aqui, no que é, de alguma forma, o clímax político e a passagem de maior agitação do curso. Faz-se necessário recuperar o nosso apreço pela ordem legal e, então, continuei: “Mas pessoal, para quem fala que a gente é bandido, vagabundo, eu queria perguntar algo: vocês já viram ladrão roubar e ir pra delegacia avisar que roubou? Vocês já viram bandido ir pra porta do presídio e pedir pra entrar porque merece estar lá dentro?” Sem entender muito bem o sentido daquelas perguntas e com o semblante desconfiado, responderam que não.

“Pois bem”, continuei, “para onde vai o primeiro ato que o MTST faz depois de fazer uma nova ocupação?”. “Para a sub-prefeitura!” todos responderam com um sorriso no rosto que revelava o orgulho que aquela imagem despertava neles.

Exato. Nós não somos bandidos, não fazemos nada escondidos. A ocupação é apenas uma forma de lembrar o governo de que enquanto há terrenos vazios abandonados, que não cumprem sua função social, há muita gente sem ter onde morar, morando de favor ou tendo que escolher entre pagar o aluguel e botar comida na mesa. Nós não estamos tirando nada de ninguém, inclusive reivindicamos que o proprietário seja devidamente indenizado e que esse terreno seja destinado à construção de moradia popular! Quando te chamarem de vagabundo, agora, você vai saber o que dizer; vagabundo é o dono do terreno, que tá especulando em torno do seu valor e o prefeito, o governador e o presidente que não fazem nada enquanto muita gente não tem o seu direito à moradia assegurado, provavelmente a mesma situação do zé povinho que vem xingar a gente sem entender a legitimidade da nossa luta! MTST!, exclamei antes que todos ali, com o punho erguido e um semblante alegre que já não revelava o cansaço do dia, respondessem: ‘a luta é pra valer!’

2.2.1. A luta é pra valer?

“Na minha família, é uma briga da porra! Meu irmão fica falando que a gente é vagabundo, que o movimento não presta. E eu não deixo barato, desço o pau no Doria, no Bolsonaro” me disse algumas vezes Leandro, um militante do setor de organização do movimento. Ele mesmo costuma

falar abertamente que antes de entrar em sua ocupação de origem já conhecia o MTST e tinha preconceito.

Eu achava que era um bando de baderneiro que não queria trabalhar. E aí eu fui pra ocupação, de curioso mesmo, e descobri que não era o caso e não tirei o pé de lá. Até o dia em que a gente saiu do terreno eu ficava o tempo todo lá, fazendo o que fosse preciso. Hoje eu vou até o fim nessa luta. O movimento mudou a minha forma de pensar, hoje eu entendo a política. Ainda bem que eu entrei aquele dia.

Com efeito, fazer parte do MTST é motivo, muitas vezes, de vergonha na periferia. O “vagabundo” usado para iniciar a formação não é um exagero. Todos que um dia participaram de uma ocupação do movimento já foram chamados dessa forma. Seja por motoristas indignados com atos de rua que interrompem o tráfego, seja por familiares, amigos, colegas de trabalho e vizinhos que reproduzem o senso comum na maneira de lutar por uma casa própria (trabalhando) e na maneira de enxergar movimentos que supostamente contornam esse caminho por meio de ocupações e de manifestações. É muito comum que acampados e até coordenadores escondam sua participação no movimento de conhecidos. E o fazem não somente porque conhecem a imagem que as pessoas em geral têm de iniciativas que violam a propriedade privada e usam da força para, supostamente, furar a fila de programas sociais de moradia. Mas porque, muitas vezes, compartilham dessa mesma imagem e não encontram argumentos convincentes para legitimar a sua luta. Para militantes que entraram no movimento por afinidade ideológica, fazer parte dele é um motivo de orgulho. Para boa parte da sua base, é um motivo de vergonha. Primeiro, porque é sinal de fracasso profissional, uma medida cada vez mais comum para o sucesso e o bem-estar. Segundo, porque a violação da propriedade privada que constitui a ocupação é, em amplo imaginário popular, digna de bandidos, criminosos, vagabundos.

Daí a necessidade de a formação relatada acima defender a legitimidade do método de luta do MTST. Do imperativo de fugir do aluguel por um meio alternativo às normas sociais estabelecidas, as pessoas que entram numa ocupação já estão convencidas. Falta a elas se convencerem de que aquela luta é justa. Para isso, é crucial partir de elementos que confirmam valor moral a uma prática contestada pela maioria dos trabalhadores mais pobres. Um deles é a lei.

Aqui nos deparamos com uma contradição importante de um movimento que se reivindica revolucionário e encontra exatamente no amparo da ordem formal um elemento central de justificativa de sua ação. Alberto Fierro (2019), a partir de uma rica experiência com o pé no barro

ao lado do MTST em São Paulo, notou a importância dessa tensão entre os objetivos políticos de subversão da ordem liberal, defendidos abertamente pela organização, de um lado, e um discurso voltado à base e uma prática política, por outro, que se apoiam na acomodação com essa mesma ordem. Em assembleias, formações e atos, o direito constitucional e a função social da propriedade, prevista na legislação, são recursos discursivos onipresentes. O próprio sentido do envolvimento das famílias na luta consiste e se esgota na conquista de uma casa própria que virá por meio de um programa gerido pelo Estado e vinculado ao lucro de empresas privadas.

Não é preciso muita tinta nem muitas referências para argumentar que uma ação política pautada na realização de direitos já previstos formalmente não tem muito de revolucionário. Mesmo de uma perspectiva subjetiva, o léxico dos direitos não tem grande potencial transformador e tende a promover a acomodação com a ordem liberal hegemônica, mesmo que ela esteja progressivamente esvaziada de qualquer direito social, como é o caso brasileiro. Fierro (2019), no entanto, recorre a autores que demonstraram como a reivindicação pela garantia de direitos que o Estado neoliberal ignora ou é incapaz de assegurar pode ter efeitos disruptivos. A narrativa empregada pelo MTST e seu repertório de ação permitiriam pensar em uma luta apoiada na categoria supostamente conservadora dos direitos e que tenha, ao mesmo tempo, uma dimensão eminentemente revolucionária. O autor reconhece que a realização do fim último dos acampados, qual seja, a conquista da moradia, não implica em transformação relevante das realidades política e econômica. Mas afirma que ao operar a tensão entre a ordem e a carência daquelas pessoas, o MTST consegue configurar uma identidade coletiva forjada pelo conflito com as elites e uma ação política capaz de cooptar as autoridades em sentido redistributivo. Ao fim e ao cabo, o movimento promove uma considerável transformação subjetiva de indivíduos que, antes, não enxergavam a legitimidade de sua reivindicação por condições mínimas de vida e se sentiam absolutamente atomizados. Pela via da demanda liberal de respeito à legislação, conforma-se uma identidade coletiva capaz de mover essa ordem em outra direção virtuosa. Mesmo que isso não corresponda à imagem corriqueira de revolução, poderíamos considerar que esse pequeno movimento é uma revolução para aqueles trabalhadores.

Me interessam menos aqui, porém, os efeitos da tensão entre a narrativa interna do movimento e de sua direção. Se pensarmos na forma como os acampados do movimento lidam com ela, é importante registrar o imperativo de uma relação que seja pouco conflituosa com a ordem – e isso

me parece mais central do que a retórica dos direitos. Com efeito, perante uma base formada por pessoas que não desejam, não aspiram e geralmente nem sequer concebem a revolução, como também notou Fierro, cumpre defender uma estratégia que seja não só compatível, mas harmoniosa em relação à ordem. E isso está explícito em diversas expressões discursivas e práticas do movimento, a começar pela formação descrita acima. Recorrer à Constituição, à lei, ao diálogo com as autoridades constituídas é uma forma de registrar o respeito ao ordenamento legal e a recusa de uma ruptura completa – ou mesmo parcial. O papel com o brasão da república colorido, deliberadamente pensado para parecer oficial, é a peça sobre a qual toda a formação está assentada. Ao trazer a Constituição para dentro da ocupação, mostramos que o MTST não age contra a lei. Pelo contrário, ele está justamente querendo fazer com que a lei seja cumprida. É verdade que apresentam-se tensões na relação entre o movimento, a norma e o Estado. Mas não porque o primeiro se volta contra os últimos, mas simplesmente porque os governos eleitos não respeitam o ordenamento legal. A organização e a luta não têm um objetivo destituente ou instituinte. Elas almejam que o poder instituído exerça seu devido papel.

É interessante notar igualmente o que costuma ficar para os coordenadores e acampados que participam dessa formação. Não é, via de regra, a dimensão política de uma luta necessária para alterar uma correlação de forças prejudicial aos de baixo. Ficam, sobretudo, as noções de função social da propriedade e de direito à moradia. O MTST se apresenta aos olhos de sua base social como especialmente fiel à letra da lei – e é a esse argumento que o acampado costuma se agarrar para defender a sua luta.

Outro ponto que vale a pena registrar é o apelo dos dois últimos movimentos da formação. Primeiro, a ideia de que o proprietário do terreno não tem sua propriedade subsumida. O que é central na medida em que afasta a acusação de que os ocupantes estão “tomando o que é dos outros”. Diferentemente de ocupações tradicionais, em que os terrenos vazios dão lugar a lotes, barracos e casas de alvenaria que acabam formando favelas, o MTST “defende que o proprietário seja indenizado, como prevê a Constituição”. O apelo dessa frase dialoga diretamente com o respeito da propriedade, decorrente do trabalho e do esforço individual, como já discutido. Não é tão raro, inclusive, que donos de terrenos ocupados participem de assembleias para relatar o andamento das negociações pela sua desapropriação.

Segundo, a alegação de que não somos bandidos, na medida em que o primeiro ato depois da ocupação tem como destino a prefeitura, atestando a legalidade da ação. Não teríamos motivos para nos escondermos ou nos envergonharmos. Nós damos as caras e vamos conversar com o poder. Ademais, ser recebido pelo subprefeito, pelo secretário de habitação ou pelo prefeito favorece a percepção acerca da legitimidade daquela reivindicação. O prefeito não senta para conversar com traficante – pelo menos não no horário do expediente e em plena luz do dia – mas o faz com o MTST. Reconhece-se, assim, o direito, mas também a dignidade, a existência daquele povo. Ele passa a ser contado, para usar mais uma vez a expressão de Rancière (2018), exatamente quando é notado pelo Estado.

Por fim, a relação que o movimento estabelece com a sua base social tem como pilar e critério defender a ideia de que ele está do lado da lei e tem apreço por ela. Não apenas respeitamos as normas como nossa luta teria por objetivo fazer com que elas sejam devidamente cumpridas. No imaginário da maioria de seus membros, o MTST não é, portanto, expressão de um movimento de ataque às normas estabelecidas. Ele convive perfeitamente com a ordem, a propriedade privada, as autoridades instituídas e buscaria, apenas, o respeito a regras corriqueiramente corrompidas.

Não queria deixar aqui margem a uma interpretação binária entre reforma e revolução, como se à esquerda cumprisse escolher um desses polos mutuamente excludentes. Queria simplesmente destacar os limites, na política popular no Brasil de hoje, de um discurso e de uma prática identificados com o ataque ao estado de coisas, notadamente no que se refere ao ordenamento político e as normas que o regem. A subversão da ordem conta com pouca simpatia e adesão entre os trabalhadores que mais sofrem com ela.

2.2.2. Clientelismo pragmático

Em março de 2018, voltei à Povo Sem Medo de Guarulhos para dar o mesmo curso descrito acima. A chuva insistente daquela manhã de domingo não ajudava, mas o contraste com o que vira cinco meses antes era quase desolador. A euforia com a novidade, a velocidade com que aquela multidão errante se perdia em vielas ainda desconhecidas, em suma, a vida que transbordava para quem quisesse ver ao término da primeira semana de ocupação deram lugar ao marasmo de um terreno

repleto de barracos de lona entre os quais poucas pessoas, que agora já conheciam todos os caminhos possíveis, circulavam ao ritmo da rotina.

Naquele dia, o tempo não era um problema. O curso seria oferecido para os moradores da ocupação, convocados às cozinhas coletivas de cada G a partir do momento em que chegamos. Se a maior parte das formações que eu dera até então a acampados fora mediada pela tensão decorrente do sentimento majoritário de ansiedade em voltar para casa, aquele público já estava, de uma maneira ou de outra, em casa. O curso seria apenas um intervalo, mais ou menos bem-vindo, entre afazeres incontornáveis do dia a dia e atividades destinadas a fazer passar o tempo.

Talvez por isso, a turma de cerca de 20 pessoas para quem dei a formação se mostrou em boa medida apática. É claro que o caráter provocativo do roteiro suscitou intervenções de espanto, euforia e repúdio. Mas embora aquelas pessoas nunca tivessem tido acesso a uma elaboração tão sistematizada acerca dos princípios que sustentam a tática do movimento e da pretensa legitimidade das ocupações¹⁰⁸, elas não pareciam especialmente atentas ou sensibilizadas pelo conteúdo. O incômodo relativo gerado pelos questionamentos iniciais à legitimidade do método usado pelo MTST na luta pela moradia foi facilmente desfeito com o desenrolar de um roteiro que acaba por justificar moral e legalmente sua prática. Depois de cinco meses de relação intensa com a ocupação, suas lideranças e seus detratores, aqueles moradores não tinham elaborado – ou eram incapazes de reproduzir – uma narrativa que legitimasse sua opção de participar do movimento e viver na ocupação. Da mesma maneira que os acampados da Vila Nova Palestina, que no momento da formação relatada já tinham pelo menos quatro anos de MTST. O que mostra que, para boa parte das pessoas que compõem a base do movimento, a justificativa moral não parece ser determinante para sua permanência ou não na luta. Esforços nesse sentido empreendidos em assembleias, atos, conversas cotidianas e formações podem contribuir para um envolvimento mais ativo dos acampados, que pelo menos atribuem a alguém a capacidade de justificar moralmente a tática subversiva do movimento. No entanto, mesmo que eles continuem achando errado o ato de ocupar, continuam ocupando.

¹⁰⁸ Em assembleias da ocupação, predominam fragmentos, ideias e agitação; menos uma formulação devidamente organizada dessas ideias.

O que não acontece exatamente porque não se importam com os dilemas e as contradições que aquele gesto representa em relação a normas sociais que organizam suas relações sociais. Qualquer pessoa se ofende com algum tipo de discriminação, principalmente quando ela vem de alguém próximo – um familiar, um amigo, um colega de trabalho. Daí o amplo apego, entre acampados, à ideia de que a moradia é um direito e que cabe aos governos apresentar uma alternativa às famílias que, por falta de saída, recorreram a uma ocupação. O próprio fato de o movimento ter como interlocutor principal autoridades constituídas confere à luta um grau importante de legitimidade, traduzida na formação pela imagem de um ladrão que rouba e vai à delegacia informar sua ação. Ademais, as regras estritas que regulam comportamentos dentro da ocupação e os critérios de conquista do movimento, fundados no esforço de cada um, reforçam a compatibilidade excepcional entre o MTST e o sistema hegemônico de valores nos estratos populares. Diferentemente do mundo real, no movimento, valores como a integridade (não se cobra dinheiro de ninguém), a propriedade (nenhum tipo de furto ou roubo é tolerado dentro da ocupação), a meritocracia (quem luta mais tem prioridade na conquista da casa), a autoridade, a própria ordem - que se confunde com todos os outros e evoca, principalmente, a noção de uma autoridade capaz de fazer valer normas estabelecidas – são respeitados. O que faz com que o movimento goze de importante prestígio junto à sua base social pelo apreço que ela tem pela ordem. Seja no que se refere aos seus métodos e objetivos, seja em relação à sua forma de organização. No movimento, nós corremos pelo certo. Disso, nenhum acampado tem dúvida.

Não obstante, a adesão dos trabalhadores que fazem parte do MTST à ordem vai muito além de uma questão cultural. Ao falarmos de lei, Constituição e governos não estamos fazendo simplesmente um apelo à preferência simbólica das camadas populares à estabilidade e ao respeito a normas estabelecidas. Se esses elementos surtem um efeito importante de convencimento é porque eles remetem diretamente à ideia de que o movimento reconhece e tem como interlocutor autoridades que, de fato, podem resolver o problema que os levou até lá. A saber, o aluguel. Ou seja, a força do recurso aos poderes constituídos junto à base social do MTST tem uma dimensão fundamentalmente pragmática. Na medida em que respeitamos o enquadramento normativo legal, nos qualificamos para direcionar nossas reivindicações ao governo, que, pressionado pela organização e mobilização populares, se sente constrangido e pode atendê-las.

Aqui devemos fazer referência à relação ambígua e por vezes contraditória que o subproletariado estabelece com o Estado. De um lado, o último oprime e discrimina o primeiro por meio de seu braço armado e de um aparato público que atende de maneira diferenciada as diversas classes sociais. Por outro lado, é ainda o Estado quem tem a responsabilidade e a capacidade de resolver os problemas do povo mais pobre. O mercado claramente não absorve e não oferece saídas para trabalhadores mal remunerados e inseridos em relações de trabalho cada vez mais instáveis. Apesar de um individualismo crescente nas aspirações de classes trabalhadoras desiludidas com a democracia e a capacidade de informar diretamente as escolhas do Estado, resta a elas recorrer a poderes instituídos legal e moralmente comprometidos com necessidades e direitos básicos da população, como tenho insistido com Chatterjee (2004).

Ao marchar à subprefeitura, organizar atos em direção a secretarias de habitação, prefeituras, governos estaduais, ministérios e convidar parlamentares e secretários a assembleias, o MTST, além de tentar fazer avançar negociações em curso, opera uma demonstração incomparável de força junto à sua base. Mais do que ser reconhecida pelo poder, como notado acima, ela vê no ato e nas concessões feitas pelas autoridades públicas um sinal infalível da força do movimento e do seu potencial de alcançar as conquistas anunciadas em assembleias. Pequenas vitórias, como o consentimento de um subprefeito a colocar uma caçamba para recolher o lixo da ocupação, são comemoradas não pelo seu efeito em si, mas pelo que representam: o poder do povo organizado sob a bandeira do MTST e de suas lideranças de arrancar recursos do Estado. Pois se existe um forte sentimento de desconfiança em relação aos poderes instituídos, às forças políticas tradicionais, à própria representação institucional mediada pelo voto, existe também um importante sentimento de que é por meio dele que suas privações podem ser amenizadas. É por isso que a presença de parlamentares em assembleias, o envolvimento do MTST com a disputa eleitoral, direta ou indiretamente, não são rejeitados pela base como sinais de oportunismo, como poderíamos imaginar. Há, com certeza, uma parte considerável dela que vê, sim, oportunismo eleitoreiro nessas práticas. Mas mesmo ela considera que, dessa forma, cresce a força do movimento e a perspectiva de conquista da casa.

Em “A razão neoliberal”, Verónica Gago (2018: 238) defende que o neoliberalismo não deve ser entendido exclusivamente como um tipo de governabilidade produzido desde cima e mostra como ele vem também de baixo, a partir de relações objetivas e da subjetividade de indivíduos que não

podem contar com nada para além do seu trabalho, da sua iniciativa individual. A esse cálculo a autora dá o nome de pragmática vitalista, uma espécie de forma de vida em que aqueles que são excluídos do cálculo econômico e político das elites não aceitam morrer ou ver a vida reduzida a um mínimo de possibilidades e recorrem a alternativas que estão ao seu alcance para ampliá-las. Assim, se rouba, se trabalha, se tecem vínculos vicinais, se migra para viver mais e melhor e daí vêm as ideias subjacentes a verbos recorrentes como empreender, se virar, se salvar. Para Gago, que fundou sua análise em uma etnografia da economia popular, o desaparecimento de horizontes de pleno emprego e da garantia universal de direitos sociais faz com que os indivíduos concebam sua cidadania no plano do consumo e incorram em uma relação ambígua com o neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que o deslegitimam como política estrutural de ajuste, o incorporam em “formas de saber-fazer popular que lidam com as consequências dessas reformas estruturais já ocorridas” (idem: 260), constituindo uma espécie de oportunismo de massas capaz de mobilizar os recursos que a lógica neoliberal estimula e coloca à disposição, mesmo que seja à margem de seu arcabouço normativo padrão.

A própria autora traça paralelos entre suas observações e o trabalho de Partha Chatterjee sobre o conceito de sociedade política. E o deslocamento político de sua ideia de pragmatismo vitalista de fato é muito conveniente para descrever práticas de governados, para usar o termo do autor indiano, que alienados de um horizonte de soberania popular se organizam para mostrar aos governantes como querem ser governados. Pois embora possam recorrer a alternativas descritas por Gago no plano das relações econômicas, as variações encontradas do pragmatismo vitalista não parecem suficientes para impedir a tendência de redução das possibilidades de sobrevivência, por mais efetivas que sejam para garantir acesso ao consumo. O Estado aparece então como última fonte de amparo, a quem não apenas é legítimo recorrer, como de quem é possível esperar alguma resposta, mesmo que à margem da lei.

Com efeito, as noções de pragmatismo vitalista, como meio de aceder a bens e serviços de maneira muitas vezes alternativa às relações econômicas convencionais, e de sociedade política, em que governados abrem mão do autogoverno e passam a mostrar aos governantes como preferem ser governados, por meio de reivindicações pontuais e meios informais e conflituos de interação, contribuem para a compreensão do MTST. Não simplesmente como expressão de uma estratégia ambígua no que concerne à acomodação e à superação da ordem social, mas também do que ele

significa para os trabalhadores que o compõem. Seu objetivo, ao entrar na ocupação, é meramente conseguir uma casa que lhe permita fugir de um aluguel que consome boa parte de uma renda baixa e incerta. A forma como esse movimento deve se relacionar com a ordem e os poderes instituídos têm que ser necessariamente ambígua, na medida em que precisa pressioná-la para que ela conceda suas reivindicações ao mesmo tempo em que depende dela para a sua realização. Um tipo de ação política que, de certa forma, se acomoda em uma ordem percebida como injusta mas incontornável para a sua sobrevivência – ou para a expansão de limitadas possibilidades de existência. Como bem diz Chatterjee (2004), um fenômeno que retrata a distância em que estamos em relação a um modelo minimamente substantivo de democracia, mas que revela, ao mesmo tempo, algum grau de poder instituinte, alguma fissura em um poder instituído impermeável à participação popular.

É como se estivéssemos frente a um tipo de política hegemônica que não faz exatamente reconfigurar elementos da ordem e da ideologia dominante no sentido de sua superação, como sugeria Antonio Gramsci. A alternativa em discussão aqui, menos ambiciosa, quase como um sintoma de um contexto menos favorável à organização autônoma dos de baixo, se presta antes a colocar os fiadores da ordem a serviço dos governados sem que isso implique qualquer transformação estrutural. De um lado, tem-se um Estado tido como responsável último pela vida de seus cidadãos e embora comprometido com o esvaziamento de mecanismos que aferem alguma igualdade política e econômica, se vê recorrentemente pressionado a garantir meios mínimos de sobrevivência aos governados – o que não é, aliás, necessariamente contraditório com os interesses das classes dominantes, que dependem ainda da reprodução de trabalhadores e consumidores. De outro lado, tem-se parcelas cada vez mais expressivas da população cuja única aspiração palpável é ganhar um pouco mais e gastar um pouco menos. A razão neoliberal dos de baixo de que fala Gago ganha vida num ambiente político e cultural em que não há uma alternativa democrática e econômica ao alcance da vista.

O rebaixamento das exigências democráticas da esquerda ao redor do mundo não é simplesmente fruto da cooptação aos interesses das elites e da incapacidade de se comunicar com os sem-parte. Ele é expressão e reflexo da impossibilidade que os governados têm, hoje, de imaginar uma realidade substantivamente diferente. Na ausência de um horizonte alternativo plausível, as pessoas se movem por aquilo que há de mais concreto, a saber, a diversificação das fontes de renda,

por menor que ela seja, e a redução possível de gastos que não conferem nenhum tipo de prazer e gozo individual. Essa é a razão pela qual movimentos como o MTST conseguem organizar e mobilizar trabalhadores na sociedade neoliberal. Porque eles não se voltam contra ela, mas apontam para um convívio menos penoso com ela.

2.2.3. Revolução?

Não faria sentido algum analisar a relação entre os acampados e o MTST a partir de uma chave revolucionária, entendida no seu sentido mais corrente como a destituição do poder e sua substituição por uma ordem completamente reconfigurada dos pontos de vista político, econômico e social. Immanuel Wallerstein (2002) prefere pensar o conceito como um evento, ou uma série de acontecimentos que alteram os pressupostos a partir dos quais se pensa a política. Com base nessa perspectiva, em que revoluções seriam possíveis sem a tomada do poder do Estado por parte de um grupo mais ou menos organizado política e ideologicamente, Graeber (2015) afirma que, ao promover um amplo questionamento sobre a influência do dinheiro sobre a política nos Estados Unidos, o movimento Occupy Wall Street consistiu em uma revolução.

O MTST, de certa forma, provoca um efeito parecido sobre os trabalhadores periféricos que, dentro de uma ocupação, passam a fazer parte dele. O senso comum popular, fundamentalmente crítico da estratégia subversiva do movimento, é reinterpretado à luz do direito à moradia e da parcialidade do Estado e, sem que seja desmontado, passa a sustentar a sua tática de luta. A ideologia dominante, portanto, que justifica a ordem social, serve para pressionar o poder que a sustenta politicamente.

Mas mesmo sem promover uma ruptura significativa na maneira com que os governados que dele fazem parte pensam a política, o MTST a desperta, nos termos de Rancière (2018). Para o filósofo francês, a política emerge à superfície da vida social apenas esporadicamente, em momentos específicos em que movimentos de massa desestabilizam a ordem e acabam por redefinir o seu curso. A política estaria diretamente associada a espaços de tempo específicos em que convenções e relações de poder são suspensas à espera de uma nova acomodação, determinada pelas correlações de força que aquele processo vai, ou não, reconfigurar.

O começo de uma ocupação é um desses momentos em que a política aparece a olho nu. Guardadas as devidas proporções em relação a grandes movimentos populares que envolvem frações de classes em cidades, regiões, países como um todo, os primeiros dias de uma ocupação de sem teto constituem o que militantes costumam chamar de um “microascenso de massas”. De fato, a empolgação das pessoas que chegam ao terreno para montar seu barraco, a solidariedade entre desconhecidos, os conflitos inevitáveis à organização popular, a energia contagiante das primeiras assembleias, a autoestima dos sem-parte nos primeiros atos representam uma importante descontinuidade na vida daquelas pessoas. Algo novo e incrivelmente potente surge de um dia para a noite. Tudo o que antes era impensável passa a parecer possível com a união e a organização das pessoas, a partir de um poder inimaginado de um povo antes inexistente. Ao se verem juntos, caminhando de maneira organizada e combativa, aqueles trabalhadores têm certeza de que revolucionaram suas vidas.

Não demora muito, porém, para que a política desapareça. Na medida em que não reconfigura uma correlação de forças que supera em muito o poder daquelas pessoas naquela ocupação, a participação na luta do MTST é logo subsumida por uma rotina que volta a se impor. Os constrangimentos materiais e subjetivos, na família e no trabalho, da realidade se impõem frente a um processo de luta que se revela lento e incapaz de reverter, no ritmo acelerado das transformações iniciais, necessidades e expectativas imediatas. Da esperança pela casa, muitos acampados passam a permanecer no MTST pelo medo de perde-la. Como diz um dirigente do movimento, a maioria das pessoas continua frequentando atos e assembleias pelo mesmo motivo que as faz continuar no ponto de ônibus quando parece que ele não vem. Pelo medo de que, quando sair para percorrer o caminho a pé, o ônibus chegue. Uma insistência, via de regra, cansada e frustrada pela demora. A rotina e a realidade, suspensas pela eclosão da ocupação, retomam então seu curso e aquela revolução dos primeiros dias dá lugar à resignação com uma vida que ganha outra camada de pragmatismo vitalista. O MTST se torna mais uma – nem sempre a única – forma de fugir do aluguel e convive com outros espaços de socialização e esperança. Para recuperar Gago, o movimento seria mais uma das formas encontradas para tentar ampliar as possibilidades de vida. Conforme o tempo passa, ele se torna cada vez mais lateral, secundário na definição da identidade e da visão de mundo da maioria de seus acampados. Já ouvi vários deles se referirem às assembleias e aos atos do movimento como um compromisso relativo “àquilo das casinhas”.

3. Utopia pragmática

É possível, apesar de tudo o que foi dito acima, vislumbrar uma alternativa política de esquerda popularmente enraizada e substantivamente democrática? Algo que destoe da defesa da ordem liberal e que aproxime, do ponto de vista programático, mas também da base social, forças historicamente progressistas de uma direita recentemente rebatizada de centro-direita, centro democrático ou, simplesmente, centro? Parece difícil. De um lado, os fundamentos objetivos e subjetivos do padrão neoliberal de organização das relações sociais e econômicas têm se mostrado razoavelmente sólidos. O efeito estrutural limitado de eventos de considerável potencial disruptivo, como a crise econômico-financeira de 2008 e a pandemia da Covid-19, atesta a resiliência de um sistema produtivo e de pensamento que se reproduz sem que haja um concorrente teórico-normativo à altura dos seus limites. De outro lado, as consequências deletérias do neoliberalismo e do seu correspondente político pós-democrático têm aberto o campo para um potente movimento reacionário. O aglomerado difuso de princípios e ideias que melhor tem mobilizado ressentimentos provocados por promessas não cumpridas pela ordem liberal e pelo medo constante de classes médias e populares de desclassificação material e simbólica.

A impressão que desponta da observação da conjuntura política de diversos países é de uma disputa entre dois polos majoritários que se retroalimentam. A saber, de um campo (neo)liberal que ganha ares moderados e atrai setores de uma esquerda que rebaixa suas exigências políticas e econômicas e de um campo populista reacionário sustentado em interesses heterogêneos e, por vezes, contraditórios entre si. Enquanto o primeiro se fortalece com as ameaças e os governos autoritários do último, este se beneficia do aprofundamento de tendências elitistas, nos âmbitos econômico, político e cultural, no discurso e na prática do primeiro.

Contudo, por mais improvável que possa parecer hoje e menos mecânico que seja esse movimento, há um espaço considerável para o desenvolvimento de forças e programas decididamente de esquerda. Aqui não convém especular acerca de seus contornos mais precisos ou de títulos normativos que lhe atribuam um corte mais ou menos radical em relação à superação do modo de produção capitalista. Sua constituição enquanto campo político e seu crescimento estarão, antes de mais nada e nos termos de Polanyi (2000), atrelados à resistência à comodificação acelerada do trabalho, da terra e do dinheiro. É da pressão dos trabalhadores, em suas diferentes configurações

de classe, pela preservação e ampliação das suas possibilidades de sobrevivência, que poderão surgir forças de esquerda que resgatem um imaginário político fundado na igualdade e comprometido com um horizonte, mesmo que incerto e inalcançável, de autogoverno.

Este é o objeto desta parte, que partirá, assim como a última, de relatos de experiências e episódios vividos com os acampados e militantes do MTST. Em outras palavras, tentarei apontar, por meio de um trabalho de inspiração etnográfica com os trabalhadores precários das periferias de São Paulo, no seu esforço diário de ampliar suas possibilidades de sobrevivência, a margem e o potencial para uma prática política que recuse os imperativos de uma ordem impermeável à sua participação e à representação de seus interesses e não ceda aos reflexos de uma revolta conservadora. Uma perspectiva especialmente privilegiada, pois parte de uma prática em constante relação com a política no seu sentido mais fundamental e que supõe, como defende Rancière (2018: 26), a interrupção de um sistema naturalizado de dominação. Que inaugura, mesmo que pontualmente, algo alternativo à ordem da dominação e à desordem da revolta e abre margem para a instituição de uma parte dos sem parte, uma parte ou um partido dos pobres.

3.1. A diminuição insustentável das possibilidades e das expectativas

No dia 22 de setembro de 2018, a ocupação Marielle Franco saía do terreno no extremo sul da cidade de São Paulo e uma festa fora organizada para marcar aquele momento. O clima era estranho e misturava, para praticamente todos que estavam ali, sentimentos contraditórios de alegria e tristeza. Se o fim da ocupação se dava em função de um acordo assinado com a Secretaria de Habitação do governo do estado, que se comprometia a desapropriar uma área para a construção de moradia popular para as famílias da ocupação, aquele dia encerrava um período único na vida daquelas pessoas. A concretude de uma conquista que muitas vezes parecera improvável contrastava com a amargura do fim de uma experiência que, para além de todas as suas virtudes, demonstrara ser possível a transformação. Seja no âmbito das relações pessoais, mais solidárias e respeitadas ali dentro, seja de um mundo hostil, que por meio da organização e da força de pessoas desprovidas de reconhecimento, sem-parte, poderia se tornar mais justo e mais igual. Na assembleia que encerrou a festa, o carismático João inflamou a massa ao comemorar, com o termo do acordo com o governo em mãos, a vitória sofrida de todos os acampados: “O zé povinho vai

ver que nós ganhamos. Vamos esfregar esse papel na cara da Zona Sul inteira, que não acreditou que a gente ia conseguir.”

Poucas horas antes disso e da explosão catártica que se seguiu, com muito choro, cerveja e corote, mas também barracos queimados, apesar da orientação contrária da coordenação, eu presenciei, provavelmente, o momento mais forte em quatro anos de movimento. Em um dos barracões usados para reuniões organizativas e atividades culturais e de formação, ocorreu uma reunião com os moradores da ocupação que, sem ter para onde ir, aceitaram a proposta do movimento de ir morar na Esperança Vermelha - ocupação do MTST na Cidade Tiradentes cuja negociação com a prefeitura de São Paulo permitia a habitação de poucas dezenas de famílias no terreno.

Maria, principal coordenadora daquela ocupação, tinha vindo ao Grajaú apresentar aos futuros moradores a organização e as regras que pautavam a convivência na Esperança Vermelha. Ao contrário do que imaginava, não havia muitas dúvidas. Entre as pouco mais de dez pessoas que sairiam do Grajaú para morar no extremo Leste da cidade, prevalecia uma postura abatida e um olhar de desamparo. Diferente da imagem ativa do movimento, característica de atos e assembleias movidos por gritos de ordem, músicas, sorrisos e xingamentos assertivos às autoridades políticas e policiais, o barracão era preenchido por um profundo sentimento de desesperança e resignação.

A tristeza era notável, pois ali elas já haviam construído seus barracos, feito amizades, estabelecido uma rotina, uma vida dotada do mínimo de ordem. Do outro lado da cidade, tudo recomeçaria do zero, com os riscos conhecidos e inevitáveis da vida vulnerável nas periferias. No entanto, elas não pareciam envergonhadas, nem sequer incomodadas com a presença de pessoas que elas mal conheciam e que, claramente, não compartilhavam quase nada de sua condição. As próprias informações trazidas por Maria e comentadas por João pareciam, no limite, irrelevantes. Eles sabiam que não lhes restava muita alternativa – era aquilo ou a rua. “O caminhão [que levaria seus pouco pertences] pode chegar a qualquer hora, entre hoje e amanhã. Fiquem juntos e não saiam da ocupação”, disse Maria, sem que aquela incerteza despertasse qualquer tipo de reação.

Aquela não foi a primeira nem a última vez que eu pude acompanhar de perto a realidade, tão distante da minha, de pessoas que encontram no movimento uma brecha, uma pequena esperança, das condições mais elementares de sobrevivência. Mas se essa reunião me marcou tanto foi por

um motivo, ou melhor, um cachorro. Um velho vira-lata que, desde o início da reunião, estava ali, dentro do barracão, sem que ninguém lhe desse muita importância. Em algum momento, ele se levantou, deu alguns passos e vomitou, antes de se deitar novamente como quem descansasse. Confesso que não gostei muito da cena e menos ainda do cheiro que logo se alastrou, mas o desconforto não era tão grande assim e não havia muito que pudesse fazer. Poucos minutos depois, no entanto, o cachorro se levantou mais uma vez, se aproximou do vômito e começou a comê-lo. Depois de algumas boas lambidas, ele se deitou e, pouco depois, se levantou para, dessa vez, terminar de comer o que havia restado.

Provavelmente um cachorro que coma seu próprio vômito não seja um fenômeno tão espetacular, que mereça tanta atenção e desgosto. Mas a combinação daquela cena, do contexto em que ela se dera e, sobretudo, da completa indiferença de todas as pessoas que estavam ali, à minha exceção, me tocaram profundamente. Ninguém, afinal, olhara para o cachorro. Os olhos dos acampados se moviam entre Maria e João, que seguiam falando, e o chão de terra batida imediatamente à frente de seus pés. Naquela hora, questionei se minha ânsia era mais forte que a comoção que eu sentia pela situação daquelas pessoas e me condenei por isso. Em seguida, passei a tentar enxergar naquilo uma metáfora de tudo o que estava acontecendo, da escala mais estreita daquele barracão às mais altas esferas da sociedade brasileira e do sistema capitalista contemporâneo. Mas logo percebi que nada poderia ser mais tangível, mais concreto, mais duro do que a condição precária da sobrevivência de pessoas desprovidas de praticamente tudo. A parte que elas encontraram para si durante a ocupação agora desaparecia. Depois de poucos meses em que se instituíram como um corpo coletivo e indivíduos dignos de reivindicarem seus direitos, elas voltavam, naquele momento, à sua condição mais individual, mais desamparada, fadada à luta com a qual já se acostumaram: pela vida, um dia após o outro.

*

Depois de participar de uma atividade com a nova brigada de trabalho de base do MTST na Zona Norte de São Paulo, em 2 de fevereiro de 2019, fui acompanhado de outros militantes do movimento à favela do Spama, em Pirituba. Um ato, chamado pelas lideranças da comunidade com ajuda da Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio Negro, cujos membros nos procuraram em busca de apoio, seria realizado naquela tarde. No dia de natal do ano anterior, um

jovem morador da favela havia morrido depois de uma perseguição de policiais militares baseados no batalhão localizado a alguns metros da comunidade. Na garupa da moto pilotada por um amigo, Dolinha, como era chamado, bateu a cabeça em um poste de luz e morreu antes da chegada do atendimento médico e sem qualquer auxílio dos policiais.

Quando chegamos na pequena favela, encravada entre condomínios construídos em meio à recente valorização imobiliária da região, a comunidade não dava quase nenhum sinal de estar mobilizada para a atividade programada. Poucas pessoas, a maioria do MTST e da Rede, acompanhavam as falas de denúncia e homenagem que se seguiam. O pai de Dolinha, cadeirante e quase cego, estava muito abalado e a todo momento dava gritos de revolta. Carregada de emoção e entrecortada por diversos momentos de choro, sua fala foi ouvida por um número pequeno de pessoas que, por sua vez, não demonstravam muita atenção.

O ponto alto da atividade se deu quando um grupo de crianças, incluindo a irmã de Dolinha, cantou um funk em sua homenagem. Na sequência, a mesma música foi tocada numa caixa de som e, então, houve um ensaio mais significativo de solidariedade por parte de pessoas que vinham ou passavam para demonstrar sua comoção.

A fraca mobilização não indicava, porém, a possibilidade de um ato minimamente expressivo, que fora programado para caminhar até o local do acidente. Militantes experimentados do MTST comentaram comigo que não havia condição de fazê-lo. Um deles chegou a me dizer: “o povo não tá nem aí. Não vai ter ato”. De fato, as pessoas pareciam mais preocupadas em conversar entre si na rua principal da favela, assistir ao jogo entre São Paulo e Palmeiras que passava nas televisões dos bares e tomar cerveja com os amigos.

Mas assim que a liderança da comunidade convocou a caminhada que tomaria a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, que beira a favela, uma parte considerável dos moradores, que antes estava alheia à homenagem, se dirigiu rapidamente para a rua. Com senhoras idosas, jovens com suas correntes de prata, inúmeras crianças e adultos de diferentes idades – alguns com clara dificuldade de locomoção, o Spama tomou a avenida com gritos de ordem contra a polícia e os moradores dos prédios vizinhos que, em sua maioria, têm cobrado das instituições do Estado a remoção dos habitantes da favela. Preocupados com a reação da Polícia Militar e em viabilizar a realização pacífica do ato, nós, do MTST, orientamos as pessoas que deixassem uma das vias da

avenida desbloqueadas. Não fomos atendidos. O objetivo era justamente protestar, demonstrar a revolta com uma polícia que tem como *modus operandi* a opressão dos moradores da comunidade. O que ficou claro na divergência que se seguiu acerca do roteiro do ato. Enquanto o pai de Dolinha queria ir para o local do acidente, numa rua adjacente à avenida, a maioria das pessoas desejava que o ato continuasse na via, em direção ao batalhão policial. Opção que foi tomada organicamente pela manifestação, sem qualquer espaço para debate ou condescendência à preferência do pai do garoto. Quem o empurrava em sua cadeira de rodas, aliás, era um membro da Rede, até o momento em que uma das lideranças comunitárias passou a fazê-lo sem muito cuidado. Tentando passar ao meu lado, ela chegou a tropeçar com a cadeira na guia da calçada.

O afeto da solidariedade, da tristeza com a perda do garoto, embora presentes, foram rapidamente subsumidos pela raiva. Durante as falas, inclusive dos familiares de Dolinha, não se viu muita comoção. Mas no momento de se juntar, de ir à rua, de bloquear a via e protestar junto à força policial, a comunidade fez questão de mostrar, para os habitantes do entorno, para a mão armada do Estado e para si mesma sua força e sua revolta. Mesmo que houvesse uma profunda sensibilização pela morte do garoto, ela era de difícil e inócua manifestação. O que se mostrou mais urgente – e suficiente para mobilizar a quase totalidade dos moradores da favela – foi a ação capaz de transmitir sua indignação e, por mais improvável que fosse, inibir novos episódios violentos como aquele.

*

Com mais ou menos vigor, a depender do lugar no mundo, o capitalismo ainda dá, hoje em dia, sinais robustos de resiliência enquanto modo privilegiado de produção (Milosevic, 2020). No entanto, do ponto de vista social, sua legitimidade tem enfrentado um conjunto significativo de abalos que tornam sua reprodução, pelo menos quando aliado a uma ordem política minimamente democrática, ameaçada. Depois de uma série de medidas que serviram, ao longo de décadas, para atenuar os efeitos nocivos do capitalismo sobre a desigualdade de renda e o acesso decrescente das maiorias aos bens e serviços desejados, teriam se esgotado os meios ilusórios, pois insustentáveis, para assegurá-las um grau razoável de bem-estar material e simbólico. Esse é o argumento de Wolfgang Streeck (2018: 93), para quem, na ausência de outro milagre de crescimento, “o capitalismo do futuro se verá obrigado a viver sem a fórmula de paz de um consumismo financiado

a crédito” - em referência ao que ele qualifica como a terceira etapa da compra de tempo pelo capitalismo, em que, depois de significativo endividamento público por Estados que preservavam redes universais de proteção, as pessoas foram forçadas a recorrer ao endividamento privado para manter níveis esperados de vida. Com a ausência de uma perspectiva real de crescimento econômico expressivo no próximo período, a tendência é de contração das taxas de lucro e redução de qualquer margem redistributiva. Por outro lado, a ausência de uma força expressiva que constranja a livre evolução do capitalismo, com a decomposição das possibilidades efetivas e das organizações abrangentes de oposição e resistência ao neoliberalismo, acentua seus efeitos deletérios e acelera sua autodestruição, nos termos de Polanyi. Em outras palavras, estaríamos chegando perto do limite da comodificação do dinheiro, com a financeirização descontrolada e os limites do crescimento com algum conflito distributivo, da terra, com a destruição avançada da natureza, e do trabalho, com a escassez crescente de trabalho para os pobres e a precarização de uma classe média obrigada a trabalhar cada vez mais (Streeck, 2017: 248-49).

A título de ilustração notícias recentes do Brasil dão conta de aumentos salariais abaixo da inflação¹⁰⁹; do aumento do endividamento das famílias, cujo comprometimento médio da renda alcança mais de 21%¹¹⁰ e as dívidas em atraso quase metade das famílias com renda de até dois salários mínimos¹¹¹; de taxas crescentes de um desemprego que bate seguidos recordes¹¹²; e da qualidade decrescente das vagas de trabalho disponíveis¹¹³.

De tal maneira, agrava-se um quadro já crítico de deterioração das condições objetivas de sobrevivência e reprodução daqueles cuja única propriedade é sua força de trabalho e da própria ordem que deles depende. Ao menos no que consiste em sua face capaz de absorver, institucionalmente, um resíduo de disputa distributiva e de participação política. O resultado inevitável e tão bem analisado por Streeck (2018), descrito no primeiro capítulo, é a despolitização

¹⁰⁹ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/maioria-dos-trabalhadores-tiveram-reajuste-salarial-em-2019-menor-que-a-inflacao.shtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

¹¹⁰ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/endividamento-das-familias-bate-recorde-e-chega-a-503-em-outubro.shtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

¹¹¹ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/uma-em-cada-quatro-familias-tem-divida-em-atraso-a-maior-parte-por-cao-da-pandemia-diz-fgv.shtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

¹¹² Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/desemprego-bate-novo-recorde-e-atinge-14-milhoes-diz-ibge.shtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

¹¹³ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/metade-das-vagas-formais-abertas-em-2020-e-de-trabalho-sem-jornada-e-salario-fixos.shtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

da economia política e a deseconomização da política. A contradição entre a evolução necessária do neoliberalismo e a preservação de mecanismos políticos mínimos de autorização e controle popular tem apontado para o esvaziamento de qualquer resquício de democracia em regimes que reivindicam e pervertem essa noção.

Na chave da argumentação desenvolvida nesta tese, o populismo de direita tem emergido, já há alguns anos, como principal receita de contestação e, ao mesmo tempo, alternativa política ao regime que resulta da desdemocratização. Não convém retomar aqui os motivos que qualificam o contramovimento reacionário como potência capaz de sensibilizar uma ampla e heterogênea coalizão de grupos sociais que, por meio dele, imaginam denunciar sistemas políticos elitistas e recuperar o controle, mesmo que de maneira parcial, sobre as instituições. Cumpre simplesmente registrar como forças e lideranças como Trump e Bolsonaro parecem dar voz a setores que se julgam esquecidos e veem sua identidade e sua cultura tradicional ameaçadas.

Com efeito, Eatwell e Goodwin (2020: 64) mostram como o medo sobre a destruição das comunidades, eventualmente promovida pela imigração e pela difusão de valores liberais, pode muitas vezes se sobrepor, nas preferências e nas expectativas de amplos estratos sociais que votam no populismo de direita, aos seus próprios interesses econômicos. Com a persistência de fluxos migratórios, decorrentes de crises econômicas e políticas recorrentes nos países mais pobres, de mudanças culturais a opor grupos simbolicamente antagônicos e do insulamento crescente das instituições políticas supostamente democráticas, indispensável ao regime neoliberal de acumulação segundo o próprio Hayek (Brown, 2019: 88), é provável que o populismo reacionário preserve um fôlego considerável enquanto força política de resistência e antagônica ao liberalismo. A resiliência de líderes como Bolsonaro, Trump, Le Pen, Orbán, seja no governo ou na oposição, e apesar do absurdo de sua postura e de várias de suas medidas, só faz confirmar essa constatação. Como diz Guilluy (2014), o populismo não é fruto do acaso ou um acidente de percurso, mas o resultado de um longo processo de marginalização econômica e cultural de setores populares. É forte também a hipótese de Eatwell e Goodwin (2020: 278) de que, mesmo que as figuras mais radicais do populismo nacionalista percam vitalidade, parte de seus programas será incorporada por forças de direita a priori mais moderadas.

No entanto, o populismo reacionário lida, por sua vez, com uma profunda contradição interna na medida em que ele pretende ser, ao mesmo tempo, popular e conservador. Se essa relação é afinada no plano simbólico, ela é significativamente problemática no plano econômico.

Por um lado, lideranças como Trump, Le Pen, Salvini e Bolsonaro reivindicam a representação de setores conservadores distantes da base da pirâmide social. Para eles, soa como música a defesa agressivamente anticomunista do capitalismo, do livre mercado e do empreendedorismo, desatado da interferência opressiva do Estado e de seus tributos. Por outro lado, boa parte dos cidadãos que o populismo reacionário pretende representar está, mesmo que não à margem, na base e nos estratos intermediários da hierarquia social – não nos esqueçamos que estamos falando dos ignorados, dos cidadãos de bem esquecidos e enganados pelas velhas elites políticas. Para eles, embora não tão central para a identificação com o líder, o etos antiesquerdista e a favor da liberdade econômica também pode encontrar algum sentido. Contudo, o encolhimento progressivo da mão esquerda do Estado, para usar o conceito de Bourdieu (1998), e o desenvolvimento mais desinibido do neoliberalismo, nos termos recuperados acima, não lhes é exatamente favorável.

Daí a ambiguidade contínua da retórica e da prática política do populismo de direita em relação à economia. Claramente defensor do capitalismo contra qualquer ameaça de esquerda, que lhe oferece em seguidas ocasiões o apoio orgânico e decidido das forças do mercado, o contramovimento reacionário é impelido a, casualmente, se opor à evolução desenfreada do neoliberalismo. Considerando que boa parte de sua base é feita de indivíduos que sofrem com os efeitos da comodificação do dinheiro, da terra e do trabalho – os famosos perdedores da globalização – cumpre aliviar, circunstancialmente e de forma mais ou menos efetiva, suas condições objetivas de vida.

Acima comentei como na Itália governada pelo Cinco Estrelas e pela Liga de Matteo Salvini, a renda básica universal foi uma das iniciativas mais alardeadas¹¹⁴. Na Polônia do Lei e Justiça, o salário mínimo foi seguidamente elevado acima da inflação¹¹⁵. E nos Estados Unidos, Donald Trump foi eleito com um discurso que colocava no centro a necessidade de frear a

¹¹⁴ Ver <https://www.dw.com/pt-br/populistas-italianos-lan%C3%A7am-programa-de-renda-b%C3%A1sica/a-47812115>. Acesso em 16 de abril de 2021.

¹¹⁵ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/com-populacao-polarizada-polonia-realiza-segundo-turno-das-eleicoes.shtml>. Acesso em 16 de abril de 2021.

desindustrialização do país, cujo efeito mais nocivo seria a demissão em massa e o desaparecimento dos empregos da indústria do carvão e da siderurgia no meio-oeste do país. As críticas reiteradas à China, aliás, partiam de uma suposta competição comercial desigual que comprometia a indústria e, conseqüentemente, bons postos de trabalho domésticos.

Não obstante, no instável equilíbrio entre a defesa da ordem capitalista e a crítica a alguns de seus efeitos sociais, o nacionalismo populista de direita pende para o lado mais forte. Como notou Nancy Fraser (2020: 52) a respeito de Trump, suas primeiras iniciativas já davam mostra do estelionato eleitoral em que consistiu o seu governo. Ele abandonou políticas redistributivas, nomeou um executivo do Goldman Sachs para a secretaria do Tesouro e deixou claro que, apesar da retórica agressiva contra o sistema e da pose subversiva, com o populismo de direita o neoliberalismo continua onde interessa. Embora distante de um bloco hegemônico que inclui a maioria do partido democrata norte-americano, Trump inaugurou, nas palavras de Fraser, um neoliberalismo hiper-reacionário necessariamente caótico, instável e frágil na medida em que não atende às demandas dos trabalhadores que ele anunciava defender.

Jair Bolsonaro, no Brasil, não destoa muito dessa natureza eminentemente ambígua do populismo de direita contemporâneo. Alçado ao centro do espaço público por um antagonismo em relação ao PT e à esquerda construído fundamentalmente no plano dos costumes e, posteriormente, da corrupção, a economia passa ao largo de sua identidade política. A adesão tardia ao ideário neoliberal se deveu a dois imperativos principais. Primeiro, ecoar a hegemonia do receituário ortodoxo no debate público em meio a uma crise econômica amplamente atribuída ao atribulado desenvolvimentismo do governo Dilma. Segundo, evitar a desconfiança provável do capital em relação a uma candidatura duvidosa sob todos os aspectos. É verdade que, se comparado ao campo mais amplo do populismo nacionalista ao redor do mundo, Bolsonaro se destacou pelo compromisso mais intransigente com a agenda neoliberal da austeridade dos gastos públicos e do livre mercado. Rapidamente, no entanto, deu mostras de que esse compromisso era menos sólido do que anunciado. Durante o debate da reforma da previdência, pouco esforço se viu da parte de um presidente que chegou a dizer que não gostaria de realiza-la. Em 2020, ganharam relevo a

resistência de Bolsonaro às privatizações¹¹⁶ e suas tentações de descumprir a regra do teto de gastos¹¹⁷.

O que fica, porém, é o fracasso dos ensaios heterodoxos de Bolsonaro. Mesmo que tenha dito que preferiria não ter de fazer a reforma da previdência, ele será conhecido como o presidente responsável pela sua aprovação e pela deterioração das condições de aposentadoria das pessoas mais pobres. O Bolsa Família, em seu governo, perdeu poder de compra e viu a fila de espera aumentar exponencialmente. Direitos trabalhistas foram reduzidos, assim como outros benefícios sociais. Embora pouco fiel e coerente, nas palavras e nas medidas, com o programa neoliberal mais ortodoxo incorporado pelo seu ministro Paulo Guedes, o bolsonarismo está muito mais próximo dele do que de sua crítica, o que dirá de qualquer alternativa substantiva a ele.

É aqui que podemos vislumbrar uma brecha importante, não apenas em Bolsonaro, mas no populismo de direita como fenômeno mais amplo de representação da revolta, das angústias e, acima de tudo, dos interesses dos sem-título. É inegável a força da dimensão simbólica e da mobilização do medo de desclassificação e de destruição da comunidade por parte desses atores. A própria ausência de expectativas tangíveis de uma vida mais confortável, de um emprego mais estável e protegido, de serviços públicos universais e de qualidade faz com que a identidade e a cultura se sobreponham à economia nos cálculos e na ação política dos governados. No entanto, na medida em que a própria ampliação ou preservação das possibilidades de vida é constantemente reduzida, seja do ponto de vista da renda, do acesso a bens e serviços básicos ou da integridade física e emocional, é improvável que uma saída reacionária, incapaz de dar conta das necessidades mais elementares dos cidadãos, seja suficiente enquanto contramovimento à crise política e econômica do neoliberalismo. Algum tipo de ação política alternativa não é apenas desejável como é muito provável. O que não significa que ela vai assumir, de imediato, as formas que podemos esperar de uma perspectiva progressista, alinhada a valores como a igualdade e a soberania popular.

Como notou Harvey (2016: 259), não há resposta que não seja contraditória a uma contradição. As melhores comparações do nacional populismo de hoje com o fascismo dos anos 30 remetem,

¹¹⁶ Ver <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4876171-em-live-bolsonaro-diz-que-nao-vai-privatizar-banco-do-brasil.html>. Acesso em 16 de abril de 2021.

¹¹⁷ Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56574795>. Acesso em 16 de abril de 2021.

justamente, à busca de soluções improváveis em um movimento discriminatório e reacionário para problemas que a democracia liberal não parecia capaz de resolver. Na medida em que essa alternativa não altera fundamentalmente um quadro em que as ideias dominantes das classes dirigentes não conseguem servir aos interesses das massas em praticamente nenhum lugar, outro tipo de contramovimento há de emergir. Muito provavelmente, ele será marcado, ao menos no início, pela confusão teórica e prática, pela tensão com o poder estabelecido e com a tradição dos seus adversários históricos. Não veremos de imediato o estabelecimento de um campo com contornos bem definidos e bandeiras de exclusivo potencial emancipatório. Mas o tumulto é inevitável e coloca a possibilidade real de articulação de sentimentos e necessidades em um programa que ataque as contradições do neoliberalismo sem cair no retrocesso.

Uma boa amostra desse movimento se desenrola atualmente e deve ganhar impulso no próximo período no plano do trabalho. Se, de um lado, as evoluções mais recentes do modo de produção capitalista promovem um tipo de atomização do trabalhador prejudicial à identificação e à organização coletivas, de outro, elas abalam de tal forma sua estabilidade física e emocional que compelem a diversas formas de luta. Não tão ordenadas e estáveis política e ideologicamente, é verdade, mas capazes de tecer laços potentes de resistência e criação. Frente a certa melancolia decorrente do enfraquecimento do movimento sindical baseado no assalariamento fordista podemos observar a inovação e a multiplicação de mecanismos e experiências de mobilização trabalhista. Em “A rebeldia do precariado”, Ruy Braga (2017: 27) mostra como a neoliberalização da economia, a precarização do trabalho e o crescimento global da força de trabalho coincidiram, contraintuitivamente, com a intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do planeta a partir de meados dos anos 2000. Apesar de condições objetivas e subjetivas prejudiciais à mobilização dos trabalhadores, a restrição das suas possibilidades de vida implicou a intensificação do ritmo e da radicalidade de sua revolta. “Aonde vai a crise da globalização, a rebeldia do precariado vai atrás” (idem: 38), por menos capaz que seja ela de prefigurar ou projetar um horizonte substantivo e bem definido de superação das contradições da ordem contra a qual se rebela.

A insustentabilidade da ordem é reconhecida, inclusive, por alguns de seus principais beneficiários. O principal sintoma sendo a ascensão inesperada de figuras esdrúxulas à frente do contramovimento reacionário, ao qual as classes dominantes se associaram circunstancialmente

reconhecendo os limites de seus próprios atores e temendo a irrupção de uma alternativa radical de esquerda. Mas há outras maneiras pelas quais o receio de ruptura, por parte dos de cima, se manifesta. Recentemente, ganhou tração no seio do Fórum Econômico Mundial o debate acerca dos efeitos nocivos da expansão ininterrupta da desigualdade e da necessidade de reformas redistributivas¹¹⁸. Mais simbólico ainda, até caricato, é a construção de bunkers por parte de bilionários em lugares como a Nova Zelândia, como forma de refúgio em caso de colapso social ou climático¹¹⁹.

Poderíamos alegar que as condições objetivas de vida da maioria das pessoas e na maioria dos países têm melhorado, em média, nas últimas décadas. Dados estatísticos abundam para sustentar o argumento corrente de que o capitalismo, no longo prazo, tem promovido o desenvolvimento econômico e reduzido a pobreza em termos quantitativos ao redor do mundo, especialmente em nações pobres e em desenvolvimento. O problema dessa ideia, porém, é que ela ignora uma compreensão relacional dos meios objetivos de vida. Sabemos que, nos países mais ricos, a qualidade dos empregos e da proteção trabalhista diminuem na mesma velocidade em que o desemprego se torna estrutural. A maioria das pessoas, ao menos dos trabalhadores, tem uma vida menos confortável do que a de seus pais e as perspectivas para seus filhos são ainda mais sombrias (Eatwell e Goodwin, 2020; Todd, 2020). Na periferia, embora períodos de crescimento tenham reduzido o contingente de miseráveis, parcelas expressivas das populações ainda enfrentam obstáculos para sua reprodução material e um número maior ainda de pessoas não consegue vislumbrar qualquer forma de atender às suas expectativas crescentes de acesso a bens e serviços. As possibilidades de sobrevivência disponíveis são incompatíveis com necessidades objetivas e subjetivas em expansão. Ao lado disso tudo, as relações de trabalho se tornam cada vez mais precárias e instáveis.

Como também notou Ruy Braga (2012: 37), a política do precariado assumiu diferentes formas desde o tempo do taylorismo primitivo. Mas ela tem uma característica comum: a de ser uma prática alimentada por uma espécie de classismo em estado prático, ou seja, uma relação política baseada em interesses materiais lógicos e políticos. O que não deve se confundir com

¹¹⁸ Ver <https://www.france24.com/fr/20140126-forum-davos-riches-inquiets-inegalites-pauvres>. Acesso em 16 de abril de 2021.

¹¹⁹ Ver <https://www.nouvelobs.com/monde/20191201.OBS21775/c-est-en-nouvelle-zelande-que-les-milliardaires-se-refugieront-en-cas-d-apocalypse.html>. Acesso em 16 de abril de 2021.

determinismo econômico e acompanha Gramsci (1999b) na ideia de que o primeiro nível de análise das relações de forças - o econômico-corporativo - tende a definir os interesses materiais sobre os quais se forma propriamente a classe.

Do lado de fora do barracão da ocupação Marielle Franco em que presenciei a reunião relatada há pouco, tomavam cerveja e comiam churrasco pessoas que tinham para onde ir, mas que estavam dispostas a passar por todos os sacrifícios que implicam a luta no MTST para deixar de pagar o aluguel. Desde manter seus barracos na ocupação e participar diariamente de assembleias e atos até ser discriminados pela família, pelos amigos e pelo patrão por fazer parte de um movimento reputadamente formado por vagabundos. Com efeito, uma coordenação e uma base que, embora possam muitas vezes não parecer estar em uma posição de completo desamparo material, empurram constantemente o movimento à ação e, se necessário, à radicalização. É a sua necessidade que pauta, em última instância, boa parte das decisões táticas do MTST. Em meio à pandemia da Covid-19, por exemplo, chamava a atenção da direção a explosão de ocupações nas periferias de São Paulo. Enquanto adiávamos nossos planos e moderávamos nosso ímpeto de luta em função da crise sanitária, perdíamos oportunidades de crescimento e nos descolávamos da urgência das perspectivas de ampliação das possibilidades de vida de acampados e coordenadores. Em repetidas reuniões das quais participei, militantes criticaram a decisão do movimento de esperar o alívio da situação sanitária para a retomada de ocupações e atos. Com o avanço lento das negociações, desejava-se o incremento da pressão sobre os governantes e a intensificação da luta.

Agora, a forma que vai assumir, eventualmente, um amplo movimento que, para além de destituente, seja também instituinte e capaz de apontar para a superação das contradições que hoje abalam o neoliberalismo e a democracia liberal é absolutamente incerta. O que parece mais ou menos certo é que ele terá o Estado como interlocutor necessário e a política como dimensão incontornável. Pois se a ampliação das possibilidades de sobrevivência de importantes setores subalternos implica o desrespeito de normas instituídas, ela depende também de um certo apoio no aparato e nos recursos próprios ao poder instituído (Chatterjee, 2004). Uma ambiguidade e uma tensão profunda para pensar a luta e a organização política progressista nos dias de hoje que o MTST incorpora à perfeição. Por um lado, seus acampados não querem o esforço da luta na ocupação e tampouco o estigma de invasores da propriedade alheia. Por outro, não enxergam, nas normas convencionais de comportamento, a expectativa de atender às exigências que seu corpo e

a sociedade lhes impõem. Uma contradição que se soma à contradição típica de um movimento que reivindica a superação da ordem e apoia sua retórica e suas perspectivas de crescimento nessa mesma ordem. Mas é exatamente nessa interação com o Estado e com a política que experiências como a do MTST, sustentadas na lógica da ampliação das possibilidades de vida, promovem meios de organização, mobilização e politização popular. Diferentemente de autores que pregam pela negligência do Estado como interlocutor, é na relação com ele, suas contradições e seus recursos que podemos vislumbrar a ascensão de um programa e de uma prática que poderiam estabelecer as bases de um contramovimento progressista, de massa e radicalmente democrático.

3.2. A inevitável interação com o poder e sua estranha face democrática

Nos últimos anos, o MTST foi sendo cada vez mais procurado para apoiar novas ocupações urbanas. Menos por afinidade ideológica e mais pelo receio constante de um processo judicial que venha a culminar na reintegração de posse do terreno. Nossa força aparente surge como aliada importante na batalha jurídica, política e midiática contra o proprietário e o Estado.

Em meados de 2019, a liderança de uma ocupação recente na região da Brasilândia nos procurou em busca de ajuda. Logo nos primeiros contatos, percebemos que ela não tinha autoridade incontestada e disputava a condução política do processo com um pastor evangélico mais presente no dia a dia da ocupação. Qualquer envolvimento do MTST deveria ser autorizado por ele. E assim foi feito. Além de colocar nosso setor jurídico à disposição diante do iminente processo de despejo, acordamos que desenvolveríamos atividades culturais com as crianças e os jovens da ocupação e do entorno. Àquela altura, tínhamos acabado de formar brigadas territoriais de trabalho de base justamente com o intuito de tecer laços para além de nossa base. Depois de uma experiência semelhante em uma favela da região, decidimos começar nossas atividades naquela ocupação com um cinema ao ar livre. Restava apenas comunicar aos moradores da ocupação e colher sugestões de datas e filmes. O que seria feito em uma assembleia já marcada para aquele mesmo mês de agosto.

Cheguei um pouco antes do horário marcado para a assembleia numa manhã ensolarada de domingo. Algumas pessoas aproveitavam o dia de folga para construir e reparar seus barracos. Um

grupo de crianças brincava com uma bola de plástico no campo de terra batida que ligava a ocupação à favela de onde vinha a maioria de seus atuais e futuros moradores. Depois de cumprimentar algumas pessoas que já aguardavam o começo da assembleia protegidas pela estreita faixa de sombra formada por um dos barracos, encontrei o pastor. Suando e ofegante, ele me contou que a manhã começara corrida. Eles ainda não tinham resolvido completamente o problema da energia. A empresa responsável pelo serviço tinha cortado o fornecimento que chegava à ocupação e ele tivera que coletar recursos para comprar mais fio e fazer outro gato. “Aqui não para, é muito problema. Mas tá ficando bom, Deus tá do nosso lado”, me disse.

Conforme os minutos iam passando, mais gente chegava e já se posicionava no lugar habitual das assembleias, num dos cantos do campo em que um pequeno desnível permitia à pessoa que falasse ficar acima das demais. Meus companheiros do MTST também chegaram e combinei com Diana, militante do setor de organização da Zona Norte, o conteúdo da sua intervenção. Por volta das 10h20, menos de meia hora depois do horário marcado, o pastor começou a assembleia. Ele reforçou a importância de as pessoas acelerarem a construção de seus barracos e tratou de problemas práticos da ocupação, em especial do esforço para recuperar o fornecimento de energia e da necessidade de todos contribuírem para a compra da fiação. Por fim, disse que ainda não havia nenhum processo de reintegração de posse e que assim que tivesse qualquer notícia a respeito comunicaria a todos, ao que algumas pessoas reagiram com clara expressão de alívio. Em seguida, foi a vez de Diana apresentar o MTST e nossa intenção de desenvolver iniciativas culturais e de formação na ocupação, começando por uma sessão de cinema para as crianças. Parte das pessoas chegou até a manifestar algum entusiasmo, mas não o suficiente para propor filmes e, como sugerido, contribuir para a organização da atividade – duas mulheres levantaram suas mãos e disseram que poderiam ajudar no dia. Pedimos então que elas nos procurassem ao final da assembleia para definirmos alguns encaminhamentos.

Em seguida, o pastor voltou a subir no pequeno morrinho que funcionava como palco para convidar a todos que quisessem fazer perguntas ou comentários acerca dos temas tratados na assembleia. Uma senhora pediu a palavra para reclamar do lixo que se acumulava na entrada da ocupação. Um senhor levantou a mão em seguida para dizer que vários dos barracos haviam sido abandonados e deveriam ser distribuídos para pessoas realmente interessadas. O pastor respondeu às duas intervenções e já ensaiava encerrar a assembleia quando uma jovem que carregava um

bebê no colo e não parecia passar dos 30 anos pediu a palavra. Em uma fala curta, mas enérgica e em tom de voz suficientemente alto para que todos a ouvissem, disse que o mais importante para eles, naquele momento, era a organização. E não apenas para limpar o lixo, resolver o problema da luz e massificar a ocupação. Chamando a atenção das pessoas, ela disse: “Pessoal, ano que vem tem eleição. Se a gente mostrar que é organizado, unido, a gente pode bater na porta de um vereador, de um deputado e mostrar a nossa situação. Só assim a gente vai conseguir abrir rua, garantir a energia e a água que a gente precisa pra morar com dignidade e até outras coisas”.

*

No começo de 2020, o MTST vivia um momento difícil do ponto de vista das suas negociações ligadas à moradia no estado de São Paulo. Perante o governo federal e no quadro do programa Minha Casa Minha Vida, pouco se podia esperar de uma gestão obcecada em desmontar políticas sociais associadas ao PT e de um ministro da economia obstinado em cortar os gastos públicos. Em relação às gestões municipal e estadual, a situação não era muito melhor. Especialmente com o segundo, junto ao qual o movimento tinha uma série de negociações em estágio mais ou menos avançado e com alto grau de urgência política. As negociações conduzidas continuamente com os interlocutores do governo e os atos simbólicos organizados ao longo do ano anterior não haviam surtido o efeito esperado e se mostraram pouco efetivos.

A decisão da coordenação do movimento naquele momento foi, então, de concentrar esforços de mobilização na pressão direta sobre o secretário estadual de habitação. A intenção era acompanhar sua agenda pública e o constranger ostensiva e permanentemente por meio de escrachos, denúncias e ações de impacto. O objetivo era, sem meias palavras, “encher o saco dele”; “não deixar o homem respirar”. Se a tática não funcionasse, iríamos “pra cima do governador”.

*

Para além dos momentos iniciais de uma ocupação, os episódios de maior euforia na rotina do MTST consistem nas ocupações de repartições públicas como meio de pressão para o avanço das negociações. Os atos de rua do movimento são, via de regra, um tanto tediosos. Há pouco espaço para o imprevisto em manifestações cujo ponto máximo é o anúncio dos resultados (normalmente positivos) de uma negociação que se desenrola enquanto militantes, coordenadores e acampados

esperam na rua, não raro sentados no asfalto, embaixo de chuva, com fome, cansaço e pressa de voltar para casa. Mas as ocupações de edifícios públicos, como secretarias de habitação, despertam outros sentimentos capazes de tornar o ato, acima de tudo, alegre.

Em meados de 2020, o MTST-SP convocou uma manifestação que sairia do Largo São Bento, no centro da capital. Seu destino não havia sido anunciado. O objetivo era ocupar o escritório do Ministério da Economia, na região da Luz, para pressioná-lo a destravar o processo de construção de um empreendimento ligado ao movimento e já contratado pelo programa Minha Casa Minha Vida-Entidades. Durante a concentração do ato e todo o trajeto, era evidente a tensão e a ansiedade dos militantes que conheciam o plano. Com a tarefa de ajudar a cuidar de uma marcha desguarnecida da quase totalidade do setor de autodefesa, fiquei no fim do ato. Quando cheguei no ponto final, já havíamos ocupado o hall do prédio. Pelo menos cinco militantes logo me contaram como se deu a chegada e a ocupação do edifício. Como os seguranças tentaram, em vão, fechar as grades automáticas às pressas. Como o braço forte de Gustavo, conhecido companheiro da autodefesa, segurou o primeiro portão de ferro. Como os funcionários da portaria e os burocratas que circulavam pelo hall ficaram desesperados ao nos ver chegar. A euforia era total. Todos ali, militantes, coordenadores, acampados, apoiadores presentes no ato, queriam entrar. Poucas vezes tinha visto tantas selfies e fotos em grupos sendo tiradas e compartilhadas nas redes. Em contraste com a dispersão comum aos atos convencionais, dessa vez a assembleia realizada no meio da tarde aglomerou a multidão na entrada, na escadaria e na rua em frente ao prédio. Por mais demorada que fosse a conversa entre a comissão de negociação e os representantes do ministério em algum dos andares acima, ninguém queria ir embora. Era uma festa. Ao final, quando finalmente encerramos o ato depois de uma boa negociação com as autoridades, a coordenação territorial da Zona Norte foi tomar uma cerveja na esquina de trás. O descanso com a família poderia esperar um pouco.

*

Sobreviver, hoje em dia e para um conjunto expressivo de pessoas, significa infringir as linhas estritas da legalidade. É contornando as normas formais de conduta, na periferia do capitalismo mas também em um centro que se parece cada vez mais com o seu avesso, que muitos trabalhadores encontram, como notado acima, os meios possíveis de ampliar suas possibilidades

de vida. Uma realidade que impõe, naturalmente, uma tensão entre aqueles que desrespeitam a ordem, aqueles que dela se beneficiam e as instituições responsáveis por assegurá-la. Em outras palavras, no curso muitas vezes incontornável da sobrevivência, trabalhadores são levados ao conflito com o aparato estatal, incumbido da defesa da legalidade, e contra o qual eles deverão lutar e resistir. Essa constatação vale para o plano da garantia de meios básicos de sobrevivência, como a moradia e acesso a bens materiais de primeira necessidade, mas também para formas diversas de trabalho. Bastaria pensar em trabalhadores ambulantes informais reprimidos pelas forças de segurança ou então no relevante mercado das drogas.

No entanto, a sobrevivência difícil de muitos trabalhadores se apoia e depende, muitas vezes, de uma relação contraditória e que abala as categorias normativas da modernidade ocidental, desse mesmo Estado contra o qual eles se mobilizam. Pois embora, como defende Chatterjee (2004), a maioria dos governados de países pobres não sejam reconhecidas como membros plenos da sociedade civil pelas instituições estatais e não gozem de direitos enunciados pelo ordenamento liberal, elas não estão exatamente excluídas do campo político. Na esteira da evolução cognitiva e normativa da sociedade moderna, em que as populações dentro do território de jurisdição do Estado devem ser cuidadas e controladas pelas agências governamentais, esses mesmos governados que desrespeitam as normas tendem, em última instância, a serem atendidos em muitas das suas demandas essenciais. Mesmo que suas reivindicações não sejam tratadas como direitos, pois isso implicaria a extensão dos benefícios à totalidade de uma população estimulada a praticar ações ilegais, as agências estatais reconhecem o dever de atendê-los minimamente. Elas são muitas vezes condescendentes com grupos marginais cuja sobrevivência depende da ocupação ilegal de terrenos privados, de “gatos” para o acesso à água e à eletricidade, de fraudes para não pagar a locomoção no transporte público etc.

Cumprir notar, com Chatterjee (2004), que círculos progressistas têm demonstrado apreensão conforme o objetivo da modernização é abandonado em favor da proliferação de práticas desordenadas, corruptas, irracionais e que comprometem o vigor de uma sociedade civil que deveria se desenvolver em oposição ao Estado. Nesse mesmo registro, encontramos com frequência no Brasil a lamentação do caráter clientelista das relações que se estabelecem entre a política parlamentar e as populações mais pobres. O sobrepeso de relações pessoais e do favorecimento, por parte de mandatos e governos, de demandas específicas poderia ser lida, nos

termos do autor indiano, como a invasão da sociedade civil pela sociedade política, que enterraria o projeto de modernização. Reflexos como a da moradora da ocupação na Brasilândia relatado acima seriam o sintoma perfeito da perversão do liberalismo.

No entanto, por mais limitado que seja nosso sistema político do ponto de vista democrático – e esta tese tem na defesa dessa ideia um de seus principais objetivos –, o uso instrumental da organização popular, com recurso ou não ao voto, como estratégia política revela duas coisas fundamentais. Primeiro, uma oposição entre democracia e modernidade que, mesmo que de maneira contraditória, favorece a primeira. Os governados, por meio de conexões com grupos mais influentes que suas próprias associações, a saber, partidos, candidatos e parlamentares, ampliam suas possibilidades concretas de vida. O mecanismo limitado do voto, do ponto de vista da participação e da representação política, se torna crucial para a obtenção de melhorias objetivas para grupos carentes de outros recursos de poder. Descrentes da possibilidade de governar diretamente e sequer de terem seus interesses devidamente representados em deliberações do poder instituído, os governados conseguem demonstrar, mesmo que parcial e pontualmente, como precisam ser governados. E pressionam, muitas vezes, as autoridades nesse sentido.

Aqui encontramos o segundo desdobramento crucial desse fenômeno. Essas formas recentes de interação entre a política da elite e a política dos subalternos, nos termos de Chatterjee, revela um tipo de governabilidade que deve ser reconhecida como legítima pela compreensão mais ampla da política moderna. Frente a um universalismo teórico apoiado nas categorias liberais de Estado de direito e igualdade política, que esconde profundas desigualdades e um regime com diversos traços pós-democráticos, resistências inevitáveis a essa ordem podem ter sucesso em inventar novos termos de participação, representação e justiça política. Pela via do conflito e da interpelação violenta e ilegal do Estado, a política popular, voltada fundamentalmente à garantia de algum bem-estar para a população, parece confiar à precária democracia liberal uma dimensão propriamente democrática, por mais importante que pareça a distância entre ela e o ideal democrático que circula entre especialistas e o senso comum.

Mas, para citar Chatterjee (2004) mais uma vez, não podemos perder de vista que a política dos governados é, invariavelmente, permeada por forças que poderíamos associar à desordem, à irracionalidade, à violência, à sujeira. No lugar da sociedade civil e de seus padrões homogêneos,

a sociedade política se apoia no social heterogêneo da governamentalidade, pois é movida menos pelos valores universais de um plano ideal de sociedade e mais pelas necessidades prementes de grupos subalternos sem acesso ou expectativa de terem seus direitos garantidos. Daí a preocupação do autor em tornar legítimas práticas que hoje são absolutamente suspeitas, do que depende a adaptação do arcabouço teórico político hegemônico.

Com efeito, é difícil encontrar quem considere eminentemente política, que dirá legítima, o centro da prática do MTST. Foi preciso que ele lançasse um candidato à presidência, depois à prefeitura de São Paulo e começasse a construir uma participação orgânica no seio de um partido político para que fosse reconhecido, com ressalvas, como força propriamente política. Quanto ao seu repertório de ação, soa pouco republicana, no mínimo, uma estratégia fundada na ocupação de propriedades privadas, de edifícios sedes de instituições públicas e na pressão direta e ostensiva sobre o poder instituído – muitas vezes confundido com os seus representantes, como registrado acima – voltada à atenção de uma parcela específica da população mais vulnerável.

Contudo, é justamente por meio dessas práticas, alternativas à modernidade e à imagem edulcorada de uma sociedade civil reivindicando formal e legalmente direitos e mudanças, que o movimento faz, propriamente, política. Ao menos se seguirmos Rancière (2018: 46), para quem a política remete ao confronto “da lógica policial com a lógica igualitária, a qual nunca está pré-constituída”. Da mesma forma que as greves e as manifestações dos trabalhadores estiveram no centro da política ao longo do século XX, as transformações no mundo do trabalho têm levado a política para outros espaços nos dias que correm. Ao pressionar o Estado a garantir moradia digna, atender ocupações de sem-teto com o abastecimento de luz, água e coleta de lixo, muitas vezes por meio de atores como partidos e mandatos e da cooperação com o próprio poder instituído, o MTST parece fazer tanta, senão mais, política quanto faz ao lançar candidatos às eleições. Com o esgotamento dos mecanismos modernos de participação, autorização e controle do poder, formas mais diretas, heterogêneas, ambíguas de relação com o Estado ganham proeminência como instrumentos de transformação. Assim como sindicatos e partidos que fundariam a sociedade civil e a modernidade como a conhecemos partiram, inicialmente, de formas espontâneas e descoordenadas, baseadas nos interesses pragmáticos das classes subalternas, as forças de hoje se fundam nesse mesmo movimento para indicar as bases de uma democracia de outro tipo, apoiada por ora na sociedade política.

O que não significa que a democracia que se pode vislumbrar se esgota em uma prática e dispositivos sociais limitados a mostrar aos governantes como os governados pretendem ser governados. A resistência e os repertórios da sociedade política não têm um teto objetivo definido apenas pela ânsia da sobrevivência e a parca expansão das possibilidades de vida. Embora elas sejam o motor de uma ação capaz de inverter um padrão de dominação acobertado por um aparato abstrato de valores igualitários, elas abrem portas mais exigentes do ponto de vista democrático e da relação com o poder. Maquiavel (2003) já havia notado como, ao passo que os governantes procuram sempre meios de seguir dominando, os governados rejeitam, a todo custo, a dominação. Por mais improváveis que sejam as possibilidades de governar diretamente – e aqui a resignação de Chatterjee parece válida –, os subalternos não devem abrir mão, completa e definitivamente, da aspiração de algum grau de autogoverno. O que não decorre meramente de uma vontade subjetiva, mas tem raízes eminentemente objetivas. Basta observar a revolta provocada pela sensação de aprofundamento do vácuo que separa os sem-título de seus representantes, ao qual atribuem quase mecanicamente suas mazelas simbólicas e materiais.

Gestos mais ou menos refletidos, como a eleição de outsiders reacionários e o júbilo decorrente da ocupação de um edifício de uma instituição pública, significam a sensação desejável de se fazer ouvir, de influir, mesmo que de maneira limitada e contraditória, sobre o poder. Não é porque as condições objetivas e subjetivas se deterioraram exponencialmente acerca do acesso justo à participação e à representação política que os governados deixarão de vislumbrar algum meio de soberania popular. O que tem mudado – e de maneira expressiva – são os meios à disposição. Mas a disputa do poder segue e seguirá ocupando um papel importante no imaginário popular a respeito da política.

Ao dar esse salto e tentar articular as duas faces da política – que com Chatterjee poderíamos chamar das faces da sociedade civil e da sociedade política –, o MTST se insere no interior mesmo dessa tensão. Historicamente vinculado à segunda, à ação direta movida pela necessidade, pela sobrevivência e mediada por práticas espúrias e feias de contorno da legalidade, o movimento ensaia um envolvimento com o lado inverso da moeda. Uma iniciativa que requer, ao contrário, a disputa nos termos estabelecidos pelas instituições do poder e pelas normas da boa conduta. Ao mesmo tempo em que ele pode se afastar do polo mais dinâmico da política em tempos de crise da ordem liberal moderna, ele se aproxima da aspiração mais coletiva ao autogoverno.

3.3. O medo de não ser governado e a vontade de governar

O lançamento da candidatura de Guilherme Boulos à presidência, em 2018, foi antecedido por um ciclo de debates abertos sobre diferentes temas de relevância nacional e batizado de Vamos. Eles reuniam especialistas de esquerda no respectivo assunto e serviam para engajar apoiadores e referendar a face participativa de uma plataforma eleitoral em gestação. Em 12 de setembro de 2017, foi a vez do evento sobre economia, que contou com intervenções de Luiz Gonzaga Belluzzo e Laura Carvalho, entre outros, e ocorreu em um teatro na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo.

Nesse dia, eu tivera um compromisso na USP e, como de costume, me atrasei. Fazia uma noite especialmente quente para o mês de setembro e, quando cheguei, o teatro estava completamente cheio. Até esbocei uma tentativa de entrada, mas a enorme concentração de pessoas em pé nas imediações da porta me dissuadiram. Entre uma silhueta ou outra, pude ver o professor Ruy Braga, que, a essa altura, falava da precarização dos postos de trabalho no Brasil. Voltando-me para a praça, vi uma pequena roda de militantes do MTST que conversavam entre si, com alguns de pé na rua e outros apoiados nos carros estacionados em frente ao teatro. Fazia pouco tempo que eu participava do movimento e, até então, tivera pouco contato com militantes vindos da base. As formações que eu dera me tinham permitido, no máximo, alguma proximidade com coordenadores da ocupação Povo Sem Medo do Capão, nada mais que isso. A verdade é que poucos me conheciam e eu ainda tinha uma certa timidez ao interagir com militantes mais antigos. A sorte, naquele dia, foi que uma das pessoas que participava da roda era a extrovertida Carmelita, membro do setor de organização da Zona Sul e conhecida pela sua irreverência. Em poucos minutos, engatei uma conversa com ela, que, com uma cerveja na mão, reclamava do calor e da chatice daquele tipo de evento.

“Tá muito quente, imagina lá dentro. Eu até entrei um pouco, mas pelo amor. Passar calor pra ficar ouvindo aquele bando de homem chato falando? Tá louco.”. Ela preferia ficar ali fora, em uma conversa descontraída com outros companheiros sobre temas diversos, de histórias mais ou menos recentes de atos e ocupações a aspectos corriqueiros de suas vidas fora do movimento. Nas quase duas horas de duração do debate, ficamos ali, tomando cervejas que compramos no mercado da esquina e jogando conversa fora.

Naquele momento, eu interpretei a ida desses militantes ao debate, a despeito da falta de interesse em acompanhar a discussão, como fruto de um compromisso com a organização e a disciplina militante. Se o convite fora feito com ênfase destacada, sua presença se fazia importante. Para mim, aquela roda de conversa regada a cerveja era prova de que boa parte da militância formada por antigos acampados reconhecia a diferença de responsabilidades perante a construção do movimento. A deles não passava pelo debate intelectual e a formação de propostas de políticas públicas ou de um plano de governo para o país. Se restringia, essencialmente, a construir e conduzir ocupações, atos e assembleias. Uma divisão de tarefas legítima e, de certa forma, natural.

Depois de anos de uma convivência intensa com esses militantes, no entanto, percebi que o compromisso com o movimento não basta para a participação em atividades das mais diversas, sobretudo quando elas são, a priori, desinteressantes. Se aqueles militantes estavam lá naquele dia, é porque reconheciam a importância do evento. E embora sabiam que pouco entenderiam dos termos do debate e da complexidade dos problemas e das propostas apresentados, atestavam a relevância não só do tema em questão, mas da iniciativa mais ampla. Mesmo que suas atribuições se concentrassem nos bastidores – na organização e na mobilização do povo das periferias –, disputar o Estado e tomar o poder seria crucial para as pretensões mais amplas do MTST. Eles sabiam que a luta não deve se resumir às ocupações e à moradia.

*

A pouco menos de um mês do primeiro turno das eleições municipais de 2020, o MTST-SP fez assembleias em todas as suas ocupações, organizadas ainda no terreno ou fora dele. Na Zona Norte, a assembleia da ocupação Marielle Vive ocorreu na tarde de domingo do dia 18 de outubro. Dentre as pautas, além da disputa eleitoral, em que o movimento apresentava Guilherme Boulos como candidato a prefeito e uma candidatura coletiva de mulheres para a vereança, tratamos também do avanço difícil das negociações com o governo do estado e do recadastramento dos acampados – processo anual em que dados como nome, telefone e endereço são atualizados. Anunciamos que naquele mês faríamos o recadastro dos membros de dois dos dez núcleos territoriais por meio dos quais se organiza a ocupação. No mês anterior, em que o processo se iniciara, havíamos convocado os acampados de quatro núcleos.

Depois de fazer a fala relativa ao recadastramento e enquanto a companheira Diana tratava de outro ponto da assembleia, passei a circular entre as pessoas para verificar se tudo corria bem. Como acontece com frequência, uma acampada me chamou, com um delicado gesto com o braço, para esclarecer alguma dúvida. Em tom de voz baixo, ela me perguntou com um manifesto ar de incômodo: “Por que vocês só vão fazer dois núcleos dessa vez?”. Respondi que não queríamos provocar aglomerações, já que a pandemia da Covid-19 seguia exigindo cuidado e que nós, da organização, estávamos correndo muito, sem muito tempo para dedicar dois finais de semana ao recadastramento naquele mês. Feliz pelo fato de minha resposta ter correspondido ao que ela imaginava, retrucou: “Por causa da política, né?”. Antes que eu pudesse responder, uma acampada que estava ao seu lado foi mais rápida: “Mas tá certo. Tem que entrar na política mesmo. Imagina se o Guilherme ganha? Fica muito melhor pra gente. Em 2018 eu votei nele, e agora vou votar de novo. Se Deus quiser, ele vai ganhar”.

*

Com a decisão tomada de entrar e ajudar a construir o PSOL enquanto força política de esquerda com algum enraizamento popular, o MTST não poderia se furtar a formar uma corrente para participar ativamente das tomadas de decisão do partido em suas diversas instâncias. A simples referência de Guilherme Boulos e a capacidade de organização e mobilização popular advindas do movimento não bastariam para se fazer ouvir e influenciar as decisões internas do partido. Cumpriria ganhar espaço e força institucional. O que passaria, inevitavelmente, pela filiação de apoiadores e militantes ao partido.

Uma tarefa nada trivial e um tanto ingrata. Afinal, convidar os acampados do movimento, via de regra pouco engajados com suas iniciativas de caráter político-institucional, a se filiarem a um partido político parecia implicar um significativo desgaste. Sobretudo em ocupações antigas, construídas retoricamente em registro hostil à disputa parlamentar e atravessadas por um cansaço importante com uma luta de anos e muitas vezes sem resultados e perspectivas imediatas de conquista. Lançar candidaturas à presidência, à prefeitura e à Câmara de Vereadores já tinha despertado receios acerca da reação do povo, mas se apoiava amplamente no fortalecimento de um movimento que continuava tendo como objetivo máximo a luta pela moradia. Convidar, mesmo que de maneira absolutamente voluntária, as pessoas a se filiarem a um partido que lhes é

amplamente estranho daria um sinal muito mais robusto de, senão uma guinada, pelo menos um acréscimo significativo às prioridades do movimento. Estávamos entrando, definitivamente, no jogo da política partidária e isso ficaria claro a uma base permeada por um forte sentimento de desconfiança com o sistema político-partidário.

Havia militantes convencidos de que o desgaste seria menor do que eu imaginava. Era como se a candidatura de 2018 tivesse aberto a porteira da política. Quem tinha ficado aceitara e não se incomodaria com passos mais largos nessa direção, alegavam. Eu não tinha essa confiança toda, e não estava nada confortável quando me pus a imprimir as fichas de filiação para levar à assembleia da Marielle Vive. Nada contra a decisão tomada pelo movimento. Assim como a maioria delas, desde que entrei, me pareceu acertada. Só não conseguia medir o efeito junto a acampados em boa parte desconfiados da celeridade da nossa luta.

Me enganei completamente. Não sei se a fala de Daniel, defendendo a importância da filiação para fortalecermos nossa candidatura e construirmos um instrumento para que o MTST possa disputar o poder e assumir governos comprometidos com a vida do povo pobre, especialmente comprometida pelo valor abusivo dos aluguéis, foi determinante. O que sei é que, assim que encerramos a assembleia, quase metade dos acampados presentes se dirigiu às filas para realizar a filiação. Muitos não foram porque elas estavam longas demais e, claramente, tomariam mais tempo do que as tradicionais filas para marcar a presença. Poucos questionaram. No máximo, alguns acampados perguntaram se teriam que pagar alguma quantia ou assumir alguma responsabilidade junto com a filiação. Quando dizíamos duplamente não, que não deveriam pagar nada ou sequer participar de reuniões, respiravam aliviados.

Dentre os que se filiaram, provavelmente uma parte o fez por acreditar que isso os ajudaria diretamente na luta pela moradia. Por mais confiança que exista acerca da impessoalidade e da justiça dos critérios do movimento para a distribuição das conquistas, demonstrar disposição em ajudar nunca lhes parece demais. A maioria, a despeito da desconfiança no sistema político, o fez por acreditar que aquele pequeno gesto pode fazer alguma diferença, por menor que ela seja.

*

A hegemonia de uma concepção limitada, ou restrita, da democracia tem um efeito importante sobre as expectativas não só da literatura especializada, mas também das pessoas em geral acerca da política. Quando se fala de democracia, sobretudo em tempos de ameaça autoritária, a régua é colocada cada vez mais baixo e restringe seu alcance a categorias como o Estado de direito e ao funcionamento regular de determinadas instituições. Por baixo dessa compreensão um tanto resignada a respeito das possibilidades substantivas de um regime supostamente democrático, persiste a impressão de que o voto reserva aos cidadãos, em última instância, a possibilidade de mudar as coisas. Talvez mais cínico que resignado, o raciocínio de muitos é de que se as coisas estivessem tão mal, as pessoas ainda preservariam os meios de transformá-las.

Contudo, apesar da força notável da visão minimalista da democracia, a ideia, ainda que vaga, de igualdade continua a perpassar o imaginário coletivo como condição central de um regime verdadeiramente democrático. Um princípio que tem parecido corrompido. Seja por uma lógica estrutural mais ampla com dimensões institucionais e socioeconômicas, seja pelo desvio moral dos principais atores do jogo democrático, notadamente as elites políticas. De todo modo, o que convém notar é que a impressão de que as democracias liberais contemporâneas abandonaram qualquer compromisso com a igualdade política responde por parte importante da desconfiança dos governados em relação às instituições e da crise que dela decorre. Uma crise que tem na sua origem o sentimento difundido de que, a despeito de uma retórica pública apoiada em princípios modernos de liberdade e igualdade, a realidade guarda pouca relação com a sua prática.

Em outras palavras, a ampla disseminação de um sistema de crenças ancorado nos valores neoliberais da concorrência e da liberdade do indivíduo enquanto principal instituição social, a justificar moral e politicamente profundas desigualdades sociais, não foi suficiente para extinguir por completo o apelo de uma certa igualdade. Talvez não uma igualdade no seu sentido mais substantivo, material e simbolicamente, mas pelo menos uma igualdade política que não seja restrita a um sufrágio de diminuto efeito. A força da noção é tão significativa que sequer as classes dominantes e as instituições pós-democráticas puderam romper abertamente com ela.

É quando os indivíduos percebem a si mesmos como sendo fundamentalmente iguais que o sentimento de discriminação se torna ainda mais intenso. É quando eles se reconhecem como tendo o “direito de ser igual”, como diz Dubet (2020: 64), que a indignação toma alguma forma e pode

se transformar em ação individual e coletiva. O desprezo que sofrem acaba se impondo, muitas vezes, pela força, pela ofensa que se fundam, no limite, na igualdade democrática. O que, segundo o sociólogo francês, oferece algumas razões para o otimismo de que, mais do que uma simples postura, a indignação inaugure discursos e ações coletivas apoiados na solidariedade, na generosidade e na preocupação com o outro (Idem: 124).

O que ocorre, porém, é que esses momentos e essa oportunidade de se reconhecerem como iguais se tornaram mais escassos. Ao contrário, multiplicam-se experiências que reforçam uma diferença que aparenta decorrer do curso natural das coisas. É apenas à medida que os indivíduos se organizam, participam de um processo que coloca o sentimento de igualdade e de pertencimento em movimento que eles escapam, como diria Rancière (2018) em referência ao proletariado marxista, da categoria de partes e se reconhecem como dignos do todo, da igualdade. Conforme isso ocorre, passa-se a questionar uma ordem injusta que os trata como parte, como desiguais, embora os signos oficiais da república reivindiquem normas comuns e universais. Percebe-se, então, que há regras que valem apenas para alguns. A revolta, a luta, o conflito se tornam indissociáveis desse processo – raro, mas inevitável.

Condições estruturais de vulnerabilidade tornam os pobres mais sujeitos a depressão, pois sua atomização é raramente recompensada pelo reconhecimento do sucesso individual. Proporcional a essa debilidade, porém, é a potência da percepção da força da solidariedade e do grupo, como mostra Boulos (2017). Processos movidos pela ação coletiva, como uma ocupação que revela a parcialidade e a natureza de classe das decisões do Estado, têm condições importantes de romper com a ideia de que o indivíduo está no centro e é responsável por tudo que diz respeito à sua vida. O conflito organizado se torna um instrumento objetivo para a resistência à comodificação, mas também de importante transformação subjetiva de indivíduos que passam a questionar as causas de sua condição.

Nesse mesmo sentido, Streeck (2018) sugere que, a despeito do enorme esforço para que as pessoas se contentem com o que ele chama de justiça de mercado, em que bens, serviços e reconhecimento são distribuídos exclusivamente pelo mérito e o desempenho de cada um, é provável que parte da população tenha preservado expectativas difusas de justiça social - em que as necessidades e vontades de cada um contam para a distribuição dos bens - que uma democracia limitada como a

que temos é incapaz de canalizar. O que não significa, como venho tentando argumentar, a emergência de um contramovimento impoluto, à imagem dos contornos desejados pela mais esclarecida das vanguardas progressistas. O sociólogo alemão critica, inclusive, a denúncia periódica ao caráter destrutivo de uma oposição populista, entendida em sentido amplo, à desdemocratização. Por mais evidentes que sejam os limites e os riscos que representam o populismo reacionário, o gesto corriqueiro de atacar angústias que estão na sua base reflete simplesmente um “desprezo elitista” daqueles que não sabem o que fazer com a constatação da raiva dos que “se sentem tratados como idiotas pelos peritos em tirar lucro do capitalismo financeiro global” (Streeck, 2018: 198). Para Streeck (idem: 222), qualquer estratégia que aposte na democracia pós-nacional, de maior redução do Estado e na sequência do progresso capitalista, está fadada ao fracasso e ele chega a dizer que, na Europa ocidental, “o maior perigo hoje já não reside no nacionalismo (...) mas no liberalismo de mercado hayekiano”.

Com efeito, as restrições das possibilidades de vida para contingentes expressivos das populações – e não só nas periferias do capitalismo – têm implicado uma demanda difusa, embora concreta, por uma força que represente e defenda os seus interesses. O que, por sua vez, implica duas coisas. De um lado, ambiguidades valorativas e de método típicas da invasão que comentei acima da sociedade civil pela sociedade política. De outro, de uma possibilidade efetiva de mudar as coisas que remete não apenas a um caráter profundamente radical e destituente, mas também a uma face reformista e de interação com o poder instituído. Ao apontar para a disputa do Estado, forças políticas sinalizam o compromisso com a realidade imediata de pessoas cujos problemas e carências não podem esperar e ainda anunciam uma convergência possível de identidades e interesses plurais e fragmentados. Se há pessoas para quem a política se tornou uma questão estética, notou Louis (2018) em memórias sobre a vida de seu pai, há pessoas para quem a política é uma questão de vida ou de morte. Para elas não é difícil perceber que a política se dá no âmbito dos poderes legislativo e executivo e a despeito da relação que eles tecem com as forças do capital. É com essas pessoas que se construirá qualquer contramovimento.

Diante de um mercado cuja reprodução é incompatível com a preservação de preceitos mínimos de igualdade e soberania popular, a saída mais evidente para as necessidades e aspirações que insistem em perdurar entre as classes trabalhadoras se volta para o Estado, a quem cumpriria atendê-los. É inevitável, nas palavras de Wendy Brown (2019: 78), a exigência de que as questões

sociais sejam tratadas pelo Estado. O que torna a política, no sentido da disputa do poder instituído, um meio incontornável e até natural para aqueles cuja justiça do mercado é insustentável.

Aqui chegamos aos limites de uma estratégia autonomista, horizontal, mais ou menos anarquista que ganhou fôlego nos círculos de esquerda no último período. Frente ao esgotamento evidente dos canais institucionais parlamentares e do vigor de forças progressistas outrora combativas e vinculadas aos governados, a saída passaria, aparentemente, ao largo das instituições. Durante e na sequência do ciclo de revoltas inaugurado com a Primavera Árabe, muito otimismo e esperança foram destilados a partir de uma criação política inovadora, profundamente democrática, que contornava o Estado e, com ele, todos os limites de um poder instituído impermeável à participação e à representação popular e amplamente associado aos interesses socialmente nocivos do capital.

As contribuições desse movimento de escala global foram notáveis. Talvez a principal delas foi ter reforçado e esclarecido aos olhos de muita gente a relação direta entre a crise econômica de 2008 e suas consequências e a completa ausência de uma democracia substantiva, ou real, ao redor do mundo, inclusive nos países de democracia supostamente consolidada. O senso comum acerca do sistema político, de seus vínculos com a ordem neoliberal, das possibilidades restritas de controle dos governantes e de participação dos governados mudou consideravelmente. Tratou-se de uma verdadeira revolução, pelo menos no âmbito da consciência. E não sem efeitos eminentemente objetivos. No caso do Brasil, poderíamos falar do próprio recuo de governantes no aumento das tarifas de transporte, mas também resultados indiretos, como a multiplicação de novas redes de organização e mobilização popular e o efeito dissuasivo sobre eventuais novas medidas de restrição de direitos.

Por outro lado, esse mesmo ciclo tem revelado os seus limites. Hoje, não parece arriscado dizer que aqueles movimentos não continham em si o germe de uma solução dos problemas que apresentavam. Pode ser injusto esse tipo de exigência. Mas eles tampouco apontavam claramente para qualquer tipo de caminho propriamente instituinte, para além de seu potencial destituínte. Não por acaso, os resultados mais relevantes do ponto de vista político do processo remetem aos vínculos, mais ou menos diretos, que estabeleceram com a emergência de novas forças que aspirassem à disputa do poder do Estado. Foi o caso dos laços que se estabeleceram nos Estados Unidos entre manifestantes do Occupy, a ascensão do senador Bernie Sanders e, adiante, uma

iniciativa mais ampla de esquerda radical dentro do partido democrata. Na Espanha, são evidentes, mesmo que controversos, os vínculos entre o 15-M e a emergência do Podemos. Na França, experiências como a da Nuit Debout guardam relações importantes com a criação da França Insubmissa. No Brasil, embora em boa medida regressivos, junho teve efeitos importantes sobre a política nacional. A maioria deles com relação direta e ostensiva com a disputa institucional.

A esquerda, então, contribuiu decisivamente para definir os contornos e aprofundar os termos da crise da democracia liberal. Se já havia uma insatisfação latente das maiorias com as condições objetivas que a ordem lhes oferecia, não havia ainda qualquer corpo subjetivo para a revolta. As bandeiras, as ocupações de praça, as grandes manifestações populares demonstraram que a indignação e as angústias de ordem material não eram fenômenos particulares, mas atingiam amplas parcelas da população. Continuar da forma que estava era inviável, cumpria encontrar uma alternativa.

O problema, porém, foi que a esquerda não foi capaz de apresentar essa alternativa. Não convém aqui entrar nos meandros desses limites – discutidos de diferentes maneiras e sob diversos aspectos ao longo desta tese. Cumpre notar, simplesmente, que enquanto a esquerda se dividia entre um setor que permanecia agarrado à ordem que ruía e outro que se recusava a participar dos meios convencionais de disputa política, houve quem assumisse a tarefa da transformação. O populismo de direita, que já dava suas cartas em diferentes países e de diferentes maneiras, mais ou menos organizadas e vocacionadas à disputa eleitoral, se apresentou como única alternativa capaz de promover alguma mudança.

Embora essas forças concentrassem sua energia na crítica ao que lhes incomodava – de instituições políticas pouco representativas a mudanças culturais -, sua face destituente convivia com a intenção declarada de tomar o poder e fazer diferente do que vinha sendo feito por partidos e governos praticamente indistinguíveis. A revolta era acompanhada de um plano de ação muito claro, por mais tosco e contraditório que ele fosse. É claro que construir um muro na fronteira entre os EUA e o México traria pouco alívio ao americano preocupado com a insegurança decorrente da imigração ilegal, mas era alguma coisa. Sua força se deveu, em boa medida, ao fato de se apresentar em eleições nacionais e marcar suas diferenças. Tendo o Estado sob seu controle, a

democracia estaria restabelecida e a vontade de seus eleitores poderia ser realizada, essa era a mensagem que todos podiam entender.

Face a uma esquerda tradicional fragilizada e incapaz de configurar uma oposição real ao poder do capital, uma esquerda mais radical ascendia por fora dos canais formais de organização e ação política para, nas palavras de David Harvey (2016: 12), “tentar mudar o mundo sem tomar o poder (...) [enquanto] uma classe capitalista plutocrática cada vez mais consolidada permanece incontestada em sua capacidade de dominar o mundo sem restrições”. O que ele não notou, porém, foi que as restrições – ou ao menos a contestação – partiriam de forças reacionárias que, mesmo difusamente organizadas, anunciavam, elas sim, a intenção de disputar o poder com essa classe capitalista plutocrática à qual a esquerda tradicional fora assimilada. Por meio dele, elas teriam um alcance e uma capacidade de ação efetivos de alterar as condições degradadas da política e da vida das pessoas comuns. Pelo menos foi assim que boa parte delas viram a emergência de lideranças como Trump, Bolsonaro e Salvini. Atores que respondiam a um anseio de transformação que passaria, necessariamente, pelo Estado. Um Estado que, no seu imaginário, corresponde menos à versão de um marxismo que vê nele mero aparato de gestão dos interesses da burguesia e mais ao conceito de Poulantzas (2000: 151), como um espaço que condensa relações de força definidas também fora dele e que pode atender demandas diversas e até antagônicas.

Não quero aqui defender a concentração de todas as energias militantes na disputa institucional do aparato estatal e das instâncias parlamentares, pelo contrário. Os limites dessa estratégia são conhecidos e, em alguma medida, responsáveis pelo atual estado de coisas no Brasil. A renúncia, por parte do campo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, em cultivar a luta extraparlamentar e movimentos políticos que atravessam o poder estatal depositou tanta expectativa no terreno das instituições que foi engolido por elas. Tanto do ponto de vista da sua capacidade de ação para além dos expedientes formais da democracia restrita quanto do ponto de vista do desaparecimento de qualquer elemento que o distinguisse dos guardiões de uma ordem em crise. Algo que, tenho tentado argumentar, não decorre apenas de uma agência corrompida, como aquela que atribui ao movimento sindical a gestão dos dividendos do capital (Braga, 2017) e incorpora movimentos de confronto com a propriedade privada e as normas que a protegem à estrutura do poder. Mas também e sobretudo de uma tendência estrutural à burocratização e à acomodação com a ordem cunhada no debate acadêmico pela conhecida lei de ferro das oligarquias de Michels (1949).

À medida que o campo político restringe suas margens de ação a quem adapte a ele seu discurso e sua prática; que o mecanismo eleitoral privilegia a expressão de interesses individuais em detrimento daqueles que precisam ser construídos coletivamente; e que o sufrágio universal deslegitima formas mais ofensivas e eficazes de ação das classes populares, manter algum grau de organização e mobilização populares à margem dos canais políticos formais é um imperativo para um projeto que se queira substantivamente transformador e democrático (Miguel, 2017b: 34). Como dizia Florestan Fernandes (2019: 98) acerca do compromisso histórico do PT com os trabalhadores e das contradições que implicavam a conciliação entre a luta direta e a disputa eleitoral. O partido, para ele, nunca poderia deixar de estabelecer circuitos de ida e volta entre a sociedade civil e o Estado.

O mesmo desafio que enfrenta hoje o MTST e cujos contornos foram discutidos, em parte, no início deste capítulo. Mas não está lá aquele que, possivelmente, é o maior entrave a uma ação política que se mova ao mesmo tempo nos planos instituinte e instituído. A saber, os dispositivos materiais e simbólicos que constroem as camadas populares a aderirem a um programa capaz de desestabilizar a ordem. Um problema anterior à articulação tensa entre práticas parlamentares e extraparlamentares. Não obstante, circunstâncias históricas particulares podem favorecer esse tipo de movimento.

As mesmas pessoas que não encontram alternativa à ampliação das possibilidades de sobrevivência a não ser pela transgressão das normas estabelecidas tendem a reconhecer, como imperativo ainda mais robusto, a necessidade da disputa institucional pelo poder. A última pode existir sem a primeira. Mas é improvável que a primeira exista sem a última para aqueles cuja existência, em muitos aspectos, depende do arbítrio do poder. No caso do MTST, isso fica evidente quando, apesar da desconfiança expressiva acerca das instituições políticas, militantes, coordenadores e acampados aderem francamente a campanhas eleitorais e a esforços de filiação partidária. Não exatamente por convicção ideológica ou pela vontade de participar diretamente de decisões coletivas, mas, sobretudo, por uma compreensão pragmática dos efeitos de uma eventual eleição em suas vidas, como discutirei adiante.

Aqui, gostaria apenas de me deter rapidamente nas prescrições determinantes de Michels sobre a inviabilidade de uma ação política que preserve a tensão entre a participação dos de baixo,

inclusive por fora dos canais formais de autorização e controle dos governantes, e as responsabilidades dos de cima. Nesse sentido, são bem vindas as considerações de Luis Felipe Miguel (2017) acerca do forte teor elitista das considerações derivadas da lei de ferro das oligarquias, em que muitos se apoiam para justificar o domínio inevitável de certos grupos sobre o poder. Simplesmente como se da natureza humana e de todos os desenhos institucionais possíveis decorressem um governo necessariamente desprovido de mecanismos mais robustos de controle e participação popular.

Miguel (idem: 104) nos chama a atenção para o fato de que a divisão estanque entre dirigentes e massa, presente em Michels e na apreensão comum da natureza das democracias liberais, não são as duas únicas posições possíveis em uma estrutura de poder. Na realidade, elas formam um continuum de posições em que há circulação de informações e responsabilidades. O próprio Michels teria reconhecido o temor do velho chefe em ser substituído pelo novo e a necessidade de se manter em contato permanente com opiniões e sentimentos da massa, a quem, em última instância, deve seu cargo. Como também já nos revelara Maquiavel (2003), para quem a massa não se submete ao príncipe ao seu bel prazer. Cumpre a ele tecer laços afetivos com ela e, em última instância, atender aos seus interesses. No caso do MTST, a presumível autonomia das lideranças é constantemente constrangida pelo imperativo da conquista da moradia para a sua base. Cada decisão da direção do movimento deve levar em conta e é profundamente informada pelas condições, pelas expectativas e pelas necessidades dos acampados.

Ademais, nos lembra Miguel (idem: 109), a cada nova geração vemos tentativas de lutar contra as tendências previstas por Michels. Cujos exemplos mais evidentes seriam os ativismos contemporâneos, com propostas centrais de organização horizontal. Assim como a divisão entre quem governa e quem é governado assume, ao logo do tempo e de acordo com a correlação de forças presente na sociedade, diferentes feições. Ou seja, menos estanque do que sugere o elitismo da lei de ferro das oligarquias, a distribuição de poder em forças políticas e estruturas de governo evolui e pode, em diferentes momentos e circunstâncias, assumir formas menos oligárquicas. Sem que isso implique, por certo, uma perspectiva redentora de um modelo ideal e acabado de organização plenamente democrática. Sobretudo se considerarmos que algum tipo de representação, relação com um grau necessário de assimetria, é intrínseco a estruturas políticas e

que a democracia será sempre um projeto inacabado, “que exige o combate permanente contra formas de dominação e desigualdade que se produzem no mundo social” (idem: 111).

O mesmo vale, sem dúvida, para as iniciativas político-partidárias que despontam ao redor do mundo para lidar com o sentimento de insulamento não só das instituições parlamentares e executivas, mas também das forças políticas que disputam o poder. Esperar que elas apresentem e encarnem um modelo definitivo capaz de inverter as lógicas da diferença entre lideranças e massas, direção e base, é simplesmente inoportuno. Nem por isso esses ensaios de democratização da representação, de construção de vínculos entre sociedade e Estado e de articulação dos âmbitos instituinte e instituído do poder devem deixar de ser reconhecidos como possibilidades de alterar a correlação de forças sociais e as práticas e instituições políticas de forma geral.

No Brasil, o MTST – por mais incipiente que seja sua trajetória e limitado que seja seu atual alcance – tem em relação ao PT a vantagem do tempo. Por um lado, sua base potencial tende a ser cada vez menos propensa a programas de acomodação, ou de reformismo fraco, que já terão demonstrado os limites provocados pela impossibilidade de conciliação com um capital que depende da comodificação contínua e completa da esfera da vida. Por outro lado, ele emerge justamente na esteira do esgotamento da estratégia lulista de conciliação pelo alto. Evidentemente, e isso deveria ter ficado claro até aqui, o sucesso de uma alternativa democrática radical, apoiada na ampliação dos mecanismos de participação, controle e mobilização, não deriva de mero voluntarismo. Constrangimentos estruturais que vêm da própria base da sociedade reduzem a margem de manobra de qualquer agência. No entanto, o insucesso da saída conservadora impõe a necessidade de outras experiências, de novos caminhos. Mesmo que movidos por tensões incontornáveis e uma probabilidade significativa de fracasso. Seu maior aliado será sempre a necessidade, para a maioria, de alguma transformação.

Nico Poulantzas (2000), escrevendo no fim da década de 70, continua sendo uma importante referência neste debate. Crítico, ao mesmo tempo, de um estatismo social democrata, ou de um parlamentarismo liberal, e de um despotismo estatista, ou da ditadura dos experts, ele dedicou boa parte de suas reflexões à recusa do dilema entre apostar exclusivamente em uma forma modificada de democracia representativa ou num movimento de autogestão e democracia direta ao largo do Estado. A construção de uma sociedade substantivamente democrática - ou socialista - passaria

por uma luta das massas populares que não buscasse criar um poder dual paralelo e externo ao Estado, mas que se apoiasse nas suas contradições internas (idem: 257). A escolha não consiste entre uma ação por dentro dos aparatos estatais e uma ação que transcorra à sua distância. O estabelecimento de uma alternativa real dependeria da transformação das relações de força no terreno mesmo do Estado – sem que isso implicasse a renúncia da luta por fora dele.

Mas para além de todas essas proposições, Poulantzas não deixou de alertar, com razão, para o fato de que a resposta de como lidar com a tensão que acompanha a articulação dessas frentes não está dada. Não havia, em 1979, quando ele escreveu, e tampouco há hoje, um modelo teórico ou uma experiência empírica que dê conta desse problema. Como ele sugeria, porém, não devemos aceitar qualquer lei de ferro. “O otimismo não deve levar a pensar que o processo é suave, livre de riscos. [Mas] a única forma de evitar riscos é ficar quieto e marchar sob a tutela da democracia liberal” (idem: 265).

O MTST, nesse sentido, está longe de constituir um modelo. Ele representa muito mais uma tentativa, entre muitas outras que ensaiam recuperar um tipo de política que sobreponha práticas de participação e representação, que revigore vínculos de ida e vinda entre a sociedade e o Estado. Entre elas, poderíamos falar, como já fizemos, de Sanders e AOC nos Estados Unidos, do Podemos, na Espanha, de Jean Luc-Mélenchon, François Ruffin e a LFI, na França. Mas também de experiências recentes no nosso entorno, como aquela do MAS, na Bolívia, e mesmo de iniciativas semelhantes na Venezuela de Chávez e no Equador de Correa (Renfer, 2010). Ensaio que têm em comum a constatação dos limites do arcabouço formal de ação política da democracia liberal. Mas que convergem, acima de tudo, quanto à necessidade de buscar sua forma, seu conteúdo e seus sujeitos nas camadas populares. As mesmas que por ventura elegem a extrema-direita, mas que estão no centro da insatisfação e do conflito possível com a ordem liberal. Que há um caldo de insatisfação e de potência é indiscutível, a questão é conseguir direcioná-lo – algo bem mais difícil e que, em boa medida, está além do alcance dos cálculos e dos discursos políticos.

Para tomar um outro exemplo brasileiro, poderíamos tratar dos espasmos de revolta e organização dos entregadores de aplicativo em meados de 2020. As manifestações e as tentativas de greve que organizaram estão longe de consistir no embrião de um novo tipo de movimento trabalhista que reorganizará a luta de classes em torno de referências e atores universais, como muitos chegaram

a imaginar. Mas o ensaio de mobilização dessa classe tão representativa das precarizadas relações de trabalho do capitalismo de hoje é sintomático da potência de uma revolta, de um tipo de ação política que será, necessariamente, ambígua, confusa, ininteligível sob vários aspectos. Nem poderia ser diferente. Para citar mais uma vez Miguel (2017: 35), apoiado em Georges Sorel (1990), a recusa a um mundo iníquo e o esforço para impedir a sua reprodução não perdem seu valor por estarem “desacompanhados da planta baixa do mundo novo. As grandes transformações históricas tiveram como ponto de partida a negação do presente, não o projeto do futuro”.

É exatamente nesses termos que se dão iniciativas ambiciosas e arriscadas como a do MTST. Na fronteira entre a negação e a criação, entre o instituinte e o instituído, entre o fora e o dentro do Estado. O que representa, em parte, suas contradições e suas fraquezas social e política. Mas também a sua força, alimentada pela ausência de expectativas possíveis em ações que obedecem as linhas que dividem esses campos. Se o ponto de partida é um tanto vago, abstrato em termos de referências práticas e institucionais concretas no plano mais amplo da política, não se trata de algo muito diferente do que fizeram os sindicatos e os partidos de massa no último século. Assim como aqueles, essas iniciativas têm sua origem no diálogo direto com os interesses e as necessidades de maiorias que não encontram respostas nos caminhos e possibilidades que lhes são oferecidos. Na medida em que suas possibilidades de sobrevivência, em boa parte, dependem ao mesmo tempo do confronto e do respeito a uma dada ordem.

Talvez mais relevante ainda do que sugerir possíveis respostas que aliviem o sofrimento ou atendam à necessidade de ampliar minimamente as possibilidades de vida, essas iniciativas também apontam, mesmo que de maneira ainda pouco clara, para um horizonte de autogoverno. Assim como fizeram em determinado momento as democracias de massa no centro do capitalismo (Manin, 1997) e o sonho da revolução proletária, ensaios progressistas radicais recuperam alguma expectativa de soberania popular. No mínimo, elas reagem ao medo amplamente disseminado entre as camadas populares de não serem indefinidamente governadas.

É evidente que a emancipação está longe de ser automática. Contra qualquer otimismo apressado, basta olhar para o sucesso do populismo de direita em canalizar essa e outras revoltas. Hoje, é incontestável que o campo reacionário tem a hegemonia de um contramovimento incapaz de conter o movimento que o alimenta. Mas há espaço relevante para que se dispute essa hegemonia. O ciclo

de revoltas iniciado em 2011 sequer acabou e rebeliões continuam despontando ao redor do mundo. Como no Chile entre 2019 e 2020 e nos Estados Unidos já durante a pandemia. Com a diferença de que seus rastros se fazem mais concretos na medida em que os manifestantes perceberam a impossibilidade de as instituições estabelecidas atenderem completamente às suas demandas. No Chile, convocou-se uma nova constituinte. Nos EUA, um conjunto expressivo de leis relativas à discriminação e ao policiamento foi alterado. Concomitantemente, multiplicam-se experiências inovadoras no sentido da participação democrática ao redor do mundo, como sorteios para selecionar membros do parlamento na Bélgica, assembleias formadas por representantes eleitos e sorteados para discutir o aborto e o casamento gay na Irlanda e o tímido ensaio da convenção cidadã sobre o clima na França¹²⁰. Como notou Stavasage (2020) no seu estudo sobre a democracia, ela não é uma fatalidade. É como se houvesse, afinal, uma tensão constante para a ampliação do círculo que configura a política, nos termos de Singer, Araujo e Belinelli (2021), e que permite preservar alguma esperança.

Quanto ao fato de que a ordem liberal é em boa medida insustentável, pelo menos no longo prazo e sem uma importante instabilidade política, não restam muitas dúvidas (Streeck, 2017; Fraser, 2020). Pouco se sabe o que vai ocupar o seu lugar. Embora os prenúncios até hoje sejam pouco animadores, há algo que joga a favor de saídas progressistas. E não estou falando apenas das importantes contradições da saída reacionária, que até aqui tem demonstrado um ímpeto frágil em se deixar mover pela sociologia eleitoral de que fala Guilluy (2014) e atender às demandas econômicas dos perdedores da globalização que elas veem como sua base social eminente. Mas do fato de que a resistência e o movimento instituinte disparado pelas insuficiências da ordem são necessariamente coletivos e deverão, para atender o imperativo de ampliação das possibilidades de vida, restringir o espaço da justiça do mercado e expandir o espaço da justiça social – ou do comum, para usar um termo em voga.

Seja a mobilização dos trabalhadores precarizados dos aplicativos, seja a luta por moradia nas periferias urbanas, seja a defesa do meio ambiente, todas essas lutas dependem de uma ação coletiva e torna as pessoas uma parte integral do todo. A práxis revolucionária foi poucas vezes

¹²⁰ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/sorteio-vira-remedio-para-males-da-democracia-eleitoral-na-belgica.shtml> e <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/hora-de-experimentar-a-democracia-alem-do-voto/>. Acesso em 14 de abril de 2021.

tão crucial para a sobrevivência, e ela ocorrerá, obrigatoriamente, de maneira coletiva e a partir do conflito com uma ordem cada vez menos capaz de fazer passar suas instituições e seus princípios por universais. É na prática, justamente, que poderemos vislumbrar um agir do comum, que, segundo Dardot e Laval (2017: 340), só se constrói no e pelo conflito e é o único meio tanto de instituição de normas que sujeitam os seus próprios coprodutores quanto de mudar as práticas e os hábitos mentais. É a “prática da cooperação que permite que o indivíduo se torne um ‘bom socialista prático’” (Idem: 422).

Como já dizia Beck (2010: 147) ao discutir as causas e os efeitos de uma sociedade que caminhava a passos largos rumo à individualização, os problemas coletivos não desapareceriam e as pessoas seriam obrigadas a recorrer a coalizões sociais e políticas para superar situações problemáticas. Os contornos que essas coalizões vão assumir são ainda pouco claros, mas elas são, cada vez mais, um imperativo de sobrevivência.

*

Em 15 de setembro de 2018, eu dei uma formação para os companheiros do setor de autodefesa da ocupação Marielle Franco, no Grajaú. Depois da formação, me disseram que haveria uma janta na cozinha do G3. Eu estava cansado e tinha algumas coisas para fazer depois do longo trajeto para casa, mas resolvi ficar. Depois de comer, comecei a conversar com Xavier, morador da ocupação e coordenador daquele grupo. Em algum momento da conversa, perguntei como ele tinha entrado na ocupação. O seu relato é muito parecido com inúmeros outros que já ouvi nos meus anos de MTST até aqui:

Eu passava na frente quase todo dia. Dizia pra mim mesmo que eu nunca ia entrar. Mas um dia eu entrei por necessidade. Achei que era favela. Entrei no escuro, não tinha ninguém na entrada. Mas me ofereceram um barracão pra eu passar a noite. Ainda estava desconfiado. Nos primeiros dias, me chamavam pra trilha¹²¹, mas eu não ia. Um dia eu fui e não gostei, disse que não ia voltar. Mas um dia eu não tava conseguindo dormir e eu fui lá. E desde aquele dia eu vou todo santo dia. Aí me chamaram pra ser coordenador de trilha. Eu vou todo dia, descanso no máximo um dia por semana. E eu também sou coordenador do G. Mas tá pesado, eu quero parar de ser coordenador e ficar só na trilha. Nada é tão gratificante quanto receber um ‘obrigado’, saber que a gente pode ajudar alguém. E as pessoas podem ser ajudadas com uma palavra, uma oportunidade. A droga atrapalha muito, mas o sujeito só usa porque ele não tem mais nada, ele é vazio. O movimento e a ocupação preenchem essas pessoas. E a gente tem que insistir pra aproximar elas da gente. Eu acredito que é possível fazer isso. Isso daqui é maravilhoso. Eu não quero meu apartamento, quero

¹²¹ Espécie de ronda noturna organizada para garantir a segurança da ocupação.

sempre ficar em ocupação. Já falei, daqui eu vou pra outra. Mesmo se não quiserem, não tem problema. Eu vou assim mesmo.

4. Por uma esquerda popular

A campanha de Guilherme Boulos pela prefeitura de São Paulo, em 2020, decolou muito melhor do que qualquer militante do MTST poderia imaginar. Conscientes de que, com a débil candidatura petista, poderíamos encarnar uma alternativa renovada de esquerda, que aliasse os valores da solidariedade com objetivos exigentes de transformação da cidade e redução das desigualdades, o ótimo desempenho nas pesquisas de intenção de voto naquele início de campanha mostrava que chegar ao segundo turno era uma possibilidade real. Para isso, porém, não poderíamos contar apenas com a mobilização e os votos dos setores médios, onde obtínhamos nossos melhores resultados. Fazer-se conhecer nas periferias mais pobres da cidade era uma prioridade e qualquer chance de sucesso eleitoral passava por aí. Pode parecer contraditório e isso foi até objeto corrente do cinismo que questiona as origens e a vocação populares da esquerda teoricamente mais radical, mas o líder do MTST encontrava melhor acolhida entre as classes médias, sobretudo jovem, do que entre os trabalhadores mais pobres dos extremos da cidade. Não era novidade para ninguém que, para além do alcance orgânico de nossas ocupações, mais enraizadas em partes da zona sul e da zona leste e mesmo assim consideravelmente limitado, a figura de Guilherme Boulos era muito pouco conhecida nas periferias. Quando o era, geralmente não se dava pelos melhores motivos. O preconceito com a prática da ocupação de terrenos privados, como dito acima, não é um privilégio das camadas mais ricas da sociedade. E nossas redes sociais, usadas em larga escala para desfazer preconceitos e forjar uma imagem pautada na compaixão com os mais vulneráveis e nas possibilidades de ação do poder público, não chegavam como gostaríamos nessas mesmas pessoas. O tempo enxuto na propaganda obrigatória de televisão tampouco ajudava. Um bom desempenho eleitoral nas periferias passaria, necessariamente, por uma presença no território. Que se daria, dadas as dinâmicas dos bairros populares e pela escassez dos recursos de campanha, pela construção de vínculos até então pouco relevantes com diferentes lideranças comunitárias.

Dentre as primeiras iniciativas nesse sentido, promovemos, logo nas duas primeiras semanas de campanha, atividades com Guilherme Boulos em algumas comunidades em que já havíamos estabelecido algum laço. Na Zona Norte, decidimos organizar um almoço em uma das favelas mais

carentes do fundão da Brasilândia. A relação com a liderança era recente e se dera por meio de um coordenador da ocupação Marielle Vive que vivia na comunidade. No início da pandemia, conscientes da situação difícil por que passariam as pessoas, tínhamos distribuído cestas básicas em diversos bairros da região. Nessas entregas, buscávamos sempre estabelecer algum vínculo com as lideranças do bairro, seja convidando-as para a atividade ou pedindo para que elas indicassem pessoas para receberem as cestas. O que permitia atender melhor as carências de lugares que pouco conhecíamos e também nos aproximar de lideranças com quem poderíamos desenvolver outras iniciativas mais adiante.

Antes desse almoço, já tínhamos tentado fazer com que Guilherme aproveitasse uma ida à Zona Norte, ainda na pré-campanha, e fizesse uma visita à comunidade. Mas Carlinhos, a liderança com quem estávamos em contato, alegou dificuldades para recebe-lo naquele dia. Mais tarde e primeiro de forma mais velada, depois de maneira mais acintosa, ele nos comunicou que não estava acostumado a fazer campanha de graça. “Sabe como é, né Philippe? A gente trabalha o ano inteiro pra comunidade, quando chega essa época de eleição é o único momento que a gente tem de tirar o nosso sustento. Eu peço desculpas, mas espero que você me entenda”, ele me mandou em forma de áudio no Whatsapp. Por mais que eu soubesse que nossos apoios não viriam, em sua maioria, por identidade político-ideológica e tampouco pela simples expectativa de melhorias para as comunidades, naquele momento eu percebi que teria mais trabalho do que imaginava. Mas, de fato, como esperava Carlinhos, eu entendia. É assim que funciona e não teria por que ser diferente conosco. Engoli minha decepção moralista e tratei de reatar, sempre com um pé atrás, nossas relações, visando as eleições que se aproximavam e o trabalho territorial do MTST. Afinal, a aproximação com as comunidades na Zona Norte nunca esteve exclusivamente pautada pelo calendário eleitoral. Pelo contrário, sabíamos que as eleições passariam, provavelmente com uma derrota, e nós seguiríamos na região, fazendo ocupações e, na medida do possível, ampliando nosso trabalho de base.

No domingo do almoço, eu acordei cedo. Precisava chegar com algumas horas de antecedência para assegurar que tudo correria bem. Antes de sair de casa, já recebi a primeira má notícia. Marcela, coordenadora que ficara responsável por preparar a comida que serviríamos aos moradores, me ligou para dizer que não havia nenhuma condição de cozinhar na casa de Carlinhos, como tínhamos combinado. Eu sabia que o pequeno cômodo, em que ele vivia com sua esposa e

seus seis filhos, não era o espaço ideal, mas não imaginei que o fogão estivesse funcionando mal e que a casa que deveria servir de apoio não estava mais disponível. “Vou pra casa, faço lá e depois eu trago”, propôs Marcela ao telefone, ao que consenti enquanto me preparava para sair.

O dia estava chuvoso e especialmente frio para uma manhã de setembro. Quando cheguei na comunidade, depois de subir as vielas estreitas e íngremes que levam ao topo do morro, Carlinhos conversava com alguns moradores e, antes de se despedir, disse que o “prefeito” vinha à favela naquele dia. Cumprimentei-o e logo perguntei se estava tudo certo. “Sim, tá tudo certo, meu querido. A gente só tem que ver se vamos poder fazer aonde a gente tinha pensado, eu falei com os ‘bigode grosso’¹²², mas é bom ver com eles se tá tudo bem. E a tenda que eu falei que ia montar é essa aqui. Você acha que vai precisar?”, me disse apontando para um conjunto de velhas barras de ferro amontoadas no chão. Falei que não, que aquela garoa deveria passar em breve e que a gente poderia improvisar uma cobertura de lona, afinal não conseguiríamos montar aquela estrutura de metal em menos de algumas horas. O que me preocupou de verdade foi a eventual impossibilidade de fazer o almoço no único espaço da comunidade que comportaria a atividade – uma espécie de praça com uma vista bonita para a Serra da Cantareira. Percebi que Carlinhos estava um pouco reticente, mas ele não resistiu à minha proposta para que fôssemos falar com os “bigode grosso”. Em poucos minutos, estava tudo resolvido. Poderíamos fazer o almoço para a comunidade ali, sem qualquer problema ou concessão da nossa parte.

Por volta do meio dia, enquanto ainda arrumávamos o espaço, alguns moradores da favela circulavam por ali e um grupo de acampados da Marielle Vive, que tínhamos convidado para evitar o risco sempre real de uma atividade esvaziada, já tinha chegado. Carlinhos e sua esposa tinham acabado de receber as dezenas de marmitas que eles distribuem diariamente na comunidade. Mas ao invés de distribuí-las à frente do pequeno barraco que lhes serve de escritório, como costumam fazer, sugeriram entregar as marmitas junto com o almoço que estávamos preparando. Assim, não haveria perigo de faltar. Não passava ainda do meio dia quando um morador da comunidade se aproximou das mesas já envoltas em toalhas e à espera das panelas e começou a gritar. “Carlinhos, é um absurdo isso que vocês tão fazendo. Essas marmitas não têm nada a ver com política, porra! Que palhaçada é essa!”, foram algumas das frases que ele fez questão de pronunciar em voz alta

¹²² Maneira de se referir aos “irmãos”, ou seja, os membros do crime organizado.

para que todos ouvissem. O clima ficou ainda mais pesado porque, naquele momento, equipes de candidatos à vereança pelo PSOL chegavam e se acomodavam no espaço devidamente aparamentados com camisas, adesivos, panfletos e pirulitos – aquelas horríveis placas de plástico coladas em varetas de madeira geralmente com a foto e o número do candidato. A comunidade ganhava outra cara, pessoas que nunca haviam estado ali circulavam desinibidas e um princípio de confusão se instalava. Preocupado com o estrago anunciado, corri para a aglomeração que já se formara em torno de Carlinhos e do morador revoltado, que depois descobriria se tratar de um cabo eleitoral do PSDB, e tentando acalmá-lo sugeri a Carlinhos que distribuísse logo as marmitas.

Não sei dizer o quanto meu estresse foi determinante. Mas minha impressão era de uma atividade fadada ao fracasso. O ambiente pesado que se criara afastara moradores e o espaço só não estava vazio em função da presença dos acampados do MTST e dos cabos eleitorais das candidaturas proporcionais. O que não ajudava. Pelo contrário, só aumentava o problema de uma atividade que ganhava ares de puro oportunismo eleitoral. O cansaço e a descrença do povo das periferias com a política se dá, em boa medida, por uma prática tão comum quanto abominável de candidatos que aparecem exclusivamente em período eleitoral para pedir votos e depois dão as costas para as carências das comunidades. É como se estivéssemos fazendo mais do mesmo, apesar de tudo o que nos distingue dos demais.

A situação já parecia controlada quando me ligaram para avisar que Guilherme estava chegando. A ideia era que todos descêssemos as escadas que levam para a rua principal, pela qual ele chegaria, e subíssemos o morro panfletando e conversando com os moradores. Eu pedia para que as pessoas descessem, já sem tanto entusiasmo por uma espera que já se fazia cansativa, quando Carlinhos me disse que “os irmãos” estavam pedindo uma conversa comigo e outros militantes do movimento. Orientei, então, um coordenador para que descesse com o pessoal e aguardasse Guilherme lá embaixo e acompanhei Carlinhos para a indesejada e inconveniente reunião. Mas não havia nenhuma possibilidade de postergar ou adiar aquela conversa. Qualquer coisa que estávamos fazendo ou pretendêssemos fazer passava pela autorização dos meus novos interlocutores. Carlinhos, ficou evidente naquele momento, assim como diversas outras lideranças com quem tínhamos estabelecido profícuas relações, mandava pouco. Embora respeitado pelo trabalho que fazia pela comunidade, sua autoridade não se comparava à daquelas pessoas que me interpelavam sem meias palavras. A conversa foi pouco amistosa e, apesar de rápida, permeada de

momentos de tensão. Não bastava dizer que Guilherme era diferente, que o MTST permaneceria comprometido com o bem-estar da comunidade depois das eleições, que Carlinhos nos conhecia e tinha o nosso telefone. “Não vem com essa história de telefone, meu parça!”, me disse o mais exaltado do grupo. Desse papo eles já estavam cansados. O que ganhamos foi um voto, frágil, de confiança. O almoço aconteceu sem grandes percalços. Mas, naquele dia, voltei para casa com um gosto amargo na boca.

*

Já passava das 16h quando eu cheguei em casa depois de votar no segundo turno. A militância do MTST não se reuniria para acompanhar a apuração, como fizemos no primeiro turno. A situação da pandemia se agravara e era pouco razoável promover qualquer tipo de aglomeração. Mesmo assim, eu julgara importante me encontrar pelo menos com os coordenadores da Marielle Vive que participaram ativamente da campanha. Depois de tanto esforço conjunto, tínhamos que estar juntos em um momento tão decisivo.

O combinado era estar na casa de Eduardo, no Jaraguá, às 16h30. Mas cheguei bem depois. Choveu muito em São Paulo naquele dia e eu ficara de dar carona para Vanessa, que se atrasou. No caminho, entre a marginal Tietê e a rodovia dos Bandeirantes, fomos ouvindo os resultados parciais da apuração. Eles não eram nada bons. Eu sabia que a vitória era improvável, mas não imaginava que a distância entre Bruno Covas e Guilherme Boulos seria tão grande¹²³. Não eram poucos, aliás, os que alimentavam esperanças reais de ganhar. Sobretudo na base, entre acampados, coordenadores e militantes, o otimismo das últimas semanas era hegemônico. Tinha-se certeza que elegeríamos o futuro prefeito da cidade.

Quando chegamos à casa de Eduardo, percebi que o efeito da derrota não seria trivial. Atordoados, os coordenadores nem sequer assimilavam os comentários que os jornalistas da Band faziam sobre os resultados, a essa altura já definitivos, na televisão. O contraste com as reuniões que fizemos ao longo da campanha era brutal. No lugar dos sorrisos, da música, das conversas descontraídas, se via uma profunda desilusão. Enquanto alguns se esforçavam mais ou menos para conter o choro engasgado, outros soltavam insultos em diversas direções. O alvo preferido era “o povo burro, que

¹²³ De pouco mais de um milhão de votos – equivalente a 19% dos votos válidos.

não sabe votar e vai sofrer mais quatro anos”, como disseram repetidas vezes, sob diversos formatos, Margarida e Anderson.

Desde o momento em que cheguei, tentei aliviar o clima pesado. Cobia-me, eu achava, elevar o moral das pessoas ressaltando o lado positivo daquelas eleições. Era evidente o tamanho de nossa vitória política, enquanto movimento de esquerda, a despeito da derrota eleitoral. Crescemos muito, eu dizia. “Hoje, o MTST é respeitado, o Guilherme se consolidou como um quadro nacional da esquerda, mostramos que é possível defender um projeto diferente, que coloque os interesses dos mais pobres no centro das prioridades” eu dizia, reiteradamente, enquanto estimulava as pessoas a tomarem as cervejas que eu e Vanessa trouxéramos. Em vão. Embora a maioria consentisse com a cabeça, chegasse a esboçar um sorriso e até ensaiasse palavras de exaltação, o sentimento generalizado era de derrota. De uma profunda e dolorida derrota que eu nunca sofri.

Em determinado momento, quando a chuva tinha dado uma trégua do lado de fora da casa, Margarida me interpelou. Coordenadora do movimento desde a ocupação e reconhecida tanto por sua dedicação quanto pelo seu esclarecimento político, Margarida corresponde ao perfil de militante que mais se destaca no MTST. Em todas as suas intervenções e nas tarefas que seguidamente assumiu, chegando a fazer parte da Coordenação Estadual do movimento, ela sempre deixou claro que seu envolvimento superava o interesse particular na conquista da moradia e passava pela identificação com um projeto político mais amplo, coletivo, transformador, revolucionário. Naquele dia, com a boca úmida pela cerveja que tomava, ela mirou seus olhos lacrimejantes nos meus e disse: “é difícil comemorar qualquer coisa. Mês que vem eu tenho aluguel pra pagar. Essa era a nossa chance”.

*

Uma força política construída a partir de laços sólidos com a sociedade supõe alguma capacidade de suprir seus interesses mais objetivos. Esses laços, por sua vez, implicam ambiguidades notáveis sob qualquer ponto de vista. Um movimento político de esquerda que se pretenda popular na sua composição deverá, necessariamente, fazer concessões a valores e instituições conservadores.

Não há um modelo pronto. Muito pelo contrário, vigorosas iniciativas democráticas de corte progressista esbarrarão sempre em tensões substantivas. A discussão histórica sobre o

vanguardismo das organizações de esquerda não deixa dúvidas acerca das controvérsias a respeito da posição que forças de esquerda devem assumir em relação às massas. O objetivo aqui não é adentrar e contribuir diretamente com qualquer uma das diferentes tradições que tomam parte no debate. Cumpre simplesmente registrar que a vanguarda só é possível caso mantenha alguma conexão com o povo que ela pretende conduzir. E, para isso, se faz necessário operar em um registro conhecido e valorizado pelo último.

Tampouco é o caso aqui de advogar por uma posição de destacada retaguarda, como têm defendido autores como Boaventura de Sousa Santos (2016) e, em alguma medida, Hardt e Negri (2016). Mesmo que desconsideremos as dificuldades práticas da realização da soberania popular sem mediações, instituições de participação direta e de seleção de magistrados por sorteio, típicas da democracia substantiva (Held, 1987), são eivadas, em suas consequências, de limites à liberdade e à igualdade universal.

Cumpra apenas destacar um dado crucial para pensar as alternativas contemporâneas de esquerda para além desse histórico debate teórico-estratégico. A saber, o fato de os partidos e nomes da esquerda que mais têm despertado esperança nos círculos progressistas contarem com um apoio qualitativa e quantitativamente muito superior entre as classes médias do que entre as camadas populares. É evidente que essa afirmação pode ser matizada e que há exceções valorosas a ela. Mas é inegável que a base fundamental de apoio das candidaturas recentes de Sanders, Corbyn, Mélenchon, Boulos, Freixo, entre outros, tem se concentrado em estratos de renda média e educação elevada da população¹²⁴.

Não se trata de uma mera preferência programática ou de uma traição de classe. Há estímulos razoáveis para se apostar no eleitorado mais próximo daquilo que Inglehart e Welzel (2009) chamaram de valores pós-materiais. O primeiro deles diz respeito à necessidade de se consolidar como figura ou força política relevante nos planos local ou nacional. Boulos fez isso. E a base

¹²⁴ Em pesquisa do Datafolha sobre as intenções de voto para a prefeitura de São Paulo de setembro de 2020, por exemplo, Boulos tinha 4% das intenções entre as pessoas com escolaridade fundamental; 11% entre aqueles de escolaridade média e 26% entre as pessoas com ensino superior. Em relação à renda, as intenções eram de 7%, 17%, 24% e 26%, respectivamente, para as faixas de renda de até 2 salários mínimos, 2 a 5, 5 a 10 e mais de 10. Ver <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/11/12/5467b92de5a3d85f013489u9ahdafsl4aivsp11-pdf.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2021.

expressiva que conquistou na juventude permitiu que desse saltos maiores, em seguida, em busca do reconhecimento e da aprovação das camadas populares. O segundo deles, mais forte, consiste no argumento repetido com frequência de que essa parcela da sociedade, essencialmente jovem e que estou classificando como de classe média, deve crescer proporcionalmente. Teríamos uma faixa cada vez maior da população, portanto, alinhada aos valores progressistas e suscetíveis a aderir a uma plataforma de esquerda que passe, centralmente, por questões de costumes.

No entanto, poderíamos alegar, com Eatwell e Goodwin (2020), que essa é uma visão um tanto edulcorada da realidade. Mesmo que assumamos que parcelas crescentes dos jovens, inclusive pobres, vão aderir no futuro à agenda progressista no âmbito dos costumes, as camadas populares com valores eminentemente conservadores continuarão representando um contingente expressivo da população. Na França, por exemplo, Marine Le Pen teve mais votos entre os jovens de 18 a 34 anos do que qualquer outro candidato nas eleições de 2017¹²⁵, em que pesem os índices expressivos de abstenção. Em 2018, no Brasil, Bolsonaro ganhou entre os jovens de 16 a 29 anos (Nicolau, 2020: 67). A mudança deve ser mais lenta e menos significativa do que muitos apostam. E conforme esses mesmos trabalhadores seguirão tendo seus modos de vida contestados enquanto referente cultural e sua identidade ameaçada, a tendência à intolerância e à valorização das diferenças continuará importante. Uma coisa é pensar no eleitorado de cidades como Nova York, Berlim e mesmo São Paulo. Outra coisa é pensar no contexto mais amplo dos países em que elas estão inseridas, à imagem da clivagem estabelecida por Guilluy (2014), em detrimento dos conflitos ideológicos e de classe tradicionais, entre os habitantes das metrópoles e os setores populares das demais cidades.

O desafio de falar e construir uma relação com as camadas populares, as velhas e novas classes trabalhadoras, em melhores ou piores condições materiais, não será desprovido da necessidade de lidar com valores conservadores e até reacionários. Seja no âmbito dos costumes, seja no âmbito de suas expectativas econômicas – um terreno que a retórica mais difundida pela esquerda tem dificuldade em subverter a hegemonia neoliberal.

¹²⁵ Ver https://www.lemonde.fr/politique/article/2017/04/12/le-fn-premier-parti-des-jeunes-qui-votent_5109981_823448.html. Acesso em 17 de abril de 2021.

Nancy Fraser (2020) parece acertar ao dizer que a única hegemonia possível para uma esquerda que faça por merecer esse título passa por um populismo progressista que seja capaz de ampliar seu arco de apoio popular. Na medida em que restabelecer o neoliberalismo progressista, muito em voga nas propostas de resistência à ameaça do autoritarismo reacionário, faria apenas exacerbar as condições que a alimentou, a prioridade das forças de esquerda deveria ser articular uma aliança mais ampla. Que aos trabalhadores que apoiaram Sanders, por exemplo, se somassem os trabalhadores que apoiaram Trump.

O obstáculo é relevante. Como notou Fraser, o núcleo progressista tende a ver o eleitorado conservador como deplorável. Enquanto os últimos, geralmente não sem razão, veem os primeiros como moralistas e elitistas. Mas superá-lo não é impossível. Sobretudo na medida em que as pessoas vão agir e se engajar politicamente em função de seus interesses e angústias mais imediatos. Com base num pragmatismo político, em diálogo com o pragmatismo vitalista de que fala Gago e orienta as escolhas e a percepção das camadas populares, é possível vislumbrar um projeto de esquerda capaz de construir os pilares de uma nova hegemonia.

Todavia, isso implica correr certos riscos e, provavelmente, melindrar a base mais cativa das forças contemporâneas de esquerda. A identificação que virá não corresponde aos critérios por ela estabelecidos. Essa identificação não se dará exclusivamente por meio de uma consciência esclarecida. Ele será, como indica o relato eleitoral acima, também e essencialmente fruto do interesse e da necessidade individuais. Eventualmente, assumirá contornos personalistas e uma postura mais passiva do que o esperado. Por menos animadora que seja essa perspectiva, ela não varia muito das maneiras pelas quais forças políticas se constituíram e assumiram protagonismo ao longo da história. Notadamente, movimentos progressistas cuja potência veio mais de interesses particulares devidamente organizados, objetiva e subjetivamente, e menos da adesão a valores universais de corte abstrato. Bastaria pensar na relação entre os partidos de massa e os sindicatos, verdadeiros espaços de troca viva de experiências e expectativas. A política, entendida sob sua face mais convencional como o conjunto de práticas e instituições relativas à disputa eleitoral, não desperta, por si só, uma curiosidade e um desejo inatos de participação.

Da mesma maneira que Bolsonaro contagiou pessoas marcadas por um forte sentimento de rejeição à política e aos partidos, a esquerda deve reconhecer a impossibilidade da construção imediata de

um corpo ideológico coerente e de um programa bem delimitado que dê conta tanto das expectativas de sua renovada base quanto dos medos e das vontades da maioria dos trabalhadores. Enquanto ela ficar esperando que a adesão às suas atuais bandeiras seja majoritária na população, seu lugar será fadado ao segundo plano da política. Como revelou pesquisa de Ortellado, Solano e Ribeiro (2019: 108) com paulistanos acerca de sua identidade política, quando eles são perguntados acerca de sua posição, apenas 12,5% se classificam como sendo de esquerda e 8,3% de direita. 54,3% responderam a esse questionamento dizendo que não são “nada disso”.

Uma confusão ideológico-programática que é característica também das últimas grandes mobilizações populares que temos visto ao redor do mundo. São raras as manifestações, revoltas e até as greves que se inserem e reivindicam o confronto político como reflexo da luta de classes. Se no século passado os grandes sindicatos e as grandes centrais mediavam demandas específicas com o universo mais amplo do conflito político e mais concreto da disputa eleitoral, o mundo do trabalho hoje dá sinais titubeantes sobre sua capacidade de estabelecer um vínculo inteligível entre sociedade e Estado. Como têm afirmado autores como Rosana Pinheiro-Machado (2019) e Guy Standing (2013), vivemos em um tempo em que as mobilizações, manifestações e protestos ganharam uma cara consideravelmente ambígua e empunham bandeiras dificilmente condizentes, no seu conjunto, com os esquemas cognitivos com os quais ainda tentamos organizar o jogo institucional. Os códigos político-ideológicos de outrora servem pouco para pensar a organização e a luta política de um precariado, um sub-proletariado, enfim, trabalhadores dificilmente reunidos em uma mesma categoria em função das particularidades das relações de produção em que estão inseridos. Mesmo que movidos por um ímpeto progressivo quanto à distribuição dos recursos materiais e do poder, eles podem manifestar vontades e demandas abertamente regressivas.

Todavia, essa confusão está longe de ser inerte do ponto de vista de seus efeitos. Mesmo que se mostre incapaz de substituir a ordem em crise por uma alternativa bem-acabada, ela diz muito sobre o arcabouço normativo que se esgota e acelera esse processo. A negação do mundo, aliás, cria o mundo novo, independentemente dos contornos que ele vai adquirir. Se são bons ou ruins do ponto de vista normativo, é outra questão. O que podemos depreender da instabilidade social do último período é que há algo novo em gestação – e nesse momento a política assume o centro do palco. Seu ponto de partida inevitável são as reivindicações concretas que subsidiam o inconformismo, como interpretou Florestan Fernandes (2019) acerca da capacidade do Partido dos

Trabalhadores de articular demandas e identidades díspares sob um arcabouço eminentemente progressista. Algo não muito diferente, aliás, do que antecedeu a ascensão da extrema-direita – só que com sinal trocado.

Nesse sentido, é fundamental que a esquerda assuma o desafio de disputar frontalmente a base social do populismo de direita. Ao invés de se acomodar na crítica fácil, moralista e, muitas vezes, elitista dos supostos ignorantes e preconceituosos eleitores que cedem à demagogia conservadora, cumpre enxergar na indignação, em boa parte legítima, dessa base popular um recurso fundamental na luta contra a desdemocratização e suas saídas reacionárias.

4.1. Para além do populismo

Essa não é exatamente uma contribuição muito original para o debate. O diagnóstico dos limites do casamento de conveniência entre esquerda e neoliberalismo, descrito por Fraser (2020), Piketty (2019), Žižek (2015), entre outros, é conhecido e tem inspirado uma série de iniciativas bem-vindas. A principal referência desse debate, responsável até por influenciar diretamente algumas dessas iniciativas, é Chantal Mouffe – um exemplo de filósofa engajada, sempre pronta para o debate público e o diálogo político. E embora a contribuição de Mouffe seja fundamental, ela esbarra em alguns problemas que devem ser mencionados.

Primeiro, sua elaboração tem como corolário último uma espécie de defesa de um consenso de fundo nas teorias democráticas. A despeito de apontar justamente o excesso de consenso como responsável pelo desaparecimento do político e a ascensão da extrema-direita, a defesa alternativa do agonismo acaba por fazer importantes concessões ao liberalismo. Como notou Miguel (2017: 32), o corte pós-estruturalista de sua argumentação deixa a descoberto considerações sobre o caráter irreconciliável, muitas vezes, dos conflitos sociais. Levada às últimas consequências, essa chave de interpretação pode subsumir a base material – e neoliberal – a partir da qual emergiram lideranças críticas ao establishment. Segundo, como já discutimos no primeiro capítulo, a concepção que, ao lado de Laclau, a autora desenvolve da lógica populista esgota praticamente qualquer possibilidade de participação popular, de um movimento político que ocorra de baixo para cima, da sociedade em direção ao Estado. Mesmo que reconheçamos a condição da

representação de tecer cadeias de equivalência entre identidades e demandas heterogêneas e, no limite, construir a própria categoria de povo, esse último não pode permanecer em um estado eminentemente passivo. Embora ele o assim deseje na maior parte do tempo, é imprescindível a existência, numa ordem democrática, de canais abertos para a manifestação de vontades e a expressão dos conflitos que, como sugerem os próprios autores, perduram na sociedade e tensionam os contornos do círculo da política democrática, para retomar a imagem geométrica de Singer, Araujo e Belinelli (2021). A possibilidade institucional da canalização da violência, do distúrbio que, como mostrou Maquiavel (2007), foi garantido por meio dos Tribunais da Plebe e central para a continuidade da República Romana, está ausente do registro populista de Mouffe. Um indicativo relevante de como o conflito foi excluído da reflexão política, seja no âmbito da literatura acadêmica, seja no debate público. Como se ambos, o conflito e a política, fossem mutuamente incompatíveis, o que dirá da coexistência entre democracia e violência. Qualquer sinal desses fenômenos na teoria ou na prática política são de pronto rejeitados como indícios de movimentos autoritários e antidemocráticos.

Miguel (2017: 8) é um dos poucos, ao menos no Brasil, que tem alertado para a cisão entre realismo e crítica na teoria política contemporânea. O que passaria, entre outros motivos, pelo “exílio das noções de conflito e de interesses de nosso entendimento da política, que passa a ser lida apenas como espaço de cooperação e solidariedade”. É verdade que, ao elaborar a crítica, Miguel está olhando, especialmente, para movimentos da literatura, como o desenvolvimento da teoria deliberacionista. Mas podemos desdobrar a análise para a compreensão limitada e limitadora que se faz da política corrente, em meio à crise da ordem liberal e que marginaliza o conflito da prática política corrente e legítima em regimes democráticos.

Hoje, o conflito que se observa está mais próximo dos distúrbios dos tribunais da plebe do que a sobreposição entre disputa eleitoral e luta de classes que se viu no centro do capitalismo durante boa parte do século XX. É difícil vislumbrar linhas de continuidade em relações de representação atravessadas por pautas, mobilizações, afinidades de ordem circunstancial. A desigualdade de classe, suficiente para organizar outrora identidades coletivas antagônicas no plano do trabalho e da política, deu lugar a um sistema de desigualdades fragmentado. Os responsáveis pelas conquistas e pelas mazelas que atingem indivíduos indiscriminadamente são os próprios indivíduos, beneficiários e vítimas de seu sucesso e de seu fracasso. O resultado desse fenômeno

é o aumento exponencial, e desorganizado politicamente, das paixões tristes, da cólera, da indignação e do desprezo (Dubet, 2020; Dardot e Laval, 2016). Na medida em que as expectativas da vida se voltam para o âmbito privado, fundamentalmente do consumo, em detrimento de preocupações com projetos coletivos, dissemina-se um tipo difuso de despolitização (Streeck, 2017: 112). A fragmentação das identidades e um engajamento que se dá, nas palavras de Streeck, *issue by issue*, transpõe para a política a lógica individual do mercado e enfraquece partidos e ideologias de vocação ecumênica (idem).

Com efeito, é necessário reconhecer os constrangimentos estruturais a uma ação política que confronte, de um lado, a hegemonia neoliberal no plano subjetivo, avessa a saídas coletivas que aparentemente limitar a liberdade individual para lidar com problemas supostamente privados. E, de outro, a hegemonia de uma compreensão minimalista da democracia, insensível à inevitabilidade do conflito social e a maiores exigências em termos de igualdade e soberania popular. O problema é grande e se faz difícil vislumbrar uma saída virtuosa, que seja ao mesmo tempo coletiva, fundada em claros princípios progressistas, organizada por forças coerentes quanto ao programa e ao respeito dos valores que difunde e capaz de contar com laços sólidos com as principais vítimas de uma ordem impermeável à participação e aos interesses das camadas populares. Não basta voluntarismo e é preciso reconhecer os limites de uma forma e de um conteúdo que, embora projetem a emancipação de dominações materiais e simbólicas, despertam a indiferença ou a desconfiança das classes trabalhadoras, por mais contraditórias que elas sejam. A política popular não obedece aos critérios morais da esquerda contemporânea. Sequer é capaz de resolver as controvérsias e os conflitos de forma definitiva. Inerentes ao político, eles evoluem e se transformam, mas continuam existindo.

O mais importante talvez seja reconhecer que a luta por mais democracia implica a luta por uma política permeada por mais riscos e ambiguidades. A organização possível para um campo popular e progressista capaz de lutar, sob uma melhor correlação de forças, contra a desdemocratização e a alternativa reacionária deverá fazer concessões programáticas. Não se trata de rebaixar um horizonte substantivo de igualdade e liberdade. Mas de reconhecer a necessidade de recompor os vínculos entre o campo progressista e os trabalhadores mais pobres. De aceitar que algumas de suas expectativas e vontades, por mais controversas que sejam, devem invadir os espaços do poder para que eles se sintam escutados, contados. Talvez não seja necessário ir tão longe. Recuperar

uma distinção vigorosa no plano econômico pode ser suficiente para deslocar um debate político muito pautado em questões morais e reorientar as prioridades do Estado.

Os meios tampouco podem ser os mais convencionais e esperados pelos espíritos mais comprometidos com a democracia liberal. Como sugere Chatterjee (2004), é preciso sujar as mãos e ver onde há democracia; aceitar que a sociedade política vai trazer aos corredores do poder algumas das expressões feias e de violência da vida popular. Que o paralegal “não é uma condição patológica da modernidade retardada, mas parte do processo de constituição histórica da modernidade na maior parte do mundo”. A sociedade política, na forma como é teorizada pelo autor indiano, abre margem para conceber uma ação política informada pela necessidade mais objetiva que pressiona os contornos da ordem e é mesmo capaz de reconfigurá-la. Reconhecer a importância desse recurso de ampliação das possibilidades de sobrevivência serve para legitimar uma prática que carrega traços eminentemente democráticos, por um lado, e desloca a compreensão da política de maneira a reincluir os governados nos rumos do poder. Depois da secessão das elites que deu corpo à desdemocratização, assistimos à volta dos sem-título, sem que fossem chamados e pela porta dos fundos.

Aqui, podemos pensar no método de luta do MTST, apoiado sobremaneira em um conflito que corre por fora das normas legais e em tensão com o poder instituído em busca de uma conquista que será fruto da sua simples concessão. Uma tática que serve à organização e à mobilização popular, mas também a um esforço de conscientização política construído na relação dialética de confronto e cooperação com o Estado, típica de uma esquerda que reivindica o fim de sua mão direita e lamenta o desaparecimento de sua mão esquerda. À medida que as possibilidades de sobrevivência se contraem, restará a relação conflituosa com o Estado e as instâncias do poder instituído como recurso último.

Agora, essa relação não é simples e implica, como defende Chatterjee, sujar as mãos. A própria lista de presença do MTST parece um bom exemplo. Contraditória para um movimento que defende valores como a união coletiva e a solidariedade, em oposição à justiça precária do mercado, a lista é o único meio que permite a massificação de assembleias e atos. O MTST só pode se conformar enquanto movimento de vanguarda, capaz de organizar, mobilizar e formar politicamente parte da sua base e, assim, constituir uma força política importante na luta contra

retrocessos pela ampliação dos direitos sociais na medida em que acolhe valores e comportamentos a priori conservadores de sua base social. À imagem descrita acima do coordenador que permanece na luta a partir do reconhecimento de seu desempenho individual, o movimento reúne forças e se torna referência no campo progressista para lutar por uma sociedade mais justa e democrática apoiado exatamente em afetos ambivalentes da sua base. O sentido dialético dessa prática pode certamente ser questionado, mas é o seu contato ao mesmo tempo crítico e conciliador com o senso comum que permite ao MTST seguir avançando. O povo aparece, nos termos de Rancière (2018), ao se reconhecer, ao se fazer respeitar e ver sentido objetivo numa mobilização que expande suas possibilidades de vida. Ao fazê-lo, ele desloca as paredes da ordem na escala em que atua.

O maior desafio talvez diga respeito ao âmbito dos costumes. Como preservar uma identidade e um projeto de esquerda ao mesmo tempo que se almeja a construção de um campo popular quando a maioria dos trabalhadores na periferia frequenta igrejas pentecostais de corte conservador? A solução não passa, evidentemente, pela adoção de uma postura machista, homofóbica e intolerante em relação a outras religiões. Por outro lado, assumir o antagonismo explícito com o discurso que se veicula nesses templos representa um custo expressivo. Tanto do ponto de vista eleitoral, medido pontualmente em época de campanha, quanto do ponto de vista mais amplo dos vínculos de confiança que o campo progressista é capaz de construir com os trabalhadores mais pobres. Jair Bolsonaro despontou como figura de projeção nacional justamente explorando o suposto desrespeito da esquerda com instituições tradicionais como a família e, em última instância, com a própria identidade popular. Numa política marcada por uma clivagem cada vez mais cultural e menos econômica e de classe, parte do povo se viu representada pelo ex-capitão.

Como dito acima, Eatwell e Goodwin (2020: 225) atribuem a desvantagem do populismo de esquerda em relação ao populismo de direita à sua recusa em reconhecer a legitimidade de preocupações de trabalhadores com mudanças étnicas e de comportamento que difundem o medo da destruição de sua cultura. Segundo eles, “os populistas de esquerda criticam os políticos estabelecidos e o arranjo econômico, mas negligenciam preocupações igualmente intensas com a mudança étnica e a possível destruição do grupo mais amplo, de sua identidade e de seu modo de vida”. Diferentemente do que costuma pensar a esquerda, não se trata de um mero subproduto de queixas materiais. Essas preocupações têm base em inquietudes subjetivas mais amplas e cumpriria reconhecer que “muitos eleitores da classe trabalhadora são instintivamente

conservadores em termos sociais e jamais concordarão com as seções culturalmente mais liberais da centro-esquerda” (Idem: 259). E aqui a demanda que fazem por uma sociedade justa, entendida como aquela que prioriza a comunidade nacional no acesso a empregos e ao aparato do Estado de bem-estar, articula os âmbitos da cultura e da economia. Ao concentrar suas energias em temas ligados ao costume e ao reconhecimento das diferenças, o nacional-populismo não negligenciou os efeitos da globalização neoliberal e do medo da privação relativa que atinge amplos segmentos das classes trabalhadoras.

Eatwell e Goodwin estão olhando para países ricos, em que o populismo reacionário encontrou seu motor principal na crítica à imigração e seus efeitos sociais e securitários. No Brasil, o problema não se coloca na mesma dimensão e tampouco foi relevante para a emergência do bolsonarismo. A guerra cultural, por aqui, faz a defesa da comunidade e dos laços que a mantêm unida a partir de um fundamento religioso e da centralidade da instituição familiar. É nesse sentido que o avanço das lutas feminista e LGBT e seus desdobramentos político-institucionais, sobretudo durante as gestões petistas, serviram de ponto de partida para o desenvolvimento do contramovimento reacionário. A ampla campanha contra a suposta ideologia de gênero e as polêmicas envolvendo a distorção de iniciativas públicas, como o “kit gay”, e a circulação de notícias falsas, como a “mamadeira de piroca”, são exemplos de uma cruzada contra a corrupção de valores tradicionais por parte do establishment. A obsessão com a batalha dos costumes contribuiu para a construção de uma força política pautada pelo confronto mais aberto possível com uma ordem que faria simplesmente refletir uma hegemonia cultural nociva aos comportamentos e valores tradicionais.

Não quero defender o abandono, por parte da esquerda, das bandeiras ligadas ao reconhecimento e à necessária superação da opressão contra grupos historicamente dominados. Essa frente de luta supera, em muito, a dimensão simbólica e diz respeito às próprias possibilidades de vida de populações que, aliás, correspondem à maior parte das camadas populares. Cumpre apenas reconhecer os efeitos e os riscos de tornar essas bandeiras a principal e, em alguns casos, a única forma de distinção das forças progressistas em relação ao restante da classe política. Como disse Thomas Frank (2007: 354) sobre o caso norte-americano citado acima, o problema não é que a esquerda seja favorável ao aborto ou contra práticas conservadoras. O problema é que, ao abandonar sua identidade de classe que a distinguiu da direita, ela se torna vulnerável a discussões

culturais que alcançam o centro do debate e perde vínculos objetivos e subjetivos com os trabalhadores.

Temas como o aborto e a igualdade de gênero podem, absolutamente, responder a um corte de classe. Mas a forma como essas questões têm sido incluídas no debate público e no discurso da esquerda fez com que elas se tornassem signos de uma identidade descolada da vida e das preocupações fundamentais das camadas populares. A continuidade e o aprofundamento dessas agendas, necessários, não podem tornar subsidiárias questões econômicas. Tampouco podem correr de forma a marginalizar e estigmatizar setores agarrados a valores e costumes que formam sua identidade e dão sentido à sua existência. O risco a cada dia mais difícil de evitar na ânsia de assegurar o apelo junto à renovada cultura de esquerda é cair na humilhação dos setores populares que se reivindica representar.

4.2. Perto de uma saída?

Podemos, será, esperar a emergência de um partido e de um programa que nos redima com os percalços do último período? Que seja capaz de articular, numa síntese emancipadora, o conservadorismo popular com uma ação progressista, que atenuar e supere as contradições do neoliberalismo e abra espaço para o avanço dos costumes e do reconhecimento? As condições estruturais da ordem capitalista contemporânea, de um lado, e seus efeitos sobre a subjetividade das camadas populares, de outro, sugerem pouca esperança para um caminho tão virtuoso. O mais provável é que tenhamos que aprender a viver no caos, como disse Castells (2018). Permanece válida a impressão de Badiou (2016: 39) de que somos contemporâneos, ainda, de maio de 68 na medida em que não resolvemos “o problema das novas formas de organização adequadas ao tratamento contemporâneo dos antagonismos políticos”. Mesmo que a composição da classe trabalhadora, do Estado, da democracia liberal tenha evoluído desde então, nossas referências históricas e cognitivas se tornaram ainda mais fluidas e ainda não está claro o tipo de organização de que precisamos. Embora tenha ficado mais evidente que o dispositivo clássico do partido seja “uma doutrina que já deu o que podia dar” e que “não funciona mais” (idem: 40), as novas formas da disciplina política emancipadora seguem ausentes do horizonte próximo e despertam, inclusive, desconfiança de que possam emergir.

Para além disso, parece cada vez mais difícil que se aceite o caráter necessariamente incompleto e inacabado da democracia. Na ânsia de resolver todos os problemas sociais, políticos e econômicos, almejamos uma prática e um futuro que nos redimam de todas as contradições do presente. Algo simplesmente inalcançável e que acaba por dirimir as possibilidades concretas de ação política, limitadas em suas formas e, sobretudo, em seus resultados. Na ausência de realismo, o terreno especulativo do debate normativo exclui as massas e se torna um monopólio insulado de certas elites intelectuais, muitas vezes presas na jaula do hedonismo individualista que descamba para um tipo puritano de concorrência moral (Lipovetsky e Serroy, 2015) e que se apoia numa polarização edificante entre a esquerda esclarecida e setores populares atrasados (Guilluy, 2018).

É evidente que a participação política é penosa, em termos materiais, e conta com o desinteresse das maiorias. O que não exige um regime verdadeiramente democrático de contar com instituições e mecanismos que possibilitem e estimulem o envolvimento direto e indireto dos governados sobre os rumos da comunidade política. Mesmo que parcial, efêmero e intermitente, ele se dará. Por uma questão de ampliação das possibilidades de vida e, não sem relação com ela, pelo ímpeto que se origina da recusa em ser e perceber-se governado.

A instituição de uma democracia substantiva no Brasil conta, porém, com outro limite. Diferentemente de países desenvolvidos da Europa, nós nunca tivemos nada que se aproximasse de uma democracia com um grau significativo de exigências¹²⁶. A face reacionária dos contramovimentos populistas no centro do capitalismo não à toa se alimenta da impressão de que, no passado mais ou menos distante, o povo era de fato ouvido, respeitado e atendido nas suas demandas (Eatwell e Goodwin, 2020; Mounk, 2019). Trata-se, então, de recuperar uma espécie de democracia perdida, no sentido exato que Thompson (2012) dá para a mobilização popular, assentada eminentemente na sensação de perda. Aqui, é difícil conceber a perda de algo que nunca tivemos. A saber, de uma verdadeira influência dos sem-título sobre o poder instituído, pelo menos pelos canais formais de participação e representação. O lulismo consistiu, ao contrário, no esvaziamento dessa expectativa. Os governados têm como memória ativa, no máximo, experiências extraparlamentares e, muitas vezes, extralegais em que mostraram aos governantes como queriam ser governados. Se é isso que resta, não é exatamente pouco. Sobretudo em um

¹²⁶ Ver capítulos 1 e 2.

período em que a deterioração das condições materiais e simbólicas de vida exigem a ação coletiva. Na medida em que a mais recente tentativa de subversão por dentro da ordem dá sinais amplos de fracasso, o motor da transformação tende a se voltar, mais uma vez, para a sua margem. Caberá aos atores que, eventualmente e sob sabe-se lá que condições, conduzirão esse processo, reconhecer como legítimos e necessários o conflito, a face feia da política popular, a ambiguidade da representação das massas e a participação por fora dos canais instituídos.

Afinal, aceitar a sujeira, as contradições e o conservadorismo que se impõem é aceitar que a política será feita com o povo nas condições em que ele se encontra. Lênin dizia que o modo de produção do capitalismo industrial exigia partidos revolucionários que emulassem sua forma vertical e hierárquica de organização. Às vezes, romper com uma ordem supõe reproduzir alguns de seus aspectos justamente na luta contra ela. Uma imagem que diz respeito ao próprio paradoxo da democracia, cuja substância não pode ser pré-definida na medida em que não existe propriamente. O que entendemos por democracia, hoje, corresponde ou à sua desidratação pós-democrática ou a um ideal de uma sociedade e instituições de contornos bem-acabados e desprovidos de dominação. Com Rancière (2018: 111), podemos dizer que democracia não é o regime parlamentar ou o estado de direito, sequer um conjunto de conselhos populares que deliberam diretamente. Mas o nome daquilo que vem interromper o bom funcionamento da ordem de distribuição dos corpos em comunidade e que permite a aparência e a contagem de um povo que não se identifica como parte. Depois de uma prática governamental e de legitimação de uma “democracia de depois do demos”, de uma democracia que liquidou o litígio do povo e de sua contagem, a recuperação de uma democracia passa pela reincorporação tensa e incerta, no seu sentido, do demos irreduzível aos dispositivos institucionais de disposição das partes, em toda a sua ambiguidade e contradição.

Como diz Miguel (2017b: 39), “formas democráticas de governo são respostas parciais, desafiadas permanentemente por novos reclamos democráticos, por um lado, e ameaçadas por movimentos de acomodação e oligarquização, por outro, em um processo sempre inacabado”. E que passam pelo enfrentamento, senão constante, sempre potencial, das estruturas de dominação vigentes na sociedade. Um enfrentamento que, por sua vez, assume formas variadas para contestar e reinstituir poderes estabelecidos que nada podem ter de sagrado ou natural (Castoriadis, 1990: 155).

O MTST, apesar de limites de diversas ordens, faz exatamente isso ao articular sua face reivindicativa com uma face instituinte ainda em gestação. Se será bem sucedido e para onde aponta, em termos estratégicos e de resultados, pouco sabemos. Sabemos se tratar de uma iniciativa fundada na incerteza, na aposta ousada de articulação das posições nem tão incompatíveis de vanguarda e retaguarda. E que, por meio da práxis, busca tornar visível um horizonte substantivamente democrático e que permita escapar de um antagonismo cujos polos hegemônicos assumem a forma da desdemocratização e do populismo reacionário.

Como notou Lincoln Secco (2021), o fascismo, ou a sua versão populista contemporânea, oferta o reencontro da comunidade, do engajamento em uma causa nacional, embora falsa, diante de uma esquerda de pauta fragmentada e resistência episódica. Àquele altura, a ideia de uma sociedade socialista levava milhões à revolução e garantia uma musculosa resistência antifascista; “havia um mundo a ganhar e não um artigo da constituição a defender”. Neste momento, para fazer frente à extrema-direta, parece crucial recuperar, inicialmente e pela esquerda, as noções e as práticas vigorosas da política e da democracia, o que implica abrir mão de uma concepção de ambas desprovida de ambiguidades e contradições. É incerto e até improvável que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto conduza, sozinho, esse ambicioso processo no Brasil. Mas a sua experiência tem, seguramente, muito a ensinar acerca desse desafio.

Conclusão

Trinta anos depois de Francis Fukuyama ter decretado o fim da história, a ordem liberal passa por profunda instabilidade. Não é sequer exagerado pensar, diante dos últimos acontecimentos e do rumo que têm tomado processos de longo prazo, que a crise do modelo político que articula capitalismo e democracia pode ser terminal. E isso apesar dos lampejos de resiliência que, com especial boa vontade, atores e analistas têm visto em toda parte.

Não falta quem continue a exaltar as vantagens do capitalismo sobre qualquer modo alternativo de produção. Embora tenha se tornado difícil questionar seus efeitos sobre o crescimento da desigualdade social, muitos ainda se agarram ao suposto aumento de bem-estar promovido pelo livre mercado. Se a desigualdade aumenta nos países ricos é porque ela diminuiria em termos globais, com o progresso material dos países mais pobres. Dados absolutos de miséria e pobreza, afinal, não cessavam de cair antes da pandemia da Covid-19 e deveriam retomar seu curso natural depois dela. Em outra frente, a democrática, as derrotas eleitorais sucessivas e o enfraquecimento de lideranças como Donald Trump, Jair Bolsonaro e Matteo Salvini dariam mostras do caráter temporal e episódico de aventuras políticas fadadas ao fracasso.

É como se tudo estivesse voltando ao normal. De fato, é difícil conceber revoluções copernicanas como aquela que enterraria o capitalismo democrático sem que nada de muito concreto se apresentasse para ocupar o seu lugar – o modelo chinês não parece ser ainda uma ameaça com suficiente adesão social. Mudanças estruturais, ademais, estariam ao alcance de sociedades chamadas às urnas com relativa frequência. E não é isso que estaríamos vendo, mas uma espécie de retorno generalizado à razão depois de movimentos impulsivos, turbulentos e irracionais. Depois de ciclos desordenados de protestos e revoltas, da ascensão e do governo de lideranças despreparadas e extremistas, estaríamos, felizmente, voltando aos dias de estabilidade em que os melhores – ou os profissionais da política – recuperariam os espaços de poder.

Fatores muito concretos, contudo, continuam insuflando a desconfiança, a revolta e a instabilidade dessa mesma ordem. Mesmo em termos absolutos, poderíamos falar de uma expectativa de declínio dos padrões de vida em países ricos (Todd, 2020; Eatwell e Goodwin, 2020), da precarização do trabalho e a falta dele no centro e na periferia e das incertezas que dominam

perspectivas de curto, médio e longo prazo dos trabalhadores. Citado repetidas vezes ao longo dessa tese, Wolfgang Streeck (2018) mostrou de maneira convincente como têm se esgotado as possibilidades criativas que até hoje permitiram ao capitalismo democrático comprar tempo. Na ânsia incontornável do capital em ampliar as possibilidades de comodificação para expandir uma margem de lucro em declínio, as relações de produção têm se aproximado a passos largos de limites objetivos e subjetivos para a sobrevivência das maiorias.

Não parece haver compatibilidade possível entre a democracia, mesmo que em um nível mínimo, e a forma que assumiu o capitalismo contemporâneo. O processo a cada dia mais agressivo de espoliação de direitos, de aumento da carga e da precariedade do trabalho, de crescimento das tensões entre necessidades ampliadas de consumo e uma renda insuficiente para atendê-las não pode conviver com instituições políticas que garantam a influência dos governados sobre o poder instituído. A desdemocratização é um imperativo para o desenvolvimento do neoliberalismo e um grau razoável de representação dos interesses dos de baixo e de participação popular inviabiliza a sua continuidade. Como ilustração, poderíamos pensar em caminhoneiros brasileiros que se deparam com uma remuneração pressionada pelo valor dos combustíveis e um governo refém das leis do mercado e incapaz de reduzi-lo. Ou em trabalhadores do interior da França cuja renda não permite, caso queiram manter seu padrão de vida já em declínio, pagar um imposto extra sobre a gasolina para financiar a transição a uma economia menos poluente. As revoltas são inevitáveis, assim como sua natureza confusa. As reivindicações sociais não encontram interlocutores políticos e respostas evidentes. Não se trata dos meios e das saídas modernas da luta de classes. O modelo de organização política e econômica de nossas sociedades não oferece solução razoável. A harmonia, a estabilidade, a solução institucional para os problemas é tudo menos provável.

Um caos político, social e econômico que abriria margem a uma tentativa de superação pela esquerda à combinação circunstancial entre capitalismo e democracia. No entanto, quem tem melhor explorado esse profundo caldo de insatisfação, raiva, ressentimento e desesperança são forças radicais de direita. No início de sua ascensão, o campo progressista teve o reflexo, que ainda deixa rastros, de associar a emergência desses movimentos populistas aos interesses das elites. Hoje já ficou claro, porém, que a base social desse fenômeno é, senão essencialmente popular, majoritariamente formada por trabalhadores e setores médios que perdem o status de referência cultural e são marginalizados do processo de tomada de decisão e carentes de mecanismos pelos

quais podem controlar e informar o poder. Em 2020, Trump teve a maioria dos votos nos condados mais pobres dos Estados Unidos¹²⁷. Em 2018, Bolsonaro contou com o voto do morador e do porteiro nos bairros mais nobres do Rio de Janeiro (Nicolau, 2020). Ao longo do mandato, perdeu o voto do morador e, com alguma chance, manteve o apoio do porteiro. Se lideranças reacionárias têm perdido popularidade ao redor do mundo, também é verdade que preservam um papel central na política partidária de inúmeros países e têm até emergido em lugares antes hostis a forças desse tipo. Na Espanha, o Vox se tornou uma força de primeira grandeza em 2020. Em Portugal, o Chega dá passos importantes nessa direção. Na Polônia, a gestão do Lei e Justiça avança na sua agenda. Na Hungria, o governo de Orbán tem sua popularidade em parte ameaçada à direita de seu partido. No Brasil, o governo mantinha, em meados de 2021, incompreensíveis 30% de apoio popular. Enquanto termino de escrever essas páginas, escândalos de corrupção parecem enterrar o governo e a carreira política de Jair Bolsonaro. O sentimento que o elegeu e o sustentou, contudo, permanecem bem vivos e não devem desaparecer com o seu ocaso.

O populismo de direita tem sido eficiente em articular um desespero material que atinge parcelas expressivas das classes médias e populares e um ressentimento simbólico que aflige amplos grupos cujo apego a valores tradicionais tem sido cada vez mais questionado. Em relação à dimensão material da revolta, lideranças como Trump e Orbán atribuem as mazelas em termos de emprego e renda a elites coniventes com políticas que prejudicam os trabalhadores nacionais. Limitando a entrada de imigrantes que disputariam as escassas ofertas de trabalho e protegendo a manufatura nacional, inclusive aquela vítima do ativismo ambiental, as dificuldades se dissipariam. Respostas fáceis que encontram pessoas desesperadas pelo medo constante da desclassificação que significa o desemprego e a redução do poder de compra. No Brasil, a resposta mais tímida de Bolsonaro às angústias de ordem material lhe cobram um preço, mas ele não deixa de ventilar propostas facilmente absorvidas pela sua base e que dependeriam, simplesmente, da superação de entraves corruptos à ampliação do bem-estar.

No plano simbólico, o populismo reacionário nada de braçada. Trata-se, aliás, de seu berço político, do qual emergiu como força relevante enquanto partidos tradicionais convergiam seus programas e tiravam do sistema sua natureza conflitiva. Foi defendendo o indefensável, a saber,

¹²⁷ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/eleicao-nos-eua-amplia-fosso-entre-vencedores-e-perdedores-da-globalizacao.shtml>. Acesso em 20 de abril de 2021.

valores e práticas conservadores antagônicos a uma evolução dos costumes que emancipava culturalmente grupos historicamente dominados, que o populismo de direita cavou o seu espaço como única força que destoava de uma ordem política alheia aos anseios das pessoas comuns. Contra elites que se beneficiavam do consenso e eram, no mínimo, omissas à destruição da identidade de camadas médias e populares, ascenderam figuras como Trump e Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, essas forças fizeram algo pouco notado pela literatura especializada e o debate público. Como tentei mostrar, o populismo de direita não faz apenas definir os contornos do povo a ser defendido, reconstituir laços de maneira a configurar identidades coletivas ameaçadas e reivindicar a sua legítima representação. Além disso, ele aprofunda diferentes faces da representação. A primeira delas, descritiva, ele o faz por meio da projeção de figuras que compartilham com o cidadão médio sua mediocridade e suas virtudes no trato honesto da coisa pública, mas também sua simplicidade, suas grosserias, seus preconceitos e seus vícios. A face responsiva é aprofundada, grosso modo, por meio de uma retórica e de uma prática autoritárias, justificadas pela necessidade de combater um sistema corrupto e dominado por interesses escusos. Assim como pelo compromisso reiterado com promessas pontuais, muitas vezes laterais e destinadas a grupos específicos, capazes de oferecer resultados concretos

Da mesma maneira, o populismo reacionário recorre abertamente a dispositivos participativos, ausentes de uma democracia liberal avessa à influência direta dos cidadãos sobre a tomada de decisões. Suas lideranças se apoiam ostensivamente nas redes sociais como instrumento para prestar contas e se comunicar com seus eleitores. Não sob a forma de uma via de mão única, em que mensagens são compartilhadas de cima para baixo. As redes servem como pretense espaço de diálogo, em que dirigentes e governos se deixam informar por comentários de apoiadores. Algo que garante, aliás, um caráter um tanto plástico a esses movimentos, capazes de se adequar, de maneira mais ou menos retórica e fragmentária, às demandas em voga no ambiente virtual. Mas não é apenas nas redes que transcorre a dimensão participativa do populismo de direita. À imagem de uma tradição historicamente defendida à esquerda, ele estimula a articulação da ação política que corre por dentro e por fora das instituições, notadamente por meio de manifestações e protestos de rua. Que, por sua vez, podem assumir pautas específicas e se dirigir contra poderes instituídos que bloqueiam ou constroem a ação subversiva.

É evidente que essas dimensões participativa e representativa do populismo de direita devem ser matizadas levando-se em consideração seu caráter muitas vezes retórico e errático. Bolsonaro, depois de um início de mandato marcado pelo conflito com a ordem e a mobilização constante de sua base à margem dos canais formais de participação, passou a acomodar interesses fisiológicos quando se viu ameaçado. Por outro lado, reconhecer esses esforços passa longe de atribuir um valor democratizante às forças em questão, sabidamente regressivas nas suas agendas e antidemocráticas nos seus fins. O que querem boa parte dos seus apoiadores é justamente recuperar um título que os distinga daqueles que historicamente estiveram abaixo deles na hierarquia social. Cumpre, porém, notar como diante de uma ordem que dá claros sinais de esgotamento e se fecha à influência dos sem-título sobre o poder, esses movimentos recuperam o valor do confronto e do distúrbio até então ausentes de regimes pós-democráticos, nos termos de Crouch (2000). E embora seu sentido seja absolutamente indesejável e sua base social não seja composta exatamente pelo demos na sua acepção mais ampla, o populismo reacionário permite a parte relevante dos sem-título se sentir ouvida, reforçar seu sistema de valores e mostrar como quer ser governada.

Por tudo isso, mesmo que a versão mais radical do populismo de direita sofra derrotas expressivas, é improvável que ele desapareça da cena política no curto ou no médio prazo ao redor do mundo. Na medida em que encarna, hoje, a principal alternativa a um sistema desprovido de mecanismos que assegurem as vontades das maiorias e algum grau de soberania popular, sua agenda regressiva deve perdurar pelo menos por algum tempo. Nem que seja por meio de partidos conservadores que, frente à debacle de suas propostas convencionais, avançam cada vez mais para a direita a fim de incorporar as demandas de setores hoje representados pelas mais exóticas figuras do mundo político. Mais perigoso ainda, ele poderia absorver demandas substantivas dos trabalhadores.

O que se deve, em boa medida, e aqui chegamos a outro ponto fundamental dessa tese, à dificuldade que a esquerda tem tido em desempenhar o papel da alternativa a uma ordem em crise. Primeiro, em função da acomodação gradual de forças progressistas tradicionais com o capital, de um lado, e com o poder instituído, de outro. Segundo, porque nesse processo, em que se transformaram os elementos de distinção e a própria identidade de esquerda - claro que com nuances importantes -, sua base mudou notavelmente. Saíram trabalhadores organizados em sindicatos, camadas populares e movimentos sociais atentos a políticas redistributivas e à expansão de direitos sociais. Entraram - mais como um vetor que determina o espírito das bandeiras

levantadas e aponta para o horizonte desejado do que como maioria estatística – setores médios cuja visão de mundo chega a informar pontualmente as classes trabalhadoras, mas mais sensíveis a temas de ordem cultural. Com limites, essa nova base social da esquerda corresponde à clivagem muito em voga na passagem da economia industrial para a economia pós-industrial entre os velhos e os novos movimentos sociais. Mas embora os herdeiros dos últimos já tenham reconhecido no Estado um interlocutor legítimo para suas demandas, a disputa pelo poder político e a transformação da ordem econômica não fazem parte do centro da agenda dos eleitores mais engajados da esquerda contemporânea.

É bem verdade que, especialmente na periferia, ainda é relevante a adesão de camadas populares a partidos e agendas progressistas. Mas a base que hoje dá organicidade e reverberação às forças de esquerda está muito mais presente em setores médios do que entre os trabalhadores. O que permite sua expressão societal e sua competitividade eleitoral, mas restringe suas possibilidades de representar os chamados perdedores da globalização, ou simplesmente aqueles que mais sentem a deterioração de suas condições de vida decorrente tanto da evolução do capitalismo quanto das normas culturais a organizar as relações sociais. Embora boa parte deles sofra na pele os efeitos de uma opressão fundada no conservadorismo dos costumes e seja sensível à necessidade de superar essas desigualdades, uma fração expressiva das camadas médias e populares cujas expectativas vêm retrocedendo defende princípios e instituições tradicionais. Em meio à decadência do espaço público enquanto ambiente de interação social, as pessoas tendem a se agarrar às esferas mais íntimas de socialização – a família, por exemplo – e a uma identidade com contornos rígidos de pertencimento, como a religião e a nação. A virada culturalista da esquerda guarda suas virtudes, ataca problemas de primeira grandeza e permite marcar uma diferença em relação às outras forças do espectro político. Contudo, pode afastar a confiança de contingentes populacionais cuja relação com a política se restringe, muitas vezes, a um voto pouco engajado em defesa de políticas redistributivas, que, aliás, parte do populismo de direita tem reivindicado.

No plano da economia, com efeito, têm havido ensaios recorrentes de radicalização. Ou simplesmente uma tentativa de recuperar o caráter propriamente classista, a despeito das fronteiras mais borradas da clivagem de classe, da esquerda. Todavia, esses ensaios enfrentam não apenas o constrangimento eleitoral imposto pela reconfiguração de sua base descrita acima. As lideranças e partidos que adotam o compromisso de reviver um enraizamento popular apoiado nas demandas

materiais dos trabalhadores esbarram, sobretudo, na ausência de um projeto convincente de transformação econômica. Não que elaborá-lo em meio à hegemonia econômica neoliberal seja algo simples, pelo contrário. Despontam aqui contradições entre um apego resiliente à produção industrial e a imperativa preservação do meio-ambiente, entre a necessidade de proteger trabalhadores inseridos em relações precárias, sua descrença quanto à viabilidade de alternativas tidas como ultrapassadas e, muitas vezes, seu apreço por uma certa flexibilidade dos vínculos trabalhistas. Frente à dificuldade de elaborar um programa capaz de transmitir confiança para a superação das privações do neoliberalismo contemporâneo, que ainda conta com importante adesão subjetiva dos trabalhadores, a esquerda tende a se apegar a respostas do passado e perde qualquer capacidade de diálogo com uma realidade que obedece a outros registros.

Diante do tamanho do desafio, o que predomina é uma certa resignação das principais forças progressistas à ausência de uma alternativa de peso ao neoliberalismo. Divergências quanto à intensidade, o ritmo e o tipo de reformas que reduzem a intervenção do Estado sobre as relações econômicas são incapazes de recuperar a distinção substantiva que outrora existiu entre direita e esquerda. Não se vislumbra, ao menos no curto prazo, a reversão de um processo já longo de rebaixamento das suas expectativas democráticas em termos políticos e econômicos. A ausência de uma alternativa sólida como foi o comunismo ao longo de boa parte do último século faz com que ainda predomine uma espécie de consenso em torno do neoliberalismo e da cada vez mais esvaziada democracia liberal. Basta ver o teor das críticas vindas do campo progressista ao populismo de direita, que sinalizam muito mais a necessidade de preservar a ordem ameaçada do que superar os problemas e as contradições que estão na origem da sua crise. O único terreno em que a esquerda preserva algum nível de conflito é o da cultura, de tal maneira que, aos olhos dos governados, ela adota uma dupla face. De um lado, soa arrogante, pois sintonizada aos critérios normativos de uma elite cultural cuja identidade se conforma a partir da crítica aos costumes e valores do sujeito médio. De outro, parece conservadora, pois atua no campo político como defensora de uma ordem responsável pela deterioração das condições de vida das maiorias e impermeável ao seu controle.

Esse fenômeno não decorre simplesmente, porém, de escolhas mais ou menos virtuosas, da corrupção de forças progressistas tradicionais às benesses do Estado e do mercado ou de uma espécie de traição de classe. A transformação na composição social da base de partidos de esquerda

obedece muito mais a mudanças no modo de produção e na própria estrutura da sociedade capitalista. Com a desidratação das relações fordistas e dos sindicatos seria natural que partidos de massas perdessem o vigor dos laços com setores populares e, como consequência também da conformação do arcabouço político liberal, deixassem de conviver e serem informados por eles.

Recentemente, esse tipo de diagnóstico, fortalecido pelo atual interregno, tem inspirado uma série de iniciativas cujo foco é reconstruir vínculos orgânicos com camadas populares socialmente atomizadas e um programa radicalmente alternativo à camisa de força neoliberal do último período. No que se refere à tendência ao insulamento da prática política no universo institucional, tem-se buscado outras formas de organização e ação, mais afeitas à participação de baixo para cima e de fora para dentro dos canais formais. Do ponto de vista do discurso e das propostas, despontaram ensaios de caráter popular na forma e no conteúdo das bandeiras levantadas.

A expectativa inicial desta tese era justamente observar como um movimento formado por membros da camada mais vulnerável da sociedade brasileira poderia, depois da experiência ambivalente do lulismo, reconectar as classes populares à política por meio de uma ação que fosse apoiada na luta instituinte, que tivesse vocação profundamente transformadora e, ao mesmo tempo, dedicada à incontornável disputa institucional. Vislumbrava-se, mesmo que em escala pequena e sucesso incerto, uma alternativa que respondesse aos limites de uma esquerda acomodada na sua relação com a ordem e distante das classes populares enquanto sujeito político.

Não demorou para que emergissem os contratempos dessa investida. O primeiro, previsto, dizia respeito às suas contradições eminentemente políticas. Articular as lutas na esfera instituinte e instituída e manter uma relação dialética entre as aspirações e a participação da base e as responsabilidades e a posição de poder dos dirigentes levaria, inevitavelmente, a um confronto com os obstáculos há tempos descritos pela lei de ferro das oligarquias. Não à toa, inúmeros movimentos semelhantes no que tange a estratégia de conciliar a disputa parlamentar e extraparlamentar tiveram rapidamente esgotadas sua capacidade de governar e de manter um grau de protagonismo e controle por parte de sua base. No entanto, esse não seria o problema maior.

Mais relevantes seriam os constrangimentos de ordem social a uma estratégia empenhada na transformação radical das estruturas política e econômica. O que se deve, sobretudo, à natureza ambígua da relação que camadas populares tecem com a ordem, a quem é atribuída boa parte de seus problemas, mas também as possibilidades escassas de sua superação. Como tentei mostrar

por meio do MTST, a luta pela ampliação das possibilidades de vida dos governados no Brasil de hoje se dá, geralmente, pelo confronto às normas e às autoridades estabelecidas. Mas é justamente dessas autoridades que se pode vislumbrar alguma expectativa de ter determinadas demandas atendidas. É difícil conceber uma ação política revolucionária quando é justamente com a ordem que os trabalhadores contam para a sua sobrevivência.

Isso não significa que o futuro está fadado a ser marcado pelo imobilismo de esquerda diante de uma política polarizada entre forças desdemocratizantes e contramovimentos reacionários. A saída possível vem exatamente das necessidades mal atendidas por ambas as alternativas. É das restrições às possibilidades de expansão, ou meramente de preservação, da vida impostas por um capitalismo que avança a passos largos na direção da comodificação da terra, do trabalho e do dinheiro, sem que esse processo seja contido dentro de um arcabouço político esvaziado de mecanismos de controle e autorização dos governantes, que se pode imaginar contramovimentos de corte progressista. Eles não serão orientados pela inteligibilidade da exploração crescente nas relações de trabalho e tampouco vão conter os valores imaculados que se espera de forças sociais emancipatórias. É da mistura confusa, ambígua dos âmbitos da política e da vida popular e estranha aos princípios e às instituições da modernidade que poderão emergir forças de contestação à ordem pós-democrática. Elas partirão, provavelmente, do contorno das normas legais e dos critérios impolutos de ação política que circulam nos meios progressistas.

É evidente que o horizonte de ação e organização política que assim se desenha abre margem para uma força política de forma e conteúdo ainda incertos. Que deverão ser marcados por um importante caráter destituente e que dão, pelo menos em um primeiro momento, poucos sinais de gozar da capacidade de instituir princípios e instituições universalizantes. Assemelha-se muito mais a algo que corre pela margem em busca de sua sobrevivência do que uma força com programa e potencial revolucionário. No entanto, a interação necessária com o poder instituído, de cujas decisões dependem as possibilidades de vida das pessoas, faz com que elas não abandonem a aspiração a fazer mais do que mostrar ao Estado como querem ser governadas. O medo e as consequências deletérias da subjugação podem empurrar os sem-título a ambicionar algum tipo de autogoverno, por mais limitado, precário e mediado que ele seja. A aspiração a controlar e influenciar os governantes, uma vez estabelecido um vínculo ambíguo de conflito e dependência

com eles, tem o potencial de inaugurar práticas políticas que recuperem o horizonte de uma democracia substantiva.

Não está prefigurada uma saída virtuosa para a crise da democracia liberal. A ordem em decomposição tampouco contém o germe de um modelo de organização social, político e econômico capaz de nos redimir das desigualdades e da opressão que caracterizam o capitalismo pós-democrático. Mas à medida que ele restringe as possibilidades e as expectativas de vida dos dominados e o populismo reacionário se mostra incapaz de atuar propriamente como um contramovimento material, impõe-se a necessidade de uma força que assuma à altura o papel de frear e constringer, a partir de necessidades dos de baixo, a deterioração contínua das condições de vida dos trabalhadores. Considerando que a crise é profunda e sua reforma improvável, devemos seguir assistindo a inúmeros processos de revolta, distúrbio, protestos e também ensaios de transformação progressista. Respostas temporárias e erráticas são mesmo prováveis.

O desafio que se apresenta ao campo progressista é, todavia, enorme. As massas que ele deveria convencer tendem a ser avessas a rupturas e compartilham afetos conservadores, informados, via de regra, pelos valores e instituições hegemônicas. O que lhes resta em meio à redução gradual das possibilidades de vida é a proteção encontrada no âmbito privado e restrito da família, de uma igreja que dá conforto simbólico e material e em uma identidade cultural definida pela exclusão dos que estão abaixo delas. E enquanto boa parte da esquerda condena e ataca várias dessas dimensões do povo, no seu sentido mais amplo, ela deveria inspirar sua confiança, organizá-lo e mobilizá-lo a agir contra a ordem. Exatamente o oposto do que fez o lulismo no Brasil. O problema é que o lulismo só foi possível enquanto experiência notável, embora limitada, de transformação social justamente porque abriu mão de qualquer radicalização. A alternativa era improvável não apenas pelos constrangimentos impostos pelos campos político e econômico, mas sobretudo pela ausência de disposição e interesse social na ruptura, ou mesmo em algum tipo de reformismo forte. Essa é a grande contradição, nada inédita, com que nos deparamos; como superar a ordem ao lado daqueles que dela dependem e a ela se apegam.

A etnografia com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto tem como principal qualidade reforçar a importância da aproximação entre o conhecimento acadêmico e o mundo real, aquilo que com Chatterjee (2004) poderíamos chamar de política popular. Ao longo da sua elaboração, que coincidiu com meu envolvimento no movimento sem teto, me pareceu fundamental trazer o

debate sobre a democracia para o plano da vida popular. Menos romantizada ou estigmatizada do que costuma ser e apreendida nas suas ambivalências e virtudes que invadem as instituições e a política muito mais do que nossos critérios teóricos e normativos permitem enxergar.

O principal objetivo dessa tese era justamente deslocar, na medida do possível, os termos e os sentidos do debate público e acadêmico contemporâneos. Inverter seu eixo, focado em um modelo bem acabado de democracia em crise, para aquilo que não funciona e está na raiz de um populismo reacionário, mas que deve ser entendido, apesar de sua natureza regressiva, como consequência dos limites da democracia liberal. Para isso, era crucial questionar tanto a concepção dominante de democracia quanto a interpretação mais corrente do populismo. Do ponto de vista normativo, como premissa para o trabalho, residia a intenção de interpelar um campo progressista tomado por um idealismo em boa medida amparado na retidão moral da boa consciência.

Este trabalho não procurava formular respostas mais ou menos definitivas a problemas científicos bem delimitados ou sequer explicar, exaustivamente, processos históricos e relações sociais de causa e efeito. Embora ele possa ter feito uma coisa ou outra em determinadas passagens, sua principal vocação era redefinir um problema político central de nossa época. A saber, apreender a força do populismo de direita a partir da maneira pela qual ele ataca a forma e os efeitos da pós-democracia. Não apenas no que ela tem de virtuoso, mas também no seu amplo espectro de vícios.

Enquanto isso, a esquerda se encontra em posição um tanto delicada. É difícil, para ela, se aproximar e ganhar a confiança dos sem-título quando sua nova identidade passa pela reivindicação de títulos morais. Mas é justamente dos sem-título que pode sair uma resposta para a ordem em crise. Uma resposta, cumpre repetir, necessariamente incompleta, permeada de ambiguidades e que só pode operar na tensão de um regime democrático movido por conflitos e inacabado na maneira com que combina o poder instituinte dos governados e o poder instituído dos governantes.

Para vislumbrar essas possibilidades e entender melhor esses processos, porém, é incontornável que o estudo sobre a política, sob sua imensa variedade, adentre mais o universo da vida popular. Essa é, provavelmente, a grande contribuição dessa tese, que o faz assumindo os riscos do engajamento e da crítica para reverter algumas ideias comuns no debate público e nos meios especializados. Que política, afinal, pode surgir das relações típicas da vida, das expectativas e dos receios populares contemporâneos?

Essa é uma agenda de pesquisa que já colhe seus frutos no Norte. Com ressalvas e nuances importantes, as forças políticas que têm inspirado alguma confiança entre classes médias em declínio e classes trabalhadoras empobrecidas guardam relação com o populismo de direita. Menos em função de um conflito de classe inteligível ou de sólidas referências ideológicas e mais como resultado de um longo processo histórico de marginalização econômica e depreciação cultural dos velhos setores populares. Em boa medida, a polarização que tem organizado o debate e as identidades políticas no centro do capitalismo opõe um campo liberal que abriga grupos mais conservadores ou progressistas a um campo reacionário ou de extrema-direita.

Em países da periferia como o Brasil, as diferenças são muitas e os paralelos, provavelmente desmedidos nesta tese, devem ser elaborados com cuidado. No que diz respeito à clivagem social e política, é como se o lulismo tivesse prefigurado o conflito entre pobres e ricos que hoje impera no centro. Para além de uma discriminação por vezes simplificadora desses grupos, porém, essa imagem corrente esconde a real natureza do lulismo como fenômeno que articulou as classes superiores e inferiores em oposição aos setores médios. Foi deles, aliás, que veio a revolta contra um sistema que rebaixava seu status econômico e cultural - e não das camadas mais pobres, precariamente integradas a uma ordem da qual dependem e que, finalmente, atendia alguns de seus interesses. O ressentimento das classes médias, cujos contornos sociológicos são ainda de difícil compreensão, encontrou então uma expressão política caricata o suficiente para veicular seus medos mais íntimos. Politicamente precoce, é como se ela tivesse alcançado o poder antes de amadurecer uma agenda capaz de conciliar interesses de frações de classe menos articuladas material do que simbolicamente. De toda maneira, parece claro que o programa que se ensaia vai de encontro àquele das camadas mais pobres representado pelo lulismo.

Em um exercício de pura especulação, apostaria que, diferentemente do Norte, a clivagem política no Brasil deve opor, no período próximo e guardadas variadas nuances, os mais pobres aos estratos médios num registro que combina variáveis ligadas ao trabalho e considerações de ordem cultural. Às classes superiores caberia, em alguma medida, arbitrar o conflito e informar parte do sentido político-econômico que cada polo poderá assumir. No curto prazo, em contraste com as premissas que orientaram esta tese, o lulismo pode voltar à cena, sob a condução, inclusive, da liderança que dá nome ao conceito. Resta saber, porém, duas coisas. Primeiro, se o lado de cima da conciliação que o tornou possível vai renovar as concessões políticas e econômicas de outrora. O que não

parece especialmente improvável considerando as demonstrações que a classe dominante vem dando, ao redor do mundo, de que entendeu os riscos sistêmicos engendrados nas reiteradas e fracassadas tentativas de recuperar a estabilidade perdida. Segundo, se o lado de baixo vai se contentar com as concessões que os últimos estão dispostos a fazer. É aqui que mora o perigo da reabilitação conservadora da ordem liberal. A repactuação vinda de cima será suficiente para atender as demandas e as expectativas que se alimentam entre as classes populares? Em caso de resposta negativa, a instabilidade se fará presente e a pressão virá, dessa vez, também de baixo.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In Companhia das Letras (org.) Democracia em risco. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCASTRO, Mathias. Com ida a Caracas, PT demonstra continuar refém da sua ala mais sectária. Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-ida-a-caracas-pt-demonstra-continuar-refem-da-sua-ala-mais-sectaria.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, v. 76, p. 49-86, 2009.

_____. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. Novos Estudos, p. 49-58, 2017.

_____. Primeiro embaixador do Brasil nos EUA, Nabuco nunca fritou hambúrguer. Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2019/07/primeiro-embaixador-nos-eua-nabuco-nunca-fritou-hamburger.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ARANTES, Paulo, O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. Novos Estudos, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

_____. O pêndulo da democracia. São Paulo: Todavia, 2019.

BADIOU, Alain. A hipótese comunista. São Paulo: Boitempo, 2016.

BARBOSA, Nelson. Espremendo a classe média no Brasil e nos EUA. Blog do Ibre, 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/esprenendo-classe-media-no-brasil-e-nos-eua>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BARROS, Celso Rocha de. Haddad encontrou sua voz, mas Bolsonaro esconde a sua. Folha de S.Paulo, 2018a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2018/10/haddad-encontrou-sua-voz-mas-bolsonaro-esconde-a-sua.shtml>. Acesso em 17 ago. 2020.

_____. Brasil dá adeus ao centro. Folha de S.Paulo, 2018b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2018/12/brasil-da-adeus-ao-centro.shtml>. Acesso em: 7 jul. 2021.

_____. PT, volte a ser digno da hora. Folha de S.Paulo, 2018c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2018/10/pt-volte-a-ser-digno-da-hora.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2020.

_____. Uma história de dois azares e um impeachment. In: Companhia das Letras (org.) Democracia em risco. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra comunidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENFORD, Robert D; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. Annual Review of Sociology, v. 26, p. 611-639, 2000.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOITO JR, Armando. O lulismo, o populismo e o bonapartismo. In: BOITO JR, A. (org.). Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

_____. O papel da burguesia no golpe de 2016. A terra é redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-papel-da-burguesia-no-golpe-de-2016/>, 2020.

BOULOS, Guilherme. Por Que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

_____. De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015b.

_____. Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo. Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina, USP, 2017.

BOURDIEU, Pierre. La distinction: critique sociale du jugement. Paris : Les éditions de minuit, 1979.

_____. La délégation et le fétichisme politique. In: actes de la recherche en sciences sociales, vol. 52-53, p. 49-55, 1984.

_____. La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique. Actes de recherche en sciences sociales, n. 36-37, p. 3-24, 1981.

_____. Contrafogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____, Sur l'État. Paris: Seuil, 2012.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Álvaro. Depois de junho: qual futuro para uma esquerda pós-petista? In: MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia (org.), Encruzilhadas da democracia. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BRAGA, Ruy. A política do precariado. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. A rebeldia do precariado. São Paulo: Boitempo, 2017.

BROWN, Wendy. Undoing the demos. Princeton: Princeton University Press, 2015.

_____. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

BRUM, Eliane. O homem mediano assume o poder. El País, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html. Acesso em: 9 fev. 2021.

BURAWOY, Michael. Marxismo sociológico. São Paulo: Alameda, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. L'institution imaginaire de la société. Paris: Seuil, 1975.

_____. Le monde morcelé. Paris: Seuil, 1990.

CHATTERJEE, Partha. The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world. Nova York: Columbia University Press, 2004.

- COSTA, Sérgio. Estrutura Social e Crise Política no Brasil. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 499-533, 2018.
- CROUCH, Colin. Coping with post-democracy. Londres: Fabian Society, 2000.
- _____. The march towards post-democracy ten years on. The political quarterly, v. 87, n. 1, p. 71-75, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. Journal of Democracy, n. 1, p. 141-55, 2015.
- DUBET, François. O tempo das paixões tristes. São Paulo: Vestígio, 2020.
- DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In Companhia das Letras (org.) Democracia em risco. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- DUNN, John. A história da democracia: um ensaio sobre a libertação do povo. São Paulo: Editora da Unifesp, 2016.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. Quem tem medo do povo? O debate entre ágorafobia política e ágorafilia política. Revista Estudos Libertários, v. 1, n. 1, 2019.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- EMPOLI, Giuliano da. Os engenheiros do caos. São Paulo: Vestígio, 2020.
- ÉRIBON, Didier. Retour à Reims. Paris: Flammarion, 2018.
- ERREJÓN, Iñigo; MOUFFE, Chantal. Construir pueblo: hegemonia y radicalización de la democracia. Barcelona: Icaria, 2015.
- FELTRAN, Gabriel de S. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre a construção de um instrumento político. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

_____. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

_____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017b.

FIERRO, Alberto. Revolutionary Politics of Social Rights? An Ethnographic Account of the Homeless Workers' Movement in São Paulo. *Millenium*, v. 47, n. 3, p. 398-416, 2019.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, 44, p. 81-106, 1998.

FLORIDI, Luciano. *The Online Manifesto*. Springer, 2014.

FRANK, Thomas. *Pourquoi les pauvres votent à droite*. Marselha: Agone, 2007.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Frente Povo Sem Medo. *Bairro Sem Medo*. S/d.

GAGO, Veronica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

GALLIE, Walter B. Essentially contested concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society*, n. 56, p. 167-198, 1956.

GAMSON, William A. *Talking Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

GETHIN, Amory; MORGAN, Marc. Brazil Divided: Hindsight on the Growing Politicisation of Inequality. *World Issue Brief*, n. 3, p. 1-8, 2018. Disponível em: <<https://wid.world/document/divided-brazil-hindsight-on-the-growing-politicization-of-inequality-wid-world-issue-brief-2018-3/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GOULART, Débora C. *O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST*. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Unesp, 2011.

_____, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: projeto político, avanços e limites. In: DA SILVA, Hélio Alexandre (org.) Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais. Macapá, Unifap, 2017.

GRAEBER, David. Um projeto de democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Cadernos do cárcere. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

GUILLUY, Christophe. La France périphérique: Comment on a sacrifié les classes populaires. Paris : Flammarion, 2014.

_____. No society: la fin de la classe moyenne occidentale. Paris : Flammarion, 2018.

HAIDT, Jonathan. When and why nationalism beats globalism. The American interest, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.the-american-interest.com/2016/07/10/when-and-why-nationalism-beats-globalism/>. Acesso em 26 abr. 2021.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the Science question in feminism and the privilege of partial perspective. Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Bem-Estar Comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEATH, Oliver. Policy alienation, social alienation and working class abstention in Britain, 1964-2010. British Journal of Political Science, v. 48, n. 4, p. 1053-1073, 2018.

HELD, David. Modelos de democracia. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HIRSCHMAN, Alberto. De consumidor a cidadão: atividades e participação na vida pública. São Paulo, Brasiliense, 1983.

HORKHEIMER, Max. Eclipse da razão. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

HUNTER, Wendy. The transformation of the Workers's Party in Brazil, 1989-2009. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização, 1987.
- INGLEGART, Ronald. *The silent revolution in post-industrial societies*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- KALIL, Isabela O. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. Fespsp, 2018. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf. Acesso em 26 jul. 2021.
- KECK, Margaret E. A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- LACLAU, Ernesto. A Razão Populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hégémonie et stratégie socialiste. Paris: Les Solitaires Intempestifs, 2009.
- LAGO, Miguel. Procura-se um presidente: dependência virtual e extremismo de Bolsonaro precipitam corrida política no campo da direita. Piauí, 152, 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procura-se-um-presidente/>. Acesso em 26 jul. 2021.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LILLA, Mark. A mente naufragada: sobre o espírito reacionário. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- _____. O progressista de ontem e o do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.
- LIMONGI, Fernando. Abaixo da linha da miséria. São Paulo: Valor Econômico, 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/abaixo-da-linha-da-miseria.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- LIPOVETSKY, Gilles ; SERROY, Jean. A estetização do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LOUIS, Édouard. Qui a tué mon père. Paris: Points, 2019.
- MACHADO, Rosana Pinheiro. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

- MAIR, Peter. Party System Change. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- MANIN, Bernard. The principles of representative government. Cambridge: Cambridge University Press New York, 1997.
- _____. A democracia do público reconsiderada. *Novos estudos*, v. 97, 2013.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- _____. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, classe social e “status”. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MAURIN, Éric. La peur du déclassement : une sociologie des récessions. Paris: Seuil, 2009.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dynamics of contention. New York, Cambridge University Press, 2001.
- MELO, Carlos. A marcha brasileira para a insensatez. In: Companhia das Letras (org.) Democracia em risco. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MICHELS, Robert. Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy. New York: Free, 1949.
- MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- _____. Consenso e conflito na democracia contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- _____. Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe, Encruzilhadas da democracia. Porto Alegre: Zouk, 2017b.

_____. Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018

_____. O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MIRANDA, D. [Entrevista de Esther Solano com a autora] Alfabetização digital é antídoto contra ódio, diz socióloga. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/01/alfabetizacao-digital-e-antidoto-contrao-dio-diz-sociologa.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MOUFFE, Chantal. Sobre o político. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. For a left populism. Londres: Verso, 2018.

_____. Gilets Jaunes: ‘une réaction à l’explosion des inégalités entre les super riches et les classes moyennes’ [entrevista a Simon Blin]. Libération, 2018b.

MOUNK, Yasha. O povo contra a democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. Relatório da reunião nacional do MTST. São Paulo, 2009, Mimeo.

_____, Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - Construindo o poder popular. São Paulo. s/d. Mimeo.

_____, Cartilha de Princípios, 2015.

MÜLLER, Jan-Werner. What is populism? Londres: Penguin, 2017.

NICOLAU, Jairo. Burocráticos, partidos vivem à sombra do Estado e dificultam renovação.

Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/11/burocraticos-partidos-vivem-a-sombra-do-estado-e-dificultam-renovacao.shtml>. Acesso em 26 ago. 2021.

_____. O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NUNES, Rodrigo. Uma ou duas melancolias? 1917, 1968 e o retorno da questão da organização. *Crise e Crítica*, v. 1, n. 1, p. 134-148, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Hegemonia às avessas*. Piauí, n. 4, p. 9-12, 2007.

_____. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. *Carta Capital*, 2018.

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525061-os-protestos-de-junho-entre-o-processo-e-o-resultado>. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. *A divisão consolidada*. Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/01/a-divisao-consolidada.shtml>.

Acesso em: 17 ago. 2020.

OYAMA, Thaís. *Tormenta - o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo:

Companhia das Letras, 2020.

PATTA, Caetano. *Contestando a ordem: um estudo de caso com secundaristas da Zona Leste Paulistana*. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 2017.

PERRIN, Fernanda F. *Ovo do Pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 2020.

PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia M. *Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 339-363, 2011.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *Capital et idéologie*. Paris: Seuil, 2019.

PINA, Rute; DULCE, Emilly. *Abriu-se a porteira da absoluta ingovernabilidade no Brasil, diz Paulo Arantes [entrevista de Paulo Arantes às autoras]*, *Brasil de Fato*, 2018. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/abriu-se-a-porteira-da-absoluta-ingovernabilidade-no-brasil-diz-paulo-arantes/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: Esther Solano (org.) O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

PITKIN, Hanna. The concept of representation. Berkeley: University of California Press, 1984.

PLOTKE, David. Representation is democracy, Constellations, 1997. vol.4, no.1.

POCHMANN, Marcio. O mito da grande classe média. São Paulo: Boitempo, 2015.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLETTA, Francesca. 'It Was Like a Fever...' Narrative and Identity in Social Protest. Social Problems, v. 45, n. 2, p. 137-159, 1998.

_____, It Was Like a Fever: Storytelling in Protest and Politics. Chicago, University of Chicago Press, 2006.

POULANTZAS, Nicos. State, Power, Socialism. Nova York: Verso, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____, O desentendimento. São Paulo: Editora 34, 2018.

_____, As virtudes do inexplicável: a propósito dos coletes amarelos, Punkto, 2019. Disponível em <https://www.revistapunkto.com/2019/01/as-virtudes-do-inexplicavel-proposito.html>.

RASMUSSEN, Mikkel B. La contre-révolution Trump. Paris : Divergences, 2019.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

_____. As armadilhas da memória e a reconstrução democrática. In: Companhia das Letras (org.) Democracia em risco. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RENFER, Irene. Democracia directa en Argentina, Uruguay y Venezuela : tres ejemplos de democracia directa en América Latina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. La contre-démocratie : la politique à l'âge de la défiance. Paris: Seuil, 2006

RUNCIMAN, David. Democracy for young people. Talking politics, 2018. Disponível em: <https://www.talkingpoliticspodcast.com/blog/2018/129-democracy-for-young-people>. Acesso em: 27 jul. 2021.

_____. How democracy ends. Londres: Profile Books, 2019.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. Só mais um esforço. São Paulo: Três estrelas, 2017.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa dos. Além do PT: A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. São Paulo: Elefante, 2017.

SAWARD, Michael. The representative claim. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SCERB, Philippe. Causa ou consequência? Representação e participação no contramovimento bolsonarista à crise da democracia no Brasil. Mediações, v. 26, n. 1, 2021.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SECCO, Lincoln. História do PT. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

_____. Dois anos de desgoverno – neoliberalismo fascista. A terra é redonda, 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-neoliberalismo-fascista/?doing_wp_cron=1627374801.0428960323333740234375. Acesso em 27 jul. 2021.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; e RAFAEL, Rud. MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SINGER, André, Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____, O lulismo em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

- SINGER, André; VENTURI, Gustavo. Sismografia de um terremoto eleitoral. In: Companhia das Letras (org.) Democracia em risco. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SINGER, Paul. Dominação e desigualdade. Estrutura de classes e repartição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SINGER, André; ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SKYNZIER, Claudio. Bolsonaro é consequência de atrofia no imaginário brasileiro. Folha de S.Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/01/bolsonaro-e-consequencia-de-atrofia-no-imaginario-brasileiro-diz-critico.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita, *Análise*, n. 42, p. 3-27, 2018.
- _____, A bolsonarização do Brasil. In: Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio M. 2016: o ano da polarização? In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (org.). As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- SOREL, Georges. *Réflexions sur la Violence*. Paris, Seuil, 1990.
- STANDING, Guy. Precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- STASAVAGE, David. *The decline and rise of democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2020.
- STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end?* Londres: Verso, 2017.
- _____. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- TODD, Emmanuel. *Les luttes de classes en France au XXIe siècle*. Paris: Seuil, 2020.
- TRINDADE, Thiago. Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 97, 2018.

VILHENA, Oscar V. A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar institucional. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova, n. 67, p. 191-228, 2006.

_____, Crise e metamorfoses da democracia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, 2013.

WALLERTSTEIN, Immanuel. New revolts against the system. New Left Review, v. 18, 2002.

WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, n. 67, p. 139-190, 2006.

_____, Desafios ativistas à democracia deliberativa. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 13, n. 13, 2014.

ZIZEK, Slavoj. Problema no paraíso. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.